
2.2019.P	Sessão Preparatória	01/02/2019-18:44
Publ.: DCD - 2/2/2019 - 58	MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ABERTURA	OUTROS DISCURSO

Sumário

Candidatura do orador para o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)
- Excelentíssimo Sr. Presidente, caros colegas Deputados, brasileiros, brasileiras, esta é a Casa do Povo do Brasil, esta é a Casa de Joaquim Nabuco, do Visconde de Cairu e de Roberto Campos.

E, agora, é a nossa Casa, a Casa dos 513 Deputados Federais que representarão, por 4 anos, mais de 200 milhões de brasileiros.

É uma honra e uma enorme responsabilidade para cada um de nós estar aqui representando a esperança do povo brasileiro, na esteira de um turbulento período de crise econômica, política e moral. Estivemos submetidos por muito tempo ao jugo do paternalismo estatal, ao jugo dos desmandos da política corrupta, do privilégio individual em oposição ao bem comum, ao jugo da inversão de valores, disseminada por quem deveria justamente liderar pelo exemplo.

O povo brasileiro decidiu romper com esta realidade. Muitos dos que se elegeram pela primeira vez trouxeram das ruas o clamor por mudança, por um país mais justo, mais livre, mais próspero, sem corrupção. E muitos se reelegeram apesar das intempéries e obstáculos que as velhas práticas impõem cotidianamente a quem quer fazer a boa política.

Candidato-me à Presidência desta Casa por indicação do Novo, um partido que surgiu da indignação dos cidadãos com a política, com uma candidatura que tem apoio crescente de Parlamentares de outros partidos e também de muitos ativistas, porque conheço bem ambas as realidades, tanto a de quem foi às ruas, como a de quem atua em um Parlamento.

Chego agora à Câmara dos Deputados, mas já exerci mandato de Vereador na minha cidade de origem, Dois Irmãos, e de Deputado Estadual na Assembleia gaúcha. Já trabalhei como Assessor Parlamentar nesta Casa, e já estive diante dela e mesmo dentro dela, como ativista, para exercer meu direito de me manifestar como cidadão. São realidades distintas, mas absolutamente



complementares.

Quem foi às ruas sabe: a sociedade faz suas demandas e é iniciadora dos processos de mudança, mas, em uma democracia constitucional e representativa, é somente aqui no Parlamento que as mudanças exigidas lá fora podem ser efetivadas. Tanto é assim, que vários ativistas de ontem são Parlamentares hoje.

Por isso, sabemos também da importância de lançarmos uma candidatura que pautar as mudanças que o povo brasileiro quer ver acontecer nesta Casa. Precisamos recuperar a credibilidade deste Parlamento. Para isso, transparência é fundamental. Eliminar o que for considerado privilégio precisa estar na ordem do dia. O fim do foro privilegiado precisa ser pautado, porque todos são iguais perante a lei! Todos devem ser iguais perante a lei. Precisamos voltar a priorizar uma das funções, Sr. Presidente, mais elementares desta Casa, que é o seu papel de fiscalização. Um Parlamento que não fiscaliza é um Parlamento capenga, omissivo, e esta Casa não pode ser conhecida por proteger quem é corrupto, mas deve, sim, combater a corrupção.

Já no seu papel de Casa Legislativa, é hora de revisarmos todas as leis que estão hoje em vigor, para fazer cumprir as boas e revogar aquelas que interferem indevidamente na vida do cidadão honesto e trabalhador.

Hoje, Executivo e Judiciário têm legislado muito mais, inclusive avançando sobre matérias que não são de suas competências. Esta Câmara não deve delegar suas prerrogativas a órgãos burocráticos, muitas vezes descolados da realidade do cidadão, e precisa voltar a ser um Poder que exerce plenamente as suas responsabilidades. Temos de voltar a ser protagonistas.

Por outro lado, a Câmara dos Deputados, de forma ativa e independente, precisa estar em harmonia com os demais Poderes. As pautas prioritárias para o País precisam ter andamento garantido e acelerado. Esta Casa precisa ser responsável e altaneira, atuando firmemente pela concretização das reformas.

A reforma da Previdência é urgente, para acabar com a injustiça da transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos, para que aquele que está preocupado com o déficit fiscal veja o déficit ser atacado. A reforma tributária é fundamental para que não se sinta de mãos atadas e discriminado pelo Estado quem trabalha e produz. A reforma da nossa Lei de Execução Penal e do nosso Código Penal não pode mais esperar. Precisamos urgentemente discutir o endurecimento das leis contra o crime e garantir paz para uma sociedade atormentada e refém da criminalidade. Chega de bandidos que seguem livres nas



ruas, enquanto nós nos sentimos presos em casa! Basta!

Por fim, mas não menos importante, precisamos de uma reforma política verdadeira, que aproxime o cidadão dos seus representantes. Não podemos mais fazer puxadinhos que busquem beneficiar quem já está no poder. O povo brasileiro demanda por liberdade de participação política, e demonstrou isso de forma cabal nas urnas. O dinheiro público, que deveria ir para saúde, segurança e educação, não pode mais ser utilizado para fazer campanha política. Os resultados, na prática, demonstraram que a influência do dinheiro diminuiu muito, e a capacidade de conexão transparente com o eleitor, nas ruas e nas redes sociais, tornou-se fundamental para muitos de nós, eleitos e reeleitos.

Aliás, nós nesta Casa temos de fazer a nossa própria reforma política, a reforma do Parlamento, uma reforma regimental profunda, que reduza o poder da Presidência e devolva o poder aos Parlamentares. Líder que é líder de verdade sabe delegar e trabalha em conjunto com seus liderados, e o Regimento deve ser um instrumento para incentivar que esse tipo de liderança sadia seja desenvolvida e exercida em sua plenitude. O número excessivo de Comissões, as possibilidades quase infinitas de obstrução e a pouca previsibilidade das pautas de votação são apenas alguns exemplos incompatíveis com uma Câmara que precisa ser eficiente e, ao mesmo tempo, democrática.

Mais ainda, para mim tem sido particularmente importante esta candidatura, por experimentar eu mesmo as consequências nefastas de um Regimento que mistura eleição para a Mesa Diretora com formação de Comissões. Percebi que é urgente separarmos a eleição para Presidência da Câmara do processo de formação das Comissões. As Comissões devem ser plurais e inclusivas para todos os Deputados, respeitada a proporcionalidade. O atrelamento da eleição da Presidência à formação das Comissões leva o processo eleitoral a vícios insanáveis.

Decisões tomadas por Lideranças partidárias - por vezes, sem consulta a todos os membros da bancada - de apoio a candidaturas à Presidência da Casa em troca de espaços privilegiados é um dos mais nefastos vícios que atingem este Poder, independentemente de quem preside a Casa. Só uma reforma regimental é capaz de corrigir essa situação.

Caros colegas, nós temos uma grande responsabilidade, a responsabilidade de unir o nosso País. Esta Casa representa todos os brasileiros, e temos hoje uma chance enorme de representar a vontade da população. Essa eleição passada foi a da surpresa, não foi a do óbvio, tanto para quem se elegeu quanto para quem se reelegeu. Práticas arraigadas há muito tempo tornaram-se obsoletas. Ideias

liberais, antes consideradas coisa de "herege imprudente", entre aspas, nas palavras de Roberto Campos, confirmaram a previsão dele de que os acontecimentos mundiais o promoveriam, abre aspas, a "profeta responsável" e permearam os discursos de quase todos os candidatos à Presidência da República, da direita à esquerda.

Colegas Parlamentares, este Plenário tem o nome de Ulysses Guimarães. Em determinada feita, disse Ulysses: "*Está achando ruim esta composição do Congresso? Então, espere a próxima. Será pior, e pior, e pior*". Hoje, colegas Parlamentares, por meio da consciência do voto individual de cada um dos senhores e das senhoras, que têm a companhia das suas famílias neste dia de posse e de votação, podemos com muito respeito, felizmente, contrariar aquilo que Ulysses Guimarães disse: podemos dizer que vamos demonstrar aqui, nesta votação, que este Congresso será o melhor em décadas!

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota. PSB - PE) - V.Exa. dispõe de mais 1 minuto para concluir.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E o próximo Congresso será melhor, melhor e melhor! Essa é a nossa responsabilidade.

Viva o Brasil! Por um novo Brasil, uma nova Câmara!

Muito obrigado.

Documento 2/370

2.2019.P	Sessão Preparatória	01/02/2019-18:56
Publ.: DCD - 2/2/2019 - 61	MARCELO FREIXO-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ABERTURA	OUTROS DISCURSO

Sumário

Candidatura do orador para o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados desta Casa, primeiro quero dizer do meu orgulho de estar representando aqui a bancada do PSOL - Partido Socialismo e Liberdade, e com o apoio, que me orgulha muito, do Partido dos Trabalhadores, maior bancada desta Casa, e da Rede



Sustentabilidade.

A REDE tem uma Deputada, a Deputada Joenia Wapichana. É apenas uma Deputada, mas eu não a trocaria por bancadas inteiras, porque é a primeira mulher indígena eleita para esta Casa (*palmas*), num momento em que um Governo absolutamente autoritário quer que a demarcação de terra indígena seja feita pelo latifúndio, um Governo que não tem consciência histórica, um Governo que age contra as minorias e que não tem qualquer compromisso com a democracia. Portanto, é uma honra tê-la aqui!

E mais, acho que o nosso bloco tem que garantir a Deputada indígena na CCJC, até como instrumento de reparação. É decisivo que isso aconteça. S.Exa. tem todo o meu apoio e o apoio da bancada do PSOL para isso.

Tenho um orgulho imenso de termos conseguido, junto com os companheiros do PT, da REDE e do PSB, que têm candidatura própria - é digna, e é importante que seja apresentada -, formar um bloco dentro deste Parlamento, um bloco verdadeiramente de oposição ao Governo Bolsonaro. Não é um bloco com permissão, é um bloco de oposição. E é um bloco que tem história nas ruas, no qual nos conhecemos há muito tempo.

É importante dizer que nós não estamos unificados na candidatura - três partidos me apoiam -, mas estamos unificados na luta contra um Governo autoritário. Esse bloco é um enorme avanço, talvez a maior vitória. Incomodou muita gente, incomodou muita gente nesta Casa a formação de um bloco verdadeiramente de oposição!

Falo aos meus companheiros do PCdoB e do PDT: infelizmente, não estamos juntos nesse bloco, mas não tenho dúvida de que estaremos juntos nas ruas, estaremos juntos nas lutas e, em breve, poderemos estar juntos de forma mais organizada. Que pena não estarmos neste bloco agora! Não faço aqui a polêmica, porque depois teremos tempo de fraternalmente fazer esse debate, mas não tenho dúvida de onde está a oposição. A oposição está em quem sempre enfrentou o Governo Bolsonaro, ao longo do tempo.

Quero dizer que a democracia está em risco neste País, porque a nossa democracia é frágil. A democracia é frágil, Deputada Benedita da Silva! A democracia é frágil, Deputada Sâmia Bomfim! Nós só tivemos cinco Presidentes que foram eleitos de forma direta e secreta e concluíram o seu mandato. Ao longo de 130 anos de República, apenas cinco Presidentes que foram eleitos de forma direta e secreta, Deputado Vicentinho, concluíram o seu mandato! Isso mostra o grau de fragilidade que nós temos na democracia brasileira. Isso é impressionante! E esta democracia está mais ameaçada agora, quando



ganha a eleição para a Presidência alguém que não tem compromisso com a democracia.

Esta Casa tem que responder a isso! Esta Casa tem uma homenagem, logo ali em cima, a Rubens Paiva! Esta Casa não tem homenagem a torturador! (*Palmas.*)

Esta Casa homenageia Rubens Paiva para que nós tenhamos memória, para que nós não esqueçamos que, em qualquer regime autoritário, o primeiro lugar a ser fechado é o Parlamento. Por isso, o Parlamento não pode deixar de ser independente. O Parlamento não pode ficar agachado ante um Governo autoritário, porque o Parlamento é o primeiro a ser fechado, diante das medidas que este Governo pode vir a tomar.

Que bom que temos a memória de Rubens Paiva sobre nós neste plenário! Nós temos que falar da democracia, porque esta democracia é frágil e nós temos que lutar por ela. O Parlamento tem responsabilidade.

Esta democracia, por exemplo, não consegue garantir a permanência do Deputado Jean Wyllys, ameaçado brutalmente pelo crescimento da intolerância, pelo crescimento da violência, pelo crescimento da homofobia. (*Palmas.*)

Isso não é, Deputadas e Deputados, uma perda para o PSOL. Isto não é uma perda para a esquerda. Que pena que o pensamento pequeno de alguns comemora um Deputado ser ameaçado e não poder exercer o seu mandato! Isso poderia acontecer com qualquer Deputado e teria que ser lastimado e lamentado por todos. Isso caracteriza a fragilidade da nossa democracia como um todo.

É devido a essa democracia frágil que, depois de 11 meses, nós não temos a solução do caso de Marielle Franco, uma Vereadora da cidade do Rio de Janeiro que foi brutal e covardemente assassinada, e até hoje nós não sabemos quem a matou. (*Palmas.*)

Foi um grupo político que matou Marielle, todos sabem disso! Foi um grupo político que matou Marielle, um grupo político que tem relações com todas as Casas políticas, inclusive com esta aqui, um grupo político que tem que ser descoberto!

Nós temos que saber quem a matou e por que a matou, porque foi um crime contra a democracia. Esta Casa tem que fortalecer a democracia por esses exemplos. Se Marielle incomodou esse grupo político que foi capaz de matá-la, se não descobrirmos, isso pode acontecer com outro Deputado, que pode não ser de esquerda. Pode acontecer com um juiz, com um promotor, com um jornalista. Por isso é um crime contra a



democracia. Não que a vida da Marielle valha mais do que a vida de qualquer outro. É esta democracia em crise o que nós temos que priorizar nesta Casa.

O próximo Presidente desta Casa tem que colocar como pauta fundamental a defesa da democracia. Tem que resgatar a Constituição de 1988, tem que resgatar o espírito da Constituição de 1888 e colocar o enfrentamento à desigualdade social como pauta primeira!

É por isso, senhoras e senhores, que não dá para aceitar que venha para esta Casa uma reforma da Previdência que, por exemplo, fale em idade mínima como se as pessoas vivessem igualmente neste País. É o nono país mais desigual do mundo, o nono país mais desigual do mundo! Os 10% mais pobres do Brasil vivem abaixo da linha da pobreza. É deste País que nós estamos falando. Com esta desigualdade, não há democracia!

A democracia não é um instrumento só para nos dar mandatos: a democracia tem que ser um instrumento para garantir a vida das pessoas. Nós vivemos diante do genocídio da juventude negra. Nós vivemos diante do feminicídio brutal, que cresce a cada momento.

Que bom que nós tivemos o maior crescimento da bancada de mulheres! Chegamos a 77 Deputadas, que é a maior a bancada desta Casa. Nenhum partido tem 77 Deputados, e nós temos 77 mulheres. Espero que sejam priorizadas e que tenham espaço político. *(Palmas.)*

E este é um compromisso nosso, para que esta Casa seja um lugar para se combater machismo, para se combater feminicídio, para se relacionar mulher com poder, porque é aí que nós enfrentamos o machismo: quando a mulher chega ao poder. Não há outro caminho.

É muito importante nós dialogarmos com os mais novos desta Casa, para dizer que os mais novos não têm que chegar aqui e seguir a sequência do que já vem sendo feito e questionado por muitos de forma digna, mas os mais novos têm que ter espaço. É a maior renovação da Câmara desde 1990. É importante que estes que estão chegando tenham espaço, um espaço de construção.

Mas esta Casa tem que dar espaço também para a sociedade civil. Esta Casa tem que ampliar a capacidade das audiências públicas, esta Casa tem que ampliar a capacidade da participação popular. E este é o melhor caminho da transparência. Nós temos que ter transparência nesta Casa, que é o grande caminho para enfrentar a corrupção, que é, sim, uma prioridade nossa. Mas nós temos que garantir que a sociedade civil venha para cá e participe.

Aliás, quero dizer, senhoras e senhores, que, se esta Casa tivesse



recebido mais vezes, se tivesse conversado mais vezes com o Movimento dos Atingidos por Barragens, ou se tivesse recebido esse movimento social mais do que recebeu o dono da Vale, talvez nós não estivéssemos hoje contando corpos em Minas Gerais, com a tragédia de Brumadinho. *(Palmas.)*

Esse é um projeto de desenvolvimento, esse é um modelo de desenvolvimento que não nos interessa: acumula riqueza, acumula terra, acumula poder na mão de poucos.

Olhem a imagem deste Parlamento! Olhem a nossa imagem! Nós temos que garantir que aqueles que não estão aqui, possam vir e possam falar. Este lugar aqui é para o *parlar*, mas tem que aprender a ouvir. Se não fizermos isso, não teremos democracia aprofundada - e diante do Governo Bolsonaro, diante de um Governo que não reconhece sequer o aquecimento global, o que é um atraso que dá vergonha! Trata-se de um Governo que diz que vai acabar com o ativismo. Este é o País que mais mata ativista no mundo! Nenhum lugar mata mais ativista no mundo, e nós temos um Presidente que diz que vai acabar com o ativismo!

Portanto, o próximo Presidente desta Casa tem que garantir democracia para dentro, democracia como instrumento principal no diálogo com a sociedade. E transparência, e compromisso com uma luta política que não dependa do Governo, mas dê independência e autonomia a esses Parlamentares.

Para terminar, senhoras e senhores, eu quero dizer que acho ótimo que possamos travar um bom debate de ideias entre conservadores, liberais, socialistas. Aqui há espaço para troca de ideias, não pode é haver espaço para...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota. PSB - PE) - V.Exa. terá mais 1 minuto.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ) - A democracia é, sim, o espaço da diferença. A razão de ser deste Parlamento é que possamos ser diferentes, que possamos pensar diferente, que possamos ter divergências. Isso é saudável. E o Presidente desta Casa tem que garantir às minorias este direito, exatamente por entender o espírito maior da Câmara dos Deputados, o compromisso com a democracia. Não há problema, desde que tenhamos ideias. O problema é quando o fanatismo cresce e ganha espaço, porque o fanatismo quer eliminar a diferença, quer eliminar o outro. Comemora o fim do outro. Nesta Casa,

não podemos dar espaço ao fanatismo, porque o fanatismo é a contradição da democracia.

(Palmas prolongadas.)

Temos de ampliar a capacidade da diferença. Temos, sem dúvida alguma, de discutirmos e sentarmos juntos, principalmente com quem é diferente. Sejam bem-vindos os diferentes! Mas para os fanáticos não pode haver espaço nesta Casa, porque contrariam a democracia. O Parlamento é o espaço para a democracia.

Documento 3/370

001.1.56.N	Sessão Extraordinária - CN	04/02/2019-15:17
Publ.: DCN - 2/5/2019 - 6	SORAYA SANTOS-PR -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Leitura da Mensagem do Poder Executivo ao Congresso Nacional, ao ensejo da abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A SRA. SORAYA SANTOS (PR - RJ) -

Sras. e Srs. Congressistas, o Governo brasileiro vem ao Parlamento, na abertura deste ano legislativo, trazer uma mensagem de esperança. A esperança de que falo é a esperança da atitude e da liberdade.

Falo, ainda, da resistência de um povo, de uma Nação. O Brasil resistiu a décadas de uma operação cultural e política destinada a destruir a essência mais singela e solidária de nosso povo, representada nos valores da civilização judaico-cristã. Esse processo começou pela dominação cultural nos espaços de formação e informação, passou pela ocupação do poder nas estruturas públicas e instituições e, por fim, chegou ao próprio Governo. O Estado foi assaltado. O Erário foi colocado à disposição de tiranetes mundo afora. E a democracia ficou vulnerável diante de tamanha dilapidação moral e ética.

Os brasileiros, especialmente os mais pobres, conhecem o resultado da era que terminou: a pior recessão econômica da história nos foi legada. Treze milhões de desempregados! Isso foi resultado direto do maior esquema de corrupção do planeta, criado para custear um projeto de poder local e continental.

O combate à miséria foi limitado à maquiagem nos números. Indicadores



foram alterados para fins de propaganda, sem implicar melhoria nas condições de vida da população.

A criminalidade bateu recordes, fruto do enfraquecimento das forças de segurança e de leis demasiadamente permissivas. O governo de então foi tímido na proteção da vítima e efusivo na vitimização social do criminoso. A mentalidade era: quem deve ir para o banco dos réus é a sociedade.

Isso acabou! O Governo brasileiro declara guerra ao crime organizado. Guerra moral, guerra jurídica, guerra de combate. Não temos pena nem medo de criminoso. A eles sejam dadas as garantias da lei e que tais leis sejam mais duras. Nosso Governo já está trabalhando nessa direção.

Os mais vulneráveis foram os que mais sofreram com a degradação da segurança. Mulheres, crianças, pobres e negros eram objeto de discurso, mas não de políticas consistentes de proteção. Não vamos descansar enquanto o Brasil não for um país mais seguro, em que as pessoas possam viver em paz com suas famílias.

Nas relações internacionais, o Brasil deu as costas para o mundo livre e desenvolvido. Na saúde, o povo foi abandonado e os índices de mortalidade infantil voltaram a subir, depois de décadas de queda.

O meio ambiente virou bandeira ideológica, prejudicando quem produz e quem preserva, que, diferentemente do que se prega, são as mesmas pessoas. De novo: mais um objeto de discurso, que, na prática, ficou desprotegido.

O Estado sobrepõe dezenas de estruturas de fiscalização, inibe quem quer produzir, mas não conseguiu coibir a tragédia de Brumadinho. Aproveito para enfatizar que continuaremos empregando toda [...] energia para dar suporte às famílias, para melhorar o modelo de fiscalização de barragens e para colaborar com as investigações. Não é com o Estado mais pesado que vamos resolver e, sim, com o Estado mais eficiente.

A propósito disso, cito outra herança: o aumento do custo Brasil. Com carga tributária impeditiva, modais logísticos insuficientes e burocracia paralisante, formou-se uma combinação que - além de não proteger o meio ambiente - destruiu nossa produtividade e nossa competitividade.

Nosso País, de dimensões continentais e com uma população plural e de espírito livre, rejeitou essa forma de governar. Caiu por terra a mentira. E eis que vimos nascer a verdade e a esperança de quem quer seguir em frente.

É fato que essa nova esperança se materializou em 2018. A esperança do trabalhador, do [...] [empregador], do cidadão do Brasil mais profundo, de todos que lutam de sol a sol para proteger suas famílias e serem felizes.

Nós - Executivo e Legislativo - temos grandes responsabilidades. [A

conscientização e] a concretização dos nossos sonhos começam por acreditar mais no Brasil e nos brasileiros do que nas soluções de Brasília. É verdade! E, acima de tudo, não esquecer: governamos para Sua Excelência, a população brasileira!

É hora de a Administração Pública voltar a SERVIR, a resolver os problemas da Nação. E é isso que significa dizer "mais Brasil, menos Brasília". O Estado brasileiro, ao longo do tempo, foi se voltando muito para si e pouco para a sociedade. É uma máquina que se retroalimenta e não percebe os anseios das pessoas, especialmente dos mais necessitados. O Brasil precisa voltar seu olhar para a vida real. Afinal, o Estado deve estar a serviço da sociedade, e não o contrário! A realidade acontece nos Municípios, nos mais de cinco mil rincões de vários sotaques que moldam a Nação brasileira.

Logo, a mudança que queremos - e precisamos - passa pela união das pessoas de bem, pela coragem dos que conosco irão resistir a todos os ataques que virão pela frente. Passa não só pela escolha de Ministros, com trajetória de serviços prestados à Nação, como também pelos representantes escolhidos pela população brasileira.

Portanto, Srs. Congressistas, para construir uma nova esperança ao lado das senhoras e dos senhores, antes o nosso Governo precisa deixar claro o que rejeita. Para saber por onde queremos ir, é preciso primeiro entender o caminho que se deve evitar. E nós - como a imensa maioria dos brasileiros - rejeitamos as ditaduras, a opressão [rejeitamos as ditaduras, a opressão], o desrespeito aos direitos humanos. Rejeitamos, também, os modelos que subjuguem o Poder Legislativo e os demais Poderes, seja por corrupção, seja por ideologia, ou por ambas.

Rejeitamos, ainda, a perseguição à oposição, a quem pedimos apenas: respeito ao País e dignidade no exercício do seu legítimo papel.

Olhar para trás e ver o que está errado faz parte do aprendizado para o futuro. Mas, feito isso, é hora de olharmos para frente e levar o Brasil adiante!

Um país só é livre se livre é seu Parlamento.

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAYA SANTOS (PR - RJ) -

[Repetindo:] Um país só é livre se livre é seu Parlamento. Se respeita e zela pela Constituição. E um país só é desenvolvido se o seu Parlamento tem responsabilidade com a evolução, com a transformação e com o progresso. É hora de evoluirmos juntos - política e institucionalmente. É o mínimo que cada

um de nós, depositários da esperança, deve ao povo brasileiro.

Os primeiros passos dessa esperança concreta já estão sendo dados, tanto no ambiente interno, quanto no externo.

(Soa a campanha.)

A SRA. SORAYA SANTOS (PR - RJ) -

Os primeiros passos dessa esperança concreta já estão sendo dados, tanto no ambiente interno, quanto no externo. O Brasil volta a ser olhado pelo mundo como um lugar seguro [muito seguro] para investir, repleto de oportunidades. E mais do que isso: nossos empreendedores começam a recuperar a coragem para gerar emprego e renda. Os níveis de confiança melhoraram, a taxa de investimento parou de cair, os postos de trabalho voltaram a ser criados e a renda real das famílias começou a dar sinais de [...] [melhoria].

Estamos conscientes - nós e todos os [transformadores e] formadores de opinião responsáveis -: o grande impulso deste novo ambiente virá com o projeto da [Nova Presidência... Retificando] Nova Previdência [que é uma pauta de fundamental importância].

Estamos concebendo uma proposta moderna e, ao mesmo tempo, fraterna, que conjuga o equilíbrio atuarial com o amparo a quem mais precisa, separando "previdência" de "assistência", ao mesmo tempo em que combate fraudes e privilégios.

A Nova Previdência vai materializar a esperança concreta de que nossos jovens possam sonhar com seu futuro, por meio da Poupança Individual da Aposentadoria, um dos itens que está sendo formulado. É uma iniciativa que procura elevar a taxa da poupança nacional, criando condições de aumentar os investimentos e o ritmo de crescimento. É um caminho consistente para liberar o Brasil do capital internacional.

Ao transformar a Previdência, começamos uma grande mudança no Brasil. A confiança sobe, os negócios fluem, o emprego aumenta. E eis que se inicia um círculo virtuoso na economia [eis que se inicia um círculo virtuoso na economia]. Não tenham dúvida disso!

Essa é uma tarefa do Governo, do Parlamento e de todos os brasileiros.

Mas, é claro, temos outros desafios igualmente importantes. Nossa educação, muitas vezes transformada em espaço de doutrinação ideológica, precisa [...] [resguardar] a sua qualidade. Os pais do Brasil querem que seus filhos saibam português, matemática, ciências, que saibam ler, [saibam] escrever, evoluir por suas próprias pernas. E que as minorias e as diferenças sejam respeitadas em

ambiente acolhedor, afetivo e fraterno.

Nosso Governo quer recolocar o aluno no centro do projeto educacional, a partir de professores respeitados e valorizados. (*Palmas.*)

É nesse ambiente de liberdade que queremos desenvolver nossas crianças. E é LIBERDADE que queremos oferecer também a quem trabalha, a quem empreende, a quem investe. Queremos abrir o Brasil para as parcerias com a iniciativa privada, seja de capital nacional, seja de capital externo, desde que se cumpram todas as exigências legais.

Vamos defender sempre a liberdade de opinião, de crença, de imprensa, de manifestação religiosa e de pensamento!

Temos uma equipe de Ministros e técnicos altamente qualificada. Um time de ponta! Queremos transformar o País a partir de estudos sólidos e fundamentados que estão sendo elaborados pelos Ministros em suas respectivas áreas. Juntamente com o Congresso Nacional, vamos resgatar o Brasil!

Já somos um grande País. Iremos, juntos, transformar este País em uma grande Nação: Pátria amada, Brasil!

Muito obrigado!

Jair Messias Bolsonaro, Presidente da República Federativa do Brasil.
(*Palmas.*)

Documento 4/370

001.1.56.N	Sessão Extraordinária - CN	04/02/2019-15:17
Publ.: DCN - 2/5/2019 - 11	RODRIGO MAIA-DEM -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Saudações às autoridades presentes na sessão solene. Renovação da representatividade no Congresso Nacional. Urgente necessidade de apreciação, pelas duas Casas do Congresso Nacional, de pautas de relevante interesse da população brasileira, especialmente quanto às reformas previdenciária e tributária, e às destinadas à retomada do crescimento econômico, ao combate à corrupção e à redução dos índices de violência e de pobreza no País. Retrospecto das atividades desenvolvidas pela Câmara dos Deputados no

exercício anterior. Aperfeiçoamento da democracia representativa.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ. Para discursar.) - Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre; cumprimento o Vice-Presidente da República, Exmo. Sr. Hamilton Mourão; cumprimento o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli; cumprimento o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Sr. Onyx Lorenzoni; cumprimento a Procuradora-Geral da República, Sra. Raquel Dodge; cumprimento a 1ª Secretária da Mesa do Congresso Nacional, Sra. Deputada Federal Soraya Santos, cumprimentando através dela todas a Deputadas do nosso Parlamento; cumprimento a Sra. Senadora Simone Tebet, cumprimentando todas as Senadoras da República; cumprimento o Senador Izalci Lucas, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores; cumprimento o Ministro Sergio Moro, o Ministro Fernando Azevedo, o Sr. Ministro Bento Albuquerque, o Sr. Ministro Gustavo Bebianno, o Sr. Ministro Santos Cruz, o Sr. Almirante Ilques Barbosa, o Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Antônio Carlos Bermudez; cumprimento o Presidente do Superior Tribunal Militar, Sr. Ministro José Coêlho Ferreira; o Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, Sra. Ministra Ana Arraes; o Vice-Governador do Distrito Federal, Paco Britto; senhoras e senhoras.

Primeiramente, por marcar o início de uma nova Legislatura, na qual os brasileiros depositam grandes expectativas... No ano passado, a maioria do eleitorado foi às urnas para expressar o seu desejo de mudança, e desse movimento que agitou a sociedade como há muito tempo não se via resultou a maior taxa de renovação do Congresso Nacional desde a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, em 1986. No Senado, mais de 85% das vagas em disputa foram renovadas e, na Câmara, quase metade do Plenário. Essa grande transformação envolve também um número de partidos com representação no Congresso maior desde a redemocratização do País.

Sem dúvida, a nova configuração exigirá de nós todos muita responsabilidade e redobrado esforço para, em cenário fragmentado, construir os acordos necessários ao bom andamento dos trabalhos do Congresso.

Isso remete ao segundo motivo do significado especial conferido à presente inauguração de Sessão Legislativa: nesta Legislatura, precisaremos enfrentar uma pauta de matérias urgentes, de modo a corresponder à vontade da maioria da população, indicada pelo resultado das urnas. Nessa pauta, sobressaltam-se temas como as reformas da previdência e tributária, a retomada do crescimento econômico, a redução da violência, o combate à corrupção e a redução da pobreza no nosso País.

A tarefa de adequar o funcionamento do Congresso a seu novo perfil e, ao mesmo tempo, deliberar sobre questões de tamanha relevância apresenta enormes desafios. Mas estou certo de que seremos capazes de realizá-la, nesta Legislatura, e continuar honrando a tradição de sintonia desta instituição com o

anseio popular.

A esse respeito, peço que me permitam apresentar brevemente alguns dados sobre a atividade da Câmara no ano passado. É importante destacar que se tratou de um ano eleitoral, no qual, como de costume, os Deputados têm de permanecer por maior tempo em suas bases eleitorais. Além disso, o período foi marcado por intenso debate sobre os rumos do País, envolvendo os mais variados segmentos da sociedade.

Mesmo assim, a Câmara aprovou 149 propostas em Plenário e 132 projetos em caráter conclusivo na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Entre as que foram aprovadas em Plenário, encontravam-se medidas provisórias, projetos de lei e de lei complementar. As matérias tratadas envolveram questões relacionadas a transporte, segurança, energia, economia e acesso a dados, além de outras de interesse da agenda nacional.

Agora, passadas as emoções da campanha eleitoral, teremos condições de retomar o ritmo de nossas atividades no âmbito do Parlamento, onde devam prevalecer as regras do debate civilizado e do convívio democrático. Desse modo, poderemos contribuir para solucionar os graves problemas que hoje afligem a maioria dos brasileiros.

Se, por um lado, o Brasil apresenta um quadro de inflação controlada e de reservas internacionais altas, por outro, vem experimentando, há alguns anos, baixo crescimento do PIB e elevada taxa de desemprego. Para tornar a situação ainda mais delicada, o desequilíbrio fiscal levanta uma série de interrogações sobre a capacidade de recuperação da nossa economia. E não se trata apenas da União: os Estados e Municípios também estão se defrontando com uma crise sem precedentes. Em muitas unidades da Federação, faltam recursos para pagar o funcionalismo, bem como para custear serviços de educação, saúde e segurança, o que gera graves prejuízos à vida dos cidadãos. Não surpreende que, em tais circunstâncias, sete Governadores já tenham declarado estado de calamidade financeira.

Especialistas apontam ser o custo dos sistemas previdenciários estatais, hoje praticamente todos deficitários, uma das principais, se não a maior, causa desse desequilíbrio nas contas públicas. Isso ocorre em diversos países, em razão das mudanças no mercado de trabalho e da elevação da expectativa de vida, entre outros fatores estruturais. Em busca de estabilidade, muitos desses países já se encontram reformando seus sistemas previdenciários. Não é tarefa simples, uma vez que impõe sacrifícios à população. No entanto, para garantir o equilíbrio fiscal, o crescimento econômico, a geração de empregos e o próprio pagamento dos benefícios aos aposentados, é imperativo enfrentar esse desafio. E quão mais urgente menos doloroso o sacrifício.

Talvez seja esse o maior desafio com o qual nos defrontamos nesta Legislatura. A aprovação da reforma da previdência constituirá indicador seguro de que temos condições de promover também outras mudanças destinadas a estimular

o nosso desenvolvimento. A realidade aponta para a necessidade inexorável da reforma. Podem-se discutir, entretanto, questões pontuais envolvidas na sua implementação.

O Executivo está ultimando sua proposta, e caberá ao Congresso examiná-la na sua forma, mérito, tempo e em diálogo com toda a sociedade. Na condição de representante do povo brasileiro, nossa responsabilidade é muito grande. Devemos aprovar uma reforma adequada às exigências de dinamização da nossa economia. Ao mesmo tempo, precisamos ter sensibilidade para evitar que o sacrifício imposto ao conjunto da população venha a ser demasiado e injustamente distribuído.

Outra questão espinhosa que teremos que examinar é a do combate à criminalidade, seja a do colarinho branco, seja a que ameaça a segurança pública e a tranquilidade do cidadão de modo mais imediato. Como esse problema é complexo, teremos que analisar as propostas apresentadas para solucioná-lo com bastante cuidado. Estou seguro de que podemos fazê-lo levando em conta os diferentes pontos de vista e exercitando a nossa capacidade de diálogo, atitude que, aliás, sempre deve servir de diretriz à atividade parlamentar.

Menciono apenas esses temas para não me estender demais, mas é evidente que muitas outras matérias serão debatidas e votadas ao longo da Legislatura que agora se inicia. Cumpre-nos atuar em sintonia com a gravidade do momento, com o anseio da sociedade e com os princípios constitucionais, para que o Congresso siga desempenhando sua missão histórica.

Da nossa atuação dependerá não apenas o fortalecimento do Congresso, senão também o da própria reafirmação da democracia representativa, que, apesar de suas imperfeições, é o melhor dos regimes para defender a justiça social e o direito de todos. É nosso dever, portanto, aperfeiçoá-la, estreitando o nosso relacionamento com o cidadão e com as demandas, para o bem do Brasil.

Bom trabalho e muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Documento 5/370

1.2019	Sessão Não Deliberativa	de	05/02/2019-14:08
	Debates - CD		
Publ.: DCD - 2/6/2019	MARCON-PT -RS		
- 16			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE		PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário



Agradecimento aos eleitores do Estado do Rio Grande do Sul pela eleição do orador. Linhas de sua atuação parlamentar na Câmara dos Deputados.

O SR. MARCON (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna, no início dos trabalhos desta nova legislatura, primeiro para agradecer os votos que eu recebi no Rio Grande do Sul. O povo gaúcho me fez o quinto Deputado mais votado da bancada gaúcha.

Estou aqui com compromisso com a reforma agrária, para que as nossas famílias acampadas e assentadas tenham o respeito do atual Presidente da República. Para o povo que vive na cidade e precisa de transporte, de casa, de saúde e de educação, faz-se necessária urgentemente uma reforma urbana em nossa País.

Também vou continuar na luta contra a retirada de direitos do nosso povo brasileiro. Serei contra a reforma da Previdência. Por que o Governo Federal não cobra dos devedores, que devem 2 trilhões de reais para a Previdência? Por que o Governo não mexe na política do Judiciário, dos militares, dos próprios Deputados? Por que é o trabalhador que tem que pagar a conta?

Eu gostaria de que o meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO MARCON.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje agradecer, mais uma vez, ao povo gaúcho pela confiança, pelos 122.838 votos confiados ao nosso projeto político e às causas e bandeiras que defendemos, para ocuparmos nosso terceiro mandato aqui na Câmara Federal, e que nos fez o quinto Parlamentar mais votado do Rio Grande do Sul.

Quero aproveitar a oportunidade e reforçar que meu mandato seguirá em defesa dos movimentos sociais, da agricultura familiar, da reforma agrária e urbana, dos trabalhadores do campo e da cidade e da luta por direitos que sempre defendi e sempre defenderei.

Reforço também minha oposição ao Governo Bolsonaro, que em



pouquíssimo tempo já é caracterizado por uma série de escândalos e polêmicas, além de deixar claro à população gaúcha e, conseqüentemente, à população brasileira que votarei contra a proposta de reforma da Previdência ventilada pelo atual Governo, que não mexe nos altos salários, nos políticos, no Judiciário e nos militares. Colocar apenas os trabalhadores urbanos e rurais como vilões da Previdência é não ter bom senso e ser desleal com a base da população brasileira mais pobre.

Lutaremos contra o retrocesso e o desmanche das políticas públicas adotadas nos últimos 16 anos, nas quais foram incluídos milhões de brasileiros e brasileiras, através dos programas sociais nos Governos Lula e Dilma.

Nosso mandato será uma trincheira de luta e resistência na defesa dos movimentos sociais, que, ao que tudo indica, inclusive as medidas já previamente estabelecidas, tendem a ser perseguidos pelo Governo. Não aceitaremos retrocessos!

Agradeço a todo o Estado do Rio Grande do Sul por esta oportunidade de defender outra vez o povo do Estado gaúcho.

Documento 6/370

1.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 05/02/2019- CD	14:32
Publ.: DCD - 2/6/2019 - 31	KIM KATAGUIRI-DEM -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos eleitores do Estado de São Paulo pela eleição do orador. Renovação da política brasileira. Defesa de realização da reforma previdenciária. Agradecimento ao Movimento Brasil Livre - MBL por apoio ao Parlamentar. Transcurso dos 2 anos de falecimento do pai do orador.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, muito me honra utilizar esta tribuna pela primeira vez como Deputado Federal empossado. Antes de tudo, quero agradecer aos 465 mil brasileiros que acreditaram em mim e me conferiram este mandato.

Venho justamente para tentar trazer renovação e retomar a esperança



na política, que se perdeu, combatendo a demonização da política. Acho que todos os colegas aqui sabem que, para a população em geral, infelizmente a imagem que o político tem hoje é a de ladrão, de bandido, e sabemos isso não é verdade. Sabemos que aqui há muita gente séria, muita gente que trabalha, muita gente com bons projetos a serem debatidos. É esta a imagem que precisamos levar para fora: a imagem do debate, a imagem da proposição, a imagem de uma Câmara dos Deputados que serve à população, e não que se serve dela.

Aos colegas que não me conhecem, quero me apresentar. Sou Kim Kataguirí. Fui eleito pelo Democratas de São Paulo. Sou filho de metalúrgico e dona de casa. Não tenho origem de *playboy*, como as esquerdas adoram dizer. "*Ah, só filho de rico ou de bilionário defende o liberalismo!*" Pelo contrário, quem mais se beneficia do liberalismo, quem mais se beneficia da liberdade de mercado, é justamente o mais pobre, aquele que mais precisa.

Exatamente por isso, já aproveitando um tema atual, o do vazamento da minuta da reforma previdenciária, aproveito este primeiro pronunciamento - e agradeço o tempo de Liderança a mim concedido pelo bloco - para falar um pouco sobre a reforma previdenciária e a necessidade que temos de aprová-la urgentemente nesta Casa, neste plenário. Fazendo-se uma comparação entre o Campeonato Brasileiro e o Governo Bolsonaro, pode-se dizer que o Governo Bolsonaro está começando pela final. A final é a votação da reforma previdenciária, e nós precisamos vencer essa final.

Peço ajuda inclusive aos Parlamentares de esquerda, que falam muito sobre desigualdade social, sobre o combate à pobreza. Não existe hoje maior causador de desigualdade social, maior causador de pobreza, maior causador de miséria, maior causador de transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos, do que o nosso sistema previdenciário. É engraçado que todos esses que vociferam contra a reforma da Previdência - e isto é transparente, bastando verificar no Portal da Câmara dos Deputados - não abriam mão das suas aposentadorias parlamentares, que é um sistema não de repartição geracional, mas de repartição simples, ou seja, esses Parlamentares que se dizem contra a reforma querem um sistema diferente para si mesmos, mas querem que a população continue no esquema de pirâmide, em que os mais pobres são obrigados a financiar a elite do funcionalismo público, inclusive Deputados, Senadores, juizes, promotores, Ministros do Supremo Tribunal Federal e servidores públicos federais. Essa desigualdade social institucionalizada tem de acabar.

Quem fala em combate à miséria, em combate à pobreza, em combate à desigualdade, mas não fala em reforma da Previdência, não passa de um hipócrita, não passa de um populista. Pode-se falar muito aqui



sobre educação, sobre saúde, sobre segurança, mas o dinheiro precisa sair de algum lugar, porque ele não nasce do chão. Se nós não fizermos essa reforma, todos os Estados vão continuar quebrados, os senhores não vão conseguir mandar emendas para as suas respectivas bases eleitorais, e, mais uma vez, o Congresso vai sair desgastado.

Quero aproveitar meus últimos minutos para agradecer também ao Movimento Brasil Livre, que me acompanhou durante toda essa trajetória. Tive a honra de ser um dos seus fundadores. Caminhamos a pé de São Paulo até Brasília para, aqui nesta Casa, protocolar o pedido de *impeachment*. Também acampamos durante mais de 1 mês em frente a esta Casa para derrubar o Governo mais corrupto da história do País - tenho muito orgulho de dizer isso. Chego aqui para mostrar que não estava simplesmente fazendo oposição por oposição, não estava simplesmente jogando pedra, mas queria colocar algo no lugar.

Para finalizar, Sra. Presidente, quero dizer que estou usando uma das únicas heranças que meu pai, falecido há 2 anos, me deixou, que é esta gravata que ele comprou para acompanhar a formatura da minha irmã. Eu me sinto triste por ele não estar aqui para ver a minha posse, para ver eu me formar, mas ele pode ter certeza de que eu vou seguir com a honra e com a moral que ele me ensinou a vida inteira.

Obrigado, Sra. Presidente.

Documento 7/370

1.2019	Sessão Não Deliberativa	de	05/02/2019-15:24
	Debates - CD		
Publ.: DCD - 2/6/2019 - 51	JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO	

Sumário

Compromisso de atuação parlamentar em defesa dos direitos dos trabalhadores e dos povos indígenas. Contrariedade à proposta de reforma previdenciária. Necessidade de ampliação de benefícios concedidos à Zona Franca de Manaus e de realização de investimentos na melhoria da BR-319. Apoio à criação de CPI destinada à investigação da relação das milícias do Estado do Rio de Janeiro com filhos do Presidente Jair Bolsonaro. Agradecimento à população do Estado do Amazonas pela eleição do orador.



O SR. JOSÉ RICARDO (Bloco/PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, queria aqui saudar todos os colegas Parlamentares e dizer que, no Partido dos Trabalhadores, estamos representando o Estado do Amazonas, o maior Estado do Brasil, com a maior população indígena, ameaçada agora com as medidas do Governo Federal.

Exerci dois mandatos de Vereador em Manaus e dois mandatos de Deputado Estadual. Chego agora à Câmara dos Deputados como o Deputado mais votado do Estado do Amazonas: recebi 197 mil votos.

A nossa postura é de cobrança, de fiscalização. A população espera que o Parlamentar seja uma voz para falar dos seus anseios, questionar projetos que prejudicam ou que retiram direitos. Essa vai ser a nossa postura nesta Casa, cobrando do Governo e prestando contas lá no Estado, como sempre fizemos, nas feiras, nos mercados, em cima de uma kombi, mas sempre dialogando com a população, ouvindo a população, que muitas vezes não teve espaço para poder se manifestar.

A nossa luta é pelos trabalhadores, pelos direitos dos trabalhadores. Na reforma trabalhista falaram em gerar empregos, e hoje nós temos mais de 12 milhões de desempregados, depois desse golpe e com esse Governo desastrado que nós tivemos. E não há, por enquanto, nenhuma perspectiva de mudança desse quadro.

A nossa luta é contra reforma como essa que se está apresentando, a reforma da Previdência, que prejudica os mais pobres, as mulheres, os trabalhadores rurais, e não combate a sonegação das grandes empresas. E é interessante como não querem falar sobre o fato de as grandes empresas não recolherem para a Previdência. E aí falam de um déficit que, em última instância, não existe. Agora, já falam em se acabar com a Justiça do Trabalho. Neste momento está acontecendo um ato nesta Casa em defesa da Justiça do Trabalho e dos trabalhadores.

Portanto, vamos nos manifestar. O nosso posicionamento é contrário a essa reforma, nesse formato.

Também temos as pautas do nosso Estado, o Amazonas. Todo mundo sabe da existência da Zona Franca de Manaus, a política de incentivos é o sustento do Estado. A maior parte da arrecadação vem das atividades da Zona Franca, do polo industrial. Lula prorrogou por 10 anos os incentivos fiscais, garantindo a continuidade das empresas e do emprego; e a Presidenta Dilma prorrogou por mais 50 anos, garantindo, portanto, empregos.

Mas no período do Lula e da Dilma nós chegamos a 123 mil empregos;

e com esse golpe, e com essas medidas até hoje não passamos agora de 85 mil empregos diretos. Essa é uma pauta pela qual vamos lutar, até porque o novo Ministro já falou que talvez vá rever essa política, e nós sabemos que é uma política de desenvolvimento regional que precisa ser ampliada. Essa também é uma pauta que envolve investimentos em infraestrutura.

Daqui a pouco temos uma reunião da bancada do Amazonas para cobrar do Ministro da Infraestrutura investimentos na BR-319, mas também que se olhe para a questão ambiental. Essa é uma luta em que vamos estar juntos com a única Parlamentar indígena - esse também é um direito dos indígenas. A Medida Provisória nº 870 bate direto com relação aos direitos dos indígenas, afeta os seus direitos, muda toda a estrutura da FUNAI. Portanto, essa é uma das grandes preocupações nossas, em que vamos, portanto, apoiar os povos indígenas.

Ouvi agora há pouco falarem algo que estou ouvindo desde que cheguei aqui: sobre CPIs. Estão apresentando várias propostas para CPIs estranhas, talvez para mudar o foco das questões principais. Mas se é para ter uma CPI, vamos começar com a CPI do Queiroz. Vamos começar a investigar essa relação com as milícias, com os filhos do Presidente da República.

Essa, sim, é que deveria ser a prioridade.

Portanto, aqui eu me somo à luta da bancada do Partido dos Trabalhadores pelos direitos dos trabalhadores. Nós vamos ser essa voz pelo Estado do Amazonas.

Aproveito para agradecer os 197 mil votos do povo que quer, com certeza, voz aqui na Câmara. Também devemos insistir, porque está na hora de pensar no direito dos trabalhadores. E não se faz isso mudando e tirando direitos dos trabalhadores.

Documento 8/370

1.2019	Sessão Não Deliberativa	de	05/02/2019-16:00
	Debates - CD		
Publ.: DCD - 2/6/2019 - 61	MARX BELTRÃO-PSD -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Necessidade de realização das reformas previdenciária e tributária e de revisão do pacto federativo. Preocupação com os elevados índices de desemprego



reinantes no País. Benefícios advindos da desburocratização. Apoio à criação de CPI para investigação das causas do rompimento de barragem no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais, e do surgimento de fissuras e rachaduras no Bairro Pinheiro, em Maceió, Estado de Alagoas. Anúncio de adoção das medidas necessárias para a validação de diplomas de estudantes vítimas de golpe denunciado pelo programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão. Apoio às propostas de modernização da Lei Geral do Turismo; de participação do capital estrangeiro em companhias aéreas e de criação da nova Embratur.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PSD - AL. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, caros colegas, em primeiro lugar, eu gostaria de dar as boas-vindas a todos os Deputados e Deputadas e desejar um ano muito produtivo a todos. Nós temos, este ano, pautas muito propositivas para serem debatidas aqui no Congresso, pautas que vão fazer com que o nosso País possa crescer e possa avançar.

Precisamos recuperar a economia brasileira. Por isso, as propostas de reformas que o Governo mandará ao Congresso são de fundamental importância para que nós possamos encontrar o melhor texto, respeitando a Nação, respeitando a população, para fazer com que o Brasil possa recuperar a economia.

Tem-se falado na reforma da Previdência desde o ano passado, mas não poderemos deixar de discutir neste ano a reforma tributária. Ninguém, absolutamente nenhum brasileiro, aguenta mais pagar tantos impostos, como os que nós temos neste País. Nós precisamos também rever o pacto federativo para que os Municípios tenham condições de gerir as suas contas e fazer com que os serviços mais básicos sejam ofertados à população de maneira mais equilibrada.

Precisamos recuperar os empregos. O último dado do IBGE apontou que 12,2% da população estão desempregados; são mais de 12 milhões de brasileiros desempregados.

Nós precisamos também desburocratizar o País. Não é possível que, no *ranking* do Fórum Econômico Mundial, uma lista com 140 países, o Brasil ocupe a 137ª colocação entre países onde há dificuldades para se abrir um negócio. Nós precisamos, de uma vez por todas, encontrar o caminho para que o Brasil possa avançar com a desburocratização, sempre pensando no bem-estar da população.

Infelizmente, nós começamos este ano legislativo em meio a tragédias. O caso de Brumadinho, em Minas Gerais, está realmente sendo motivo de comoção nacional, mas eu não poderia deixar de citar aqui também o caso do Bairro do Pinheiro, na cidade de Maceió. O bairro inteiro está afundando, e as pessoas precisam de uma solução. O Serviço



Geológico do Brasil já detectou que o bairro está afundando.

Por isso, juntamente com vários Deputados da bancada de Minas Gerais, em especial, o Deputado Diego Andrade, do meu partido, nós entramos com um pedido de CPI para apurar essas irregularidades, investigá-las, para que, com os instrumentos disponíveis, nós possamos apontar os verdadeiros culpados com relação ao licenciamento, ao funcionamento e à fiscalização dessas atividades. Os dois casos possuem conexões muito claras, e acredito que nós vamos avançar com esse pedido de CPI.

Nós não podemos nos calar. Eu não posso e não vou me calar diante dessa situação. Vou defender não só os mineiros, mas também os alagoanos com todo o afinco e com muita determinação e responsabilidade.

Quero também chamar a atenção para o golpe do diploma, que foi noticiado no último episódio do programa *Fantástico*, no domingo passado. Só em Alagoas, mais de 20 mil pessoas foram prejudicadas e perderam anos de estudos, tendo adiado o sonho de uma vida melhor com a entrada no mercado de trabalho. Elas simplesmente caíram num golpe em que empresas que não tinham a menor responsabilidade estavam oferecendo cursos.

Mas nós não vamos ficar parados. Nós vamos usar todos os meios existentes na Casa, na Comissão de Educação, no Ministério Público Federal e no MEC para que esses diplomas sejam validados e para que essas pessoas possam ter os seus direitos garantidos.

Também quero chamar a atenção para alguns projetos que estão tramitando aqui na Casa. Quando eu fui Ministro do Turismo, mandei um pacote de medidas para o Congresso Nacional. Entre as propostas estavam a modernização da Lei Geral do Turismo, a abertura do capital das companhias aéreas em 100% para capital estrangeiro e também a criação da nova EMBRATUR. Nós precisamos aprovar essas proposições. Já que o Governo e todos nós falamos tanto em geração de emprego, essas três medidas juntas podem gerar milhões de empregos por todo o Brasil, no setor do turismo. Eu chamo a atenção dos nobres colegas para avançarmos nessas pautas.

Sra. Presidente, ao longo desses 4 anos, eu cansei de escutar que o Brasil é o país do futuro. Está na hora de darmos aos brasileiros o melhor país do presente.

Muito obrigado.



1.2019

Sessão Não Deliberativa de 05/02/2019-17:00
Debates - CD

Publ.: DCD
2/6/2019 - 80

MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO
PARLAMENTAR
DISCURSO

Sumário

Homenagem ao ex-Deputado Mauro Benevides. Importância do ajuste fiscal para o sucesso da gestão pública. Críticas à proposta de reforma previdenciária publicada por órgãos da imprensa.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Srs. Membros da Mesa, meus colegas Deputados, estou aqui também em nome do meu partido, o PDT, e do Bloco. Este é o meu primeiro mandato, mas venho há 12 anos ocupando a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. Estive nos primeiros 8 anos na gestão do hoje Senador e então Governador Cid Gomes, e nesses últimos 4 anos, na gestão do Governador Camilo Santana. De lá, posso assegurar-lhes a relevância que o ajuste fiscal representa para as boas práticas da gestão pública brasileira.

Dentre elas, a reforma da Previdência, para qual o nosso partido, o meu partido, o PDT - aliás, está aqui presente o líder do meu partido, Deputado André Figueiredo, o Deputado Afonso, o Deputado Leônidas Cristino, enfim...

Mas, antes de abordar o assunto, Sra. Presidente, Srs. Deputados, eu preciso realçar que estou aqui recebendo o bastão de um cearense, de um brasileiro que foi Senador duas vezes, Deputado Federal, meu pai, que está aqui presente, Mauro Benevides. *(Palmas.)*

Quero, portanto, fazer a minha homenagem a ele, neste momento em que falo ao País, através da Câmara dos Deputados.

Minha missão aqui hoje é fazer um alerta a esta Casa, porque hoje vazou uma proposta de reforma da Previdência. Eu mesmo tive a oportunidade de conversar com o Secretário de Previdência, Rogério Marinho - aliás, tive também a oportunidade de coordenar o programa econômico do então candidato à Presidência da República Ciro Gomes - e, tentando fazer uma convergência de ideias, fiquei surpreso, Sras. e Srs. Deputados, com esta versão que vazou hoje. Nesta versão - enquanto se está discutindo se serão 65 ou 62 anos -, esta proposta elimina por definitivo o regime de repartição na Previdência brasileira.

Eu acho que isto é um perigo muito grande. Devemos estar atentos



para que este modelo, mesmo tratando do regime de capitalização, tenha obrigatoriamente dois outros pilares: o pilar social, em que, independentemente de contribuição ou não, o brasileiro ou brasileira tenha condição de receber até 1 salário mínimo; e o segundo pilar, o pilar de repartição, que precisa ser reparametrizado, com certeza, tem que existir como garantia mínima daqueles que recebem nesta faixa salarial.

Entretanto, no regime de capitalização da proposta que vazou hoje na imprensa... Aliás, no texto integral que vazou hoje na imprensa, o regime de capitalização que está sendo proposto ao trabalhador privado e ao servidor público não possui nenhuma designação de que haverá a contribuição do trabalhador e, ao mesmo tempo, a contribuição patronal. Se não, repetiremos o erro crasso que foi cometido pelo Chile - que foi referência, por tantos anos, do regime capitalista. Lá, a contribuição é somente do trabalhador, o que tem ensejado uma aposentadoria bastante pequena. Agora, eles estão procurando corrigir isto, enviando ao Congresso Nacional uma proposta de contribuição patronal de 4%.

Portanto, estes são dois pontos sobre os quais esta Casa vai ter que refletir quando aqui chegarem para discussão. Primeiro, o modelo de previdência - não só se serão 65 ou 62 anos, mas o modelo e o regime de repartição, que, mesmo em valor menor, terá que constar.

Com certeza, o meu partido, a nossa bancada, nós haveremos de construir este senso comum para que nós possamos contribuir com o Brasil.

Final de contas, são 20 Estados brasileiros que estão com dificuldades extraordinárias para pagar a seus servidores. Não têm dinheiro para fazer investimentos nem têm dinheiro para pagar os seus fornecedores. E, mais grave ainda, eles não têm dinheiro nem mesmo...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Peço a V.Exa. que encerre, Deputado.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Pois não, Sra. Presidente. Eu agradeço a V.Exa.

Portanto, ou esses 20 Estados aproveitam este momento para fazer uma correção da sua gestão fiscal, ou nós vamos nos encaminhar nesses próximos 3 anos, quase a totalidade brasileira, para uma situação de insolvência fiscal e da Previdência, com certeza, de um

jeito ou de outro.

E, repito, o nosso modelo é bem melhor do que aquele que hoje está externado na imprensa brasileira. Aliás, o meu partido, nós vamos fazer essa correção, para que esses erros graves não persistam na proposta que vai chegar a esta Casa.

Agradeço a V.Exa. Fica aqui a certeza absoluta de que nós vamos contribuir com este País.

Documento 10/370

1.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 05/02/2019- CD	17:24
Publ.: DCD - 2/6/2019 - 88	ZECA DIRCEU-PT -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma da Previdência Social apresentada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes.

O SR. ZECA DIRCEU (Bloco/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, quero dar voz à grande maioria dos brasileiros e brasileiras e manifestar a minha indignação, a minha contrariedade com a proposta apresentada à imprensa pelo Ministro da Economia Paulo Guedes, o Ministro dos bancos e dos banqueiros, sobre a reforma da Previdência.

De reforma, não tem nada. É uma medida criminosa, que acaba com direitos. Vai, mais uma vez, no sentido contrário do que seria o óbvio: o óbvio seria uma proposta para atacar os sonegadores da Previdência, o óbvio seria uma proposta para acabar com os privilégios, que existem e são, sim, os fatores que mais desequilibram as contas da Previdência pública do nosso País. A reforma da Previdência de Paulo Guedes não é reforma, é retirada de direitos. É o fim da possibilidade de a grande maioria dos brasileiros e brasileiras terem garantido o direito à aposentadoria.

Nosso posicionamento será contrário. E vamos vencer, mais uma vez!

Documento 11/370

1.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 05/02/2019-
--------	--



Publ.: DCD - 2/6/2019 -
94

CAPITÃO WAGNER-PROS -CE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos eleitores cearenses pela eleição do orador. Solicitação ao Governo Jair Bolsonaro de manutenção de efetivo da Força Nacional de Segurança Pública no Estado do Ceará. Posicionamento contrário à proposta de reforma da Previdência Social.

O SR. CAPITÃO WAGNER (Bloco/PROS - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sra. Presidenta! Boa tarde a todos os Deputados presentes!

Inicialmente, quero agradecer ao povo do Ceará os mais de 303 mil votos que me permitiram estar neste momento nesta Casa, representando a população do Estado, que, como todo o Brasil tem acompanhado, passa por uma crise de segurança pública.

Eu queria fazer um registro muito especial. Na campanha, apoiei o candidato Jair Bolsonaro. Fui uma das poucas lideranças do Estado do Ceará que apoiou Jair Bolsonaro. Neste momento, eu queria chamar a atenção do Governo Federal, porque o Estado do Ceará passa por uma grande crise de violência. Neste momento, o Governo Jair Bolsonaro, que teve como uma das suas principais bandeiras a segurança pública, tem oportunidade de mostrar a que veio.

Estamos muitos preocupados com a notícia, veiculada hoje na imprensa, de que as tropas da Força Nacional que foram destinadas ao Estado do Ceará seriam retiradas gradativamente do Estado, num momento em que a crise ainda não foi debelada, os presídios ainda não foram tomados completamente pelo Estado e, logicamente, os ataques continuam acontecendo todos os dias nas ruas não só da Capital, mas de todo o Estado do Ceará.

Mesmo sendo da base do Governo Bolsonaro, eu me sinto na obrigação de cobrar do Governo Federal que essas tropas permaneçam no Estado do Ceará, para dar todo o apoio necessário às forças estaduais. O Governo do Estado, ao qual faço oposição, fez a parte dele: convocou policias que estavam já aposentados, que estavam na reserva remunerada, para virem para a ativa; aumentou o número de horas extras dos policiais; chamou também agentes penitenciários aprovados no último concurso público. Logicamente, o Governo Federal tem que dar a sua parcela de contribuição, assim como as Prefeituras. Nós cobramos a contribuição inclusive da



Prefeitura de Fortaleza, que tem um concurso pendente da Guarda Municipal e até agora não chamou esses guardas municipais.

Aproveito para pedir a toda a população que tenham muito cuidado com as informações que circulam, especialmente nas redes sociais. Vazou, nos meios políticos, essa dita reforma da Previdência, projeto que seria encaminhado para esta Casa. Nós acreditamos, logicamente, que não é o projeto que vai ser discutido e votado na Casa, até porque é um projeto que, na minha visão, não atende aos anseios da população. Ataca o trabalhador e acaba por ferir vários direitos dos trabalhadores.

Nessas condições, se for esse o projeto, mesmo sendo da base do Governo Bolsonaro, nós vamos votar contra a proposta. Temos que tratar os iguais de forma igual e os diferentes de forma diferente. É inadmissível que nós queiramos cobrar de um policial militar ou de um bombeiro, que não têm carga horária definida em lei e muitas vezes, como aconteceu agora no Estado do Ceará, são convocados quando já aposentados, que tenham que trabalhar a mesma quantidade de anos que outro trabalhador. Da mesma forma, outras categorias profissionais que tenham também características especiais.

Eu queria registrar, com muita alegria, neste meu primeiro pronunciamento, o agradecimento a todo o povo do Ceará e aos Parlamentares presentes.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 12/370

1.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates -05/02/2019- CD	17:48
Publ.: DCD - 2/6/2019 - 97	REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de realização das reformas tributária e previdenciária; de desoneração da folha de pagamento empresarial e de criação de novas legislações destinadas à geração de emprego e renda no País.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (Bloco/PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Geovania de Sá, eu serei rápido. Quero dizer que o Congresso tem uma grande oportunidade este ano de mudar o Brasil. As urnas elegeram Jair



Bolsonaro pela sua postura com relação à segurança, aos seus princípios, para acabar com a farra que a esquerda fez no Brasil. Vamos acabar com a incompetência, com as diretrizes ruins, e implantar a reforma tributária, a reforma da Previdência, pela qual o meu pai tanto lutou, fazer a desoneração da folha e criar muitas leis boas para gerar emprego e renda e melhorar o nosso País.

Contem comigo para apoiar essas mudanças! Obrigado. .

Documento 13/370

1.2019 Sessão Não Deliberativa de Debates - 05/02/2019-
CD 17:48
Publ.: DCD - 2/6/2019 - CORONEL TADEU-PSL -SP
97
CÂMARA DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Defesa do estabelecimento de regras diferenciadas para os profissionais de segurança pública no processo de reforma da Previdência Social.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente. Srs. Deputados, venho mais uma vez a esta tribuna para tratar de um assunto que vai possivelmente causar grande polêmica aqui neste plenário: a reforma da Previdência. Aliás, já está causando, uma vez que nos veículos de imprensa nós existe vazamento de informações de como será esse projeto.

Obviamente, nós não temos que nos ater a determinados vazamentos, porque são apenas propostas. Existe um corpo técnico, um corpo político tratando desse assunto tão delicado que já estão causando certo furor na mídia. Quanto à proposta da Previdência, particularmente, eu gostaria de expor a todos os Deputados que V.Exas. irão porventura enxergar que alguns segmentos podem ser separados. Eu me refiro especificamente aos policiais e a todos os profissionais de segurança deste Brasil: policiais civis, militares, federais, guardas municipais, que normalmente são esquecidos, e agentes do sistema prisional.

Esse leque de profissionais por vezes é atacado por quem não conhecem essa classe. Eles são chamados de privilegiados. Gostaria de perguntar qual é o privilégio de se trabalhar de madrugada, sob chuva, sob frio, atendendo quem quer que seja. Cumprir 30 anos no serviço de segurança, no serviço policial, é algo que não cabe na

cabeça de muitos de V.Exas.

Graças a Deus, foram eleitos em torno de 27 representantes dessas categorias para este Parlamento! Eles irão, ao longo do tempo, com as discussões, escancarar determinadas verdades, para que V.Exas. sejam sensibilizados a não votar a favor de privilégios, mas a votar a favor de excepcionalidade.

Para que V.Exas. tenham uma ideia dessa excepcionalidade, dos 34 direitos trabalhistas previsto pela Constituição, o policial militar goza de apenas de seis direitos. E a expectativa de vida de um policial militar, cientificamente comprovado, é de 12 anos a menos do que a média da população nacional.

Portanto, colegas, ponham a mão na consciência na hora de votar com os profissionais da segurança, com os policiais do nosso Brasil, porque são eles que mantêm todos os senhores vivos!

Obrigado.

Documento 14/370

1.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates -05/02/2019- CD	18:12
Publ.: DCD - 2/6/2019 - 107	EDUARDO CURY-PSDB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Saudações aos Deputados eleitos e aos reeleitos. Apoio à criação da CPI destinada à investigação das causas e responsabilidades pelo rompimento da barragem da empresa Vale, no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais. Imediata realização da reforma previdenciária.

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, rapidamente, primeiro eu gostaria de dar as boas-vindas aos novos Deputados e aos Deputados reeleitos e desejar-lhes muita sorte. A população assim espera de todos nós.

Gostaria de fazer dois registros. O primeiro é com relação ao meu apoio à CPI de Brumadinho. Embora eu seja de São Paulo, considero inadmissível uma segunda tragédia nos mesmos moldes sem que até agora saibamos as causas do rompimento de barreiras, principalmente numa empresa líder mundial, sem que apresente e dê garantias à

sociedade para evitar uma tragédia desse porte.

Então, eu acho que a CPI é uma ferramenta adequada, sem nenhuma demagogia. Eu não sou fã de CPIs para tudo, mas acredito que esta seja necessária para que nós entendamos o funcionamento e se há garantia de segurança das represas de mineradoras no Brasil.

O segundo ponto é a importância de todos nós nos centrarmos na reforma da Previdência. O Governo Bolsonaro está preparando a reforma, sob a égide do Ministro Paulo Guedes e do Secretário Rogério Marinho, e nós temos a enorme confiança de que este projeto venha para cá o mais rápido possível. Se não tratarmos desse assunto, Estados e Municípios quebrarão, e o Brasil entrará em insolvência.

Toda a prioridade à reforma da Previdência!

Documento 15/370

1.2019 Sessão Não Deliberativa de Debates - 05/02/2019-
CD 18:24
Publ.: DCD - 2/6/2019 - BOHN GASS-PT -RS
113
CÂMARA DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Rejeição da proposta de elevação da idade para a aposentadoria de homens e mulheres, defendida pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero dizer que igualar a aposentadoria para homens e mulheres aos 65 anos é culpar pela crise quem não tem culpa da crise. E, pior, passar a aposentadoria para os trabalhadoras e as trabalhadores rurais de 55 e 60 anos para 65 anos é um crime ainda maior. Ainda por cima querem jogar em cima da assistência social.

Falando em assistência social, o Bolsonaro está apresentando, e não só para a assistência social mas para o BPC, um salário inferior ao salário mínimo! Se formos seguir a regra que querem impor, que é a capitalização, copiando o modelo chileno, o aposentado receberá menos que um salário mínimo.

Isso não pode prosperar.

Por isso, nós lutaremos para fazer com que o povo possa ter dignidade de se aposentar, porque, com essa proposta, ou não se aposenta, ou

se aposenta mal, ou morre antes de se aposentar. Por isso, lutaremos contra ela.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO BOHN GASS.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, exigir que homens e mulheres só se aposentem com 65 anos é botar a culpa da crise em quem não tem culpa nenhuma, é fazer quem trabalha pagar uma conta que não é sua, é coisa de quem governa para os patrões, para os ricos e é contra os empregados e os mais pobres.

Aumentar a idade para a aposentadoria é aumentar o sacrifício de quem já tem uma vida sacrificada e igualar a exigência entre homem e mulher é negar a realidade de grande parte das mulheres que cumprem duas ou três jornadas de trabalho. No caso da trabalhadora rural então é ainda mais grave, porque as mulheres do campo, além da jornada dupla ou tripla, têm um trabalho sempre muito penoso.

Eu acho que o Governo Bolsonaro deixou vaziar essa proposta só para medir a reação da população.

Pois bem, como representante de 100 mil eleitores, estou aqui reagindo: se a reforma começa por aumentar e igualar a idade para aposentadoria, para mim, ela nem começa. Eu farei de tudo para impedir que um crime desses seja aprovado.

Documento 16/370

1.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates -05/02/2019- CD	18:40
Publ.: DCD - 2/6/2019 - 119	GENERAL GIRÃO-PSL -RN	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Recuperação de barragens no Estado do Rio Grande do Norte. Esclarecimento sobre a reforma previdenciária. Defesa de aprovação, pelo Congresso Nacional, de legislação de apoio aos policiais brasileiros.



O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PSL - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso da tribuna hoje pela segunda vez para dizer que o nosso Nordeste tem realmente uma grande preocupação também com as barragens que, por estarem sem água, secaram, racharam as paredes e, no nosso caso, no Rio Grande do Norte, nós temos hoje já identificadas duas barragens que estão com rachaduras e comprometimentos efetivos.

Conversamos com o Ministro Canuto, que já determinou algumas providências. Esperamos que isso daí possa ser resolvido em breve e que o nosso povo do Rio Grande do Norte possa ter a tranquilidade de continuar rezando para que São Pedro mande água, e que essas barragens possam ter água e o nosso agricultor possa ter um bom sustento para a sua vida.

Eu gostaria de rebater o colega que acabou de falar há pouco, dizendo que muito mais valor têm os agricultores em relação à Previdência. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, isso vai ser motivo de discussão nesta Casa. Nós vamos ter condições de debater tecnicamente a reforma da Previdência para que todos possam ser atendidos, de acordo com a capacidade do Estado brasileiro de fazer com que a reforma venha a acontecer. O Comandante do Exército, os Comandantes estão se pronunciando sobre isso, e nós todos temos, sim, que participar, mas sem valorização e sem comparação. Não vamos estabelecer comparativos porque todos querem o bem do Brasil. Não adianta comparar o agricultor com o militar das Forças Armadas, que está na fronteira fazendo a segurança, independentemente de horário de trabalho. Essa é a grande realidade dos nossos militares das Forças Armadas. Trabalham por 24 horas, se assim for necessário, porque lá na fronteira trabalha-se por missão, e a missão é enquanto houver necessidade e não conforme a legislação trabalhista, de 30 horas por semana, de 36 ou de 40 horas. Essa é a regra do jogo que nós, militares, cumprimos enquanto estamos no serviço ativo.

Tenho mais 1 minuto. Ao concluir, eu gostaria de dizer para todos que o Brasil está no caminho certo. Nós temos hoje que rezar para que os nossos valorosos profissionais da segurança pública possam cumprir o seu papel, enquanto a legislação não o permitir, defendendo-se contra um bandido que está armado. Ainda hoje, se um policial atirar em um bandido que está com um fuzil no meio da rua, é considerado criminoso. Isso tem que ser mudado; mudado, inclusive, o parâmetro de cômputo dos homicídios, dos crimes violentos, letais e intencionais. O policial que está defendendo a vida da sociedade tem, sim, que ser protegido por nós, Congresso Nacional, por legislação que dê o respaldo correspondente à necessidade de ele agir contra esses que

estão ameaçando a sociedade brasileira.

É isso, meus colegas. Nós teremos muito que discutir.

Documento 17/370

1.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 05/02/2019- CD	18:48
Publ.: DCD - 2/6/2019 - 122	- DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Rejeição de propostas apresentadas pelo Presidente da República. Posicionamento da sociedade brasileira, contrário às reformas previdenciária e trabalhista, à implantação da chamada escola sem partido (lei da mordaza) e à privatização de empresas estatais.

O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB - BA. Pela ordem. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero apenas firmar a nossa oposição ao atual Governo, em função da agenda que este Presidente tenta impor ao País, uma agenda contra os interesses da nossa Nação. Vejo aqui a arrogância de algumas pessoas tentando afirmar que são donas da verdade. É bom ter em mente que o atual Presidente recebeu 57 milhões de votos de 147 milhões de aptos a votar. Portanto, 90 milhões dos que estavam aptos não votaram.

E todas as indicações de pesquisas de hoje falam que a população compreende que é contra a reforma da Previdência, é contra a reforma trabalhista, é contra esse negócio de amordaçar as nossas escolas, é contra essa agenda de privatização que o Presidente quer.

Documento 18/370

2.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	de 06/02/2019-14:48
Publ.: DCD - 2/7/2019 - - 28	KIM KATAGUIRI-DEM -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário



Natureza demagógica do posicionamento de Deputados da Esquerda, favorável à manutenção de privilégios parlamentares e contrários à realização da reforma previdenciária.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/DEM - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, agradeço o espaço.

Queria, antes de mais nada, dizer que ontem ouvimos nesta Casa muitos discursos bonitos, muitos discursos falando sobre justiça social, sobre distribuição de renda, sobre a luta contra a desigualdade, sobre como Parlamentares do PT, do PSOL, do PCdoB lutam pelos mais fracos e pelos mais oprimidos, como eles lutam contra os privilégios, contra as injustiças do mundo, como eles são os monopolistas da virtude.

Agora o engraçado é notar que esses mesmos Parlamentares que usaram essas palavras bonitas não abriram mão de absolutamente nada do dinheiro público. Pelo contrário, esbanjam o quanto querem e na cara de todo mundo para quem quiser ver no Portal da Câmara.

Não abriram mão de auxílio-mudança nem de auxílio-moradia, nem de carro oficial, nem de motorista, nem da aposentadoria especial. Atenção: nem aqueles que são contrários à reforma da Previdência abrem mão da aposentadoria especial e ainda esbanjam no gasto da verba de gabinete.

Todos aqui são Parlamentares, não existe nenhuma criança aqui, todo mundo sabe que, proporcionalmente, quem mais paga imposto no Brasil é o mais pobre, porque os nossos impostos estão concentrados no consumo, não estão concentrados nem no patrimônio nem na renda. Quem mais paga imposto no Brasil é o Seu João, a Dona Maria, a dona de casa que compra arroz, feijão, toalha, papel higiênico, suas compras do dia a dia no supermercado. É ela quem mais paga imposto, é ela que, em regra, financia todos os gastos aqui desta Casa.

Diz o ditado que as palavras movem, mas que o exemplo - só o exemplo - arrasta. Por que esses Parlamentares que se dizem defensores dos mais pobres não fazem como diversos colegas aqui da Casa, liberais inclusive, pessoas do Partido Novo, pessoas do meu partido, eu mesmo, pessoas do Democratas, pessoas também do PP, do PSDB?

Em diversos partidos diferentes, eu vejo Parlamentares abrindo mão de todos os privilégios. Agora, em nenhum dos partidos de esquerda, eu vejo a mesma coisa acontecendo. E essas mesmas pessoas, esses mesmos guerreiros da justiça social ainda vociferam contra a reforma previdenciária falando que a reforma da Previdência é para tirar



dinheiro do mais pobre, falando que a reforma da Previdência é para acabar com direitos.

Quem frequentou aqui o curso desta Câmara - e eu o recomendo para os meus colegas de esquerda que, aparentemente, não o frequentaram - sabe que só 3% - atenção: só 3%! - do dinheiro do sistema previdenciário vai para a camada mais pobre da população. Talvez algum petista possa dizer: *"Bom, mas 3% já está bom, era o que a gente pegava na PETROBRAS. Por que o pobre não pode ficar com 3% também?"*

O problema é que, nesse caso, é um roubo institucionalizado de 97% do orçamento da Previdência! Noventa e sete por cento não vão para a população mais pobre. É esse o sistema justo dos mais pobres e dos oprimidos que a oposição tanto defende? É esse sistema de privilégios que beneficia mais a nós, Deputados, Senadores, juízes, Ministros do Supremo Tribunal Federal, Presidente da República, é esse sistema de privilégios que a esquerda defende?

Eu não acho que isso seja nada benéfico para os mais pobres. Eu não vejo como isso pode beneficiar a camada mais pobre da população. É matemática simples. Quando o sistema previdenciário dá prejuízo, de onde sai o dinheiro? Sai do Tesouro. Tesouro é um nome carinhoso utilizado aqui na Casa para falar *"dinheiro de impostos pagos pelos mais pobres"*.

E por que ninguém tem coragem também de falar sobre as alternativas para fazer uma reforma da Previdência? Porque, se não há corte de gastos, só restam três outras opções: ou você imprime dinheiro e gera inflação para pagar essa dívida - e nós já sabemos, nós já tivemos uma experiência nos anos 90 com a inflação, e não foi muito legal - ou nós nos endividamos mais - e a esquerda que fala em não dar dinheiro para os banqueiros, eu acho que não quer se endividar mais com os bancos nacionais, como o Lula aumentou a nossa dívida interna - ou nós aumentamos imposto.

Eu quero ver o opositor à reforma que tem coragem de subir a esta tribuna e falar que defende aumento de imposto, aumento de inflação ou aumento de endividamento, contra a reforma da Previdência. Populismo é fácil. Difícil é quando a realidade bate à porta.

Obrigado, Sr. Presidente.



Publ.: DCD - 2/7/2019 - ASSIS CARVALHO-PT -PI
50

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao povo do Estado do Piauí e ao PT pela recondução do orador à Casa e pela sua indicação para a Suplência da Mesa Diretora, respectivamente. Saudações ao Governador reeleito do Estado do Piauí, Wellington Dias, e aos Deputados petistas reeleitos. Contrariedade à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Jair Bolsonaro. Compromisso de atuação em defesa dos direitos dos trabalhadores brasileiros. Confiança no resgate da credibilidade da classe política junto à opinião pública.

O SR. ASSIS CARVALHO (Bloco/PT - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna agradecer ao povo do meu Estado, o Piauí, a minha recondução a esta Casa, pelo Partido dos Trabalhadores, na qualidade de Deputado Federal pelo terceiro mandato consecutivo.

Agradeço ao povo humilde e trabalhador do campo e da cidade do meu Estado, a todos os que saíram às ruas e que acreditaram no nosso trabalho, por me confiar quase 130 mil votos, e afirmo que mais uma vez estarei nesta Casa para trabalhar em prol das causas do Piauí e do Nordeste brasileiro.

Posso dizer, de coração, que servir ao povo do Piauí tem sido a grande vocação de minha vida, e tenho me dedicado a essa tarefa com orgulho, satisfação, transparência e fidelidade em tudo, como sempre fizemos.

Quero agradecer, ainda, ao meu Líder e a meus correligionários do Partido dos Trabalhadores pela confiança em mim depositada mais uma vez, confiando-me a indicação para o cargo de Suplente da Mesa Diretora para o biênio 2019-2020.

Quero expressar também os parabéns a todos os colegas do meu partido que foram conduzidos e reconduzidos a esta Casa para mais um mandato. Seremos nesta Casa a maior bancada, saída das urnas com 54 Deputados e Deputadas. Infelizmente, por uma questão jurídica no Rio Grande do Norte, do meu amigo Mineiro, e na Bahia, do meu amigo Caetano, que espero que seja restabelecida, estamos com 54 Parlamentares nesta Casa. Saúdo o Governador Wellington Dias do meu partido, reeleito em primeiro turno para mais um mandato.

Sr. Presidente, esse período que está diante de nós é cheio de



grandes e relevantes interesses para o Brasil. Temos não só um novo Congresso, com duas Casas renovadas em aproximadamente 50%, mas também um novo Governo, do qual todos esperam muito, até mesmo porque muita expectativa foi gerada. Esperamos agora ações concretas, porque o momento das palavras e das promessas já passou.

Saúdo a Mesa que está saindo, com destaque para meu colega de partido, o Deputado Pedro Uczai, que tão bem representou a suplência e seu Estado de Santa Catarina. Saúdo os demais membros da atual Mesa e, sobretudo, os Deputados Suplentes Rafael Motta, Geovania de Sá e Isnaldo Bulhões Jr., que neste momento preside esta sessão.

Quero dizer que meus gabinetes na suplência e no Anexo IV estarão abertos a todos os Deputados e Deputadas, bem como à disposição do meu partido para o desenvolvimento de suas ações em prol do povo brasileiro.

O PT é o partido que está historicamente 100% identificado com a intransigente defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras deste País.

Então, Sr. Presidente, para não ultrapassar o meu tempo, eu quero dar o meu pronunciamento como lido e solicitar a V.Exa. que o divulgue nos meios de comunicação desta Casa. Para atender ao que foi acordado entre os Líderes, estou mantendo a minha fala apenas por 3 minutos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho a esta tribuna agradecer ao povo do meu Estado, o Piauí, a minha recondução a esta Casa, pelo Partido dos Trabalhadores, na qualidade de Deputado Federal pelo terceiro mandato consecutivo.

Agradeço ao povo humilde e trabalhador do campo e da cidade do meu Estado, a todos os que saíram às ruas e que acreditaram no nosso trabalho, por me confiar quase 130 mil votos, e afirmo que mais uma vez estarei nesta Casa para trabalhar em prol das causas do Piauí e do Nordeste brasileiro.

Posso dizer de coração que servir ao povo do Piauí tem sido a grande vocação de minha vida e tenho me dedicado a essa tarefa com orgulho, satisfação, transparência e fidelidade em tudo, como sempre fizemos.

Quero agradecer, ainda, ao meu Líder e meus correligionários do Partido dos Trabalhadores pela confiança em mim depositada mais uma vez, confiando-me a indicação para o cargo de Suplente da Mesa Diretora para o biênio 2019-2020.

Quero expressar também os parabéns a todos os colegas do meu partido que foram conduzidos e reconduzidos a esta Casa para mais um mandato. Seremos nesta Casa a maior bancada, saída das urnas com 54 Deputados e Deputadas. Saúdo o Governador Wellington Dias, do meu partido, reeleito em primeiro turno para mais um mandato.

Sr. Presidente, esse período que está diante de nós é cheio de grandes e relevantes interesses para o Brasil. Temos, não só um novo Congresso, com duas Casas renovadas em aproximadamente 50%, mas também um novo Governo, do qual todos esperam muito, até mesmo porque muita expectativa foi gerada. Esperamos agora ações concretas, porque o momento das palavras e das promessas já passou.

Saúdo a Mesa que está saindo, com destaque para meu colega de partido, o Deputado Pedro Uczai, que tão bem representou a suplência e seu Estado de Santa Catarina. Saúdo os demais membros da atual Mesa e, sobretudo, os demais Deputados suplentes Rafael Motta, Geovania de Sá e Isnaldo Bulhões.

Quero dizer que meus gabinetes na suplência e no Anexo IV estarão abertos a todos os Deputados e Deputadas, bem como à disposição do meu partido para o desenvolvimento de suas ações em prol do povo brasileiro.

O PT é um partido que está historicamente 100% identificado com a intransigente defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras neste País. Vamos continuar nessa luta sem pestanejar. Não temos medo de gritos, nem de ameaças, nem do debate inteligente. Não temos medo do medo. Não vamos fugir, vamos enfrentar os novos desafios que se colocam para nosso partido e para nosso País.

Estamos aqui para dar continuidade a nossa luta, que é a luta do trabalhador, do aposentado, dos bancários, dos professores, da mulher e do homem do campo, do servidor público, neste momento solene e até mesmo assustador da política brasileira, em que os direitos dos trabalhadores estão sendo ameaçados como nunca aconteceu antes



na história deste País.

A reforma vai transformar idosos e pobres em indigentes. A previdência de Bolsonaro jogará na miséria idosos e pessoas com deficiência. Esta proposta tem tudo para empurrar para a miséria absoluta milhões de brasileiros que não têm condições de poupar dinheiro ao longo da vida.

Em nome de supostas reformas, estão querendo suprimir direitos, extinguir benefícios, e nós, do Partido dos Trabalhadores, temos certeza de que esse não é o melhor caminho.

O estudo Previdência Social e Redistribuição de Renda Intermunicipal, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontou, e isso é do conhecimento de todos, que a Previdência Social tem se consolidado como a maior distribuidora de renda do País. Não podemos simplesmente concordar com os que advogam a supressão dessas garantias legais.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, os benefícios pagos retiraram cerca de 22,2 milhões de pessoas da linha de pobreza e têm uma forte presença nas áreas rurais.

Esse volume de recursos mensais injetado na economia dos Municípios representa, principalmente para aqueles menores e mais pobres, a garantia da movimentação dos setores de serviço, comércio e transporte.

Agora o Governo Bolsonaro está querendo acabar com tudo isso, para agradar os barões do mercado. O que vai acontecer? Um aumento incalculável da pobreza, da criminalidade, do desemprego.

Esse biênio será muito importante para o Brasil. São muitas as matérias que estão pendentes nesta Casa. Temos muito a fazer neste período que se inicia e não vai faltar vigor e dedicação por parte do PT neste Parlamento.

Temos esperança, Sr. Presidente, de que, nessa nova legislatura que chegou, a importância da atividade parlamentar possa ser resgatada e provida da sua real importância, sobretudo para aqueles que entendem a militância política como a incansável busca para resgatar os direitos dos cidadãos

Todos nós somos meros representantes da sociedade, e não podemos permitir que o poder nos suba à cabeça, adotando um comportamento de arrogância, de excessiva autoestima ou de distanciamento dos reais problemas da população.

Meu mandato será, assim como os anteriores, dedicado aos pobres,

aos que lutam pelos seus direitos, por moradia, por educação, segurança, saúde.

O constante desgaste com a classe política é um fenômeno que parece inexorável e que não podemos ignorar, mas essa realidade pode muito bem ser alterada por nós. Resgatar a confiança na política é nossa responsabilidade, e basta para isso que canalizemos os reais anseios sociais.

O Congresso Nacional precisa urgentemente abandonar o papel de coadjuvante e assumir, de uma vez por todas, o seu real papel de protagonista.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Documento 20/370

2.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 06/02/2019- CD	16:32
Publ.: DCD - 2/7/2019 - 67	CÉLIO STUDART-PV -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao povo do Estado do Ceará pela eleição do orador. Apresentação de projeto de lei sobre o agravamento da pena para o crime de maus-tratos e a tipificação do crime de abandono de animais. Maior atenção do País aos veganos e vegetarianos. Compromisso de atuação parlamentar em defesa das pessoas com deficiência. Contrariedade à aprovação de proposta de reforma previdenciária com a redução de direitos dos idosos e dos trabalhadores.

O SR. CÉLIO STUDART (Bloco/PV - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho pela primeira vez à tribuna desta Casa agradecer pelos 208.854 votos aos cearenses que acreditaram no nosso projeto político e na nossa ideia de rompimento com as capitânicas hereditárias, numa política limpa que represente a juventude do Ceará. Muita gratidão à

minha cidade de Fortaleza e a todo o meu Estado.

Comunico que já protocolei nesta Casa o meu primeiro projeto de lei, em que peço prisão para quem maltrata animais. Nós vivemos um surto, uma epidemia de psicopatas que maltratam, que abandonam os animais e que saem pela porta da frente da delegacia. Tenho o objetivo de pegar pesado com esses criminosos, quero prisão para quem maltrata esses seres inocentes e que sentem dor, frio e fome.

Também é preciso dizer da importância de o Brasil escutar mais os veganos e os vegetarianos. Eles têm muito a ensinar a nós brasileiros, e esta Casa precisa estar atenta às suas demandas.

Defenderei com muito foco, com muito entusiasmo, as pessoas com deficiência, a inclusão e a acessibilidade delas. O Brasil ainda não aprendeu a incluir as pessoas com deficiência. O Brasil tem que aprender a fazer isso, e esta Casa, tenho certeza, vai dar uma lição - e deverá dá-la pela via legislativa -, através de sua articulação.

Por fim, quero dizer também, comentando o assunto do momento, que estou aberto ao diálogo para analisar todas as propostas que forem enviadas a esta Casa, mas, se vier um projeto de reforma da Previdência Social que tire direitos do agricultor pobre do Ceará, ou que faça o idoso receber benefício de valor menor que um salário mínimo, ou que prejudique o trabalhador e o faça trabalhar até morrer, ele pode ser devolvido para Paulo Guedes, porque esta Casa não vai votá-lo.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 21/370

2.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 06/02/2019- CD	16:40
Publ.: DCD - 2/7/2019 - 65	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Críticas à mensagem presidencial encaminhada ao Congresso Nacional, especialmente na parte concernente à reforma previdenciária. Pedido de apoio à criação da CPI destinada à investigação da atuação de milícias no Estado do

Rio de Janeiro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós faremos neste plenário o bom debate de ideias com aqueles que estão hoje no Governo, que apoiam Jair Bolsonaro.

Nesta semana, o Parlamento recebeu a mensagem presidencial. Nessa mensagem presidencial já existem indícios claros de coisas bastante negativas que estão preparadas, infelizmente, para aumentar a concentração de renda e para prejudicar os mais pobres do País.

Diz a mensagem presidencial assinada por Jair Bolsonaro, a respeito da proposta de reforma da Previdência Social: "*Vamos separar previdência de assistência*". Ora, Srs. Deputados, previdência e assistência sempre foram separadas. Essa frase indica que o Governo Bolsonaro pretende retirar direitos previdenciários e transformá-los em direitos assistenciais precarizados.

A segunda frase muito impactante é a seguinte: "*(...) sonhar com o seu futuro, por meio da Poupança Individual da Aposentadoria*". Os mais ricos terão dinheiro para colocar na chamada "aposentadoria de capitalização", numa poupança individual. E o sistema solidariedade que garante a aposentadoria dos mais pobres, daqueles que trabalham no comércio informal, daqueles que ficam desempregados, como os 14 milhões de brasileiros que estão desempregados hoje? Esses não têm dinheiro nem para comer. Como vão depositar numa conta individual para garantir a sua própria aposentadoria? Parte das aposentadorias de um sistema justo deve ser garantida por impostos pagos por setores economicamente mais poderosos.

Outra frase que impressiona, porque vale como uma nota de 3 reais, dessa mensagem assinada por Bolsonaro é a seguinte: "*Vamos defender (...) a liberdade de opinião, de crença, de imprensa (...)*". Que o diga a declaração feita por ele, a 1 semana de eleição, em que ameaçou o jornal *Folha de S.Paulo*, dizendo que, com vitória dele, não haveria *Folha de S.Paulo*.

Sr. Presidente, peço 1 minuto para concluir.

Contra esse tipo de tentativa de intimidar a Oposição, de intimidar as vozes divergentes, nós estaremos, desta tribuna, sempre levantando o nosso mandato e a nossa voz, para garantir um ambiente de democracia efetiva no País.

Por fim, quero pedir o apoio de todos os colegas, para que assinem requerimento de instalação da CPI das Milícias no Rio de Janeiro, para



que investigue dados de relatório do COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras segundo os quais Fabrício Queiroz movimentou 7 milhões de reais em 3 anos e fez depósitos em contas do Senador Flávio Bolsonaro, para que investigue a relação disso tudo com as milícias estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro.

Peço a assinatura de todos os que querem de fato garantir uma investigação séria a esse respeito no Parlamento.

Documento 22/370

2.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 06/02/2019- CD	17:16
Publ.: DCD - 2/7/2019 - 77	SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de avanços nas medidas de defesa dos direitos das mulheres. Posicionamento do orador contrário à proposta de reforma previdenciária.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sou Sâmia Bomfim, fui eleita Deputada Federal, este é meu primeiro mandato. Eu era Vereadora na cidade de São Paulo e estou muito contente de poder me somar a uma bancada absolutamente combativa, com valorosos e valorosas companheiras que, dentro da Câmara dos Deputados, mas também nas ruas do Brasil, constroem a luta política em defesa dos direitos sociais, contra as opressões, contra a exploração e pela radicalização da participação política de toda a sociedade.

Nós não vivemos tempos fáceis no nosso País e para nós, mulheres, jovens, feministas e militantes, ocupar este espaço é um grande desafio. Nós sabemos que as mulheres hoje, aqui neste Parlamento, são apenas 15%. Isso significou um avanço fundamental diante do contexto de luta das mulheres em todo o Brasil, mas não é o suficiente para que possamos avançar nos nossos direitos. Não basta ser mulher, é preciso estar do lado certo. E nós sabemos que, infelizmente, hoje a pauta dos direitos das mulheres também é disputada sob uma perspectiva conservadora e reacionária.

Nós estamos aqui para dizer que, como as mulheres do mundo inteiro, ocupamos o Parlamento para avançar nos nossos direitos, não



somente para discutir as nossas pautas de gênero, mas para ocupar o centro das disputas políticas. O projeto que o Governo Jair Bolsonaro quer implementar no nosso País é muito destrutivo para o conjunto dos trabalhadores, primeiro, porque tem um programa econômico que é ultraneoliberal, quer vender todos os nossos recursos públicos, os nossos recursos naturais, as nossas empresas públicas, e quer aplicar um projeto de reforma da Previdência que vai castigar cada vez mais os trabalhadores do nosso País. No último ano, os trabalhadores já sofreram com uma reforma trabalhista injusta, que precisa ser revogada para que os trabalhadores possam seguir avançando nos seus direitos e não sofram mais com o desemprego, ao contrário daquilo que foi dito pelo Congresso e pelo Presidente Michel Temer quando aprovaram aquela proposta.

A reforma da Previdência, que já foi anunciada, propõe, inclusive, igualar o tempo de contribuição entre homens e mulheres e elevar a idade para no mínimo 65 anos. V.Exas. sabem que existem várias regiões do País, inclusive na minha cidade, São Paulo, onde a expectativa de vida não chega sequer a 60 anos.

Aqueles que propõem esse projeto gozam dos privilégios dos arres-condicionados e não sabem o que é a vida do povo trabalhador, que trabalha horas e horas extenuantes e que, no final da vida, nem sequer têm o direito ao descanso e à aposentadoria, que são direitos constitucionais.

Utilizam dados mentirosos e fraudulentos para justificar uma reforma da Previdência, mas querem, na verdade, é capitalizar com o trabalho e com o salário dos servidores.

Por isso, nós estamos aqui também para lutar contra essa reforma da Previdência junto às entidades dos trabalhadores deste País.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 23/370

2.2019

Sessão Não Deliberativa de Debates -06/02/2019-
CD 17:28

Publ.: DCD - 2/7/2019 -
81

ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos eleitores do Estado de São Paulo pela eleição do orador.
Posicionamento do Parlamentar contrário à reforma da Previdência Social.



Resistência contra eventuais medidas autoritárias do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, colegas Deputados.

Estamos na nossa primeira semana como Deputado Federal, assim como tantos outros colegas.

Queremos, em especial, agradecer a todas as pessoas do Estado de São Paulo que confiaram os seus votos na nossa candidatura. Eu tinha cumprido dois mandatos como Deputado Estadual e, agora, Deputado Federal.

Quero agradecer aos nossos amigos e às nossas amigas da cidade de Guarulhos, a todos que estiveram conosco, companheiros do PT. Agradeço, porque permitiram que nós estivéssemos aqui como Deputado eleito, aos Vereadores ali da região do Alto Tietê. Quero agradecer também ao Prefeito Kico, de Franco da Rocha, e aos demais Prefeitos e Vereadores daquela região tão importante para o nosso Estado, onde nós atuamos. Enfim, agradecemos a todos os demais que confiaram e depositaram o seu voto na nossa candidatura. Tenho certeza de que vamos honrar, no exercício do nosso mandato, cada voto recebido.

Mas quero também dizer a todos que vamos atuar junto aos Municípios para levar recursos, investimentos, entender as demandas e dialogar aquilo o que for necessário com os órgãos governamentais. O nosso mandato tem um princípio claro, é em defesa das liberdades, em defesa da democracia e da civilidade.

Infelizmente o Brasil vive uma conjuntura política e econômica adversa, uma crise social. Parece-me que, pelo menos no primeiro mês e pelo que foi dito na campanha, este Governo não está preocupado com isso. Em vez de se preocupar em gerar emprego, distribuir renda, fazer com que o dinheiro circule na nossa economia, apresenta princípios de uma reforma previdenciária nefasta ao nosso povo, que vai mexer na vida do trabalhador, no dia a dia das pessoas, tirando de alguns, inclusive, a perspectiva, a possibilidade de almejar esse direito.

Colegas Deputados, a população está atenta, está de olho. Espero que tenhamos a clareza de fazer esse debate aqui no momento oportuno e a devida consciência na hora em que formos votar.

Nós também vamos resistir contra qualquer medida autoritária, contra qualquer medida violenta. O que a nossa juventude demanda é



respeito. O que as mulheres deste País querem é o seu devido reconhecimento. O que as comunidades e as minorias também esperam é o seu devido direito. E a Câmara Federal, esta Casa do Povo, tem como prerrogativa, tem como função primordial garantir isso. Nós não vamos permitir, vamos resistir, para que não tenhamos medidas autoritárias que fingem resolver os problemas, mas que, na verdade, vão acentuá-los. Nós queremos, sim, a solução da crise da segurança no nosso País. Se o Ministro Moro tiver vontade - ele tem um exemplo claro, real, atual -, agirá nas milícias do Rio de Janeiro. Ele tem condições e inteligência policial para isso, basta vontade política.

Jogar fumaça para enganar o nosso povo nós não podemos permitir, colegas Deputados e Deputadas, porque a solução do problema não está nesse caminho. Queremos segurança, mas não medidas autoritárias.

Documento 24/370

2.2019

Sessão Não Deliberativa de Debates - 06/02/2019-
CD 17:40

Publ.: DCD - 2/7/2019 - CHARLLES EVANGELISTA-PSL -MG
84

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS

COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Veiculação de notícias na imprensa sobre a expulsão do orador do PSL. Vinculação entre o consumo de drogas e a criminalidade. Compromisso de luta do orador contra o uso e o tráfico de drogas. Apoio ao Presidente Jair Bolsonaro e à realização da reforma previdenciária.

O SR. CHARLLES EVANGELISTA (Bloco/PSL - MG. Pela ordem. Com revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente Isnaldo Bulhões Jr., Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara* que nos veem, esta é a primeira vez que subo a esta tribuna para me apresentar e agradecer ao povo mineiro por ter me dado a honra de estar nesta Casa para representá-lo.

Anteriormente, subi aqui com apenas 1 minuto e pude expor rapidamente algumas notícias que estavam sendo veiculadas na grande imprensa falando da minha expulsão do PSL.

A única coisa que sei em relação a isso é o que li nesses canais. Até agora, não recebi qualquer notificação em relação ao assunto. Tenho total interesse em permanecer no PSL. A candidatura que lancei à 2ª Presidência foi totalmente regular, permitida pelo Regimento. Portanto,

não há qualquer motivo para o partido querer a minha expulsão.

Fui Vereador na cidade de Juiz de Fora. Minha profissão é a de oficial de Justiça. E venho agradecer a cada juiz-forano, a cada morador da Zona da Mata mineira, ao povo mineiro, essa honra de estar aqui lhes representando.

Venho a esta Casa com a responsabilidade de ampliar o trabalho que já desenvolvia como Vereador na cidade de Juiz de Fora, principalmente em relação à minha bandeira principal, que é o enfrentamento às drogas.

Hoje, na Zona da Mata mineira, o consumo de drogas tem relação direta com 90% dos crimes de homicídio praticados e com 80% dos demais crimes.

Então, nós não temos mais como falar em redução de criminalidade e aumento da segurança pública sem combater o maior problema que assola todo o nosso País.

Venho a esta Casa também dar apoio integral ao Presidente Jair Bolsonaro para defender propostas como a reforma da Previdência. Não há como tratarmos de nenhum outro assunto sem tratarmos antes dessa reforma. O País está doente, e precisamos fazer com que os Parlamentares votem a reforma, para que nós possamos reativar a economia do País e fazer as privatizações necessárias, para que nós possamos reativar e fomentar novamente a economia do nosso Estado.

Finalizo, dizendo que coragem nesta Casa não irá faltar. O que me trouxe à campanha é que o meu partido é o Brasil, e estaremos representando aqui o povo mineiro com muita firmeza, muita coragem e muita honestidade, que não é para ser um diferencial, mas, sim, uma obrigação do político e do servidor do povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 25/370

2.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates -06/02/2019- CD	18:08
Publ.: DCD - 2/7/2019 - 92	LUIZ LIMA-PSL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário



Participação do orador na Seleção Brasileira de Natação. Defesa de realização das reformas previdenciária, tributária e penal. Agradecimento ao povo do Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, pelo votos recebidos nas eleições para Deputado Federal. Exigência de identificação do mandante do atentado contra a vida do então candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro. Necessidade de união dos partidos em prol do atendimento às demandas da população brasileira.

O SR. LUIZ LIMA (Bloco/PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Bulhões, muito obrigado.

Sras. e Srs. Parlamentares, é uma honra e uma grande responsabilidade estar representando os 115.119 eleitores do meu Estado do Rio de Janeiro.

Eu sou atleta olímpico de natação, professor de educação física, professor em licenciatura plena, primeiro professor de educação física da história a representar o Rio de Janeiro nesta Casa.

Tive a oportunidade, Deputados Charlles, de conhecer 40 países como atleta. Viajei muito. Foram 16 anos de Seleção. Nós percebemos que nos países sérios existem o sucesso, a disciplina, a ordem, o respeito e a lei.

É com esse sentimento que hoje, juntamente com 55 Deputados do PSL que não sonhavam em ser políticos 2 anos atrás, temos o pensamento de fazer uma política de Estado, e não a política partidária que se perpetuou no nosso País por anos com o único objetivo de se manter no poder.

Eu quero fazer desses 4 anos que tenho como se fossem os meus únicos 4 anos como Parlamentar. Não quero me preocupar com reeleição. Eu quero me preocupar em fazer a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma penal. Eu quero ser daqui a 30 anos reconhecido como um Parlamentar que enxergou o futuro, e não o presente.

Não quero legislar por uma causa, ou para um grupo específico. Eu tenho que legislar para todos os brasileiros.

Quero agradecer à cidade de Nova Friburgo, onde tive 17% de votos, uma margem muito boa.

Nova Friburgo acolheu minha mãe. Pernambucana de Limoeiro, órfã aos 7 anos de idade, quando lá chegou, foi recebida pelas freiras do Colégio Nossa Senhora das Dores.

Meus amigos de infância enxergaram no Luiz Lima, Secretário Nacional de Esportes, após o *impeachment* da Presidente Dilma, uma pessoa com capacidade de governar um Estado tão sofrido, que teve os seus últimos 3 Governadores presos.

Quero deixar registrado que hoje faz 5 meses que o nosso Presidente tomou uma facada. Quero saber quem foi o mandante deste crime, porque pela primeira vez um candidato sofreu um atentado. E o atentado que o Jair Bolsonaro sofreu atingiu o corpo, mas não atingiu a sua alma de vencedor, a alma de vencedor que um atleta conhece muito bem - não conseguimos enxergar a alma de um campeão.

Sem o apoio da mídia, com adversários brutos, Jair Bolsonaro conseguiu chegar ao Poder e conseguiu fazer 55 Deputados.

É com essa garra, Deputado Charllles, que vamos seguir em frente. É com essa fé, com essa força que vamos fazer o correto pelo nosso Brasil.

Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.

Que Deus nos abençoe e que as nossas diferenças partidárias nesta Casa, sejamos nós de esquerda ou de direita, não se tornem problemas pessoais.

O povo brasileiro espera habitação, saúde, etc., muito mais do que ideologia partidária. Nós perdemos 30 anos - 30 anos foram jogados fora -, porque demos prioridade à guerra de partidos. Precisamos legislar para pessoas, com leis corretas, que atinjam a prioridade do povo brasileiro.

Muito obrigado, Presidente Bulhões, pela oportunidade.

Documento 26/370

2.2019

Sessão Não Deliberativa de Debates - 06/02/2019-
CD 18:24

Publ.: DCD - 2/7/2019 -
96

REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Votos de plena recuperação da saúde ao Presidente Jair Bolsonaro. Manifestação de profícua gestão ao Governador do Estado do Paraná, Ratinho Junior. Legado de miséria, desemprego e corrupção deixado pela Esquerda no País. Defesa de realização das reformas previdenciária e tributária. Votos de

sucesso ao Parlamento brasileiro.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (Bloco/PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus colegas Deputados e Deputadas, é a primeira vez que subo à tribuna desta Casa e é uma honra poder aqui representar o povo do Paraná e do Brasil.

Eu quero, primeiramente, desejar ao nosso Presidente da República, Jair Bolsonaro, uma rápida recuperação, porque ele tem uma missão muito árdua neste e nos próximos anos, que é mudar o Brasil. Ao Ratinho Junior, nosso Governador do Paraná, esse jovem idealista, eu também desejo uma boa gestão, que eu tenho a certeza de que será muito profícua para todos nós.

Este é um ano muito difícil. Nós vamos ter que refazer o caminho que essa esquerda fez no País, gerando miséria, desemprego e a maior roubalheira da nossa história. Esse pessoal de esquerda não tem noção do que faz, ao pichar os muros com os nomes de Che Guevara, Fidel, Chávez, Nicolás Maduro. Todos esses são assassinos, psicopatas, pessoas infelizes e que defendem coisas ruins, ideias atrasadas que não deram certo em nenhum lugar do mundo.

O Brasil tem que mudar! Historicamente, o pessoal de esquerda diz que defende os mais necessitados, mas defende as regalias, as mordomias. A reforma da Previdência é para beneficiar os mais humildes. Não quero entrar em cálculos atuariais nem na questão da poupança, que é feita por cada um dos brasileiros para a sua própria aposentadoria, mas hoje o sistema está todo errado.

Meu caro Deputado Federal Vermelho, colega do Paraná - e desejo-lhe sucesso aqui, estou certo de que será um grande Deputado -, o atual sistema é totalmente absurdo. Nós temos que fazer as reformas da Previdência e a tributária, para desonerar impostos, unificar, simplificar. Há muita coisa para aprovar este ano, como a desoneração da folha de pagamento e as medidas contra a corrupção, para acabar com essa roubalheira. É triste ver aqui Deputados do Paraná, como vi ainda há pouco o Deputado Zeca Dirceu, criticando indevidamente a Ministra da Educação. Tristemente, eu vi também a Deputada Gleisi Hoffmann atacando a juíza que, cheia de provas, proferiu uma sentença. É muito triste condenar um ex-Presidente, mas ela o fez dentro da lei e dentro do que é correto.

Eu desejo sucesso a este Parlamento neste ano. Nós temos muito trabalho. Agora é botar para quebrar, porque o Brasil precisa da nossa ajuda.

Um forte abraço. Muito obrigado a quem está nos assistindo em casa.

Sr. Presidente, solicito a divulgação de meu discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 27/370

2.2019

Sessão Não Deliberativa de Debates - 06/02/2019-
CD 18:40

Publ.: DCD - 2/7/2019 - VERMELHO-PSD -PR
100

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Urgente necessidade de realização de reformas previdenciária, tributária e eleitoral, e de rediscussão do pacto federativo e da questão da segurança pública. Reafirmação de compromissos da campanha eleitoral perante a população paranaense.

O SR. VERMELHO (Bloco/PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas, é um prazer muito grande, nesta oportunidade, neste fim de tarde e começo de noite, poder me manifestar pela primeira vez desta tribuna.

A exemplo dos Deputados Reinhold Stephanes Junior e Schiavinato, do Paraná, eu também me apresento, neste primeiro momento, como Deputado eleito nesta última eleição.

Venho da terra das Cataratas, a minha querida Foz do Iguaçu, e do oeste e do sudoeste do Paraná, do Salto do Lontra, de onde eu fui Prefeito, aos 22 anos. Venho de uma história de trabalho, de luta e aqui chego pelos votos que recebi da nossa gente do Paraná, atendendo ao recado das urnas para que possamos realmente fazer com que as coisas mudem um pouco para este País.

Sabemos dos compromissos assumidos no período eleitoral, tanto em Foz, no oeste e no sudoeste paranaenses quanto no Estado como um todo. Participamos aqui e ouvimos, na instalação da nossa primeira sessão, as palavras do Ministro Dias Toffoli, do Presidente Rodrigo Maia, do Presidente do Senado Davi Alcolumbre e da representação do Presidente Bolsonaro, através da sua mensagem, e todas são coesas no sentido de que o Brasil precisa se modernizar e fazer as reformas necessárias, com muita urgência.

A maioria das nossas campanhas foram afirmadas e calcadas na

reforma tributária, que haveremos de defender com muita garra, porque não podemos mais suportar essa grande carga sobre os ombros dos geradores de emprego, de riqueza e renda e também do consumidor final.

Esse destaque especial da reforma da Previdência, que pulsa há muitos e muitos anos, precisamos sim encarar de fato com muita bravura, mas favorecendo aqueles mais necessitados, dentro da sua mínima aposentadoria. Nós, que também viemos da agricultura, sabemos que teremos desgaste, mas vamos valorizar o homem do campo, o pequeno produtor.

Faremos aqui esse trabalho de aprendizado, seguindo os passos dos mais experientes sim, mas querendo contribuir com a mudança do nosso País. Precisamos encontrar esse novo caminho da modernização, da transformação e daquilo que os nossos eleitores esperam de nós. O momento é agora! É nesta legislatura que nós temos esse compromisso a ser resgatado com a nossa gente, seja na reforma tributária, seja reforma eleitoral, seja na rediscussão do pacto federativo, seja na reforma previdenciária, assim como na questão da segurança, que também é urgente e premente.

Então, eu entendi e recebi esse recado das urnas com muita responsabilidade. A exemplo da grande maioria que faz parte desta Casa, sei que haveremos de estar unidos sim, independentemente de sigla ou de cor partidária, representando o povo, a nossa gente, que com seu voto nos colocou neste local onde estamos agora.

Reafirmo o meu compromisso com o Paraná, com os meus amigos, com os meus companheiros, com os eleitores, com a minha gente e com a minha família, que me assiste neste momento. Obrigado por esta oportunidade. Estou aqui para aprender e para legislar em prol do bem da nossa gente e do nosso querido Brasil.

Deixo um forte abraço a todos e até breve, companheiros.

Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que fosse registrado nos Anais da Casa este pronunciamento.

Obrigado.

Documento 28/370

2.2019

Sessão Não Deliberativa de Debates - 06/02/2019-
CD 18:44

Publ.: DCD - 2/7/2019 - HÉLIO COSTA-PRB -SC
101

CÂMARA

DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA ORDEM

Sumário

Ineficácia da reforma previdenciária realizada no Estado de Santa Catarina. Efeitos negativos da flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal no Estado. Compromisso de atuação parlamentar em defesa dos interesses do povo catarinense.

O SR. HÉLIO COSTA (Bloco/PRB - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parece que não se respeita o tempo aqui, mas eu estou na tribuna e lhe agradeço o espaço.

Meu nome é Hélio Costa, sou natural de Florianópolis e fui o Deputado Federal mais votado em Santa Catarina. Quero dizer aos catarinenses que estou aqui nesta Casa para fazer a diferença. Várias vezes eu fui convidado, mas nunca aceitei ser candidato, porque eu tinha que fazer ou terminar alguma coisa. Dessa vez eu resolvi sair candidato, porque senti que tinha que mudar, que começar um Brasil novo. E nós vamos começar um Brasil novo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, no meu Estado fizeram a reforma da Previdência, mas há cada vez mais dívidas, cada vez mais dívidas. Flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal é premiar o mau administrador. O Governo que saiu deixou o Estado cheio de dívidas e sem dinheiro no Tesouro. O atual Governador, eleito pelo PSL, está passando por dificuldades. Temos duas pontes que podem cair a qualquer momento - essa será mais uma desgraça neste País. Há dinheiro para fazer essas obras? Não há dinheiro para fazê-las. Desde 2015 que nós da imprensa e Deputados estamos alertando para isso. Mas, infelizmente, nada foi feito.

Quero dizer ao povo de Santa Catarina que estarei aqui nesta Casa acompanhando tudo. Eu sei das necessidades de Santa Catarina. E todos nós sabemos do potencial do nosso Estado. Quero agradecer aos catarinenses que me deram praticamente 180 mil votos, fazendo-me assim o Deputado Federal mais votado do nosso Estado. Podem contar comigo!

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 29/370

3.2019

Sessão Não Deliberativa de 07/02/2019-14:04
Debates - CD

Publ.: DCD - 2/8/2019

POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

-



Sumário

Contrariedade à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos na expectativa e na antevéspera de receber nesta Casa o projeto de reforma da Previdência.

Quero deixar bem claro que eu pessoalmente e o partido que represento, o PDT, não temos nenhum preconceito em debater a reforma da Previdência. Temos a compreensão de que se fazem necessários alguns ajustes, aperfeiçoamentos, ou correções, por exemplo, quanto à idade mínima - tem que haver uma idade mínima para a aposentadoria.

Enfim, precisamos fazer um debate amplo, profundo, consistente, abrangente.

Agora, a se confirmar a proposta que será apresentada pelo Governo Bolsonaro por intermédio do Ministro Guedes, com base nos termos dessa proposta vazada a gosto ou intempestivamente pela imprensa, nós realmente vamos discordar, nós vamos trancar o pé, porque, a se confirmar isso, o sistema previdenciário como é hoje será findo. Será o fim da aposentadoria. Será a aposentadoria pela hora da morte. Vão tirar o direito da viúva, do viúvo, da pessoa com deficiência, do idoso pobre, do agricultor, da professora, do trabalhador, enfim, vão matar a galinha dos ovos de ouro, que é o trabalhador neste País.

Vamos estar muito atentos. Ajustes, correções, aperfeiçoamentos na reforma da Previdência têm o nosso beneplácito, de forma que haverá da nossa parte disposição de debatê-la, de ajustá-la.

Eu sou estudioso do tema, pertencço à PREVI, que é o plano de previdência do Banco do Brasil, e já debatemos o projeto do Temer, portanto, temos boas experiências para fazer esse debate, mas vamos estar ao lado do nosso povo e da nossa gente no debate da reforma da Previdência.



Sumário

Agradecimento aos eleitores do Estado do Amapá pelos votos recebidos nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados. Transcurso do 261º aniversário de fundação da Capital Macapá. Principais pontos da atuação parlamentar do orador na Casa. Pedido ao Presidente Rodrigo Maia de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 9.617, de 2018, oriundo do Senado Federal, a respeito da gestão compartilhada. Solicitação ao Governador do Estado do Amapá, Waldez Góes, de adoção de medidas em prol da área da saúde.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (Bloco/PSB - AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo e cumprimentar os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, os amapaenses e os brasileiros que nos acompanham pela *TV Câmara* e pelas redes sociais.

Venho esta tribuna para agradecer ao povo do Amapá a oportunidade de representá-lo e ao povo brasileiro aqui nesta Casa.

Tive 24.987 votos e fui o Deputado Federal mais votado em nosso Estado, nas eleições de 2018. Sou advogado e militante. Este é o meu primeiro mandato como Deputado Federal, mas não sou um novato na política.

Iniciei minha trajetória no movimento estudantil, fui Secretário-Geral do Grêmio do antigo GM, hoje Escola Estadual Antônio Cordeiro Pontes, militei no Movimento Universitário, fui Presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da PUC, em Campinas; fui Deputado Estadual e Governador do meu querido Estado do Amapá. Chego a esta Casa com uma enorme disposição de lutar e com compromissos muito claros.

Agradeço a votação generosa que recebi em cada Município do Estado. Destaco em especial, neste momento, a votação na Capital Macapá, que, na última segunda-feira, 4 de fevereiro, completou 261 anos de idade.

Parabéns, Macapá!

Tive o apoio decisivo dos povos indígenas. Quero reiterar o meu compromisso com eles, como me foi pedido pela Cacica Elza no palanque no comício em Oiapoque. Os povos indígenas terão o meu integral apoio para que suas demandas legítimas e seus direitos

constitucionais sejam assegurados.

Agradeço os votos dos ribeirinhos que me confiaram expressiva votação; dos quilombolas; dos policiais e bombeiros militares; dos professores; dos servidores da saúde pública; dos funcionários públicos; dos extrativistas da castanha do sul do Estado e do açai em toda a região ribeirinha.

Agradeço ao povo querido do Arquipélago do Bailique, na foz do rio Amazonas, já entrando no Oceano Atlântico; aos pescadores artesanais, agricultores familiares, pequenos e microempresários, parteiras, mulheres vítimas de escarpelamento. Vou trabalhar para que todos se sintam representados aqui em Brasília.

Agradeço, finalmente, o apoio da militância guerreira e aguerrida do meu partido, o Partido Socialista Brasileiro, no Amapá, ao qual estou filiado há 20 anos, meu primeiro e único partido.

Na campanha assumi vários compromissos: lutar para que qualquer reforma aprovada nesta Casa não signifique retrocesso para a população mais pobre deste País. Não apoiarei reforma previdenciária que pretenda acabar com a aposentadoria e reduzir os benefícios da população mais vulnerável. A tarefa do Presidente eleito é realizar essa reforma sem penalizar os que historicamente vêm pagando o preço pelo nosso desenvolvimento desigual e injusto.

Acredito, e defenderei aqui nesta Casa, que se combate a corrupção com investigação e punição justas, mas também com a aprovação de projetos que promovam o engajamento social, o acompanhamento e a fiscalização do poder público pela sociedade.

Aproveito para pedir ao Presidente Rodrigo Maia que coloque em votação o Projeto de Lei nº 9.617/2018, do Senado Federal, da gestão compartilhada, de autoria do Senador João Capiberibe, autor da Lei da Transparência e que fez do Brasil um dos países mais transparentes do mundo.

O Amapá precisa se desenvolver, e temos os instrumentos para isso.

No querido Município de Santana, vou trabalhar pelo desenvolvimento da Companhia Docas. Não é possível aceitar que num Estado dependente da economia do contracheque estejamos desperdiçando nossa posição geográfica privilegiada. Estamos na foz do Rio Amazonas e temos o primeiro porto do Brasil. Toda mercadoria que entra para a Zona Franca de Manaus passa na frente da nossa cidade. Toda a produção, uma parte de produção de grãos do Norte e do Centro-Oeste, pode sair pelo Porto de Santana, mas isso não acontece até hoje.



O meio ambiente é o nosso bem mais precioso, e todos dependemos dele.

Vou lutar para que a mineração, uma das grandes vocações do nosso Estado, seja viabilizada com sustentabilidade e responsabilidade. Não queremos mais fatos como esse que estamos vivenciando em Brumadinho, uma tragédia criminosa que ceifou mais de 100 vítimas. Temos 100 pessoas desaparecidas. Não queremos isso no nosso Estado. Queremos que a mineração possa acontecer, mas com responsabilidade.

Vou cobrar do Governo que possamos produzir e explorar nossas florestas, preservando o meio ambiente e garantindo dignidade para a nossa população, viabilizando, ao mesmo tempo, uma política para minimizar as mudanças climáticas, mal global e que vai afetar todos nós no futuro próximo.

O Amapá faz fronteira com a Guiana Francesa e, assim, com a França e com a União Europeia. Para que essa relação possa ser, de fato, proveitosa para o Estado do Amapá, temos ainda grandes barreiras a vencer. Vou cobrar que o Governo Federal e o Governo do Estado promovam e lutem pelos acordos internacionais que incluam a questão da fronteira norte e priorizem o nosso desenvolvimento.

A conclusão do trecho norte da BR-156 e o início das obras no trecho sul são passos importantes para alcançarmos esse objetivo. Quando fui Governador, fiz projetos, consegui recursos, licitei e lancei importantes obras para o fortalecimento da assistência em saúde pública, universal e de qualidade, das quais já estão em funcionamento as UPAs da Zona Norte, Zona Sul e do Laranjal do Jari.

Cobro com firmeza que o Governador reeleito, Waldez Góes, inaugure imediatamente a maternidade de parto normal da Zona Norte, que está pronta há anos, e que conclua as obras de revitalização do Hospital de Clínicas Doutor Alberto Lima; que entregue as unidades do SAMU nos sete Municípios onde elas já estão concluídas faz 5 anos; e que retome as obras do Hospital da Criança e do Adolescente, paralisadas há 5 anos.

Vou lutar também pela retomada das cirurgias de catarata do Projeto Visão para Todos. Não podemos aceitar que os idosos do Amapá estejam ficando cegos por falta de uma política que é muito simples de se implementar.

Finalmente, vou lutar em defesa da democracia e dos direitos humanos e contra qualquer tipo de revisionismo. O Brasil viveu uma ditadura militar, não foi outra coisa. Brasileiros foram torturados, mortos e exilados. O povo brasileiro foi privado do seu direito de escolher, pelo

voto direto, o seu Presidente, e a imprensa foi censurada. Ditadura nunca mais! Trago a determinação de trabalhar para fortalecer a nossa democracia, promover o desenvolvimento sustentável e responsável, a reparação das dívidas históricas do Estado brasileiro com a Amazônia, a inclusão social e a justiça.

Meu mandato está de portas abertas ao povo do Amapá e do Brasil.

Muito obrigado. Viva o Amapá!

Documento 31/370

3.2019	Sessão Não Deliberativa de	07/02/2019-15:00
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 2/8/2019 - EMANUEL PINHEIRO NETO-PTB -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Homenagem ao povo e políticos do Estado de Mato Grosso, especialmente ao ex-Deputado Emanuel Pinheiro da Silva Primo. Principais bandeiras da atuação política do orador no exercício do mandato parlamentar. Agradecimento pelos votos recebidos nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados. Inauguração do novo Hospital Municipal de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso.

O SR. EMANUEL PINHEIRO NETO (Bloco/PTB - MT. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, eminentes pares, eleito soberanamente pelo voto popular, representante dos anseios mais profundos da gente brasileira, cumprimento V.Exas., na pessoa do Presidente da sessão, e cumprimento também todos os brasileiros e brasileiras que nos acompanham, via *TV Câmara*, esperançosos ou mesmo curiosos, especialmente a minha gente querida do Mato Grosso.

Presidente, todos nós sabemos dos desafios e percalços a nós apresentados na estrada para que chegássemos até aqui.

Por isso, afirmo que, nesta tribuna, na minha pessoa, estão personificados os sentimentos, os sonhos e as aspirações de milhares e milhares de mato-grossenses que confiaram em mim. Votos de fé, esperança e otimismo foram colhidos de um povo politizado, festeiro, trabalhador, sonhador e, acima de tudo, batalhador; pessoas vividas e experimentadas, ladeadas pelos biomas mais ímpares do meio ambiente brasileiro, forjadas no sol escaldante do clima tropical,



cercadas pelo Cerrado, pelo Pantanal e pela Amazônia. Esse povo é permeado pelas tradições culturais e religiosas mais singelas que marcam a raiz de nossas almas e atuam afirmativamente na construção de nossa personalidade coletiva.

Assim somos todos: iguais e diferentes, desde o sulista mais humilde e trabalhador do Alto Araguaia e Juscimeira, aos artesãos de Apiacás e Nova Canaã; dos acolhedores cidadãos do Cruzeiro de Jauru e Figueirópolis D'Oeste, aos pecuaristas de Barra do Garças e Campinópolis; dos agricultores de Diamantino e Juscimeira, aos comerciantes e servidores de Cuiabá e Várzea Grande e também aos trabalhadores incansáveis da minha querida e amada baixada cuiabana.

Assim somos nós, Sr. Presidente: pescadores, ribeirinhos, produtores e exportadores, gente humilde e inteligente, exigente e despojada; gente simples e companheira, sorridente e bem humorada, da emergente Vila Bela da Santíssima Trindade, a nossa primeira capital, à moderna Cuiabá. Numa perspectiva paulina de se enxergar a comunidade, poderia dizer que somos todos nós um só corpo e um só espírito.

Foi dessa gente miscigenada em múltiplas culturas e tradições que nasceu, em 1º de agosto de 1929, meu avô, o cuiabano e ex-Deputado Emanuel Pinheiro da Silva Primo, símbolo da simplicidade e da ousadia mato-grossense, estereótipo daqueles que sonham alto e acabam voando ainda mais alto. Conquistou com muita luta a cadeira de Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso na década de 60 e também a cadeira de Deputado Federal nesta Casa, na década de 70, transformando-se num dos maiores líderes políticos já conhecidos, até que nos deixasse tragicamente, em 26 de julho de 1974.

Foi inspirado nos ideias e princípios de luta pela representatividade dos mato-grossenses em âmbito nacional que Emanuel Pinheiro da Silva Primo dedicou sua vida à causa pública. De lá pra cá, muita coisa mudou em nosso País, mas não os ideais passados de pai para filho.

Foi justamente esse sentimento vocacionado ao serviço às pessoas corrente no sangue da família Pinheiro que me despertou para a militância política, não antes que, num amor quase à primeira vista, eu me apaixonasse pelos estudos acadêmicos que me abriram um horizonte de possibilidades, de conhecimento do mundo e da realidade social brasileira. E foi assim, estudando apaixonadamente filosofia e as obras de autores históricos que me deparei com as variadas correntes de pensamento como formas distintas e complementares de se compreender o universo e a existência.

Foi estudando as religiões e a teologia que descobri que valor vital tem



o sentimento de transcendência para a humanidade em seu desejo de viver e de ser feliz. Foi estudando o direito jusnaturalista que percebi as realidades ontológicas que equiparam os seres humanos uns aos outros, certificando os princípios imutáveis da isonomia e da dignidade humana nas relações sociais.

Foi estudando as ciências políticas que me surpreendi com os mais variados meios concedidos pelo povo aos atores políticos para que governem com equidade, promovam qualidade de vida às pessoas e saúde política às instituições. Foi vivendo desde criança os bastidores da política que aprendi que as pessoas, especialmente as mais humildes, ainda acreditam na política e, de forma ainda mais surpreendente, ainda acreditam em nós políticos.

Foi com essa consciência agregada às experiências do cotidiano que assumi a Juventude do MDB, há 2 anos, e busquei trabalhar a qualificação pessoal e profissional dos moradores das periferias da minha querida Cuiabá. E, no contato diário com aqueles mais pobres, que hipoteticamente mais sofrem e menos teriam vontade de viver, encontrei neles aqueles que mais apresentavam vontade de lutar. Assim, gradual e constantemente, a vocação e o desejo de transformar o meu Estado foram me estimulando, e a vontade de me doar foi aflorando. Já não me via mais um menino de 15 anos, sonhando utopicamente em mudar o mundo, mas um homem com responsabilidade de transformar a vida daqueles com quem eu vivo e convivo no mundo.

Estimulado por familiares, amigos e militantes, lancei-me na missão de representar o meu Estado e o meu País. Ao mesmo tempo, na construção desse ousado projeto, caminhando dia a dia em sintonia com as ruas, em alguns instantes me deparei inquietantemente com um País diferente daquele almejado no Hino Nacional, vangloriado nas marchinhas de carnaval e bem conceituado no âmbito internacional. Encontrei um País magoado, machucado pelas ideologias extremistas, pelas vaidades, pelos estelionatos governamentais, machucado por aqueles que mais lhe deviam proporcionar alegria.

Encontrei em meu Estado empresários e comerciantes esmagados pela alta carga tributária imposta por Governos que não lhes devolvem o que devem, massacrados em seus sonhos e aspirações por uma burocracia maçante e aterrorizante que desestimula qualquer jovem a empreender e a fazer o Brasil crescer. Encontrei mais de 12 milhões de desempregados no País e mais de 150 mil no meu Mato Grosso, o que de forma ultrajante humilha qualquer pai de família que quer simples e singelamente cumprir seu papel de pai, proporcionando alento e conforto a sua família.

Assistindo, Sr. Presidente, aos noticiários diversos, testemunho



diariamente o triste cenário da insegurança generalizada. Os espaços públicos e as residências, presumidamente, ambientes de confraternização, trabalho, ludicidade e paz, dão vez aos portadores dos heráldicos da violência que ceifam a vida de 64 mil irmãos brasileiros a cada ano - mais de mil vidas somente no meu querido Mato Grosso.

O que dizer então das mulheres do Brasil, que a cada dia enfrentam uma realidade cada vez mais carregada e atribulada, realizando papéis que somente mulheres de fibra podem suportar, em diversos casos, de modo solitário? Somado a isso, há os inúmeros casos de ameaças, agressões e feminicídios recorrentes que colocam o Brasil, em alguns *rankings* mundiais, em quinto lugar no número de crimes violentos contra a mulher.

Concomitante a isso, as propostas populistas ou as práticas de gestão demagógicas, que em tese deveriam promover o equilíbrio fiscal e o balanço positivo de nossas contas nacionais, de forma contrária, findam por engordar as contas públicas, enquanto a dívida pública toma conta do nosso PIB com seu refinanciamento constante e altos juros.

Ademais, privilégios vão sendo manobradamente incorporados por interesses subalternos no corpo jurídico brasileiro. E a nossa gente perece, aguardando uma resposta imediata de nossa classe política.

No entanto, Exmos. Deputados, nobres brasileiros e mato-grossenses que hoje nos escutam, nossa função e ofício e nosso dever, como Poder Legislativo, não é destruir pontes inimigas e propagar o caos, desejando o quanto pior do Governo adversário, melhor, mas construir estradas e edificar.

Nosso ofício não é simplesmente e descomprometidamente apontar falhas e erros, mas criar vias e alternativas para ajudar o Governo a acertar. Nosso trabalho, como servidores e trabalhadores do povo, é mover esse trem alucinado chamado Brasil de volta aos trilhos do desenvolvimento. Se o comandante desse trem guiá-lo bem, o País vai bem. Mas, para isso, não precisamos nos comprometer com o erro de outrem, mas com a tentativa de orientá-lo ao bom caminho.

E nessa histórica e apaixonante viagem, reconhecemos na história desta Casa diversos maestros da boa condução. Permitam-me citar aqui alguns Parlamentares mato-grossenses, Sr. Presidente, que fizeram a diferença neste Parlamento, como o ex-Governador e idealizador das Diretas Já, o Deputado Constituinte Dante de Oliveira; o saudoso e eterno Senador e também Deputado Constituinte Jonas Pinheiro, ávido defensor dos pequenos agricultores, e o Senador e Deputado Federal Roberto Campos, cuiabano nato, um dos maiores



líderes liberais que este País já viu. Posso ainda citar outros expoentes de reconhecimento nacional, como o ex-Ministro, jurista e patriota Rui Barbosa, que enfrentou junto aos seus contemporâneos as maiores batalhas da Velha República; o ex-Senador e Presidente da República Juscelino Kubitschek, que, contra todas as intempéries e adversidades plantadas, entregou em concreto firme e estável aquilo que muitos acreditavam que não passaria dos papéis flácidos e perecíveis de uma planta arquitetônica, e, por fim, Ulysses Guimarães, que, em luta de décadas perseguindo uma Assembleia Constituinte, restaurou o regime democrático e nos entregou a coesa, porém reformável Constituição Cidadã de 1988.

Por isso, queridos pares, Exmos. Deputados, nossa gente espera de nós soluções, medidas concretas que, se não resolverem os problemas, ao menos deixem de atrapalhar a vida das pessoas. É por isso que, no âmbito econômico, precisamos, em conjunto com a sociedade, de forma clara e propositiva, discutir a reforma da Previdência, que hoje consome 48% da receita líquida do Governo Federal.

É por isso que, no âmbito dos impostos, calcanhar de Aquiles da produção e dos empreendedores brasileiros, precisamos debater sobre uma justa reforma tributária que tire do Brasil o título de uma das nações com maior carga de tributos em relação ao PIB, chegando a 33%, Deputado Medeiros.

É por isso que precisamos discutir de maneira séria e sem paixões o pacote anticrime, de modo a ajudar o Governo a amenizar o drama da segurança pública, viabilizando alterações na legislação que possibilitem, associadas a uma reforma do sistema carcerário, proporcionar uma mínima sensação de segurança a toda a nossa gente.

É por isso que ações de amparo e proteção à mulher, com fortes medidas de punição aos agressores, devem ser cada vez mais ampliadas e fortalecidas nesta Casa, de modo a proteger a mulher da covarde ignorância apresentada por muitos homens neste Brasil.

É por isso que devemos rediscutir o pacto federativo brasileiro, que hoje concentra em média 60% dos impostos nos cofres do Governo Federal, 25% nos dos Governos Estaduais e somente 15% nos dos Governos dos Municípios, fazendo dos Prefeitos mendicantes com pires nas mãos rodando os gabinetes parlamentares desta Casa em busca de recursos para os seus Municípios.

É por isso que precisamos elaborar diretrizes de gestão pública que promovam gestões meritocráticas e eficientes, em que se faça melhorar a qualidade do atendimento do Sistema Único de Saúde e



que se promova a inclusão escolar de jovens e adolescente nas cidades do Brasil afora.

É por isso que conclamo aqui os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas para que não façamos desta tribuna um palanque para as nossas vaidades, mas um instrumento de reconstrução do Brasil. E conclamo a todos para aquilo que eu acredito ser a palavra-chave para o momento político em que vivemos: unidade. Não quer dizer que, em nome de uma pretensa unidade, não possa haver divergências, mas que busquemos, pelo bem da Nação, sinceramente, mais convergir que divergir. Sozinho, eu posso fazer alguma coisa; juntos, podemos fazer muitas coisas.

E por fim, gostaria de fazer alguns agradecimentos.

Agradeço, primeiramente, a Deus por me conceder a oportunidade de representar brasileiros e mato-grossenses nesta Câmara Federal.

Agradeço também aos cidadãos mato-grossenses os quase 80 mil votos confiados a mim no último pleito eleitoral.

E, com gratidão ainda mais especial, agradeço a toda a minha amada família e, por meio deles, agradeço a um homem que tem me ensinado todos os dias, não por palavras, mas por gestos e ações, o valor da disciplina e da resiliência, o meu amado pai, Emanuel Pinheiro, professor, advogado, Vereador, Deputado, Prefeito e um dos Pinheiros que encontrou na política um sentido de sacerdócio para a sua existência. Ele me ensinou que, com muito trabalho, se chega aonde se quer. Segundo suas palavras, *"estamos num tempo em que ser político nos coloca mais como alvo do que como um homem que luta por seus ideais e pelos ideais de seu povo, mas que, ainda assim, prefere trocar o comodismo do não fazer pelas tribulações do realizar"*. E ele muito vem realizando por nossa amada e tricentenária Cuiabá.

Aproveito a oportunidade para anunciar a todos aqui e a todos do meu nosso Estado que, a partir da semana que vem, iniciaremos a realização de um sonho, o funcionamento do novo Hospital Municipal de Cuiabá, a maior obra em saúde pública da história de Mato Grosso, obra essa que, com muito empenho e determinação, o Prefeito Emanuel Pinheiro concluiu num tempo recorde, mostrando eficiência e habilidade na gestão de Cuiabá, ainda que para isso tenha sido necessário remanejar seu gabinete para dentro do hospital, a fim de acompanhar diuturnamente as obras.

Aproveito também a oportunidade para agradecer ao Senador Wellington Fagundes, ao Ministro Blairo Maggi e ao ex-Presidente Temer a viabilização dos recursos que possibilitaram realizar esse

sonho que irá mudar a vida da gente mato-grossense.

Finalizo minhas palavras, Sr. Presidente, com o seguinte pensamento: *"O pessimista queixa-se do vento; o otimista espera que o vento mude; e o realista ajusta as velas"*. Vamos juntos ajustar as velas para iniciar um processo de verdadeira mudança no Brasil!

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 32/370

3.2019 Sessão Não Deliberativa de Debates - 07/02/2019-
CD 16:00
Publ.: DCD - 2/8/2019 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS
CÂMARA DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à proposta de reforma da Previdência Social. Impacto da Desvinculação de Receitas da União sobre o déficit previdenciário brasileiro.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde a todos e todas.

Eu quero começar minha fala exatamente do ponto em que minha colega Deputada Sâmia terminou: a gravidade da reforma da Previdência que tem sido anunciada pelos grandes veículos de comunicação, diante das primeiras notícias da equipe do ultraliberal Paulo Guedes.

É uma reforma da Previdência que busca atacar o direito dos trabalhadores e fazer com que haja uma idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, o que já é alto para todos, porque desconsidera, em primeiro lugar, o tempo de contribuição. Nós sabemos que os que começam a trabalhar mais cedo são justamente as vítimas num país extremamente desigual como o nosso. Em segundo, a reforma evidentemente desconsidera as diferenças regionais - e não digo regionais em relação apenas aos Estados, mas também às localidades que existem dentro de cada um deles. Sabemos que a expectativa de vida em determinados bairros é menor que 62 anos.

Deputada Sâmia Bomfim, o que eles querem é que os trabalhadores trabalhem até morrer, justificando isso com argumentos que são mentirosos. O principal deles é que a Previdência é deficitária. Ora, a Previdência Social, que, junto com a Seguridade Social, compõe os



direitos previdenciários e os direitos relativos à assistência e até à saúde da população, sempre foi superavitária ao longo dos anos. Ela deixou de ser superavitária por um mecanismo perverso, instituído por Fernando Henrique Cardoso, chamado Desvinculação de Receitas da União, que começou mordendo até 20% das verbas obrigatórias destinadas às áreas sociais. E morderam a previdência dos trabalhadores majoritariamente para pagar juros de uma dívida com os grandes especuladores e com os grandes capitalistas.

Foi isto que faliu a Previdência: foram surrupiados nos últimos 10 anos mais de 70 bilhões de reais relativos à aposentadoria dos trabalhadores para financiar grandes banqueiros nacionais e internacionais e grandes especuladores. Isso é inadmissível! E o pior é que o limite da Desvinculação de Receitas da União aumentou para 30% - começou com 20%, e aumentou para 30%.

O que estamos vendo é a tentativa de massacrar os trabalhadores, ainda mais as mulheres trabalhadoras, que têm uma idade mínima menor justamente porque sofrem com a sobrecarga de trabalho. Todos os estudos mostram que as mulheres trabalham, em média, 5 anos a mais que os homens, porque lamentavelmente o trabalho doméstico é tido ainda como feminino. Então, o que acontece é que se reforçam as desigualdades e se massacra ainda mais quem está nessa estrutura mais precária.

Em segundo lugar, eles querem fazer um filão para os bancos. É o regime de capitalização de que Paulo Guedes tanto fala, regime que faliu a aposentadoria de milhões de pessoas no Chile, país vizinho aos nossos, que tem 40% dos aposentados ganhando menos que um salário mínimo e onde mais de dez fundos de pensão faliram sem pagar a aposentadoria dos trabalhadores. É assim o famoso modelo de contribuição definida e benefício indefinido: pegam o dinheiro dos trabalhadores, metem no mercado de ações, num verdadeiro casino. Se eles perderem o dinheiro, quem fica sem salário, quem fica sem aposentadoria, é o trabalhador. E tudo isso é parte de um estelionato eleitoral.

Agora, nós estamos vendo que, mais uma vez, uma bomba cai: Paulo Guedes está falando em colocar na reforma da Previdência um mecanismo pelo qual os jovens podem escolher - como se se pudesse de fato escolher num país extremamente desigual, com tanto desemprego, como o nosso - entrar no mercado sem 13º salário, sem férias e sem nenhuma garantia trabalhista. Foi o que o Mourão falou lá em Bagé no período eleitoral, e o Bolsonaro desmentiu isso só para não perder votos.

O que eles estão fazendo é um verdadeiro estelionato eleitoral, numa combinação pesada de agenda ultraliberal na economia e reacionária

nos costumes. Mas não passarão. Eu acredito, com fé, na força de luta do nosso povo. E o PSOL está a serviço dessa luta.

Documento 33/370

3.2019 Sessão Não Deliberativa de Debates - 07/02/2019-
CD 16:32
Publ.: DCD - 2/8/2019 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP
CÂMARA DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Defesa de privatização de empresas estatais e de reforma da Previdência Social. Apoio à implantação de medidas de austeridade econômica.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, em mais um dia aqui no Congresso Nacional sempre pensando no bem comum, tendo como foco o povo brasileiro, todos nós temos acreditamos que o importante é a educação, a saúde, a segurança, o trabalho. Mas estas atividades só são possíveis se cuidarmos da economia.

Na economia, nós temos alguns pontos vitais. Já sabemos que estes pontos todos estão na Previdência. É necessário mexer na Previdência. Nós não podemos esquecer que, da estrutura do nosso PIB, 48% são para pagar os juros da dívida interna. Para que isso ocorra, é necessário privatizar. A questão não é decidir se deve ou se não deve. Nós já estamos consumindo um valor considerável para pagar os juros. Há, portanto, a necessidade de diminuir.

Nós temos a estrutura pública, na qual se está mexendo, se alterando, para termos recursos a aplicar nestas áreas de que falei: educação, saúde, segurança, trabalho, ciência, tecnologia, infraestrutura, entre outras.

Desta forma, nosso foco precisa estar voltado para a economia. Na economia, estes três pontos se tornam essenciais: privatizar para poder pagar a parcela da dívida interna e sobraem recursos nesta área; cuidar da Previdência para termos recursos, senão o sistema econômico vai falir; e fazer nossa parte, ou seja, dar o exemplo de uma economia austera, das atividades de que o Brasil precisa. Além de termos o foco no bem comum, no nosso País, temos que estar juntos para buscar as soluções adequadas.

Muito obrigado a todos os presentes neste plenário, que contribuem

para um Brasil melhor.

Felicidades a todos!

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Documento 34/370

3.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 07/02/2019- CD	16:36
Publ.: DCD - 2/8/2019 -	TED CONTI-PSB -ES	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos eleitores do Estado do Espírito Santo pelo votos recebidos nas eleições para a Câmara dos Deputados. Necessidade de ampla discussão sobre a reforma previdenciária e sobre o projeto de lei anticrime, encaminhado à Casa pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

O SR. TED CONTI (Bloco/PSB - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar meu agradecimento ao povo capixaba, que me credenciou para estar aqui hoje. Meu muito obrigado a todos, a cada um. Quero agradecer ao PSB e ao Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, o apoio que me deram. Agradeço também à minha família e a meus amigos, que sempre estiveram ao meu lado.

Daqui para a frente, quero ser, na Câmara dos Deputados, o representante não só do Espírito Santo, mas de todos os brasileiros.

Oficialmente, tomei posse na terça-feira como primeiro-suplente, ocupando a vaga do Deputado titular Paulo Foletto, a quem desejo muito sucesso à frente da Secretaria de Agricultura do Espírito Santo.

Sou da turma dos novatos. Este é o meu primeiro mandato, uma nova fase na minha vida, depois de 30 anos como jornalista. Chego a esta Casa com muita vontade e disposição para trabalhar. O Brasil precisa, merece dias melhores. Teremos em breve na Câmara duas importantes discussões: a reforma da Previdência e a lei anticrime, questões urgentes. No entanto, estas matérias não podem ser votadas sem uma análise profunda.

O projeto apresentado pelo Ministro Sergio Moro propõe mudanças em 14 leis e aponta importantes caminhos para o combate mais rigoroso



da corrupção, da violência e do crime organizado. Além disso, aborda questões como criminalização do caixa dois, cumprimento de pena de prisão imediata após condenação em segunda instância. Aumenta a pena em se tratando de crimes hediondos com morte, isenta ou reduz a punição de policiais que matam em serviço, só para citar algumas medidas.

Já a proposta da reforma da Previdência toca em importantes questões, que vão mexer com a vida da população: idade mínima e tempo de contribuição, por exemplo. Reconhecemos que é necessária a busca do equilíbrio das contas públicas, mas a reforma não pode retirar direitos dos trabalhadores.

Volto a insistir: ambas as propostas, a reforma da Previdência e a lei anticrime, precisam passar por ampla e profunda discussão, o que envolve juristas, especialistas e vários segmentos da sociedade. Diálogo e transparência nas decisões são fundamentais.

É este o meu compromisso: diálogo sempre aberto e mandato participativo.

Capixabas e brasileiros, contem comigo!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 35/370

3.2019	Sessão Não Deliberativa de	07/02/2019-16:48
	Debates - CD	
Publ.: DCD	- ROBERTO DE LUCENA-PODE -SP	
2/8/2019 -		
CÂMARA	DOS COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÃO
DEPUTADOS	PARLAMENTARES	PARLAMENTAR
		DISCURSO

Sumário

Regozijo com a filiação dos Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão e Capitão Styvenson ao Podemos. Importância do debate sobre a reforma da Previdência Social.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PODE - SP. Sem revisão do orador.) - Ilustre Sr. Presidente Marcelo Ramos, a quem cumprimento neste momento e dou as boas-vindas nesta Legislatura, representando o querido povo do nosso Amazonas. Cumprimento, igualmente, o ilustre Deputado Luis Miranda, do Democratas do Distrito Federal, os

demais Deputados, as senhoras e senhores.

Com muita honra, ocupo esta tribuna, em nome da bancada do Podemos e do nosso bloco para comemorar o ato por meio do qual foram recebidos ontem, oficialmente, na bancada do Podemos do Senado Federal, três ilustres Senadores: o Senador Lasier Martins, do Rio Grande do Sul; o Senador Eduardo Girão, do Estado do Ceará; e o Senador Capitão Styvenson, uma grande revelação, amigo e liderança extraordinária que surge no Estado do Rio Grande do Norte.

Quero, em nome do Senador Álvaro Dias, em nome da Deputada Renata Abreu, Presidente do Podemos, e em nome do Líder do nosso partido na Câmara dos Deputados, o Deputado José Nelto, celebrar a chegada destes ilustres Senadores que representam estes importantes Estados na bancada do Podemos no Senado Federal.

Manifesto, Sr. Presidente, meu entusiasmo com o início desta nova Legislatura. A Legislatura que se encerrou foi sacudida por diversos terremotos políticos, que contaminaram esta Casa e dificultaram, em muito, a produção legislativa da Câmara, embora dela se tenha exigido uma postura consciente, uma postura responsável para com o Brasil, que permitiu que chegássemos a este momento com a governabilidade garantida e a estabilidade necessária para darmos o salto que certamente daremos daqui para a frente.

No entanto, temos diante de nós um livro inteiro com páginas em branco, em que, tenho certeza, esta Casa terá todas as condições de escrever, da melhor maneira, sua história nos próximos 4 anos, e não fazer menos do que aquilo que de nós espera o povo brasileiro.

Esta Casa precisa ser parceira do Executivo e do povo brasileiro, visando ao movimento que promova a recuperação da economia, a redução da pobreza, a erradicação da fome e a justiça social. Nós temos, portanto, inúmeros desafios à frente, além de pautas decisivas, estratégicas e importantes que deverão ser o centro dos nossos debates. A primeira destas pautas é a reforma da Previdência. E nós não poderemos nos furtar da grande missão, da grande tarefa e da grande responsabilidade que recaem sobre nossos ombros de fazer um amplo debate, mas um debate não intramuros, mas de frente para a sociedade, de frente para aqueles personagens integrantes legítimos deste debate.

Portanto, nosso apoio à discussão da reforma previdenciária, à necessidade de que esta seja uma reforma justa, uma reforma lúcida, que trate iguais como iguais, diferentes como diferentes, que ofereça ao povo brasileiro a segurança de que faz este debate neste momento não por causa do passado, de um rombo, que é discutível, mas em função do futuro, para que possamos garantir a estabilidade, o



progresso e a prosperidade nacional.

Que façamos a reforma da Previdência com todas as garantias de que cumprimos o papel de sermos, acima de tudo, patriotas, acima de tudo, defensores do Brasil e, acima de tudo, comprometidos com o povo que para cá nos enviou como seus porta-vozes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 36/370

3.2019

Sessão Não Deliberativa de Debates - 07/02/2019-
CD 17:20

Publ.: DCD - 2/8/2019 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apoio à reforma da Previdência Social.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos. Minha gente, vamos falar aqui um pouquinho sobre a Previdência, sobre a nova Previdência.

A primeira coisa que eu quero dizer aqui para os senhores hoje é que não teremos uma reforma da Previdência. Presidente Chrisóstomo, esse termo está errado. Nós teremos uma nova Previdência: uma Previdência fraterna, uma Previdência cidadã, uma Previdência que cuida dos nossos idosos e que garante a aposentadoria para os nossos jovens. Tenho visto ataques de gente desinformada, absolutamente desinformada ou muito mal-intencionada, para simplesmente desgastar aqueles que querem garantir a Previdência, a aposentadoria para o cidadão brasileiro.

A primeira coisa que eu quero deixar clara a todos aqui é que não mexeremos em direitos adquiridos - ponto! Qualquer coisa que se ouça que vá além disso é mentira! Não haverá uma única mexida em direitos adquiridos! O que estamos discutindo - a nova Previdência - é para aqueles que chegarão a esse sistema.

Eu vi alguns *sítes*, alguns meios de comunicação ligados sempre à Esquerda dizendo que esta reforma da Previdência ofereceria menos do que um salário mínimo para os mais pobres. Quanta cretinice, ou quanta ignorância!

O que nós temos na reforma da Previdência é uma coisa chamada assistência fásica - guardem esta expressão -, assistência fásica para que aquele que chegou aos seus 55 anos, que trabalhou duramente, como um pedreiro, por exemplo, de sol a sol, possa receber uma assistência inicial; não é Previdência, é assistência! E para aquele que já está ganhando lá o seu salário mínimo receber 500 reais a mais inicialmente vai fazer muita diferença! Ele continua no mercado, ele continua trabalhando, mas ele tem uma assistência fásica. Conforme a idade vai passando, ele vai recebendo um pouco mais.

Eu recebo cobranças, Presidente, de algumas mulheres feministas, que perguntam: "*Joice, você defende que homens e mulheres contribuam o mesmo tempo e se aposentem com a mesma idade?*". Sim. Sim. Essas meninas... Eu tenho uma filha e um filho. A minha filha e o meu filho terão o mesmo dever e o mesmo direito. Isso é para aqueles que estão chegando. Mas, em caso de dupla jornada da mulher, e mesmo do homem - quantos viúvos criam dois, três, quatro filhos sozinhos -, nesse caso, nós teremos uma excepcional saída, Presidente, tanto para homens quanto para as mulheres.

A nossa reforma da Previdência é fraterna, é cidadã, ela vai cuidar do mais pobre e não haverá um único movimento para atacar o mais pobre. Aliás, saibam, senhores, que a grande massa daqueles que estão na Previdência recebe um único salário mínimo. Esse não é o problema, o problema está naquela grande casta - e há, sim, casta do alto funcionalismo público - que recebe 70 mil reais por mês. Sabiam que isso é inconstitucional? A nossa Constituição veda isso, mas há subterfúgios. Aqueles que têm a caneta e o poder têm subterfúgio para receber 70 mil reais, 80 mil reais, acumulando aposentadorias. Isso vai acabar com essa nova reforma da Previdência.

Eu peço a todos os senhores que, antes de criticar, saibam exatamente o que a nossa nova Previdência, a Previdência fraterna e cidadã que virá nesse Governo Bolsonaro de fato apresenta ao País.

Solicito que este meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Documento 37/370

3.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 07/02/2019- CD	17:40
Publ.: DCD - 2/8/2019 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO



Sumário

Caráter político da condenação e prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Contrariedade às propostas do Governo Federal de reforma da Previdência Social e privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Críticas ao projeto anticrime apresentado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu penso que nós estamos vivenciando uma obra de Kafka. Estamos vivenciando uma nova condenação de Luiz Inácio Lula da Silva, um preso político neste País! Ele é um preso político. Eu me pergunto qual foi o crime que Lula cometeu. Lula está preso porque, dizem, beneficiou-se da reforma de um apartamento que não lhe pertence. E há agora uma nova condenação, porque dizem que se beneficiou de uma reforma ou de melhorias em um sítio que também não lhe pertence. Tanto não pertence a ele que a própria Juíza, ao proferir a sua sentença, foi muito clara ao dizer que Lula frequentava o sítio mais do que o próprio proprietário. Ao dizer isso, reconhece que aquilo não era uma propriedade de Lula.

Ninguém aqui diz o que Lula fez para favorecer a empreiteira que produziu as reformas. E Lula já não era mais o Presidente da República. Lula está encarcerado, porque esses que acham que o Brasil pode destilar ódio - e o ódio faz com que nós tropeçemos na nossa construção democrática, é isso que o ódio faz - sabem que não ganhariam de Lula em um processo eleitoral.

Cassaram Dilma Rousseff sem crime de responsabilidade, num golpe impetrado contra a democracia brasileira, porque chegaram à conclusão de que não podiam ganhar uma disputa eleitoral. Eles não podiam ganhar uma disputa eleitoral de quem abriu as universidades para filhos e filhas de trabalhadores. Foi no Governo Lula que nós pudemos ver um menino segurar uma enxada em uma mão e um diploma na outra, porque as universidades passaram a ser parte dos sonhos de filhos e filhas de trabalhadores.

Lembro a fala de um menino numa cidade do Distrito Federal: "*Eu sou filho de faxineira e tenho muito orgulho da minha mãe, e serei engenheiro*". E o que nós estamos vendo hoje? Esse sonho ser moído! Ser moído pelo ódio! Ser moído pelo estelionato eleitoral que está hoje no Palácio do Planalto! Ser moído, porque nós vamos ver o Ministro da Educação, além de acusar o povo brasileiro de ser canibal e de saquear aviões e hotéis, dizer que a universidade é para quem pode pagar. Isto foi dito: é para quem pode pagar! Mas não é só isso. A aposentadoria também vai ser para quem pode pagar. Dizer que nós temos uma nova Previdência para assegurar os direitos da população mais pobre é desconhecer que, em 53% dos Municípios brasileiros, a



expectativa de vida média é menor do que 65 anos.

Ah! O povo não vai se aposentar. Dizer isso é desconhecer que a expectativa de vida tem uma relação direta com segurança, com assistência à saúde, com habitabilidade, com saneamento, com alimentação, que penalizam a população mais pobre.

Vejam o exemplo do Chile, que se quer se repetir, a dita capitalização, os trabalhadores fazendo uma poupança que será gerida por grandes instituições financeiras. Ah! porque são esses, são esses que representam o dito mercado, que tem como sabujo dele mesmo os que estão no Palácio do Planalto. São esses que lucrarão e que coordenarão as poupanças individualizadas. Vejam o que está acontecendo no Chile! No Chile, as pessoas, quando vão se aposentar, não conseguem ter uma aposentadoria equivalente a um salário mínimo. A um salário mínimo! E aumentou sobremaneira o suicídio de pessoas idosas, porque, no final da vida, não têm como sobreviver depois de trabalharem a vida inteira. É isso que se quer empurrar para o povo brasileiro?

E por que não se combater uma sonegação que o próprio Estado diz que chega por volta de 500 bilhões de reais? E por que não considerar que há recursos públicos de impostos que deveriam ir para a seguridade social? Não! Nada disse se considera. Quer se entregar a aposentadoria para ser gerida pelo sistema financeiro. Aliás, é preciso falar em Kafka. Quando nós lemos *O Processo*, vemos que é isso que nós estamos vivenciando de forma trágica neste País, trágica para a democracia, com Luís Inácio Lula da Silva. Mas não é só isso! Há também *A Metamorfose*, de Kafka, onde de repente nós vamos ver o que representam as pessoas.

Esse que na campanha nunca disse que iria arrancar do povo brasileiro o direito à aposentadoria está fazendo isso agora. Na campanha eleitoral, que, aliás, não teve debates, esse que hoje é Presidente da República nunca disse que iria entregar a ELETROBRAS, que vale 400 milhões de reais, por 12 milhões de reais para países que não vendem as suas hidrelétricas. Aliás, é bom saber que as hidrelétricas estadunidenses são protegidas pelo Exército. E, aqui, eles querem doar. Doar para o Canadá, doar para Alemanha, doar para a China, doar para o próprio Estados Unidos.

E aí vem um Governo que disse que iria mudar. Mudar o quê? Disse que iria combater a corrupção. Mas e Flávio Bolsonaro? E o que representa Queiroz? E esse Sr. Moro, que diz que quer enfrentar o crime, mas que faz um projeto que não ataca a violência, que não ataca o feminicídio, que mata tantas mulheres - porque somos mulheres -, que não ataca o LGBTcídio neste País. Este é o país onde mais se mata a população LGBT. Esse projeto também não ataca o



extermínio de jovens negros e pobres que estão morrendo neste País. Mas ali se cala Sergio Moro com relação ao que está acontecendo com Queiroz e com a família Bolsonaro e aplaude Onyx Lorenzoni. Quer criminalizar o caixa dois, mas diz que ele pode ser feito por Onyx Lorenzoni, porque ele pediu desculpas à Nação.

É muito cinismo para com o povo brasileiro!

Permitir a licença para matar? Ninguém está discutindo aqui a legítima defesa do policial, que se utiliza dos instrumentos que tem para salvar a sua vida. O que é iminência de um ataque? O que significa isso exatamente? Mais de 5 mil brasileiros e brasileiras foram mortos por ação das polícias. E o que nós dizemos? É preciso investigar. Não é acabar com a legítima defesa, é apenas assegurar uma investigação sobre as mortes efetivadas por policiais.

Quem chora essas mortes? Quem chora as mortes dos meninos negros e pobres deste País? Quem chora a morte das mulheres neste País? Quem chora a morte daqueles que ousam ter o direito de ser e o direito de amar da população LGBT? Isso o pacote de Moro não ataca, como também não fala sobre as condições carcerárias degradadas, medievais, que possibilitam, inclusive, a existência do crime organizado.

Por isso, eu diria que é muito cinismo o que nós estamos vivenciando neste País, com uma bancada do ódio, uma bancada que destila o ódio e que não tem propostas para a Nação.

Documento 38/370

3.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates -07/02/2019- CD	18:00
Publ.: DCD - 2/8/2019 -	MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	DISCURSO

Sumário

Importância do cumprimento de preceitos regimentais para a eficiência dos trabalhos da Câmara dos Deputados. Apoio à realização das reformas previdenciária, tributária e política.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Tito, que ora conduz os trabalhos da Mesa Diretora nesta sessão, colegas Deputados, povo brasileiro, estamos encerrando praticamente esta primeira semana após a posse - amanhã é sexta-feira, ainda dia de sessão -, mas é



importante fazer esse registro aqui de uma semana em que foram definidas algumas regras com a Mesa Diretora e o Colégio de Líderes, que vêm ao encontro daquilo que espera a sociedade brasileira: que esta Casa seja produtiva, seja eficiente, que nós Deputados sejamos disciplinados, que cumpramos o Regimento Interno, que votemos os projetos, a favor ou contra, propostos pelo Poder Executivo ou pelos colegas Deputados, mas que, sobretudo, além de votar, além de trabalhar de acordo com o Regimento Interno, respeitemos a vontade do povo brasileiro de se sentir representado por esta Casa Legislativa.

Saudação à Mesa Diretora, saudação à Presidência desta Casa e a todos os colegas Líderes que concordaram que se cumpram as regras, o básico. Até às 4 horas da tarde, nas terças-feiras e quartas-feiras, dias de sessões, normalmente extraordinárias para votação, que todos nós demos presença. Quem não der presença, que leve falta para o dia; e que, depois disso, se não der presença durante a votação, que seja cortado o salário do Deputado. É isso que espera a população brasileira. Que na quinta-feira, dia de votação, que nós tenhamos uma Casa que realmente seja eficiente, porque pior do que o alto custo - e realmente esta Casa custa muito para os brasileiros - é a ineficiência, injustificável. Ainda mais com um País que foi entregue, ainda há pouco tempo, pelo PT, absolutamente devastado economicamente, politicamente e, pior de tudo, moralmente.

Precisamos recuperar, Deputado Coronel Chrisóstomo e Deputado Felício Laterça, a credibilidade dos nossos próprios mandatos. E essa responsabilidade é de ninguém mais do que de nós mesmos. Fazer cumprir o Regimento Interno, votar, deliberar, tirar o Brasil dessa situação falimentar em que se encontra é nossa responsabilidade. Votar a reforma da Previdência, votar a reforma tributária, fazer uma reforma política de verdade é nossa responsabilidade.

Saúdo todos os colegas e, em especial, mais uma vez, a Mesa por essa decisão de fazer cumprir o Regimento e de permitir que nós Deputados possamos dar exemplo à sociedade, que espera exatamente isso lá fora. Exemplo de quem deve dar exemplo, e o exemplo vem de cima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 39/370

4.2019

Sessão Deliberativa Ordinária - 12/02/2019-15:48
CD

Publ.: DCD - 2/13/2019 -
83

RUI FALCÃO-PT -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE
EXPEDIENTE



Sumário

Transcurso do 39º aniversário de fundação do PT. Irregularidades no processo de condenação e prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Críticas aos Governos Michel Temer e Jair Bolsonaro. Contrariedade à proposta de reforma da Previdência Social e ao projeto anticrime apresentado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. Indicação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Prêmio Nobel da Paz.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores e senhoras telespectadores da *TV Câmara*, internautas, faço a minha primeira intervenção nesta Casa menos de 1 semana após a comemoração dos 39 anos do Partido dos Trabalhadores.

Eu presidi o Partido dos Trabalhadores por duas vezes, com muita honra, partido esse que o Presidente Lula fundou. O Presidente Lula é um preso político, foi condenado sem crime e sem prova, por conta dessa Justiça parcial, em conluio com os grandes meios de comunicação, com o grande capital, principalmente com o capital financeiro. Lula deixou ao País um legado de realizações e, como um personagem que entrou para a História, é hoje o melhor Presidente que o Brasil já teve. Lula incluiu os pobres no Orçamento, e isso é um crime num País em que a elite é marcada pelo preconceito, pela discriminação e não tolera que a maioria da sociedade tenha os mesmos direitos que o povo da casa grande.

O PT nasceu fazendo democracia, nos estertores do regime civil militar, com as grandes greves por aumento de salário e melhores condições de trabalho. As comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, aqueles que deixavam as prisões políticas do País, como este Deputado, os intelectuais, os professores, os estudantes, juntamo-nos todos, e o PT surgiu como uma síntese de múltiplas determinações. Este é um partido que tem o objetivo histórico de construir uma sociedade sem explorados e oprimidos, sem qualquer tipo de discriminação e preconceito.

Estamos fazendo o nosso caminho, depois de ajudarmos a fazer a democracia no Brasil. Com outros tantos da época do MDB autêntico e de outros partidos que ainda estavam na clandestinidade e posteriormente se juntaram ao PT, nós ajudamos a fazer a democracia no Brasil.

Hoje somos levados de novo a lutar pela democracia, que foi violada pelo golpe contra a Presidenta Dilma, que foi deposta sem também ter cometido nenhum crime. Esse golpe teve uma continuação. Primeiro,



pelo Governo ilegítimo de Michel Temer, que começou a derrogar várias conquistas sociais e democráticas do País. Depois, pela vitória do atual Presidente, Jair Bolsonaro, eleito após uma sucessão de irregularidades.

A primeira das irregularidades foi a prisão e interdição do Presidente Lula, vedando a sua candidatura, inclusive rompendo um tratado internacional, pois a Comissão de Direitos Humanos da ONU determinou que o Lula poderia ser candidato, mesmo na prisão injusta a que fora relegado e condenado. Outra irregularidade foi sua ausência ou falta de qualquer participação em debate. Também houve a conivência de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que encurtou os prazos para que o Lula não pudesse registrar a sua candidatura.

Mas não bastava prendê-lo; cassaram a sua voz, proibiram-no de dar entrevistas, quando sabemos que criminosos confessos, inclusive de alta periculosidade, puderam dar as suas entrevistas, inclusive em prisões de segurança máxima. Não bastava calar o Lula. Agora, Lula sequer pode ser visto, nem ao menos teve o direito de velar o corpo do seu irmão Vavá, no mesmo ano em que 175 mil prisioneiros tiveram o direito assegurado pela lei de ou visitar parentes, ou comparecer a velórios e enterros. Mas o Lula não pode, porque o Lula sequer pode ser visto. Pois bem, além da interdição, Jair Bolsonaro foi um candidato que se ausentou dos debates. Em seguida, houve uma sucessão de disparos de notícias falsas, pagas por caixa dois. Investigação sobre isso nós solicitamos ao Tribunal Superior Eleitoral e aguardamos o seu resultado.

Instalou-se o Governo, e o que nós vemos? Um Governo fragmentado em vários núcleos. Um núcleo é o dos parentes do Presidente, hoje cercados de investigações, seja por acolherem funcionários fantasmas, seja por suspeitas de ligação com milícias no Rio de Janeiro. Outro núcleo, grande, é a que faz a tutela militar do Governo e que se divide também entre aqueles que ainda guardam um pouco da tradição nacionalista e positivista dos militares e outro que participa do movimento entreguista, que rompe a soberania nacional. Querem entregar as nossas riquezas, a começar pelo petróleo. Nesse sentido, dão continuidade ao projeto do Governo ilegítimo de Michel Temer. E há o grupo do capital financeiro, comandado por aquele conhecido como "Posto Ipiranga", que é o Ministro Paulo Guedes, que promete privatizar o País inteiro. Ele quer tirar todos os direitos dos trabalhadores brasileiros, inclusive acenando com a funesta carteira de trabalho verde e amarelo, algo totalmente ilegal e inconstitucional. Ele quer impor aos trabalhadores, principalmente aos jovens, que escolham entre emprego e direitos, que abdicuem do Fundo de Garantia, abdicuem das férias, adiram à jornada intermitente.

E assim vai o Governo Bolsonaro, com dois grandes projetos neste momento, que merecerão de nós aqui a mais firme e decisiva



oposição, que é a ideia de acabar com os direitos de aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras, introduzido no País o sistema previdenciário de capitalização, que já fracassou no Chile, no Peru, no México e na Colômbia. Esse sistema está sendo revisto neste momento, porque no Chile, principalmente, crescem os números suicídios, pois os aposentados que foram forçados em ingressar nesse projeto de capitalização, que só interessa à grande banca, não conseguem sequer receber metade de um salário mínimo e não conseguem mais sobreviver.

E o outro projeto, não sei se dá para chamar de projeto, porque é um apanhado de lugares esparsos, é o chamado Projeto Moro. Este mesmo, o Moro, que determinou a condenação do Lula depois de se acumpliciar com Bolsonaro, que lhe prometera - e cumpriu - entregar-lhe o Ministério da Justiça, que passou a ser Justiça e Segurança. E ele ainda aspira a ganhar uma vaga no Supremo Tribunal Federal.

Pois bem, esse projeto é, na sua grande medida, inconstitucional, pois revoga o princípio da presunção de inocência, expande o critério de legítima defesa, na prática dando autorização para matar. É o "projeto James Bond": ordem para matar! Bastou a insinuação, não precisa nem ter o projeto, e nós vimos já o crescimento das chacinas, sendo a mais recente essa do Rio de Janeiro, já mencionada aqui anteriormente.

O Projeto Moro tem recebido repúdio generalizado dos juristas, daqueles que têm consciência democrática, daqueles que querem preservar o que resta da Constituição de 1988, pois essa tem sido derogada aos poucos, e o ponto principal foi o processo de *impeachment*, que atropelou tudo que conhecemos em matéria de Direito, para remover a Presidente Dilma do Governo.

Sras. e Srs. Deputados, no dia 10 de fevereiro, comemoramos os 39 anos do PT. Neste ano, nós vamos engrossar cada vez mais a campanha pela liberdade do Presidente Lula, uma campanha que ganhou o mundo, uma campanha que levou milhares e milhares a subscreverem a indicação do Presidente Lula para o Prêmio Nobel da Paz. A sua escolha seria uma maneira de reparar esse dano terrível de quase 2 anos de prisão injusta, prisão política, a que ele tem sido obrigado a cumprir. Essa campanha não é só do PT, é uma campanha de todos os democratas, é uma campanha de igrejas, de militantes, de intelectuais e de juristas que não querem que permaneça na prisão aquele que é a maior liderança popular que o Brasil já criou.

Por isso, deixo aqui o meu compromisso de lutar para que o Presidente Lula possa ser libertado, o meu compromisso de me opor, junto com a bancada do Partido dos Trabalhadores, a qual tenho a honra de compor aqui nesta Casa nesse momento, junto a todos os partidos que



queiram se somar em defesa dos direitos do povo brasileiro, da soberania nacional e da democracia.

Muito obrigado.

Documento 40/370

4.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 12/02/2019-19:12
Publ.: DCD - 2/13/2019 - 197 GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Primeiro é importante que dizer que esta matéria é uma tentativa de avançar sobre um processo de privatização inclusive do que temos, Deputada Benedita, como elemento histórico da nossa formação.

Por algum motivo, talvez porque não seja a privatização prioritária no momento de hoje, a turma da bancada do Governo do PSL está discutindo alguma coisa, provavelmente ainda a matéria anterior. Eles estão em uma discussão ali ferrada de uma matéria que já terminou sua votação. Mas tudo bem. Faz parte do processo democrático, e eles têm o direito de fazer isso, de ampliar o seu entendimento sobre a matéria que foi votada.

Mas, senhoras e senhores, já que a matéria fala sobre privatização, sobre desmonte do Estado brasileiro nas suas garantias sociais, cabe utilizar este espaço para falar sobre reforma da Previdência, porque está tudo dentro de um mesmo pacote. A proposta vazada pelo Governo do Sr. Bolsonaro, através de Paulo Guedes, exige de vocês brasileiros e brasileiras 40 anos de contribuição para ter acesso à aposentadoria integral e igualou em 65 anos a idade mínima para aposentadoria para homens e para mulheres.

Eu peço ao senhor que está falando ao microfone que respeite o orador que está na tribuna e, depois, Deputado, inscreva-se e vá fazer o debate.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Deputado José Guimarães, foi com V.Exa.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Além disso, a proposta do Sr.



Paulo Guedes e do Governo Bolsonaro altera o regime. Vai de um regime que é de repartição, em que trabalhadores, empregadores e Governo têm que garantir o pagamento da Previdência de brasileiros e brasileiras para um regime de capitalização, em que ele diz ao trabalhador e à trabalhadora do Brasil: "*Você que se vire!*".

Hoje me disseram: segundo pesquisa, 80% dos Deputados disseram que são a favor da reforma da Previdência do Bolsonaro.

Eu pago para ver! Pago para ver! Quando o Sr. Michel Temer apresentou aqui a sua proposta, eles imaginaram que iam aprová-la rapidinho.

Estamos em 2019, e eles não tiveram votos suficientes para aprová-la, porque houve pressão popular contra essa tentativa de fazer com que o povo não se apodere...

Documento 41/370

4.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	12/02/2019-19:20
Publ.: DCD - 2/13/2019 - 206	VINICIUS CARVALHO-PRB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Anseio da população brasileira pela retomada do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, demonstrado nos resultados das últimas eleições. Congratulações ao Governo Federal pelo desaparecimento da máquina pública ideológica do PT. Aplausos ao Secretário Especial de Assuntos Fundiários, Luiz Antônio Nabhan Garcia, pelo anunciado fechamento de escolas mantidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Acerto da aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre o congelamento, por 20 anos, dos investimentos públicos na área social. Necessidade de realização da reforma previdenciária. Votos de sucesso aos Parlamentares.

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
VINICIUS CARVALHO.**



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, a 56ª Legislatura inaugura-se marcada por desafios. O resultado das urnas exprimiu de forma contundente o anseio popular pela retomada do desenvolvimento nacional. Cansado do desgoverno do Partido dos Trabalhadores, o povo brasileiro clama por oportunidades reais de trabalho e de crescimento em geral. Atender a essas aspirações de nossos cidadãos deverá ser o norte de cada Parlamentar efetivamente comprometido com o bom exercício do mandato popular.

Mas a mera troca de representantes não assegura a transição para o modelo de país que almejamos adotar. Inicialmente, teremos muito trabalho para remover os obstáculos ainda vigentes. Nesse sentido, congratulo o atual Governo por buscar o desaparecimento da máquina pública pelos petistas. Providências como essa devem ser prioritárias para que possamos iniciar um novo capítulo na história deste País - e finalmente rumar à prosperidade.

Para tanto, é preciso livrar a educação brasileira das ideologias. Nenhuma nação se desenvolve sem que seus cidadãos tenham acesso a ensino de qualidade.

Por isso, é louvável o anúncio do Secretário Especial de Assuntos Fundiários, Luiz Antônio Nabhan Garcia, de que as escolas do MST serão fechadas. Quero frisar que a escola deve ser o lugar de ensino de disciplinas como matemática, português e ciências, não havendo espaço para o treinamento à invasão de propriedade alheia. É apenas com a retomada do colégio como ambiente de capacitação profissional que este País estará efetivamente pronto para crescer de acordo com sua abastada vocação.

Mas esse ideal não será conquistado apenas pelo combate à ideologia de esquerda. Também é necessário corrigir os erros das gestões petistas, notadamente a administração financeira sem responsabilidade fiscal. Este Congresso Nacional já fez muito ao aprovar a Emenda Constitucional nº 95, coibindo os gastos públicos desnecessários, mas é preciso ir além.

É preciso aprovar a reforma previdenciária para dar mais efetividade às despesas da segunda maior rubrica orçamentária brasileira. A evolução científica e tecnológica foi responsável por robusta elevação na expectativa e na qualidade de vida da população. Por isso, é absolutamente necessário que haja ajustes nas regras previdenciárias.

Atualmente, inúmeras pessoas com plena capacidade laboral estão se retirando do mercado de trabalho. Seu repouso é bancado pelos demais trabalhadores, que se veem obrigados a arcar com ônus. Em vez de contribuir para o crescimento econômico nacional, muitas

peças se apresentam como parasitas de seus compatriotas, ampliando as carências econômicas que infelizmente marcam este País.

Neste pronunciamento, destaquei apenas alguns dos desafios que esta Casa terá de enfrentar. Está muito claro que uma nova era se inaugura na política brasileira. Temos à nossa frente a perspectiva de dias melhores, mas eles não vão chegar sem o árduo trabalho desta Casa. Por isso, desejo aos Parlamentares uma ótima 56ª Legislatura, lembrando que devemos olhar o início desta nova fase com o entusiasmo de quem está contribuindo para a reconstrução do Brasil. Esse é justamente o sentimento que nos conduzirá a atender os anseios do povo, que, por meio do voto, nos trouxe a esta Casa.

Era o que eu tinha a dizer!

Muito obrigado!

Documento 42/370

4.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	12/02/2019-19:20
Publ.: DCD - 2/13/2019 - 208	ROBERTO ALVES-PRB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Saudações aos Parlamentares. Renovação da representatividade na Câmara dos Deputados. Importância do engajamento da Casa no processo de retomada do crescimento socioeconômico brasileiro. Apoio do PRB às propostas de combate à corrupção e recuperação da economia nacional, defendidas pelo Presidente Jair Bolsonaro. Importância de realização da reforma previdenciária e de fortalecimento do municipalismo brasileiro. Continuidade da luta do orador contra a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes. Reiteração do agradecimento à população do Estado de São Paulo pela reeleição do orador.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO ALVES.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente eu quero saudar a todos neste Plenário, parabenizar aqueles que estão assumindo pela primeira vez o mandato parlamentar e também parabenizar aqueles que alcançaram a vitória da reeleição. Que Deus nos abençoe e nos ajude a conduzir os trabalhos legislativos com sabedoria e, acima de tudo, respeito e espírito público.

Os brasileiros orquestraram uma grande renovação no quadro político da Câmara dos Deputados e, diante disso, temos aqui a oportunidade de escrever uma nova página em nossa história, a partir de agora. Nobres Deputados e Deputadas, é chegada a hora de arregaçarmos as mangas e trabalharmos pelo crescimento econômico e social do nosso País. Já são muitos anos de sofrimento, e o povo brasileiro está à nossa porta, exigindo o nosso empenho e a nossa contribuição.

Sr. Presidente, o PRB, cuja bancada está ainda mais fortalecida nesta legislatura, segue unida para contribuir naquilo que é fundamental para o Brasil e para os brasileiros. Através do diálogo e do bom senso, iremos caminhar em coalizão com o Exmo. Sr. Presidente da República, Jair Bolsonaro, no que tange, principalmente, a recuperação da economia e o combate à corrupção.

Decisões importantes foram tomadas, neste Plenário, nos últimos anos, as quais dividiram os brasileiros. Todavia, o Brasil, lentamente, vem recuperando a sua economia, o que me leva a crer que o Parlamento tomou decisões firmes, porém acertadas, no sentido de promover a estabilidade política e abrir portas para o crescimento. Os números divulgados recentemente pelo IBGE mostram uma recuperação lenta da economia, porém um grande avanço.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a PNAD Contínua, apontou que a taxa de desemprego ficou em 11,6% em dezembro, atingindo 12,2 milhões de brasileiros. É importante lembrar que durante a recessão econômica, provocada por um governo contaminado pela corrupção e que tomou decisões pautadas em ideologias partidárias, o desemprego atingiu mais de 14 milhões de trabalhadores, levando este País ao caos econômico.

Este processo de recuperação é lento, mas é necessário continuarmos trabalhando em conjunto para que o País mantenha os resultados positivos. O nosso maior desafio, senhoras e senhores, é a reforma da Previdência, considerada o remédio contra o aprofundamento da dívida pública, que deverá encerrar 2019 em 78,2% do PIB e que caminha para 80% nos próximos anos, nível superior ao de países de renda média, semelhantes ao Brasil. O cenário é urgente, porém, eu repito, o diálogo e o bom senso serão fundamentais para que possamos



discutir, votar e aprovar as mudanças que o Brasil precisa, a fim de equilibrar as contas públicas, sem negar o direito de milhões de trabalhadores à aposentadoria digna. Todas as classes precisam dar a sua contribuição nesta reforma, para que ela seja justa e equilibrada.

Recuperando a economia, teremos forças para investir em saúde, educação, segurança e em desenvolvimento social. Os Municípios brasileiros pedem socorro, porque ano a ano vêm perdendo receita por conta da redução nos repasses federais, que são importantíssimos para a execução de obras públicas e manutenção dos serviços básicos. Hoje, milhares de Municípios, inclusive do interior paulista, estão esquecidos, sem recursos, com dificuldades até mesmo de manter a folha de pagamento em dia. Está na hora de mudar este cenário. A contribuição deste Parlamento será vital para promover o municipalismo.

Sr. Presidente, como representante de São Paulo, quero continuar defendendo os interesses do meu Estado e do nosso País. Quero prosseguir a luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho que venho exercendo desde o último mandato. Seguiremos com mais força nesta causa, tendo o apoio das instituições e sobretudo da população.

O abuso e a exploração sexual infanto-juvenil são temas pouco discutidos por esta Casa, mas são de fundamental importância para as famílias brasileiras, sobretudo para as crianças e adolescentes. Dados do Disque 100 entre os meses de janeiro e junho de 2018 apontam mais de 6 mil denúncias de abuso sexual, além de 1.300 denúncias de exploração sexual e outras 1.300 denúncias de pornografia infantil. Levando em conta esses números, senhoras e senhores, constatamos que, a cada dia, uma criança ou adolescente foi vítima de violência sexual em nosso País, no primeiro semestre de 2018. Isso mostra que o Brasil vive uma tragédia no que se refere à violência contra as crianças e adolescentes.

O abuso sexual é mais que uma violência física. É um crime que destrói os sonhos e o futuro de uma criança ou adolescente, transformando-o em um adulto fragilizado e traumatizado.

Sabemos que o abuso sexual, na maioria das vezes, ocorre dentro de casa, no seio familiar, cometido por parentes da vítima ou por pessoas próximas à família dela. O criminoso faz uso de ameaças e intimidações para ter assegurado o silêncio de sua vítima, que, por sua vez, guarda para si todo o trauma daquela violência, que pode durar dias, meses ou até anos.

Senhoras e Senhores, nós precisamos estar ainda mais vigilantes, porque o abuso sexual infanto-juvenil chegou à Internet. Criminosos



estão usando as redes sociais para se aproximar e atacar as nossas crianças e adolescentes, tirando proveito de sua ingenuidade para obter fotos e vídeos de teor erótico e pornográfico. Essas imagens vão parar nas redes clandestinas de pornografia infantil que operam na Internet, como produtos de um grande mercado negro.

O abuso sexual infanto-juvenil na Internet vem crescendo dia após dia em nosso País. O Ministério da Justiça e Segurança Pública realizou a Operação Luz da Infância, que prendeu mais de 400 pessoas no ano passado, envolvidas com pornografia infantil.

O combate ao abuso sexual infanto-juvenil pela Internet é o tema no qual iremos trabalhar a partir de agora, nesta Casa e fora dela, promovendo campanhas informativas através da Frente Parlamentar Contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que iremos relançar nos próximos dias. Através da Frente Parlamentar, iremos lançar a segunda edição do gibi *Robertinho e sua Turma*. Por meio desta publicação, queremos conversar com as crianças e pré-adolescentes que são usuários assíduos das redes sociais, a fim de orientá-las para que usem as redes sociais com segurança. A nossa meta é distribuir exemplares do gibi em todo o País, nas escolas públicas e privadas, em centros comunitários, conselhos tutelares, entre outras instituições, para que a informação e a prevenção cheguem ao maior número possível de pessoas. Afinal, proteger as nossas crianças e adolescentes é proteger o futuro do Brasil.

Sr. Presidente, eu asseguro aqui o meu compromisso de continuar contribuindo para o fortalecimento tanto das leis que garantem a proteção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente quanto das instituições municipais, estaduais e federais que atuam nessa causa. É minha meta contribuir para estas instituições atuem de maneira conjunta, a fim de fortalecer a vigilância e as investigações sobre crimes contra crianças e adolescentes. A unificação das instituições seria, sim, um grande passo deste Governo.

Encerro a minha fala, SR. Presidente, agradecendo, mais uma vez, ao povo do Estado de São Paulo, que me deu a oportunidade de continuar trabalhando nesta Casa com a transparência e a honestidade de sempre. Vamos continuar apoiando iniciativas pelo bem da família brasileira, os quais ratifiquem seus valores morais e cristãos, sobretudo defendendo o direito das nossas crianças de serem crianças.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



6.2019

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 13/02/2019-14:32

Publ.: DCD - 2/14/2019 - 153 KIM KATAGUIRI-DEM -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Repúdio à campanha da Associação Nacional dos Procuradores da República contra a reforma da Previdência Social.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho falar hoje sobre uma campanha que tem sido feita pela Associação Nacional dos Procuradores da República em relação à reforma previdenciária.

Peço tanto aos meus colegas quanto à população que prestem bastante atenção, porque se trata da Associação Nacional dos Procuradores da República, e não da associação nacional daqueles que recebem 1 salário mínimo, da associação nacional daqueles que recebem menos de 10 mil reais, ou menos de 5 mil reais, ou menos de 1 mil reais. Trata-se de uma associação cujo piso salarial é de 28.660 reais.

Uma das primeiras alegações dessa associação é que a reforma prejudicaria os mais pobres. Mentira! A verdade é que a reforma não afeta os 75% mais pobres da população. Quem se aposenta hoje com 1 salário mínimo integral, por idade, quem se aposenta com BPC, quem já está aposentado, quem recebe aposentadoria rural e diversos outros que fazem parte da camada mais pobre da população não serão afetados.

Outro ponto: que a reforma atingiria os direitos dos trabalhadores. Mais uma mentira! A reforma não mexe com direito adquirido. A reforma respeita o ordenamento jurídico brasileiro. Quem já está aposentado não sofrerá nenhuma mudança. Essa é mais uma mentira dos Procuradores da República.

Outro ponto: que os servidores já teriam sido igualados aos demais brasileiros na reforma que entrou em vigor em 2013. É mentira também! Muitos servidores ainda não estão sujeitos ao teto do regime geral, ao teto do cidadão comum, ao teto do trabalhador da iniciativa privada, que sustenta este País e sustenta inclusive as grande aposentadorias, superaposentadorias e supersalários dos Procuradores da República.

Outro ponto bastante difundido: que o Governo não cobra os



devedores; que, se cobrasse os devedores, na verdade, a Previdência seria superavitária. É mentira também! Dos 433 bilhões inscritos em dívida ativa previdenciária, só 130 bilhões estão em cobrança com potencial de recuperação, ou seja, todo o resto trata-se de empresa que não pode mais ser cobrada, porque simplesmente não existe. Como você vai cobrar da VARIG, por exemplo? Você vai cobrar de fantasma? Como você vai cobrar de um patrimônio que não existe mais?

Mas, ainda que essa dívida fosse paga, ainda que esses 130 bilhões fossem recuperados, isso não daria para pagar nem meio ano de rombo da Previdência - nem meio ano! E eu queria saber o que os Procuradores dariam como sugestão para sustentar o resto do tempo.

O outro ponto: que os servidores públicos não se aposentam muito cedo. Eles dizem que os servidores públicos hoje se aposentam no mesmo tempo que o trabalhador da iniciativa privada. É mentira também! Enquanto hoje as médias de aposentadorias do funcionalismo público, que é quem conseguiu a vida inteira manter a carteira assinada, conseguiu a vida inteira contribuir, enquanto a média desses se mantêm entre 50 anos e 55 anos, a média nos Estados mais pobres, na iniciativa privada, é de 63 anos, 64 anos. É mais uma mentira da Associação Nacional dos Procuradores da República!

Outra mentira é que os servidores públicos contribuem mais e, justamente por isso, devem ganhar mais. Mas a verdade é que a conta não fecha. O déficit do funcionalismo público hoje na Previdência, proporcionalmente, em relação à iniciativa privada é dez vezes maior. Hoje, a aposentadoria do trabalhador na iniciativa pública, a nossa, Deputados, dos Ministros do Supremo, de juízes, de promotores, do Presidente da República, de Ministros de Estado, causa um rombo proporcionalmente dez vezes maior do que a aposentadoria do trabalhador da iniciativa privada, que vai ser protegido na reforma que será proposta pelo Ministro Paulo Guedes.

Não existe retirada de direitos, não existe qualquer prejuízo aos mais pobres. Pelo contrário, a associação que se manifesta contra essa reforma da Previdência tem entre seu associado mais pobre alguém que ganha 28.660 reais. Trata-se da elite da população brasileira de um país pobre, infelizmente, no qual vivemos hoje.

Portanto, se querem atacar a reforma, ataquem com fatos, ataquem com números, tragam críticas construtivas. Ficar só com mentira e canalhice não vai solucionar o problema, vai atrapalhar o debate público e mostrar demagogias e interesses escusos de quem o faz.

Obrigado, Presidente.



6.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	13/02/2019-14:52
Publ.: DCD - 2/14/2019 - 160	BOHN GASS-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Ineficácia das propostas de aumento do tempo de contribuição e de elevação da idade de aposentadoria para combate a privilégios, preconizadas na reforma da Previdência Social.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta Geovania.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, o valor médio dos benefícios do INSS é de 1.300 reais. A imensa maioria, 93%, ganha menos de 3 salários. A maior parte, aliás, 64%, ganha apenas 1 salário mínimo. Essa é a prova de que, se há problema, ele não está no Regime Geral de Previdência Social. Aí não há privilégios. Aí só há pobre se virando para sobreviver.

Então, qualquer reforma que aumente a idade e o tempo não vai combater nenhum privilégio, não vai resolver nada. Uma reforma assim só tem um objetivo: fazer quem ganha pouco ganhar ainda menos.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO BOHN GASS.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o valor médio dos benefícios do INSS é 1.300 reais.

A imensa maioria, 93%, ganha menos de 3 salários. A maior parte, aliás, 64%, ganha apenas 1 salário.

Essa é a prova de que, se há problema, ele não está no Regime Geral de Previdência Social. Aí não há privilégios. Aí só há pobre se virando para sobreviver.

Então, qualquer reforma que aumente a idade e o tempo não vai

combater nenhum privilégio, não vai resolver nada.

Uma reforma assim só tem um objetivo: fazer quem já ganha pouco ganhar ainda menos.

Documento 45/370

6.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	13/02/2019-14:56
Publ.: DCD - 2/14/2019 - 161	ENRICO MISASI-PV -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao eleitorado do Estado de São Paulo pela eleição do orador. Posicionamento do Parlamentar com relação ao pacote de medidas anticrime e à reforma previdenciária. Importância da união dos Parlamentares para superação de desafios impostos ao País.

O SR. ENRICO MISASI (Bloco/PV - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputados, boa tarde. Ocupo pela primeira vez esta tribuna para agradecer, principalmente, ao povo paulista, que, depositando em mim sua confiança, concedeu-me esta oportunidade e a honra de representá-los aqui, na Câmara dos Deputados.

Chego a esta Casa Legislativa com muita reverência e um sincero respeito por tudo o que a Câmara dos Deputados representa na história do Brasil e para o Brasil de hoje em dia; com uma profunda reverência à Câmara dos Deputados por ser na nossa história a garantia última das nossas liberdades, o palco maior da nossa democracia, enfim a grande trincheira da democracia.

Nos últimos quase 200 anos, a Câmara dos Deputados tem mantida acesa, quase que ininterruptamente, a chama do ideal democrático entre nós. Os poucos momentos da nossa história em que essa chama tremulou ou ensaiou apagar-se foram os momentos de penumbra e sombras da nossa história. Agora essa chama do ideal democrático foi entregue aos nossos cuidados para que consigamos mantê-la viva.

Chego com reverência por todos os personagens, homens e mulheres que ocuparam cargos eletivos na Câmara dos Deputados, por toda



linhagem de estadistas, do Império e da República, que aqui exerceram, com elegância e rigor, a missão que lhes foi confiada, todas as histórias que foram vividas aqui, que construíram a nossa democracia e que construíram o País que temos hoje.

Chego com reverência também por tudo aquilo que a Câmara dos Deputados representa, que, em última análise, é o povo brasileiro, esse povo fantástico, o mais diverso do mundo. Somos a maior colônia de italianos fora da Itália, de japoneses fora do Japão, de espanhóis fora da Espanha, de portugueses fora de Portugal, e ninguém se sente menos brasileiro. Isso faz do povo brasileiro uma grande reserva de coragem moral para a humanidade, uma grande reserva de força criativa e de capacidade de unidade, de se unir. Aliás, acredito que a política tem duas grandes dimensões: uma dimensão que, às vezes, fica mais evidente, que é a dos partidos, da divisão, das discordâncias e das divergências; mas não podemos esquecer que há uma dimensão também do consenso e da unidade. E, se discordamos acerca dos meios, concordamos sempre nos fins. Posso ser contra determinados aspectos do pacote anticrime que para cá foi enviado, mas sempre vou querer um País seguro, e tenho certeza que todos os colegas o querem. Posso discordar sobre alguns pontos da reforma da Previdência, ou concordar, mas todos concordamos que queremos uma Previdência sustentável para todos os nossos filhos e netos. É essa capacidade de unidade que, acho, é o grande desafio da 56ª Legislatura, da qual temos a honra e a oportunidade de fazer parte.

Foi vocalizada, com muita clareza, nas urnas de 2018, essa vontade que o País tem de se modernizar. E o Presidente da Câmara dos Deputados, no seu primeiro discurso, deixou muito claro isto também: modernização previdenciária, modernização na forma como vamos gerir o nosso modelo de Estado. Modernização essa que se baseia nos princípios e valores que são tradicionais no Brasil - cristãos, morais e da unidade.

Quero agradecer esta oportunidade, falar da reverência e da honra que sinto em ocupar esta tribuna pela primeira vez e me colocar à disposição para, com qualidade, discussão e bastante diálogo, encontrarmos as soluções de que o Brasil precisa nesses próximos 4 anos. Falar de problemas é muito fácil. Uma criança consegue apontar vários problemas. O que precisamos fazer é nos unirmos para encontrarmos soluções para todos os desafios que se apresentarem à nossa frente.

Muito obrigado, Sra. Presidente!

Muito obrigado, colegas!

6.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 13/02/2019-15:08
CD

Publ.: DCD - 2/14/2019 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA
166

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Inevitáveis perdas dos trabalhadores assalariados, no caso de aprovação da reforma previdenciária. Apresentação de emendas destinadas à correção de distorções no texto da Medida Provisória nº 871, de 2019, a respeito da concessão de benefícios previdenciários.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, sobre a reforma da Previdência, quero dizer que quem mais vai perder com essa reforma são os trabalhadores e as trabalhadoras assalariadas. A prova está aqui: a Medida Provisória nº 871, de 2019, que já tramita nesta Casa, ataca violentamente o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais.

Eu quero dizer, Sra. Presidente, que dei entrada a várias emendas, para tentar corrigir as distorções. Querem dificultar o acesso do trabalhador, dos mais pobres ao seus benefícios da Previdência Social.

Nós vamos fazer uma grande resistência neste País. Não vamos aceitar retirar o direito da classe trabalhadora. É por isso, Sra. Presidente, que nós vamos aumentar a nossa luta em todo o Maranhão e em todo o Brasil. Estamos aqui para isso!

Obrigado.

Documento 47/370

6.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 13/02/2019-15:12
CD

Publ.: DCD - 2/14/2019 - CARMEN ZANOTTO-PPS -SC
167

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Desafios impostos aos Parlamentares na atual legislatura. Agradecimento aos eleitores do Município de Lages, da Serra Catarinense e do Estado de Santa



Catarina pela recondução da oradora à Casa. Importância da união dos Deputados para a aprovação de matérias de interesse da população brasileira. Importância do combate efetivo ao crime organizado e à corrupção no País. Contrariedade às denúncias generalizadas contra os gestores públicos e políticos por suposta prática de corrupção. Necessidade de realização da reforma tributária. Agradecimento ao Governo Federal por medida adotada em defesa dos produtores brasileiros de leite. Posicionamento da oradora com relação à reforma previdenciária. Necessidade da extinção de gargalos impeditivos do pleno funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS, a exemplo do subfinanciamento. Apresentação pela Parlamentar, em 2011, do projeto de lei transformado na chamada Lei dos 60 dias, a respeito da exigência ao poder público do acesso de portadores de câncer à cirurgia, à quimioterapia e à radioterapia. Defesa de revisão da tabela de procedimentos do SUS. Fortalecimento da Frente Parlamentar de Combate ao Câncer e do Fórum Parlamentar Catarinense. Apresentação, pelo Governo Federal, de Plano de Ações Estratégicas para a Reabilitação de Barragens.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS - SC. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sra. Presidente, nobre Parlamentar do meu belo Estado de Santa Catarina, que orgulha a bancada de Santa Catarina e os catarinenses por fazer parte da Mesa. V.Exa. e a nossa querida Deputada Soraya Santos agora compõem, junto com o coletivo de homens, a Presidência da nossa Casa.

Quero, neste início de legislatura, falar um pouquinho do que já aconteceu nesta Casa e das expectativas que, tenho certeza absoluta, cada um de nós, homens e mulheres, de primeiro mandato ou não, estão tendo nesta 56ª Legislatura. Com certeza nós temos inúmeras expectativas e inúmeros desafios, em especial para atender àquilo que a população brasileira nos demanda, àquilo que a população brasileira espera de cada homem e mulher deste Parlamento brasileiro.

Neste momento, aproveito a oportunidade para agradecer aos eleitores da minha querida cidade de Lages, da Serra Catarinense e do nosso belo Estado de Santa Catarina por terem me permitido retornar a esta Casa no meu segundo mandato como Parlamentar. Aqui estou e aqui desejo continuar trabalhando com muita intensidade.

Quero desejar aos novos Parlamentares, homens e mulheres, todo o sucesso. Acredito que, com o passar dos dias e do tempo, nossas diferenças irão reduzir. Quando eu digo "diferenças", espero que saiamos dos extremos - direita ou esquerda -, e que todos nós possamos atender à expectativa da população, buscando unidade nos temas que nos forem possíveis. E espero que sempre tenhamos divergência no campo das ideias; jamais em outros campos, como das ofensas e agressões físicas, que já vivemos no plenário desta Casa,



num passado muito recente.

Temos inúmeros desafios e propostas que precisamos enfrentar, em especial o combate à corrupção. Eu sempre disse, nesta Casa, que nós precisamos fortalecer o controle externo. Precisamos fortalecer a Polícia Federal, a Justiça, o Ministério Público, precisamos fortalecer a Receita Federal.

Esteve conosco, nesta Casa, na semana passada, no lançamento da frente parlamentar, o nobre Ministro Sergio Moro. Nossa bancada, a bancada do PPS, na tarde de ontem, teve a oportunidade de discutir com ele um pré-projeto, uma iniciativa do Executivo, com relação às ações de combate à corrupção. Tenho certeza de que, tão logo esse texto chegue oficialmente à Casa, homens e mulheres poderão contribuir com sua experiência de vida, com aquilo que entendem que pode ser o melhor para nossa sociedade. Não podemos mais permitir que homens que estejam em presídios de segurança máxima coloquem em risco nossa sociedade. Por isso é importante que nós endureçamos a legislação em relação aos homens e mulheres do crime organizado, que cometeram crimes graves, que são chefes de quadrilha, para que nenhuma cidade mais sofra nenhum tipo de atentado e nenhum homem, nenhuma mulher, nenhuma criança morra ou tenha medo de tomar o ônibus, porque as viaturas de transporte coletivo sofrem atentados e são incendiadas País afora, como vimos no passado recente.

Sr. Ministro, conte conosco, conte com nosso trabalho!

Mas quero fazer um apelo: que nós não possamos, não devamos e não generalizemos a execução do serviço público, em especial dos gestores públicos, Prefeitos, Governadores, Secretários, porque, hoje, o que se ouve País afora é que todos estão assustados. Ninguém mais quer ser ordenador de despesas, porque, a partir do momento em que passa a ser ordenador de despesa, ele passa a ter responsabilidades pelas quais, muitas vezes, acaba respondendo sozinho.

Por isso, precisamos, sim, combater a corrupção, precisamos zelar, todos os dias, pela garantia da boa aplicação do recurso público. Mas não podemos generalizar, afirmando que todos os gestores ou todas as políticas se utilizam do Erário público e são corruptos.

Sra. Presidente, temos também nas pautas inúmeras reformas, entre elas eu considero a reforma tributária. Esta Casa já tem um acúmulo de experiência, um acúmulo importante. Temos textos propostos importantíssimos. O País e o setor produtivo não suportam mais a alta carga tributária. Há um grande impacto na produção brasileira, em virtude dos tributos exigidos no dia a dia, desde um copo de água até o combustível. Isto faz com que o País não seja um país competitivo em

relação aos produtos que chegam de fora. Vimos isso, com muita clareza, nos últimos dias, com relação à questão do leite. No meu Estado temos mais de 60 mil produtores.

Quero agradecer ao Governo Federal pela ação imediata na retomada da proteção dos produtores de leite, em especial os pequenos produtores. Não há a menor dúvida de que o prejuízo para Santa Catarina, que é o quarto produtor do País, seria gigantesco. Nós estaríamos prejudicando homens e mulheres que, às 5 horas da manhã, já estão exercendo sua atividade profissional; homens e mulheres que investiram pesadamente em equipamentos e em novas formas de tratar os animais, como o sistema de confinamento, para garantir maior produção de leite.

Então, nós temos aqui sim homens e mulheres que conhecem como poucos o que nós precisamos para ter uma reforma tributária.

Quero agora saudar o nosso ex-colega Deputado que ainda será um ícone, mesmo não estando mais nesta Casa, o nobre Deputado Luiz Carlos Hauly, que é um grande defensor da reforma tributária. O setor produtivo precisa produzir e o consumidor precisa ter acesso ao produto que chega às prateleiras dos supermercados e das lojas. Muitas vezes eles não conseguem esse acesso em função da nossa carga tributária.

Concedo um aparte ao meu nobre colega e líder da nossa bancada, o Deputado Arnaldo Jardim.

O Sr. Arnaldo Jardim - Muito obrigado, nobre Deputada Carmen Zanotto. A minha fala é rápida, porque, quanto menos houver a necessidade de se explicar as coisas - e os fatos falam por si -, elas têm inclusive maior força. Quero dizer do orgulho que eu pessoalmente tenho, do orgulho que nós do PPS temos em tê-la como integrante da nossa bancada. Foi um acerto do povo de Santa Catarina reconduzi-la a esta Casa de Leis, ao Parlamento, onde sua marca está muito profundamente destacada. Quando V.Exa. aborda temas sociais, como é a sua marca, enfermeira de origem, na sua atividade na área da saúde, quando V.Exa. lidera batalhas importantes para que aqui se pudesse fortalecer o atendimento à população, e também quando V.Exa. aborda a questão da família e do atendimento às pessoas, V.Exa. tem marcado um protagonismo muito importante, integrando com destaque a liderança no grupo de mulheres desta Casa. Agora V.Exa. vai além na sua reflexão quando discute de que forma nós não cedemos ao proselitismo fácil. V.Exa. alerta que o tratamento discriminado de um pretense combate à corrupção - e nós não abrimos mão desse combate - não pode ser leviano, inibir a administração, colocar todos numa vala comum e nivelar todos por baixo. Muito obrigado, Deputada Carmen Zanotto, por sua trajetória, por seu



comportamento e por tudo aquilo que tem feito pelo Parlamento, por nossa população e pelo povo de Santa Catarina.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) - Muito obrigada, nobre colega, Deputado Arnaldo Jardim, por suas palavras, em seu nome e em nome de toda a nossa bancada, em nome dos nossos colegas homens e mulheres.

Sra. Presidente, eu também quero tratar de um outro tema que está frequentemente na imprensa, está na cabeça das pessoas, está na preocupação de cada um e de cada uma. A reforma da Previdência é um outro tema que vai entrar em debate, que já está em debate e que esteve em debate na legislatura passada. É claro que precisamos avançar nesse tema, não tenho a menor dúvida, mas precisamos também garantir, em especial, as diferenças entre homem e mulher trabalhadores do campo e homem e mulher trabalhadores da cidade.

Precisamos também garantir às pessoas com deficiência e aos idosos hipossuficientes a sua remuneração adequada através do Benefício da Prestação Continuada. Não podemos permitir que a pessoa com deficiência ou que o idoso, que já está fragilizado, tenham dificuldade inclusive de terem acesso às perícias para a renovação do seu benefício.

A Sra. Joice Hasselmann - Peço um aparte, Deputada.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) - Concedo um aparte à nobre Deputada.

A Sra. Joice Hasselmann - É um prazer ouvir a Sra. Deputada Carmen Zanotto, do nosso Sul, vizinha do meu Paraná. Deputada, eu quero deixar bem claro a todos aqui que a reforma da Previdência não é uma reforma, é uma nova Previdência. O Governo tem trabalhado com muito cuidado para que essa reforma seja fraterna e justa. Como uma reforma ou uma nova Previdência se torna uma Previdência justa, Deputada Carmen? É simples: o mais pobre, o que ganha menos paga menos; o que ganha mais paga mais. É simples, matematicamente simples para as questões que envolvem o trabalhador do campo e mesmo o trabalhador da cidade. Pense V.Exa. num pedreiro, viúvo, que cria três, quatro filhos sozinho. Ele também tem um regime diferenciado e muito pesado. Para esse homem é muito difícil chegar a uma idade muito avançada. Então, haverá saídas, tanto para o caso das mulheres, quanto para o caso desses homens e para o trabalhador do campo, porque é uma reforma fraterna. O nosso Presidente já disse internamente que não concorda com a mesma idade para homens e mulheres. Então, o que deve aparecer no texto é 57 anos e 62 anos, com uma regra de transição. Essa regra de transição é importante, mas para que nós cheguemos, daqui a 5 ou 10 anos, a ter a mesma idade



para homens e mulheres, sempre resguardando as diferenças do homem do campo e do homem da cidade. É uma Previdência, Deputada, que eu posso garantir que a base governista vai ter orgulho em defender. Muito obrigada.

O Sr. Bira Do Pindaré - Eu sugiro que a Deputada leia a Medida Provisória nº 871, porque eu acho que ela não a conhece.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) - Muito obrigada, nobre Parlamentar.

Sra. Deputada, agradeço pelas suas palavras, em especial pelo termo "reforma fraterna". Olhar para os que têm mais necessidade de uma outra forma é disso que o País precisa. Eu nem diria reforma da Previdência, eu diria implementação da Previdência no País, que precisamos enfrentar com esse olhar, que já foi muito debatido, mas que com certeza vai cuidar das diferenças existentes na nossa população como um todo. Obrigada por suas palavras.

Concedo um aparte à minha querida colega Deputada Leandre, Presidente da nossa Frente Parlamentar da Primeira Infância, para depois eu poder tentar resumir o meu pronunciamento, porque o tempo está correndo.

A Sra. Leandre - Deputada Carmen, eu sei que este momento é extremamente importante, mas não posso deixar de participar desse aparte para fazer um testemunho do trabalho que V.Exa. faz aqui nesta Casa. Deputada Carmen, V.Exa. é uma grande lutadora pelas causas sociais, em especial na área da saúde, da primeira infância e da política pelas pessoas idosas. Eu quero fazer referência a todos aqueles que a conhecem, assim como eu, e admiram o seu trabalho. Para todos os Parlamentares que estão chegando nesta nova legislatura, eu gostaria de falar o quanto seu trabalho na legislatura passada foi importante para implementarmos políticas sociais no Brasil. Tenho certeza de que, daqui para a frente, o seu trabalho será ainda maior e, certamente, poderá contar com todos nós. Parabéns, Deputada Carmen, por ser essa pessoa guerreira, essa Parlamentar exemplar. Para nós, V.Exa. é uma referência. Para a nossa bancada feminina na Câmara, V.Exa. também é uma grande referência e uma grande liderança nas lutas pelos anseios da população brasileira: a saúde, o desenvolvimento social e o respeito pela população idosa. Muito obrigada pela oportunidade do aparte. Desejo-lhe sucesso, Deputada Carmen. Conte comigo e com todo o nosso trabalho para ajudar naquilo que for preciso no seu mandato. Obrigada.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) - Obrigada, Deputada Leandre, V.Exa. que também é nossa referência e, como eu, está no segundo mandato como titular nesta Casa.



Não poderia ser diferente, eu não poderia deixar de falar do nosso Sistema Único de Saúde, de reconhecer os avanços trazidos pela nossa Constituição, nesses últimos 30 anos, tempo de vigência da nossa Constituição, em cujo texto legal está assegurada, no seu art. 196, a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas públicas.

Avançamos muito na atenção básica, avançamos muito na média e alta complexidade, mas precisamos avançar muito mais. Não estamos conseguindo ainda dar à população brasileira aquilo que ela precisa. As filas de espera, em especial para os procedimentos eletivos, transformam-se em filas de espera gigantescas, ultrapassando muitas vezes 1 ou 2 anos.

Quero reafirmar, como membro da Comissão de Seguridade Social e Família, como membro da Frente Parlamentar da Saúde, como defensora do Sistema Único de Saúde, que não vou medir esforços para ajudar o Ministro Mandetta e toda a sua equipe, que não vou medir esforços para ajudar os Secretários de Estado da Saúde e suas equipes e os Secretários Municipais.

Hoje o subfinanciamento também é um dos gargalos do Sistema Único de Saúde. Os Municípios brasileiros, em média, estão investindo 24%; os Estados, que deveriam investir 12%, estão investindo em média 14%.

As ações de serviços de saúde têm um reajuste que não é apenas o da inflação normal de cada ano. E aí eu quero pontuar um dos grandes desafios que o nosso querido Ministro Mandetta tem, que é o desafio de revisar a tabela do Sistema Único de Saúde pelo menos para alguns procedimentos.

E Sra. Presidenta, nobre Deputada Geovania de Sá, eu vou tomar a liberdade de dizer - e o Sr. Presidente da República já teve alta hospitalar - que eu fui a primeira Parlamentar a apresentar, em 2011, um projeto de lei que hoje é conhecido como a Lei dos 60 dias, a lei que exige que o poder público dê acesso à cirurgia, à quimioterapia e à radioterapia para os pacientes com câncer. E divido esse texto legal com a Deputada Flávia Moraes; eu apresentei em 2011, e ela em 2012. O nosso texto, o nosso substitutivo é hoje o texto da lei. Não conseguimos naquele momento os 30 dias. Tivemos que negociar com o Governo os 60 dias. E passamos, então, a ter um plano de expansão da radioterapia.

Sras. e Srs. Deputados, há regiões neste País onde os pacientes ainda não têm acesso, nem em 6 meses, nem em 1 ano e meio, a sua cirurgia e a seu tratamento do câncer, e sabemos que a cura de um câncer está atrelada ao diagnóstico precoce e ao tratamento mais



rápido possível.

Por isso, tomo a liberdade, quando falo do SUS, de pedir que se estude a tabela do Sistema Único de Saúde. Os hospitais e as Santas Casas prestadoras do serviço do SUS não suportam, pois existem procedimentos há mais de 20 anos sem reajuste. E eu vou dar um exemplo claro, claríssimo, que eu recebi num vídeo de um diretor de um hospital do nosso Estado de Santa Catarina. E os senhores podem checar os dados da remuneração na tabela do Sistema Único de Saúde.

Para o procedimento que o nosso nobre Presidente da República sofreu nesses últimos dias, a intervenção cirúrgica de reconstrução para deixar de usar a bolsa de colostomia, pasmem, Sras. e Srs. Deputados, uma unidade hospitalar recebe um total de 650 reais e 9 centavos.

Desses recursos, 503 reais são para a unidade hospitalar, que tem toda a parte da hotelaria, de medicamentos e materiais, fios de cirurgia e todos os demais equipamentos necessários. Os serviços profissionais somam 146 reais e 69 centavos: para o cirurgião, 109 reais e 69 centavos, e para o anestesista, 44 reais.

Por isso, senhoras e senhores, a cada dia nós temos menos médicos, menos profissionais atendendo a nossa população. Quero aqui declarar que não precisamos rever a tabela como um todo, mas precisamos, sim, rever parte da tabela do Sistema Único de Saúde, para que possamos continuar avançando na média e alta complexidade e na cobertura da atenção básica, porque saúde se faz com prevenção, se faz com Unidades Básicas de Saúde, se faz com resolutividade. E 80% das ações e serviços de saúde podem ser resolvidas lá no posto de saúde, desde que a equipe seja bem preparada.

Por isso, nobre Deputada Alice, temos que cuidar da formação dos recursos humanos na área da saúde. Não dá para imaginar que podemos preparar enfermeiros, cirurgiões-dentistas, farmacêuticos, médicos por telemedicina. A relação profissional de saúde e paciente é uma coisa absolutamente complexa, de olho no olho, de tocar no paciente. O profissional da saúde que não sabe e não quer tocar no paciente não serve para atender a nossa população, quer seja na rede privada, quer seja no Sistema Único de Saúde especialmente. Por isso, temos algumas bandeiras com relação aos trabalhadores da enfermagem, com relação à formação dos profissionais da área da saúde. Temos ainda muitos outros temas para enfrentar.

Eu tenho aqui várias colegas, uma delas é nova. E vou pedir licença aos nossos colegas Deputados - há mais dois colegas que querem



fazer uso da palavra -, para conceder um aparte a uma mulher que veio a esta Casa também com um histórico de defesa do câncer.

Concedo um aparte à nobre Deputada, rapidamente, porque daqui a pouco terei de encerrar o meu pronunciamento.

A Sra. Tereza Nelma - Eu quero, mais uma vez, Deputada Carmen, dizer da minha admiração, do meu respeito por V.Exa. Eu, que sou uma mulher mastectomizada, estou Deputada Federal e quero me juntar a V.Exa. na luta pelo combate ao câncer e o tratamento digno a todos e a todas - o que não existe -, a mulheres, homens, crianças e idosos. Com relação a esses valores que V.Exa. falou aqui, é um absurdo se pagar a um profissional que vai fazer uma mastectomia, retirar uma mama, uma miséria dessas! Então, nós temos que nos juntar nesta Casa e irmos ao Ministério da Saúde em busca de uma revisão, com urgência, da tabela dos procedimentos do SUS. Faz mais de 11 anos que isso não é visto. Hoje, o tratamento do câncer é uma peleja! O tratamento do câncer é muito humilhante, porque, quando você tem um diagnóstico de câncer, você tem uma sentença de morte. É como se o seu prazo de vida estivesse sendo vencido. Então, eu quero, junto com V.Exa., Deputada, fazer essa luta aqui. E conclamo os meus colegas, mulheres e homens aqui, porque essa luta é de todos. Um tratamento digno para todos e para todas! Muito obrigada.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) - Obrigada, nobre Deputada, tenho certeza de que a Frente Parlamentar de Combate ao Câncer estará fortalecida com a sua experiência de vida, seu depoimento e seu compromisso com o povo da sua terra para com essa causa também.

Temos vários projetos tramitando nesse sentido, temos agora a lei do registro compulsório do câncer, que deve estar sendo regulamentada pelo Governo Federal, assim como o projeto de lei, que passou nesta Casa no final do ano e agora está no Senado, que garante os exames para os pacientes com suspeita de câncer em até 30 dias. Há várias iniciativas que já se transformaram em lei e outras que ainda têm que virar lei.

Nós temos várias outras pautas, como a questão da micro e pequena empresa, que é uma pauta que garante emprego, em especial, para a mulher empreendedora e para a maior parte da população brasileira. E o maior conjunto de empresas deste País, 98%, é de micro e pequeno negócio. E é lá que elas estão, nas comunidades, nos bairros.

Quero registrar também o fortalecimento do Fórum Parlamentar Catarinense, que eu tenho orgulho de estar presidindo neste momento, que tem que trabalhar junto com o Governo do Estado, junto com os Secretários, junto com os Municípios, para que possamos defender as bandeiras do nosso Estado.



Antes de conceder aparte aos colegas, eu quero registrar a minha tristeza com o que nós vivemos no País, com a situação das barragens, e dizer que o Governo Federal, por intermédio do Ministro, já apresentou o Plano de Ações Estratégicas para a Reabilitação de Barragens. Mas nós em Santa Catarina temos uma questão pontual, de uma barragem que não pôde ser inspecionada, em razão da dificuldade de se obter liberação para a entrada naquele espaço. Vamos trabalhar isso com a população indígena, porque precisamos respeitar os direitos e garantir também a proteção da sociedade.

Concedo um aparte à nobre Deputada Alice Portugal e, na sequência, ao nosso colega do Pará.

A Sra. Alice Portugal - Primeiro, quero parabenizar a Deputada Carmen Zanotto pela renovação do mandato e dizer que S.Exa. realiza um mandato altamente útil e importante para o Brasil. Quero me somar a essas lutas da Frente Parlamentar de Combate ao Câncer. Eu fui uma menina que perdeu a mãe por causa de um câncer. Deixar uma prole sem mãe talvez seja a maior dor que uma família pode ter. Sem dúvida, a tecnologia avançou, e nós precisamos espriar a tecnologia para as amplas massas de mulheres brasileiras. Quero parabenizá-la, dizer que conseguimos aprovar o Dia Nacional do Transplante de Medula Óssea e que estaremos juntas na luta contra o EAD em saúde, porque não podemos formar enfermeiros, médicos e farmacêuticos à distância. Por isso, Deputada Carmen, parabéns, e vamos juntas nessa batalha suprapartidária.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) - Obrigada, nobre Deputada Alice.

Eu peço desculpas aos colegas que gostariam de fazer aparte, mas não temos mais tempo. A nobre Deputada Geovania já me fez sinal duas vezes, a campanha já tocou. Nós imaginamos que 25 minutos é um tempo longo, mas não é. Quero dizer aos novos que fiquei 2 anos sem usar esse tempo no Grande Expediente, em função do conjunto que temos de Parlamentares e de ser por sorteio. Fiquei muito feliz por ter sido sorteada neste primeiro mês de legislatura, no início dos trabalhos.

Mais uma vez, bem-vindos, homens e mulheres que querem um Brasil cada vez melhor para todos os brasileiros. E vamos juntos atender a expectativa da nossa população brasileira, saudando também mais uma colega nossa - somos quatro mulheres nesta Casa -, a Deputada Angela Amin, que está aqui conosco.

Muito obrigada. Boa tarde a todos.

6.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 13/02/2019-16:56
Publ.: DCD - 2/14/2019 - 206 JOICE HASSELMANN-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Contestação a pronunciamentos de Deputados da Oposição sobre os prejuízos causados às populações menos favorecidas pela proposta de reforma previdenciária. Importância da reforma para o desenvolvimento do País.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou vendo ali do outro lado a tropa da Esquerda, com o PSOL e o PT liderando um movimento contra a nova Previdência, um movimento a favor dos mais pobres, um movimento contra este projeto que quer reduzir o tamanho do Estado vendendo, sim, áreas da União. Para quê? Para que nós possamos utilizar esse dinheiro em favor da população brasileira, não em favor de meia dúzia de gatos pingados.

Eu fico aqui matutando: quem são, de fato, as pessoas contrárias à nova Previdência? São os marajás, são aqueles que ganham muito acima do teto constitucional. Aliás, o ex-Presidente Lula, hoje presidiário, é uma dessas figuras que ganhavam muito acima do teto constitucional. Querem outro? José Sarney - vejam que emblemático! -, que já chegou a embolsar, em verbas de Previdência, 75 mil reais. Aí fica muito fácil bater na nova Previdência!

Esta vai ser uma Previdência justa, uma Previdência em que os mais pobres pagarão menos e os mais ricos pagarão mais. O "melhor" sistema de Previdência que existe é esse implantado hoje: o sistema do Robin Hood às avessas, em que se retira do pobre e se dá para o rico. Ele é bom para quem recebe supersalário, superprevidência, inclusive acima do teto constitucional. Há muita gente recebendo dessa forma, o que é ilegal, inconstitucional.

Eu pergunto à tropa do PSOL: vão continuar defendendo os marajás? Vão continuar defendendo essa gente que ganha muito acima do teto constitucional?

V.Exas. sobem aqui à tribuna para falar do Presidente Jair Bolsonaro, mas o meu Presidente chegou a Brasília hoje, já o de V.Exas. está na cadeia. O meu Presidente saiu do hospital hoje, está aqui em Brasília, o que V.Exas. apoiavam está atrás das grades, condenado de novo, e vai permanecer atrás das grades.

Então, minha gente, quem gosta realmente, quem respeita a população



mais pobre vai votar a favor da nova Previdência. Não é uma reforma, não! Não é um puxadinho, não! É um texto novo, fraterno, cidadão, que vai ajudar a eliminar todas essas desigualdades que fazem com que o trabalhador de sol a sol pague a conta de marajás como Lula, Sarney e outros tantos, inclusive muita gente ligada ao Poder Judiciário.

Quanto são os depósitos da Previdência de 70 mil, 80 mil, 100 mil reais? Qual é o tamanho das fraudes? É gigantesco! É uma questão bilionária o que se fala da fraude na Previdência. Aliás, um Parlamentar de esquerda criticou aqui uma medida provisória que quer justamente colocar um ponto final nessas fraudes. De novo, a conta recai no bolso do mais pobre, minha gente.

Aprovar a nova Previdência, esta reforma da Previdência, é ter responsabilidade com o Brasil, é ter responsabilidade com o eleitor, é ter responsabilidade com o contribuinte, é garantir que o aposentado hoje continue recebendo a sua aposentadoria. Caso contrário, nem o que está aposentado hoje nem os que se aposentarão amanhã receberão, porque o Brasil quebra. A Previdência em si já quebrou. Precisamos reformá-la, instaurar uma nova. Se não houver a aprovação da reforma, desta nova Previdência, o País quebra e acabam os investimentos. Os marajás vão poder ficar felizes da vida, porque já fizeram o seu grande pé de meia à custa do povo brasileiro. E é o povo que vai, mais uma vez, pagar essa conta.

Então, não caiam nesse discurso furado de quem está falando que a nova Previdência vai prejudicar os mais pobres, porque não vai. Inclusive, é uma Previdência que vai privilegiar os mais pobres, e eles já vão começar a receber um auxílio aos 55 anos. Vamos detalhar tudo nesta Casa.

Solicito que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 49/370

6.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 13/02/2019-17:16

Publ.: DCD - 2/14/2019 - 215 ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Caráter político da prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Inverdades proferidas em discursos de Deputados governistas acerca da



proposta de reforma previdenciária.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - O que nós estamos vendo é um festival de mentiras. São mentiras em cima de mentiras. Talvez Freud explique. Freud falava de uma mitomania: compulsão para mentir.

Aliás, a Ministra dos Direitos Humanos, que todos os dias nega os direitos humanos, já foi denunciada pelo festival de mentiras que impõe ao povo brasileiro. E alguns vêm aqui falar de Luiz Inácio Lula da Silva? Luiz Inácio Lula da Silva é um preso político. Luiz Inácio Lula da Silva está preso sem provas e sem crimes. Apontem-me qual é o crime de Lula!

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PSL - RO) - Continua preso!

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Lula está preso para que nós tivéssemos na Presidência da República o *fake news*, para que nós tivéssemos na Presidência da República o ódio destilado todos os dias. Todas e todos aqui sabem que, se houvesse justiça neste País e se Lula tivesse disputado essas eleições, a faixa presidencial estaria no peito do povo brasileiro, não no peito do fascismo como está hoje. Hoje ela está no peito do fascismo.

E alguns vêm aqui dizer que quem é contra a reforma da Previdência são os marajás? Ora, os marajás vão viver provavelmente mais do que 65 anos; o povo brasileiro não. Em 53% dos Municípios brasileiros, a expectativa de vida média é inferior a 65 anos. Esse povo não vai se aposentar. Ou este Governo, que é ventríloquo do mercado financeiro e do capital financeiro, não está aqui preparando a intervenção das previdências privadas que os marajás irão contratar para poder manter a sua própria aposentadoria? A expectativa de vida é vinculada à habitabilidade, à alimentação, à segurança, à assistência, à saúde que o povo brasileiro não tem.

Este Governo, para além disso, quer impor o plano de capitalização. Ora, foi dito - isso fere o peito, fere os ouvidos e fere a história - que Pinochet transformou o Chile em uma Suíça! Os idosos estão se suicidando no Chile porque não conseguem ter uma aposentadoria digna.

Mas previdência não é só aposentadoria, é também o salário-maternidade, é o auxílio-doença, e todos esses benefícios serão cortados do povo brasileiro com o processo de capitalização. Isso é o que quer este Governo ventríloquo de Trump; este Governo que está querendo entregar o nosso pré-sal, riqueza do povo brasileiro; este Governo que fala grosso com o povo, mas fala fino com os Estados



Unidos, fala fino com banqueiros! Por que este Governo não se dedica a estar ali combatendo a sonegação? Ele está muito mais preocupado em esconder o Queiroz. Cadê o Queiroz com os 7 milhões de reais que foram movimentados? Não é o filho do Lula que está envolvido com milícias, com sonegação e com corrupção.

Por isso, eu digo aqui: tomem vergonha e aprendam a respeitar a verdade!

Documento 50/370

6.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 13/02/2019-17:28
Publ.: DCD - 2/14/2019 - 218 IVAN VALENTE-PSOL -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da admissibilidade dos requerimentos de destaque simples. Contrariedade à proposta de reforma previdenciária. Omissão do Líder do Governo diante de denúncia de utilização de candidaturas laranjas pelo partido do Presidente da República.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ainda não orientei.

O PSOL vai votar "sim" a essa admissibilidade e quer dizer que esse certamente é um projeto de lei que está enquadrado dentro da lógica da reforma da Previdência. Trata-se de entrega de patrimônio público para setores privados, inclusive, e nós não concordamos com isso, assim como não concordamos com a reforma da Previdência, que quer esmagar direitos dos trabalhadores brasileiros.

Quero aproveitar este tempo para dizer o seguinte: o partido do Presidente, o partido do laranjal, está com Ministros na berlinda, o do Turismo e o da Secretaria-Geral da Presidência da República, ex-Presidente do partido, e não explica o que aconteceu. Não vi o Líder da bancada nem o Líder do Governo falar. Isso é medo ou e vergonha?

Documento 51/370

6.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 13/02/2019-18:24
Publ.: DCD - 2/14/2019 - 249 GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO



Sumário

Contrariedade à realização de reforma previdenciária nos moldes do sistema chileno.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Enquanto a votação não é encerrada, fazemos um debate político de alto nível. Não há da minha parte alguma agressão pessoal a qualquer Parlamentar ou ao debate político.

A reforma da Previdência vazada trata de um regime de capitalização. No Chile, país utilizado como modelo, mais de 90% dos aposentados - estes são dados oficiais - ganham o equivalente a 600 reais, sendo que o salário mínimo lá, se também convertido para o real, gira em torno de 1.200 reais. Isso sem mencionar que estabeleceram lá a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres e 30 anos de contribuição para se ter acesso à aposentadoria integral.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PSL - PR) - A reforma da Previdência tem que corrigir a mamata que o Governo dos senhores criou.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Eu quero fazer esse debate. Tenho certeza que este Plenário não vai aprovar essa matéria.

Documento 52/370

6.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 13/02/2019-18:28
Publ.: DCD - 2/14/2019 - 253 DELEGADO ÉDER MAURO-PSD -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Consciência da sociedade brasileira sobre a necessidade de realização da reforma previdenciária.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (Bloco/PSD - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Não falei hoje, o dia inteiro, porque eu queria ficar ouvindo exatamente essa Esquerda falar toda essa baboseira de Bolsonaro, de filho do Bolsonaro, da reforma da Previdência. Eles acham que vão colocar as nossas caras nos *outdoors* novamente para jogar a população contra a gente, quando o povo já sabe que a reforma da Previdência é necessária.



Agora, é engraçado Deputadas da Esquerda virem falar de moral e de tanta coisa aqui nesta tribuna quando sabemos que existe projeto para que criança troque de sexo. Deveriam, sim, fazer como Jean Wyllys, que foi muito macho ao dizer que sairia do País caso Bolsonaro ganhasse a eleição para Presidente da República. Isso, sim, é que é um Deputado macho!

Documento 53/370

6.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 13/02/2019-19:16
Publ.: DCD - 2/14/2019 - 295 ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Exortação ao Parlamento brasileiro para assunção do protagonismo na discussão dos grandes temas nacionais. Indefinição por parte do Governo Federal em relação à reforma da Previdência Social. Necessidade de debate sobre a dívida pública brasileira. Queda da participação da indústria na economia nacional.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (Bloco/PDT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, falo aqui não apenas em nome do PDT, mas em nome do Bloco formado pelo PCdoB, pelo Podemos, pelo Solidariedade, pelo Avante, pelo Partido Verde, pelo DC, pelo PROS. Falo também em nome de todos aqueles que lutam por um Parlamento onde não se propague o terceiro turno das eleições presidenciais.

Evidentemente temos de respeitar os antagonismos e as divergências, mas não podemos ficar nesse apontar de dedos; de um lado a oposição, formada principalmente pelos posicionamentos do PT e do PSOL; e, de outro lado, o PSL e alguns dos outros partidos que dão sustentação ao Governo. O Brasil vai para além disso, vai para além da disputa entre quem é petista e quem é antipetista, quem é Bolsonaro e quem é anti-Bolsonaro. Nós precisamos pensar um Brasil diferente.

Por meio do nosso Bloco, que temos a honra de liderar e, ao mesmo tempo, de ter ao nosso lado, nessa bandeira, por exemplo o PSB, a quem saúdo, em nome do Deputado Tadeu Alencar, que foi reconduzido à Liderança, nós queremos fazer este grande chamamento para que o Parlamento possa ter o que talvez o Poder Executivo vai demorar a conseguir: o protagonismo.

Nós temos visto o Governo Federal bater cabeça em questões que são extremamente simples. Por exemplo, estão colocando a reforma da



Previdência como a mãe de todas as reformas. Ora, a equipe econômica diz que a idade mínima é uma, o Presidente Bolsonaro diz que a idade mínima é outra. E, se formos discutir regime de capitalização, regime de repartição, regras de transição, ninguém, talvez, saiba qual será a proposta que vai vir do Poder Executivo.

Se falarmos em reforma da Previdência e não discutirmos a dívida pública do nosso País, que responde por 51% do Orçamento Federal, estamos falando de 1 trilhão e 800 bilhões ao ano entre amortização de principal e juros, vamos ver bem que o Brasil não tem jeito.

Se vamos reformar a Previdência, nós deste Bloco, nós do campo democrático, nós do campo de uma história de lutas em defesa do trabalhador brasileiro, não vamos aceitar que esta conta recaia sobre a base da pirâmide. Não vamos aceitar que não se investiguem os rombos bilionários. Não vamos aceitar que não se discutam os 30% da DRU, que são tirados do orçamento da Seguridade Social. Nós temos que discutir tudo isso, porque o Brasil não pode viver do jeito que está.

A indústria no Brasil representava 21% do PIB nos anos 80, hoje representa 12%; e os segmentos mais qualificados em ciência e tecnologia da área industrial, que antes eram 10%, agora, são 5,8%, ou seja, houve uma redução de 42%. E não poderia ser diferente - aí a responsabilidade cabe a todos nós Parlamentares -, o orçamento, em valores corrigidos, destinados à ciência e tecnologia em 2018 foi metade do aplicado em 2010.

É este o Brasil que queremos? Um Brasil onde sete *commodities* respondem por 51% da nossa pauta de exportações? O nosso Brasil vai voltar a virar uma colônia. O nosso Brasil não vai investir em educação para as nossas crianças. Se estamos discutindo criminalidade, e é necessário discutirmos, precisamos também discutir o que condena milhões de jovens a entrar no mundo das drogas, da violência e da criminalidade pela falta de opção, que Brizola, na década de 80, deu a todos eles no Estado do Rio de Janeiro ao criar as escolas de tempo integral.

Nós temos a missão, colegas Parlamentares, de discutir o Brasil e de representarmos, cada um de nós, 513 Parlamentares, 210 milhões de brasileiros. Certamente, temos antagonismos, mas precisamos, em cima de um debate de alto nível, de um debate com conteúdo, e não com o apontar de dedo de um lado e o apontar de dedo do outro, respeitar o nosso povo, que precisa ver seus direitos sempre respeitados e sempre defendidos, principalmente por esta Casa, onde cada um de nós chegou pelo voto da nossa população.

Vamos à luta!

8.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/02/2019-09:16
Publ.: DCD - 2/15/2019 - 22	CELSO MALDANER-MDB -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Manutenção, pelo Comitê de Política Monetária - COPOM do Banco Central, da taxa básica de juros, a Taxa SELIC, em 6,5% ao ano. Apreciação pela Casa da Medida Provisória nº 871, de 2019, sobre a correção de irregularidades na concessão de benefícios previdenciários. Apresentação pelo orador de emendas ao texto da proposição em prol dos trabalhadores rurais.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/MDB - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, permita-me encaminhar dois pronunciamentos que quero dar como lidos.

O primeiro é sobre a situação atual. Graças a Deus, na última reunião, o COPOM manteve a taxa de juros em 6,5%. Eu acredito que a especulação, a agiotagem, está acabando. Agora, quem quer ganhar dinheiro vai investir no setor produtivo. Isso será muito bom para o Brasil.

O segundo é sobre o fato de que nós apresentamos oito emendas à Medida Provisória nº 871, de 2019, para que ela não prejudique principalmente aqueles que têm aposentadoria especial, como o agricultor.

Sr. Presidente, peço que meus pronunciamentos sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braide. Bloco/PMN - MA) - O pedido de V.Exa. será atendido.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO CELSO MALDANER.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na quarta-feira da semana passada, dia 6 de fevereiro, aconteceu a primeira reunião desde que o



Presidente Jair Bolsonaro tomou posse do Comitê de Política Monetária, o COPOM, que decidiu manter - pela sétima vez consecutiva - a SELIC em 6,5% ao ano, deixando a taxa em seu menor patamar na história.

Vale ressaltar que esta talvez tenha sido a última reunião de Ilan Goldfajn no comando do Banco Central. Ele desempenhou um papel fundamental na volta do crescimento do País, por isso registro meus sinceros parabéns a ele. E tenho certeza que o novo Presidente, Roberto Campos Neto, seguirá o mesmo caminho à frente da instituição.

Falando ainda no setor bancário, foi divulgado também na semana passada, no dia 4, o lucro líquido do Itaú Unibanco no quarto trimestre de 2018, que foi de nada mais, nada menos que R\$ 6,47 bilhões. Muito, né? Não para o mercado, que ficou decepcionado, sendo este valor abaixo do que foi projetado.

E é este o ponto de vista para o qual quero chamar a atenção, caros colegas: o país do ganho financeiro, da transferência da renda do setor produtivo para o setor financeiro está com os dias contados, graças a Deus.

Os bancos vão ter que conviver com outra realidade. Não podemos mais ser o país dos agiotas, que ganham dinheiro com aplicação financeira. Temos que voltar a ser o país do trabalho.

Por isso, quem quiser ganhar dinheiro com este novo Brasil terá que correr riscos, trabalhar, investir, se reinventar, gerar emprego e renda.

É claro que isso não irá depender só do mercado, mas também de nós aqui da Câmara, que devemos aprovar as reformas de que o País tanto precisa para assim, quem sabe, crescermos 5 ou 6%, como disse nosso Presidente Rodrigo Maia.

Por isso, vamos trabalhar e fazer o Brasil voltar a ser o país do trabalho.

Contem comigo!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de informar que na semana passada, a exemplo de vários colegas Parlamentares, apresentei oito emendas a Medida Provisória nº 871, de 2019, que têm como objetivo combater fraudes e irregularidades aos beneficiários do INSS.

Sei da importância que a medida tem para os cofres públicos, tanto que a reforma da Previdência é um dos principais assuntos que

discutiremos nesta Casa, mas, como defensor da agricultura familiar, não podemos deixar que ela prejudique os pequenos produtores.

Sendo assim, entre as emendas apresentadas, gostaria de destacar duas que acho muito importantes:

Emenda nº 00123: aumenta o prazo, as condições de inscrição e os comprovantes de documentos dos produtores junto aos órgãos responsáveis. Esta emenda visa garantir o registro de comprovação de recolhimento sobre o produto que o agricultor comercializa. Por exemplo, se o agricultor produz milho, mas também faz pamonha, as duas atividades poderão ser declaradas a fim de garantir a condição de assegurado especial.

Emenda nº 00130: irá garantir o agricultor familiar não seja desenquadrado da condição de beneficiário do sistema quando ele tiver produção industrial ou artesanal em sua propriedade.

Atualmente, a regra da Previdência instituída na Lei nº 8.212, de 1991, garante o benefício previdenciário aos agricultores que têm produção artesanal ou industrial, desde que estes tenham empresas. O produtor, como pessoa física, será desenquadrado da condição de beneficiário caso se encontre na mesma condição, e isso não é justo. Quero com essa emenda garantir que ambos - tanto a pessoa física quanto a pessoa jurídica - sejam beneficiados da Previdência.

Como falei, sei da importância do tema e das emendas dos demais colegas, mas informo que já solicitei ao meu Líder, Baleia Rossi, que eu seja indicado a participar dessa Comissão, para aprimorarmos ainda mais o debate sobre o assunto.

Muito obrigado!

Documento 55/370

8.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/02/2019- CD	09:48
Publ.: DCD - 2/15/2019 - 37	CORONEL CHRISÓSTOMO-PSL -RO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Associação ao discurso proferido pelo Deputado Alexandre Frota. Conveniência de suspensão de acusações mútuas no plenário, em prol da



apreciação de pautas de interesse do povo brasileiro, especialmente da reforma previdenciária. Exigência de respeito para com o orador e os demais membros das Forças Armadas brasileiras.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PSL - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, meu bom dia a todos.

O meu antecessor falou, e eu ratifico, Frota! Você está certo, meu amigo!

Os meus pais mandaram uma mensagem aqui para mim e disseram assim: "*Meu filho, o que tanto esse povo do outro lado fala, fala, fala e repete, e não diz nada?*" Eu disse: "*Meus pais, fiquem tranquilos, eles são assim mesmo. Eles não mudam.*"

Eles não pensam em empregos! Eles não pensam em renda para este País! Eles não pensam em trabalhar para que nós possamos já começar a preparar a nossa mente para que o povo brasileiro tenha bons momentos".

Senhores e senhoras, está na hora! Esse tempo ruim já acabou. Há muita gente presa. Eu vim para cá não foi para botar dinheiro em cueca, em meia, em sapato, em lugar nenhum, porque desses a Justiça vai tomar conta. Muitos já foram tomados. Nós não somos suco de nada, não!

Eu quero que me respeitem, porque eu não sou nenhuma fruta. Eu sou guerreiro da Amazônia, eu sou soldado do Exército, eu sou gente igual o outro lado falou há pouco.

O Governo está cheio de militar, sabe por quê? Eu vou lhe contar. Preste atenção, abra o seu ouvido: porque nós somos soldados e respeitamos o povo brasileiro. Nós das Forças Armadas somos a instituição mais respeitada do Brasil, porque o povo nos respeita, e assim eles nos querem.

Então, senhores, é por isso que o meu Presidente Bolsonaro é o nosso Presidente e precisa ser abraçado por todos nós, até pelos senhores. Nós precisamos fazer a reforma da Previdência. Venham nos abraçar, o povo está precisando disso. Parem de mi-mi-mi! Vamos pensar num Brasil maior!

Os meus pais estão me cobrando até do que os senhores estão dizendo. Eu vou mandar um recado aqui:

Meus pais, fiquem tranquilos, eles vão se convencer, eles vão entender

que o Brasil é diferente agora!

É hora de estarmos abraçados, senhores. Venham para cá. Eu vou abraçar os senhores e as senhoras, com certeza. Terão o meu respeito. Todos os senhores terão o meu respeito, mas não venham de coisinha para cá, não, porque guerreiro não aceita mi-mi-mi, não! Guerreiro aceita a verdade e respeito!

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 56/370

8.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/02/2019-
CD 10:56

Publ.: DCD - 2/15/2019 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
78

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Necessidade de investigação das denúncias de corrupção no âmbito do Governo Jair Bolsonaro. Críticas ao monitoramento de Bispos da Igreja Católica pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em face da realização do Sínodo da Amazônia, em Roma, Itália. Desgaste causado à imagem do Brasil no cenário internacional pelo Governo do PSL. Contrariedade à reforma previdenciária e à Medida Provisória nº 871, de 2019, acerca da correção de irregularidades em benefícios previdenciários. Apreensão do orador ante os efeitos de políticas governamentais para os pequenos produtores rurais, indígenas, quilombolas e trabalhadores sem terra. Defesa da criação de CPI para investigação das responsabilidades pelo rompimento de barragem de rejeitos de mineração no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como Líder, quero dizer o seguinte: o Bolsonaro saiu do hospital e foi direto conceder uma entrevista à TV amiga, a *TV Record*, para dizer que o Ministro Gustavo Bebianno mentiu, confirmando a publicação e a postagem do seu filho. Ou seja, eles estão fritando, ao vivo, o seu próprio Ministro, porque não há como responder ao laranjal do PSL - não há! O envolvimento é direto do ex-Presidente do PSL, o Deputado Luciano Bivar, e do Presidente atual, o Gustavo Bebianno, que é Ministro. Evidentemente

não há como explicar dinheiro público de corrupção.

O Bolsonaro apenas não disse o seguinte: *"Eu mandei o Moro investigar."* Pernambuco, Minas Gerais, Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro. Eu quero saber se o Moro vai investigar o Flávio Bolsonaro, o próprio Bolsonaro que tem a Nathalia Queiroz como laranja no gabinete. E o Queiroz? Cadê o Queiroz?

É um cinismo descarado. E tem Deputado do "Partido Só Laranja" que vem aqui, na tribuna, e esmaga uma laranja, dizendo: *"Eu também quero a cabeça do Queiroz"*. Eu quero ver ele falar: *"Eu quero a cabeça do Flávio Bolsonaro. Eu quero a cabeça do Presidente da República"*. Isso é corrupção! V.Exas. foram eleitos dizendo que iam acabar com a corrupção, só que a corrupção está dentro de casa.

E digo mais: Ministro Moro, investigue a ligação com as milícias, com o crime organizado, no Rio de Janeiro, que foi elogiado pelo Presidente Bolsonaro, que foi homenageado por Flávio Bolsonaro. E nós sabemos de onde partiu o carro que matou Marielle Franco, com gente dentro. Nós sabemos: Rio das Pedras, foco de milicianos.

Por isso, desta tribuna, nós queremos deixar claro que o Bolsonaro está fritando um Ministro para limpar a área, porque está dentro da casa dele o laranjal. Está com Flávio Bolsonaro também.

Nós queremos punição para todos esses crimes e o desmascaramento deste Governo, que começa com corrupção explícita.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, causou profunda surpresa ao episcopado brasileiro e repugnância dos democratas do Brasil a notícia de que o Gabinete de Segurança Institucional - GSI estaria monitorando a ação dos líderes católicos com relação ao Sínodo da Amazônia, previsto para outubro deste ano em Roma.

"Não há a menor conotação político-partidária no Sínodo. Qualquer consideração que seja feita pelos bispos durante o evento terá como base as escutas territoriais dos povos. Esse é o apelo do Papa Francisco, que ouçamos o clamor dos povos e prestemos atenção às necessidades da Amazônia", comenta a Irmã Irene Lopes, que é uma das organizadoras do evento, no site Conversa Fiada.



Irene recorda que o posicionamento da Igreja sobre questões ambientais e indígenas incluem o documento base ao evento além da Encíclica Laudato Si, de Francisco, que trata do meio ambiente. Diz ainda que *"o Sínodo pretende verificar, a partir das escutas territoriais, como será possível preparar um futuro tranquilo para as novas gerações que vivem na Amazônia"*.

O título de vexame internacional tem sido levado a sério pelo Governo Bolsonaro. Primeiro com a mudança da embaixada para Jerusalém e o recuo, sob uma saraivada de críticas, depois com a passagem tímida em Davos e a fuga da entrevista coletiva. O Ministro Araújo, das Relações Exteriores, tem contribuído sistematicamente com suas análises tresloucadas sobre o perigo do "marxismo cultural", "globalismo" e a queção do aquecimento global.

Agora é a vez do temor sobre os resultados internacionais que o debate sobre a Amazônia pode gerar na imagem do Brasil no exterior. Os arranhões serão inevitáveis.

Ocorre que o agronegócio foi alçado à condição de eixo central da produção nacional no plano de Governo de Bolsonaro. Não é a indústria, o emprego urbano e a produção de tecnologia. É o agronegócio. Trata-se do retorno à condição de Brasil colônia, exportador de *commodities* de baixo valor agregado que atende prioritariamente ao mercado interno de nações desenvolvidas ou de forte crescimento econômico, como a China.

A consequência direta da expansão do agronegócio é o desmatamento, em especial do Cerrado e da Amazônia. O retrocesso causado pelo novo Código Florestal, de 2012, que reduziu as áreas de proteção, colocou o Brasil na contramão do mundo, onde a defesa do meio ambiente e dos espaços naturais tem se popularizado e adquirido uma dimensão maior.

O Governo Bolsonaro deveria se preocupar com os estragos ambientais e suas consequências não apenas para os brasileiros, mas também para o mundo. Deveria estar ao lado da preocupação do movimento ambientalista, dos povos nativos e dos debates que o episcopado vai promover, ao invés de vigiar e tentar monitorar.

O retrocesso se capilariza em várias frentes, inclusive contra a Igreja Católica e sua luta em defesa do meio ambiente.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Bolsonaro está na iminência de apresentar ao Congresso Nacional o texto da reforma da Previdência. Uma das mágicas pretendidas pelo Governo é agradar ao

mercado financeiro e, ao mesmo tempo, tentar escapar da justa crítica de que serão os mais pobres os mais penalizados por essa reforma.

Vão querer vender para a opinião pública a ideia de que a reforma seria uma espécie de justiça social, retirando dos mais privilegiados para os menos favorecidos. Nada mais mentiroso, a Medida Provisória nº 871, de 2019, do chamado "pente-fino" no INSS é a prova cabal de que os ataques aos direitos atingem, especialmente, os mais pobres. E serve como uma espécie de preâmbulo do que virá com a reforma.

A MP usa como argumento a criação de regras mais duras contra fraudes e malversação dos recursos públicos. No entanto, o efeito concreto da MP é dificultar a vida do cidadão que efetivamente tem direito aos benefícios previdenciários, criando uma série de barreiras burocráticas, obstaculizando acesso aos benefícios do INSS.

É um governo que fala tanto em retirar o peso do Estado, desburocratizar a economia etc., mas cria um conjunto de regras que, na prática, torna o acesso aos benefícios inatingível. A lógica da MP é grosseira, a economia virá da forma mais perversa possível, simplesmente quem tem direito não terá acesso a esse direito. Pelo visto, o tal Estado no cangote só serve para o patrão, para o trabalhador, evidentemente com menos recursos para acessar advogados etc., dá-lhe burocracia, até sufocá-lo pelo cansaço.

Apesar de todo o arrazoado de combate às fraudes e de que essa evidentemente deva ser uma preocupação republicana, que, aliás, já está ancorada numa série de mecanismos previstos em lei e numa série de procedimentos que já são aplicados de forma regular pelos técnicos do INSS, o que o texto da MP indica de concreto mesmo são novas regras que dificultam a vida de quem tem direito a benefícios previdenciários.

Vejamos alguns exemplos.

Na pensão por morte, a MP estabelece, a partir de agora, a exigência de prova documental para a comprovação de relações de união estável ou de dependência econômica, que dão direito à pensão por morte. Na legislação atual, a Justiça reconhece relações desse tipo com base em prova testemunhal. Parte do pressuposto que são justamente os parentes, amigos, vizinhos que podem comprovar tal relação, de forma muito mais prática do que um documento registrado em cartório, que implica custos. Vale ressaltar que, na maioria das vezes, a não formalização em cartório da relação estável se dá justamente pelos custos e burocracias advindas disso.

Outra nova norma relacionada à pensão por morte e que tem a clara motivação de criar dificuldades burocráticas na expectativa de que as



pessoas por desinformação percam seus direitos, é a que estabelece que filhos menores de 16 anos precisarão requerer o benefício em até 180 dias após o falecimento do segurado, sob pena de "*decadência do direito de requerer o benefício*". Lembro: antes não havia prazo para menores de 16 anos.

A MP também acaba com pagamentos em duplicidade, nos casos em que a Justiça reconheça um novo dependente, como filho ou cônjuge. Pela legislação atual, se uma relação de dependência é reconhecida, esse novo dependente recebe o benefício de forma retroativa, sem que haja desconto ou devolução de valores por parte dos demais beneficiários. A partir de agora, assim que a ação judicial de reconhecimento de paternidade ou condição de companheiro ou companheira for ajuizada, parte do benefício ficará retida até o julgamento final da ação, de modo a cobrir a eventual despesa do INSS com pagamentos em duplicidade.

Em relação aos trabalhadores rurais, a MP também cria um série de barreiras. A nova norma prevê a criação, pelos Ministérios da Economia e da Agricultura de um cadastro de segurados especiais, que inclui quem tem direito à aposentadoria. Será esse cadastro a única forma de comprovar o tempo de trabalho rural sem contribuição a partir de 2020. Ou seja, prioriza-se o formalismo de um cadastro, em detrimento de provas de trabalho efetivo no campo.

A regra atual fixa que os trabalhadores rurais são inscritos pelo INSS, conjuntamente com entidades de classe, sindicatos e federação dos trabalhadores e órgãos estaduais, municipais e do Distrito Federal. Dois aspectos aqui são centrais. Primeiro, historicamente, a comprovação de vínculo, tempo de contribuição e tempo de serviço são dificultadas pelo caráter precário, informal, sazonal e muitas vezes em situação "análoga à condição de trabalho escravo" que permeiam as relações de trabalho no campo brasileiro. Segundo, são justamente os Ministérios que são adversários e perseguem direitos os responsáveis por esse cadastro.

No caso do auxílio-reclusão, as mudanças praticamente deixam esse direito inócuo. Na esteira de toda a campanha pejorativa criada pelos apoiadores do atual Governo, como o de "bolsa-presidiário" etc., está o desconhecimento proposital da realidade da população carcerária brasileira. Agora só terá direito a esse benefício, o preso que tiver contribuído para o INSS por pelo menos 24 meses. Atualmente, basta que o segurado tenha feito uma única contribuição ao INSS, antes de ser preso, para que o benefício possa ser concedido aos dependentes. Essa nova regra, desconsidera a informalidade promovida pela reforma trabalhista e o alto índice de desemprego, entre outros aspectos específicos, como o segmento da juventude recrutada pelo tráfico, em que, obviamente, não há recolhimento ao INSS.



Outro aspecto preocupante é que o valor do benefício passa a ser calculado pela média dos últimos 12 salários, diferentemente da regra até então vigente que tinha como piso o valor do salário mínimo. A desvinculação do salário mínimo é um dos objetivos-chave para a equipe econômica, abrir essa possibilidade pode significar o achatamento do conjunto dos benefícios no País.

Em resumo, podemos constatar que em toda a MP prevalece o olhar neoliberal em detrimento dos direitos fundamentais dos segurados. Interesses administrativos, por mais importantes que sejam, não podem sobrepor-se à finalidade dos benefícios, isto é, atender a quem de fato tem tal direito.

Vale ressaltar que a população mais pobre já foi alvo de duas MPs restritivas de direitos previdenciários ainda no Governo Dilma, que houve um rigoroso "pente-fino" durante o Governo Temer e que, mais uma vez, é o alvo preferencial. São os mais fracos que pagam a conta da crise.

Nossa bancada fez um conjunto de emendas à MP 871, no intuito de barrar o seu caráter arbitrário e regressivo. É preciso barrar esse conjunto de ataques, fortalecer a Previdência Pública e os quadros do INSS, assegurar a proteção social tão necessária num país de tanta injustiça social e desigualdade. Barrar a MP 871 é a antessala do que virá com a reforma da Previdência. Não aceitamos que os trabalhadores paguem a conta da crise.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Bolsonaro é inimigo declarado dos camponeses e um destacado soldado dos empresários rurais. O que eles reivindicam está lá Bolsonaro para atender.

A começar pela Ministra Tereza Cristina, rainha do agrotóxico e princesa do agronegócio. Linha dura contra indígenas, quilombolas, atingidos por barragens, pequenos proprietários e sem-terra, ameaça constantemente os setores mais fragilizados do campo. O enfrentamento é a prática.

Na operação destes princípios decidi indicar Nabhan Garcia para ser Secretário Especial do Ministério da Agricultura. Ruralista agressivo e verborrágico que trata as ocupações de terras como "ato criminoso" e que vai agir com "tolerância zero" sobre elas. Fundador da UDR - União Democrática Ruralista e digno representante da bancada do boi, declarou ser favorável ao desmatamento da Amazônia e comparou o texto do Acordo de Paris com papel higiênico.

Sua mais recente indicação para a Presidência do INCRA, o General



de Exército Jesus Corrêa será o responsável pela execução da reforma agrária. Qual o sentido da militarização no trato da terra e do trabalhador rural? O que se deseja com isso? Retomar o tempo da ditadura de tratamento hostil aos sem-terra?

Apesar do tamanho do Brasil, a distribuição de terra no campo é profundamente desigual, e daí derivam as ocupações. Basta uma pesquisa elementar sobre o assunto para verificar que metade da área rural brasileira pertence a apenas 1% das propriedades do País. Uma vergonha!

Uma política de incentivo aos pequenos proprietários geraria um ganho na qualidade de vida de todos. Basta observar que mais de 70% do alimento que chega à mesa do povo brasileiro não vem do agronegócio, mas sim da agricultura familiar.

O que se observa é que a militarização no trato dos problemas fundiários do campo, associado ao fundamentalismo e à ideologização rasteira que dominam o Governo Bolsonaro, provocará inevitavelmente maiores conflitos e o aumento da violência no campo.

A equipe de Bolsonaro ainda não desceu do palanque e permanece em campanha disparando palavras de ordem e senso comum como "indústria da invasão" e "fabriquinhas de ditadores" referindo-se ao MST. O clima de Guerra Fria, retrógrado e populista criado na campanha, ainda dá a tônica de um Governo desarticulado, mas agressivo.

A mais nova vítima são os sem-terrinhos, atacados pela *TV Record* em matéria completamente alinhada aos delírios anticomunistas do clã Bolsonaro. Desconhece que o programa educa milhares de camponesas e camponeses, organizados pelo MST, que tiveram acesso à alfabetização, ao ensino fundamental, médio, cursos técnicos e em nível superior.

Na verdade, a campanha visa criminalizar organizações populares e desconstruir um trabalho civilizatório e educacional onde o Estado é ausente: no seio das populações pobres e interioranas.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Brumadinho não foi um acidente. Foi um crime ambiental cuja responsabilidade é partilhada pela Vale do Rio Doce, reincidente no grave delito, e por setores do poder público. A tragédia em Mariana, ocorrida em 2015, foi o prenúncio de outras. A combinação entre privatização, busca desesperada pelo lucro, *lobby* das mineradoras em cima do poder público e a omissão deste são os ingredientes de crimes sociais e



ambientais de imensas proporções.

Como resultado trágico da somatória de irresponsabilidades, os 18 milhões de metros cúbicos da barragem do Córrego do Feijão tiraram a vida de 165 pessoas - 155 ainda estão desaparecidas. A zona rural de Brumadinho foi devastada e as águas do Rio Paraopeba, enlameadas. Com o número assustadoramente alto de vítimas, esse foi o maior acidente (crime) de trabalho registrado, uma vez que boa parte dos afetados era de trabalhadores da Vale.

O Presidente da Vale, Fabio Schvartsman, alegou que a barragem em Brumadinho estava 100% dentro das normas. Ora, o que houve então? A alegação é indecente, já que é óbvio que não estava ou, caso contrário, não teria havido o rompimento. A outra possibilidade é supor que este tipo de barragem não pode existir. Importante pontuar que a economia mineradora e extrativista apresenta óbices ambientais claros. A sustentabilidade passa ao largo, sobretudo quando a rentabilidade e os lucros se colocam acima das pessoas.

Para além da irresponsabilidade empresarial em relação às normas de segurança, esse setor passou a operar um *lobby* indecente sobre o Estado para prevalecer seus interesses econômicos.

Antes da tragédia de Mariana, a bancada da lama criou uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados para reavaliar o Código de Mineração. Leia-se, fragilizar as regras ambientais. Em 2014, dos 52 membros da Comissão, 23 tinham recebido recursos de empresas mineradoras. Depois de 2015, algumas medidas foram tomadas para evitar tragédias ambientais, como a criação da Agência Nacional de Mineração. Essa existiu simbolicamente. A Câmara ainda derrubou uma taxa destinada a fiscalização e vistoria em prol da segurança em minas e barragens. Dois projetos destinados a aprimorar a lei que criou a Política Nacional de Segurança em Barragens passaram na Comissão de Meio Ambiente, mas emperraram na de Minas e Energia. Dos projetos que não avançaram, um previa o aumento de até 100 vezes nas multas para crimes ambientais, e o outro propunha a equiparação entre rejeitos da mineração àqueles relacionados à Política Nacional de Resíduos Sólidos. A ideia de se criar um Plano Nacional de Emergência também virou lama.

O *lobby* não para por aí. O articulista Bernardo Mello Franco revelou uma verdadeira porta giratória utilizada por funcionários de mineradoras para sair e entrar do Ministério de Minas e Energia. No Governo Temer, o segundo escalão deste Ministério foi todo ocupado por membros da Vale. A promiscuidade entre o público e o privado é gritante. Em Minas Gerais, não foi diferente. Numa reunião do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais - COPAM, ocorrida em dezembro do ano passado, a Vale conseguiu aumentar em



88% a capacidade de exploração da mina cuja barragem desabou. O placar da votação nessa reunião foi 9 a 1 em favor da empresa.

Cabe ao Estado defender o bem comum. O meio ambiente, por óbvio, se encaixa nesse critério. Ao abrir mão de regras duras de fiscalização, normas ambientais claras e permitir o *laissez-faire* do mundo empresarial, o Estado falhou em sua atribuição. Essa falha, todavia, resulta da prática corrupta de empresas do ramo, que sequestram o bem público criminosamente para favorecer seus interesses econômicos.

Documentos recentes, trabalhados pelo Ministério Público, revelam que a Vale chegou a fazer um estudo sobre as consequências possíveis da queda da barragem. Desde outubro, a Vale sabia que a barragem de Brumadinho e outras nove estavam em estado de alerta. Ou seja, não é possível escamotear as responsabilidades.

Infelizmente, muito pouco ou nada podemos esperar do Governo Bolsonaro. Durante a campanha eleitoral, o atual Presidente afirmou que iria fragilizar a fiscalização, o que ele chamava de indústria da multa promovida por órgãos como o IBAMA. Ao invés de propor medidas contundentes no sentido de punir os responsáveis e evitar novas tragédias, Bolsonaro optou por fazer agitação política com o desastre, trazendo militares de Israel, com o intuito de agradar seu aliado internacional. Toda ajuda é, claro, bem-vinda, mas a intenção era outra. A indicação de Ricardo Salles para o Ministério do Meio Ambiente é reveladora. Ricardo, quando Secretário do Meio Ambiente do Governo de São Paulo, foi condenado por crime ambiental por forjar mapas ambientais da várzea do Tietê justamente para beneficiar mineradoras e a FIESP.

Para investigar o caso com rigor, punir os responsáveis e evitar que novos crimes aconteçam, o PSOL quer emplacar na Câmara dos Deputados uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o tema.

A lógica privada do lucro a qualquer custo promove desastres ambientais e sociais, além de corromper o poder público. Para mudar radicalmente essa situação, precisamos ter uma política real de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental. Para isso, a vida deve estar em primeiro lugar.

Muito obrigado.



Publ.: DCD - 2/15/2019 - OTTO ALENCAR FILHO-PSD -BA
106

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à pretendida extinção da previdência de pequenos produtores rurais.

O SR. OTTO ALENCAR FILHO (Bloco/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Sras. e Srs. Deputados Federais, eu gostaria de discutir uma questão importante sobre a reforma da Previdência. Obviamente, todos nós queremos o bem do Brasil. Eu, particularmente, sou a favor da reforma da Previdência, para que nós possamos tirar essas vantagens incoerentes, esses custos demasiados, esses privilégios que nós temos principalmente no poder público federal.

Gostaria, contudo, de chamar a atenção de todos para uma questão importante que vai afetar a população mais carente. Falo da questão de se acabar com a previdência privada para os pequenos produtores rurais, transformando a previdência desses mais carentes em algo como se fosse uma Bolsa Família.

Ora, meus amigos, se nós não conseguimos viver com mil reais, imaginem com 500 reais por mês. Isso nós não podemos aceitar.

Documento 58/370

9.2019 Sessão Não Deliberativa de 14/02/2019-14:04
Debates - CD

Publ.: DCD - 2/15/2019 EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA
- 140

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Retirada de direitos das populações menos favorecidas pela proposta de reforma previdenciária divulgada pelo Governo Federal.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, o tema está em voga. Até agora estamos debatendo,



em tese, propostas vazadas à imprensa por pessoas ligadas ao Governo. Alguns Ministros confirmaram que ela é verdadeira; outros disseram que ela poderia ser modificada. Refiro-me à minuta da reforma da Previdência.

Como o tema é complexo, quero me ater a um ponto. Se o Governo tentar avançar na destruição do BPC - Benefício de Prestação Continuada, nós usaremos todos os nossos recursos para impedir essa atrocidade contra as pessoas com deficiência e as pessoas de renda baixa.

Fala-se em reforma da Previdência e apresenta-se, na verdade, uma proposta de privilégio aos ricos e de sacrilégio aos pobres, aos que mais necessitam. Se não bastassem as mudanças no BPC, há a tentativa de pagar 500 reais, aos 55; aos 65, quando hoje é garantido o salário mínimo, 750 reais, sem qualquer previsão de reajuste; aos 75, quiçá, se alcance alguma coisinha mais. Não fosse suficiente essa atrocidade, esse crime contra os pobres brasileiros, o Governo agora diz que vai acabar com o abono, o PIS/PASEP, exigindo que se tenha no máximo um salário mínimo de remuneração anual, o que é um absurdo criminoso.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota. PSB - PE) - V.Exa. será atendido nos termos regimentais.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a minuta de proposta de reforma da Previdência do Governo Bolsonaro, vazada no começo deste mês, é a demonstração das intenções e opções políticas deste Governo em privilegiar os ricos, enquanto retira direitos da população mais pobre do País.

Vejam só: uma das mudanças propostas diz respeito às regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada, conhecido pela sigla BPC.

O BPC que é pago a idosos com mais de 65 anos que não têm direito à aposentadoria, pois não contribuíram ou conseguiram comprovar trabalho rural, ou a pessoas com deficiência física ou mental, com renda *per capita* menor que um salário mínimo. Hoje é no valor de um salário mínimo - R\$ 998,00 - e deverá ter seu valor reduzido.



Segundo a proposta, o benefício deverá ser de R\$ 500,00, pagos a partir dos 55 anos de idade, que será aumentado para R\$ 750,00 quando o idoso completar 65 anos, podendo receber um adicional de R\$ 150,00 ao completar 70 anos, caso tenha contribuído com ao menos 10 anos ao INSS. Segundo foi noticiado, essa "antecipação" seria utilizada para "convencer" os Parlamentares a votar a favor da reforma. Pessoas com deficiência receberiam R\$ 1000,00.

A proposta como um todo é extremamente grave e coloca em risco a vida e a dignidade da pessoa idosa no Brasil. No que diz respeito ao BPC, a desvinculação do benefício ao valor do salário mínimo irá acentuar, ainda mais, a miséria entre os idosos, justamente num momento da vida em que mais necessitam de assistência.

Afinal, que País é este que quer permitir que os idosos vivam na penúria para beneficiar ricos empresários que, ano após ano, deixam de pagar a contribuição previdenciária obrigatória de seus empregados e são anistiados pelos governos de ocasião, inclusive pelo governo Bolsonaro, que prometeu durante a sua campanha perdoar as dívidas com o FUNRURAL, no valor de R\$ 15,3 bilhões?!

Em outubro de 2016, eram 4,4 milhões de pessoas que recebiam esse benefício, sendo 2,4 milhões portadores de deficiência e 2 milhões idosos com mais de 65 anos. Neste mesmo ano, o benefício custou aos cofres públicos apenas 0,47% do PIB. Além disso, é importante destacar dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, referentes ao ano de 2018, que mostram que a inflação para a população idosa foi maior que a para a população em geral: o Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade - IPC-3i, que mede a variação da cesta de consumo de famílias majoritariamente compostas por indivíduos com mais de 60 anos de idade, acumulou uma alta de 4,75% no ano de 2018, enquanto o IPCA ficou em 3,75%. Esses dados mostram a crueldade desta proposta!

Quero aqui me solidarizar com todos os idosos e idosas do País, que estão sendo atacados como se fossem responsáveis pelos problemas desta Nação, e manifestar minha total contrariedade a essa proposta, contra a qual não medirei esforços, no sentido de que seja desaprovada por esta Casa.

Documento 59/370

9.2019

Sessão Não Deliberativa de Debates - 14/02/2019-
CD 17:12

Publ.: DCD - 2/15/2019 -
205

CHIQUINHO BRAZÃO-AVANTE -RJ



CÂMARA
DEPUTADOS

DETAQ
Câmara dos Deputados

DOS COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

Departamento de Taquigrafia,
Revisão e Redação

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Importância de realização da reforma tributária.

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (Bloco/AVANTE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, nobres colegas Deputados. Início a minha fala dizendo que precisamos alinhar este Congresso, alinhar a Câmara Federal. Por quê? Precisamos fazer com que este Parlamento seja realmente respeitado, fazer com que este Parlamento tenha voz, porque vai irradiar para todo o Brasil.

Digo isso porque vemos que esta Casa de Leis, este Parlamento não respeita seus próprios membros, seus próprios Parlamentares. É um Parlamento onde muitos fazem desta tribuna a sua principal bandeira, chegam aqui e abrem mão, muitas vezes, de estruturas desta Casa, estruturas do Parlamento, porque acreditam que, dessa forma, vão ser ouvidos ou respeitados pelos seus eleitores.

Eu diria aos Parlamentares: se nós não alinharmos este Parlamento, através do nosso Regimento Interno, tendo uma cláusula que garanta àqueles que queiram realmente ser respeitados e atendidos nas suas bandeiras, como é que vamos atender às bandeiras da população como um todo? Como é que nós vamos ter uma ferramenta de trabalho para que o cidadão nos respeite? Nós precisamos ter, sim, um entendimento, porque cada um tem a sua visão, cada um tem a sua forma de defender, uns diminuindo, outros tentando ampliar o direito da população, mas todos têm que ser respeitados.

Eu tenho sempre este pensamento: não é tirando o ar-condicionado da minha casa que eu vou resolver o problema daquele que não tem; não é quebrando a piscina da minha casa que eu vou resolver o problema daquele que não tem. É o inverso: tenho que fazer com que aquele que não tem tenha mais. Essa é a minha visão, essa é a bandeira que nós temos que ter aqui, para que possamos ter uma única voz, para que possamos seguir num único sentimento com todas as discordâncias que possamos ter.

Por exemplo, estamos discutindo aqui a reforma da Previdência. Eu penso que nós deveríamos estar discutindo a reforma tributária. A reforma da Previdência só vem para tirar direitos, só vem para restringir a vida dos cidadãos. Mas dizem: "*Ah, o cidadão agora vive mais 5 anos ou 6 anos*". Se ele não pode aproveitar esses 5 anos ou 6 anos, por ter trabalhado a vida toda, isso é um erro. Nós deveríamos estar discutindo a reforma tributária, porque ela é sim uma verdadeira serpente que tira as empresas do Brasil, as empresas dos Estados,

que faz com que cada vez mais tenhamos menos recursos para investimento nos Municípios, nos Estados e na Federação.

Resolvendo esse problema, vamos ter mais empresas internacionais e nacionais, mais dinheiro para trabalhar a vida de cada um.

E mais: através da luta por novos investimentos no Brasil, vamos resolver o problema deste País. Não é tirando, restringindo, que vamos solucionar o problema. Qual vai ser a nova mensagem restritiva? O cidadão vai ficar sem o automóvel, sem a casa, para restringir, para não pagar IPTU? Nós temos que lutar para trazer novos investimentos. E só temos um caminho, a reforma tributária.

Presidente, gostaria que a minha fala fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 60/370

9.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 14/02/2019- CD	17:24
Publ.: DCD - 2/15/2019 - 208	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Participação do orador em encontro da Confederação Nacional de Municípios, realizado em Brasília, Distrito Federal. Estado de insolvência da maioria dos Municípios brasileiros. Urgente necessidade de realização das reformas previdenciária e tributária e de revisão do pacto federativo.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu participei, nesta semana, do encontro da Confederação Nacional dos Municípios, aqui em Brasília, que teve a presença de muitos Deputados e Senadores. Na ocasião ouvimos os relatos dramáticos dos representantes, dos Prefeitos Municipais do Brasil. Mais de 50% dos Municípios do Brasil estão absurdamente em estado de insolvência.

Sr. Presidente, se não fizermos, em caráter de urgência - e, com certeza, vamos trabalhar para isto -, as grandes reformas de que o Brasil precisa, como a reforma da Previdência, a reforma tributária, para enxugar o Estado e cortar cargos comissionados e mordomias, a reforma política, sobretudo o pacto federativo, para colocarmos mais



recursos nos Municípios, não só os Estados mas também os Municípios, praticamente todos, poderão entrar em estado de calamidade pública.

Sr. Presidente, não podemos admitir que fique nos Municípios somente 13% daquilo que nós arrecadamos, que fique nos Estados 22% e que venha para Brasília quase 65%, porque a vida não acontece em Brasília.

A vida acontece nos Municípios.

Portanto, nós precisamos urgentemente tratar do pacto federativo, para que possamos deixar nos Municípios a maior parte, a maior fatia do bolo dessa absurda carga tributária que nós pagamos. Só assim vamos poder oferecer às pessoas mais qualidade de vida, saúde com dignidade, educação, infraestrutura. Esse é o grande objetivo de estarmos aqui neste momento. Essa é a nossa grande missão e essa é a nossa grande tarefa.

Portanto, estou otimista e animado em poder estar aqui no Congresso Nacional, sobretudo, com o novo Governo do Jair Bolsonaro.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 61/370

10.2019

Sessão Deliberativa Ordinária - 19/02/2019-14:12
CD

Publ.: DCD - 2/20/2019 -
36

GIOVANI CHERINI-PR -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Urgente necessidade de realização da reforma previdenciária.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PR - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, amanhã, esta Casa vai receber o projeto da reforma da Previdência. É evidente que nós precisamos mudar a Previdência nacional. Os dados estão aí para fazermos a análise.

Hoje, no serviço privado brasileiro, a média do valor da aposentadoria é de 1.600 reais por mês, enquanto a média no serviço público é de quase 10 mil reais por mês - no Judiciário, 28 mil; no Ministério Público,

30 mil. Isso quer dizer que nós temos no Brasil gente aposentada recebendo 50 mil reais, 80 mil reais, 100 mil reais por mês.

Eu vou falar muitas vezes sobre a reforma da Previdência. Eu acho que ela é urgente, porque hoje o povo brasileiro, quando paga os impostos, trabalha para enriquecer os ricos e empobrecer os pobres.

A reforma da Previdência é fundamental para mudar o Brasil.

Muito obrigado.

Documento 62/370

10.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	19/02/2019-14:20
Publ.: DCD - 2/20/2019 - 49	BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Associação aos pronunciamentos dos Deputados Benedita da Silva e Alexandre Padilha a respeito da prática de violência racial no País. Mobilização dos Parlamentares contra a aprovação da Medida Provisória nº 871, de 2019, sobre a reforma previdenciária.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, demais colegas Parlamentares, eu quero me somar também à Deputada Benedita, ao Deputado Padilha, nessa luta contra a violência racial em nosso País e registrar que esse acontecido no Supermercado Extra no Rio de Janeiro é absolutamente abominável.

Mas eu gostaria também de registrar que, nesta manhã - está aqui o Deputado Márcio Jerry -, tivemos uma importante reunião da bancada do Maranhão. E nessa reunião tratamos sobre a Medida Provisória nº 817, de 2019, que já deu início à perversidade da reforma da Previdência, prejudicando o acesso dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais aos benefícios da Previdência. Tiramos de lá a indicação de construir uma frente em defesa da Previdência rural e vamos mobilizar todos os Parlamentares, de todas as bancadas deste País, para fazer frente, nessa luta, resistindo bravamente.

Documento 63/370



10.2019

Sessão Deliberativa Ordinária - 19/02/2019-14:48
CD

Publ.: DCD - 2/20/2019 -
59

UBIRATAN SANDERSON-PSL -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Assinatura, pelo Presidente Jair Bolsonaro, do projeto anticrime elaborado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. Importância do combate à corrupção no País.

O SR. UBIRATAN SANDERSON (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Ilustre Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma grande honra estar na Casa do Povo falando mais uma vez.

Hoje o nosso Presidente da República, Jair Bolsonaro, assinou aquilo que nós classificamos como um duro golpe contra o crime do colarinho branco e a violência no Brasil, que é o projeto anticorrupção, o projeto antiviolação, o projeto anticrime, capitaneado pelo Ministro Sergio Moro.

Eu encontrei agora, aqui nos corredores, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, onde também, momentos antes, cruzara com o Ministro Sergio Moro. Os dois Ministros - a meu ver, os principais da equipe Jair Bolsonaro - estão aqui na Casa, estão aqui na Câmara dos Deputados. Sérgio Fernando Moro e Paulo Guedes são aqueles que vão propor um novo Brasil, um Brasil que vai tratar bandido como bandido, corrupto como corrupto, ladrão lesa-pátria como lesa-pátria.

Mas é importante frisar, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros gaúchos, conterrâneos, compatriotas do meu Estado, que tão importante quanto a reforma da Previdência é o projeto anticrime e antiviolação. Somente hoje a Polícia Federal desencadeou duas operações, sendo que, em uma delas, o Presidente da CNI - Confederação Nacional da indústria foi preso por envolvimento com prevaricações, corrupções ligadas ao Ministério do Turismo, obviamente da antiga gestão. Na outra, o chamado braço direito do Governo do PSDB de São Paulo, o Sr. Paulo Preto, também foi preso hoje com indícios fortes, prezado colega da PF, Marcelo, de que teria um *bunker* dentro de sua casa com 100 milhões de reais guardados.

Isso prova que não adiantará fazer a reforma da Previdência, não adiantará fazer qualquer tipo de encaminhamento, se não pararem de roubar neste País. Não há saída para o nosso País. Somos a nona economia do mundo, dentre 200 países. Nós estamos entre os dez

países mais ricos do mundo. Só que essa turma não para de roubar.

Nós fizemos uma operação há 2 anos, onde um sujeito, que era Deputado Federal, chamado Geddel Vieira Lima, foi flagrado com 51 milhões de reais dentro de um *bunker*. E agora surge esse *bunker* do Sr. Preto, com 100 milhões de reais em dinheiro vivo guardados. Provavelmente, há vários *bunkers* dentro do Brasil, porque 200 bilhões de reais são retirados do povo brasileiro todos os anos, produto de corrupção - 200 bilhões de reais!

O déficit da Previdência é de 170 bilhões de reais. De nada adiantará fazer a reforma da Previdência se os lesas-pátrias disfarçados de homens públicos continuarem roubando, dilapidando e traindo o povo brasileiro.

Srs. Deputados, fizemos na Polícia Federal, há 2 anos, a chamada Operação Catilinárias. Até quando Catilina abusará da nossa paciência?

O Presidente desta Casa, que se sentava ali, o Sr. Eduardo Cunha, foi preso, mandava e desmandava na Nação sob todas as sortes de ameaças. Vimos que, sim, esse projeto do Ministro Sergio Moro, que o nosso Presidente Jair Bolsonaro assinou, tem que ser tratado com a mesma prioridade da reforma da Previdência.

Sras. e Srs. Deputados, o programa anticorrupção contra criminoso tem que ser tratado com a mesma prioridade que a reforma da Previdência. Parece-me, e tomara que eu esteja enganado, que alguns querem tentar dar uma volta e dizer: "*Não, primeiro a reforma da Previdência. Se for o caso, nós ainda este ano levaremos adiante o pacote anticorrupção.*"

Não! Isso a população brasileira não aceita! Nós não chegamos à Câmara dos Deputados, junto com o Jair Bolsonaro, para fazer mais do mesmo. Ou damos, sim, um tiro certo no coração dos ladrões corruptos, ou jamais construiremos uma verdadeira nação.

Senhoras e senhores brasileiros, continuem fiscalizando, cobrando, os seus Vereadores, os seus Prefeitos, os seus Governadores, os seus Deputados Federais e os seus Senadores. Isso é de fundamental importância.

Que Deus nos acompanhe!



Publ.: DCD - 2/20/2019 - MOSES RODRIGUES-MDB -CE
69

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Importância do comprometimento da nova representatividade na Casa com a promoção de ações destinadas ao bem-estar da sociedade brasileira. Revisão do pacto federativo. Realização da reforma previdenciária. Relevância do Projeto de Lei Complementar nº 252, de 2016, de autoria do orador, acerca de estabelecimento do limite da taxa de juros cobrada nas operações de crédito ao consumidor em qualquer modalidade. Atuação do orador na condição de Relator do projeto de criação do Plano Nacional de Educação. Importância de valorização do setor educacional para o desenvolvimento do País. Ações promovidas pelo orador em benefício do Estado do Ceará. Relevância da Proposta de Emenda à Constituição nº 228, de 2016, sobre a aplicação de recursos mínimos pela União na área de segurança pública. Importância do Projeto de Lei nº 5.117, de 2016, de autoria do orador, sobre a contratação de jovens por empresas financiadas por instituições financeiras públicas federais, ou com contratos de execução de obras e serviços junto a órgãos e entidades dos Poderes da União.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/MDB - CE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, nobres colegas Deputados, imprensa, galeria, funcionários da Casa, telespectadores e internautas, o meu cordial boa tarde!

É com enorme alegria e imensa satisfação que chego ao meu segundo mandato, fortalecido, maduro, mas com o espírito de quem acaba adentrar esta Casa, um jovem repleto de novos planos que acredita que serão capazes de transformar a realidade de milhares de brasileiros.

Parafrazeando o ex-Presidente do Estados Unidos Barack Obama, "*os desafios que enfrentamos são reais. Eles são sérios e são muitos. Eles não serão encarados com facilidade ou num curto período de tempo*". Volto ainda mais otimista do que no meu primeiro mandato, pois o País vive um período de transformações. Aos poucos, estamos virando uma página que ficou marcada por escândalos.

Corrupção e negligência mancharam a história do Brasil.

Estivemos frente a frente com uma das piores crises: a da democracia. Vimos surgir um novo movimento, o de pessoas desacreditadas com o futuro político do País. O povo foi às ruas e clamou por mudanças. Seria uma sociedade alheia à pauta do Congresso ou um Congresso



alheio à sociedade? Se por um lado fomos indagados, por outro a população, desamparada, perguntou: seria uma crise da representação ou uma crise da democracia? Até hoje, senhoras e senhores, não sabemos responder.

Meus amigos, é tempo de olhar para a frente, dar oportunidade ao povo, pensar no futuro, dar continuidade aos projetos bons, sequência ao progresso. Transparência, sem dúvida, será a palavra que marcará os próximos 4 anos aqui na Câmara Federal.

Nós que não perdemos a esperança e que fomos eleitos e reeleitos pela vontade do povo devemos, mais do que nunca, pautar nossos compromissos e promover ações direcionadas para a sociedade. Vamos juntos projetar o futuro. Como disse o nosso grande líder Ulysses Guimarães: *"A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar"*.

Foi assim quando cheguei a Brasília, vindo de um Estado onde são muitas as dificuldades, de um Município onde a distribuição de renda reflete desigualdades sociais.

Por isso, durante os meus primeiros 4 anos como legítimo representante do Ceará, trabalhei dia a dia por mudanças, por um país e por um Estado mais justo, com recursos capazes de transformar a realidade de pessoas simples que moram em localidades remotas, como a do Olho d'Água do Pajé, no Município de Sobral, por exemplo.

Balizei meu trabalho atento às questões que parecem pautas permanentes aqui na Câmara Federal, como saúde pública, segurança, educação de qualidade, enfrentamento à seca e geração de emprego e renda.

Senhores, como disse Graciliano Ramos: *"É fácil se livrar das responsabilidades. Difícil é escapar das consequências por ter se livrado delas"*. Por isso, nós somos a esperança de cada uma dessas pessoas que sofrem com as dificuldades do dia a dia e que ainda assim não desanimam.

Do apanhado desses últimos 4 anos, trago uma bagagem de projetos que visam proporcionar dias melhores ao nosso povo. Quando estávamos diante da maior onda de desemprego que o Brasil já viveu, pensamos na modernização das leis trabalhistas, um projeto audacioso criticado por muitos, principalmente por aqueles que engrossam o coro do quanto pior, melhor e por aqueles que não querem enxergar que é preciso mudar.

Apanhamos. Contrariamos o pessimismo dessas pessoas. Hoje, o corte na própria carne começa a sinalizar um novo horizonte. Eis que a



esperança ressurgir. Gradativamente, estamos conseguindo gerar novas oportunidades. É o trabalho devolvendo a dignidade a milhares de cidadãos no Brasil.

Dentro desse processo de crescimento econômico do Brasil, algumas medidas precisam voltar a ser tratadas, como é o caso do pacto federativo, um assunto que vem sendo tratado desde 2016, ano que criticamos a condução da política econômica do Governo Federal e o desequilíbrio da distribuição de recursos entre União, Estados e Municípios.

Onde já se viu um país sem projeto nacional ou sem a possibilidade de considerar as demandas do povo por emprego, saúde, educação e segurança? Quando estamos diante de um estado de falência generalizada, nós sabemos. É assim que se encontram as contas do setor público. Por isso, colegas, precisamos trazer de volta ao Congresso essa pauta e rediscutir o pacto federativo e suas regras.

Outra pauta que precisa ser tratada diretamente com a sociedade é a reforma da Previdência. Digo isso, senhores, porque afeta a vida de milhões de pessoas. Muitos ainda torcem o nariz quando o assunto é pautado aqui na Casa. Mas é preciso entender, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, que, para promover o desenvolvimento e devolver o crescimento do País, uma reforma é necessária. E não estamos falando aqui, senhores e senhoras, de uma reforma qualquer. Precisamos analisar linha a linha do novo texto, para que as mudanças não prejudiquem os trabalhadores, principalmente aqueles de renda mais baixa, mas que promovam o corte de privilégios dos que ganham mais e promovam a justiça social. O assunto é sério e precisa ser tratado com transparência.

Nobres Deputados e Deputadas, como disse o grande líder político Martin Luther King: *"Nossas vidas começam a terminar no dia em que permanecemos em silêncio sobre as coisas que importam"*. Conclamamos a sociedade para os debates desta Casa. Democracia é uma forma de governo em que o povo exerce a soberania.

Nossas leis precisam estar atentas diretamente às demandas de nossa gente. Por isso, tenho legislado sempre após dialogar com a minha base. Democracia exige um diálogo, um diálogo maduro capaz de embasar decisões e fortalecer políticas.

Atento a isso, trouxe em meu mandato inúmeras propostas. Uma delas foi o Projeto de Lei Complementar nº 252, de 2016, que reduz a inadimplência que avassala nosso País, ao alterar a Lei nº 4.595, de 1964, limitando a taxa de juros cobrada nas operações de crédito ao consumidor em qualquer modalidade, seja cheque especial ou cartão de crédito. O povo não pode pagar a conta dos banqueiros.



Quando falamos no crescimento econômico do Brasil, não podemos deixar de falar em educação, o principal caminho para o desenvolvimento de um país. Nossas ações, senhores, precisam ser voltadas para as nossas crianças e para os nossos jovens. O futuro está com eles; e o presente, conosco. Precisamos pensar o hoje atentos ao amanhã, como forma de promover um país com oportunidades iguais para todos.

Muitos que aqui chegam ainda não sabem, mas fui Relator da Comissão de Educação. Estive à frente do Plano Nacional de Educação. Durante 2 anos e diversas audiências públicas, cobramos o cumprimento de cada meta e estratégia dentro do prazo. Redescobrimos um País que não olha como deveria para a escola, tampouco para seus espaços. Dá para imaginar que esta é a realidade do Brasil? Meninos e meninas fora da escola, à margem da sociedade.

É por isso que reafirmo a importância da valorização da educação para alavancarmos o desenvolvimento do Brasil. Para que isso aconteça, é essencial a consciência e a responsabilidade do cumprimento das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação dentro dos prazos, e assim não tenhamos, no futuro, um desmonte educacional.

Fazer o Brasil prosperar é oferecer qualidade de vida ao nosso povo. No Ceará, meu trabalho tem sido pensado nisso. Mesmo sendo visto por muitos como político de primeiro mandato, consegui, ao lado do ex-Presidente do Congresso Nacional Senador Eunício Oliveira, a quem devo gratidão, ser posto em destaque como Parlamentar cearense que mais destinou recursos para o Estado do Ceará. Juntos conseguimos enviar mais de 200 milhões de reais para mais de 90 cidades. Estes recursos foram destinados a áreas como saúde, segurança pública, infraestrutura educação, enfrentamento à seca, problema que ainda hoje maltrata o sertanejo.

Para alguns, pode não ser relevante, mas para mim é muito. Quem é do Sertão do Nordeste e conhece a pobreza de perto sabe do que estou falando: a dor do desamparo ao amanhecer e anoitecer sem perspectiva alguma.

Em minha cidade, amigos e amigas, vi famílias, meninos caminharem léguas em busca de um pouco de água para matar a sede em meio a anos de seca. Vi um chão esturricado - e pensar que ali não brota nada, a não ser palma e xique-xique. Vi inocentes morrerem nas filas da Santa Casa de Misericórdia de Sobral, hospital de grande porte que atende a 55 Municípios da Região Norte cearense.

Essa imagem não quero que meus filhos que moram e estudam lá vejam.



E é por isso que, com trabalho árduo e comprometido, levamos recursos para equipar UTIs, comprar tomógrafos e ambulâncias, um pouco, mas que já ameniza tamanhos contrastes. Levamos recursos de norte a sul do Estado. Na região da Ibiapaba, por exemplo, garantimos mais de 12 milhões de reais para pavimentação asfáltica do Município de Viçosa do Ceará. Outra cidade da Serra da Ibiapaba, que foi contemplada com recursos, foi a cidade de Carnaubal. O Município recebeu emendas para construção de estradas, reformas de equipamentos, aquisição de ambulâncias e ações de enfrentamento à seca. Em Pacatuba, na região metropolitana, levamos recursos na ordem de quase 8 milhões de reais para pavimentação e também para o aparelhamento da saúde da cidade. Já no Cariri cearense, destinamos verbas para alguns Municípios como Catarina, Potengi e Santana do Cariri. Em Campos Sales, também na região, garantimos recursos para construção e ampliação de unidades de saúde, recuperação de estradas, abastecimento de água, aquisição de equipamentos, também na área de saúde.

Meus amigos, uma vez me pararam na rua e me perguntaram por que eu ajudava a tantos Municípios, cidades que nem tive voto. Política, senhores, precisa ser feita para o povo e pelo povo. A democracia precisa de diálogo. E é por isso que meu gabinete está sempre de portas abertas para os 184 Municípios do Estado do Ceará. Seja para o gestor X, seja para o gestor Y, é gratificante saber que somos parte desse desenvolvimento.

Em todo o Ceará foram muitas as conquistas. Conseguimos um ônibus adaptado para crianças e jovens da APAE do interior cearense. Garantimos a compra de mais de 20 ambulâncias, de mais de 20 consultórios odontológicos, que foram entregues a localidades que estavam praticamente esquecidas pelo poder público, outras pertencentes a Municípios que mal conseguem manter as suas contas em dia.

Ainda prestando contas de nosso primeiro mandato, chegamos a um de nossos ápices ao conseguir avançar com o Projeto de Lei nº 5.261, de 2016, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal da Ibiapaba, no Estado do Ceará, meu caro Deputado Prof. Idilvan Alencar.

Com sede a ser definida pelo Poder Executivo, por meio de consulta pública, essa universidade beneficiará 47 Municípios que compõem a mesorregião do noroeste cearense, cuja população é superior a 1 milhão e 200 mil habitantes. Diretamente, nove Municípios serão beneficiados: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Viçosa do Ceará e Ipu, que integram a nossa Serra da Ibiapaba. São os jovens do interior tendo acesso ao



ensino superior.

Na área da segurança pública, apresentamos a Proposta de Emenda Constitucional nº 225, de 2016, que altera dispositivos do art. 22 e do art. 144 da Constituição Federal, para criar as polícias municipais, comissões de policiamento ostensivo e da manutenção da ordem pública.

Conseguimos o aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal no Ceará, destinamos verba para a construção de mais um posto avançado, que será instalado no Município de Sobral, no noroeste do Estado. Sabem o que isso significa? Significa mais do que fiscalizar rodovias, significa proteger os nossos jovens dos entorpecentes que entram pelas estradas federais.

E no combate às drogas, que retiram os jovens dos lares e das escolas, deparamos ainda com os elevados índices de violência e de mortalidade. No Ceará, Sras. e Srs. Deputados, apesar de uma redução nos números de ocorrências, intensificam-se os ataques promovidos por facções criminosas. Mais uma vez, o controle pelas áreas de tráfico vem manchando as belezas de um Estado que, ainda assim, é um dos destinos mais procurados por turistas que visitam o País.

Por isso, pensamos na Proposta de Emenda Constitucional nº 228, de 2016, que torna obrigatório o investimento mínimo de recursos da União em segurança pública nos Estados e Municípios brasileiros de 2% de sua receita corrente líquida em ações de combate à criminalidade. Só assim poderemos vencer a violência que hoje assola o Brasil.

Neste ano, no Ceará, prezados Parlamentares, recebemos o apoio da Força Nacional de Segurança, mas a presença dos homens nas ruas não foi suficiente para inibir a ação criminosa. O combate ao crime não pode ser apenas com o aumento do efetivo, precisamos pensar na base.

A criminalidade só poderá ser reduzida com políticas públicas efetivas na área da saúde, na geração de emprego, de esporte, de lazer e principalmente de educação. Como disse Nelson Mandela: "*A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo*".

Meus amigos, a partir de agora, temos um novo desafio, o de levar mais oportunidades à nossa gente; promover o crescimento através de políticas públicas que capacitem os jovens para o mercado de trabalho e os retirem da ociosidade; desenvolver ações para que pequenos, médios e grandes empresários possam oferecer novas vagas de



emprego; pensar em uma nova política fiscal que não seja apenas a do recolhimento de impostos, mas políticas que possam estar atreladas a programas de desenvolvimento social, como o projeto de lei que apresentei nesta Casa, Sra. Presidente, o PL 5.117/16, que dispõe sobre a contratação de jovens em empresas que tomam financiamentos junto a instituições financeiras públicas federais ou que celebram contratos de execução de obras e serviços com órgãos e entidades dos Poderes da União.

O projeto de lei prevê medidas de incentivo ao primeiro emprego de jovens entre 18 e 24 anos, meu caro e nobre Deputado Newton Cardoso Jr. Aplicar tributos em saúde, educação e segurança é fortalecer a cidadania, é devolver ao povo o acesso aos seus direitos.

Prezados colegas, não poderia encerrar a minha fala - peço licença, Sra. Presidente - sem falar sobre ética em um país cujos Governos Municipais esquivam-se de suas responsabilidades enquanto, no poder fiscalizatório, verdadeiros crimes acontecem hoje contra o meio ambiente - e amanhã? Mais de 2.400 quilômetros distanciam o meu Município natal, a cidade de Sobral, da cidade de Brumadinho, território devastado pela ganância de uma empresa que só quis lucrar.

Falo isso, senhoras e senhores, porque, como dizia Foucault, *"o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mais aquilo, por que, pelo que se luta, poder do qual podemos nos apoderar"*. Precisamos tomar posse de questões que estão aí, iminentes, e reverter antigas práticas, em busca de um futuro diferente e melhor.

Encerro, estimados colegas, fortalecendo o meu trabalho, atento às palavras de Hannah Arendt, que nos sugere *"assumirmos nossas responsabilidades como cidadãos, debatendo e participando ativamente, e em conjunto, das atividades do nosso mundo comum, por amor ao mundo"*.

Aos novatos, deixo um conselho. Quando decidimos entrar na vida pública, abrimos as portas de nossa casa, de nosso coração. Nossa vida passa a pertencer ao outro. Estamos aqui como um instrumento, como uma voz ativa para mudar o nosso País. Somos a esperança.

Obrigado a todos. Tenham uma excelente semana.

Obrigado, Presidente.

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
MOSES RODRIGUES.**



Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, imprensa, galerias, funcionários da Casa, telespectadores e internautas, boa tarde! É com enorme alegria e imensa satisfação que chego ao meu segundo mandato, fortalecido, maduro, mas com o espírito de quem acaba de adentrar esta Casa, um jovem repleto de novos planos, que acredita que serão capazes de transformar a realidade de milhares de brasileiros.

Parafrazeando o ex-Presidente dos Estados Unidos Barack Obama, *"os desafios que enfrentamos são reais. Eles são sérios e são muitos. Eles não serão encarados com facilidade ou num curto período de tempo"*. Volto ainda mais otimista que no meu primeiro mandato, pois o País vive hoje um período de transformações. Aos poucos, estamos virando uma página que ficou marcada por escândalos. Corrupção e negligência mancharam a história do nosso Brasil.

Estivemos frente a frente com uma das piores crises: a da democracia. Vimos surgir um novo movimento, o de pessoas desacreditadas com o futuro político do País. O povo foi às ruas e clamou por mudanças. Seria uma sociedade alheia à pauta do Congresso ou um Congresso alheio à sociedade? Se por um lado fomos indagados, por outro a população, desamparada, perguntou: *"Seria uma crise da representação ou uma crise da democracia?"* Até hoje, senhores e senhoras, não sabemos.

Meus amigos, é tempo de olhar para frente, dar oportunidade ao novo, pensar no futuro, dar continuidade aos projetos bons, dar sequência ao progresso. Transparência, sem dúvidas, será a palavra que marcará os próximos 4 anos aqui na Casa Legislativa.

Nós que não perdemos a esperança e que fomos eleitos e reeleitos pela vontade do povo devemos, mais do que nunca, pautar nossos compromissos e promover ações direcionadas para a sociedade. Vamos juntos projetar o futuro! Disse nosso grande líder Ulysses Guimarães: *"A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar!"*

Foi assim quando cheguei à Brasília, vindo de um Estado onde são muitas as dificuldades, de um Município onde a distribuição de renda reflete desigualdades sociais.

É por isso que, durante meus primeiros 4 anos como legítimo representante do Ceará, trabalhei, dia a dia, por mudanças, por um país e por um Estado mais justo, com recursos capazes de transformar a realidade de pessoas simples, que moram em localidades remotas,



como a de Olho d'Água do Pajé, no Município de Sobral, por exemplo.

Balizei meu trabalho atento a questões que parecem pautas permanentes aqui na Câmara Federal, como saúde pública, segurança, educação de qualidade, enfrentamento à seca e geração de emprego e renda.

Senhores, como disse Graciliano Ramos: *"É fácil se livrar das responsabilidades. Difícil é escapar das consequências por ter se livrado delas"*. Por isso, nós somos a esperança de cada uma dessas pessoas que sofrem com as dificuldades do dia a dia e que, ainda assim, não desanimam.

Do apanhado desses últimos 4 anos, trago uma bagagem de projetos que visam proporcionar dias melhores ao nosso povo. Quando estávamos diante da maior onda de desemprego que o Brasil já viveu, pensamos na modernização das leis trabalhistas - um projeto audacioso, criticado por muitos, principalmente por aqueles que engrossam o coro do "quanto pior, melhor" e por aqueles que não querem enxergar que é preciso mudar - e apanhamos.

Contrariamos o pessimismo dessas pessoas. Hoje, o corte na própria carne começa a sinalizar um novo horizonte. Eis que a esperança ressurgiu. Gradativamente, estamos conseguindo gerar novas oportunidades. É o trabalho devolvendo a dignidade a milhares de cidadãos.

Dentro desse processo de crescimento econômico do Brasil, algumas medidas precisam voltar a serem tratadas, como é o caso do pacto federativo, um assunto que por mim vem sendo tratado desde 2016, ano em que criticamos a condução da política econômica do Governo Federal e o desequilíbrio na distribuição de recursos entre União, Estados e Municípios.

Onde já se viu um país sem projeto nacional ou sem a possibilidade de considerar as demandas do povo por emprego, saúde, educação e segurança, quando estamos diante de um estado de falência generalizada? Nós sabemos! É assim que se encontram as contas do setor público. Por isso, colegas, precisamos trazer de volta ao Congresso essa pauta e discutir o pacto federativo e suas regras.

Outra pauta que precisa ser tratada diretamente com a sociedade é a da reforma da Previdência. Digo isso, senhores, porque afeta a vida de milhões de pessoas. Muitos ainda torcem o nariz quando o assunto é pautado aqui na Casa, mas é preciso entender, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que, para promover o desenvolvimento e devolver o crescimento do País, uma reforma é necessária.



E não estamos falando, aqui, senhores e senhoras, de uma reforma qualquer. Precisamos analisar linha a linha o novo texto, para que as mudanças não prejudiquem os trabalhadores, principalmente, aqueles de renda mais baixa, mas promovam o corte de privilégio dos que ganham mais e promovam a justiça social. O assunto é sério e precisa ser tratado com transparência.

Nobres Deputados e Deputadas, como disse o grande líder político Martin Luther King, *"nossas vidas começam a terminar no dia em que permanecemos em silêncio sobre as coisas que importam"*. Conclamemos a sociedade para os debates desta Casa. Democracia é uma forma de governo em que o povo exerce a soberania.

Nossas leis precisam estar atentas, diretamente, às demandas de nossa gente. Por isso, tenho legislado sempre após dialogar com minha base. Democracia exige diálogo, um diálogo maduro, capaz de embasar decisões e fortalecer políticas.

Atento a isso, trouxe em meu mandato inúmeras propostas. Uma delas, o Projeto de Lei Complementar nº 252, de 2016, reduz a inadimplência que avassala nosso País, ao alterar a Lei nº 4.595, de 1964, limitando a taxa de juros cobrada nas operações de crédito ao consumidor em qualquer modalidade, seja cheque especial, seja cartão de crédito. O povo não pode pagar a conta dos banqueiros.

Quando falamos no crescimento econômico do Brasil, não podemos deixar de falar em educação, o principal caminho para o desenvolvimento de um país.

Nossas ações, senhores, precisam ser voltadas para nossas crianças e para nossos jovens. O futuro está com eles, e o presente, conosco. Pensar o hoje atentos ao amanhã, como forma de promover um país com oportunidades iguais para todos.

Muitos que aqui chegam ainda não sabem, mas fui relator na Comissão de Educação. Estive à frente do Plano Nacional de Educação, e, durante 2 anos, com a realização de diversas audiências públicas, cobramos o cumprimento de cada meta e estratégia dentro do prazo. Redescobrimos um país que não olha como deveria para a escola, tampouco para seus espaços. Dá para imaginar que essa é a realidade do Brasil? Meninos e meninas estão fora da escola, à margem da sociedade.

É por isso que reafirmo a importância da valorização da educação para alavancarmos o desenvolvimento do Brasil, e para que isto aconteça são essenciais a consciência e a responsabilidade no cumprimento das metas e estratégias do PNE dentro dos prazos, para que não tenhamos



no futuro um desmonte educacional.

Fazer o Brasil prosperar é oferecer qualidade de vida ao nosso povo. No Ceará, meu trabalho tem sido feito pensando nisso. Mesmo sendo visto, por muitos, como político de primeiro mandato, consegui, ao lado do ex-Presidente do Congresso Nacional Senador Eunício Oliveira, a quem devo gratidão, ser posto em destaque como o Parlamentar cearense que mais destinou recursos para o Estado.

Juntos, conseguimos enviar mais de 200 milhões de reais para mais de 90 cidades, recursos que foram destinados a áreas como saúde, segurança pública, infraestrutura, educação e enfrentamento à seca, problema que ainda hoje maltrata o sertanejo e que, para alguns, pode não ser relevante, mas, para mim, é muito.

Quem é do Sertão do Nordeste e conhece a pobreza de perto sabe do que estou falando, sabe da dor do desamparo, do amanhecer e do anoitecer sem perspectiva. Em minha cidade, amigos e amigas, vi famílias com meninos caminharem léguas em busca de um pouco de água para matar a sede em meio a anos de seca. Vi um chão esturricado, ao ponto de pensar que ali não brota nada, a não ser palma, xiquexique. Vi inocentes morrerem nas filas da Santa Casa de Misericórdia de Sobral, um hospital de grande porte, que atende a 55 Municípios da região norte do Ceará. Essa imagem não quero que meus filhos, que moram e estudam lá, vejam. E é por isso que, com trabalho árduo e comprometido, levamos recursos para equipar UTIs, comprar tomógrafos e ambulâncias. É pouco, mas já ameniza tamanhos contrastes.

Levamos recursos de norte a sul do Estado. Na região da Serra de Ibiapaba, por exemplo, garantimos mais de 12 milhões de reais para pavimentação asfáltica no Município de Viçosa do Ceará. Outra cidade serrana que também recebeu recursos foi Carnaubal. O Município recebeu emendas para construção de estradas, reformas de equipamentos, aquisição de ambulâncias e ações de enfrentamento à seca. Em Pacatuba, na Região Metropolitana, levamos recursos na ordem de quase 8 milhões de reais para pavimentação e também para o aparelhamento da saúde da cidade. Já no Cariri cearense, destinamos verbas para alguns Municípios, como Catarina, Potengi e Santana do Cariri.

Em Campos Sales, também na região, garantimos recursos para construção e ampliação de unidades de saúde, recuperação de estradas, abastecimento de água, aquisição de equipamentos de saúde.

Meus amigos, uma vez me pararam na rua e perguntaram por que eu ajudava tantos Municípios, cidades em que nem tive voto. Política,



senhores, precisa ser feita para o povo e pelo povo! A democracia precisa de diálogo, e é por isso que meu gabinete está sempre de portas abertas, seja para o gestor X, seja para o gestor Y. É gratificante saber que somos parte desse desenvolvimento.

Em todo o Ceará foram muitas as conquistas. Conseguimos um ônibus adaptado para crianças e jovens da APAE do interior cearense. Garantimos a compra de mais de 20 ambulâncias, de mais de 20 consultórios odontológicos, que foram entregues a localidades que estavam praticamente esquecidas pelo poder público e a outras pertencentes a Municípios que mal conseguem manter as contas em dia.

Ainda prestando contas de nosso primeiro mandato, chegamos a um de nossos ápices ao conseguir avançar com o Projeto de Lei nº 5.261, de 2016, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal da Ibiapaba, no Estado do Ceará. Com sede a ser definida pelo Poder Executivo por meio de consulta pública, essa Universidade beneficiará os 47 Municípios que compõem a Mesorregião do Noroeste Cearense, cuja população é superior a 1 milhão e 200 mil habitantes. Diretamente, nove Municípios serão beneficiados: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Viçosa do Ceará e Ipu, que integram a nossa Serra da Ibiapaba. Com isso, os jovens do interior terão acesso ao ensino superior.

Na área da segurança pública, apresentamos Proposta de Emenda Constitucional nº 225, de 2016, que altera dispositivos do art. 22 e do art. 144 da Constituição Federal para criar as polícias municipais, com missões de policiamento ostensivo e de manutenção da ordem pública.

Conseguimos o aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal no Ceará. Destinamos verba para construção de mais um posto avançado, que será instalado no Município de Sobral, no noroeste do Estado. Sabem o que isso significa? Significa que, mais que fiscalizar rodovias, vamos proteger nossos jovens dos entorpecentes que entram pelas estradas federais.

No combate às drogas, que tiram os jovens dos lares e das escolas, nos deparamos ainda com os elevados índices de violência e de mortalidade. No Ceará, Sras. e Srs. Deputados, apesar de uma redução nos números, intensificaram-se os ataques promovidos por facções criminosas. Mais uma vez, o controle pelas áreas de tráfico vem manchando as belezas de um Estado que, ainda assim, é um dos destinos mais procurados por turistas que visitam o País.

Por isso pensamos na Proposta de Emenda Constitucional nº 228, de 2016, que torna obrigatório um investimento mínimo de recursos da União em segurança pública nos Estados e Municípios brasileiros de

2% de sua receita corrente líquida para ações de combate à criminalidade.

Neste ano, no Ceará, prezados Parlamentares, recebemos o apoio da Força Nacional de Segurança Pública, mas a presença de homens nas ruas não foi o suficiente para inibir a ação criminosa.

O combate ao crime não pode se dar apenas com o aumento do efetivo. Precisamos pensar na base. A criminalidade só poderá ser reduzida com políticas públicas efetivas, nas áreas de saúde, de geração de emprego, de esporte, lazer e, principalmente, de educação. Disse Nelson Mandela: *"A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo"*.

Meus amigos, a partir de agora, temos um novo desafio: levar mais oportunidades à nossa gente; promover o crescimento através de políticas públicas que capacitem os jovens para o mercado de trabalho e os retirem da ociosidade; desenvolver ações para que pequenos, médios e grandes empresários possam oferecer novas vagas de emprego; pensar em uma nova política fiscal que não seja apenas a do recolhimento de impostos, mas possa estar atrelada a programas de desenvolvimento social.

Esse é o caso do projeto de lei que apresentei nesta Casa, o PL 5.117/2016, que dispõe sobre a contratação de jovens em empresas que tomam financiamentos junto a instituições financeiras públicas federais ou que celebram contratos de execução de obras e serviços com órgãos e entidades dos Poderes da União. O projeto de lei prevê medidas de incentivo ao primeiro emprego de jovens com idades entre 18 e 24 anos.

Aplicar tributos em saúde, educação e em segurança é fortalecer a cidadania, é devolver ao povo o acesso a esses direitos.

Prezados colegas, Sr. Presidente, não poderia encerrar minha fala sem falar sobre ética. Em um país cujos governos municipais esquivam-se de suas responsabilidades, nós, como poder fiscalizador, nos deparamos com tragédias anunciadas, verdadeiros crimes. Hoje, são crimes contra o meio ambiente. E amanhã?

Mais de 2.400 quilômetros distanciam meu Município natal da cidade de Brumadinho, território devastado pela ganância de uma empresa que só quis lucrar.

Falo isso, senhoras e senhores, porque, como dizia Foucault, *"o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar"*. Precisamos tomar posse de questões que

estão aí, eminentes. Reverter antigas práticas em busca de um futuro diferente e melhor.

Encerro, estimados colegas, fortalecendo meu trabalho e atento às palavras de Hannah Arendt, quando nos sugere *"assumirmos nossas responsabilidades como cidadãos, debatendo e participando ativamente, e em conjunto, das atividades de nosso mundo comum, por amor ao mundo"*.

Aos novatos, deixo um conselho. Quando decidimos entrar na vida pública, abrimos as portas de nossa casa, de nosso coração. Nossa vida passa a pertencer ao outro. Estamos aqui como um instrumento, uma voz ativa. Somos a esperança.

Obrigado a todos. Tenham uma excelente semana.

Documento 65/370

10.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	19/02/2019-15:28
Publ.: DCD - 2/20/2019 - 80	SÓSTENES CAVALCANTE-DEM -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos eleitores do Estado do Rio de Janeiro pela recondução do orador à Câmara dos Deputados. Manutenção do compromisso do orador com a ética, a moralidade, os valores da família e a vida. Comprometimento do Parlamentar com as demandas dos gestores municipais fluminenses. Agradecimento ao Pastor Silas Malafaia. Importância do combate à corrupção no País. Solidariedade aos familiares das vítimas do desastre socioambiental ocorrido no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais. Urgente necessidade de investigação e punição dos responsáveis pela tragédia. Necessidade de realização da reforma previdenciária. Usurpação de competência do Poder Legislativo, pelo Supremo Tribunal Federal, demonstrada no julgamento de ação a respeito da criminalização da homofobia. Denúncia de utilização da Lei Rouanet para enriquecimento ilícito. Necessidade da elaboração de projeto de lei sobre a distribuição democrática de recursos por meio da citada Lei.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/DEM - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, ilustre Presidente, pela deferência. É uma alegria



estarmos de volta a esta Casa.

Quero inicialmente agradecer aos 94.203 eleitores que me confiaram este segundo mandato. Agradeço a cada eleitor do Estado do Rio de Janeiro pela confiança do voto. Assim como no primeiro mandato, o nosso compromisso com a ética, a moralidade, os valores da família e da vida continuará neste segundo mandato. Estaremos sempre a serviço dos Prefeitos dos 92 Municípios e da população desse Estado tão bonito e belo que é o Rio de Janeiro. Agradeço a cada um que levantou uma bandeira, que levou um papel ou uma informação com o nosso número. É graças a todos eles que nós estamos aqui para cumprir este segundo mandato. Quero fazer esse reconhecimento a todos, em especial à comunidade evangélica, aos diversos pastores que sempre nos apoiaram, nos recomendaram e nos indicaram. Quero agradecer a todos. Sem eles, eu jamais estaria aqui neste segundo mandato. Agradeço em especial ao meu pastor pessoal, Silas Malafaia, a quem sempre agradeço e digo que é para mim fonte de inspiração não somente de fé, mas também de posicionamento político claro.

A política moderna exige que nós que fazemos política, colegas Deputados e Deputadas, tenhamos lado, tenhamos um posicionamento cada vez mais claro, e este Parlamento é uma prova disso. Falo isso até com respeito à Oposição. Mesmo discordando de seus valores e conceitos, acho que a Oposição, a Esquerda, tem o seu papel a cumprir. No caso de nós que temos um pensamento diferente, isso ocorre da mesma forma, na mesma esteira do respeito democrático. É isso que se espera para esta Casa, que ora se renova de uma maneira agigantada - e é bom que venham esses novos Parlamentares para abrilhantá-la.

Estou muito feliz por saber que essa renovação trará um novo ânimo, um novo clima, em especial uma disposição por parte de todos aqueles que vieram a esta Casa para combatermos firmemente a corrupção que levou este País a desastres na área econômica e na área financeira. Aos poucos nós estamos nos reerguendo.

Inicialmente, quero solidarizar-me com as famílias que sofreram a perda dos seus entes queridos no desastre da barragem de Brumadinho. Como já é sabido nesta Casa, eu, a Deputada Joice, o Deputado Carlos Sampaio e outros assinamos o pedido de criação de uma CPI, para investigarmos aquele triste episódio que ceifou mais de 300 vidas. Nós precisamos urgentemente investigar, saber o que aconteceu e punir os responsáveis por aquele desastre que ceifou a vida de tantas pessoas.

Quero também me solidarizar com as famílias dos meninos do Flamengo. Eu sou vascaíno, mas, nesta hora, o clube do coração fica de lado. Nós não podemos deixar de ser solidários com aquelas

famílias e com aqueles jovens que tanto sonhavam e tiveram suas vidas ceifadas tão cedo.

Eu tenho certeza de que os órgãos de controle fiscalizarão e punirão os culpados por aquelas mortes naquele clube. E também nos solidarizamos com o clube, porque temos total certeza de que ninguém, de maneira proposital, quis provocar aquele acidente.

Antes passar para os próximos tópicos, gostaria de conceder um aparte ao meu colega Deputado Capitão Wagner, do Estado do Ceará.

O Sr. Capitão Wagner - Deputado Sóstenes, eu queria primeiro parabenizar V.Exa. pela recondução a esta Casa. Fico muito feliz. Eu acompanhava o seu mandato lá do Estado do Ceará, como Deputado Estadual, e já via quanto V.Exa. lutava pelo Estado do Rio de Janeiro, pelos princípios que defendeu durante os 4 anos em que foi Deputado no primeiro mandato aqui na Casa. Quero dizer que fico muito feliz com seu pronunciamento, por reconhecer o sofrimento dessas famílias, vítimas de tantas tragédias que aconteceram no nosso País neste ano de 2019. Esperamos que, de fato, essas tragédias façam parte do passado, que elas não se repitam. Para isso, logicamente, precisamos ter aqui na Casa Deputados que tenham o mesmo compromisso que V.Exa. tem com o seu eleitor, com o seu público, com o seu Estado e com o País. Eu queria parabenizar V.Exa. e dizer da alegria que é estar ombreado com V.Exa. aqui nesta Casa, para fazer um trabalho em nome de toda a população brasileira. Parabéns, Deputado!

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/DEM - RJ) - Obrigado, nobre Deputado, a alegria é minha por ter V.Exa. como colega. Já tínhamos uma amizade anterior, quando V.Exa. era Deputado Estadual. Eu tenho certeza de que Fortaleza e o Ceará têm uma grande esperança na sua liderança e no seu trabalho. Tenho certeza de que V.Exa. dará ainda mais alegrias ao povo cearense, em especial à Capital Fortaleza.

Antes de conceder outros apartes, gostaria de fazer aqui um comentário e deixar claro o meu posicionamento - é um questionamento dos eleitores que votaram para que nós estivéssemos aqui - sobre a reforma da Previdência. Nunca neguei aos meus eleitores que eu reconheço a necessidade urgente de o Estado brasileiro fazer a reforma da Previdência. Nós precisamos disso, mas precisamos ser responsáveis neste momento. Pelo que temos ouvido, ainda não chegou o texto a esta Casa, entendo que haverá responsabilidade do Governo.

Colocarei aqui alguns pilares.

Eu jamais votaria uma reforma da Previdência que excetuasse qualquer segmento, que tirasse parte de um poder, como o Judiciário,



ou os militares. Tenho grande carinho e apreço tanto pelo Poder Judiciário quanto pelos militares, mas nós temos que fazer uma reforma da Previdência para todos, começando por nós da classe política. Nós temos que dar o primeiro exemplo. Se assim acontecer, se nós tivermos a convicção de que será uma reforma da Previdência em que todos estejam incluídos, os políticos e todas as outras agremiações, sem se prejudicar, sem dúvida nenhuma, o mais pobre - e a intenção é pegarmos quem está na classe média para cima para corrigirmos as distorções da Previdência -, aí, sim, eu acho que nós vamos conseguir aprovar esse texto na Câmara dos Deputados. Eu espero que o texto venha com esse viés.

Nós vamos ter muito trabalho e responsabilidade no que vamos votar. Reconhecemos a necessidade de fazer a reforma da Previdência, mas não podemos ficarmos aqui excetuando grupo A, B ou C de interesses de corporações, porque aí nós vamos levar a economia do Brasil a um risco muito sério.

Gostaria de falar também sobre um episódio que vem acontecendo, que começou na semana passada, relacionado ao STF. Eu sou o autor, junto com outros colegas desta Casa, de um projeto - ele tramitou na legislatura passada e está agora tramitando nesta - sobre usurpação de competência do Legislativo.

Na semana passada, o STF começou, mais uma vez, a interferir e a usurpar competência desta Casa, querendo criminalizar a homofobia. Esse tema já foi tratado em outra legislatura pela Câmara dos Deputados e foi aprovado; foi ao Senado, onde perdeu por 29 votos a 12 votos. Ou seja, a Câmara dos Deputados ou o Congresso Nacional não são omissos ao tema, mas o STF arvora-se em criminalizar a homofobia, quer legislar em nosso lugar. Esta Casa precisa reagir.

Na semana passada, tivemos uma reunião com o Presidente do STF, o Ministro Dias Toffoli, que nos recebeu e nos ouviu. Além desse tema, existem outros dois de tamanha envergadura e importância, que é o aborto e a legalização ou a descriminalização das drogas, que também já estão pautados para este primeiro semestre, são assuntos desta Casa.

Então, fica aqui o meu apelo, mais uma vez, ao Supremo Tribunal Federal. Por favor, atenham-se às suas matérias.

Até parece que o Supremo Tribunal Federal é uma magistratura ágil e que lá não existem processos atrasados! Até parece que o Supremo tem que usurpar a nossa competência porque falta trabalho ou faltam matérias que realmente necessitam do julgamento dos Senhores Ministros ou das Senhoras Ministras! Parece que querem usurpar nossas competências.

Por favor, atenham-se às matérias do Judiciário e deixem as leis para quem está aqui fazê-las!

Esse é o apelo que faço ao Judiciário.

Concedo um aparte à nossa querida Deputada Chris Tonietto, do meu Estado. É uma alegria tê-la aqui neste mandato.

A Sra. Chris Tonietto - Deputado, quanto a este tema só gostaria de lembrar que nós estamos fazendo um manifesto contra a usurpação de competência. O nosso objetivo é exatamente apresentar uma resposta ao STF, que não tem hesitado em envidar esforços para usurpar a nossa competência legislativa. Tendo em vista o que V.Exa. muito bem colocou, Deputado, a ADPF 442 visa legalizar o aborto até o terceiro mês de gestação, sendo que o povo brasileiro é majoritariamente contra o aborto. Há também a ADO 26, dentre tantas outras pautas. Infelizmente eles têm insistido em invadir a nossa esfera legislativa. Então, tenho aqui em minhas mãos esse manifesto e espero que os demais Deputados possam assiná-la também. Muito obrigada. Deus o abençoe!

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/DEM - RJ) - Deputada Chris Tonietto, eu já o assinei e faço questão de fazer um apelo aos colegas para que assim esse manifesto. Esta Casa não pode se acovardar perante o STF.

O STF tem que entender que esta é uma nova legislatura. Se, em outro momento, o STF usurpava o nosso papel e ninguém falava nada, agora esta Casa vai reagir. A cada interferência do STF em assuntos legislativos, em matéria de competência desta Casa, haverá um exército de homens e mulheres disposto a dizer ao STF que nós não abriremos mão do nosso direito de legislador outorgado pelo voto das pessoas que confiaram a nós o nosso mandato.

Antes de conceder um aparte ao Deputado Alexandre Frota e à Deputada Bia Kicis, gostaria de dizer que, na legislatura passada, eu e o Deputado Alberto Fraga, do Distrito Federal, fomos autores do pedido de criação da CPI da Lei Rouanet. CPI esta que foi esvaziada por membros da Esquerda, por medo de apurarmos verdadeiramente os desvios milionários, aliás, bilionários que aconteceram ao longo dos 25 anos de existência dessa lei.

Absurdos foram descobertos na CPI. Já há vários indiciados, vários presos. Atualmente a cultura está atrelada ao Ministério da Cidadania, cujo Ministro é o nosso colega Deputado e amigo Osmar Terra. Eu sei da seriedade do Deputado Osmar, mas eu gostaria de, desta tribuna, adverti-lo, bem como sua equipe: ainda há um monte de gente infiltrada aí dentro, tapando os grandes produtores de cultura, e nós estamos de



olho daqui.

Já vou conceder um aparte ao Deputado Alexandre Frota, que é um interessado na matéria, mas antes quero dizer que já estou começando a fazer uma série de requerimentos de informação, porque nem tudo ainda me foi esclarecido na legislatura anterior, fruto da CPI. Eu não vou desistir. Não terão paz enquanto eu tiver mandato. Aqueles que usurparam a Lei Rouanet, para se enriquecer, para se locupletar e cometer ilícitos com dinheiro público, terão que responder. Nós não daremos paz. Digo isso não por questões ideológicas, e sim por questões legais.

É inaceitável que somente depois de uma CPI, que somente depois de um requerimento de informação de minha autoria, por exemplo, o ex-Ministro Gilberto Gil tenha agora suas contas condenadas por ter feito um *show* fechado ao custo de 800 mil reais, patrocinado por uma empresa, em local fechado, quando a Lei Rouanet não permite isso. Se ele, como ex-Ministro, praticou isso, imaginem o que o resto não praticou ao longo dos anos da Lei Rouanet!

Nós não deixaremos esses em paz enquanto não houver um novo projeto de lei para modificar a Lei Rouanet. Não é apenas uma instrução normativa do Ministério da Cultura que vai resolver, não. É preciso que haja um novo projeto de lei para redemocratizar e interiorizar os recursos da Lei Rouanet. Quem precisa de verdade da Rouanet é aquele artista, é aquele palhaço de circo, o artista circense, é o cantor, é o autor de livro que está começando um trabalho. Esses precisam da ajuda do Estado, e não os artistas milionários, na maioria das vezes globais, que têm milhões e milhões e ficam atrás do dinheiro da Lei Rouanet.

Eu sei que aqui há vários Parlamentares que estão irmanados nesta luta, entre eles o Deputado Alexandre Frota, do PSL de São Paulo, a quem concedo um aparte.

O Sr. Alexandre Frota - Deputado Sóstenes, muito obrigado. É um prazer tê-lo aqui novamente à frente dessa luta. É preciso que o Brasil saiba o guerreiro que V.Exa. foi quando conseguiu a instalação dessa CPI da cultura. Para o povo brasileiro, que vem cobrando, insistentemente, uma resposta do Governo Bolsonaro, quero dizer que nós não estamos parados e que muito em breve vamos começar uma reforma grande na cultura. Contando, obviamente, com V.Exa. e com outros Parlamentares, daremos uma resposta ao povo sobre essa farra da cultura. Que Deus te proteja! Vamos juntos. Obrigado.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/DEM - RJ) - Obrigado, Deputado Alexandre Frota. Nós estaremos sempre juntos na luta por uma cultura de verdade e democrática para todos, não para alguns



milionários, como o que vinha acontecendo ao longo dos últimos anos.

Concedo um aparte ao Deputado Márcio Labre, do PSL do meu Estado.

O Sr. Márcio Labre - Obrigado, Deputado Sóstenes, pela oportunidade. Sra. Presidente e Srs. Parlamentares, quero aproveitar o momento para dizer ao Deputado Sóstenes que eu me junto a S.Exa. nessa luta que já é tradicionalmente dele, que já marcou o seu nome. Trata-se de uma luta importante contra um partido que protagoniza, na Câmara dos Deputados, quase todas essas questões que S.Exa. colocou. Nós temos aqui um partido que se traveste de democracia, mas coloca o seu aparato de advogados para defender assassino de cinegrafista. É o partido que fala frequentemente em respeitar a democracia, mas não respeita o Congresso e corre, sorratamente, para o Supremo Tribunal Federal, para impetrar a ADPF 442, com vistas a defender aborto na surdina, via Suprema Corte. É o partido que fala em combate à corrupção, mas, sobre a arrecadação que se fez para Amarildo, até hoje não consegue explicar a destinação desse recurso. É o partido, enfim, que está tentando lacrar o tempo inteiro, obstruir sessão, chamando todo mundo de Queiroz, mas que colocou, no Rio de Janeiro, o seu comando, o seu diretório, para implantar no Colégio Pedro II, a céu aberto, um laboratório de deformação comportamental, com amplo material. A denúncia chegou até a mim e é de conhecimento do Deputado Sóstenes. Nós vamos colocar isso às claras ao longo deste mandato. O PSOL é o partido de que estou falando. O PSOL é o partido que promove o aliciamento de adolescentes neste País e que será desmascarado agora por uma bancada forte, por uma bancada que vai mostrar o que realmente eles implantaram no Colégio Pedro II. Em vez de tentar lacrar com Queiroz, vão ter que subir à tribuna para dar explicações sobre o Colégio Pedro II. O Colégio Pedro II sempre foi uma escola de excelência, uma formação de inteligências, que hoje se transformou no quartel-general da formação de militância radical de esquerda progressista, para brincar de fazer revolução e não fazer mais nada além de problematizar o mundo. De lá, não sai mais um engenheiro de aviação, não sai um engenheiro automobilístico, não sai um médico, não sai um dentista, mas saem problematizadores, militantes radicais, tudo isso com o patrocínio do Partido Socialismo e Liberdade, de cujas práticas eu, Márcio Labre, declaro-me hoje um combatente. O PSOL está longe, muito longe, de promover a democracia no Brasil.

Eles são a antítese da democracia e falam em democracia o tempo inteiro. Eu quero dizer ao Deputado sobre essa força. Ao longo deste mandato, nós vamos mostrar tudo, não vai faltar nada. Informo a todos os meus seguidores e eleitores que o meu gabinete está de portas abertas para receber todas as denúncias de pais de alunos e de alunos sobre o que acontece no Colégio Pedro II. Muitas pessoas chamam o Prof. Miguel Nagib de teórico da conspiração, porque ele fala da Escola



sem Partido. Eu convido qualquer cidadão do Rio de Janeiro a comparecer a uma das unidades do Colégio Pedro II, onde verão o que motivou o Prof. Miguel Nagib a tentar o Escola sem Partido. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/DEM - RJ) - Obrigado.

Estou fazendo meu pronunciamento no Grande Expediente e tenho que respeitar o horário.

Vários Deputados pediram aparte. Eu concederei aparte na seguinte ordem: Deputada Bia Kicis, Deputado José Medeiros e Deputada Maria do Rosário. Esta foi a ordem que eu pude visualizar.

Deputada Bia Kicis, concedo o aparte a V.Exa.

A Sra. Bia Kicis - Boa tarde, Deputado Sóstenes Cavalcante. Obrigado por este aparte. Deputado Sóstenes, eu acompanho seu trabalho com muita admiração. V.Exa. sempre foi um amigo dos ativistas e da democracia. Eu fico muito triste quando vejo espetáculos fora do Brasil que afrontam o verdadeiro sentido da democracia. A exibição do filme de Marighella é um espetáculo de horror, um espetáculo da mentira, um espetáculo da falácia. O nosso ex-colega, aquele que renunciou ao mandato de forma inexplicável, incompreensível, o Jean fujão Wyllys, esteve presente à exibição do filme, onde trocou "selinhos". Agora, ele fica alardeando por aí que lhe foi oferecido asilo político pelo governo francês. Acontece que a Embaixada da França já negou o fato, disse que o desconhece. Nós sabemos que Jean Wyllys também afirmou lá fora que o Brasil é uma ditadura. Por quê? Porque não ganhou o candidato que ele queria. O Jean Wyllys é aquele tipo de pessoa que pensa que ditadura é quando os outros mandam nele e que democracia é quando ele manda nos outros. Então, vamos trazer aqui a ordem à fala: o Brasil é uma democracia, e nós não vamos admitir esse discurso de golpe e de ditadura fora do Brasil. Isso é uma vergonha!

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/DEM - RJ) - Muito obrigado, Deputada Bia Kicis.

Deputado José Medeiros, meu eterno Senador, V.Exa. solicitou um aparte. Primeiro, está aqui a Deputada Maria do Rosário. Depois eu atenderei ao pedido do PSOL, sem problemas.

Deputado José Medeiros, eu só tenho mais 2 minutos. Gostaria de pedir que V.Exa. seja breve para ouvirmos as colegas.

O Sr. José Medeiros - Muito obrigado, Deputado Sóstenes Cavalcante. Parabênizo V.Exa. por trazer ao debate esse tema tão



importante, porque a cultura tem sido pano de fundo para muitas discussões e, até agora, para muito malandro ganhar dinheiro. Eu não estou dizendo que não haja gente séria no meio; há. Mas a questão do negro, a questão do índio e outras questões muito caras ao povo brasileiro têm sido usadas para malandro ganhar dinheiro. V.Exa., Deputado, está muito correto em trazer esse tema. Parabéns.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/DEM - RJ) - Muito obrigado, Deputado José Medeiros.

Deputada Maria do Rosário, colega com quem ladeei, no ano passado, na Legislatura anterior, em favor de um belo trabalho pela adoção, concedo-lhe o aparte.

A Sra. Maria do Rosário - Deputado Sóstenes Cavalcante, eu pedi este aparte porque quero manter com V.Exa., ao longo desta Legislatura, o mesmo trabalho dedicado que tivemos para com os direitos de crianças e adolescentes. Ainda que eu discorde das questões relacionadas à cultura que V.Exa. trouxe, quero pedir que reflita, pois esta Casa já teve muitas formas de investigação sobre a Lei Rouanet. Como é importante Wagner Moura levar o nome de Marighella e de Marielle também! Como é importante a frase de Seu Jorge, que disse: "*Se os brancos interpretaram negros durante tanto tempo, por que um negro não pode interpretar um branco?*" Eu acho que nós temos um País plural e tenho com V.Exa. um diálogo plural. Quero fazer uma saudação a isso, para que continuemos com a pluralidade do Brasil e não com o pensamento único que alguns tentam impor, mais tristemente ainda dentro deste Parlamento. Então, cumprimento V.Exa., mesmo não concordando, porque este é o Parlamento brasileiro. Um abraço, prezado amigo.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/DEM - RJ) - Muito obrigado. A recíproca é verdadeira. Não discordo da pluralidade, a única questão é que lamentavelmente desvios continuam acontecendo. É isso o que nós precisamos corrigir, além de democratizar e interiorizar a lei. Esse é o meu cerne. Nas outras questões, vamos ter sempre respeito mútuo.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Deputado Sóstenes Cavalcante, peço que V.Exa. conclua.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/DEM - RJ) - Eu não posso conceder mais aparte. Por respeito à Presidência, eu tenho que terminar o meu pronunciamento neste Grande Expediente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Eu concedo a V.Exa. mais 1 minuto, Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/DEM - RJ) - Muito obrigado,

querida. Eu agradeço.

Concedo um aparte à nobre Deputada que pediu.

Eu não quero abusar do tempo já concedido ao nosso mandato e ao nosso trabalho.

O Sr. Fernanda Melchionna - Obrigada, Deputado Sóstenes Cavalcante. Agradeço também à Presidente Geovania de Sá. Eu fiquei estarelecida com o Deputado medieval que queria proibir pílulas anticoncepcionais e que veio aqui atacar o PSOL de maneira demagógica, mentirosa e rasteira, para não ter que responder ao tema do laranjal do PSL, do uso de candidaturas laranjas de mulheres para desviar dinheiro do fundo partidário, ou mesmo as relações do Queiroz e as relações do gabinete do Flávio Bolsonaro com as milícias. É lamentável, é uma vergonha! Essa é uma prática daqueles que fogem do debate e querem atacar as vozes que defendem a democracia. E democracia pressupõe respeito. Nós temos orgulho do Jean Wyllys. É uma pena que o Estado tenha falhado em preservar a sua vida diante dos ataques de ódio proferidos por gente que pensa como essa pessoa medieval.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/DEM - RJ) - Muito obrigado, Presidente.

Documento 66/370

10.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 19/02/2019-15:56
Publ.: DCD - 2/20/2019 - 88 BOCA ABERTA-PROS -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Indignação do orador com o pedido de aposentadoria apresentado pelo ex-Governador do Estado do Paraná, Beto Richa.

O SR. BOCA ABERTA (Bloco/PROS - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos e a todas.

Rapidamente, eu quero falar do bandido travestido de ex-Governador do Paraná Beto Richa, que agora, sabendo que a reforma previdenciária vai chegar a esta Casa, apresentou - pasmem os senhores - aposentaria que equivale a 30 mil reais. Esse ex-Governador Beto Richa deveria estar atrás das grades, na penitenciária, vendo o sol nascer quadrado, porque, junto com sua esposa, Fernanda Richa, e sua família, roubou o dinheiro do povo do



Paraná. Como, uma vez a reforma previdenciária aprovada, a lei não retroage, ele apresentou sua aposentadoria. Ele quer aposentadoria de 30 mil reais.

Solicito que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 67/370

10.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 19/02/2019-17:32
Publ.: DCD - 2/20/2019 - 153 MAJOR VITOR HUGO-PSL -GO
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Transcurso do 25º aniversário do ingresso de turma da Academia Militar das Agulhas Negras na carreira militar. Relevância das medidas de combate à criminalidade apresentadas pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e da proposta de emenda à Constituição sobre a reforma previdenciária. Solicitação à Casa de transformação de requerimento de convocação do Ministro da Defesa em convite para esclarecimento da participação do General Alcides Valeriano de Faria Júnior em ação administrativa do Comando do Sul das Forças Armadas dos Estados Unidos da América. Esclarecimento sobre o decreto presidencial aceca da ampliação da classificação de documentos sigilosos. Orientação da bancada governista na votação de projeto de decreto legislativo sobre a sustação da aplicação do decreto presidencial. Apoio do Governo à proposta de criação dos cadastros positivos de crédito.

O SR. MAJOR VITOR HUGO (Bloco/PSL - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, eu queria dizer que hoje é um dia extremamente feliz, porque mais uma turma da Academia Militar das Agulhas Negras completa 25 anos de ingresso na carreira militar, a turma que se formou em 1998 e ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército em 1994, exatamente nesta data.

E essa data é muito especial, porque comemora o ingresso de jovens no Exército Brasileiro, jovens que, como o Presidente da República, foram soldados antes mesmos de serem adultos. Então, isso é uma marca. E eu queria dar os parabéns para a turma do cinquentenário da Força Expedicionária Brasileira.

Eu queria dizer que é uma honra muito grande para mim ser o Líder de um Governo, de um Presidente que é patriota, que é honesto, que é cristão, e que, nesse sentido, tem adotado todas as medidas



coerentes, as medidas executivas, e também iniciado processos legislativos para garantir que o povo brasileiro tenha o melhor futuro possível.

É por isso que neste dia chegou aqui ao Congresso Nacional o pacote de leis anticrimes, que visa combater o estado caótico de segurança pública em que nós vivemos, no qual mais de 70 mil pessoas foram são assassinadas, morreram violentamente, no qual mais de 50 mil brasileiras são vítimas de estupro, no qual existe mais de 1 milhão de furtos e roubos de carros. Então, neste momento, o pacote de leis anticrime construído pelo Ministro Sergio Moro é extremamente oportuno e vai possibilitar ao Parlamento decidir o futuro da nossa segurança pública.

Ao mesmo tempo, amanhã, o Governo apresentará a PEC que propõe criar a nova Previdência, que vai, com certeza, fazer justiça, respeitar direitos adquiridos e vai também fazer com que os mais pobres paguem menos, para que os mais ricos sustentem a nossa Previdência para o futuro dos nossos filhos.

Eu queria falar aqui a respeito da convocação do Ministro da Defesa. Eu conversei hoje com o Ministro da Defesa após o término da reunião do Colégio de Líderes. O Ministro está à disposição para vir aqui conversar formalmente ou informalmente. A futura posição do General Alcides, já que ele não foi ainda, é uma posição administrativa normal dentro do Comando Sul dos Estados Unidos. Isso não fere a soberania brasileira. O Governo Bolsonaro tem toda a disposição para cumprir a Constituição, cumprir as leis. E o Ministro está à disposição para vir.

Eu já solicitei ao Colégio de Líderes, e repito aqui a nossa solicitação, que o requerimento se transforme em um convite, já que não há qualquer resistência para que o Ministro venha de maneira formal ou informal apresentar aqui de que maneira se dá essa participação do Exército Brasileiro no Exército de outro país.

Com relação ao projeto de decreto legislativo que visa sustar o decreto que foi assinado pelo Vice-Presidente Mourão, que amplia a possibilidade de classificação dos documentos sigilosos, eu queria dizer, em nome do Governo, que o Governo entende que existem dois valores muito caros à sociedade brasileira em contraposição neste momento. São os valores de necessidade de transparência, que o Governo Bolsonaro tem defendido e tem realmente a intenção de abrir a caixa-preta do BNDES, tem a intenção de abrir outras caixas-pretas que foram criadas por Governos anteriores. Mas existe também a necessidade de proteger alguns conhecimentos, como, por exemplo, os planos estratégicos de emprego das Forças Armadas e tantos outros planos que precisam ter uma classificação sigilosa.



Foi nesse sentido que o decreto foi editado, mas existe uma disposição completa do Governo de aceitar a decisão soberana do Parlamento, até porque o Presidente é um Deputado, é um eterno Deputado, esteve aqui por sete Legislaturas e está muito tranquilo e muito aberto para que o Parlamento faça o seu controle de legalidade dos atos expedidos pelo Executivo. Por isso que o Governo libera a votação sem qualquer constrangimento. O que o Parlamento decidir, para nós do Governo, estará muito bom.

Em relação ao Cadastro Positivo, o Governo apoia a medida e tem certeza de que conseguiremos aprovar esse grande avanço para o País para que permita também o avanço das pautas econômicas que nós tanto queremos.

Então, muito obrigado.

Boa noite a todos.

Documento 68/370

10.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 19/02/2019-17:56
Publ.: DCD - 2/20/2019 - 164 JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Significado político da derrota imposta ao Governo Federal pela suspensão do decreto presidencial sobre o sigilo de documentos. Crise do Governo Jair Bolsonaro. Necessidade de apuração das denúncias de irregularidades no registro de candidaturas do PSL nas eleições de 2018. Noticiário da imprensa sobre a intenção do Poder Executivo de distribuição de cargos públicos para a aprovação da proposta de reforma previdenciária.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas, o primeiro registro que eu gostaria de fazer aqui como Líder da Minoria é o do resultado da votação de hoje. Nós precisamos registrar a retumbante derrota do Governo no plenário da Casa.

A derrota relativa ao decreto que o Governo Bolsonaro editou é uma expressão muito aguda, explícita, dos erros que o Governo vem cometendo, particularmente na condução da sua política. O que melhor expressou o tamanho da sua derrota foi a votação nominal que aqui fizemos.

Houve 325 votos contra e apenas 54 a favor da retirada do projeto da

pauta. Isso significa o isolamento do PSL nessa votação. É importante o registro, porque isso é expressivo do momento político que estamos vivendo.

Nesta semana ficou muito claro o tamanho da crise. O Governo, que não conseguiu chegar ainda a 50 dias, já perdeu o seu Ministro nuclear do Palácio do Planalto, que foi o Presidente do PSL na construção da sua política, na construção da campanha, na construção da pré-candidatura, da candidatura, da eleição, e é exonerado solenemente. Ele tenta provar que seu Ministro é mentiroso, mas, quando ouvimos os áudios hoje, fartamente divulgados, ficou claro que quem mentiu foi o Presidente da República.

Vai ficando claro também, quanto ao jogo de empurra a respeito de quem tinha candidatura laranja, de quem desviou recurso, de quem não desviou, o nome do atual Presidente do PSL, que é o 2º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Isso é muito grave.

Obviamente, eu não acuso ninguém. Eu não sou leviana, até porque tudo tem que ser apurado, investigado. Ninguém pode ser condenado previamente. Esta deve ser a conduta, a de presunção de inocência. É assim que nós devemos agir. Mas, nessa confusão do chamado laranjal, já se discute divisão de partido, recriação de siglas, e por aí vai a crise daquele que dizia que faria uma nova política.

Ainda surge na imprensa notícia sobre distribuição de cargos em comissão para se aprovar a reforma da Previdência. Essa, Deputado Rui, é a nova política, é a política de novo tipo, com distribuição de cargos, ao bel-prazer, para as bancadas da base, para se aprovar a reforma da Previdência.

Cuidado! Essa base parlamentar que fala em moralidade, em ética está aí se enfiando na chamada nova política do "toma lá, dá cá"! É importante falar isso, porque, como Líder da Minoria, nós não deixaremos que passe 1 milímetro, para afrontarmos essa política desastrosa de confronto com este País, com os direitos do povo trabalhador e com aquilo que sempre defendemos, a ética verdadeira, a política em benefício do Brasil e de sua soberania, absolutamente afrontada em todo esse processo que, inclusive, levou, como aqui já disse o Líder do PDT, um general do Exército a ser subcomandante do Exército americano. Disso trataremos em seguida.

Muito obrigada, Presidente.

Sumário

Saudações à militância petista e aos membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais pela luta empreendida contra a reforma previdenciária, nos Municípios de São Desidério, Santana e Santa Maria da Vitória, no Estado da Bahia. Derrota do Governo Jair Bolsonaro na votação de projeto relativo ao acesso a documentos sigilosos.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que divulgue nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil* a minha saudação a todo o povo - em especial, aos integrantes do Partido dos Trabalhadores - dos Municípios de São Desidério, de Santana e de Santa Maria da Vitória. Saúdo o Sindicato de Trabalhadores Rurais, nas pessoas de Gervalino, Lino, Dé e Sônia, que organizam a luta das trabalhadoras e trabalhadores rurais contra a reforma da Previdência.

O Governo Bolsonaro está derretendo! Não tem mais condição política de aprovar, nesta Casa, a retirada de direitos do povo brasileiro. Por isso, os trabalhadores e as trabalhadoras de todo o Brasil, em especial do oeste baiano, estão se organizando para essa luta, como hoje se fez nesta primeira e grande derrota do Governo Bolsonaro, que queria cercear o direito à informação, protegendo a corrupção por meio da "operação abafa", que tem sido realizada.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 70/370

12.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/02/2019- CD	19:52
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este dia marca evidentemente a posição do Governo Bolsonaro no que tange à



reforma da Previdência.

E para nós este é o tema central que deve mobilizar o debate, mobilizar as nossas convicções e mobilizar sobretudo o País. Trata-se de um tema que mexe com a vida de cada brasileiro e de cada brasileira.

Eu queria liminarmente tecer alguns comentários sobre a proposta que o Governo encaminhou hoje a esta Casa. Primeiro, o Governo diz que a reforma é necessária por conta do déficit da Previdência. Ao mesmo tempo, ele não anuncia e não tem transparência ao dizer quem deve, quem não paga e quem não sonega. Ele deixa isso completamente nebuloso e atribui o déficit da Previdência àqueles que dependem do salário mínimo, àqueles que dependem das aposentadorias rurais.

O Governo encaminha a proposta de forma a privilegiar os seus. Quando se quer uma reforma da Previdência, ela deve ter um caráter universal: não pode deixar uns dentro e outros fora. E a primeira pergunta que se faz é: *"Por que a base do Governo não responde por que os militares ficaram de fora da reforma da Previdência, por que não foram incluídos?"* A pergunta que a base do Governo tem que responder é: *"Por que o Governo, ao falar do déficit, atinge preferencialmente os mais pobres?"* Isso chega a ser uma perversidade.

Vamos lá! Quando a Constituição de 1988 criou o sistema de Seguridade Social, ela disse que o sistema seria composto da Previdência, da LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social e da saúde. O que faz o Governo agora? Desvincula tudo da Previdência, do salário mínimo. Aquelas pessoas que dependem dos benefícios de prestação continuada, aquele cidadão idoso agora é obrigado a trabalhar até os 70 anos e ter o seu salário reduzido a 400 reais. A pessoa que mora lá no sertão está na grande cidade dependendo do Benefício de Prestação Continuada.

Eu diria que o Governo Bolsonaro vai criar uma legião de pobres idosos no Brasil, porque a reforma os penaliza e prejudica e exclui de si própria aqueles que têm privilégios.

Em relação às aposentadorias rurais, e eu conheço bem a aposentadoria rural, Sr. Presidente, mudam tudo, não só na proposta de reforma que está aqui mas também na MP 871/19, que é perversa. Ela altera os acessos à Previdência e desvincula tudo! Para a mulher rural, a dona de casa que está nos ouvindo, aquela pessoa que está lá nos sertões do Nordeste, aposentar-se agora não basta a mão calejada para comprovar. Ela vai ter que se submeter a uma junta nacional para saber se tem direito ou não à aposentadoria. E o pior: aumenta a idade, de 50 anos para 60 anos, para que a mulher possa se aposentar.

Deputada e ex-Senadora Lídice da Mata, isto é uma perversidade. Como vem a essa tribuna alguém da base do Governo para falar em justiça e equidade? É hilariante isto aqui.

Esta reforma prejudica os pequenos, prejudica os pobres, porque estabelece...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sr. Presidente, peço mais 1 minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Não, vamos seguir o Regimento.

Documento 71/370

12.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/02/2019- CD	20:00
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Repúdio à proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, existem Deputados governistas que mais parecem aquele João Teimoso, aquele boneco inflado, com peso na parte inferior, e que está submetido aos ventos do capitão do mato, digo capitão do laranjal.

É uma crueldade essa proposta de reforma ou "deforma" previdenciária. Cito um exemplo apenas, de uma senhora de 50 anos que não tem emprego nem vai conseguir emprego, porque não tem escolaridade, e perde o seu marido num acidente - portanto, é motivo de morte. Ela receberá a metade de um salário mínimo e só conseguirá alcançar o salário mínimo se tiver 5 filhos, para comprovar que está passando fome.

Esse é o combate aos privilégios? Não, essa é a política do aniquilamento da vida, é a política da morte.



12.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/02/2019- CD	20:00
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Repúdio à proposta governamental de reforma previdenciária. Corrupção no âmbito do Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, que dia terrível para o Brasil!

De um lado, o Governo envia para a Câmara dos Deputados a retirada de direitos previdenciários, ataca pessoas com deficiência, ataca viúvas e viúvos, ataca pessoas do campo e da cidade, gente que trabalha com as mãos e que trabalha com o cérebro e se dedica ao Brasil, servidores públicos, policiais, professoras e professores.

O Governo ataca os trabalhadores e as trabalhadoras, mas preserva os banqueiros, preserva os ricos, preserva quem lhe interessa e achincalha a população.

Por outro lado, o Deputado Glauber Braga acaba de trazer à tribuna um diálogo no qual o Presidente da República diz que terá que vender uma casa para pagar o Bebianno. Pagar o quê? Que corrupção é essa? Respondam.

12.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/02/2019-20:08
Publ.: DCD 2/21/2019 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO
		DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 2 apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 441-D, de 2017, sobre os cadastros positivos de crédito e regulamentação da responsabilidade civil dos operadores. Contrariedade à



aprovação da proposta de reforma previdenciária.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero pedir o apoio dos colegas para esta emenda que foi apresentada pelo Instituto de Defesa do Consumidor. Essa instituição nos procurou e pediu que assumíssemos a emenda que cria um ambiente mais seguro para que esses dados de todos os brasileiros que estiverem no Cadastro Positivo sejam protegidos com responsabilidade.

Agora, eu quero falar nesses 2 minutos e meio de uma das questões da antirreforma da Previdência, que eles dizem que é para combater privilégios.

Eu quero aqui falar com os trabalhadores da construção civil, com os metalúrgicos, as cozinheiras, os motoristas, os milhões de brasileiros que ganham 1 mil, 1,5 mil, 2 mil reais - não há nenhum privilegiado entre eles. Sabe o que querem fazer com a aposentadoria daqueles que trabalham desde seus 15 ou 16 anos, para se aposentarem recebendo 2 mil reais, por exemplo, nobres Deputados? Eles vão aplicar um novo sistema de cálculo, que pega desde o primeiro salário do cidadão até o último que ele recebeu, e com nessa média derrubam o valor das aposentadorias de 10% a 20%.

Há uma segunda forma de cortar de maneira cruel a aposentadoria de quem se prepara para se aposentar recebendo 2 mil reais. Eles querem, com essa forma de cálculo, dizer que quem contribuiu por 20 anos vai ficar com 60% do valor da aposentadoria.

O brasileiro trabalha 40, 50 anos, Deputado Chico D'Angelo, mas, de cada ano que ele trabalha, esse brasileiro trabalhador da CLT consegue a carteira assinada só metade do tempo.

Não sejam cruéis! Não mintam para o trabalhador! Ele terá um corte de 40%, às vezes 50% no valor da sua aposentadoria. Não estou falando aqui de privilégios, de salários de 20, 30, 40 mil reais. Estou falando de quem espera para se aposentar com um salário de 2 mil reais, que vai ser cortado para 1.200 reais.

Se querem falar sério sobre combate a privilégios, tirem o Regime Geral da Previdência dessa proposta, coloquem modificações.

Eu peço 1 minuto...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 74/370

12.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/02/2019- CD	20:24
Publ.: DCD - 2/21/2019 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a primeira questão que eu queria colocar é que, neste momento em que Bolsonaro vem ao Congresso para entregar uma reforma da Previdência na qual ele esfolta os trabalhadores, retira direitos das mulheres, do trabalhador rural, dos professores e professoras, faz o trabalhador, na transição, trabalhar até 10 anos mais para se aposentar, estabelece 65 anos de idade mínima, nós podemos dizer que ele veio aqui para livrar a cara dele da derrota de ontem.

O "Partido Só Laranjas" votou sozinho ali ontem e foi derrotado, só teve 54 votos. O "Partido Só Laranjas" acha que vai continuar fazendo política só com filminhos na Internet. Aqui precisa conhecer, precisa estudar. Se vocês estudarem, vocês vão aprender que não podem continuar defendendo a proposta do Chicago Boys.

O Sr. Paulo Guedes, operador do mercado financeiro, especulador financeiro, com problemas graves com fundos de pensão, denunciado, é quem vem tratar aqui. A questão central é a capitalização. A questão central é o modelo do Chile, que foi implantado pelo ditador sanguinário Pinochet. Sabem qual foi o resultado? O salário mínimo no Chile é de 1.200 reais em moeda chilena, e a maioria esmagadora, 96%, dos trabalhadores chilenos aposentaram-se com 600 reais, ou seja, metade de um salário mínimo. É por isso que se reverteu no Chile o regime de capitalização, privatização e financeirização da previdência pública.

É por isso que nós e todos os Deputados e Deputadas que têm base social de verdade - não só na Internet -, que conhecem o trabalho rural, sabem que se aposentar com 60 anos uma mulher trabalhadora rural é criminoso, é crueldade, é perversidade; sabem o que é para uma professora ficar de pé dando aula por 40 horas semanais no Estado.



Eles não conhecem uma sala de aula. Isso é uma perversidade, uma crueldade. Não reconhecer a diferença entre homens e mulheres, com jornada tripla de trabalho, é criminoso. Nós sabemos disso tudo.

Vocês vão ver que, na hora H, os próprios Parlamentares que se dizem da base hoje vão rejeitar essa reforma da Previdência, porque vai haver, de baixo para cima, uma indignação popular contra essa espoliação, vai haver uma revolta social contra a retirada de direitos.

Por isso, o nosso partido e todos os partidos de Oposição e até de situação que têm compromisso com a população vão votar "não" à reforma da Previdência.

Documento 75/370

12.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/02/2019- CD 20:32
Publ.: DCD - 2/21/2019 - DARCÍSIO PERONDI-MDB -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Conduta discriminatória de Deputadas do Oposição contra Parlamentares governistas. Defesa de aprovação da proposta de reforma previdenciária.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ia falar sobre a reforma da Previdência, mas não posso deixar de fazer uma observação em relação à fala da Líder do PT.

Ela passou para este Plenário a impressão de que as mulheres que aqui chegaram porque foram eleitas não existem - não existem! Parece que as mulheres ungidas por Deus são as mulheres da Oposição, que estavam naquela tribuna. Eu as respeito, são mulheres guerreiras, mulheres de muita luta, mas aqui elas fizeram uma manifestação de segregação entre mulheres. As mulheres eleitas não existem porque são Situação. E aumentou muito o número de Deputadas eleitas. Os partidos novos elegeram muitas mulheres, inclusive do partido do Bolsonaro. *(Palmas.)*

A discriminação é muito ruim, tanto para um lado quanto para o outro lado. Eu vi aqui uma manifestação de discriminação dentro do gênero das mulheres. Eu acompanhei estas mulheres poderosas. Avançaram muito nos últimos anos. Avançaram porque conseguiram aproximar todos os partidos e houve convergência. Eu acho difícil aumentar a defesa dos direitos das mulheres - que são, sim, sofridas, estupradas,

violentadas - se só um partido pegar essa luta.

Eu peço às mulheres da Oposição que revisem essa conduta discriminatória, que segrega a parte do Parlamento feminino que está deste lado. Vamos nos dar as mãos! E peço que puxem também os homens que apoiam as bandeiras das mulheres.

A discriminação no Brasil tem nome: é ser preto, é ser mulher, é ser criança. Alguém tem dúvida? Não tem.

Então, vamos nos ajudar!

Para encerrar, quero dizer que a reforma da Previdência vai permitir que tenhamos mais dinheiro para a segurança, para a educação, para a saúde e para a promoção das mulheres.

Ajudem a fazer a reforma da Previdência!

Muito obrigado.

Documento 76/370

12.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/02/2019- CD	20:36
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	GIOVANI CHERINI-PR -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da proposta de reforma previdenciária.

O SR. GIOVANI CHERINI (Bloco/PR - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu, como muitos Parlamentares nesta Casa, às vezes fico envergonhado ao ver o tipo de debate que acontece aqui.

O Brasil inteiro pede a reforma da Previdência, porque são 14 milhões de pessoas desempregadas. Para que haja emprego, deve haver investimento. Para que haja investimento, deve haver reforma da Previdência.

Há uma discriminação e uma transferência de recursos dos pobres para os ricos. A média da aposentadoria do trabalhador no Brasil é vergonhosa. Enquanto no INSS é 1.600 reais, no Judiciário é 30 mil reais. No Judiciário há aposentadorias de 50 mil, 60 mil, 70 mil reais por mês. No Ministério Público, a aposentadoria é 29 mil reais, em



média. No Legislativo, 28 mil reais é a média da aposentadoria.

No setor público é pior! Os Estados têm uma média de aposentadoria de 49 anos de idade. É uma precocidade sem precedentes! E o Governo envia um projeto a esta Casa daqueles que preconizam "quanto pior, melhor", que já saem batendo. É como se esse fosse o projeto aprovado. Não! Vamos debater!

Temos diferenças em relação à aposentadoria rural? Podemos ter. Mas nós precisamos primeiro admitir a possibilidade de mudar o Brasil. Se quisermos mudar o Brasil, não podemos mais aceitar essa transferência da pobreza para a riqueza. Olhem só os dados: 1 milhão de aposentados levam 115 bilhões, enquanto 33 milhões de aposentados recebem 500 bilhões; nos Estados, de cada dez pessoas que estão na ativa, nove são inativas. O Rio Grande do Sul apresenta o caso mais atípico da história: de cada 100 reais arrecadados, 56 pagam inativos e aposentados. Isso é um Estado falido!

Concordo com o fato de o professor ter aposentadoria especial. Mas, por que ele faz concurso de novo? Porque ele ganha muito pouco, porque alguns ganham demais. Se fizermos a reforma da Previdência, nós poderemos, quem sabe, ter um sistema mais justo, sem tantas diferenças, como a de alguém se aposentar com 60 mil, 70 mil ou 80 mil por mês, enquanto o trabalhador rural ganha um salário mínimo. Essa é a oportunidade!

Às vezes, sinto vergonha de estar neste plenário. Sinto vergonha porque vejo que há um grupo aqui desejando o "quanto pior, melhor" para o Brasil. Nós temos que querer um Brasil, independente de quem o governa, melhor para todos, senão todos nós vamos pagar essa conta e ninguém vai receber aposentadoria em 10 anos. Em 10 anos, terá acabado esse sistema!

Então, nós temos que ter grandeza e espírito público, nós temos que ser cidadãos brasileiros. O povo deste País votou em nós para que viéssemos aqui fazer alguma coisa decente, e não para dizermos que agora o Governo quer acabar com a aposentadoria. Pelo contrário, nós temos que ter responsabilidade e diminuir esta distância: 30 mil por mês, em média, de aposentadoria, enquanto pelo INSS é de 1.600 reais. É um absurdo! Desse jeito, ele vai ter que trabalhar de novo, aposentar e arrumar outro emprego. Nós podemos mudar essa realidade.

Esta Casa tem que ter responsabilidade pública, sem aqueles que querem um Brasil "quanto pior, melhor". Nós temos que querer um Brasil quanto melhor, melhor, porque hoje se transfere a riqueza do pobre para o rico, ficando o pobre cada vez mais pobre. A chance que ele tem é com a reforma da Previdência já!

Vamos mudar!

Documento 77/370

12.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/02/2019- CD	20:48
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Críticas à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje recebemos nesta Casa a proposta do Governo da reforma da Previdência. Achávamos que o Presidente Temer tinha apresentado a pior proposta da história da Previdência do Brasil, mas, lamentavelmente, a do Presidente Bolsonaro ganhou, de folga, como a pior, a mais nefasta, a mais desgraçada das reformas da Previdência, porque está castigando a mulher agricultora, o idoso pobre, a viúva, o viúvo, as pessoas com deficiência. Ela está criando uma situação de miserabilidade para os nossos idosos pobres. Não são eles que têm de pagar essa conta. Tire dos grandes, dos ricos, dos devedores, da DRU. Há muito lugar de onde tirar, mas não tire dos pobres. Vai recair sobre o Governo a maldição dos pobres.

Documento 78/370

12.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/02/2019- CD	20:48
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	CAPITÃO WAGNER-PROS -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Necessidade de estabelecimento de regras diferenciadas para policiais militares e mulheres no âmbito da reforma da Previdência Social. Defesa da aplicação de novas regras previdenciárias tão-somente para os novos servidores públicos.

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria utilizar o tempo da Liderança do



Bloco do PDT - agradeço ao Líder, o Deputado André Figueiredo. Muitos Parlamentares aqui estão defendendo que todos os servidores públicos tenham um tratamento igualitário, mas eu queria lembrar que, especialmente no Nordeste do nosso País, o policial militar trabalha em torno de 66 horas semanais, sem direito a receber hora extra, sem direito sequer à definição da sua carga horária.

Exigir que esse profissional, o policial militar e o bombeiro militar, tenha na reforma da Previdência o mesmo tratamento que os demais, com a mesma quantidade de anos de contribuição, com a mesma idade mínima definida, Deputado Capitão Augusto, não é justo. Queremos reivindicar, junto à bancada da segurança pública, que possamos externar para toda a população brasileira que o policial militar tem essa condição. O policial militar já contribui, em quase todos os Estados, com 14% para a Previdência, inclusive, Sr. Presidente, com uma diferença em relação aos militares federais, que contribuem com 7,5%.

Então, eu queria deixar muito claro que o policial militar e o bombeiro militar têm essas condições de trabalho, para que, na hora da discussão da reforma da Previdência, não joguem num bloco só, numa discussão só, a questão dos militares, que têm essa peculiaridade.

Logicamente, nessa discussão temos que tratar do professor e das mulheres de forma diferenciada.

Elogiamos e parabenizamos pela determinação do projeto que chegou à Casa. A idade da mulher é diferenciada quando se fala do Regime Geral de Previdência Social, mas, quando se fala dos regimes próprios, a idade da mulher e a do homem estão iguais. Sabemos muito bem que a mulher tem jornada dupla e até tripla. Por conta disso, mesmo na discussão dos regimes próprios, ela merece idade diferenciada.

Eu tenho plena convicção de que, nos debates que ocorrerão aqui na Câmara e no Senado da República, vamos mudar muitas dessas propostas, garantindo uma reforma justa para o País. Temos que discutir a questão previdenciária, mas, é lógico, é claro, não podemos tratar todos os trabalhadores da mesma forma, porque existem peculiaridades em relação à mulher, em relação a cada categoria - em relação ao professor, em relação ao profissional de segurança, em relação ao agricultor -, ou seja, em relação a todos os que compõem a população brasileira.

Queria deixar registrado isso.

Queria agradecer mais uma vez ao Deputado André, por me ceder o tempo para falar pela Liderança do bloco. Enquanto defensores dos profissionais de segurança pública, dos professores, do povo nordestino, vamos brigar, aqui na Câmara dos Deputados, para que



essa proposta de reforma seja alterada e aprovada, sim, mas de forma justa, de modo que o cidadão menos beneficiado não seja prejudicado. O que estamos vendo é que os grandes beneficiados com a questão da Previdência, os grandes privilegiados não foram atingidos ainda com o projeto. Nessa discussão, nós queremos garantir, sim, que os privilegiados percam privilégios e que o trabalhador não só garanta condições, mas também possa ampliá-las - que tenha melhores condições quanto à questão previdenciária.

Que se apliquem essas novas regras aos novos servidores públicos. Que eles possam entrar, fazendo concurso público, já sabendo a quantidade de anos de contribuição, a idade mínima, entre outras regras a serem definidas. Para quem já está no serviço público, para quem entrou com as condições exigidas no edital, foi aprovado no concurso, é mais do que justo que sejam respeitadas as regras, é mais do que justo que possam ser defendidas as regras, afinal de contas, quando ingressaram, o fizeram com regras definidas.

Queria agradecer ao Presidente e ao Deputado André pela cessão do tempo.

Muito obrigado, Deputado.

Documento 79/370

12.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária	-20/02/2019-
	CD	20:56
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Federal.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar a nossa posição, dizendo que vamos fazer uma reflexão muito profunda sobre essa grave proposta de reforma da Previdência que foi apresentada.

Nós entendemos que é preciso fazer mudanças para tirar privilégios, mas não prejudicando trabalhadores rurais, agricultores, donas de casa, pescadores, salineiros, marisqueiros, que são os segmentos mais vulneráveis, mais sensíveis da sociedade.

Nós não podemos concordar com a proposta apresentada pelo

Governo, pois ela é extremamente prejudicial aos trabalhadores e às trabalhadoras mais pobres e mais carentes do nosso País.

Por isso, nós vamos nos posicionar contrariamente a essa proposta, esperando que ela seja de fato aperfeiçoada, porque não podemos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 80/370

12.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária -20/02/2019- CD	20:56
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Combate a privilégios pela proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus caros colegas Deputados, antes de encerrar esta sessão extraordinária de votação, quero fazer este pronunciamento em nome do Partido Novo, saudando o fato de que o Presidente da República, Jair Bolsonaro, esteve nesta Casa, nesta manhã, junto às Lideranças partidárias, aos Deputados interessados em melhorar o nosso País, ao Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e ao Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, protocolando a PEC da Previdência.

É muito importante lembrar que, além da PEC que foi protocolada, também outros projetos de lei virão, dentro dos próximos 30 dias, para fazer com que o sistema previdenciário brasileiro seja mais justo.

Nós não podemos mais conviver com um sistema, Deputada Adriana, colega do Partido Novo, que transfere dinheiro, transfere renda dos mais pobres para os mais ricos. Nós precisamos diminuir o fosso que há hoje entre categorias de cidadãos que não deveriam ser vistos como tais. Todos somos igualmente cidadãos brasileiros. E é isso que o Partido Novo defende.

Hoje, em média, a Previdência no Brasil - vejam bem, senhoras e senhores brasileiros - proporciona que um trabalhador da iniciativa



privada se aposente com algo em torno de 1,2 mil reais e um trabalhador do serviço público se aposente com mais de 9,1 mil reais. Repito: 1,2 mil reais no setor privado e 9,1 mil reais no setor público. Isso é uma tremenda injustiça.

Precisamos corrigir essas distorções, e a PEC protocolada hoje já começa fazendo isso, inclusive cortando na própria carne dos políticos, o que é muito importante mencionar.

Muitas vezes me perguntaram se militares precisariam ser incluídos. Eu dizia e continuo dizendo e defendendo: "*Sim, todos! Militares, políticos...*" Todos precisamos dar a nossa parcela de contribuição. Precisamos buscar um equilíbrio nas contas públicas, combater o déficit fiscal e atrair investimentos para o Brasil.

É a nossa hora! É a nossa vez!

Este Parlamento está sendo chamado pela sociedade brasileira a representar os anseios de uma nação que quer voltar a ser admirada. Este é o nosso papel de Deputados Federais, de Senadores da República. E é o papel que o Partido Novo vai saber representar aqui nesta Casa defendendo uma reforma da Previdência que combata privilégios, que equalize a todos e que faça com que nós tenhamos, de fato, um Brasil mais justo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 81/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-14:00
Publ.: DCD - 2/21/2019 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Repúdio à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro. Expectativa de criação da CPMI destinada à investigação das causas e responsabilidades pelo rompimento de barragem de rejeitos de mineração da empresa Vale, no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse Governo do Bolsonaro é uma tragédia mesmo! Ontem, o Ministro mostrou que ele é mentiroso. E,



hoje, ele mentiu de novo para a população. Trouxe aqui uma reforma da Previdência que estabelece a idade mínima de aposentadoria de 65 anos para o trabalhador e de 62 anos para a trabalhadora. No entanto, o trabalhador só vai ter direito à aposentadoria integral, quando completar 71 anos.

Mentiroso! Mentiu para o Ministro Bebianno e agora mentiu de novo. Ele e o Carluxo agora são dois mentirosos. E o Carluxo é quem nomeia. Depois não quer que nós reclamemos do laranjal.

Moro, vai olhar o laranjal do PSL! Faça alguma coisa, Moro, em vez de só perseguir o Presidente Lula.

Estamos esperando, Presidenta, a CPMI de Brumadinho. Com relação a isso, o Governo nada faz. A lama continua correndo, e o Bolsonaro se vingando dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Documento 82/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-14:04
Publ.: DCD - 2/21/2019 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Críticas à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, no dia de hoje ficou provado mais uma vez o quanto o nosso Presidente da República mente para a população. Mentiu para o Bebianno e mentiu ainda mais para o povo do nosso País. Ele disse na campanha que a reforma da Previdência do Temer era criminosa e, hoje, apresenta para nós um projeto de reforma que é pior do que a apresentada pelo Temer. É pior! Conseguiu piorar em todos os sentidos.

Nós vamos fazer esse debate com a profundidade necessária, porque não falaram nada em relação à dívida pública brasileira, que consome 1 trilhão de reais por ano. Não falaram nada dos devedores da Previdência, que consomem quase 500 bilhões de reais neste País - nada, absolutamente nada! Apenas foi contra o povo.

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 20/02/2019-14:04
CD

Publ.: DCD - 2/21/2019 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Medida Provisória nº 871, de 2019, sobre a correção de irregularidades na concessão de benefícios previdenciários. Defesa de preservação de direitos dos trabalhadores brasileiros no processo de reforma previdenciária.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, colegas Deputados, colegas Deputadas, a Medida Provisória nº 871, de 2019, Deputado Bira, foi um prenúncio do que iria chegar a esta Casa no que diz respeito à reforma da Previdência. Eu imaginei que o Presidente Bolsonaro fosse anunciar também a metodologia que iria adotar para realizar a cobrança dos ricos devedores do grande rombo que existe na Previdência. Colocar o encargo desse rombo na classe trabalhadora do País, sem chamar o feito à ordem, é algo extremamente injusto.

A bancada da Oposição, a bancada do PSB vai agir nesse sentido. Nós vamos apresentar uma posição firme e forte em defesa, Sra. Presidente, da classe trabalhadora deste País. Vamos discutir muito a Medida Provisória nº 871, que é um verdadeiro assalto ao homem do campo.

Sra. Presidente, eu peço que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 20/02/2019-14:08
CD

Publ.: DCD - 2/21/2019 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário à aprovação da proposta governamental de reforma

previdenciária.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vivendo um período muito difícil. Temos um Presidente sem credibilidade, que mentiu para o seu Ministro e, portanto, para o povo brasileiro. Deixou a sua família, o seu filho, demitir o Ministro, ou seja, o Presidente não manda, não tem poder na República, quem tem o poder é a família e os filhos dele.

Agora, com a reforma da Previdência, ele coloca a idade de 65 anos para se ter direito à aposentaria, ou seja, uma mulher trabalhadora rural vai levar mais 7 anos trabalhando para se aposentar. Isso, de fato, é uma questão terrível para todos nós. Bolsonaro, que votou contra a reforma da Previdência no passado, piorou a Previdência agora e quer que aproveamos isso.

Nós não vamos aprovar a reforma da Previdência, porque nela têm que estar os devedores, os militares e o Poder Judiciário. E lá não diz nada disso.

Não podemos aceitar essa situação. Somos contra e vamos lutar nas ruas contra essa reforma da Previdência. *(Palmas.)*

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a nova proposta de reforma da Previdência é uma afronta ao trabalhador e, principalmente, à trabalhadora. Bolsonaro conseguiu piorar a proposta de Temer, quando propõe, por exemplo, um período de transição de 12 anos, e não mais de 17 anos.

De primeira mão, já podemos afirmar o seguinte: se não reagirmos, o povo brasileiro vai morrer trabalhando. E os que conseguirem se aposentar, não terão garantia de receber a aposentadoria integral.

Outro ponto preocupante é a completa falta de proposta para o combate à sonegação. Ou seja, quem de fato deve à Previdência não recebe sequer um alerta. Já o trabalhador é onerado e explorado de forma impressionante.

Não há dúvida de que o objetivo de Bolsonaro é desidratar o regime público, solidário e universal, para inflar a previdência individual e



privada, através de sistemas de capitalização. Não menos importante, o Governo ainda privilegia militares e juízes, estes últimos cujos salários são exorbitantes.

O rombo nos cofres do INSS pode chegar a R\$ 85,81 bilhões, se somarmos as renúncias previdenciárias e a apropriação indébita. Segundo a CPI da Previdência, por ano, os donos de empresa deixam de repassar à Previdência cerca de R\$ 31,25 bilhões.

Em 2018, dados divulgados por sindicatos de bancários, os principais devedores da Previdência Social em 2018 foram: o Banco Itaú, que teve um lucro de R\$ 21,6 bilhões e deve R\$ 111,8 milhões; o Bradesco, com um lucro no mesmo ano de R\$ 15 bilhões e detém uma dívida previdenciária de R\$ 575 milhões; o Santander, que lucrou R\$ 7,3 bilhões e deve R\$ 218,4 milhões; o Banco do Brasil, com lucro de R\$ 8 bilhões e uma dívida de R\$ 209,9 milhões; a Caixa, com lucro de R\$ 4 bilhões e dívida de R\$ 589 milhões.

Há ainda muitas lacunas que precisam ser elucidadas, mas os pontos principais já indicam problemas sérios.

Idade mínima.

A proposta acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição e aumenta em 7 anos a idade mínima para as mulheres. No caso, a idade mínima de aposentadoria será de 62 anos e, para os homens, de 65 anos. Beneficiários terão que contribuir por um tempo mínimo de 20 anos.

Desconsidera completamente qualquer especificidade em relação ao trabalho das mulheres, inclusive com a incidência do chamado terceiro turno.

Aposentadoria rural.

Para os trabalhadores rurais, a idade mínima de aposentadoria proposta é de 60 anos, para homens e mulheres, inclusive para os segurados especiais. A contribuição mínima será de 20 anos, sendo a alíquota de contribuição igualada à faixa salarial. Ou seja, não há consideração acerca do caráter do trabalho rural, que é mais árduo e desgastante.

O trabalhador rural pode conseguir uma declaração de atividade por meio de sindicatos para comprovar o tempo de contribuição.

BPC.

A proposta de reforma da Previdência Social do Governo determina

que os idosos terão de aguardar até os 70 anos para receber integralmente o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Com a reforma, o benefício, hoje pago a partir dos 65 anos, poderá ser solicitado a partir dos 60 anos. No entanto, o valor cai mais de 50%, para R\$ 400. Para ter acesso ao valor de um salário mínimo, o idoso deverá completar 70 anos.

Ou seja, se esse idoso não tiver o tempo mínimo de contribuição para se aposentar pelo Regime Geral ao atingir 65 anos, ele continuará recebendo R\$ 400 até completar 70 anos. A partir dos 70 anos, ele passará a receber um salário mínimo.

Servidores públicos.

Servidores públicos terão idade mínima de aposentadoria igualada a dos trabalhadores do setor privado.

O tempo de contribuição mínimo será de 25 anos, sendo necessários 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo.

O valor do benefício será calculado da mesma forma do Regime Geral.

Professores.

Se os professores antes poderiam se aposentar com 25 anos de contribuição, a proposta aumenta o tempo em 5 anos e condiciona a idade mínima a 60 anos. Será preciso ter 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo.

Sra. Presidente, solicito a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado!

Documento 85/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-14:12
Publ.: DCD - 2/21/2019 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Críticas à proposta de reforma previdenciária. Confiança na rejeição da propositura pelo Congresso Nacional.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, conforme já era esperado, a proposta de mudança da Previdência Social, que deve ser chamada, na verdade, de proposta de destruir o direito do trabalhador de se aposentar, foi entregue nesta Casa.

E este Governo desqualificado não poderia trazer uma proposta que fosse diferente, é uma proposta que atende unicamente aos interesses do sistema do capital financeiro e do sistema bancário, para aumentar o atrativo no mercado da previdência privada. O que estão colocando nesta proposta não vai passar. É criminosa a proposta para o trabalhador rural.

O trabalhador rural vai deixar de poder se aposentar e vai trabalhar até o resto da sua vida. Quarenta anos de contribuição obrigatória para o trabalhador urbano é desconhecer a realidade do trabalhador brasileiro. Ele não contribui todos os meses seguidos, ele fica desempregado, volta à ativa, fica desempregado, faz uma temporada como biscate, não consegue contribuir 40 anos consecutivamente.

Esta proposta destrói o direito do trabalhador de se aposentar, acaba com a aposentadoria do trabalhador rural e só atende aos interesses do capital financeiro. Tenho certeza de que o nosso Parlamento não permitirá a aprovação de uma proposta tão desqualificada quanto é este Governo do partido do suco da laranja.

Documento 86/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-14:12
Publ.: DCD - 2/21/2019 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Descaso do Governo Federal com os pescadores brasileiros. Apelo à Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, de pagamento do seguro defeso à categoria. Agravamento das dificuldades dos pescadores com a proposta de reforma previdenciária.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sra.



Presidente, eu venho aqui fazer um apelo para este Governo. Os pescadores e pescadoras deste País se encontram em situação de total abandono. É um absurdo! Não pagam a eles o seguro-defeso, não há renovação das carteiras. Eles estão totalmente abandonados!

Pescadores e pescadoras representam um setor estratégico tanto na relação econômica e social quanto na ambiental, e este Governo não consegue enxergar isso. Pelo contrário, agora a reforma da Previdência vai arrebentar de vez, porque eles são segurados especiais e a reforma vai complicar ainda mais. Eles já estão em total abandono e estão passando fome! Os pescadores e as pescadoras estão passando fome porque não pagam a eles o seguro-defeso, e ainda por cima eles estão proibidos de trabalhar pela lei! Eles têm direitos garantidos na Constituição, mas estão totalmente abandonados, e hoje recebem mais esse golpe, porque, com a reforma, eles também vão ser enquadrados na idade de 65 anos para os homens e de 62 para as mulheres, já não bastasse o abandono.

Portanto, faço um para o Presidente e para a colega Tereza Cristina, a Ministra da Agricultura - porque esse segmento está na Pasta dela -, a fim de que vejam com urgência para os pescadores e as pescadoras deste País, de modo especial os da nossa querida Minas Gerais.

Sra. Presidente, solicito a V.Exa. que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 87/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 20/02/2019-14:20
CD

Publ.: DCD - 2/21/2019 - MÁRCIO JERRY-PCDOB -MA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Desacertos do Governo Jair Bolsonaro. Inevitáveis prejuízos à classe trabalhadora, no caso de aprovação da proposta de reforma previdenciária.

O SR. MÁRCIO JERRY (Bloco/PCdoB - MA. Sem revisão do orador.) -
Boa tarde, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estou espantado! É a crônica do fracasso anunciado. Capítulos se sucedem e trapalhadas impressionantes são protagonizadas todos os dias pelo Governo Bolsonaro. Essa é a realidade que os colegas da bancada do PSL não conseguem explicar dia algum aqui nas sessões

da Câmara dos Deputados.

Ontem caiu um Ministro e, pelos mesmos motivos ou por mais motivos, deveria cair outro amanhã. E, assim, vai-se construindo um Governo de fracasso em fracasso.

Hoje, o Governo traz ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados um projeto de reforma da Previdência que é um bofete na cara do povo brasileiro. O projeto chega a ser um escárnio e terá que ser respondido nas ruas e aqui no Parlamento, porque nós precisamos de uma reforma da Previdência, Sra. Presidente, mas não uma reforma que ataque os trabalhadores e o povo brasileiro.

Peço, por favor, que o meu pronunciamento seja registrado nos Anais da Casa.

Documento 88/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-14:20
Publ.: DCD - 2/21/2019 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Posicionamento dos participantes na Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora, contrário à aprovação da reforma previdenciária.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sra. Presidenta, Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, neste minuto de que disponho, quero manifestar o meu apoio à classe trabalhadora, que hoje teve São Paulo como palco para manifestações, cujo foco principal foi a proposta de reforma da Previdência entregue hoje a esta Casa.

Essa proposta deixou revoltada a classe trabalhadora em todo o Brasil. De agora em diante, as ruas do nosso País serão o grande palco das manifestações - podem esperar! O povo está se organizando para dizer "não" à proposta de reforma da Previdência. Se aqui chegar a ser aprovada, essa proposta só penalizará a classe trabalhadora.

Portanto, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja dado como lido e seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Deferido o seu pedido, nobre Deputado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO FREI ANASTACIO RIBEIRO.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes na Casa, telespectadores da *TV Câmara*, um bom dia para todos.

Sra. Presidente, deixo aqui registrado o meu apoio à Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora, que hoje teve São Paulo como palco. O foco principal da manifestação foi a proposta de reforma da Previdência entregue hoje nesta Casa.

Essa proposta deixou a classe trabalhadora revoltada em todo o Brasil. De agora em diante, as ruas do nosso País serão palco de muitas manifestações - podem esperar! O povo está se organizando para dizer "não" a essa proposta de reforma que, se for aprovada, acabará com a aposentadoria pública.

Essa proposta só penaliza a classe trabalhadora e deixa os grandes devedores da Previdência sem pagar 1 centavo do que devem.

Quero aqui também me solidarizar com as mulheres, que, pela proposta, teriam um aumento de 7 anos no tempo de serviço para conseguirem se aposentar. O Governo aumentou em 3 anos a exigência para os homens e apresentou um aumento de 7 anos para as mulheres. Fica registrado aqui o meu protesto por essa discriminação e por essa desvalorização da classe trabalhadora feminina.

Finalizo solicitando que todo o teor do meu discurso seja divulgado nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados, bem como no programa *A Voz do Brasil*, e seja registrado nos Anais desta Casa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado pela atenção.

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 20/02/2019-14:28
CD
Publ.: DCD - 2/21/2019 - MARCON-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Indignação com a proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro. Incoerência entre o posicionamento do então Deputado Jair Bolsonaro e do Presidente da República com relação às reformas constitucionais.

O SR. MARCON (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, saúdo V.Exa. e os demais Deputados.

Em primeiro lugar, venho a esta tribuna para fazer uma pergunta à bancada do PSL.

Em janeiro, o Capitão, como Jair Bolsonaro é chamado pelo ex-Ministro - para mim, ele é o Presidente da República -, falou que era um absurdo elevar a idade mínima de aposentadoria a 65 anos para os homens e a 62 anos para as mulheres. Ele falou para a Nação que a reforma da Previdência traria a idade mínima de 57 anos para as mulheres e de 62 anos para os homens.

O que ele fez para a Nação brasileira? Mentiu, faltou com a verdade!

Temos que transformar o dia 8 de março no dia da luta contra a reforma da Previdência.

Que o Presidente da República peça desculpa ao povo brasileiro!

O meu voto é "não".

Solicito que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Deferido o seu pedido.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO MARCON.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para expressar toda a minha indignação e revolta com a proposta de reforma da Previdência apresentada pelo Governo Bolsonaro.

Os termos da reforma apresentada são indignantes e revoltantes, mas não trazem surpresa alguma, pois passamos o período eleitoral inteiro tentando alertar a população brasileira do quanto seria terrível para o Brasil e para o povo brasileiro um futuro Governo Bolsonaro.

A desfaçatez de Bolsonaro é tamanha que ele, ainda no exercício do seu mandato de Deputado Federal, gravou um vídeo em que diz: *"Querer aprovar uma reforma com 65 anos é, no mínimo, uma falta de humanidade"*. Pasmem: a reforma apresentada por ele traz exatamente a previsão da idade mínima de 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres.

A proposta apresentada por Bolsonaro é uma terrível mudança nas regras previdenciárias atuais e trará enormes prejuízos para os trabalhadores brasileiros do campo e da cidade. O que não surpreende é o fato de a reforma não trazer qualquer mudança no regime previdenciário dos militares.

Com muita luta dos Parlamentares da bancada do Partido dos Trabalhadores e de toda a sociedade civil, esse golpe aos direitos dos trabalhadores não irá para a frente.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, a bancada do Partido dos Trabalhadores travará uma luta ferrenha para que esta Casa não aprove essa vergonhosa proposta de reforma da Previdência apresentada pelo Governo Bolsonaro.

Documento 90/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-14:28
Publ.: DCD - 2/21/2019 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Repúdio à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Presidente Jair

Bolsonaro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, a reforma da Previdência apresentada pelo Presidente Bolsonaro nos faz ter saudade da reforma da Previdência do Temer, a qual era o absurdo do absurdo. Agora é a vergonha da vergonha de quem tinha vergonha, perdeu a vergonha e virou sem-vergonha!

Se esta Casa aprovar essa reforma, nós todos vamos ter aqui um bando de sem-vergonha. Esse é o nome, a pecha que nós vamos ter do cidadão e da população. Esta Casa tem que ter um pingo de vergonha na cara. Sessenta e cinco anos para se aposentar, com 40 anos de contribuição, é a aposentadoria pela hora da morte. Depois que o cidadão morreu, depois do velório do morto, quando estiverem levando o caixão para o cemitério: "*Segurem o féretro, que chegou a aposentadoria!*"

Não dá para aceitar isso.

Na aposentadoria rural, homens e mulheres são iguais. Na contribuição, homens e mulheres são iguais. Os pobres que recebem a aposentadoria, a pensão aos 65 anos, vão receber aos 70 anos, porque eles querem ver se, nesses 5 anos, os infelizes morrem. O Governo torce pela morte deles para não ter que pagar nada.

É esta a reforma demorada, estudada e pensada que levaram tanto tempo para fazer? Vão tirar do pobre. Onde está a DRU? Trinta por cento da receita da Previdência Social é desviada para a DRU. E os sonegadores? E as isenções? E os grandes devedores? E os bancos? Criem vergonha na cara! Quando fizerem a barba, não vai sair barba, vai sair serragem. Criem vergonha na cara! Essa reforma é cara de pau! Não dá para aceitá-la!

Documento 91/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-14:32
Publ.: DCD - 2/21/2019 - PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Indignação com a proposta de reforma previdenciária apresentada pelo

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a marca do *slogan* do Governo Federal é a mentira, é o *fake*. O anúncio da reforma da Previdência, principalmente em relação à trabalhadora rural, é um verdadeiro crime, pois estabelece que uma trabalhadora rural, principalmente do Nordeste, do Semiárido, pode aposentar-se aos 60 anos, com comprovação de mais de 20 anos de contribuição.

Além disso, o Benefício de Prestação Continuada - BPC para as pessoas que têm patologias que o Estado albergou agora só será concedido integralmente às pessoas com idade acima de 70 anos. Na realidade, vai ser um novo auxílio-funeral. Existe um jogo entre o capitão e o general: cada um diz que a culpa é do outro. É tudo igual. Na realidade, essa articulação é apoiada pelos militares.

Documento 92/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-14:40
Publ.: DCD - 2/21/2019 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, sobre a alteração do sistema previdenciário. Deliberações da Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora no tocante à proposta governamental de reforma previdenciária, realizada em São Paulo, Estado de São Paulo.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidenta.

Queria deixar registrados e que fossem divulgados no programa *A Voz do Brasil* dois pronunciamentos: um sobre a situação e a questão da Previdência e outro sobre uma manifestação feita hoje pelas centrais sindicais a respeito desta reforma da Previdência colocada aqui na Câmara.

A reforma da Previdência trazida pelo Presidente Bolsonaro atende os interesses dos bancos e dos ricos, é contra a classe trabalhadora, é contra os mais pobres. É uma medida rápida de um Governo que se inicia e quer fazer maldade, logo de início, com os trabalhadores e

trabalhadoras rurais, com os operários, com os servidores públicos.

Sra. Presidente, quero que seja divulgado o meu discurso.

Tenho certeza de que a classe trabalhadora, seja do campo, seja da cidade, fará mobilizações e cobrará do Parlamento postura firme para impedir este retrocesso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Deferido seu pedido, Deputado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje o Presidente Bolsonaro apresentou oficialmente a sua proposta de reforma da Previdência, a PEC 6/19.

A proposta, além das questões gerais que afetam trabalhadores e trabalhadoras, tem um lado perverso que atinge de forma muito especial os Municípios e os Estados do Nordeste.

As mudanças propostas pelo Governo para a previdência rural, além de serem extremamente injustas, ao tirarem direitos das famílias mais pobres, ou seja, daquelas que vivem no meio rural, aumentando a idade mínima da mulher em 5 anos para a aposentadoria, igualando-a à dos homens, que já era de 60 anos, cria a obrigatoriedade de comprovação de contribuição por 20 anos, o que era comprovado por notas de venda de suas produções; muda as regras para a obtenção do direito ao Benefício de Prestação Continuada - BPC, passando a ser exigida a idade de 70 anos para o beneficiário poder receber o valor de 1 salário mínimo, sendo que a partir de 60 anos a proposta estabelece o pagamento de R\$ 400,00, permanecendo a regra de renda *per capita* familiar inferior a um quarto do salário mínimo.

Publicação da CONTAG informa que, em quase um terço das cidades brasileiras, o pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios assistenciais superam o valor do FPM repassado às Prefeituras.

No Nordeste como um todo, em 2018, os valores das aposentadorias somaram R\$ 51,5 bilhões, enquanto os valores do Fundo de



Participação dos Municípios - FPM somaram R\$ 29,6 bilhões.

No Estado de Sergipe, enquanto o FPM foi de R\$ 1,4 bilhão, os valores das aposentadorias foram de R\$ 1,6 bilhão, mesmo considerando que em Aracaju o valor da aposentadoria rural é de menor significação.

Ao analisarmos alguns Municípios como Canindé de São Francisco, onde a aposentadoria rural soma R\$ 31,2 milhões e a receita do FMP chega a apenas R\$ 16,1 bilhões, vemos que neste caso as aposentadorias representaram 66% do total desses rendimentos. Em Monte Alegre, as aposentadorias somaram R\$ 16,8 milhões, enquanto o total de FMP foi de R\$ 16,8 milhões. Em Poço Redondo, as aposentadorias somaram R\$ 18,5 bilhões e o FPM, R\$ 36,2 bilhões. Em Propriá, o total do FPM foi de R\$ 16,1 bilhões e as aposentadorias chegaram a mais de R\$ 43 bilhões. Em Nossa Senhora da Glória, o valor das aposentadorias rurais somaram R\$ 77,6 milhões, enquanto o FPM foi de apenas R\$ 18,4 bilhões. Nesse caso as aposentadorias e benefícios chegam a mais de 80% da soma dos valores.

Como se sabe, essas transferências são fundamentais para a vida das cidades, nas quais o comércio e os serviços giram em torno desses benefícios recebidos pelas famílias que têm aposentados e não deixam comprometer a qualidade de vida de toda a população.

Assim, trabalhadores e trabalhadoras rurais são prejudicados na redução de renda de suas famílias, com repercussão negativa em suas vidas, notadamente na saúde, educação, comprometendo inclusive o mais básico direito que é o da alimentação.

Assim, Sras. e Srs. Deputados, somos contra e conclamo todos, inclusive os movimentos sociais e sindicais, a fecharmos fileira contra mais essa injustiça contra o nosso povo.

Obrigado.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL.

Matéria referida:

- Em defesa da Previdência e contra o fim da aposentadoria

Dia Nacional de Luta em Defesa da
Previdência Pública e Contra o Fim da Aposentadoria
Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora
Em Defesa da Previdência
E Contra o Fim da Aposentadoria

20 de fevereiro de 2019

A Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora em defesa da previdência e contra o fim da aposentadoria, convocada pelas Centrais Sindicais brasileiras e realizada na Praça da Sé, São Paulo/SP, em 20 de fevereiro de 2019, ao considerar que:

- a CPI da Previdência Social mostrou que a Previdência Social brasileira vem sendo espoliada há décadas: grandes empresas e conglomerados econômicos - inclusive empresas estatais e grandes bancos - devem cerca de 450 bilhões de reais; o desmonte no sistema favorece a existência de milhares de sonegadores; cerca de 300 bilhões de reais por ano deixam de entrar nos cofres da previdência, em função de políticas de desoneração tributária, inclusive os 150 bilhões da folha de pagamento; outros 110 bilhões de reais são retirados anualmente da Previdência graças à Desvinculação das Receitas da União (DRU), medida que, excluída das receitas da Previdência Social, por si só, acabaria com o falso propalado déficit da Previdência;

- os benefícios pagos pela Previdência Social, principalmente as aposentadorias e pensões, são os principais rendimentos que mantêm milhões de famílias brasileiras, viabilizam os negócios dos pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços e o funcionamento de milhares de municípios do interior do país;

- um sistema de seguridade e previdência social deve garantir proteção a todos os trabalhadores e trabalhadoras, com regras igualitárias e justas, pública, sustentável no longo prazo, com gestão transparente e com controle social, para prover os direitos dos atuais trabalhadores e trabalhadoras, aposentados e aposentadas e pensionistas e também das futuras gerações, dos jovens que doravante ingressarão no

mercado de trabalho;

Delibera que:

1. defender o sistema público de seguridade e previdência social é prioridade máxima da ação sindical unitária face às ameaças de corte de direitos, privatizações e outras mazelas oriundas de importantes setores políticos e econômicos, especialmente do sistema financeiro;
2. o corte de direitos e benefícios, inclusive a desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo, que são diariamente cogitados pelo governo, pela mídia e por setores políticos, deve ser encarado como um ataque à sociedade;
3. cabe ao movimento dos trabalhadores e a suas entidades (centrais, confederações, federações e sindicato) construir uma ampla frente para derrotar nas ruas, na sociedade civil organizada e no Congresso Nacional as propostas de reforma;
4. faremos um amplo chamamento a todos os setores democráticos da sociedade brasileira, às igrejas e suas mais diferentes confissões, aos prefeitos e vereadores, aos deputados e senadores, aos partidos políticos preocupados com os direitos sociais e populares e cerrarem fileiras em defesa da Previdência Social Pública e contra o fim da aposentadoria;
5. ampliaremos a atuação sindical no espaço institucional do Congresso Nacional, intensificando a interlocução com os parlamentares e com a Frente Parlamentar e Defesa da Previdência Social;
6. os sindicatos e demais organizações devem promover debates e mobilização dos trabalhadores e esclarecer, por meio de divulgação ampla e inovadora, questões relativas à aposentadoria, previdência e seguridade social;
7. é fundamental avançar na unidade de ação do movimento sindical, estabelecendo um calendário de lutas em defesa da Previdência Pública e contra o fim das aposentadorias, mobilizações que devem ter como foco a luta de massas nos locais de trabalho, nos bairros e municípios e em grandes atividades unitárias promovidas pelas centrais sindicais em todas as capitais dos estados.
8. na convocação de grandes atos unitários, destacaremos a defesa da Previdência Social pública como no 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, e no 1º de Maio, Dia do Trabalhador;
9. realizar um dia nacional de lutas e mobilizações em defesa da

Previdência Social Pública e contra o fim da aposentadoria, em data a ser estabelecida pelas Centrais Sindicais, como parte da Jornada Nacional de Lutas em defesa da Seguridade Social e a Previdência Social.

CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros

CSP - CONLUTAS - Centras Sindical e Popular

CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT - Central Única dos Trabalhadores

Força Sindical

INTERSINDICAL - Central da Classe Trabalhadora

INTERSINDICAL - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora

NCST - Nova Central Sindical

Documento 93/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-15:00
Publ.: DCD - 2/21/2019 - NELSON PELLEGRINO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Bolsonaro enviou a esta Casa hoje o projeto da reforma da Previdência. Como sempre, erra ao misturar coisas que são diferentes, o Regime Próprio com o Regime Geral. O Regime Geral está dentro da Seguridade Social, tem



recursos e é autossustentável. O Regime Próprio, que é o regime dos servidores públicos, tem que ser debatido. No entanto, ele manda um projeto para esta Casa em que aqueles que representam a metade do déficit do Regime Próprio, que são os militares, ficam de fora da reforma previdenciária. E, o que é pior, condena o trabalhador da iniciativa privada a só se aposentar com 65 anos de idade, os homens, e 62 anos, as mulheres, além de elevar o benefício de prestação continuada para 70 anos, o que o inviabiliza.

Se esse projeto for levado a cabo, 80% dos trabalhadores do Regime Geral ou não se aposentarão ou não terão nenhuma aposentadoria integral.

Vamos derrotar esse projeto em plenário!

Documento 94/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-15:08
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	JOSÉ NELTO-PODE -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Inevitáveis prejuízos aos trabalhadores brasileiros, no caso de aprovação da proposta de reforma previdenciária. Necessidade de redução dos gastos do Congresso Nacional e do Poder Judiciário.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PODE - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, profissionais da imprensa, eu vejo, neste Parlamento - e este é o meu primeiro mandato aqui na Câmara Federal -, muitos Parlamentares dizendo que fazem parte da nova política e querem a nova política, mas estou sentindo que é apenas discurso.

Chega a esta Casa a reforma da Previdência. Com relação a ela eu já tenho os dois pés atrás. É uma reforma que vai prejudicar os trabalhadores do Brasil. Quero deixar bem claro que quero desafiar o Colégio de Líderes e a Mesa Diretora desta Casa a, antes de discutirmos a reforma da Previdência, sabermos quem quebrou a Previdência. Quem deve à Previdência? Onde está a auditoria do Tribunal de Contas? Quem são os devedores? De que adianta fazermos aqui uma reforma, se não fecharmos os dutos da corrupção?

E mais, eu gostaria de discutir, neste Parlamento, no Colégio de Líderes, um projeto de lei, uma proposta de emenda à Constituição

para cortar na carne.

Eu não ouvi nenhum Parlamentar dizer que devemos cortar 20%, 30% dos gastos do Poder Legislativo Federal, do Congresso Nacional; das Assembleias Legislativas; das Câmaras Municipais; do Poder Judiciário, que é um Poder caro para a Nação brasileira; dos Tribunais de Contas do nosso País; do Ministério Público. É essa a reforma que deveríamos discutir neste Parlamento.

Agora, a reforma da Previdência vai cortar - e muito - na carne dos trabalhadores! Mais uma vez, os trabalhadores brasileiros vão pagar a conta pela má gestão, pela má gerência do Governo! Se a crise da Previdência chegou aonde chegou, Presidente Geovania de Sá, a culpa é dos governantes, dos ex-Presidentes e ex-Governadores que não tiveram coragem de fazer reformas! Só pensaram em gastar!

Esta Casa tem que pensar muito bem, antes de votar a reforma da Previdência, em fazer a reforma no setor público, porque nós gastamos muito. Este Parlamento é um dos mais caros do mundo! O Poder Judiciário brasileiro é um dos mais caros do mundo e não tem eficácia, não promove a justiça que o povo espera.

Deputados que falam que são da nova política, vamos debater! O nosso partido, o Podemos, quer discutir essa reforma, para que amanhã haja trabalho para o trabalhador; para que amanhã o pequeno, o médio e o grande empresário possam gerar emprego na nossa Nação!

Se chegarmos ao final do ano, e o Brasil continuar tendo 11 milhões, 12 milhões de desempregados, a culpa vai cair sobre nós aqui também, no Congresso Nacional, além de cair sobre o Governo Federal!

Presidente, peço que conste do programa *A Voz do Brasil* o meu pronunciamento.

Documento 95/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-15:12
Publ.: DCD - 2/21/2019 - GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do aniversário natalício da Chefe de Gabinete do orador, Maria Adélia. Agradecimento à bancada do PSOL e à militância do partido pela



recondução do Parlamentar ao cargo de Deputado Federal. Incoerência entre o posicionamento do então Deputado Jair Bolsonaro e do Presidente da República no tocante à realização da reforma previdenciária. Incoerência do posicionamento do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, sobre o crime de caixa 2. Exigência de esclarecimento, por parte dos Líderes do Governo e do PSL, sobre o paradeiro do ex-assessor parlamentar, Fabrício Queiroz. Inconsistência do esclarecimento do Líder do PSL sobre a existência de intercâmbio cultural na nomeação de general brasileiro para as Forças Armadas dos Estados Unidos da América. Inadmissibilidade da participação do Brasil em possível intervenção militar na Venezuela. Elogio à Deputada Alice Portugal pela luta empreendida contra a implantação da chamada Escola sem Partido. Luta do orador contra a desestruturação da previdência pública.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta.

Senhoras e senhores, eu começo fazendo um agradecimento ao Lucas, assessor parlamentar que garantiu a permuta para que pudéssemos fazer uso da palavra neste momento. Agradeço à equipe de trabalho do nosso mandato como Deputado Federal. Faço um agradecimento hoje especial à Maria Adélia, a Dedé, essa guerreira que hoje faz aniversário e é nossa chefe de gabinete. Faço um agradecimento à bancada do PSOL na Câmara dos Deputados. Faço um agradecimento à Liderança do PSOL, ao partido, a toda a militância e aos milhares de eleitores e eleitoras do Estado do Rio de Janeiro que possibilitaram que eu estivesse aqui exercendo o quarto mandato como Deputado Federal.

Vamos aos temas. O Sr. Bolsonaro anuncia, no dia de hoje, a sua reforma da Previdência e entrega o seu texto. Só que esse mesmo Jair Bolsonaro disse, há muito pouco tempo, sobre a proposta de idade mínima de 65 anos - abre aspas, palavras do Sr. Bolsonaro; é bom inclusive que os Parlamentares da base do Governo estejam aqui - : *"Eu estive no Piauí. A expectativa de vida lá, 69 anos. Botar 65 é um crime"*. Disse isso, Deputado Ivan Valente, Líder do PSOL, o Deputado Jair Bolsonaro.

O mesmo Jair Bolsonaro disse - abre aspas -: *"A expectativa de vida no Nordeste está na casa dos 70 anos de idade. Querer aprovar uma reforma com 65 anos é, no mínimo, uma falta de humanidade"*.

Quem disse isso não foi nenhum Parlamentar da Oposição nem da bancada do PSOL, foi o Sr. Jair Bolsonaro, Deputada Erika Kokay.

E disse mais, de maneira exaltada, tendo ao lado o seu filho que agora foi eleito Senador: *"Ainda vem com essa porcaria de reforma da*

Previdência. Sessenta e cinco anos? Não vai aprovar!"

Bom, quem disse isso foi o Sr. Jair Bolsonaro. Mas isso está sendo dito agora através das minhas palavras. Vamos tentar ouvir aqui o próprio Jair Bolsonaro? Vamos ver se dá para ouvir o áudio dele aqui.

(Reprodução de áudio.)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Os senhores conseguiram ouvir?

Senhoras e senhores e todos aqueles que estão acompanhando esta sessão, é um mentiroso! Utilizou, no período da campanha eleitoral, esse discurso para ganhar votos e a confiança do povo brasileiro e agora vem e apresenta uma proposta de reforma da Previdência com idade mínima de 65 anos. E faz mais! Faz alteração no BPC - Benefício de Prestação Continuada. Sabem quem é que ganha BPC? Quem tem renda familiar de um quarto do salário mínimo por pessoa, combinado com dificuldade sensorial de natureza grave ou idade avançada de 65 anos, que eles querem jogar para 70 anos. Sabem qual é o nome disso, Deputados e Deputadas da base do Governo? O nome disso é covardia!

E tem mais: querem exigir dos brasileiros 40 anos de contribuição para ter acesso à aposentadoria integral.

Está aqui, está no texto que foi entregue hoje pelo Sr. Presidente da República. Desculpem-me se eu não posso ser polido neste momento e falar outra palavra que não seja esta: covardia!

Quarenta oradores já subiram à tribuna no dia de hoje. Que eu tenha visto ou ouvido nenhum foi aos microfones para defender esse desmonte da previdência pública. E vem mais, porque o Sr. Jair Bolsonaro, acompanhado de Paulo Guedes, traz também uma proposta de regime de capitalização. Utilizam como modelo para essa experiência - dizem que depois haverá uma norma infraconstitucional para regulamentação - o Chile. Mas o que eles não dizem é que, no Chile de Pinochet, que fez essa reforma, orientado pelos Chicago Boys do Sr. Milton Friedman - esses são dados oficiais -, mais de 90% dos aposentados, feita a conversão do seu benefício para a moeda brasileira, ganham aproximadamente 600 reais, Deputada Alice. E o salário mínimo no Chile, se convertido para a moeda brasileira, é de 1.200 mil reais. Repito: são dados oficiais.

Então, quando vierem apresentar a mim ou ao povo brasileiro o Chile como exemplo, tenham vergonha de fazer isso - vergonha! Noventa por

cento dos aposentados no Chile - repito o dado -, se convertido o seu benefício para a moeda brasileira, ganham em torno de 600 reais.

Vejo que já há vários Parlamentares querendo fazer um aparte. A palavra está à disposição, para que possamos interagir.

Ouçõ o Deputado Airton Faleiro.

O Sr. Airton Faleiro - Deputado Glauber Braga, eu sou agricultor familiar no Pará e quero contribuir com o seu pronunciamento, trazendo este aspecto da reforma da Previdência, o do trabalhador rural. Mas, antes de falar disso, quero dizer que V.Exa. tem razão, quando, em outras palavras, chama a atenção desta Casa para o fato de que a reforma da Previdência não é um tema de disputa entre Oposição e Situação. A reforma da Previdência é de responsabilidade do conjunto das forças políticas desta Casa. É verdade também que a proposição que chegou hoje pelas mãos do Presidente da República a esta Casa não trata de resolver os problemas do caixa da Previdência a partir da sonegação e de um endurecimento com os que podem mais. É uma reforma que vem meter a mão no bolso da classe trabalhadora, retirando seus direitos. V.Exa. estava falando da expectativa de vida da população do nosso País. Eu diria a V.Exa. que, se nós pegarmos a área rural, é ainda menor a expectativa de vida. Eu acho uma insensibilidade sem medida querer aposentar uma mulher trabalhadora rural, um homem trabalhador rural, que produz alimentos para este País, quando não tiver mais condição de desfrutar minimamente dessa aposentadoria. Parabéns pelo vosso pronunciamento!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Muito obrigado, Deputado.

E eu tenho certeza de que os Parlamentares vão rejeitar essa proposta. Não vão aceitar que os camponeses, que as trabalhadoras e trabalhadores rurais brasileiros passem por essa humilhação, essa covardia, que, neste momento, tenta impor o Governo. E digo mais: o que eles não topam é fazer a auditoria independente da Seguridade Social brasileira. Isso eles não topam. Eles querem dizer que o déficit existe, mas não topam, de maneira nenhuma, a entrega dos dados consolidados para que esse mito do déficit possa ser desmontado.

Deputado Rogério. Depois, o Deputado Ivan Valente e o Deputado Edmilson.

O Sr. Rogério Correia - Obrigado, Deputado Glauber Braga. Primeiro, quero parabenizá-lo pelo tema que traz à tribuna. Eu fico impressionado com este Governo, que está no início, se é que começou. Este Governo tem mentiroso, tem laranja, tem miliciano, tem Ministro caixa dois e Ministro que perdoa o caixa dois, tem de tudo. Parece-me aquela Arca de Noé, sem o Noé. Esse é o Governo do



Bolsonaro. Só se unem para tirar direito dos trabalhadores. Eu tenho uma proposta que estávamos apresentando em nome do PT, e que eu queria estender evidentemente ao PSOL e a todos os Deputados. V.Exa. citou bem: ninguém teve a coragem até agora - e acho que não vai ter - de defender essa maldita reforma da Previdência. E a minha proposta é que nós façamos a convocação de uma Comissão Geral, convidando inclusive as Centrais Sindicais, os trabalhadores e o povo, para fazer o debate aqui no plenário desta Casa. Eu acho que essa é uma atitude que podemos ter para rechaçar de vez a reforma da Previdência desse Governo, que, repito, parece mais com a Arca de Noé, mas o Noé não está dentro dela.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - É excelente a ideia de uma Comissão Geral. E vamos ver se o Sr. Paulo Guedes vai vir para a Comissão Geral ou se ele vai fazer como o Sr. Moro, que foi blindado para que não respondesse às perguntas, aos questionamentos dos Parlamentares.

Deputado Ivan Valente, Líder do PSOL.

O Sr. Ivan Valente - Deputado Glauber, queria, em primeiro lugar, parabenizá-lo pela coragem e pelo foco que V.Exa. está dando à reforma, inclusive cobrando coerência, uma palavra rara hoje. Bolsonaro ficou 28 anos nesta Câmara contra qualquer reforma da Previdência, principalmente para os militares. Hoje, ele traz a reforma da Previdência aqui e simplesmente diz: "*Estou fazendo uma autocrítica, me arrependi*". Depois que chegou lá, ele se arrependeu. Na verdade, ele mente, como mentiu quando disse que não tinha falado com o Ministro Bebianno. É um mentiroso, simplesmente! Em segundo lugar, ele vem no meio da laranjada. Eles estão numa megacrise. Aí, para ter o apoio do mercado e da grande mídia, ele vem e entrega a reforma da Previdência. A bolsa subiu, o dólar caiu, logicamente! Mas para isso - acho que V.Exa. pegou bem - basta recordar o que aconteceu no Governo Pinochet. Hoje, eles revertem a capitalização no Chile, porque a miséria foi tanta... Ninguém recebeu nada no final da capitalização. Por isso, Deputado, quero parabenizá-lo e dizer o seguinte. Não dá, nem para V.Exa. no momento, para dizer tudo que há de maldade e perversidade nessa reforma da Previdência.

Só de pensar que um trabalhador rural tem que trabalhar 65 anos... É não entender o que é enxada. Homens e mulheres iguais? É não entender a diferença do trabalho, inclusive da tripla jornada de trabalho das mulheres. Tudo isso para o capital financeiro chegar através da capitalização. E mais: atacar o Benefício de Prestação Continuada? Com 60 anos, no valor de 400 reais, e só aos 70 anos... Isso é um absurdo total! Haverá reação na sociedade. Haverá reação aqui dentro do Congresso. Os Deputados e Deputadas sabem o que é o Nordeste brasileiro, sabem o que é o Benefício de Prestação Continuada e sabem que nós temos 14 milhões de desempregados e 45% da mão



de obra na informalidade. E a sazonalidade do trabalho é enorme. Aposentar-se com 40 anos de contribuição e no mínimo 20 anos...!? Ninguém mais se aposenta no Brasil, Deputado Glauber. V.Exa. está de parabéns. É o parabéns da bancada do PSOL, mais uma vez, pelo brilhantismo da sua exposição. Obrigado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Muito obrigado, Deputado Ivan Valente.

Antes de passar para o Deputado Edmilson, vou aproveitar que o Deputado Ivan Valente falou sobre a incoerência e sobre o laranjal e dizer que essa incoerência não é só do Presidente da República, mas também do Sr. Ministro da Justiça, que disse em uma palestra nos Estados Unidos, abre aspas, "*Caixa dois é pior do que corrupção*", Deputado Pedro Uczai. Quem disse isso foi o Sr. Sergio Moro. Depois ele disse que o seu colega de Governo, Deputado e agora Ministro Onyx Lorenzoni estava perdoado, pois já tinha pedido desculpas.

Essa é a incoerência do Sr. Ministro da Justiça, que quer inclusive ampliar uma agenda do estado penal para que ela sirva como cortina de fumaça para uma agenda que é altamente impopular, que é a de desmonte do Estado brasileiro nas suas garantias sociais, com reforma da Previdência, reforma trabalhista e rodadas de privatizações. É o mesmo jogo com atores diferentes, mas trabalhando em conjunto.

Deputado Edmilson Rodrigues.

O Sr. Edmilson Rodrigues - Deputado Glauber, para respeitar o tempo de V.Exa. e poder ouvir a sua sempre brilhante análise dos problemas sociais, eu queria apenas dizer que é uma honra compartilhar com V.Exa. deste segundo mandato que se inicia e do meu primeiro mandato e de ser um militante das mesmas causas que V.Exa. defende: uma sociedade justa, democrática, feliz, sem qualquer tipo de violência que se expresse na exploração do trabalho ou em qualquer forma de opressão, como o racismo, o sexismo, a LGBTfobia e tantos outros crimes contra a humanidade, como têm-se visto aqui nesta Casa e como tem sido o atual Presidente representante dessas perversidades.

Eu só queria agradecer a V.Exa. essa oportunidade e dizer o seguinte: Eles não falam que são contra as elites? Não é para acabar com os privilégios? Pelo que pude ler, num pequeno intervalo de almoço, a proposta é globalmente contra o pobre, o portador de deficiência, os que estão na faixa de miséria, que, para receberem 400 reais, mesmo passando fome, terão que esperar 60 anos de idade, se sobreviverem até lá. Então, realmente... Este Governo é representado por um Presidente que tem a esposa envolvida em recepção de dinheiro, que empresta 40 mil para um milionário que, em 3 anos, abocanhou 7



milhões, cuja filha foi assessora do Presidente sem trabalhar aqui, ficava fazendo massagens e dando assistência às dondocas globais - tudo bem! -, mas ganhando salário, dinheiro público, ele que emprestou dinheiro para um homem muito rico, apesar de ser aposentado com 8 mil reais, e agora está envolvido em um laranjal de muitas laranjas podres e acha que tem autoridade para destruir o futuro do nosso povo. Não passará!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Obrigado, Deputado Edmilson Rodrigues. A sua intervenção nos leva também a perguntar: Cadê o Queiroz? Onde está o Queiroz? Ninguém sabe e ninguém viu. Eu queria perguntar inclusive para o Líder do Governo e para o Líder do PSL: Onde está o Queiroz?

Eu já vou passar a palavra para as Parlamentares e para os Parlamentares que a solicitaram, mas há um tema que não podemos deixar de tratar. Nós não vivemos em uma ilha e sabemos que a articulação do que acontece no nosso País tem também os seus componentes internacionais.

Ontem fiquei abismado quando o Líder do PSL foi ao microfone, Deputado Patrus, e disse que a nomeação de um general brasileiro para as Forças Armadas americanas era simplesmente um intercâmbio cultural. Isso parece até uma brincadeira com o povo brasileiro.

Então, quer dizer que esse intercâmbio cultural de nomeação de um general brasileiro nas Forças Armadas americanas pode se repetir também com as Forças Armadas chinesas? Pode se repetir também com as Forças Armadas dos mais variados países? É claro que não!

Tem razão a parte das Forças Armadas brasileiras que não quer se meter num conflito regional com a Venezuela, que tem a maior reserva de petróleo do mundo.

Esperamos que também aqui no Parlamento não haja de alguns Parlamentares a defesa dessa aventura de uma intervenção militar no nosso continente.

Se algum de vocês - e falo isso respeitosamente - quiser ficar de joelhos para o que é a representação do Governo dos Estados Unidos, que fique, mas não nos levem com vocês para essa aventura.

E o Almirante Craig Faller, esse que teria feito uma articulação, Deputado Afonso, para o que o Líder do PSL chamou de intercâmbio cultural, declarou no Senado dos Estados Unidos:

"Queremos inimigos que nos temam e amigos que façam parceria conosco", utilizando este como um dos argumentos para a nomeação



de um general brasileiro nas Forças Armadas dos Estados Unidos.

Isso é inconcebível, e faz bem uma parte das Forças Armadas que reage contra esse arbítrio do Governo do Sr. Jair Bolsonaro, que quer colocar o nosso País de joelhos para os Estados Unidos.

Passo a palavra para a Deputada Alice Portugal; logo depois para o Deputado Pedro Uczai e para a Deputada Erika Kokay.

A Sra. Alice Portugal - Apenas, Deputado Glauber Braga, quero parabenizar V.Exa. e dizer que argumentos lúcidos, como os de V.Exa., contribuirão não somente para a cristalização de uma frente da esquerda, uma frente mais ampla do que a esquerda, para derrotarmos essa orientação de entrega do patrimônio nacional, infelizmente, de perda de direitos do nosso povo, materializada nesta reforma da Previdência, mas também, acima de tudo, para a defesa da democracia, ameaçada nesse rasgar permanente da Constituição. V.Exa. enobrece esta Casa e é, sem dúvida, um dos agentes principais da construção desse movimento pela recuperação de um Brasil democrático. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Muito obrigado, Deputada Alice. Faço questão de mais uma vez registrar a sua luta contra a mordaza nas unidades escolares, com a tentativa de criminalização de professores e profissionais da educação, na tentativa de aprovação de um projeto chamado Escola sem Partido, mas que é, na verdade, a mordaza. Foi também uma grande honra ter tido a oportunidade de militar com V.Exa.

Concedo um aparte ao Deputado Pedro Uczai.

O Sr. Pedro Uczai - Deputado Glauber Braga, seu pronunciamento hoje não poderia vir no melhor lugar e no melhor momento histórico. Parabéns pelos temas que V.Exa. traz a esta tribuna, parabéns pela sua lucidez, parabéns pela sua clareza política de que nós temos que enfrentar este retrocesso histórico em curso. E a reforma da Previdência vai ser o início da derrota deste Governo, porque milhões de brasileiros não vão se aposentar, milhões de brasileiros vão se aposentar mal e outros milhões de brasileiros vão ter que trabalhar 5, 10, 15, 20 anos a mais para se aposentar. E, olhe, quando se discute gênero, quais serão as maiores vítimas da reforma da Previdência? Serão as mulheres, as mulheres camponesas, as mulheres trabalhadoras e as mulheres professoras. Essas serão as primeiras vítimas. As segundas vítimas serão os trabalhadores de modo geral e os mais pobres, que vão pagar a conta da Previdência. Os privilegiados estão intocáveis. Mentiroso é este Governo que diz que os privilégios vão acabar com a reforma da Previdência. Parabéns, Deputado



Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Obrigado, Deputado Pedro Uczai.

Deputada Fernanda Melchionna, ontem, o Governo aqui teve a sua primeira derrota, mas a derrota que vai ser substantiva vai ser aquela que se acumulará junto com a sociedade brasileira para que esse desmonte da Previdência pública não venha a ser aprovado.

Concedo um aparte à Deputada Erika Kokay. Depois, será a Deputada Lídice da Mata, para podermos fazer o encerramento.

A Sra. Erika Kokay - Deputado Glauber, eu venho aqui agradecer ao povo do Rio de Janeiro por ter ofertado à Nação um mandato da qualidade do seu mandato, que está sempre atuante na defesa da soberania nacional e do povo brasileiro e que tem pontuado no dia de hoje o tanto que representa de crueldade a reforma da Previdência ou a deforma da Previdência, como também essa ingerência ou essa subalternização do Brasil aos interesses estadunidenses.

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Deputado Glauber Braga, falta 1 minuto para encerrar o Grande Expediente, e está inscrito mais um orador.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Depois que a Deputada Erika Kokay concluir, quero só falar uma frase para encerrar a minha fala.

A Sra. Erika Kokay - Enfim, como se poderia imaginar que um General brasileiro estivesse aqui no Brasil a serviço do exército estadunidense para articular provavelmente uma invasão à Venezuela. V.Exa. traz essa discussão. Por fim, Deputado Glauber, quero apenas dizer que a cor da nossa bandeira nunca será laranja!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Obrigado, Deputada Erika.

Concedo um aparte à Deputada Lídice da Mata.

A Sra. Lídice da Mata - Serei rápida. Deputado Glauber, gostaria de saudar V.Exa. pelo brilhantismo - eu o conheço há muito tempo - e também dizer que, acima do seu brilhantismo intelectual, está a sua coerência na militância em defesa do povo trabalhador. Essa reforma da Previdência reafirma o conteúdo que nós já conhecíamos, um



conteúdo contra o povo, antipovo. É o lobo vestido na pele do cordeiro.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Eu termino com uma frase - não vou utilizar nem 1 minuto - para primeiro agradecer a Deputada Lídice da Mata. A luta de vida do nosso companheiro Jean Wyllys e a luta de vida da nossa companheira Marielle Franco não são nem serão em vão!

Vamos continuar firmes na articulação com a sociedade brasileira, com os instrumentos de participação direta, porque o centro de decisão deste País não tem que ser a tribuna ou os gabinetes engravatados. O centro de decisão tem que ser a praça pública, a vontade popular!

Nós vamos derrotar esse desmonte da previdência pública no nosso País.

Muito obrigado.

Documento 96/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-16:08
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	ZECA DIRCEU-PT -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Repúdio à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Poder Executivo.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero registrar minha indignação com a proposta apresentada hoje da nova Previdência.

É uma proposta criminosa, pior do que a que Temer tentou aprovar aqui no Congresso. Querem que o brasileiro trabalhe até morrer ou morra de trabalhar. Nada se apresentou no que diz respeito às mudanças legislativas que possam permitir, por exemplo, punir e cobrar os devedores da Previdência. Nada se apresentou aqui no que diz respeito aos militares.

Quando se diz que essa proposta visa acabar com privilégios, é uma brincadeira de mau gosto. Trata-se, na verdade, de uma grande mentira que será combatida aqui. Vamos, dia a dia, expor cada ponto absurdo e, é claro, buscar com a população brasileira e as entidades organizadas a devida articulação para reprovarmos essa proposta.

Documento 97/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-16:16
Publ.: DCD - 2/21/2019 - CARLOS VERAS-PT -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação da bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 441-D, de 2017, sobre a criação do cadastro positivo de crédito e a regulamentação da responsabilidade civil dos operadores. Congratulações às centrais sindicais e movimentos populares pela realização de manifestações em defesa da Previdência Social. Contrariedade à proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT orienta pela obstrução.

Aproveito para, neste minuto, cumprimentar e parabenizar as centrais sindicais, a Frente Brasil Popular, a Frente Povo Sem Medo, as organizações populares que estarão, durante todo o dia de hoje, nas ruas, realizando diversas atividades em defesa da previdência pública, em defesa de uma previdência para todos e para todas.

Com a proposta apresentada, essa previdência está sob ataque, porque desconsidera a condição da mulher, que tem dupla, tripla jornada; desconsidera a vida do homem ou da mulher que trabalha no campo, os nossos camponeses, e quer fazer com que o agricultor familiar contribua em 1 ano com cerca de 600 reais. Isso é desconsiderar, Sr. Presidente, a vida que leva hoje um homem ou mulher do campo, que muitas vezes não têm acesso à água, à educação, à saúde.

Por isso, vamos resistir e impedir que...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 98/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-16:28
Publ.: DCD - 2/21/2019 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posicionamento da oradora contrário à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Federal.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero fazer uma referência a entrega hoje, nesta Casa, da PEC que trata da chamada reforma - ou deforma - previdenciária.

Em tudo vemos o ataque às trabalhadoras e aos trabalhadores, aos pensionistas, às servidoras públicas e aos servidores públicos, às trabalhadoras do campo e da cidade, para as mulheres ainda mais. É impressionante como todo o texto do que vamos analisando é eivado de cobranças superiores na vida das mulheres.

Por isso, senhoras e senhores, nós resistiremos. Há aqui uma desconstitucionalização de regras gerais do sistema previdenciário, o sistema que é de solidariedade não apenas entre gerações, mas também entre a dimensão tripartite de trabalhadores que fazem a sua parte, de empresários que devem fazer a sua parte e do Governo...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sr. Presidente,...

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (Bloco/PRB - AM) - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Só um minuto, a Deputada Maria do Rosário está terminando o seu pronunciamento.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Concluo, Sr. Presidente, dizendo que não há um só gesto do Governo para cobrar a sonegação. Não há um gesto do Governo para indicar que melhor atenderá os setores de fiscalização e que cobrará dos sonegadores. Sonegação da Previdência, senhoras e senhores, é uma forma de corrupção: corrupção contra idosos, contra pessoas com deficiência, contra pensionistas.

Onde já se viu pensar e reduzir a pensão *post mortem*? Onde já se viu tirar recursos de famílias de pessoas com deficiência, que são tremendamente pobres, e só por isso acessam esse recurso?

Sr. Presidente, claramente nós vamos resistir a essa "deforma" e destruição da Previdência Social!

Documento 99/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-16:32
Publ.: DCD - 2/21/2019 - OTONI DE PAULA-PSC -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa da aprovação, no processo de reforma previdenciária, de regras especiais para a concessão de aposentadoria aos guardas municipais.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Presidente da República Jair Bolsonaro, durante a sua campanha, manifestou a importância da Guarda Municipal na segurança pública de cada Município. Porém, nesta nova reforma da Previdência, a Guarda Municipal não está incluída na aposentadoria especial.

Por isso, Sr. Presidente, nós queremos clamar, em nome dos 17.200 guardas municipais só do Estado do Rio de Janeiro e dos mais de 140 mil guardas em todo o Brasil, que a importância da Guarda Municipal, nos dias de hoje, é algo vital, e o Estado não pode deixar de olhar, com o carinho devido, para esses servidores que correm risco, que entregam sua vida à morte pela segurança pública.

Documento 100/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-16:36
Publ.: DCD - 2/21/2019 - DARCÍSIO PERONDI-MDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Poder Executivo.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje de manhã, o Presidente Bolsonaro e o Ministro Paulo Guedes entregaram ao Deputado Rodrigo Maia, no seu gabinete, a nova reforma da



Previdência.

O Sr. Presidente valorizou o Parlamento ao vir aqui para entregar a proposta. Os princípios dessa nova Previdência é ter um sistema justo e igualitário. O rico se aposentará com a idade que o pobre se aposenta. Isso significa que essa proposta vai atacar os privilégios dos grandes privilegiados do sistema previdenciário brasileiro. Quem ganha menos pagará menos, e o sistema garantirá os direitos adquiridos.

Documento 101/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-17:44
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	JOICE HASSELMANN-PSL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós recebemos hoje nesta Casa, enfim, o texto da nova Previdência.

Como era previsto, já se iniciou uma série de discursos, uma narrativa para desconstruir um texto que é cidadão e necessário para que o nosso País ande para a frente.

O Governador Flávio Dino, do PCdoB do Maranhão, hoje saiu fazendo críticas duras ao texto da Previdência. Disse que o texto de Bolsonaro atinge os mais pobres. Disse que é cheio de pegadinhas. Fez duras críticas.

Eu poderia dizer ao Governador Flávio Dino que ele está equivocado, que ele está mentindo, que ele está dissimulando, que ele está manipulando os mais pobres. Mas não vou dizer isso, não. Eu vou contar ao Governador do Maranhão o que é a nova reforma da Previdência, que foi estruturada em quatro pilares fundamentais: combate às fraudes, redução de ações judiciais, modernização do processo de cobrança de dívidas, equidade e criação de um novo regime de capitalização para as novas gerações, para que as novas gerações possam ter Previdência.

Para formular essa nova Previdência, Sr. Governador - acho que o senhor não leu o texto, não entendeu ou não quis entender -, estabelecemos alguns princípios, como regras justas e igualitárias,



sustentabilidade financeira, respeito ao direito adquirido, transparência e separação clara entre o sistema de natureza previdenciária, ou seja, a Previdência, e o de natureza assistencial, ou seja, a assistência. É uma questão de justiça, Sr. Governador desinformado! Quem ganha menos, o mais pobre, paga menos. Quem ganha mais paga mais. Quem não entendeu anote aí: aquele que ganha menos, que ganha até um salário mínimo, pagará menos, terá uma redução na contribuição. Hoje pagam 8%; com o novo texto, serão 7,5%. São 23 milhões de pessoas em um universo de 55 milhões de pessoas.

E os servidores públicos, minha gente? Hoje os servidores públicos pagam uma alíquota máxima de 11%. Essa alíquota poderá chegar a 16,8%. Você pode me dizer: *"Meu Deus do Céu! Isso vai sobretaxar o professor, que ganha pouco, vai sobretaxar o militar, que ganha pouco!"* Não! É para quem ganha 39 mil reais; não é para quem ganha 2 mil, 3 mil, 4 mil, 5 mil, 6 mil reais. É para quem ganha 39 mil reais!

Essa é uma Previdência que vai fazer justiça e que vai, inclusive, mexer com a nossa Previdência. Vai haver corte - e tem que haver, sim - aqui nesta Casa! Nós Deputados estaremos no mesmo Regime Geral da Previdência Social. E só! No mesmo Regime Geral! Isso é equidade. Todos estão incluídos aqui: servidores públicos, trabalhadores regidos pelo INSS, militares - o texto vai chegar também - e nós políticos.

É assim que tem que ser, senão nós não teremos autoridade moral para cobrar a aprovação desse texto nesta Casa. Nós políticos temos que dar a contribuição - todos: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Aliás, o Flávio Dino foi juiz. Há muito juiz aposentado que recebe os seus 28 mil, 30 mil reais e está contra esse novo sistema.

Nós temos que fazer justiça de fato. Nós temos que manter a sustentabilidade, a fim de chegar a um equilíbrio em 10 anos. Com esse texto, nós teremos 1 trilhão de reais de economia - 1 trilhão! É muito dinheiro. Dinheiro para quê? Para ser investido em educação, saúde, segurança. É isso o que nós queremos. É disso que o mais pobre precisa. Nós temos que tirar o excesso de privilégios dos barões da Previdência e atender o povo mais pobre de verdade.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.



Sumário

Críticas à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu ocupo a tribuna pela Liderança da Minoria e começo respondendo e já dizendo que o Governador Flávio Dino, um dos Governadores mais bem avaliados deste País, governa, sim, para os pobres. E ele não fala sem ler texto. Ele largou a magistratura para fazer política e não é um aposentado da magistratura. Portanto, não fala em causa própria.

E me parece que a Deputada que me antecedeu não leu o texto da PEC. Acho que ela leu a propaganda, leu a cartilha, leu um Power Point, mas não leu a proposta de emenda à Constituição de fato. Ela não estudou a PEC.

Esta proposta de emenda à Constituição que trata da reforma da Previdência e que chegou a esta Casa foi enviada por um Governo que não preza pela transparência; um Governo que ontem foi derrotado aqui, porque tentou diminuir a transparência do Governo, tentou aumentar o sigilo de documentos públicos e foi derrotado por uma ampla frente de Parlamentares.

O que ele faz com essa reforma da Previdência é atingir 83,4% dos trabalhadores que ganham até dois salários mínimos. Essa proposta não atinge privilégios, Deputada. Essa proposta arrebenta a Previdência de 83% dos trabalhadores mais pobres deste País e particularmente atinge as mulheres. Essa proposta, Deputada, tira o Benefício de Prestação Continuada dos idosos, porque reduz de um salário mínimo para 400 reais esse benefício. Ela reduz o benefício dos trabalhadores de pouquíssimos salários em mais de 40%. A cozinheira que provavelmente trabalha na sua casa, em vez de ganhar dois salários mínimos ou um salário mínimo e meio de aposentadoria, vai ganhar um salário mínimo e meio de aposentadoria, mas com uma idade aumentada pelo cálculo do benefício da proposta do seu Governo.

As trabalhadoras rurais, mulheres rurais, mulheres da roça, terão que trabalhar mais 5 anos, com uma carência de mais 5 anos, fazendo quatro jornadas de trabalho no campo.

As pessoas com deficiência, Deputada, não poderão mais receber o Benefício de Prestação Continuada se estiverem vendendo bala no



trem, porque, para receberem o Benefício de Prestação Continuada, não vão poder ter mais nenhuma remuneração. São exatamente as mulheres que ganham pensão por morte, são as mulheres, na maioria, que ganham pensão, e não terão mais a pensão vinculada ao salário mínimo, poderão ganhar menos do que o salário mínimo. São exatamente os trabalhadores mais pobres que sofrerão absurdamente com a reforma da Previdência.

Inclusive, quero dizer a este Plenário que toda a previdência que está dentro do sistema de seguridade social será desconstitucionalizada, será jogada para lei complementar. Enquanto isso não acontecer, estaremos todos discutindo as disposições constitucionais transitórias.

Eu pergunto: cadê a aposentadoria das Forças Armadas, que não veio junto? Cadê a aposentadoria de determinados sistemas que têm aposentadorias mais elevadas? Mesmo que reconheçamos suas especificidades, por que não vieram junto? Cadê o combate aos privilégios, Deputada? Cadê o combate aos regimes especializados? Por que tiraram a aposentadoria compulsória do Judiciário desse texto e a jogaram para lei complementar? É para poder nomear Ministro do Supremo Tribunal Federal? É esse o motivo? Por que será que o Presidente da República está oferecendo cargos comissionados para aprovar a reforma da Previdência?

Ora, esta reforma da Previdência não atinge privilégios. Por que não se tomam medidas para combater os 460 bilhões de sonegação das grandes empresas deste País? Por que não se tomam medidas para gerar empregos neste País? Há 13 milhões de desempregados, há desalentados, mulheres precarizadas, desempregadas. Professoras terão a idade de aposentadoria igual à dos homens, depois de elas ficarem o dia inteiro em pé, em sala de aula, e a carência será aumentada para 30 anos de contribuição.

Então, não me venham falar em combate a privilégios! Não me venham falar em mais pobres, porque são esses que sofrerão com a reforma da Previdência deste Governo! E não venham atacar um Governador ilibado, bem avaliado neste País, porque ele não merece seu ódio e a sua intolerância! Ele tem o direito à crítica, até porque é assim que vive a democracia.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 103/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-17:52
Publ.: DCD - 2/21/2019 - JOSÉ ROCHA-PR -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

Filiação dos Deputados Fernando Rodolfo, Gelson Azevedo, Júnior Mano, Abílio Santana e Raimundo Costa aos quadros do PR. Importância de realização da reforma previdenciária.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/PR - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para fazer um registro importante. Tivemos hoje a grande satisfação e a grande honra de receber nos quadros do PR mais cinco valorosos Deputados desta Casa: o Deputado Fernando Rodolfo, de Pernambuco; o Deputado Gelson Azevedo, do Rio de Janeiro; o Deputado Júnior Mano, do Ceará; o Deputado Abílio Santana, da Bahia, e o Deputado Raimundo Costa, também da Bahia, dois conterrâneos nossos.

Portanto, a partir de hoje, Sr. Presidente, o Partido da República passa a contar, nos seus quadros, com 38 Sras. e Srs. Deputados.

Isso é de uma importância muito grande, porque chegam ao nosso partido, o PR, pessoas qualificadas para se somarem àqueles que já fazem do PR um dos maiores partidos desta Casa.

Sr. Presidente, quero também me referir à proposta de emenda à Constituição que trata da reforma da Previdência. Chegou a esta Casa hoje, trazida pelo Exmo. Sr. Presidente da República, e foi entregue ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, com a participação do Presidente do Senado e dos Líderes dos partidos que estiveram nesse momento solene no gabinete da Presidência. Isso é de uma importância muito grande. Nós temos que ter a consciência e a responsabilidade de aprovar a reforma da Previdência.

Quero dizer à ilustre colega Deputada Jandira Feghali que, em relação ao inteiro teor da proposta que veio do Executivo, nós temos sim a oportunidade e o direito de apresentar as modificações que acharmos que devam ser feitas e de lutar por sua efetivação.

Certamente, a proposta que chegou a esta Casa tira privilégios, e mantém direitos daqueles que mais necessitam. Se entendermos que precisamos alterá-la, vamos sim alterá-la, porque esse é um direito e um dever nosso como representantes do povo brasileiro nesta Casa. Por exemplo, nós Deputados temos que nos enquadrar nas condições do trabalhador comum brasileiro. Não há por que o Deputado ter uma aposentadoria diferente. Nós nos enquadramos neste projeto de reforma da Previdência, como outros que detêm privilégios. Não é mais possível manter privilégios hoje na previdência de qualquer categoria. Temos sim que lutar e trabalhar para que o Brasil possa voltar a

crescer, a gerar emprego, mão de obra, para que possamos melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, Sr. Presidente.

Documento 104/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-18:00
Publ.: DCD - 2/21/2019 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Teor da proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Jair Bolsonaro. Crise financeira da Previdência Social no Estado do Maranhão.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu só quero restabelecer a verdade. Fui citada pela Parlamentar anterior. Eu não só conheço o texto como também participei das reuniões com a equipe técnica que construiu o texto da Previdência. Não estou aqui brincando de jogar informações ao léu, como parece fazer a colega.

Cabe dar uma informação a todos: a Previdência no Maranhão está quebrada, há um rombo. Desde o ano passado não se sabe o que fazer com isso. Talvez o Governador do PCdoB tenha uma ideia melhor do que esta que estamos apresentando.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 105/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-18:00
Publ.: DCD - 2/21/2019 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós vamos ter muito tempo para discutir a reforma da Previdência. Eu quero começar a usar estes 3 minutos do PSOL dizendo o seguinte: a primeira grande

mentira é que Bolsonaro defendeu na campanha que a prioridade dele era fazer reforma da Previdência. É mentira! E isto também é mentira: ele disse que não houve diálogos com Bebianno.

Um Parlamentar que esteve aqui 28 anos votando contra todas as reformas da Previdência faz autocrítica no dia em que vem entregar isso que atinge milhões de pobres, excluídos e vulneráveis. Só quem não conhece o sistema de previdência brasileiro pode dizer que esta reforma não atinge os pobres. A maioria dos que são ligados ao Regime Geral recebe de um a dois salários mínimos. São mais de 30 milhões de benefícios. Eles vão ser atingidos sim, a começar pelo BPC. É uma vergonha elevar para 70 anos a idade com que a pessoa poderá receber benefício de um salário mínimo! Pessoas com deficiência, idosos vulneráveis não têm outra forma de recebê-lo.

Não é só isso. Não entender o Brasil é elevar para 65 anos a idade mínima, acabar com o tempo de contribuição. Eu quero dar exemplos do trabalhador rural, da mulher brasileira que tem jornada tripla de trabalho. É um escândalo, um escárnio com o povo brasileiro dizer que a Previdência está quebrada e que quem vai pagar a conta são os pobres e os excluídos deste País. Professora se aposentava com 25 anos de trabalho. Quem não conhece uma sala de aula, quem não conhece o trabalho com enxada ao longo de 50 anos é que pode apresentar isto aqui.

Quando as corporações se mobilizarem - as policiais militares já se mobilizaram, tanto que não estão nesta reforma da Previdência -, vamos ter que dizer o seguinte: quem tem de pagar a conta da crise são os ricos deste País. É preciso taxar grandes heranças, grandes fortunas, acabar com os refinanciamentos de empresários, taxar lucros e dividendos. Ninguém fala nisso. Só se fala em quem vai pagar a conta, e, no caso, serão os pobres.

Não a esta reforma!

Documento 106/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-18:08
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda de Plenário nº 6. Posicionamento do orador contrário à inclusão, no processo de reforma previdenciária, de dispositivo destinado à alteração da idade da aposentadoria compulsória de

membros do Supremo Tribunal Federal.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero falar pela Oposição, por favor.

Presidente, além de encaminhar o voto "sim", eu quero chamar a atenção para um item que está na proposta de emenda constitucional apresentada hoje pelo Governo Bolsonaro para mudar a Previdência. É algo gravíssimo do ponto de vista democrático, porque ali se propõe a desconstitucionalização da idade de 75 anos relativamente à aposentadoria compulsória dos Ministros do Supremo.

Uma Deputada do PSL está coletando assinaturas para organizar esse golpe contra a composição atual do Supremo. Quer colocar isso na reforma da Previdência sem avisar que haveria a desconstitucionalização dessa idade de 75 anos? Eu chamo a atenção de todos para esse debate.

Documento 107/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-18:12
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	BACELAR-PODE -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Falta de compromisso do Governo Jair Bolsonaro com o professorado brasileiro, demonstrado na proposta de reforma previdenciária.

O SR. BACELAR (Bloco/PODE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a proposta de reforma da Previdência apresentada hoje mostra claramente que o Governo do Capitão Bolsonaro não tem compromisso com a educação nem com a valorização dos professores.

Equiparar a idade de aposentadoria do professor com a da professora é não conhecer o trabalho das alfabetizadoras, é não reconhecer o trabalho das professoras nas periferias das grandes cidades brasileiras. Aumentar em 10 anos o tempo de contribuição de uma professora é não querer que este País coloque a educação em primeiro lugar.

Há uma revolta geral no magistério. E nós estamos aqui, ao lado dos professores brasileiros, contra mais essa malvadeza do Capitão

Bolsonaro.

Documento 108/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-18:16
Publ.: DCD - 2/21/2019 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, diante de ataques proferidos por Deputada da Casa. Críticas à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Câmara dos Deputados pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria apenas dizer a essa Deputada que subiu à tribuna para atacar o Governador Flávio Dino que o que está em discussão aqui não é o Governo do Maranhão, não é o Governo de Flávio Dino, o que está em discussão aqui é o Governo do Sr. Bolsonaro, que hoje trouxe para cá o projeto de uma reforma da Previdência e mentiu mais uma vez para o povo brasileiro. Na campanha eleitoral, ele disse em todos os Estados que a reforma do Governo Temer era criminosa, e hoje trouxe para esta Casa uma reforma que é pior do que a reforma do Governo Temer.

Quero dizer à Deputada que o Governador Flávio Dino é avaliado pelo *site* G1 como o Governador mais eficiente do Brasil.

Portanto, ponha-se no seu lugar e respeite a ordem da discussão! O debate aqui é sobre o Governo de Bolsonaro, não é sobre o Governo de Flávio Dino!

Documento 109/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-18:16
Publ.: DCD - 2/21/2019 - RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Contestação às declarações da Deputada Joice Hasselmann ofensivas ao Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino. Críticas à proposta de emenda à Constituição sobre a reforma previdenciária, encaminhada à Casa

pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (Bloco/PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Deputada Joice, em vez de tentar defender a proposta da reforma da Previdência, que tira direitos dos trabalhadores, que piora as condições para que consiga a aposentadoria o trabalhador rural, o servidor público, os professores, os policiais, tenta agredir o Governador Flávio Dino, até mesmo insinuando que ele teria se aposentado como juiz em condições especiais.

Ela desconhece que, no Maranhão, o juiz, para fazer política, pede exoneração do cargo, sem aposentadoria nenhuma. O erro ocorre quando o juiz vai fazer política usando a toga para perseguir os outros. Quanto a isso, ela sabe o que acontece, e acontece muito.

Quem é a Deputada Joice para falar da previdência do Maranhão? Nós procuramos debater a PEC que chegou aqui hoje. E eu duvido que este Plenário aprove essa proposta.

Documento 110/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-18:20
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à proposta de emenda à Constituição sobre a reforma previdenciária encaminhada à Câmara dos Deputados pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o então Deputado Jair Bolsonaro fez 67 discursos neste plenário contra a reforma da Previdência, e agora apresenta um projeto que é um verdadeiro massacre dos trabalhadores; que impede que o trabalhador, na prática, se aposente; que faz com que o trabalhador e a trabalhadora tenham que contribuir 40 anos para poderem ter o direito a receber um salário mínimo. Isso é um verdadeiro absurdo!

Ele teve a desfaçatez de apresentar esse projeto, que não mexe com os militares, que mantém o acúmulo de pensões e aposentadorias por militares, por juízes, por promotores, pela cúpula, pelo estrato mais

alto, dos mais ricos.

Nós vamos aqui combater esse projeto.

Documento 111/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-18:20
Publ.: DCD - 2/21/2019 - AFONSO FLORENCE-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Solicitação à Presidência de adiamento do encerramento da votação nominal do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 6. Debate da proposta de reforma previdenciária pela bancada do PT.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos lutando para que se alcance o quórum de 257. Então, 8 minutos é um tempo muito exíguo. Fazemos esse apelo. Está havendo reunião da bancada do Partido dos Trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Na hora da votação?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Não, no dia em que o Presidente Bolsonaro apresentou uma proposta de emenda constitucional que massacra as mulheres, que tira o Benefício de Prestação Continuada. Nós estamos, a bem do interesse do povo brasileiro, discutindo o conteúdo dessa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Mas em outro horário, não é, Deputado?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Não, Presidente... Só se passaram 8 minutos. Eu tenho que registrar o apelo. Agradeço a cortesia.

Bolsonaro sofreu ontem a primeira derrota, e ele vai ser derrotado na reforma da Previdência.

Obrigado, Presidente.

Documento 112/370



11.2019

Sessão Ordinária - CD Deliberativa 20/02/2019-18:20

Publ.: DCD
2/21/2019 -

CARLOS ZARATTINI-PT -SP

CÂMARA
DEPUTADOSDOS
ORDEM DO DIAENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador acerca do requerimento de destaque para votação em separado do inciso V, constante do art. 5º da Lei nº 12.414, de 2011, na redação dada pelo art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 441-D, de 2017, sobre os cadastros positivos de crédito e a regulamentação da responsabilidade civil dos operadores.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o objetivo deste destaque é o de retirar o texto apresentado para que se volte ao texto que está vigendo na lei atual do cadastro positivo, na qual se garante ao cidadão e à cidadã o direito de autorizar ou não o compartilhamento das suas informações.

O que se pretende, neste projeto, é autorizar o comércio de dados entre empresas, entre SERASAs e outras empresas do tipo, utilizando informações que são próprias do cidadão. Nós não podemos concordar com isso. Nós temos que defender aqui o consumidor. Nós temos que defender aqui o direito ao sigilo de informações. As informações da pessoa não podem ser traficadas, como propõe este projeto.

Na verdade, o que haverá é um tráfico de informações. É isso o que se pretende aprovar, e este destaque visa exatamente corrigir essa situação e garantir direito das pessoas, direito individual.

Aliás, eu acho estranho que, havendo tantos liberais neste plenário, eles não levem em conta a defesa dos direitos individuais. Tudo está se transformando em comércio. Está se transformando tudo em comércio neste País, fazendo com que informações individuais possam ser vendidas.

Nós temos que combater isso não só neste projeto, mas também na forma hoje como as chamadas redes sociais vendem informações individuais, permitem que as nossas informações sejam vendidas a torto e a direito. Esse é o objetivo.

Nós precisamos garantir as liberdades individuais, os direitos individuais, o direito do consumidor.

Quero, inclusive, fazer um apelo ao Deputado Celso Russomanno para



que vote conosco em relação a este destaque, que venha conosco aqui, porque é deste lado que está a defesa do consumidor.

Muito obrigado.

Documento 113/370

11.2019	Sessão Ordinária - CD	Deliberativa	20/02/2019-18:24
Publ.: 2/21/2019 -	DCD	LUIS MIRANDA-DEM -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado do inciso V, constante do art. 5º da Lei nº 12.414, de 2011, na redação dada pelo art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 441-D, de 2017, sobre os cadastros positivos de crédito e a regulamentação da responsabilidade civil dos operadores.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Sem revisão do orador.) - O que nós estamos vendo aqui é um ataque ao que temos de melhor no nosso País, que é a democracia, literalmente. É um ataque a um texto que copia integralmente algo de que já falei aqui ontem e vou repetir: o *credit score*. Nos Estados Unidos, isso trouxe para toda a população, inclusive para a população mais pobre, acesso a um crédito barato e sustentável.

Não adianta ficar só nessa discussão polarizada, em que parece que a Esquerda é que sempre defende os mais pobres, e não percebe que essas ações vão contra os mais carentes. Eu até entendo, porque, se tivessem lido o texto, saberiam do que estão falando. Não o leram. Se tivessem estudado o que ocorreu nos Estados Unidos quando o pobre não tinha acesso ao crédito, como no Brasil, onde o pobre não tem acesso ao crédito, saberiam da importância do cadastro positivo, do *credit score*. A pessoa é valorizada. A pontuação indica que a pessoa é comprometida com sua organização financeira. Respeita-se, principalmente, o dinheiro do próximo.

Parece que dinheiro de banco nasce em árvore. Ele não nasce em árvore. Ele é do setor privado, que gera emprego. E não queremos proteger o sistema financeiro, porque consideramos também as pequenas empresas, os comerciantes, que não dispõem de um instrumento que lhe permitam ver de maneira clara quem são os seus

consumidores.

Com esse cadastro, haverá um fortalecimento da nossa economia. Eu vou lhes passar alguns números apenas para que entendam por que o crédito positivo é extremamente importante. Não dá para acreditar que ainda hoje ocorra este debate aqui, em que se tenta a toda hora destacar texto.

Nós precisamos que se compreenda isso. Quando há uma forma de qualificar as pessoas de forma positiva, é óbvio que a taxa de juros vai cair, fazendo com que quem seja beneficiado seja a população, porque o rico já tem taxa de juros mais barata, já tem negociações especiais. Quem não tem é a população mais pobre, essa é a grande verdade.

Não seja por isso. Existe um estudo que diz que, nos próximos 5 anos, a economia do Brasil vai ter um aumento de 1,1 trilhão de reais. Isso V.Exas. não leram. Querem mais? Nós teremos melhoria nas condições de crédito - isso nós já sabemos -, a avaliação do crédito por meio de uma pontuação positiva e não negativa, como ocorre hoje.

Para quem é de Brasília, e aí me dirijo à minha cara colega Deputada Erika Kokay, que vejo que está o tempo todo falando contra - e eu a respeito -, vou citar os números da cidade, e isso vale para todo o Brasil. Brasília: perspectiva de injeção na economia local para pessoa física, 38 bilhões de reais, neste mandato nosso; perspectiva de novos consumidores inseridos no mercado de financiamento, 590 mil; perspectiva para as micro e pequenas empresas...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 114/370

11.2019	Sessão Ordinária - CD	Deliberativa	20/02/2019-18:28
Publ.: DCD 2/21/2019 -	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado do inciso V, constante do art. 5º da Lei nº 12.414, de 2011, na redação dada pelo art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 441-D, de 2017, sobre os cadastros positivos de crédito e a

regulamentação da responsabilidade civil dos operadores.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Há uma tentativa nítida de transformar as matérias que aqui são discutidas e que vêm do Governo no seu contrário. Aqui foi muito dito, no caso da reforma trabalhista: *"Abra mão dos seus direitos para assegurar emprego"*. Nós temos 12 milhões de desempregados e a entrada no mercado de trabalho informalizada. Aqui também já foi dito várias vezes: *"Ora, empregadas domésticas, sejam contra vocês terem os direitos da classe trabalhadora, porque perderão o emprego"*. E aqui está se dizendo: *"Ora, trabalhadores pobres, abram mão da sua aposentadoria, porque essa reforma é para defendê-la"*. E a mesma coisa está se dizendo aqui para o Cadastro Positivo: *"Ora, nós vamos ajudar quem está endividado"*. É mentira, é mentira! Quem está endividado, 60 milhões de brasileiros, estará excluído de qualquer possibilidade creditícia. Para além disso, dizem: *"Isso vai diminuir a taxa de juros"*. É mentira, é mentira! Os bancos já têm as suas avaliações de crédito ou de risco e não diminuiram as taxas de juros. *"Isso vai aumentar o crédito"*. É mentira! Os bancos não emprestam. Sabem onde está concentrado o crédito? Na Caixa Econômica, no BNB, no Banco do Brasil, nos bancos públicos, como política pública. Noventa e oito por cento do crédito imobiliário de baixa renda está na Caixa. Os bancos apostam na ciranda, os bancos ganham com o volume da dívida, 25% da dívida pública está nas mãos dos bancos. E aqui querem que o consumidor não saiba que os seus dados estão sendo transferidos para outra pessoa ou para outro banco de dados.

O que diz essa proposição do PT? Que nós tenhamos o texto original do Cadastro Positivo, que já existe e pode servir como aval, já disse isso aqui, para a mulher que faz bolo, para o homem que vende água no semáforo, porque já existe o Cadastro Positivo.

E o que ele diz? Ele diz que o consumidor tem que ter conhecimento quando os seus dados são transferidos para outro. O consumidor tem que saber para onde estão indo os seus dados. É isso o que diz a emenda. A emenda mantém o texto atual, e o texto assegura o direito de cada uma e cada um de nós saber para onde estão indo os nossos dados. Isso é o básico de uma democracia. Mas parece que este Governo não é democrático.

Documento 115/370

11.2019

Publ.: DCD
2/21/2019 -

Sessão Ordinária - CD

Deliberativa 20/02/2019-18:32

FILIPPE BARROS-PSL -PR



Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado do inciso V, constante do art. 5º da Lei nº 12.414, de 2011, na redação dada pelo art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 441-D, de 2017, sobre os cadastros positivos de crédito e a regulamentação da responsabilidade civil dos operadores. Apoio à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Jair Bolsonaro. Críticas à atuação dos partidos opositores.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PSL - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, povo brasileiro que assiste à sessão pela *TV Câmara*, confesso que às vezes cansa ouvir a ladainha dos partidos de oposição. Eles repetem, repetem, repetem os mesmos mantras de sempre. Aliás como disse o Palocci, o PT, na verdade, é uma religião em que se segue um líder sem pensar. É isso na verdade o que nós temos visto neste plenário.

Confesso que esperava uma oposição mais responsável com a Nação. Se houve uma época neste País em que os banqueiros mais ganharam dinheiro foi nos últimos anos do Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente. Então, não possuem moral alguma para falar de lucro de banco, para falar de Cadastro Positivo.

Hoje, aliás, o nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro esteve nesta Casa protocolando a PEC que trata da nova Previdência. A nova Previdência vai solucionar as pontas dos problemas econômicos do nosso País. O que acontece hoje é que os mais pobres pagam a aposentadoria dos mais ricos, dos mais abastados, daqueles que são privilegiados. Mas me parece que a Oposição quer continuar pagando os custos das mais altas aposentadorias deste País.

Ora, meus colegas Deputados, vamos fazer uma oposição, mas vamos fazer uma oposição responsável. Não é possível que continuemos dessa maneira.

Aliás, hoje, meus colegas, Deputado Heitor Freire, Felipe Francischini, Alexandre Frota, o PSOL fez uma manifestação. Na hora em que o nosso Presidente chegou a esta Casa, todos estavam com laranjas nas mãos.

Eu quero deixar uma pergunta, Sr. Presidente, neste plenário: onde o PSOL colheu essas laranjas? Será que foi no sítio de Lula, em Atibaia?

Deve ter sido lá que colheram essas laranjas.

Sr. Presidente, o PSL orienta o voto "sim", pela manutenção do texto, pela melhora econômica do nosso País.

Documento 116/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-18:36
Publ.: DCD - 2/21/2019 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do inciso V, constante do art. 5º da Lei nº 12.414, de 2011, na redação dada pelo art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 441-D, de 2017, sobre os cadastros positivos de crédito e a regulamentação da responsabilidade civil dos operadores. Críticas à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL vota "não", Presidente.

Aproveito para dizer que a turma do Bolsonaro tem que parar de divulgar *fake news*.

Parem de enganar o povo!

A reforma da Previdência apresentada a esta Casa reforça desigualdades históricas, ignora que as trabalhadoras domésticas nem sequer têm a sua carteira assinada pelos patrões, ignora o que é realidade de trabalhadores rurais, no campo, e diz que eles têm que contribuir por 20 anos. Ignora que nós, mulheres, temos jornada tripla, ignora que vivemos num país com 40 milhões de trabalhadores informais, com 27 milhões de pessoas sem trabalho.

Há aqueles que escolheram o lado dos bancos. Nós escolhemos taxar os bancos e escolhemos o lado do povo.

Documento 117/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-18:36
Publ.: DCD - 2/21/2019 - DANIEL COELHO-PPS -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do inciso V, constante do art. 5º da Lei nº 12.414, de 2011, na redação dada pelo art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 441-D, de 2017, sobre os cadastros positivos de crédito e a regulamentação da responsabilidade civil dos operadores. Prejuízos causados ao País pela polarização dos debates entre o PT e o PSOL.

O SR. DANIEL COELHO (PPS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é lamentável esse modelo de debate, como se a discussão no Brasil se passasse entre a turma do Lula, que está preso, e a turma do Bolsonaro.

Quero dizer ao Brasil que a maioria do PPS neste Parlamento é da turma do Brasil. Nós estamos preocupados com o Brasil. Essa é uma matéria que está falando da descentralização do sistema financeiro. Com a demagogia que a oposição está fazendo, o que eles estão defendendo é o monopólio de três ou quatro bancos, enquanto nós podemos democratizar o acesso ao crédito para a população humilde, para aumentar os investimentos.

Vamos deixar essa guerra de ódio entre a turma de Lula e a turma de Bolsonaro para lá e vamos começar a falar do povo brasileiro. Isso que é o mais importante. O debate sobre a Previdência não é da Previdência de Bolsonaro ou da Previdência do PT, é da Previdência do Brasil. Vamos olhar para o futuro, pensar no futuro e deixar esse ódio fora daqui, porque o que a população quer é uma resposta.

Documento 118/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-18:40
Publ.: DCD - 2/21/2019 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do inciso V, constante do art. 5º da Lei nº 12.414, de 2011, na redação dada pelo art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 441-D, de 2017, sobre os cadastros positivos de crédito e a regulamentação da responsabilidade civil dos operadores. Posicionamento da oradora contrário à aprovação da proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.



A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Minoria vai encaminhar "não" ao texto e quer dizer que se preocupar com o Brasil é enfrentar a reforma da Previdência de Bolsonaro, que tem como essência desconstitucionalizar a Previdência, tirar direitos dos pobres e favorecer exatamente os bancos. A essência da reforma é o chamado regime de capitalização, que é dar dinheiro aos bancos no regime aberto, substituindo o regime hoje de repartição, que é redistributivo e seguro, é substituir a Previdência pública por uma Previdência privada do sistema financeiro aberto. É isso o que significa a essência da reforma da Previdência de Bolsonaro. Está claro no discurso de Paulo Guedes, está claro no texto, está claro na desconstitucionalização do maior sistema de proteção social do Brasil.

Por isso, temos que ser contra a reforma da Previdência de Bolsonaro.

Documento 119/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-18:48
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	DELEGADO ÉDER MAURO-PSD -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Incoerência do discurso da Esquerda, contrário à realização da reforma previdenciária.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (Bloco/PSD - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho engraçado ver as Deputadas e os Deputados da esquerda que chegam aqui ao microfone criticar a reforma da Previdência sem olhar para trás para ver que quem destruiu o País foram eles. Foram eles que deixaram mais de 13 milhões de desempregados, que saquearam o BNDES, que saquearam a PETROBRAS. E querem falar do nosso líder.

O nosso líder, o líder do povo brasileiro, nós sabemos onde está: na Presidência da República. O líder de V.Exas. o povo brasileiro sabe onde está: na cadeia é onde está o bandido do Lula.

Documento 120/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-18:48
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	MARCELO FREIXO-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Poder Executivo.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. conhece muito bem o Chile. E V.Exa. sabe que no Chile a proposta de reforma da Previdência de capitalização foi feita pelo Pinochet.

E os resultados aparecem agora: mais de 90% dos aposentados estão recebendo abaixo do salário mínimo, depois de terem contribuído com mais 10% do seu salário. É uma vergonha dizer que essa proposta apresentada hoje é para combater privilégios! Olha o Benefício de Prestação Continuada, que atinge os idosos pobres. Por esta mudança, só com 70 anos receberão o salário mínimo completo. Essa maldade está no texto apresentado pelo Bolsonaro e defendido aqui pela base do Governo. E vêm dizer que é para combater privilégio?

Olha o que estão fazendo com os professores. E falo como professor. Como podem exigir que professores e professoras tenham 30 anos em sala de aula?

Documento 121/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-18:52
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PSOL contrário à aprovação da proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, mais uma vez, o Governo Jair Bolsonaro comete estelionato eleitoral. Em primeiro lugar, disse, durante a campanha, Deputado Glauber, que combateria a corrupção e, em poucos dias de Governo, já caiu o primeiro Ministro em função dos esquemas de laranjas. Em segundo lugar, disse, durante o processo eleitoral, que governaria para o povo brasileiro, mas, no segundo mês de Governo, já quer aplicar uma medida que vai contra os direitos trabalhadores, aplicando a mesma agenda pró-mercado e pró-

banqueiros que os Governos anteriores.

Nós, do PSOL, vamos junto ao povo trabalhador lutar contra essa proposta da Previdência e desmascarar este Governo e junto a sua base, que está publicamente dizendo que é para combater os privilégios. Não se trata disso, porque querem fazer com que os idosos mais vulneráveis só possam ter direito ao acesso de 500 reais, meio salário mínimo, com 70 anos, sendo que, nos lugares mais vulneráveis, nem sequer chegam a essa idade, Presidente.

Documento 122/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-18:52
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero até fazer uma menção à bancada do PSL, dizendo que a maior parte dos Deputados está utilizando a tática correta, Deputado Henrique Fontana: eles não estão se manifestando a favor dessa reforma que foi entregue por Paulo Guedes e Bolsonaro. Eu hoje só vi aqui uns dois Deputados fazerem isso.

E V.Exas. estão certos, porque, se defenderem essa proposta, vão se queimar pesado.

Olha o que disse o Presidente de V.Exas.: "*Eu estive no Piauí, e a expectativa de vida lá é de 69 anos. Colocar 65 é um crime!*" Não foi ninguém do PSOL nem dos partidos de oposição que disse isso; quem disse foi o Sr. Jair Bolsonaro.

Nós vamos derrotar essa reforma da Previdência! Não passarão!

Documento 123/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-18:52
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO



Sumário

Contrariedade à inserção, no bojo da proposta de reforma previdenciária, de dispositivo destinado à alteração da idade da aposentadoria compulsória dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero voltar a um tema. Os colegas estão tratando de muitos temas de injustiça dentro da proposta de reforma da Previdência. Mas eu quero chamar atenção para o contrabando do golpe que o Governo Bolsonaro está organizando para intervir no Supremo Tribunal Federal sem um cabo e um soldado.

Aqui eles propõem a mudança do art. 40, § 2º, III, dizendo: "*Serão aposentados compulsoriamente, ao atingir a idade máxima prevista na nova lei complementar*", ou seja aquela mudança que colocou 75 anos para aposentadoria compulsória no Supremo querem aqui, na mão grande agora, dar um golpe para mudar quatro Ministros do Governo numa mesma tacada.

Documento 124/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-18:56
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	BIA KICIS-PSL -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Incoerência do discurso da Oposição. Apoio à realização da reforma previdenciária.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PSL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, chega a ser risível ouvir a Oposição falar em golpe, em proteção dos mais pobres. Por que não fizeram quando estiveram no Governo? Por que roubaram os pobres? Por que mentiram, enganaram? Por que não resolveram os problemas de assentamento, de terra, de reforma agrária?

Chega de mentira e enganação!

A reforma da Previdência é a reforma para todos os que podem contribuir, e é a reforma que vai olhar pelos mais pobres - estes terão a alíquota diminuída. Aquelas pessoas privilegiadas, como nós, os políticos, os juizes, os promotores, os procuradores, terão a alíquota elevada. Está na hora de olharmos pelo povo brasileiro, pelos



desvalidos. Chega de enganação do PT, que tem o mesmo discurso desde antes do mensalão e do petrolão! Esse discurso da ética... Já ficou provado que eles não têm ética nenhuma! E chega de falar em golpe, porque vocês só passam vergonha...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 125/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-19:00
Publ.: DCD - 2/21/2019 - ZÉ NETO-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do § 7º do art. 12 da Lei nº 12.414, de 2011, contido art. 2º do Projeto de Lei Complementar nº 441, de 2017, sobre os cadastros positivos de crédito e a regulação da responsabilidade civil dos operadores.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é claro que neste momento temos uma responsabilidade grande com a situação do País. Falar em crédito soa estranho, porque, ao mesmo tempo em que se fala nisso, se fala em tirar dinheiro daqueles que recebem menos da Previdência. Esses que recebem menos da Previdência são responsáveis hoje pela grande faixa de economia de 70% dos Municípios brasileiros. Hoje 70% dos Municípios brasileiros merecem uma atenção mais qualificada. O texto que chegou aqui hoje subtrai dinheiro, recursos dessas economias, dificulta o direito dos homens e das mulheres do campo, simplificando a vida dos mais pobres.

Nós vamos votar "não" ao texto.

Documento 126/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-19:04
Publ.: DCD - 2/21/2019 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário



Repúdio à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Federal.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero chamar a atenção porque a base do Governo, bastante desorganizada, é verdade, fala muito que a tal mudança na Previdência é para combater privilégios. E muitas coisas me impressionam e mostram que essa frase é uma *fake news*. A primeira delas é que o Governo esqueceu da Previdência dos militares.

O Governo estudou e propôs uma mudança que abaixa o Benefício de Prestação Continuada, o BPC, de 1.000 reais para 400 reais, cortando na carne de quem ganha 1.000 reais e tem uma pessoa com deficiência, é pobre. Mas o Governo não apresentou mudança nenhuma para a Previdência dos militares. Isso é covardia e mostra o quão injusta é essa proposta!

Documento 127/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-19:08
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	GERVÁSIO MAIA-PSB -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Retirada de direitos dos trabalhadores rurais pela proposta de reforma previdenciária.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é com muita preocupação que nós hoje recebemos a triste notícia de que o homem do campo, o agricultor, a agricultora, se aprovada essa reforma absurda, não vai mais poder se aposentar. Vinte anos de contribuição diante daquilo que antes representava apenas a comprovação é retirar os direitos de quem faz com que aqueles que vivem nos grandes centros possam sobreviver. O que seria de nós sem o homem do campo, sem o agricultor?

Nós precisamos conclamar a Casa como um todo para que, em relação a esse item do homem do campo, a matéria seja totalmente reprovada. Precisamos proteger aqueles que cuidam do nosso dia a dia, as agricultoras e os agricultores do nosso País.

Documento 128/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-19:12
Publ.: DCD - 2/21/2019 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Preocupação do orador com a reforma previdenciária, especialmente quanto à redução do valor do benefício de prestação continuada.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de registrar a nossa preocupação, em nome do povo do Amapá, com o início da tramitação da proposta de reforma da Previdência apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro nesta Casa, em particular porque as regras atuais de Previdência garantem, atualmente, uma redução drástica na extrema pobreza e na miséria, em particular na terceira idade. As regras apresentadas hoje, que estabelecem o pagamento de 400 reais a partir dos 60 anos, aumentando para um salário mínimo apenas quando se chega aos 70 anos, em regiões como a nossa, na Amazônia, vão representar a perda integral do benefício. Então, nós estamos preocupados.

Registramos a nossa preocupação em nome do povo do Amapá. Nós não aceitaremos regra nenhuma que tire o direito do povo brasileiro, do povo da Amazônia, principalmente nos lugares mais distantes deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 129/370

11.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-19:12
Publ.: DCD - 2/21/2019 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Propósito do Governo Federal de realização de tópicos da reforma previdenciária por meio de lei complementar. Incoerência entre o posicionamento do então Deputado Jair Bolsonaro e do Presidente da República com relação à reforma da Previdência Social.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o debate sobre a Previdência precisa ser

tratado com o mínimo de seriedade. Tem clara intenção este Governo de desconstitucionalizar a Previdência. Há vários pontos em aberto que serão tratados mais tarde por lei complementar para que o quórum seja mais fácil.

Essa estratégia fica clara, inclusive a da própria capitalização. Não é aceitável, para se tentar escapar de uma PEC, recorrer a esse tipo de artimanha.

Bolsonaro, como Deputado, cansou de se pronunciar contrariamente à reforma da Previdência. Agora, como Presidente, claramente virou um fantoche na mão dos bancos, na mão dos poderosos, na mão do Sr. Paulo Guedes, defendendo algo que contraria toda a sua história neste Parlamento. E pior, é um fantoche seguido por uma bancada de fantoches, que vota a mesma coisa.

Documento 130/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-19:16
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	CORONEL CHRISÓSTOMO-PSL -RO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa do estabelecimento, no processo de reforma previdenciária, de regras diferenciadas para a concessão de aposentadoria aos militares das Forças Armadas brasileiras, aos policiais e bombeiros militares.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PSL - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste momento, eu saio de cena e falo ao povo brasileiro que defenderei a reforma da Previdência, mas defenderei também várias classes, dentre elas os militares das Forças Armadas, os policiais militares, os bombeiros.

Com relação às Forças Armadas, um coronel chega a 30 anos de serviço e ganha muito menos do que gente que faz concurso público. Trabalha 24 horas, chega ao quartel e não tem hora de voltar. Há militares que já ficaram 1 mês, 2 meses no mato e nunca ganharam hora extra.

Portanto, eles são diferentes e merecem respeito!

Documento 131/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-19:16
---------	------------------------------------	------------------



Sumário

Defesa de não aprovação de medidas prejudiciais às classes menos favorecidas, contidas no bojo da proposta de reforma previdenciária.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer que tudo que estiver na reforma da Previdência e prejudicar os mais necessitados e carentes não iremos aprovar, inclusive só poderemos votar um projeto desses se todo o mundo estiver dentro.

O Brasil, o povo não aguenta mais tanto sofrimento, com o pau envergando nas costas de Francisco e quebrando na de Chico.

Quero informar também, como policial militar baiano, que aquilo que for dado de bom às Forças Armadas, as polícias militares do Brasil querem também. As polícias militares do Brasil perdem noites, trabalham e saem de casa para trocar tiro com a bandidagem sem saber se retornarão.

Portanto, precisamos, em nome de Jesus, conscientizar as Forças Armadas que os benefícios que conseguirem...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 132/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-19:20
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	PAULO PIMENTA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje é um



dia que vai entrar para a história do nosso País: o Capitão, que nesta Casa fez 67 discursos sobre a reforma da Previdência - 67 discursos - e em todos eles defendeu uma ideia, traiu, definitivamente, o povo brasileiro.

A proposta de reforma da Previdência que este Governo apresenta é uma vergonha! Este projeto tem que ser jogado na lata de lixo! É um projeto covarde, que não fala uma linha sequer sobre os poderosos. O Governo não tem coragem de falar em teto salarial, não tem coragem de enfrentar os grandes sonegadores e apresenta uma proposta para acabar com o BPC. Essa proposta retira o BPC da Constituição e anuncia que o idoso de 65 anos que hoje ganha um salário mínimo vai passar a ganhar 400 reais de esmola. Acaba com a aposentadoria do trabalhador e da trabalhadora rural - acaba! É um projeto que acaba com a dignidade das pensionistas. É um projeto que acaba com os direitos das professoras, das mulheres, que são as maiores penalizadas. É um projeto que cria regras que jamais serão alcançadas pelo povo brasileiro.

Os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil jamais conseguirão se aposentar diante desse vergonhoso projeto deste Governo, capacho do sistema financeiro, que apresenta a esta Casa um conjunto de medidas, todas elas só interessando ao capital financeiro, aos bancos. Na prática, Sr. Presidente, não se constitui uma reforma da Previdência, mas a destruição da previdência pública do Brasil.

Eu desafio qualquer um dos Srs. e das Sras. Deputadas da base do Governo a vir a esta tribuna falar de uma medida deste projeto que beneficie a população pobre deste País, de uma medida deste projeto que beneficie a classe trabalhadora, de uma medida deste projeto que beneficie a população mais vulnerável. Os senhores não virão a esta tribuna, porque não há isso neste projeto. É um projeto covarde, que protege os poderosos, que não enfrenta os privilégios. É um projeto de traição absoluta! Em menos de 60 dias, o Capitão, que fez 67 discursos nesta Casa em defesa da previdência pública, vendeu a sua dignidade a Paulo Guedes e ao mercado financeiro.

E a bancada do Partido dos Trabalhadores, junto com as demais bancadas do campo popular, vai às ruas do País dizer "não" a essa reforma. Nós vamos derrotar essa reforma, porque ela é indigna, imoral e não merece o apoio desta Casa!

Documento 133/370

11.2019

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/02/2019-19:32

Publ.: DCD - 2/21/2019 -

FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 16 da Lei nº 12.414, de 2011, com a redação dada pelo art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 441, de 2017, sobre os cadastros positivos de crédito e a regulação da responsabilidade civil dos operadores. Defesa de rejeição, pela Casa, da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT, Sr. Presidente, vota "não".

Complementado, hoje à tarde estivemos reunidos e vimos o projeto da reforma da Previdência enviado a esta Casa.

Tenho consciência de que esta Casa tem uma responsabilidade enorme em fazer com que esse projeto seja banido desta Casa. São os pobres e as mulheres do Nordeste deste País que vão sofrer, porque se tiram direitos, como um crime, principalmente dos pobres, daqueles que mais sofrem neste País.

Portanto, esta Casa tem uma responsabilidade enorme em rejeitar esse projeto, que é um projeto criminoso. E aí nós temos a responsabilidade, companheiros e companheiras, de mobilizar a população deste País, explicar passo a passo o que é esse projeto e fazer com que a população entenda...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 134/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-19:40
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Discussão, pelos partidos oposicionistas, de pontos da proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Poder Executivo.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão



do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Liderança da Oposição ainda vai fazer uma reunião para apresentar uma posição oficial sobre a proposta de reforma da Previdência, que chegou à Casa nesta manhã. Nós estamos analisando o texto e vamos fazer essa análise com toda a responsabilidade que esse tema nos exige.

No entanto, algumas primeiras informações já nos saltam aos olhos, sobretudo o impacto da proposta sobre as pessoas que mais trabalham e as pessoas mais sofridas deste País. Afinal de contas, foi dito para o País, durante a última campanha eleitoral, quando o atual Presidente era candidato, que ele faria uma proposta de reforma da Previdência para combater privilégios. E o que nós percebemos da primeira análise, da primeira passada de olhos nessa proposta, é que são afetadas gravemente as pessoas mais sofridas do Brasil.

Eu começo, Ministro Patrus, pela análise do Benefício de Prestação Continuada, que vai atacar as pessoas em situação de extrema pobreza, de extrema necessidade. Essas pessoas, por exemplo, são imediatamente afetadas por essa proposta, pois vão ganhar menos de um salário mínimo e ter aumentada para 70 anos a idade mínima necessária para que possam receber o piso de um salário mínimo.

Será que é razoável, num País tão desigual como o Brasil, um dos mais desiguais do mundo, fazer com que as pessoas em situação praticamente de miséria socioeconômica tenham que esperar até os 70 anos? Talvez o atual Governo esteja torcendo para que morram antes e não cheguem a receber um salário mínimo.

Será que fazer isso é fazer justiça social?

Será que é justo exigir o tempo mínimo de contribuição de 20 anos, excluindo boa parte daqueles que ganham um salário mínimo e que não conseguem comprovar esse tempo de contribuição, Deputado Chico D'Angelo? Não é que não tenham trabalhado, mas é que às vezes não têm os papéis, não conseguem mostrar que trabalharam a vida inteira, e a sua contribuição não foi nem sequer recolhida. São essas pessoas que vão ser atacadas por essa proposta de reforma da Previdência.

Será que é razoável exigir das trabalhadoras rurais, as mulheres que estão no campo, carregando peso sob o calor do sol, debaixo de chuva, para alimentar o nosso País, que trabalhem mais alguns anos para terem direito a uma velhice digna, a uma aposentadoria minimamente decente?

Será que é razoável atacar os professores e as professoras do nosso País, fazer deles o alvo, dizendo que o problema do nosso País é que os professores são tratados de maneira privilegiada?

Será que alguém no Brasil acredita nisso? Certamente não, Presidente.

Esses e outros pontos são os que nós abordaremos nesse debate que a Liderança da Oposição começa, junto com toda a Oposição, a fazer hoje nesta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 135/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-19:44
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	PAULO GANIME-NOVO -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de realização da reforma previdenciária.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa noite a todos.Senhoras e senhores Deputados, Sr. Presidente, muita gente fala aqui que protege a população brasileira, em especial os mais pobres, mas nós estamos em uma semana muito importante, em que dois temas fundamentais para o desenvolvimento econômico do Brasil estão em pauta ou estão sendo trazidos para debate e discussão na Câmara, e essas pessoas tentam atravancar esse debate, essa discussão.

Estamos falando da reforma da Previdência, tema fundamental para o ajuste fiscal e para a economia do Brasil. Se queremos que os pobres tenham mais trabalho e mais dignidade, precisamos aprovar essa reforma. Talvez não exatamente o texto que foi apresentado hoje, ao qual eu mesmo tenho minhas ressalvas, mas uma reforma da Previdência que vai garantir o ajuste fiscal tão fundamental não só para os Estados, como também para a União.

A reforma também vai no sentido de garantir que os pobres não paguem pela aposentadoria dos mais ricos, o que a nossa Previdência hoje faz - a nossa Previdência é um grande programa de transferência de renda do mais pobre para o mais rico.

Outro ponto fundamental: o Brasil está envelhecendo, a nossa população está cada vez mais velha. Se não fizermos essa reforma, não vai ter como pagarmos a aposentadoria daqueles que serão mais velhos no futuro.

Além disso, estamos votando aqui, agora, no plenário, as emendas, os



destaques do Cadastro Positivo. É um tema fundamental também para a redução dos juros no Brasil, outro ponto que impacta todos nós, mas principalmente os mais pobres. Se queremos que os pobres tenham acesso a crédito barato, a juros baixos, precisamos, entre outras coisas, do Cadastro Positivo.

E a reforma da Previdência também vai nesse sentido, porque é o ajuste fiscal que garante que o Governo tenha menos crédito, ou seja, precise se submeter menos ao mercado financeiro para obter crédito, e, assim, garanta mais dinheiro circulando disponível para todos: não só para os mais pobres, mas também para aqueles que querem investir, para o empresário - o micro, o pequeno e também o grande empresário.

Se queremos que o Brasil se desenvolva e todos nós brasileiros tenhamos mais dignidade, precisamos gerar mais emprego, mais trabalho. Isso, sim, é o que garante dignidade para o homem. Ele precisa não ser sustentado por um Estado grande; ele precisa ter capacidade de trabalhar por conta própria e, com isso, garantir a sua dignidade.

Então, vamos parar com demagogia, vamos parar com populismo e vamos votar aquilo que é importante para a economia do Brasil. Nós estamos fazendo isso agora, hoje, e vamos fazer isso em breve, com a reforma da Previdência. Nós precisamos tratar isso como tema prioritário, sem barrar isso, para que o Brasil progrida e vá em frente.

Obrigado.

Documento 136/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-19:48
Publ.: DCD - 2/21/2019 -	NELSON PELLEGRINO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Previdência Social é o maior programa de distribuição de renda do Brasil. Ela tira renda da região urbana para a região rural; tira do Sul e do Sudeste para a região mais pobre do Brasil.



Ao contrário do que foi dito aqui, é um equívoco afirmar que, na Previdência, os mais pobres financiam os mais ricos. Realmente há algumas distorções na Previdência que precisam ser resolvidas, mas essa proposta que foi apresentada hoje pelo Presidente Bolsonaro não caminha nessa direção. Quem conhece a vida do trabalhador comum do Regime Geral sabe que é impossível contribuir por 40 anos e ter 65 anos de idade. A maioria não terá condições de reunir esses requisitos: 40 anos de contribuição e 65 anos de idade. É condenar o trabalhador a não se aposentar ou a não se aposentar com seu salário integral, assim como estabelecer 70 anos de idade para receber o Benefício de Prestação Continuada é inviabilizá-lo.

Documento 137/370

11.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/02/2019-19:52
Publ.: DCD - 2/21/2019	VINICIUS CARVALHO-PRB -SP	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Urgente necessidade de realização da reforma previdenciária para ajuste das contas públicas do País.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, mudanças estruturais se fazem necessárias e urgentes para o Brasil. A principal delas é a reforma da Previdência. Toda a vez que o assunto vem à tona, diversos segmentos se posicionam imediatamente contra, porque analisam a questão de forma superficial. O primeiro pensamento é sempre o de que novas medidas trarão prejuízo ao trabalhador, sem se ater no que é mais relevante: garantir efetivamente o pagamento dos benefícios.

O tema está novamente no centro do debate nacional, com o anúncio do Governo de uma nova proposta que altera a idade mínima de aposentadoria e prevê um novo cálculo do benefício. O texto está



chegando ao Congresso, mas é claro que as novas regras continuarão sendo discutidas à exaustão nos próximos meses, primeiro pela Câmara, onde serão necessários 308 votos para aprová-la, e depois pelo Senado, ambas às Casas em dois turnos de votações.

Os principais pontos se concentram nas idades mínimas que serão propostas - de 65 anos para homens e 62 para mulheres - e nas regras de transição. É certo, também, que o Governo deve propor uma transição específica para não prejudicar tanto quem está prestes a completar os 35 anos, no caso dos homens, e 30 anos, no caso das mulheres, exigidos atualmente para a aposentadoria por tempo de contribuição.

É preciso que todos entendam que a aprovação da reforma é necessária para ajustar as contas públicas do País e, conseqüentemente, colocar o Brasil de volta na rota do crescimento. Mas também não podemos abrir mão da garantia dos direitos adquiridos por trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos, fazendo a justiça prevalecer com regras de transição humanas e coerentes. Ou seja, nós Parlamentares, temos o dever de estarmos atentos a esse paradoxo. E mais, precisamos focar na coerência, porque se a meta é uma economia de cerca de 1 trilhão de reais na próxima década, se a reduzirmos consideravelmente não atingiremos a expectativa maior de garantir os pagamentos de aposentadorias e pensões no futuro.

Para que se tenha uma ideia mais clara da situação, o Brasil ocupa o 49º lugar num *ranking* que avaliou a saúde dos sistemas de previdência social de 50 nações. O nosso país, portanto, é o penúltimo colocado, perdendo somente para a Tailândia. O estudo foi feito pela empresa de seguros alemã Allianz. O Brasil aparece, portanto, entre os que apresentam maiores riscos.

O estudo levou em consideração a capacidade do sistema de garantir o pagamento das pensões no futuro, tomando por base o envelhecimento crescente das populações, com o conseqüente crescimento do número de aposentados e a queda na contribuição pela redução dos jovens trabalhando.

A verdade é que o sistema público de pensões no País se tornará insustentável, se não for promovida uma reforma. Além do valor do benefício muito próximo do recebido na ativa, de 85,9%, em média, para 60,8% na média mundial, há questões como opções de aposentadoria antecipada e o número de idosos crescendo significativamente.

Não é exagerada a insistência do Governo em promover uma reforma da Previdência. Aliás, esse não é um problema só do Brasil. Um estudo



feito pelo Fórum Econômico Mundial, em 2017, revela que os seis maiores sistemas de pensão do mundo - Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Holanda, Canadá e Austrália - terão um déficit conjunto de 224 trilhões de dólares, em 2050, pondo em risco os rendimentos das gerações futuras e estabelecendo a maior crise de pensões da história. Se forem somadas China e Índia, os dois países mais populosos do mundo, o déficit cresce para 400 trilhões.

O estudo considerou não apenas a previdência pública, mas todo o sistema previdenciário dos países, que inclui também contribuições individuais, obrigatórias ou não, para sistemas de previdência. No Brasil, a discussão se concentra apenas na parte fiscal e na previdência pública. Fica para o futuro abordar também esses sistemas complementares que incentivem cada trabalhador a guardar dinheiro para sua aposentadoria.

O relatório ressalta que os governos e os líderes políticos têm um papel central a desempenhar na reforma dos sistemas de pensões, para garantir adaptação a uma nova realidade. Como disse Michael Drexler, Chefe de Sistemas Financeiros e de Infraestrutura do Fórum Econômico Mundial, o aumento previsto da longevidade e do envelhecimento resultante é o equivalente financeiro da mudança climática no meio ambiente: *"Temos de abordá-lo agora ou aceitar que suas consequências adversas assombrarão futuras gerações, colocando uma pressão impossível sobre nossos filhos e netos."*

Muito obrigado.

Documento 138/370

13.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/02/2019-10:12
Publ.: DCD 2/22/2019 - 21	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 379-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, sem prejuízo da apreciação do mérito do projeto de decreto legislativo, nós estamos aqui para dizer que não há normalidade neste País. Não há normalidade e não há normalidade tampouco nesta Casa.

Esta Casa recebeu ontem uma proposta de reforma da Previdência que, na verdade, é extremamente cruel. Ela estabelece novas regras para que as pessoas possam receber o Benefício de Prestação Continuada por idade. Nós estamos falando de pessoas que são beneficiárias do BPC que estão em extrema pobreza. É uma renda familiar *per capita* de um quarto de salário mínimo. Essas pessoas, para terem o benefício na sua integralidade, terão que ter 70 anos de idade.

É a retirada deste benefício para grande parte da população brasileira, até porque esta expectativa de vida não atinge o conjunto dos Municípios brasileiros. Nós temos 53% dos nossos Municípios com uma expectativa de vida média menor do que 65 anos de idade. São pessoas que não irão se aposentar com esta regra de idade mínima aliada a tempo de contribuição.

Há 40 anos no mercado de trabalho?! Imaginem quem tiver 50 anos e for demitido. Essa pessoa não será reinserida no mercado de trabalho, mas o Governo acha que ela não poderá se aposentar, embora tenha 30 anos de contribuição.

É extremamente cruel esta reforma da Previdência e atinge a população de baixa renda. Vejam o trabalhador e a trabalhadora rurais. Eles terão que trabalhar até os 60 anos, com uma contribuição de 600 reais por ano, e nós sabemos que muitos deles vivem em situação similar à situação da miséria. É uma crueldade contra os trabalhadores e trabalhadoras. As mulheres rurais terão que trabalhar 5 anos a mais.

E a pessoa que fica incapacitada de continuar no mercado de trabalho e tem que se licenciar? Essa terá 60% dos seus benefícios. Acima de 20 anos de contribuição aumentará em 2%. É muita crueldade com professores, com professoras. Querem amordaçar as escolas e agora impedir educadores e educadoras de ter a legítima aposentadoria especial.

Portanto, é muita crueldade em cima deste País.

Esta Casa, no dia de ontem, curvou-se ao sistema financeiro, aprovando um cadastro positivo que isola e elimina a possibilidade de qualquer crédito da população que está inadimplente por algum motivo, e favorece os banqueiros. Chega de favorecer os banqueiros.

Por isso, pedimos a retirada de pauta desse projeto.

Documento 139/370

13.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2019-
CD 10:16
Publ.: DCD - 2/22/2019 - REGINALDO LOPES-PT -MG
23
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 379-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010. Contrariedade à aprovação da proposta de reforma previdenciária.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, quero orientar a nossa bancada. Informo que estamos em obstrução, porque de fato não há normalidade.

Esse projeto de reforma da Previdência é uma destruição e é a exclusão de quase 80% dos trabalhadores brasileiros. É bom lembrar que 80% dos trabalhadores brasileiros ganham menos de 2 salários mínimos. Portanto, imaginar que é possível uma reforma da Previdência que coloca esses trabalhadores no regime de capitalização é um crime contra os mais pobres no País, sem falar também do Benefício de Prestação Continuada, que é uma vergonha. A Itália, por exemplo, acabou de reduzir a idade mínima, de 67 anos para 62 anos, e criou uma renda mínima, mas uma renda mínima de 780 euros para o seu povo.

Portanto, tirar 1 trilhão de reais da economia é impedir a economia de voltar a crescer e tirar dos pobres.

Nós estamos em obstrução.

Documento 140/370

13.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2019-
CD 10:20
Publ.: DCD - 2/22/2019 - CÁSSIO ANDRADE-PSB -PA
23
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 379-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010. Importância do debate sobre a reforma da Previdência Social.

O SR. CÁSSIO ANDRADE (PSB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PSB vota "não" ao requerimento de retirada de pauta, porque acreditamos que este debate tem que ser feito. A sociedade está cobrando de nós este debate na Casa.

Quero ainda aproveitar o tempo, Sra. Presidente, para falar sobre a reforma da Previdência que foi enviada a este Poder. Eu escutei atentamente a Deputada que me antecedeu. Não se trata de vencer, não é a vitória de um partido ou de outro. Trata-se de um debate que tem que ser feito, de forma muito responsável, por este Poder. Há nesta Casa muitos Parlamentares que detêm um conhecimento enorme a respeito da reforma da Previdência. Vivemos num país desigual, e a Previdência não pode ter uma regra igual para toda a sociedade.

Com toda a certeza, o partido vai realizar o debate de forma construtiva e responsável a respeito da reforma da Previdência.

Então, o PSB orienta o voto "não".

Documento 141/370

13.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2019-
CD 10:20

Publ.: DCD - 2/22/2019 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
24

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 379-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010. Críticas à proposta de reforma previdenciária.



O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, a entrada da reforma da Previdência aqui mostra o desrespeito que existe à grande maioria dos trabalhadores brasileiros, que ganham do INSS de um a dois salários mínimos. Estes serão os maiores prejudicados.

O BPC vai a 70 anos! É uma crueldade, uma perversidade a trabalhadora rural se aposentar com 60 anos; a professora ficar 40 aulas por semana em sala de aula, de pé! Isso é uma insanidade!

Haverá, sim, uma grande movimentação social e popular. Tenho certeza de que, quando chegar esta pressão aqui, Parlamentares de vários partidos vão se levantar contra a injustiça, enquanto os bancos ganham com a capitalização. Quem ganha com a reforma são os banqueiros.

O PSOL está em obstrução.

Documento 142/370

13.2019

Sessão Deliberativa Extraordinária -21/02/2019-
CD 10:24

Publ.: DCD - 2/22/2019 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS
25

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Obstrução das votações pelo PT. Críticas à proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, primeiramente eu quero dialogar com alguns colegas que talvez precisem revisar os conceitos de democracia.

Nós temos oposição clara. Somos 55 Deputados do PT e, como conversava com o nosso ex-Presidente da Casa Arlindo Chinaglia, nós estamos em uma obstrução política porque queremos ter um espaço maior para debater os temas que prejudicarão profundamente as pessoas em relação a sua aposentadoria.

O que está em curso, Deputada Margarida, é um confisco de 30% a 50% na aposentadoria de todos, não daqueles privilegiados de 30 mil reais, e, sim, daqueles que vão se aposentar com 2 mil, 2 mil e 500 reais. O salário vai cair pela metade. Vão cortar 40%! Nós precisamos

de tempo para debater.

Aliás, quem é Governo tem que colocar quórum e não tem que ficar dando lição de como a Oposição vai se comportar aqui no plenário.

Documento 143/370

13.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2019- CD	10:28
Publ.: DCD - 2/22/2019 - 26	VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA		PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Críticas à proposta de reforma da Previdência Social.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de ontem chegou a esta Casa a emenda constitucional da reforma da Previdência e é sobre esse assunto eu quero fazer alguns questionamentos que acho importantes.

Inicialmente, quero dizer que é inaceitável a idade mínima para o BPC de 70 anos para o cidadão ter direito a um salário mínimo. É inaceitável uma mulher trabalhadora rural ter que trabalhar mais 5, 7 anos, para ter direito a se aposentar. Tudo isso nós vamos debater, mas não acredito que algum Deputado ou Deputada tenha coragem aqui nesta Casa de vir defender essas medidas do Governo Bolsonaro. Temos que fazer uma reflexão sobre isso.

O Governo Bolsonaro não tem moral para tirar direitos do povo brasileiro. Digo isso porque este é um Governo mandado por uma família que traiu o seu principal amigo: o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência.

Enfim, precisamos debater essa reforma. O povo irá para as ruas porque não vai aceitar a reforma da Previdência como está, Sra. Presidente.

Documento 144/370

13.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2019- CD	10:32
Publ.: DCD - 2/22/2019 -	NELSON PELLEGRINO-PT -BA	



Sumário

Anúncio da apresentação de requerimento de suspensão da tramitação na Casa, por 30 dias, da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero anunciar, neste momento, que vou dar entrada, na próxima terça-feira, a um requerimento endereçado ao Presidente desta Casa, o Deputado Rodrigo Maia, propondo suspender por 30 dias a tramitação da reforma da Previdência, até que chegue a esta Casa a proposta do Governo para as Forças Armadas.

Nós não podemos fazer a reforma da Previdência neste País, ou até começar a discuti-la, sem enxergar a globalidade do que se está querendo fazer. O Governo diz que em 30 dias vai encaminhar a proposta relativa às Forças Armadas. Então, por que nós vamos deixar tramitar a proposta de reforma da Previdência se não sabemos qual é a arrumação que vai haver como um todo? Essa proposta não combate privilégios como diz. Ela vai destruir o serviço público, vai apenar os mais necessitados e, portanto, tem que ser suspensa até que a reforma dos militares chegue a esta Casa.

Documento 145/370

13.2019

Sessão Deliberativa Extraordinária -21/02/2019-
CD 10:40

Publ.: DCD - 2/22/2019 -
30

MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador sobre a reforma da Previdência Social. Defesa da implantação do regime de capitalização previdenciária com a contribuição empregado/patrão.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta Geovania de Sá, senhores da Mesa, Srs. Deputados, eu tenho ouvido aqui nesta Casa uma discussão sobre a reforma da Previdência que tem se limitado

exclusivamente a discutir o tempo de contribuição e a idade mínima.

Eu quero contribuir com esta Casa. Depois de 12 anos como Secretário de Estado da Fazenda, vivi o problema da Previdência nos Estados brasileiros. O Governo Federal tem um déficit de Previdência do servidor público da ordem de 94 bilhões de reais. Os Estados brasileiros têm um déficit de 100 bilhões de reais. Portanto, precisamos discutir qual é o modelo da Previdência que nós queremos instalar aqui no País.

Eu tenho tido a oportunidade de discutir com vários membros do Governo sobre o modelo de Previdência que se quer instalar no Brasil. Venho a esta tribuna hoje para discutir exatamente o que está sendo proposto como modelo de Previdência.

A reforma que está chegando a esta Casa acaba com o regime de repartição, ou seja, o sistema em que os atuais trabalhadores contribuem para os aposentados de ontem e propõem um sistema de capitalização de contas individuais.

Eu fui pesquisar como isso ocorre no mundo inteiro. Pesquisei em 60 países do mundo, na América Latina, na OCDE e na América do Norte. Discuti com meus alunos na sala de aula. É importante dizer que o sistema de capitalização de contas individuais só teve sucesso no mundo, quando, na realidade, contemplou não somente a contribuição do trabalhador, mas também a contribuição patronal, seja ele do setor privado ou público.

Entre os 60 países, somente um, o Chile, conseguiu implantar o regime de capitalização. Repito: entre os 60 países, somente um conseguiu. O Chile, mesmo na época ditatorial, conseguiu implantar o regime de capitalização. em que só há a necessidade de fazer contribuir a parte que é do trabalhador.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, depois de 35 anos, o Chile compreendeu que esse modelo, apesar de gerar uma poupança adicional, é importante no regime de capitalização. Repito, depois de 35 anos!

É por isso que, durante a campanha presidencial, coube a mim a tarefa de coordenar o programa econômico do Presidente Ciro Gomes. Naquela época, nós propusemos um regime de capitalização de contas individuais com as duas contribuições. Isso gera não só um nível de poupança maior na economia, gera um efeito macroeconômico de expansão da atividade muito mais significativo e, sobretudo, assegura um valor de aposentadoria que é compatível com aquilo que nós esperamos e que hoje estamos recebendo do regime de repartição.



Portanto, quero ponderar às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que, antes de nós discutirmos se são 65 anos para homem e 62 anos para mulher, se são 35 ou 40 anos de contribuição, esta Casa precisa firmar posição em relação ao modelo que nós vamos querer implantar para a Previdência brasileira.

Não existe modelo de capitalização de contas individuais que não inclua não somente a contribuição do trabalhador, mas que possa incluir também a contribuição patronal, para assegurar direitos, portanto, aos trabalhadores e ao servidor público, mesmo sabendo da necessidade.

No meu Estado, por exemplo, a alíquota já é 14%. Não haverá nenhuma alteração em relação a isso, mas o sistema tem que ter a contribuição patronal.

Essa é a nossa posição. Nós queremos contribuir, queremos ajustar a proposta. Entretanto, precisa ficar claro que esse modelo de capitalização com dupla contribuição é o que prevalece no mundo e é o que vai prevalecer com certeza pela soberania desta Casa.

Era só isso, Sra. Presidenta.

Documento 146/370

13.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária -21/02/2019- CD	10:44
Publ.: DCD - 2/22/2019 - 32	NATÁLIA BONAVIDES-PT -RN	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO	

Sumário

Incoerência do discurso do Presidente Jair Bolsonaro sobre a reforma previdenciária e a proposta apresentada pelo seu Governo. Natureza desumana da proposta de reforma da Previdência Social apresentada ao Congresso Nacional.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - *"Querer aprovar uma reforma com 65 anos é, no mínimo, uma falta de humanidade"*. Esta frase foi dita, durante a campanha presidencial, por Bolsonaro. Há vídeo.

Por isso, eu venho aqui denunciar que a palavra de Bolsonaro não vale um risco na água. Toda essa história de honradez, de lealdade, de moral é só conversa para tentar enganar o povo trabalhador brasileiro,



que se esfolia a vida inteira no trabalho, para agora ter que pagar uma conta que não é sua.

A reforma proposta é desumana, sim! E as megadívidas perdoadas? E os lucros dos bancos, que não são taxados? Nós não vamos deixar que se penalizem os mais pobres.

Por isso, nós vamos denunciar, sim, que a reforma é desumana, penaliza o povo trabalhador. Saber que o Governo é desumano, nós já sabíamos. Esse discurso feito em campanha por Bolsonaro mostra a face desleal e desonrosa deste Governo que agora apresenta essa reforma para o povo brasileiro e para o Congresso.

Documento 147/370

13.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2019- CD	10:48
Publ.: DCD - 2/22/2019 - 32	SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à proposta de reforma previdenciária.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (Bloco/PDT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero deixar registrada aqui a nossa posição contrária à reforma da Previdência, ao projeto que foi enviado a esta Casa, pelos fundamentos colocados, pelas consequências para o conjunto dos trabalhadores rurais, públicos, civis e especialmente os militares.

Nós pesquisamos e vimos que a imprensa publicou a palavra militar associada à reforma da Previdência mais de 50 mil vezes durante este ano, num claro indicativo de um alvo específico e direto para atingir os militares nessa reforma da Previdência.

Portanto, quero deixar claro que faremos uma resistência responsável, em nome da sobrevivência dos policiais e bombeiros militares na inatividade. Nós não podemos admitir que uma realidade em que essa categoria se entrega diuturnamente para morrer pela sociedade...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 148/370

13.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2019- CD	10:52
Publ.: DCD - 2/22/2019 - 34	JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA		PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Repúdio à proposta governamental de reforma previdenciária, especialmente no tocante ao homem do campo.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Obrigado, Sra. Presidente. Por mais que V.Exas. queiram meter a mão na Previdência do povo brasileiro, não vão conseguir. É até bom botar os policiais militares nesse projeto, porque a turma que não estava nem aí para a Previdência quando os policiais militares estavam de fora agora está reclamando.

Quero ainda chamar a atenção para um negócio. Ficam falando em déficit da Previdência, mas para cada trabalhador aposentado o Governo coloca por ano 8 mil reais, para cada militar aposentado o Governo coloca 114 mil reais. Em quem tem que mexer para diminuir o déficit? No trabalhador, no pobre coitado, no trabalhador rural que vai ter que morrer na enxada sem aposentadoria? V.Exas. não vão matar o trabalhador rural. Os laranjas já roubaram os assessores; não vão roubar a Previdência do povo brasileiro!

Documento 149/370

13.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2019- CD	10:56
Publ.: DCD - 2/22/2019 - 46	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA		PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Inevitáveis prejuízos às mulheres e à população carente, com a eventual aprovação da proposta de reforma previdenciária.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da

oradora.) - Essa é uma reforma que penaliza mais as mulheres do que os homens. Como diz Simone de Beauvoir, quando há crise, todos pagam, mas as mulheres pagam mais.

Essa reforma tem um caráter sexista e machista impressionante. Na aposentadoria rural, aumenta em 5 anos o tempo para mulheres poderem se aposentar - as mulheres! Os homens continuam com a idade mínima de 65 anos, as mulheres tem a idade aumentada para 62 anos. As professoras e os professores - e a maioria da categoria é composta do gênero feminino - terão que ter 30 anos de contribuição para se aposentar - 30 anos! Os trabalhadores em geral precisarão de 40 anos de contribuição para ter a integralidade do seu benefício. Portanto, essa é uma reforma misógina e contra o povo brasileiro, sobretudo o povo pobre.

Documento 150/370

13.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária -21/02/2019-
CD 10:56

Publ.: DCD - 2/22/2019 - CÁSSIO ANDRADE-PSB -PA
46

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador sobre a proposta de reforma previdenciária encaminhada ao Congresso Nacional pelo Governo Jair Bolsonaro. Congratulações ao Deputado Estadual Fábio Figueiras, do Pará, pela criação de comissão destinada à realização de estudo sobre a relação entre o consumidor e as Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Apresentação à Frente Parlamentar em Defesa do Consumidor de proposta para debate do tema.

O SR. CÁSSIO ANDRADE (PSB - PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, primeiro, quero dizer do meu orgulho de estar nesta tribuna representando o meu partido, o PSB. Apesar de estar no meu quinto mandato eletivo, este é o meu primeiro mandato como Deputado Federal.

Tenho acompanhado o debate enérgico sobre a reforma da Previdência.

E todos nós que participamos da campanha eleitoral, Deputado Airtton Luiz Faleiro, que antecedeu este debate, ouvimos muito a respeito da reforma da Previdência.

Vejo hoje o Governo apresentar uma reforma sem dialogar com o



Congresso, sem dialogar com a sociedade de maneira ampla. Não se trata aqui de buscar vitória do Governo ou da Oposição. A grande maioria da sociedade brasileira não tem conhecimento das mudanças que estão sendo apresentadas nessa reforma da Previdência. É nosso dever, e é dever do Executivo, entender que tem que ser realizado um debate amplo com a Oposição, com o Centro, com a Direita, com aqueles que querem contribuir com esse tema.

O Presidente tem que entender que agora ele é o Presidente da República e não pode viver mais de redes sociais. Este é um novo momento, e esta Casa se apresenta com muitos Parlamentares qualificados para fazer o debate sobre essa reforma.

Entendo que há itens que aqui foram apresentados em que devemos avançar; há outros, porém, que nos preocupam muito, como, por exemplo, as regras de aposentadoria para o trabalhador rural. No meu Estado, o Pará, a grande maioria da força de trabalho é de trabalhadores rurais, que não estão acompanhando a reforma. E um dos itens apresentados estabelece que o trabalhador rural terá que comprovar 20 anos de contribuição à Previdência.

Nós teremos que fazer esse debate de forma consciente, sem agressões, sem intrigas, lembrando que não estamos mais em palanques, e evitando declarações como a que eu ouvi de uma Parlamentar: *"Foi vitória do Governo!"*

A vitória do Governo ou da Oposição virá se conseguirmos aquilo que o povo está esperando: diminuição das desigualdades sociais, garantia de aposentadoria no futuro para aqueles que ainda vão se aposentar.

Outro item proposto tira o direito de pensão das esposas, reduzindo para apenas 50% a pensão que ela virá a receber do marido que passou anos e anos contribuindo.

Cabe a nós do PSB, partido que eu tenho tanto orgulho de integrar e de estar usando agora o horário de Liderança, fazer esse debate de forma responsável e cristalina. Não se trata de buscar vitória da Oposição ou da Situação. Nós temos que trabalhar pela vitória do povo brasileiro, que tanto aguarda de nós uma posição firme e consciente.

Nestes últimos segundos, Sra. Presidente, eu quero registrar e parabenizar a atitude do Deputado Estadual Fábio Figueiras, no Estado do Pará, que conseguiu criar uma comissão que vai fazer um estudo da relação entre o consumidor de energia elétrica e a CELPA - Centrais Elétricas do Pará. Essa é uma empresa danosa que vem prejudicando muito o Estado do Pará e que ocupa o topo das denúncias no PROCON do nosso Estado.

Aqui, na Câmara, apresentei à Frente Parlamentar em Defesa do Consumidor proposta justamente para se debater esse tema.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 151/370

13.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2019- CD	11:04
Publ.: DCD - 2/22/2019 - 48	DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Confiança na aprovação pela Casa da proposta de reforma previdenciária. Críticas ao posicionamento da Oposição sobre o tema.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Assim como a minha amiga Joice Hasselmann disse na tribuna hoje, quero dizer que ontem ganhamos na votação do cadastro positivo e vamos ganhar também na da reforma da Previdência. O Brasil precisa dessa reforma, e vamos lutar aqui no Parlamento pela aprovação, seja do inteiro teor da proposição apresentada pelo nosso Presidente Jair Bolsonaro, seja de proposta com pequenas alterações feitas aqui por nós Parlamentares.

Tenho um compromisso com os meus eleitores e com a população capixaba e farei o possível para aprovar uma reforma que seja benéfica para todos.

A Oposição precisa colocar a mão na consciência e analisar melhor os seus posicionamentos.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Documento 152/370

13.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2019- CD	11:08
Publ.: DCD - 2/22/2019 - 50	PAULO RAMOS-PDT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO



Sumário

Contrariedade dos membros das Forças Armadas brasileiras, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. PAULO RAMOS (Bloco/PDT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, venho à tribuna dizer que os militares das Forças Armadas, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil não concordam com a reforma da Previdência.

A parcela da cúpula militar que apoia o Governo não representa o sentimento de toda a tropa.

Não à reforma da Previdência! Não à cassação de direitos!

Documento 153/370

13.2019

Sessão Deliberativa Extraordinária -21/02/2019-
CD 11:08

Publ.: DCD - 2/22/2019 - JORGE SOLLA-PT -BA
50

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, realmente, o tema principal que o Brasil todo está discutindo hoje é essa proposta criminosa que o Governo encaminhou a esta Casa para destruir a Previdência Social.

O cinismo é tão grande que eles acreditam que a maioria dos trabalhadores brasileiros contribui com a Previdência todos os meses, durante 40 anos.

A maioria dos trabalhadores fica boa parte do tempo desempregada. Se volta a trabalhar, a ter carteira assinada, logo depois sai do emprego e vai fazer biscate. Para contribuir por 40 anos, o trabalhador brasileiro tem que trabalhar, em média, por 50, 60 anos, Deputado Celso. É um absurdo o que querem fazer! E o trabalhador rural vai perder o direito de se aposentar neste País!

Por que não vão cobrar dos sonegadores? Por que não acabam com a anistia para as multinacionais do petróleo, que não estão pagando nem Imposto de Renda, nem PIS, nem COFINS? Por que não cobram Imposto de Renda sobre lucros e dividendos...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Peço que conclua, Deputado Jorge.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA) - Por que a elite deste País tem que ter anistia deste Governo? Por que a elite deste País não paga imposto, e o trabalhador, além de pagar imposto, tem que perder o direito à aposentadoria?

Já tiraram os direitos trabalhistas. Não vão tirar os direitos previdenciários! Vocês vão perder, porque o povo não vai permitir que isso aconteça!

Documento 154/370

13.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2019- CD	11:12
Publ.: DCD - 2/22/2019 - 51	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA		COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento da oradora contrário à proposta de reforma previdenciária. Publicação por órgão da imprensa de denúncia de promoção, pelo Governo Jair Bolsonaro, de negociações para aprovação da reforma da Previdência Social.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, colegas Parlamentares, volto a esta tribuna para falar em nome da oposição representada na Minoria e dizer que nós já temos opinião sobre a reforma da Previdência, mas também consideramos que há temas fundamentais na Casa que nós vamos debater aqui em pé de igualdade.

Este Governo, para além de afrontar direitos das trabalhadoras, dos trabalhadores e da sociedade brasileira, também aprofunda o Estado de exceção no Brasil com o chamado Pacote Moro. Nós teremos a



oportunidade de debater esse tema aqui com muita profundidade.

Quero dizer que, na reforma da Previdência, nós precisamos trabalhar as essências e os métodos. Para além de todas as crueldades, para além de todo o machismo da proposta, que afronta os direitos das mulheres, para além de toda a crueldade com os mais pobres, essa proposta trata de questões essenciais de que nós da sociedade brasileira não podemos tirar os olhos.

Primeiro, quer desmontar o sistema de proteção social brasileiro, quebrar os três pilares da seguridade, que são saúde, previdência e assistência, sequestrando da Constituição brasileira a Previdência Social, ao retirá-la do texto constitucional e jogá-la para a lei complementar, para ser mais fácil, com um quórum mais baixo, retirar direitos da sociedade brasileira com tanto custo impressos na Carta Magna do País.

Segundo, busca atingir os pobres para favorecer os bancos, em um regime de capitalização aberto, nas instituições financeiras deste País, que, na grande maioria, são instituições financeiras estrangeiras.

É importante que digamos isso, porque nós sabemos que muitas das maldades colocadas nesse texto serão, obviamente, negociadas, mas vai se buscar com muita força que a essência seja permanente no texto que será aqui colocado à prova e em votação neste Parlamento.

Mas quero aqui trazer a denúncia que está hoje em um jornal de grande circulação. O Sr. Paulo Guedes disse: "*Basta para aprovar a reforma da Previdência uma prensa no Congresso*". E o que ele diz que é uma prensa? É o "toma lá, dá cá".

Este senhor que se elegeu Presidente da República - Jair Bolsonaro - disse que ia fazer uma nova política, mas já começou dizendo que a nova política é dar cargos comissionados. E, no texto que foi divulgado hoje nesse jornal, disse o seguinte: "*Basta fazer um repasse de 10 milhões para os reeleitos e de 7,5 milhões para os novatos*".

Esta é a denúncia que está hoje no jornal: começam a ser negociados com os Deputados os repasses de verbas, desrespeitando o Parlamento brasileiro, ao dizer que todos aqui são compráveis. Basta uma prensa no Congresso para negociar e tirar a resistência dos Deputados novatos e dos reeleitos, sejam do centrão, sejam da base.

Ora, Deputados e Deputadas, espero que não seja essa a forma de venderem os direitos do povo, numa reforma que agride os pobres, favorece os bancos e desconstitucionaliza, ou seja, tira da Carta Magna brasileira, o sistema maior de proteção social do povo brasileiro.



13.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária -21/02/2019-
CD 11:20

Publ.: DCD - 2/22/2019 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP
53

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidenta.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero falar da alegria de poder ocupar a tribuna desta Casa pela primeira vez no tempo de Liderança do Partido dos Trabalhadores e da alegria e do orgulho de fazer parte dessa bancada. Quero agradecer ao Líder Paulo Pimenta e à aguerrida bancada de Deputadas e Deputados do Partido dos Trabalhadores por me darem a possibilidade de fazer parte da sua Vice-Liderança.

Começo meu discurso assim para repudiar a fala feita aqui por um Deputado que é novo como eu, de primeiro mandato, e que subiu a esta tribuna querendo dar lição e dizer o que os Deputados devem ou não devem falar, de quais temas e assuntos devem ou não devem falar. Este espaço é a garantia da democracia, da diversidade, que inclusive sempre respeitei quando fui Ministro da Coordenação Política do Presidente Lula. Respeitei a Oposição e os espaços de fala da Oposição. Ninguém, nenhum partido, nenhum Deputado ou Deputada, tem mandato popular para dizer o que Deputados e Deputadas podem falar aqui.

Aliás, ele questionou estarmos falando sobre Previdência, como se este não fosse um assunto importante. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, qual o assunto mais importante no Brasil hoje do que a Previdência, depois do crime encaminhado a esta Casa pelo Presidente Bolsonaro?

Lembro aqui as palavras do Presidente Bolsonaro, quando, candidato a Presidente, pisou no Nordeste. Disse ele que estabelecer a idade mínima de 65 anos para aposentadoria era um crime!

O que foi apresentado nesta Casa ontem não é uma proposta de nova Previdência, não é uma proposta de reforma. É um crime contra a

grande maioria do povo brasileiro. Estabelecer 65 anos como idade mínima de aposentadoria é desconhecer que o Brasil é profundamente desigual. Se Santa Catarina tem expectativa de vida de 78 anos, o Maranhão tem expectativa de vida de 70 anos. E, se formos ao Estado de Santa Catarina, encontraremos também regiões com expectativa de vida de 65 anos.

Não podemos ter a mesma regra, nem os mesmo parâmetros, para as mulheres e para os homens. Não esperava outra coisa de um Governo que não reconhece a importância da mulher, a não uma proposta como essa, que prejudica as mulheres.

Desconhece a tripla jornada feminina no nosso País. Desconhece que, muitas vezes, as mulheres, por assumirem a responsabilidade de cuidar da casa, de cuidar da família, acabam tendo ganho salarial menor.

As mulheres no Brasil ganham em média 75% apenas do salário dos homens.

Ataca os idosos. A proposta encaminhada, o crime encaminhado para cá, estabelece que o idoso que recebe o BPC vai passar a receber 400 reais apenas e desvincula o benefício do valor do salário mínimo.

Ataca o trabalhador rural. Qual o trabalhador rural que consegue comprovar 20 anos de contribuição para ter garantida a aposentadoria?

Ataca os atuais pensionistas. Não é verdade que não retira direitos adquiridos. Quem já recebe pensão e for se aposentar, pela proposta, não vai poder acumular aposentadoria.

Ataca a grande maioria do povo brasileiro.

É por isso que a nossa bancada já disse bem claro que não admitirá qualquer tramitação dessa proposta, antes que venha uma proposta relativa aos militares.

Vamos derrotar aqui esse crime contra o povo brasileiro.

Documento 156/370

13.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 21/02/2019-11:24	
Publ.: DCD 2/22/2019 - 56	MARGARIDA SALOMÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DE



Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de votação nominal do Projeto de Decreto Legislativo nº 379-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010. Contestação aos argumentos em defesa da proposta de reforma previdenciária do Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG. Sem revisão da oradora.)
- Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, nós estamos fazendo este requerimento com base na prática legislativa que faculta à Oposição o exercício da obstrução.

Por que eu estou explicando isto? Porque temos ouvido aqui alguns posicionamentos de jovens Parlamentares, alguns proferidos até com muita ênfase, no sentido de policiar esta tribuna, como se ao redor dela houvesse uma espécie de grade temática. Quero dizer que é prerrogativa de todos nós Parlamentares usarmos esta tribuna para esclarecer o povo brasileiro sobre os temas que lhe interessa. É nossa prerrogativa e é nosso dever. E, neste momento, em que a questão da hora é a reforma da Previdência, eu quero dizer que há duas questões muito importantes, as quais nós devemos usar todo o tempo para discutir.

A primeira delas é a tese de que a Previdência está quebrada. Quero dizer que uma mentira muitas vezes repetida não se transforma necessariamente numa verdade. Então, para que nós compreendamos a chamada quebra da Previdência, é necessário que sejam apresentados aqui dados atuariais sérios, indicando onde estão os gargalos, quais são os problemas a remover.

O segundo discurso que está sendo feito desde ontem e que precisa ser desmistificado é que esta é uma proposta a bem da igualdade. Em primeiro lugar, num país com desigualdades tão clamorosas, tratar igualmente os desiguais seria aprofundar esse problema. Mas pior que isso é o fato de que, sobre a aposentadoria dos poderosos, a aposentadoria dos militares, não se diz uma palavra.

Qual é a Previdência que está em risco? O que é que vai acontecer? Haverá mais uma vez a transferência da renda dos mais pobres para os mais ricos, para o topo da pirâmide. Quem vai pagar por isso são os trabalhadores rurais, já prejudicados com a ameaça trazida pelo MP 871; as mulheres; os jovens, que nunca se aposentarão; a grande maioria do povo brasileiro.



Trata-se de uma falácia, e nesta tribuna nós temos que usar todo o tempo que pudermos para aprofundar o debate, desmistificar as mentiras e votar aqui alguma coisa que efetivamente proteja o povo brasileiro, favoreça a justiça, promova a igualdade social.

Por isso, meus colegas e minhas colegas, nós aqui defendemos o instituto da obstrução, sem o qual é muito difícil, num Parlamento, praticar oposição. Como Oposição e Situação são situações flutuantes, este exercício que nós fazemos aqui protege V.Exas. também, e é nesse sentido que nós continuaremos a praticá-lo.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Documento 157/370

13.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 21/02/2019-11:32		
Publ.: DCD 2/22/2019 - 57	LUIS MIRANDA-DEM -DF			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de votação nominal do Projeto de Decreto Legislativo nº 379-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010. Necessidade de realização da reforma previdenciária. Solicitação aos partidos opositores de suspensão da obstrução das votações na Casa.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sra. Presidente, colegas Parlamentares.

O PT mais uma vez demonstra uma total falta de responsabilidade com esta Casa. Essas obstruções têm como único objetivo atingir o Governo. Eles se esquecem de que o mais importante é votar as pautas, inclusive matérias sobre educação, que é o tema da próxima votação e algo que eles tanto defendem. A intenção é obstruir e fazer com que a Casa pare, para demonstrar que eles possuem força, uma força minimista. Eles ficam conclamando um monte de besteiras, faltando com respeito a todos aqueles que querem simplesmente seguir e votar.

É importante a reforma da Previdência. Precisamos discuti-la?



Precisamos, mas paralisar todas as sessões com uma obstrução atrás da outra é inadmissível. Eles fizeram isso sempre e vão continuar fazendo, porque eles simplesmente não observam e ficam dizendo que a reforma da Previdência veio para atingir os mais humildes, os mais pobres. Isso é uma grande mentira. Os senhores deveriam parar de mentir, porque, aqui dentro, representam o povo brasileiro.

A verdade é que a reforma que chegou ao Congresso Nacional, com o apoio dos Presidentes das duas Casas, atingirá privilégios e regalias. Eu, inclusive, só voto este projeto da Previdência se nós políticos também entrarmos nessa idade mínima. Se nós políticos também nos aposentarmos com 65 anos, eu voto. Querem se aposentar com 60 anos? O povo brasileiro vai se aposentar com 60 anos. É inadmissível a elite se aposentar com 40 ou 45 anos quando todos nós sabemos que o povo nunca se aposentou com menos de 60 anos ou 65 anos. Então, é uma hipocrisia dizer que a reforma da Previdência veio para atingir os mais pobres; ela veio para criar igualdade entre todos, inclusive com a grande elite de nosso País, que sempre se aposentou muito antes.

Essa reforma, sem dúvida, é o projeto mais importante desta legislatura. Quando essa reforma for aprovada, o Brasil voltará a crescer, haverá geração de empregos, redução de miséria, melhoria de renda, e caminharemos para a modernidade. Isso é de extrema importância para os Governadores dos Estados brasileiros, que se encontram em profunda crise, agravada ao longo de duas décadas. Se a reforma não for aprovada, a situação só irá piorar.

Eu imploro à Esquerda que pense nas aprovações dos projetos que tramitam aqui dentro, para que entremos numa discussão justa e honesta. Não adianta, simplesmente, por ódio contra o Presidente em função de embates que tiveram no passado, travarem esta Casa e impedirem que a reforma da Previdência, tão importante para nosso País, siga. Neste ano, o déficit da Previdência será de quase 300 bilhões de reais. É necessário que a reforma seja aprovada. Nós precisamos fazer com que esta Casa ande. Essas obstruções são imorais e deveriam ser ilegais.

É isto que eu tenho a dizer a todos: sou contra mais esta obstrução.

Obrigado.



Sumário

Críticas à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidenta Geovania de Sá. Cumprimento os colegas Parlamentares. Quero me pronunciar sobre democracia e sobre a proposta de reforma da Previdência do Governo Bolsonaro.

Primeiramente, quero expressar para alguns colegas que representam o atual Governo a minha posição de que, em uma democracia, as coisas funcionam assim. As pessoas têm opiniões diferentes sobre como solucionar os problemas do País.

Nós da bancada da Oposição, por exemplo, entendemos que esta proposta de mudança da Previdência vai prejudicar o País ao invés de beneficiar. Quem acredita que vai beneficiá-lo tem que argumentar e conquistar maioria na sociedade e aqui.

Nós já votamos reformas da Previdência aqui. Inclusive, como Líder do Governo Lula e Dilma, encaminhei votações de reforma. Quando da constituição da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, por exemplo, enfrentamos centenas de obstruções daqueles que, à época, eram Oposição ao nosso Governo. Parece que eles querem a democracia de dois pesos e duas medidas: quando estão no Governo, não pode haver obstrução; quando estão na Oposição, podem fazer obstrução. Eu nunca subi aqui para questionar o direito de obstrução da Oposição à época.

Vamos à proposta da Previdência. A maior mentira que o Presidente Bolsonaro está contando é que essa proposta seria para combater privilégios. Observem que só vou falar aqui de quem vai se aposentar com 1.000 reais, 2.000 reais, 3.000 reais. Não vou falar de mudanças para quem tem salários de 20.000 reais a 30.000 reais.

Deputado Kim Kataguirí, V.Exa., que defende a proposta de Bolsonaro, sabe o que pode acontecer com um pedreiro de 65 anos de idade que trabalhou por 30 anos e que estava constituindo o direito de se aposentar recebendo 3.000 reais - e isso não é privilégio em lugar nenhum do mundo -, se essa proposta que V.Exas. defendem for aprovada? Ele pode perder de 1.000 reais a 1.500 reais no valor da aposentadoria dele e receber, ao se aposentar, em vez de 3.000 reais, 1.500 reais. Isso é confisco, confisco de direito real constituído e justo

moralmente. Isso aumenta a desigualdade social.

Outra coisa, já que hoje resolvi simbolicamente dialogar com o Deputado Kim Kataguiri: por que a primeira proposta do Governo de extrema direita que V.Exas. representam não é a taxaço de lucros e dividendos, que incomoda o andar de cima? Por que é que se fala tanto da Previdência, que consome, sim, 25% do orçamento público, mas não se fala dos juros da dívida, do mercado da especulação financeira, daquela Disneylândia de se ganhar dinheiro sem trabalhar, que consomem 44% dos impostos que pagamos?

Também quero dizer que essa ideia de idade mínima é para tratar o filho do pobre, que começa a trabalhar com 16 anos, do mesmo jeito que se trata aquela pessoa que começa a trabalhar com 25 anos. Queremos a soma de idade com o tempo de contribuição. Essa, sim, Deputada Erika Kokay, é uma forma justa, porque quem começa a trabalhar mais cedo vai se aposentar mais cedo.

Considerando que 40% do povo brasileiro não vive além dos 65 anos de idade, com essa reforma eles querem eliminar 40% dos trabalhadores brasileiros, que não vão poder se aposentar. O que eles chamam de privilégio é o direito da pessoa de se aposentar com 1.000 reais, com 2.000 reais!

Por amor de Deus, se querem combater privilégios, coloquem em votação a lei do imposto sobre lucros e dividendos, coloquem para votar também outros tributos justos, coloquem para votar mecanismos que alterem a Previdência dos grandes salários, não a dos mais pobres.

Documento 159/370

13.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2019- CD	11:40
Publ.: DCD - 2/22/2019 - 59	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO	

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação nominal do Projeto de Decreto Legislativo nº 379-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010. Críticas à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, o PT vota "sim" ao requerimento.

O PT tem uma clareza muito grande em relação ao que vai acontecer. O trabalhador vai ter que trabalhar 40 anos, num país que tem 12 milhões de desempregados, para ter o seu benefício integral. É simples assim. O trabalhador terá que trabalhar até os 65 anos de idade, quando 53% dos Municípios têm expectativa de vida menor do que 65 anos. É simples assim. O trabalhador rural, que hoje contribui conforme o faturamento, terá que pagar 600 reais para poder ter direito à aposentadoria. É simples assim. As mulheres, que têm dupla e tripla jornada, terão que trabalhar 5 anos a mais, inclusive a trabalhadora rural. Para os professores, que em sua maioria são do gênero feminino, o tempo de contribuição será de 30 anos. É simples assim.

Dizemos "não" a esta "deforma".

Documento 160/370

13.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2019- CD	11:40
Publ.: DCD - 2/22/2019 - 60	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta governamental de reforma previdenciária. Prejuízos causados ao País pela aprovação da proposta de concessão de isenção tributária às empresas petroleiras.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero dizer a alguns colegas que definem o que é honestidade ou desonestidade intelectual que, na democracia, o nosso papel não é julgar os outros, mas, sim, defender as nossas posições com argumentos.

E quero trazer outro argumento aqui. Quando o Governo atual fala em economizar 1 trilhão de reais em 10 anos, ele quer dizer o seguinte: "*Vamos retirar 100 bilhões de reais por ano do bolso de um trabalhador que poderia receber uma aposentadoria de 2 mil ou 3 mil reais e vamos deixar isso no cofre do Governo*". Agora, este mesmo Governo aprovou nesta mesma Casa uma isenção tributária multibilionária, dando 1 trilhão de reais de isenção de impostos para as petroleiras ao longo dos próximos 20 anos. Isso é um crime contra o

Documento 161/370

13.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2019- CD	11:48
Publ.: DCD - 2/22/2019 - 63	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO	

Sumário

Críticas à proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidenta, colegas, quero chamar a atenção para outro ponto da crueldade criminosa desta proposta de mudança na Previdência, contra os trabalhadores mais pobres.

Uma regra razoável e justa, estabelecida há muitos anos no País, é que o trabalhador pode usar 80 de cada 100 das suas contribuições para calcular a média pela qual ele vai se aposentar. Por quê? Como é a vida do trabalhador? Ele começa ganhando um salário mínimo; quando se qualifica, evolui para dois salários; quando se qualifica mais, evolui para três salários. Com isso ele faz uma média em que pode descartar o início da sua vida laboral. A proposta impõe que o cálculo seja feito com base em todo o período laboral, para derrubar a média desse trabalhador. Este critério sozinho vai baixar em cerca de 15% a média das aposentadorias de quem aguarda para se aposentar com 2 mil ou 3 mil reais.

Documento 162/370

13.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/02/2019- CD	11:48
Publ.: DCD - 2/22/2019 - 63	LUIZ LIMA-PSL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO	

Sumário

Importância do debate da proposta governamental de reforma previdenciária. Orientação de bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 379-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação

de São Cristóvão e Névis, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

O SR. LUIZ LIMA (Bloco/PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputada Geovania, gostaria de registrar aqui que eu nunca vou me furtar ao diálogo. Eu sou de Copacabana, no Rio de Janeiro, a praia mais democrática do País. Conversei com a Deputada Erika, com o Henrique, com o Paulo Guedes, com o Padilha. E eu fiquei muito feliz, porque todos foram unânimes em considerar que uma reforma tem que existir, mas tem de ser debatida.

Deputada Erika Kokay, é importante excluirmos a mortalidade infantil do debate em relação à Previdência. Temos de levar em consideração quantos anos o brasileiro que chega aos 60 anos ou 65 anos vai viver a mais. E isso se equipara em todas as regiões do Brasil.

Eu tenho a certeza de que vamos chegar a um acordo e fazer uma reforma. Deputada Erika Kokay, temos de legislar para o brasileiro de daqui a 30 anos, 40 anos, quando haverá dois brasileiros trabalhando para sustentar um aposentado. A nossa responsabilidade é imensa.

O voto é "sim".

Obrigado, Presidente.

Documento 163/370

15.2019	Sessão Não Deliberativa	de	21/02/2019-14:08
	Debates - CD		
Publ.: DCD - 2/22/2019	JOSÉ RICARDO-PT -AM		
-			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO	

Sumário

Repúdio à gestão do Presidente Jair Bolsonaro. Divulgação de escândalos de corrupção contra membros do Governo Federal e familiares do Presidente da República.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, peço que seja dado como lido e divulgado no programa *A Voz do Brasil* discurso que vou apresentar falando de um Governo de menos direitos, que é o Governo Bolsonaro.

A retirada de direitos neste Governo é algo que realmente assusta a

população. Todo dia há uma novidade. O projeto de reforma da Previdência é o que realmente alarma a maioria da população, principalmente a mais pobre.

É um absurdo tirar direitos das mulheres, as mais prejudicadas com essa reforma, que têm que trabalhar por mais tempo e contribuir por mais tempo. Pior é o caso das mulheres do meio rural. Aí a situação é mais injusta.

Os professores da rede pública e privada vão ter que trabalhar mais e também contribuir por mais tempo. E, para conseguir receber 100% da sua aposentadoria, têm que ter 40 anos de contribuição. Olhem a situação absurda: 40 anos de contribuição para receber...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Conclua, Deputado.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM) - Portanto, são 40 anos de contribuição para poder receber 100% da aposentadoria.

Talvez mais desumana ainda seja a proposta que envolve as pessoas idosas e as pessoas com deficiência. Chega ao ponto, Deputado Airton, de o Governo querer pagar apenas 400 reais para uma pessoa idosa. E ele está ampliando de 60 anos para 70 anos a possibilidade de ela receber o salário mínimo.

Isso não é uma reforma! Isso é uma deforma! Isso é uma injustiça! Isso é um massacre contra a maioria da população mais pobre, que é a que vai ser atingida com essa proposta da reforma. E ela não mexe com os grandes devedores. É interessante! Só fala em economizar não sei quantos trilhões, mas não fala em arrecadar daqueles que deveriam contribuir, principalmente as grandes, para o sistema da Previdência.

Era isso, Sra. Presidente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Obrigada.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOSÉ RICARDO.



Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o meu discurso, intitulado *Governo de Menos Direitos*, é baseado em um artigo que publiquei originalmente no dia 21 de fevereiro de 2019, no *Portal Amazonas*.

O Governo Bolsonaro tem menos de 60 dias e já está se constituindo em um governo de escândalos, de mentiras e de grandes retrocessos e retirada de direitos da população mais pobre do País.

O Ministro Gustavo Bebianno, da Secretaria Geral da República, foi demitido. Os diálogos divulgados mostram o baixo nível do Presidente. Os filhos do Presidente, envolvidos com as milícias do Rio de Janeiro, decidem sobre as questões de Governo.

Vários Ministros estão envolvidos ou respondem a processos de corrupção. Mas nem o Presidente nem o Ministro Sérgio Moro falam nada. Aliás, o Moro, quando Juiz, disse que caixa dois é pior que a corrupção. Agora que está no Governo como Ministro da Justiça, cargo que ganhou porque impediu o Lula de ser candidato, Moro diz que caixa dois não tem problema, que bastava uma explicação - como aconteceu com o Ministro Onyx Lorenzoni, que confessou essa prática -, que estaria tudo bem.

Esse é um Governo de menos direitos. Bolsonaro e seu Ministro da Economia dizem que o trabalhador terá que escolher entre direitos ou emprego; que será preciso reduzir direitos trabalhistas para destravar a economia. Uma mentira! Durante a reforma trabalhista, em relação à qual o Presidente votou a favor quando Deputado, diziam que iriam gerar 6 milhões de empregos, mas na verdade o que se fez foi aumentar o desemprego, que hoje alcança mais de 12 milhões de brasileiros.

A Medida Provisória nº 870, de 2019, extinguiu o Ministério do Trabalho, que fiscalizava as empresas, lutava contra o trabalho escravo e cobrava o cumprimento das leis trabalhistas. A ideia do Governo é acabar também com a Justiça do Trabalho.

A proposta de reforma da Previdência prevê que o trabalhador tenha que trabalhar e contribuir por mais tempo; tira direitos das mulheres e dos agricultores rurais. Isso é injusto, porque ela não vai mexer com as grandes aposentadorias nos vários Poderes e com a Previdência dos militares; além de não cobra das empresas que sonogam bilhões.

Na reforma administrativa, o Governo extingue a política de segurança alimentar, com o esvaziamento do Conselho de Segurança Alimentar. O mesmo acontece com o INCRA, que cai nas mãos de latifundiários,

os mesmos que não têm interesse em priorizar a agricultura familiar, atividade que mais gera trabalho e alimentos.

Os povos indígenas estão alarmados com o desmonte da FUNAI e da política de saúde indígena. As atribuições de demarcação de suas terras foram retiradas da FUNAI e repassadas para o Ministério da Agricultura, comandado por ruralistas que historicamente são contra as reservas indígenas.

O Governo quer municipalizar a saúde indígena, destruir os Distritos Sanitários Especiais Indígenas, que na maioria têm grande falta de médicos devido à saída dos cubanos, após as agressões sofridas pelo Presidente Bolsonaro.

Esse é um Governo que tende a aumentar a violência com o decreto que libera a posse de armas e quer que as pessoas andem armadas nas ruas, sem um plano de segurança para melhorar as polícias e ações de prevenção ao crime. Ao contrário, lança apenas um pacote de medidas de endurecimento de penas.

Num País que tem milhões de pessoas sem casa, o Governo parou de vez o Programa Minha Casa, Minha Vida e não tem nenhuma política de moradia. O Ministério das Cidades foi extinto, e a redução de gastos sociais atinge também o saneamento, a saúde e a educação.

É um Governo entreguista. Querem privatizar todo o sistema elétrico, querem privatizar os aeroportos, mesmo os que são lucrativos, bem como os Correios e os bancos oficiais.

Na questão externa, está se submetendo aos EUA, país que tem interesse no petróleo da Venezuela. Essa atitude poderá levar o Brasil a uma possível guerra, após 140 anos de paz com os países vizinhos.

É um Governo que não prioriza a educação, com um Ministro que diz que a universidade não é para todos, somente para a elite, para os mais ricos. Quer amordaçar os professores e impedir sua livre cátedra. É um Governo que abandonou as instituições de pesquisa, ciência e tecnologia.

E mais, esse é um Governo que quer criminalizar os movimentos sociais, quer impedir a livre atuação de entidades da sociedade civil, espiona ações da Igreja Católica e até questiona o Sínodo da Amazônia, que o Papa Francisco convocou para ser realizado em Roma. É um Governo com menos direitos e ameaças à liberdade e à democracia.



15.2019	Sessão Não Deliberativa	de 21/02/2019-14:12
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 2/22/2019	BIBO NUNES-PSL -RS	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Apoio à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, nobres colegas, vou falar sobre a reforma da Previdência.

O Presidente Bolsonaro veio a esta Casa, entregou a reforma, e se espera que com muita agilidade venhamos a aprová-la. É uma reforma em que os que ganham mais pagarão mais, os que ganham menos pagarão menos. Isso está lógico, é equidade social.

Eu não tenho a menor dúvida de que essa reforma está no caminho certo, porque até a Rede Globo está elogiando. Se a Globo está elogiando, é porque é muito boa. A Globo critica qualquer coisa. Se ela está elogiando, eu tenho certeza de que estamos no caminho certo.

O momento é de olharmos o todo, de beneficiarmos os brasileiros que estão ao lado e fazermos com que todos nós, unidos, possamos representar de fato a dignidade e a honra da Previdência Social de nosso País.

O Presidente Bolsonaro está imbuído da melhor boa vontade para beneficiar todos os trabalhadores. Quando eu falo em trabalhadores, refiro-me a todos nós. Não tem esse papo de que partido tal beneficia os trabalhadores, quando na verdade o PT, por exemplo, gosta tanto de pobre que multiplicou a pobreza.

Nós queremos que pobres, ricos, todos sejam contemplados com uma Previdência justa neste Brasil. E é isso o que teremos, nobre Presidente.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



15.2019

Sessão Não Deliberativa de 21/02/2019-14:40
Debates - CD

Publ.: DCD - 2/22/2019

DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Importância da união dos Parlamentares em prol da reconstrução do País. Posicionamento do orador sobre as reformas previdenciária, tributária, política e penal. Revisão do pacto federativo em benefício dos Municípios brasileiros.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna neste momento para lembrar a todos os Parlamentares que nós precisamos entender definitivamente o recado das urnas. O recado das urnas foi no sentido de que nós temos uma grande missão, que é a missão de nós reconstruirmos o nosso País, fundamentalmente.

Essa é a nossa tarefa. Esse é o nosso desejo. Portanto, nós não podemos errar.

Quero, Sra. Presidente, lamentar que nós estamos vendo nesse início de Legislatura na Câmara dos Deputados, Srs. Deputados, um Plenário tomado por ódio, um Plenário onde, poderia se dizer, milícias partidárias da extrema-esquerda e da extrema-direita se agredem mutuamente. Briga não vai ajudar a reconstruir o Brasil. Briga não constrói escola, briga não constrói posto de saúde. Nós precisamos trabalhar de forma proativa. Nós precisamos reconstruir o Brasil, porque a eleição já acabou. Passou a eleição, vamos enrolar as bandeiras partidárias, porque o nosso partido passa a ser o Brasil. E para nós fazermos as grandes reformas de que o Brasil precisa, nós precisamos de ponderação, nós precisamos de diálogo, nós precisamos respeitar o contraditório, nós precisamos respeitar a Oposição, e a Oposição precisa respeitar o Governo. Portanto, eu tenho convicção de que nós precisamos esquecer o processo eleitoral e nos debruçarmos neste momento nas grandes reformas de que o Brasil precisa, porque nós estamos vivenciando um Brasil onde pessoas pobres, simples, estão morrendo na fila do SUS, um Brasil com 12 milhões de pessoas desempregadas, um Brasil que nos apresenta o caos na área da segurança pública, um Brasil com 500 bilhões de déficit público, um Brasil desacreditado no cenário mundial. Portanto, nós temos uma tarefa imprescindível nesse momento, e é isso que o povo brasileiro espera de todos nós. As cenas de ontem, neste plenário, foram cenas de agressões, que não constroem; ao

contrário, denigrem a imagem da Câmara dos Deputados.

Nas grandes reformas, Sr. Presidente, como a da Previdência, nós temos que pegar os grandes salários, principalmente no setor público. A reforma não pode pegar o pequeno, porque não foram o trabalhador, nem a dona de casa e nem o agricultor que quebraram a nossa Previdência. A reforma tributária, Sr. Presidente, que venha desonerar produção e que venha tachar a especulação e a agiotagem neste País, sobretudo dos banqueiros. A reforma, Sr. Presidente, do Código de Processo Penal: nós precisamos endurecer com os bandidos e a delinquência neste País, porque a Polícia Militar prende os bandidos, e no outro dia eles estão zoando da cara dos policiais na rua, e isso não pode acontecer. A reforma, Sr. Presidente, do Estado, o enxugamento do Estado, porque o Estado precisa ser mais rápido, mas célere, precisamos dar respostas à nossa população. A reforma política: não é possível tocarmos os trabalhos na Câmara dos Deputados com 35 partidos.

Nós precisamos fazer o pacto federativo. Nós temos que trabalhar naquela linha, naquela tese: menos Brasília, e mais Brasil. A vida não acontece aqui. A vida acontece lá nos nossos Municípios.

Por isso, o pacto federativo, a remessa de mais recursos para que os Prefeitos possam atender às necessidades básicas dos nossos Municípios, é de fundamental importância.

Eu acredito no Brasil. Nós acreditamos no Brasil e vamos fazer as grandes mudanças que o Brasil precisa e que merece.

Documento 166/370

15.2019	Sessão Não Deliberativa de	21/02/2019-14:56
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 2/22/2019	UBIRATAN SANDERSON-PSL -RS	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Defesa da criação de regras diferenciadas para à concessão de aposentadoria aos militares das Forças Armadas brasileiras e policiais no âmbito da reforma previdenciária.

O SR. UBIRATAN SANDERSON (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Ilustre Deputado Coronel Tadeu, Srs. Deputados, senhores



brasileiros, ontem recebemos aqui na Câmara dos Deputados a PEC que trata da reforma da Previdência, chamada Nova Previdência, que disporá sobre o regime previdenciário para todos os brasileiros. Ficamos contentes em saber que o Presidente Jair Bolsonaro, com a sua equipe, procurou equalizar as diferenças e tratar de forma igual os iguais e de forma desigual os desiguais.

Nós entendemos que algumas estruturas de Estado, como a Polícia Militar, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Civil e as Forças Armadas, não é que mereçam, mas precisam, sim, de um tratamento que não os deixe submetidos a um regime de abandono social, abandono estatal. Vale dizer que em 90% dos países os membros das Forças Armadas e os policiais militares, federais e estaduais possuem um regime previdenciário diferente, sobretudo porque, segundo um estudo, durante os 30 anos ou 35 anos de carreira, o policial, ou o próprio militar, desempenha o equivalente a 43 anos ou 44 anos de serviço, considerando a sua dedicação exclusiva ao Estado, de segunda-feira a segunda-feira, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Mas nós aqui na Câmara vamos trabalhar também por outra força policial: as Guardas Municipais de todo o Brasil. Eu cito, por exemplo, a Guarda Municipal de Porto Alegre, que sofre tantas baixas quanto a Polícia Militar ou a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, porque aquela, na verdade, é uma polícia municipal armada que enfrenta o crime, enfrenta o tráfico todos os dias. Isso acontece em Porto Alegre e em outras capitais.

O guarda municipal, que é uma espécie de policial municipal, está fora desse arcabouço. Nós precisamos fazer esse debate, Deputado Coronel Tadeu - V.Exa. entende dessa matéria. Esse debate é importante. Espero que, aqui na Câmara dos Deputados, sem ideologias, sem ranços, sem preconceitos, as Guardas Municipais, as Forças Armadas, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal recebam o tratamento que merecem.

Não custa dizer que, não fosse a Polícia Federal, da qual, aliás, sou oriundo, não fossem os valorosos colegas policiais federais, jamais essa turma da roubalheira, da corrupção, da mala de dinheiro, do dinheiro em cueca, do apartamento abarrotado de dinheiro, teria saído - jamais! Nós tivemos uma disputa eleitoral acirrada. Não fosse o desnudamento da corrupção, jamais essa que é a maior quadrilha que já tomou um país teria deixado o poder.

Então, merecemos, sim, respeito. Vamos fazer um tratamento igualitário e respeitar a igualdade entre forças. É imperioso que, por exemplo, instituições como a Polícia Federal... Há uma série de colegas - e eu os respeito - que estão agora numa cruzada contra



algumas carreiras, como a de juízes, promotores, como se estes fossem agora criminosos por possuírem um regime talvez diferenciado. Não! Vamos tratar a todos com dignidade, com decência. Vamos fazer o bom debate, sem preconceitos, porque nós sabemos a quem esses preconceitos interessam: a corruptos, a bandidos de lesa-pátria, como os que tomaram o País de assalto há muito tempo. A esses, sim, interessa a divisão entre sulista e nortista, entre uma categoria de agentes públicos e outra, entre preto e branco, entre homem e mulher. Isso interessa a quem? A bandidos que querem retornar. E não custa lembrar, meu colega Deputado Alexandre Frota, que, em 1945, o gaúcho Getúlio Vargas, meu conterrâneo, foi escorraçado do poder - foi escorraçado por corrupção -, mas, em 1950, voltou ao poder nos braços do povo.

Nós esperamos representar aqui o novo, e um novo melhor. Se não tivermos a consciência de que não podemos errar e de que devemos fazer, sim, um debate sério, respeitoso, nós não conseguiremos devolver o Brasil aos brasileiros.

Obrigado, Presidente Coronel Tadeu.

Documento 167/370

15.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 21/02/2019- CD	15:32
Publ.: DCD - 2/22/2019 - LÉO MORAES-PODE -RO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador com relação a tópicos da reforma previdenciária.

O SR. LÉO MORAES (Bloco/PODE - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, de forma rápida e breve, quero dizer que nós sabemos que o projeto da reforma da Previdência aportou nesta Casa. Não tenho dúvida de que isso demandará muito tempo, e certamente deve-se retroceder em muitos degraus, para que possamos avançar num conjunto de ações em benefício do nosso País.

Nós também temos que pontuar que o que mais importa neste momento é o País, e muitas vezes não de existir divergências entre o programa do Governo com o interesse do nosso Estado de Rondônia, cada qual com suas nuances e suas peculiaridades. Nós temos o Benefício de Prestação Continuada - BPC, que diminui a idade, o que é importante, mas também diminui drasticamente o valor a ser percebido. E nós entendemos que há de existir, sim, um salário mínimo. Temos



que discutir a transição num Estado que hoje vive, sim, do setor primário, mas há aqueles com contracheque e holerite. Nós temos que discutir melhor e com mais profundidade essa transição. Isso nos preocupa.

Nós deixamos aqui, de forma muito patente, que o nosso interesse é ouvir a população do Estado de Rondônia e conseguir o encaminhamento da vontade do nosso Estado.

Documento 168/370

15.2019 Sessão Não Deliberativa de 21/02/2019-15:36
Debates - CD

Publ.: DCD - 2/22/2019 PADRE JOÃO-PT -MG

-

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Efeitos negativos da aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre o congelamento, por 20 anos, dos investimentos públicos na área social. Protesto contra a redução dos direitos trabalhistas e o esvaziamento da Justiça do Trabalho. Críticas à Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, sobre a reforma da Previdência Social.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, cidadãos que nos acompanham pela *TV Câmara* e por todo o sistema de comunicação da Câmara dos Deputados, venho a esta tribuna, primeiro, para socializar as nossas preocupações e, ao mesmo tempo, denunciar o que está acontecendo no mundo atual.

Nós sabemos que já há anos, há anos, vem do norte uma avalanche de lama, como a de uma barragem que estoura, fazendo todo um estrago. Vem do norte, dos Estados Unidos, dos norte-americanos. É uma avalanche de lama do capital financeiro internacional, fazendo uma grande destruição. Já passou por Honduras, Paraguai, Argentina. E deu um golpe aqui no Brasil, bancou o golpe! Não foi simplesmente uma aliança de PSDB e MDB que deu o golpe, não! Estes se permitiram ser usados pelo capital financeiro internacional, liderados pelos norte-americanos. E olhem o estrago que já vêm fazendo!

O maior estrago que fizeram ocorreu no Governo golpista, com a aprovação da PEC 241, hoje Emenda Constitucional nº 95, que estabeleceu o teto de gastos. Na verdade, estabeleceu limite para



investimento na saúde, na educação e na ação social. Esse foi o grande estrago. Agora se vê o grupo PSDB e MDB, e o grupo do PSL: a corja é a mesma! E soma-se a uma quadrilha instalada também no Ministério Público e no Poder Judiciário. O Jucá já havia denunciado isto: é o STF e tudo o mais, todos os setores! Eu não condeno aqui a instituição como um todo, Deputado Vilson Da Fetaemg. São setores do Ministério Público e setores do Poder Judiciário que estão prestando esse serviço ao capital financeiro internacional, ferindo de morte a soberania do nosso País. Esse é o grande estrago.

Agora, esse mesmo grupo, essa mesma corja, essa mesma quadrilha que lá está tem que operar. Primeiro foi estabelecido o teto de gastos, agora eles têm que diminuir os recursos, diminuir as conquistas, arrancar os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras da zona rural e da cidade. Já fizeram até uma reforma trabalhista, arrancando direitos. Editaram uma medida provisória, arrancando direitos e, ainda, esvaziando o poder de quem organiza a classe trabalhadora, como o dos sindicatos. Isso se iniciou na reforma trabalhista e segue agora com a medida provisória. Esvaziaram inclusive a Justiça do Trabalho, a Justiça do Trabalho! Para que Justiça do Trabalho, se o que vale é o trabalhador refém desse mercado perverso do capital, o trabalhador refém, sem nenhuma representatividade? O que vale é ele, e mais nada. Não haverá como o trabalhar requerer direitos depois, nem na Justiça do Trabalho.

Agora essa avalanche chega também com essa tal reforma da Previdência. A PEC 6, que ataca os homens e as mulheres do campo e da cidade, traz de maneira escrachada o que este Governo mostrou desde a campanha: o machismo. O ataque desta PEC vai para cima das mulheres, vai para cima das mulheres, que são as mais afetadas! A mulher professora vai ter que trabalhar mais 10 anos, 10 anos! Para o homem trabalhador rural, a PEC mantém os 60 anos, mas a mulher trabalhadora rural vai ter que trabalhar mais 5 anos, 5 anos! Portanto, é um ataque a todas as trabalhadoras e a todos os trabalhadores.

Às vezes, vem Deputado dizer que isso é para cortar privilégios. Mentira, não combate privilégios! É um ataque a quem tem um salário mínimo, a quem recebe dois salários, a quem recebe o Benefício de Prestação Continuada. Quem recebe o Benefício de Prestação Continuada hoje e recebe o salário mínimo aos 65 anos de idade, declarando e reconhecendo seu estado de pobreza e de necessidade, só vai poder receber o salário mínimo aos 70 anos, e ainda com um monte de critérios, que vão excluir os pobres. Só aquele miserável e indigente é que vai ter acesso ao Benefício de Prestação Continuada, e só depois dos 70 anos é que vai conseguir o salário mínimo.

Na verdade, a reforma não combate privilégios. Eu tenho respeito aos militares, mas os militares não estão na PEC 6. Os militares não estão incluídos aqui na PEC 6, serão depois, mas quando? E a alíquota de



contribuição é 7,5% e permanece 7,5%, independentemente do rendimento. E vai se aposentar com o último salário, e não com 60% da média total, de toda a contribuição.

Portanto, na verdade, não combate privilégios. Se vai ser igual, nós temos que dar tratamento igual para o juiz, para o promotor, para o trabalhador e para a trabalhadora rural, para o campo e para a cidade. E mesmo na igualdade, para ser justo, isso não significa enquadrar na idade e jornada de trabalho. Sabem por quê? A jornada de trabalho da mulher rural nunca é menos de 16 horas. A mulher rural se levanta às 6 horas da manhã, às 5 horas da manhã e, em muitos lugares, às 4 horas ou às 4h30min da manhã, porque ela tem que mandar criança para a escola, tem que organizar e fazer o café, tirar o leite. E vai até às 22 horas ou 23 horas. E não tem férias, não tem final de semana. Se contar a jornada de trabalho e o ano de trabalho, é o ano inteiro, é o ano cheio de trabalho. É diferente do trabalho na cidade, que tem 30 dias, que tem final de semana, que tem dia santo, que tem feriados. Mulher rural não tem, trabalha todos os dias do ano! Portanto, para se fazer justiça, teria que se mexer com todos, e não se está mexendo com todos.

Eu passo ao aparte. Depois, precisarei concluir o raciocínio.

O Sr. Airton Faleiro - Eu quero o aparte exatamente para dialogar com V.Exa., Deputado Padre João, sobre a reforma da Previdência nesse componente, nesse aspecto do meio rural. Eu tenho dito que, nesta Casa, em se tratando de reforma da Previdência, nós não podemos ter um diálogo de surdos, em que um não ouve o outro. Eu tenho dito que o debate da reforma da Previdência não pode ser objeto visto como uma briga da Oposição contra o Governo, e vice-versa. No debate da Previdência, precisamos ter a capacidade de ouvir um ao outro. Nessa lógica, eu queria parabenizar V.Exa. por trazer alguns componentes da proposta de reforma. Eu domino bem esse assunto da reforma da Previdência. Eu representava a CONTAG na Comissão Nacional que discutia a reforma da Previdência, Deputado Vilson Da Fetaemg, em 1995. E muitos dos discursos que se fazem hoje, eram feitos naquela época. Diziam as mesmas coisas: se não fizesse naquele momento, o Brasil se acabava, tudo se acabava, e a Previdência ia salvar todo mundo. Não é bem assim. Vejamos nós o ponto um: elevar para 60 anos o que é hoje 55 anos para a mulher, igualando-a ao homem, isso é tratar de forma igual os desiguais. Ponto dois, nós queremos que o trabalhador rural vá conseguir contribuir mensalmente? Hoje não é assim, hoje comprovamos a atividade. Eu moro na Amazônia, e, sinceramente, há lugares em que as pessoas passam 6 meses ou 1 ano sem ir à cidade. E é bom que se diga que hoje, antes da Medida Provisória inclusive - e isto não significa que não contribuimos para a Previdência -, do que se compra e do que se vende, um percentual do ICMS é retirado para compensar essa condição de segurado especial do trabalhador rural e da trabalhadora rural. Essa mudança vai levar no



mínimo 40% dessa categoria, que não vai ter acesso. E vai exigir não mais a comprovação de atividade, mas tempo de contribuição de 20 anos para um trabalhador e para trabalhadora rural. Isso vai ser um desastre! E o pior de tudo é que para esse segmento, que encaminha para ser jogado para o Benefício de Prestação Continuada, vem uma desgraça de cortes, levando-os a um benefício de 400 reais mensais. Portanto, eu diria a V.Exa. que, independentemente das brigas políticas partidárias, esta Casa não pode aceitar essa proposta de reforma da Previdência!

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Vamos continuar dialogando sobre os rurais, Deputado Wilson da Fetaemg. V.Exa. é um companheiro que também enriquece muito esta Casa. Veio das Minas Gerais como Presidente da FETAEMG e soma-se aqui aos defensores da agricultura familiar, diferentemente dos ruralistas, que às vezes defendem o agrotóxico e o veneno. E, diga-se de passagem, a cada semana está aumentando a quantidade de veneno!

Vejam bem, a mulher rural, para se aposentar, na verdade vai contribuir por mais de 40 anos. Sabem por quê?

A jovem rural, com 18 anos, já está preocupada porque, considerando o grupo de família, para ter auxílio-maternidade e seus demais direitos, terá que começar a contribuir com 17 ou 18 anos. Contudo, vai aposentar-se somente aos 60 anos. Portanto, por uma questão de saúde, ela vai ter que contribuir por 40 anos - V.Exa. entenderam? -, por 40 anos! Na verdade, não são 20 anos.

E há outro problema mais sério, Deputados. Olhem a viúva! A viúva rural vai, na verdade, perder qualidade de vida. Às vezes, um casal idoso que já tem um padrão de vida. Depende de medicamento, tem dois salários, são dois aposentados. Se a idosa ficar viúva, cairá o padrão, pois não acumula, não acumula!

E há ainda esse pagamento do grupo familiar, pois tem que pagar 600 reais. Se tiver rendimento ou não, nessa fase de transição, até ser sancionada a lei complementar - não a partir da promulgação da PEC, mas até a sanção da lei complementar -, vai ter que pagar esses 600 reais por ano, com o preço do leite do jeito que está e com toda esta situação em que estamos. Os senhores sabem que terão dificuldade de desembolsar mais esse recurso, sem contar aquela questão da jornada de trabalho para o rural, sobre a qual eu falava. A jornada não é nunca menor que 16 horas por dia, e ainda são todos os dias da semana, todos os dias do mês.

Por isso, de fato, é uma grande injustiça, sobretudo com a mulher. Muda para a mulher, porque a aposentadoria passa dos atuais 55 anos para 60 anos de idade. Como eu já dizia, na verdade, a mulher vai ter



que contribuir por 40 anos, no mínimo 40 anos! E às vezes começa com 18 anos! Portanto, é uma grande injustiça.

Há, ainda, a pensão por morte, e aí é que está a questão, Deputado Wilson Da Fetaemg. Às vezes, a mulher não está aposentada, foi o marido que se aposentou. Se ela ficar viúva, vai receber apenas 60%, menos que o salário mínimo! Como ficará a qualidade de vida dessa família? São 60%!

E quando se trata de pensão por morte, não há aquele piso que era o salário mínimo. Antes, ninguém poderia receber menos que o salário mínimo. Conforme a lei atual, ninguém recebe menos que o salário mínimo, nem para o Benefício de Prestação Continuada. No caso de pensão por morte, vai poder receber menos. É outro ataque às trabalhadoras rurais! E a viúva fica a mais prejudicada.

"Ai daquele que ataca o órfão e a viúva!" E há aqueles que às vezes sobem à tribuna até com a Bíblia, para defender este projeto de morte para o nosso povo, sobretudo esse povo que sustenta o nosso País, dia e noite trabalhando, para que o alimento chegue à mesa de quem está na cidade, à mesa do doutor e inclusive do Deputado!

E quanto aos professores? Olhem a injustiça com as professoras! Hoje a professora tem um grande desgaste, todos sabem. Há inclusive a tensão do trabalho. E agora, com o armamento então, vai estar como refém inclusive de arma de fogo, de criança que está armada na sala de aula. A professora pode aposentar hoje com 25 anos de contribuição e 50 anos de idade, e eles colocam o mínimo de 60 anos.

A mulher professora vai aposentar-se com 10 anos a mais!

E eles estão dizendo que não estão atacando os pobres, que essa PEC vem só para corrigir as distorções da elite, para cortar privilégios! Professor é uma categoria privilegiada neste nosso País? Onde, onde?! E elas vão aposentar-se com 10 anos a mais, porque a idade mínima para professora passa para 60 anos de idade e 30 anos de contribuição. São 10 anos a mais. É mais um ataque às mulheres, mais um ataque às mulheres! Digo isso porque hoje os homens já se aposentam aos 55, e vão para 60 anos. Portanto, para os homens aumenta 5 anos. Para as mulheres professoras, aumenta o tempo em 10 anos, 10 anos! É este o Governo.

E quanto ao Benefício de Prestação Continuada, ao qual também já fizemos referência aqui, é hoje para 65 anos de idade e tem o valor de um salário mínimo. Passa para 70 anos - 70 anos! - a idade para receber um salário mínimo. E hoje desce para 60 anos a idade mínima, mas vai receber apenas 400 reais! Eles acabaram com o Farmácia Popular, acabaram com toda essa rede de proteção aos mais pobres,



de acesso a alimento. Precarizaram a saúde. No momento em que a pessoa mais precisa de alimentação adequada, que mais precisa inclusive de medicamentos, ela vai receber apenas 400 reais, e não um salário mínimo.

Isso é cortar privilégios? Isso é cortar privilégios, como os Deputados vêm aqui dizer? É um ataque aos mais pobres, a quem mais precisa, a quem mais precisa!

Em caso de invalidez, o benefício cai de 100% para 60%. Quando a pessoa se aposenta por invalidez, ela tem o valor da remuneração última; agora, cai para 60%! Vejam bem, isso é um golpe absurdo! Às vezes, a pessoa passa a ser dependente! Se ela tem invalidez, pode passar a ser cadeirante e precisar do auxílio de outra pessoa, então a remuneração cai para 60%! Isso é cortar privilégios, Deputados?

V.Exas. têm que ler o que está nessa PEC 6. V.Exas. não leram, não leram! E vêm aqui tentar enganar o povo, vêm tentar enganar e mentir para o povo!

Mas nós estaremos na rua, no campo, na cidade. Estaremos por todo o canto, alertando a população de mais este ataque. Isso não vai passar como *fake news*, não vai passar como algo falso, como fizeram para conquistar o poder. Não vão enganar o povo!

Este é um grande ataque às trabalhadoras, aos pobres, àqueles que sofrem também em acidente de trabalho. A pessoa que trabalha e fica inválida é quem mais precisa de auxílio. Precisa talvez pagar alguém para ter uma vida digna, e então sofre um corte também! Há quem diga: "*Ah, mas está melhorando a alíquota, que passou de 8% para 7,5%*", mas isso é uma farsa. Passa de 8% para 7,5% para quem ganha um salário mínimo, mas e o tempo de contribuição, que é muito maior? E o tempo de contribuição?!

Essa tabela da alíquota também é falsa, é uma pegadinha. Está cheia de armadilhas esta PEC.

Ela, em si, já é perversa, e ainda constitucionalizam. Tudo o que é para dificultar, para buscar mudança, para tentar melhorar ou reverter, eles levam para a Constituição; e tudo o que é para facilitar mudanças de interesse do Governo, eles retiram e colocam como lei complementar. O que tem de armadilha! Com lei complementar, eles vão votar aqui com 257 votos. Mesmo tendo desgaste, eles vão conseguir aprovar e mudar muita coisa em relação à Previdência com 257 votos, e não com 308 votos. Então, é um Governo que está atacando os pobres, as trabalhadoras e os trabalhadores rurais, os pescadores.

Vejam bem a situação dos pescadores, que, diga-se, não estão



recebendo o seguro defeso, que é de direito, garantido na Constituição. Não estão recebendo, não estão recebendo! Já não bastassem essas empresas que estão matando os rios - a mortalidade de peixes é um escândalo -, como a Vale fez no Rio Doce, e agora no Paraopeba, e vai chegar ao São Francisco. Retiram dos pescadores a possibilidade de trabalhar, e agora este ataque! Os pescadores também contribuem. Eles contribuem enquanto grupo familiar e por meio da comercialização da sua produção.

Portanto, na verdade, este ataque é aos mais pobres, é isso. E tudo para atender ao capital financeiro internacional. Já foi denunciado aqui neste plenário hoje esse conchavo norte-americano. O Presidente fez vênua para o Secretário norte-americano! Isso está mostrado.

É por isso a perseguição ao Lula. Sabem por quê? Quem acabou com essa submissão do Brasil aos norte-americanos foi o Lula, com o BRICS, que aliou economicamente o Brasil com a Rússia, a China, a Índia. Qualquer um aqui tem que saber disto, e sabe. Se você é ruralista ou se você é da mineração sabe que é muito mais estratégico para o Brasil ter uma relação econômica com a Índia. A Índia, a China, a Rússia e a África do Sul são a metade da população do mundo. E agora há total submissão aos norte-americanos, para que se faça esse ataque à Venezuela. É criminoso o que eles estão fazendo com a Venezuela, é criminoso!

É verdade que atacaram Honduras, atacaram o Paraguai, atacaram a Argentina, deram o golpe aqui no Brasil, todo um golpe contra os trabalhadores. E o que está na Previdência, ainda, é a capitalização. Tudo isso é para esvaziar a Previdência, enquanto esta proteção pública vai ser entregue para os banqueiros. Os trabalhadores, daqui para frente, terão que contratar sua própria previdência. Estão capitalizando. Este é o estrago que estão fazendo.

Nós advertimos! Nós avisamos! Avisamos a quem se estaria servindo. E avisamos que é continuidade, é a continuidade dos golpistas que estão no MDB, dos golpistas que estão no PSDB. E por isso é que estão comandando. E estão comandando com apartamento de dinheiro.

Agora, em São Paulo, apareceram dois apartamentos cheios de dinheiro. E ninguém fala nada! É escândalo em cima de escândalo.

A verdade é que o ataque dessa máfia e dessa quadrilha toda é tão grande, que nem damos conta de denunciar. Vejam o descaso com a mineração! Vejam o descaso do próprio Ministério Público com essas mineradoras e com esses políticos também, com muitos políticos!

É com a união do povo que a nossa luta continua. Não vamos abaixar

a cabeça. Há aqui a união dos partidos que têm compromisso com o povo, com a soberania do nosso País, e é assim que vamos lutar. Não desanimamos.

E vamos mobilizar o povo para dar um basta à PEC 6. Essa é a PEC da maldade, a PEC para aprofundar o Brasil na miséria. Basta ver agora o rumo em que está indo a FIAT. E esta é a balela: "Ah, é para gerar emprego". Na verdade, a cada mês, a cada ano, o desemprego cresce. E vão arrebentar com os Municípios, porque quem banca os Municípios é o aposentado, é a agricultura familiar. E eles vão esvaziar o campo, porque uma mulher rural não tem como contribuir 40 anos para se aposentar.

Muito obrigado.

Documento 169/370

15.2019	Sessão Não Deliberativa de	21/02/2019-16:16
	Debates - CD	
Publ.: DCD	- JOENIA WAPICHANA-REDE -RR	
2/22/2019 -		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	REPRESENTANTE DO PARTIDO DISCURSO

Sumário

Necessidade de adoção, pelas autoridades competentes, de medidas a respeito de atos de violência e assassinato de indígenas no País. Retrocesso de conquistas dos povos indígenas, especialmente no tocante à saúde. Realização da reforma previdenciária.

O SR. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é com muita preocupação que recebemos, esta semana, diversas notícias de violência cometida contra indígenas em diferentes regiões do Brasil e que merecem uma resposta de justiça.

Houve um atentado brutal cometido contra um indígena pareci, na cidade de São Carlos, em São Paulo. Em razão de tanta violência e tortura, ele teve o braço amputado. E, em Roraima, dois agentes de saúde foram atacados, um infelizmente foi assassinado brutalmente com quatro tiros.

É importante lembrar que muitos outros casos não foram parar na mídia, mas, da mesma forma, merecem resposta imediata, para que não haja impunidade e para impedir que fatos como esses ocorram

novamente.

Também chamo atenção para o retrocesso em conquistas dos povos indígenas, especialmente na questão da saúde indígena. Nesta semana e na semana passada também, muitos representantes vieram ao meu gabinete para falar que são contra a municipalização da saúde indígena.

A nossa responsabilidade como Parlamentar ultrapassa as principais pautas dos nossos mandatos. Por isso, também me preocupam os diversos retrocessos de direitos que estamos vivendo. Um deles é a proposta da reforma da Previdência que o Congresso recebeu ontem.

É inegável que há necessidade de se fazer uma reforma na Previdência, já que o sistema está insustentável. Precisamos propor soluções, sim, para que as futuras gerações mantenham a segurança social que é garantida por nossa Constituição.

Embora alguns pontos dessa reforma que foi apresentada ontem pareçam interessantes, como por exemplo, a alíquota progressiva de contribuição - quem ganha mais paga mais e quem ganha menos paga menos -, isso não significa que a justiça social será garantida para os trabalhadores mais pobres.

Definir 40 anos de contribuição para a aposentadoria integral, em um país onde a realidade do trabalho informal é totalmente incerta, é praticamente impedir a aposentadoria plena aos trabalhadores brasileiros.

Diminuir a proteção da trabalhadora rural, estipulando uma idade mínima de 60 anos, igual a do homem, exigindo ainda 20 anos de contribuição, em um país onde a qualidade da vida no campo é extremamente difícil, é praticamente impedir a aposentadoria plena dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. E registro aqui que, entre os nossos trabalhadores rurais, estão incluídos os povos indígenas.

Da mesma forma, exigir que professores e professoras contribuam por 20 anos e só se aposentem aos 60 anos é atestar a falta de prioridade desse Governo.

E eu pergunto: o que é prioridade para o Governo? O que é prioridade para o Estado brasileiro? Realmente, onde está a nossa educação no Brasil?

E deixar de fora da reforma categorias de interesse particular do Governo é deixar claro que a pátria amada deles não é para todos.

A Rede Sustentabilidade entende que uma reforma é necessária, sim,

para garantir a sustentabilidade do sistema. E isso é uma questão de responsabilidade fiscal e social. Mas a forma de fazer isso acontecer não é impedindo que o povo brasileiro, especialmente os mais pobres, em situações mais difíceis, e os mais vulneráveis se aposentem.

Nós Parlamentares somos responsáveis por apontar uma solução para o País e não podemos deixar questões ideológicas e partidárias se sobreporem ao interesse do povo que nos elegeu para defender os interesses coletivos. Iremos atuar fortemente neste Parlamento para garantir, sim, o equilíbrio fiscal, mas também para garantir a justiça social.

Este é o compromisso que nós assumimos aqui, no dia 1º de fevereiro: defender a nossa Constituição Federal. A Constituição determina da forma mais clara possível que o nosso Brasil é diverso e deve prevalecer o interesse da população brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Sanderson. Bloco/PSL - RS) - Obrigada, Deputada.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOENIA WAPICHANA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é com muita preocupação que recebemos essa semana diversas notícias de violência cometida contra indígenas em diferentes regiões do Brasil e que merecem uma resposta de justiça.

Uma delas foi um indígena pareci que foi brutalmente torturado, na cidade de São Carlos, tendo seu braço amputado e diversas lesões que quase o levaram a morte.

O outro caso foi em Roraima, onde dois indígenas também sofreram violência. Um deles foi brutalmente assassinado com quatro tiros. É importante lembrar que muitos outros casos não foram parar na mídia, mas da mesma forma merecem uma resposta imediata para não haver impunidade e para impedir novos casos.

Também chamo a atenção para o retrocesso em conquistas que os povos indígenas tiveram, especialmente sobre a saúde indígena. Muitos representantes vieram ao meu gabinete para falar contra a municipalização da saúde indígena.

A nossa responsabilidade como Parlamentar ultrapassa as principais pautas dos nossos mandatos. Por isso, também me preocupam os diversos retrocessos de direito que estamos vivendo. Um deles é a proposta de reforma da Previdência que o Congresso recebeu ontem.

É inegável a necessidade de fazer uma reforma da Previdência. O sistema está insustentável, e precisamos propor soluções para que as gerações futuras mantenham a segurança social garantida pela Constituição.

Embora alguns pontos apresentados na reforma sejam interessantes, como a alíquota progressiva para contribuição - quem ganha mais paga mais e quem ganha menos paga menos -, isso não significa que é garantida, nessa reforma, a justiça social para os trabalhadores mais pobres.

Definir 40 anos de contribuição para a aposentadoria integral, em um país onde a realidade do trabalho formal é totalmente incerta, é praticamente impedir a aposentadoria plena dos trabalhadores brasileiros.

Diminuir a proteção da trabalhadora rural, estipulando uma idade mínima de 60 anos, igual a do homem, exigindo ainda 20 anos de contribuição, em um país onde a qualidade de vida no campo é extremamente difícil, é praticamente impedir a aposentadoria plena das trabalhadoras rurais.

Exigir que professores e professoras contribuam por 20 anos e só se aposentem aos 60 anos, é atestar a falta de prioridade deste Governo com a qualidade da educação no Brasil.

E deixar de fora da reforma categorias de interesse particular do Governo é deixar claro que a pátria amada deles não é para todos.

A REDE entende que uma reforma é necessária para garantir a sustentabilidade do sistema. Isso é uma questão de responsabilidade fiscal e social. Agora, a forma de fazer isso acontecer não é impedindo o povo brasileiro de se aposentar, especialmente os mais pobres e em situação mais difícil.

Nós Parlamentares somos responsáveis por apontar uma solução para o País e não podemos deixar questões ideológicas e partidárias se sobreporem ao interesse do povo, que nos elegeu para defender os interesses coletivos. Iremos atuar fortemente neste Parlamento para garantir sim o equilíbrio fiscal, mas também para garantir a justiça social!

Muito obrigada.



Debates - CD

Publ.: DCD
2/22/2019 -

CARLOS VERAS-PT -PE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO
PARLAMENTAR
DISCURSO

Sumário

Fechamento da fábrica da empresa Ford Brasil instalada no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. Apelo ao Governo Federal e ao Governo do Estado de São Paulo por adoção de medidas em proteção dos trabalhadores demitidos da montadora. Assunção pelo orador da Secretaria-Geral a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Agricultura Familiar. Inadmissibilidade de retirada de direitos do homem do campo no processo de reforma previdenciária.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já inicio pedindo que a nossa intervenção seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Sr. Presidente, nobres Deputadas e Deputados, é extremamente grave o que nós estamos acompanhando: a Ford anunciou a decisão de fechar sua planta em São Bernardo do Campo. Isso é inaceitável e desconsidera toda a condição de cada trabalhador e trabalhadora que ali vive e trabalha. São 3 mil trabalhadores e trabalhadoras diretos e 24 mil trabalhadores e trabalhadoras indiretos que perderão seus postos de trabalho. Não dá para aceitar que as multinacionais instalem-se no Brasil, usem da força da mão de obra dos nossos trabalhadores e das nossas trabalhadoras e, a qualquer momento, sob qualquer justificativa - e bastava apenas diminuir um pouquinho as suas margens exorbitantes de lucro -, fechem suas plantas e demitam, sem nenhuma responsabilidade social com os trabalhadores e trabalhadoras.

Nós, junto com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, as centrais sindicais, a Central Única dos Trabalhadores, cobramos do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal que intervenham nessa situação. É papel do Estado proteger os trabalhadores e as trabalhadoras. Essa é uma responsabilidade desta Casa também. Não dá para aceitar que os trabalhadores percam seus postos de trabalho na condição que estão perdendo.

Aproveito para dizer que hoje tive a oportunidade de assumir a Secretaria-Geral da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Agricultura Familiar. E, como agricultor familiar, reafirmo meus compromissos com os agricultores e agricultoras familiares do meu Estado de Pernambuco, do Nordeste, do Semiárido e do Brasil, trabalhadores esses que vêm sofrendo com o desmonte de instituições públicas,



como o fim do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e do CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e com o desmonte de políticas públicas, como o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, a Política Nacional de Assistência Técnica e o Programa Um Milhão de Cisternas.

Esses trabalhadores e trabalhadoras rurais dependem muito desses programas para continuarem produzindo e vivendo, com qualidade, nas suas propriedades rurais. Já é com muita dificuldade que sobrevivemos nelas, porque não há posto de saúde, não há escola, não há nem estrada para poder escoar nossa produção e, com o fim dessas políticas públicas, fica cada vez mais difícil produzir.

A Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar vai atuar firmemente em defesa desses trabalhadores. E, na reforma da Previdência, não será diferente, porque não tem, senhores e senhoras, a menor condição de os agricultores e agricultoras familiares, que são responsáveis por 70% dos alimentos que vão à mesa de cada brasileiro e de cada brasileira, que são responsáveis pela soberania alimentar deste País, serem considerados e tratados da forma como estão sendo.

É impossível que um trabalhador e uma trabalhadora rural, sem essas políticas públicas, tenham de pagar a Previdência durante 20 anos da forma como está colocada na proposta da nova Previdência. É preciso muita consciência de cada um de nós para que possamos entender a situação em que vive cada camponês e cada camponesa.

Eu espero a sabedoria, eu espero se que toquem a alma, a mente e o coração de cada um e de cada uma, para que não aceitem que os homens e mulheres do campo tenham seus direitos retirados mais uma vez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 171/370

15.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 21/02/2019- CD	16:44
Publ.: DCD - 2/22/2019 -	CHIQUINHO BRAZÃO-AVANTE -RJ	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, sobre a reforma previdenciária. Defesa de realização da reforma

tributária com adoção de imposto único.

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (Bloco/AVANTE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, ontem chegou a esta Casa a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, a PEC da reforma da Previdência. Trata-se de uma PEC que restringe a todos - portanto, é uma PEC restritiva.

Achar que todos os problemas por que atravessa o País é do funcionalismo - ou que o funcionalismo público ganha bem - é um tremendo equívoco. Há casos, evidentemente, mas, de um modo geral, as pessoas ganham o suficiente para ter uma vida digna. Na verdade, 90% dos brasileiros ganham um salário de miséria.

E querer resolver as questões nivelando todos por baixo não resolve o problema do País.

Essa PEC é a porta dos fundos do problema do País. Essa PEC nº 6 é, infelizmente, a PEC da agonia, do socorro.

Nós deveríamos estar discutindo, realmente deveria ter sido discutido pelos governos anteriores, era a reforma tributária. Essa reforma, sim, vai resolver o problema do Brasil, pois o que existe atualmente é uma carga tributária em que o empresário, seja ele de grande ou de pequeno porte, seja ele pequeno comerciante, não consegue ter lucro, porque o Governo é o sócio majoritário sem mover um músculo, tirando todo o lucro do comércio, e é o comércio que emprega, que gera impostos, que faz com que o País consiga crescer. Nós precisamos, urgentemente, de um imposto único, de uma reforma tributária para resolver os problemas deste País.

Não é culpando o funcionalismo público que vamos resolvê-los. É evidente que o militar precisa ter um tratamento modificado, assim como a mulher. Eu concordo que a mulher deveria se aposentar com 57 anos, e o homem, com 62 anos. Isso é o ideal para o brasileiro. Não podemos achar que, porque o homem tem 5 anos a mais de vida, ele tem que ser escravizado. Nós precisamos aqui nesta Casa entender que o único jeito de resolver o problema do nosso País é por meio de uma reforma tributária verdadeira, é por meio da instituição do imposto único.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Sumário

Repúdio às manifestações contra a Oposição. Contrariedade à proposta governamental de reforma previdenciária. Elogio ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, pela decisão favorável à criminalização da GLBTFobia.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, no dia de hoje eu recorro às sessões que tivemos nesta legislatura e me lembro de falas que poderiam ser colecionadas e se transformar num grande colar de pérolas autoritário.

Aqui escutei que o País era do PSL e do Capitão. Aqui também escutei que o Exército já serviu à Esquerda e agora serve à Direita. Aqui escutei que a Oposição, ao obstruir os trabalhos, particularmente no dia de ontem, contra o cadastro positivo, estava indo contra a Nação. E ali ouvi que eram apenas roupagens que estavam dando ou que estavam colocando, numa frase que escutamos ainda durante as eleições, quando o então candidato à Presidência dizia que era preciso varrer deste País toda a Esquerda e todos os que divergissem deles.

Frase como essa nós escutamos em Portugal, de Salazar; na Espanha, de Franco; na Itália, de Mussolini; e na Alemanha, de Hitler; dentre outros locais que foram dominados durante algum tempo por uma lógica autoritária e fascista.

Aqui nós vimos os apoiadores do Governo na sua confusão, porque é difícil apoiar um governo que não consegue dizer onde está o Sr. Queiroz, um governo que tem proximidade tão umbilical com as próprias milícias, e um governo que, em nenhum momento durante a campanha, disse que iria encaminhar para esta Casa um projeto para acabar com a aposentadoria dos trabalhadores e das trabalhadoras, e o faz.

Sei que isso provoca muita confusão, mas diria que o Parlamento é uma expressão de pluralidade e não adianta querer calar a Oposição. Quem disse que o futuro ou que a defesa do Brasil passam pelo cadastro positivo, que só favorecerá os bancos neste País? Quem disse que a defesa deste País passa por um governo em que um general do Exército Brasileiro está servindo dentro do Brasil ao exército estadunidense? Quem disse que defender o Brasil é fazer a malandragem que este Governo quer fazer com a reforma da Previdência?



A reforma da Previdência, que vem através de uma proposta de emenda constitucional, estará nas disposições transitórias da Constituição. Portanto, elementos fundamentais desta reforma e da vida da classe trabalhadora neste País serão encaminhados para esta Casa não como uma PEC futuramente, mas, se aprovada essa proposta que aí está, como projeto de lei complementar. O Governo não precisará gastar aquilo que o Sr. Ministro da Economia disse que gastaria. O Ministro disse que era preciso dar uma prensa no Congresso, para aprovar essa reforma. Ele falou no valor de 10 milhões em emendas ou 7 milhões. Ele falou o que poderia ser dito. Sabe-se lá o que não poderia ser dito, o que constrói esta prensa que foi anunciada pelo Ministro da Economia.

Então, vejam: nós estamos com a proposta de emenda constitucional que fala em capitalização, mas não se sabe como será essa capitalização, e que constará das disposições transitórias. Depois, o projeto virá como um projeto de lei complementar, exigindo quórum de 257 Parlamentares para ser aprovado.

Sabem o que é capitalização? Se a capitalização tiver apenas a contribuição do empregado, do trabalhador, o trabalhador irá sustentar a sua aposentaria ao longo dos anos e, no fim, quando tiver o direito à aposentadoria, ele terá um valor equiparado ao do Chile, onde 90% dessas aposentadorias representam um montante menor do que a metade de um salário mínimo, o que provocou o nível de suicídio da população idosa chilena dobrar em relação à média de suicídios naquele país. É isso o que se quer?

Alguns dizem que o trabalhador não vai contribuir para o servidor, como se o servidor fosse inimigo da Nação. O servidor é um defensor desta Nação e merece ser tratado com respeito.

Este Governo, que precisa de inimigos imaginários - e vemos isso aqui -, não sabe defender essa reforma, apenas ataca em palanques macabros de ódio, que buscam esconder a intenção dele de entregar este País para o capital internacional e para os rentistas.

No Chile são seis instituições que estão operacionalizando os recursos da poupança. É sempre o capital financeiro! São sempre esses bancos. Os quatro maiores bancos do Brasil lucraram no ano passado 69 bilhões. Grande parte se lucrou através do próprio cliente, ou seja, só com tarifas, prestação de serviços, em que o montante maior são tarifas bancárias. Um banco como o Itaú pagou três vezes o seu gasto com pessoal. É isso o que nós estamos vivenciando!

As mulheres são sempre as mais penalizadas. Trata-se de uma reforma misógina. As mulheres do campo terão aposentadoria numa idade igual à dos homens. As mulheres educadoras terão 30 anos de

trabalho, como os homens. As mulheres terão um aumento maior de idade para ter o direito de se aposentar.

Por isso digo que essa é uma reforma contra os pobres, é uma reforma contra as mulheres, e é uma reforma a favor dos bancos.

Aproveito esses segundos que me restam apenas para elogiar o voto do Ministro Celso de Mello, porque é preciso criminalizar a LGBTfobia, para que nós possamos dizer que as vidas importam, que o direito de ser, o direito de amar, o direito à cidade não podem ser cindidos por um preconceito que é estimulado por um Presidente misógino, LGBTfóbico, adultocêntrico e que não gosta de pobres.

Documento 173/370

15.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates -21/02/2019- CD	17:16
Publ.: DCD - 2/22/2019 - MARX BELTRÃO-PSD -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância de realização da reforma previdenciária para recuperação da economia nacional e geração de novos empregos. Tópicos defendidos pelo orador no texto da proposta de reforma da Previdência Social.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PSD - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, durante toda a legislatura passada e nesta também, a grande maioria dos discursos que escutei aqui fala da recuperação da economia e da necessidade de gerar empregos. Pois bem, o momento chegou.

A reforma da Previdência vem sendo discutida e defendida, e sou testemunha disso, porque a vi ser defendida aqui pela ex-Presidente Dilma e pelo ex-Presidente Michel Temer, e hoje a vejo ser defendida pelo atual Presidente, Jair Bolsonaro. A reforma não é de esquerda nem de direita nem de centro. A reforma é essencial para a recuperação da economia e para a geração de empregos em nosso País.

Aqui no Congresso, precisamos debater com muita responsabilidade e encontrar o melhor texto para atender aos anseios da população e, principalmente, às expectativas das pessoas que mais precisam da reforma da Previdência.

Temos que combater, primeiro, os privilégios. É inaceitável admitir que



os Poderes Judiciário e Legislativo - inclusive nós políticos - tenham cargos recebendo 30 mil, 40 mil, 60 mil reais de aposentadoria, enquanto o funcionário público recebe um teto. Há essa elite já privilegiada e temos que, de forma muito justa, igualar as situações, combatendo todos os privilégios que existem.

Precisamos defender também, na reforma da Previdência, as mulheres deste País. Não podemos fechar os olhos para a desigualdade que existe no Brasil. Não é justo que a diferença, na aposentadoria, seja apenas de 3 anos. As mulheres já sofrem muita discriminação. Muitas delas têm jornada de trabalho dupla e tripla, com as atividades domésticas e o cuidado com os filhos, pois, muitas vezes, os homens deixam tudo isso nas mãos das mulheres. Portanto, temos que dar um tratamento diferenciado às mulheres.

Também não acho justa a questão dos professores, porque eles, há muito tempo, têm justas reivindicações de aumento de salário. Na reforma, propõe-se o aumento da idade para 60 anos com 30 anos de contribuição. Precisamos debater esse tema com mais responsabilidade, para dar uma melhor atenção aos professores de todo o País.

Da mesma forma, temos que tratar a agricultura familiar. Sou do Nordeste, sou de Alagoas, e conheço de perto a real necessidade do agricultor familiar, que, muitas vezes, nem sequer tem documento. Muitas vezes, o documento do agricultor familiar, sobretudo no Nordeste, é a mão calejada de tanto trabalhar. Muitas vezes, eles começaram a trabalhar ainda crianças por necessidade de sobrevivência. Portanto, eles também têm que ter um tratamento diferenciado, assim como as pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada, não dá para aceitar aumentar a idade para 70 anos e que as pessoas recebam 400 reais.

Temos que retomar essa discussão em plenário, para que possamos convencer o Governo a mudar essas questões.

Mas também não podemos deixar de discutir na reforma da Previdência a questão das Forças Armadas. Já que temos tantos militares no Governo, o exemplo tem que vir de casa, igualando as outras categorias, mas dando tratamento diferencial, na minha opinião, para os Policiais Militares, para o Corpo de Bombeiros, para a Polícia Civil e a Polícia Federal.

Em suma, quero dizer que nós precisamos avançar com as reformas. A reforma da Previdência é a primeira. Precisamos avançar, precisamos superar e encontrar um texto que se adegue melhor à população, principalmente aos mais pobres, que, muitas vezes, são os que mais sofrem.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 174/370

15.2019 Sessão Não Deliberativa de Debates - 21/02/2019-
CD 17:40
Publ.: DCD - 2/22/2019 - BOCA ABERTA-PROS -PR
CÂMARA DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Dificuldades impostas ao orador para o uso da palavra no plenário. Prioridade de Parlamentares no debate de cunho pessoal e ideológico, em detrimento da discussão de ações de interesse da população brasileira. Anúncio da apresentação de requerimento para criação de CPI destinada à investigação dos grandes devedores da Previdência Social.

O SR. BOCA ABERTA (Bloco/PROS - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos e a todas.

Na minha ignorância, na minha insignificância, na minha pequenez, nobres Deputados, vejo aqui hoje, quinta-feira, praticamente às 18 horas, Deputado Alexandre Frota, gritar num deserto. Somos 513 Deputados e Deputadas, e coincidentemente, hoje, o povo brasileiro pagou o nosso salário. Já está na conta: 33.700 reais.

Nós falamos, falamos. Aqui, nós temos a oportunidade de falar para o povo brasileiro, mas a maioria dos Deputados não está aqui. Infelizmente, a câmara não pode dar aquela girandola, não pode dar aquele corruipio, para não mostrar o plenário vazio - até rimou!

Pois bem, o que eu venho falar aqui, hoje, nobres poucos Deputados que aqui estão, é que eu venho de uma cidade do Paraná, a segunda maior cidade do Estado, com quase 600 mil habitantes. Na semana passada, eu queria falar, mas infelizmente não consegui - parece que há um urubu enterrado nesses painéis! Nós chegamos às 7 horas da manhã, tacamos o dedão lá, queremos falar, estamos em 10º lugar, mas, quando chegamos aqui, esfregando as mãos para falar, Deputado Alexandre Frota, vemos que estamos em 85º, lá atrás na fila, parecendo o Rubinho Barrichello, retardatário.

Pois bem, na semana passada, eu queria falar do projeto sobre a tortura, e não tive oportunidade.

Aqui parece... Parece, não; é o que estou vendo. Na minha ótica, na minha visão, há uma disputa de partido, porque e o PT do outro lado, e

o pessoal do Bolsonaro para cá. Eu até tenho dificuldade...

Esses dias eu ia falar, e me alertaram: "*Boca Aberta do céu, não fala do lado de lá, que é esquerda; do lado de cá é direita*" e papapá, cocoré, bico de pato, escambau e sapato de borracha. Eu falei: espera lá, eu só quero falar!

Aí, é um brigueiro desgraçado, porque a Gleisi Hoffmann é aquilo, porque o Lula não sei o quê, está preso, porque o Bolsonaro é isso, porque o filho do Bolsonaro é miliciano, porque isso.

Chega, gente! Pelo amor do padre! É de cair o cabelo do careca! O povo não quer isso! O povo nos elegeu para defender a população, e nós vemos uma disputa de partido. Chega, basta! Vamos deixar as mágoas, as rugas, a picuinha, o ódio para lá. Aí nós vemos o sujeito falando do mal lavado, o mal lavado falando do sujismundo, o sujismundo falando do encardido e assim por diante.

Então, eu venho aqui hoje falar um pouquinho, rapidamente, da reforma da Previdência, dos 500 maiores devedores da Previdência, bandidos travestidos de empresários: a JBS deve 2 bilhões e 300 milhões; o Banco Bradesco, quinhentos e poucos milhões; o Banco Itaú, quinhentos e poucos milhões; a Diplomata, que foi do Deputado Alfredo Kaefer, do Paraná, o excomungado, mais de 637 milhões; a Companhia de Saneamento do Pará, 434 milhões. E vamos esticando o chiclete: o Jornal do Brasil, 277 milhões; o Município de Manaus - tem Deputado de Manaus, aqui, evidente, lógico que sim -, 289 milhões. Vamos cobrar a Prefeitura lá. Até o Banco do Brasil, do Governo, está devendo também, Sr. Alexandre Frota, cento e poucos milhões de reais.

Então, vou protocolar, na segunda-feira, o requerimento de realização de CPI para investigar os maiores devedores da Previdência do Brasil, porque no do povo é refresco.

Beijo no coração!

Que Deus, nosso Pai celestial, o Pai das luzes, derrame copiosas chuvas de bênçãos sobre todos vocês. A paz de Deus. (Palmas.)

Documento 175/370

15.2019

Sessão Não Deliberativa de Debates - 21/02/2019-
CD 17:44

Publ.: DCD - 2/22/2019 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

PELA ORDEM
DISCURSO



Sumário

Necessidade de aperfeiçoamento da proposta de reforma previdenciária, encaminhada à Casa pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, quero, apenas para chamamento de uma reflexão, colocar um áudio que vejo como importante neste momento.

(Reprodução de áudio.)

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Pois bem, o que Bolsonaro diz de manhã não se escreve à tarde. O homem muda de opinião o tempo todo.

E é pensando nisso, mas sobretudo na forma como o texto da reforma da Previdência chegou a esta Casa ontem, que nós precisamos analisar, Sr. Presidente, a realidade diversa que temos em várias regiões do Brasil. Lá no Nordeste, por exemplo, da forma como o texto se encontra, podem ter certeza, Sras. e Srs. Deputados, de que nunca mais o homem do campo vai conseguir a sua aposentadoria. Isto é um desatino, isto é um desrespeito!

O Presidente Bolsonaro se apresentava como um candidato destemido, que iria chamar o feito à ordem. Na campanha eleitoral, ele se colocava dessa forma. Aí, eu pergunto: irá atribuir àqueles que não têm culpa os erros cometidos no passado? Por exemplo, os grandes devedores, como ficarão neste jogo? O Presidente Bolsonaro vai cobrar dos grandes devedores, os bancos, os banqueiros que faturam milhões de reais a cada ano? Como esses ficarão? Como ficarão os professores do nosso País? Como ficarão aqueles que deveriam ter uma atenção especial por parte do poder público?

Isto realmente nos preocupa muito. Eu imagino que esta Casa terá que repetir a dose, como fez esta semana, derrotando o Governo. Deverá derrotar o Governo, Sr. Presidente, porque, em outubro passado, o povo brasileiro decidiu quem seriam os 513 representantes na Câmara dos Deputados. Nós temos muito mais do que um compromisso; nós temos a responsabilidade de decidir o futuro de um tanto de pessoas que alimentaram os seus sonhos e as suas esperanças nesta Casa, nos seus representantes, nos 513 Deputados.

A reforma da Previdência, Sr. Presidente, para o homem do campo, representa um verdadeiro terror de vida. Antes, bastava comprovar a

condição de agricultor e 15 anos de contribuição. Agora, se aprovado este texto, serão 20 anos de contribuição. Quem de verdade conhece a realidade do homem do campo, daqueles que estão no Semiárido nordestino, tem total percepção de que, com o texto, se aprovado por esta Casa, as aposentadorias não mais existirão.

É preciso, Sr. Presidente, antes disto, verificar a Medida Provisória nº 871. Ela retira direitos, cria embaraços, cria empecilhos. Nada disso foi feito por acaso, mas foi feito dentro de gabinetes de pessoas que compõem o Governo Bolsonaro, mas que não conhecem a realidade diversa das regiões do nosso País.

Por exemplo, Sr. Presidente, reduzir de 60 dias para 10 dias o prazo de recurso para o homem do campo, Deputado Bira, é um desrespeito! E sabem para quê? Para evitar que ele possa requerer dentro do prazo seus direitos de aposentadoria!

É exatamente pautado nisto tudo que nós vamos analisar ponto a ponto, Sr. Presidente, para que esta Casa evite o mal maior ao povo trabalhador deste País. Vamos, sim, cobrar dos ricos! Bolsonaro tem que colocar em prática aquele seu discurso de coragem! Foi isso que ele levou ao povo brasileiro, mas não é isso que tem feito ao longo dos últimos 30 dias!

Documento 176/370

15.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates -21/02/2019- CD	17:52
Publ.: DCD - 2/22/2019 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Reexame da proposta de reforma da Previdência Social, especialmente no tocante aos trabalhadores rurais. Necessidade de cobrança da contribuição previdenciária dos grandes devedores do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, mais uma vez, trago a preocupação com a reforma da Previdência.

Nós estamos diante de um tema que afeta toda a sociedade brasileira e, de maneira especial, as pessoas que mais precisam, as mais pobres, que enfrentam dia a dia a dificuldade de viver neste País.



E eu trago a preocupação sobretudo com a questão da previdência rural. É uma violência, é uma agressão o que este projeto coloca para essa parcela importante da população brasileira, que é grande. No meu Estado do Maranhão, as pessoas que vivem da atividade rural compõem quase a metade da população e não têm outra perspectiva a não ser a de viver da agricultura familiar de subsistência e garantir, através de um benefício como esse, o benefício da Previdência, o mínimo de dignidade para viver naquele lugar.

Então, eu trago aqui essas preocupações, porque o que foi apresentado na data de ontem é devastador para a população de agricultores familiares. As trabalhadoras rurais, por esse projeto, vão ter que trabalhar mais 5 anos para poderem ter direito à aposentadoria.

Hoje não existe, Deputado Alexandre Frota, contribuição dos trabalhadores rurais, e agora estão instituindo uma contribuição anual de 600 reais. Pode ser pouco para mim, pode ser pouco para qualquer um que está aqui, mas fazer o trabalhador rural pagar 600 reais durante 20 anos é excluir o trabalhador rural do direito à aposentadoria. É uma exclusão completa! Além disso, o período de contribuição para ter direito à aposentadoria por idade agora é ampliado para 20 anos.

E o BPC - Benefício de Prestação Continuada, pago a idosos e a pessoas com deficiência a partir dos 65 anos, agora passará a ser pago apenas a partir dos 70 anos. As pessoas que não tiveram a chance de ter acesso ao mundo do trabalho, na terceira idade, momento em que mais precisam, não terão nem sequer esse benefício.

Portanto, nós vamos ter que discutir essa proposta com muita profundidade. Não podemos aceitar essas maldades contra o povo brasileiro. O povo brasileiro não tem que pagar a conta da crise.

Já foi dito aqui e eu repito: por que não se cobram os devedores do INSS? São quase 450 bilhões de reais que eles devem à previdência e não pagam.

Por que não começam pelos ricos? Por que não taxam as fortunas? Por que não cobram das heranças dos ricos e bilionários deste País? Por que não cobram do sistema financeiro? Por que essa conta tem que cair nas costas dos mais pobres? É isso que nós não aceitamos e é isso que nós estamos discutindo aqui com toda energia e firmeza.

Vamos prosseguir com esta luta, porque esta luta é nossa.

Muito obrigado, Presidente.

15.2019

Sessão Não Deliberativa de Debates - 21/02/2019-
CD 18:00

Publ.: DCD - 2/22/2019 - FRANCO CARTAFINA-PHS -MG

CÂMARA DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos eleitores do Estado de Minas Gerais, sobretudo aos do Município de Uberaba, pela eleição do orador. Prioridade dos Parlamentares nos discursos de cunho pessoal e partidário, em detrimento da apreciação de proposições de interesse da população brasileira. Importância da discussão de projetos destinados ao fortalecimento do setor educacional.

O SR. FRANCO CARTAFINA (PHS - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento os nobres pares, o público aqui presente, a população que sempre nos honra e prestigia com a sua audiência a *TV Câmara*.

Eu estreio no uso desta tribuna com muita honra e com muito orgulho e inicio agradecendo todos os votos que tive no meu Estado de Minas Gerais, mas, sobretudo, na minha cidade de Uberaba, que tanto acredita no meu trabalho.

Fico muito feliz de fazer parte dessa grande renovação que esta Casa teve, com quase 50% de novos Deputados. Eu, que já tive a oportunidade de vencer duas eleições como Vereador na minha cidade, sempre acreditei que a política é, sim, um instrumento de transformação da nossa sociedade.

Eu me permiti, nessas primeiras semanas, observar como funciona o andamento da Casa. Como conheço o trato do Parlamento, fiquei um pouco assustado com o que vi, porque aprendi, durante 6 anos na Câmara Municipal da minha cidade e também na Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS, onde fui líder em 2017, que o Parlamento é a busca do consenso, é o exercício de saber ouvir, é o poder do convencimento, é a amizade cívica. Mas o maior exercício de todos é saber discordar sem agredir. Esta Casa custa muito caro para o bolso do contribuinte. O povo não quer ver discussão pessoal, discussão partidária. O povo quer ver o andamento dos projetos que realmente chegam à ponta, aqueles que ajudam o pequeno produtor, aqueles que atingem as questões das pessoas mais simples do nosso País, mas, infelizmente, até hoje, não é isso que nós temos visto.

Eu percebo muito claramente que agora só se fala no pacote anticrime, na reforma previdenciária - coisas importantes, obviamente, de serem discutidas neste Parlamento. Eu vejo que muitos apontam pelo "sim" e,



principalmente, pelo "não" à reforma previdenciária, mas não apontam caminhos e não dão sua contribuição. E o Parlamento é isso: vem uma pedra bruta, e vamos nós, de mãos dadas, lapidá-la, para buscarmos o que foi melhor para o nosso País, para as pessoas de bem.

Eu quero deixar registrado, Sr. Presidente, que, independentemente de qualquer reforma que nós façamos neste Parlamento, se não nos pautarmos pelo alicerce primordial do nosso País, a educação, sempre teremos desigualdades. E eu quero deixar a minha contribuição para que o povo de Minas Gerais tenha representantes à sua altura, para que possamos contribuir para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado.

Documento 178/370

15.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates -21/02/2019- CD	18:12
Publ.: DCD - 2/22/2019 - CORONEL ARMANDO-PSL -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Compromisso eleitoral do orador de apoio à realização de reformas constitucionais, necessárias para o desenvolvimento do País. Pedido ao Presidente Rodrigo Maia, pela Frente Parlamentar Mista Ética Contra a Corrupção, de inclusão na pauta da proposta de extinção do foro privilegiado. Comemoração do Dia da Tomada de Monte Castelo.

O SR. CORONEL ARMANDO (Bloco/PSL - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Coronel Chrisóstomo, caros colegas Deputados, meus conterrâneos de Santa Catarina, esta é a primeira vez que venho à tribuna nesse quase encerramento da terceira semana do nosso mandato.

Nesse período, nós tivemos a oportunidade de observar o funcionamento da Câmara dos Deputados, de conhecer algo desta realidade, que é um pouco diferente da que vemos em nosso Estado.

Quero dizer que o nosso compromisso eleitoral, de honrar o nosso Presidente, de trabalhar em prol do Brasil e pelas reformas tão necessárias para que o nosso País possa conseguir um salto e melhor se desenvolver, será cumprido.

Nesse breve período de 3 semanas estou participando da Frente Parlamentar contra a Corrupção, que hoje entregou ao Presidente

Rodrigo Maia um pleito para acelerar o nosso trabalho, em especial para acabar com o foro privilegiado.

Da mesma forma, junto com o meu partido, o PSL, e outros partidos, nós estamos acompanhando as reformas, a proposta da reforma da Previdência e também a entrega do projeto de lei de combate ao crime, do Ministro Sergio Moro.

Tenho certeza de que o nosso trabalho e o trabalho de vocês de nos cobrar e nos sugerir será muito bem executado, enquanto nós tivermos uma ligação permanente com o Estado de Santa Catarina.

Deixo aqui um abraço a todos vocês.

Eu me coloco à disposição e quero dizer também que hoje, dia 21 de fevereiro, é o Dia da Tomada de Monte Castelo. Eu, como militar, não poderia deixar de lembrar os nossos ex-precinhas da Associação dos Veteranos de Guerra, que lutaram pela democracia na campanha da Itália. E é isso o que nós fazemos aqui na Câmara dos Deputados: lutando pela democracia.

Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.

Muito obrigado.

Documento 179/370

15.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 21/02/2019- CD	18:16
Publ.: DCD - 2/22/2019 - KIM KATAGUIRI-DEM -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contestação aos discursos proferidos pelos Deputados Alexandre Padilha e Gleisi Hoffmann contra o orador. Desrespeito dos Parlamentares do PSOL à nova configuração do plenário. Anúncio da apresentação de questão de ordem/reclamação contra o desvio da discussão de matéria por Parlamentar do PT. Disposição do Parlamentar para debate da reforma previdenciária com o Deputado Henrique Fontana.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/DEM - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de rebater algumas afirmações que foram feitas, hoje mais cedo e ontem também, em relação a mim, mas sem que os Parlamentares tenham tido coragem de dizer o meu nome. Para não atrapalhar a votação, acho

que faz sentido responder a esse tipo de afirmação em sessão de debates.

Primeiro, o Deputado Alexandre Padilha disse que eu não teria moral nenhuma para falar sobre os seus discursos ou para falar sobre a sua afirmação em relação à votação do Tratado Internacional envolvendo educação e que ele, sim, estava se atendo ao tema, ao contrário do que eu afirmei. Aliás, antes disso, a Deputada Gleisi Hoffmann já tinha dito que eu era produto do submundo das redes sociais e que utilizava títulos espalhafatosos.

Causou-se surpresa descobrir que esse discurso do Deputado Alexandre Padilha foi para o seu canal no Youtube, que possui incríveis 383 inscritos - são 383 mesmo, e não 383 mil. Ele enviou vídeo com o título *Padilha detona Kim Kataguri*, com 80 visualizações, um quórum menor até do que encontramos aqui no plenário da Casa num dia comum.

Parece que o PT está com um pouco de inveja de quem veio das redes sociais e tentando imitar, de maneira bastante patética, o trabalho consistente que fazemos. Mas o sucesso que temos nas redes sociais e na Internet vem do nosso conteúdo, da nossa consistência e da nossa coerência. Por mais que vocês tentem imitar ou emular qualquer coisa do tipo, jamais vão conseguir.

Outro ponto que eu queria levantar, Sr. Presidente, é que houve nesta Legislatura uma mudança dos lugares dos Deputados do Democratas, que antes ficavam na parte da direita aqui do plenário e passaram para a esquerda. Mas os Parlamentares do PSOL não estão respeitando essa nova configuração.

Hoje, felizmente, conseguimos, na votação, sentar, de fato, nas cadeiras que nos são de direito, porque temos Parlamentares suficientes para isso, diferentemente do PSOL, que tem uma bancada nanica. Conseguimos sentar nos nossos lugares porque, acho, a sessão era muito tarde para os Parlamentares do PSOL. Estávamos fazendo uma votação às 11h50min no momento em que estava sentado justamente na bancada que agora é do Democratas e não havia absolutamente nenhum Parlamentar do PSOL naquela bancada. Acho que o pessoal pensou que acordar meio-dia era muito cedo.

Outro ponto que eu queria levantar diz respeito ao discurso do Deputado Henrique Fontana, que disse que é um direito do Parlamentar vir até a esta tribuna ou ao plenário falar sobre o que quiser, não interessa qual seja a discussão - peço mais 1 minuto, Sr. Presidente, para completar o raciocínio.

Aproveito para citar o Regimento Interno da Câmara dos Deputados e



para lembrar ao Deputado que democracia não se faz com Deputados tendo privilégios ou superpoderes, mas com Deputados seguindo as regras, como toda a população. O art. 175 do Regimento Interno desta Casa de Leis diz o seguinte: "*O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá: I - desviar-se da questão em debate*". Não é preciso ler muito do Regimento; é só pegar o inciso I; não é preciso avançar. Portanto, tem de debater o assunto da matéria. Não pode falar sobre São José da Piraporinha, cumprimentar o Prefeito que fez aniversário, cumprimentar o Vereador, falar da intriga de partido A ou de partido B.

Da próxima vez em que um Parlamentar do PT se desviar da discussão, pode ter certeza de que eu vou levantar questão de ordem, ou melhor, vou levantar reclamação no plenário, para garantir que o Presidente casse a palavra.

Para finalizar minha fala, quero dizer que o Deputado Henrique Fontana também disse que me convidaria para um debate propositivo em relação à reforma previdenciária. Segundo ele, 40% dos trabalhadores - isso está registrado; não precisam acreditar em mim - ficariam sem aposentadoria com a nova reforma da Previdência, porque a expectativa de vida não chega aos 65 anos.

É uma canalhice utilizar a mortalidade infantil no cálculo da Previdência, porque nenhum recém-nascido se aposenta nesse sistema, no novo sistema previdenciário nem em nenhum sistema do mundo. O que conta é a taxa de sobrevivência, e, nas cidades mais pobres, essa taxa de sobrevivência aos 60 anos de idade é de viver até os 80 anos.

Portanto, se o Deputado quer um debate sério, eu topo o debate, mas pelo menos utilizemos dados corretos, e S.Exa. deixe que eu publique no meu canal no Youtube, porque, afinal de contas, ninguém quer ver vídeo do PT falando baboseira.

Obrigado.

Documento 180/370

16.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 25/02/2019-14:16
Publ.: 2/26/2019 -	DCD LUIZ FLÁVIO GOMES-PSB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inadmissibilidade de inserção de matérias alheias no texto da proposta de reforma previdenciária.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES (PSB - SP. Sem revisão do orador.) - Caríssima Presidente, caros colegas, queremos denunciar a existência de matérias estranhas na nova reforma da Previdência.

Nós não podemos tolerar que se utilize a reforma da Previdência para beneficiar qualquer categoria que seja. Isto, todos nós sabemos, tem o nome de jabuti. Jabuti é inserir uma matéria dentro de um quadro legislativo que não tem nada a ver. O não pagamento da multa de 40% pelo empregador quando despede um aposentado é de uma injustiça medonha.

Repito, isso é jabuti, porque o projeto é para resolver buraco na Previdência, não para satisfazer interesses exclusivos de alguns que querem despedir aposentados e não pagar os 40% do INSS. Isso é um absurdo. É matéria alheia à reforma da Previdência.

Deixo aqui essa denúncia contra jabutis em qualquer matéria, como vem decidindo o Supremo, particularmente na ADI 5127. Não cabe jabuti em nenhum projeto.

Sra. Presidente, peço a V.Exa. que este meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 181/370

16.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 25/02/2019-14:20
Publ.: DCD 2/26/2019 -	- BOHN GASS-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da proposta de reforma previdenciária, apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados: *"Que governo de porcaria é esse que vem com essa porcaria de reforma da Previdência? Sessenta e*

cinco não vai aprovar! Tome vergonha na cara. Querer aprovar uma reforma com 65 anos é, no mínimo, uma falta de humanidade."

Bem, quem me conhece sabe que eu dificilmente falo aqui neste plenário aos berros. Sempre prefiro uma discussão civilizada. Pois eu vou dizer aos senhores que essa fala e esse tom não são meus. São de Jair Bolsonaro.

Agora, é exatamente isto que Bolsonaro Presidente quer que os senhores façam: aprovem uma reforma que o Bolsonaro candidato chamava, aos berros, de porcaria desumana.

"Não" a essa reforma da Previdência!

Obrigado.

Documento 182/370

16.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 25/02/2019-14:24
Publ.: DCD 2/26/2019 -	GERVÁSIO MAIA-PSB -PB	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Participação do orador e do Deputado Estadual Jeová Campos em debate com agricultores sobre a reforma previdenciária, no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba. Encaminhamento, à Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, de expediente sobre a possibilidade de transbordamento do Açude Engenheiro Ávidos, na municipalidade.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputadas, Deputados, boa tarde. Boa tarde, Brasil.

Nos próximos dias estaremos cumprindo uma agenda, no Município de Cajazeiras, ao lado do Deputado Estadual, Deputado das Águas, Jeová Campos e vamos aproveitar para nos encontrar com diversos agricultores e agricultoras que estão querendo saber de nós uma posição mais clara e mais firme a respeito da reforma da Previdência.

Pois bem, espero poder levar para Cajazeiras, Sra. Presidente, notícias da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos quanto à preocupação da população com o açude Engenheiros Ávidos, que tem capacidade de armazenamento de 255 milhões de metros cúbicos. Imaginem que



Brumadinho rompeu com 10 milhões de metros cúbicos, e essa barragem foi tida como de alto risco pela Agência Nacional de Águas - ANA.

Nós estamos encaminhando esse expediente ao Secretário exatamente para evitar um mal maior. Imaginem só: a capacidade de armazenamento, repito, é de 255 milhões de metros cúbicos, e hoje esse açude está com 47 milhões de metros cúbicos.

Sra. Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, na certeza de que chegarei a Cajazeiras com boas notícias.

Documento 183/370

16.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 25/02/2019-14:28
Publ.: 2/26/2019 -	DCD EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à proposta de reforma da Previdência Social apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro. Artigo de autoria do jornalista Bernardo Mello Franco sobre a realização, pelo Governo Federal, de negociações com Parlamentares para garantia da reforma previdenciária.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Sem revisão do orador.)
- O povo brasileiro vive uma situação paradoxal. O Presidente e a família estão envolvidos em várias denúncias no campo ético, que precisam ser investigadas. Estamos falando de um Presidente que acaba de se aposentar, recebendo quase 30 mil reais como ex-Deputado, que já havia se aposentado aos 33 anos como capitão do Exército, e agora acumula três salários, alcançando quase 70 mil reais. Esse Presidente e o Sr. Paulo Guedes, chefe do Posto Ipiranga, que se orgulha de quase toda a sua equipe ser formada na Universidade de Chicago, um bando de chicagões, querem destruir a dignidade do povo, dizendo que uma nova Previdência vai ser instituída no Brasil, quando se trata, na verdade, de inviabilizar a aposentadoria dos pobres. É um achincalhe!

Aliás, eu não costumo fazer discurso sem base. Mas eu queria dizer que um brilhante jornalista, Bernardo Mello Franco, fez um artigo dizendo das "negociações" - entres aspas - talvez negociatas, em que



Deputados, para aderirem a essa "deforma", essa destruição da Previdência, negociam 10 milhões em emendas, como também cargos em Ministérios e segundo e terceiro escalões. E tristemente ontem uma respeitável jornalista na *GloboNews* dizia: "O Governo tem que garantir os 10 milhões, tem que negociar cargos, o importante é que não haja desrespeito ao dinheiro público, desde que a reforma da Previdência saia". Não sairá! O povo não aceitará a fome!

Documento 184/370

16.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	25/02/2019-14:32
Publ.: 2/26/2019 -	DCD	- AROLDO MARTINS-PRB -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Preocupação do orador com o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de ação a respeito da criminalização da homofobia. Insatisfação do Parlamentar com a não inclusão de guardas municipais nas carreiras policiais no bojo da proposta de reforma previdenciária.

O SR. AROLDO MARTINS (Bloco/PRB - PR. Sem revisão do orador.)
- Sra. Presidente, eu quero aqui expressar a minha preocupação com a votação que está em andamento no STF sobre a criminalização da homofobia. E não quero dizer que sou contra essa criminalização. Gostaria apenas de diferenciar esse ato de qualquer tipo de ensino de cunho religioso que expressa a opinião bíblica sobre o assunto, que não é, de maneira nenhuma, discriminatória.

Outra coisa que gostaria de registrar é que recebi dezenas de *e-mails* de guardas municipais de cidades do Paraná, expressando preocupação porque não foram incluídos, no texto da reforma da Previdência, entre os servidores das carreiras policiais, como aconteceu com policiais civis e policiais federais. Então, eu gostaria de registrar meu desagrado com essa situação e de solicitar a inclusão dos guardas municipais que portam armas entre os servidores das carreiras policiais, porque eles também sofrem risco de vida, assim como policiais civis e policiais federais.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 185/370



16.2019

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 25/02/2019-14:32

Publ.: DCD
2/26/2019 -

BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento da oradora contrário à aprovação da proposta de reforma previdenciária, apresentada pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, é criminosa a reforma da Previdência proposta pelo Governo Bolsonaro. É criminosa porque não irá combater privilégio. É criminosa porque não trata daqueles que devem mais de 300 bilhões de reais à Previdência. É criminosa porque vai atingir 34% das mulheres que trabalham.

É criminosa porque vai mudar o Benefício de Prestação Continuada - BPC pago aos idosos, hoje, a partir dos 60 anos. O benefício passará a ser de 400 reais, quando eles deveriam ter mais recursos para se cuidar. É criminosa porque ataca também os portadores de deficiência, que são beneficiados, por direito, Sra. Presidenta, com esse recurso. É criminosa porque deixa de fazer o combate necessário à sonegação neste País, o que é importante fazer.

É por isso que nós estaremos com o povo, que já está nas ruas, apavorado. Até mesmo aqueles que votaram neste Governo estão nas ruas se organizando, apavorados com essa reforma da Previdência. Mas eu acredito que o bom senso deve prevalecer, até mesmo na base do Governo, porque não é possível não cobrar 300 bilhões de reais dos sonegadores e devedores da Previdência e descontar isso do pobre trabalhador.

Sra. Presidenta, peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Defiro o seu pedido, Deputada Benedita da Silva.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, o povo brasileiro começa a entender toda a maldade contida na reforma da Previdência proposta por Bolsonaro. Ela não visa combater privilégios, como mostra a propaganda na televisão, mas jogar nas costas dos trabalhadores todo o custo para equilibrar a Previdência.

Com idades mínimas de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres e 40 anos de contribuição para receber o valor integral da aposentadoria, cujo valor médio será rebaixado pela nova metodologia de cálculo, a grande maioria do povo não vai conseguir se aposentar e trabalhará até morrer. E as principais prejudicadas por essa reforma antissocial serão as mulheres em geral e as trabalhadoras rurais e as professoras em particular.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2016, 34,6% das mulheres entre 16 e 29 anos não trabalham nem estudam porque têm que se dedicar aos afazeres domésticos e ao cuidado dos filhos e de outros parentes. E, segundo dados do IBGE de 2016, elas ainda têm jornada dupla de trabalho e dedicam 73% mais horas do que os homens aos afazeres domésticos.

Aumentar a idade mínima de aposentadoria da trabalhadora rural e da professora para 60 anos, somada à exigência de no mínimo 20 anos de contribuição, significa não considerar as duras condições de trabalho dessas mulheres. E, para as viúvas, fica estabelecida a redução da pensão para 60% de seu valor, com o acréscimo de 10% para cada dependente.

A proposta de Bolsonaro deixa claro que são os trabalhadores e servidores públicos os que vão arcar com todo o peso do pagamento do suposto rombo da Previdência. Está provado que esse rombo é causado não pela Previdência em si, mas pela renúncia fiscal, pelos grandes devedores e pelo fato de o Governo desviar as receitas da seguridade social, definidas na Constituição, para o pagamento da dívida pública.

Como sempre, a conta vai para a maioria do povo trabalhador e dos idosos. O que a reforma faz com o Benefício de Prestação Continuada - BPC é um verdadeiro crime social. A partir dos 60 anos os idosos de baixa renda vão receber apenas 400 reais até atingir os 70 anos, quando passam a receber o salário mínimo completo, isto é, aqueles que conseguem sobreviver.

O Presidente Bolsonaro não cobra dos grandes empresários a sua gigantesca dívida com a Previdência, mas quer aumentar as alíquotas das contribuições previdenciárias dos servidores públicos, tratados por



este Governo como grandes vilões, e não como trabalhadores dedicados e responsáveis pelas políticas públicas.

Para finalizar, não posso deixar de registrar aqui o grande estelionato eleitoral feito por Bolsonaro, já que disse na campanha: "*Não podemos querer salvar o Brasil, matando o idoso*", mas faz exatamente isso na proposta de reforma da Previdência que entregou pessoalmente a esta Casa.

Se essa reforma passar, Bolsonaro será o responsável pela criação no País de uma grande maioria de trabalhadores vivendo na miséria, morrendo antes de se aposentar e de aposentados mendigando nas ruas, sem ter a sua dignidade respeitada por um governo que só atende aos bancos e não tem nenhuma sensibilidade social.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 186/370

16.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	25/02/2019-14:40
Publ.: DCD 2/26/2019 -	BOCA ABERTA-PROS -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Conveniência de comparecimento do Presidente Jair Bolsonaro à Câmara dos Deputados, para discussão da proposta de reforma previdenciária com os Parlamentares.

O SR. BOCA ABERTA (Bloco/PROS - PR. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos e a todas e a nossa Presidenta querida, a Presidenta mais linda do Brasil - com todo o respeito, é evidente.

Quero aqui falar da minha cidade mais uma vez. Estive há pouco na minha base, e o povo todo estava desesperado me procurando, Sr. Presidente Bolsonaro!

Eu votei em V.Exa., Presidente Bolsonaro! A minha família também votou em V.Exa. O povo de Londrina deu a V.Exa. mais de 83% dos votos para Presidente na cidade. Mas o povo está apavorado! O cabelo do povo está caindo lá! Por quê? Por causa da reforma da

Previdência!

Eu peço encarecidamente que V.Exa. venha a esta Casa resenhar, fazer contenda aqui com os Deputados para explicar vários pontos da proposta que estão nebulosos - na minha modesta visão, com todo o respeito -, estão obscuros, Sr. Presidente Bolsonaro.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Conclua, Deputado.

O SR. BOCA ABERTA (Bloco/PROS - PR) - Vou terminar.

E não adianta, Sr. Presidente Bolsonaro, mandar virem falar aqui os seus paus-mandados, seus bate-paus, os Ministros! O povo não votou em Ministro! O povo votou no 17, votou no senhor! Então, venha aqui antes que azede o pé do frango. Eu estou lhe avisando como um simples filho de frentista de posto de gasolina e de mãe faxineira, com muito orgulho, que chegou aqui defendendo o povo.

Não sou de esquerda, não sou de direita, não sou do centro. Eu defendo o povo. O resto é bijuteria e perfume.

Documento 187/370

16.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	25/02/2019-14:48
Publ.: 2/26/2019 -	DCD	LUIS MIRANDA-DEM -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de inclusão, no bojo da reforma da Previdência Social, de privilegiados com sistemas previdenciários especiais.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana que passou eu fiz aqui um discurso no qual eu defendia que todos nós Deputados e aqueles que são privilegiados com sistemas previdenciários especiais entrassem no mesmo bolo da reforma da Previdência. A resposta foi automática: o vídeo está em todas as páginas do Brasil, porque essa é uma aspiração do povo. Se nós estamos dispostos a sangrar o povo, que sejamos todos iguais. Não vai passar reforma da Previdência nesta Casa se não estiverem todos na mesma cesta, sem privilégios, sem

vantagens.

O que nós estamos notando é que jogaram essa bola para os Deputados, mas vamos pagar um preço caríssimo com o nosso eleitorado se não lutarmos, sim, pela aprovação da proposta, porque o Brasil precisa que nós lutemos contra esse déficit, e, o que é mais importante, se não lutarmos para defender o povo. Se vai sangrar no nosso povo, nos nossos eleitores, todos nós temos que estar no mesmo barco.

Este é um pronunciamento que eu gostaria que fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado a todos.

Documento 188/370

16.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/02/2019- CD	14:52
Publ.: DCD - 2/26/2019 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Rejeição popular à reforma previdenciária. Natureza política da prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Repúdio à atuação do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venho novamente a esta tribuna para caracterizar o momento que nós estamos vivendo. Estive percorrendo todo o Estado neste fim de semana, em diversas regiões, e digo que a rejeição à reforma da Previdência é muito grande. Eu não sei se algum Deputado aqui vai ter coragem de ser Relator dessa matéria no Plenário, porque a rejeição é muito grande.

Dizem que a nova reforma da Previdência está sendo feita para cortar privilégios e que não se podem acumular aposentadorias.

Mas na proposta está previsto que podem acumular aposentadoria os militares, os médicos e também os membros do Poder Judiciário. Isso é um absurdo! Por outro lado, querem que o trabalhador rural trabalhe até morrer, sem conseguir aposentadoria.

Agora, o que mais me impressiona, Sra. Presidente, aqui nesta Casa,



nesta Legislatura, é a raiva que alguns expressam contra o Presidente Lula, raiva porque o Presidente Lula é um homem querido neste Brasil. Tanto é assim, que Moro o colocou na cadeia para que ele não fosse candidato a Presidente da República, porque ele ganharia as eleições.

Uma parte dos Deputados e uma parte da sociedade têm raiva da Esquerda e dizem que nós da Esquerda temos que mudar do Brasil, porque não podemos conviver. Isso ocorre porque eles não aceitam o debate, não aceitam o contraditório aqui dentro desta Casa. Mas prenderam o Presidente Lula sem crime e sem prova. Essa é uma grande verdade! Ele foi o melhor Presidente da história deste Brasil, é aquele que trabalhou e defendeu os pobres.

Agora, nós estamos vivendo no Brasil um momento em que temos um Presidente que mente para a população. Ele mentiu na campanha eleitoral. Disse que não poderia aprovar uma reforma da Previdência com 65 anos, que foi a proposta do Michel Temer, mas hoje manda para cá essa mesma proposta. Mentiu quando disse que não se tinha reunido com o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência. Depois que vazaram os áudios, viu-se que ele mentiu.

É um Presidente que não manda, não tem poder. Quem tem poder são os seus filhos, que demitiram um Ministro da República. É importante registrar isto nesta Casa. Qual será o próximo Ministro a ser demitido pela sua família? E é importante registrar desta tribuna que, em 60 dias, nós estamos vivendo uma situação em que, de fato, todos os problemas que temos e a crise que há hoje na sociedade são de responsabilidade do Governo Bolsonaro, porque ele disse que iria fazer uma coisa e está fazendo outra no Brasil. A população rejeita justamente esse tipo de político e de política construída no Brasil.

É contra isso que nós vamos lutar, Sra. Presidente!

Documento 189/370

16.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	25/02/2019-15:00
Publ.: 2/26/2019 -	DCD	LUIZ LIMA-PSL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Legado desastroso do ex-Presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Defesa de realização da reforma previdenciária.



O SR. LUIZ LIMA (Bloco/PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputada Geovania de Sá, Sras. e Srs. Deputados, vou contar uma história para V.Exas.

Em 1991, eu tinha 13 anos e estava representando a equipe juvenil de natação no Sul-Americano na Venezuela. Visitei uma cidade chamada San Cristóbal, no Estado de Táchira, fronteira com a Colômbia. Conheci um país próspero. Conheci uma cidade de Caracas muito bonita. Conheci as misses venezuelanas lindíssimas. Era uma população já com 30 milhões de habitantes e rica.

Em 1998, voltei à Venezuela. Voltei para a cidade de San Felipe, cidade próxima a que nasceu Hugo Chávez. Lembro-me como se fosse ontem: era final do mês de dezembro, eu estava no ônibus indo para o parque aquático, e o treinador da seleção venezuelana, do qual não me recordo o nome, falou assim para mim: "*Luiz Lima, a Venezuela acaba aqui*".

Hugo Chávez havia sido eleito Presidente da Venezuela, isso há 21 anos. O treinador da seleção venezuelana estava mais do que certo, porque ali também acabaria a natação venezuelana. Hoje, quase todos os atletas olímpicos da Venezuela moram fora do país. A Venezuela tem 87% da sua população vivendo em estado de extrema pobreza. Há 3 anos, só havia 40%. Em 3 anos esse índice pulou de 40% para 87%. Nós temos hoje uma Venezuela acabada, onde cada venezuelano perdeu 11 quilos no ano passado.

Tivemos uma política irresponsável na Venezuela, uma política que não olhou para o futuro. Bastaram só 20 anos para acabarem com o país. Essa política foi apoiada, inclusive, por Parlamentares que estão sentados aqui no plenário, irresponsáveis, visando apenas o seu mandato, num projeto de poder que vai pôr em risco a qualidade de vida dos seus netos.

O Deputado Valmir Assunção falou há pouco. Eu tenho coragem de ser o Relator da reforma da Previdência. Eu tenho coragem de subir nesta tribuna, porque quero aquela imagem, daqui a 30 anos, de um Deputado coerente e que sabe que a reforma da Previdência é necessária, porque a população brasileira envelheceu, a taxa da natalidade caiu.

A Deputada Erika Kokay mencionou a mortalidade infantil, que tem que ser combatida com política pública. Mas é quem chega aos 60 anos que recebe da Previdência, e a expectativa de vida de cada brasileiro que chega aos 60 anos em todo o Brasil é muito parecida.

Vamos ser responsáveis com o nosso mandato. Estou me lixando se vou ser reeleito daqui a 4 anos. Abri mão da minha previdência de



Parlamentar. Espero que todos aqui façam isso. O funcionalismo público no Brasil é privilegiado. Aquele que ganha salário mínimo trabalha até morrer, ele nunca para de trabalhar.

A Venezuela é o PT que deu certo.

Muito obrigado.

Documento 190/370

16.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 25/02/2019-15:04
Publ.: 2/26/2019 -	DCD - MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação de proposta de vedação aos Estados e Municípios, pelo prazo de 5 anos, da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária por meio de instituição de programa de regularização tributária de recuperação fiscal ou de qualquer outra forma de parcelamento concessivo de remissão ou anistia de tributos e de seus respectivos acréscimos legais. Necessidade de realização de debate sobre a reforma da Previdência Social.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente, senhores membros da Mesa.

Meus colegas Parlamentares, Deputadas e Deputados, na semana passada, ocupei a tribuna desta Casa para tratar de um assunto que não diretamente o da reforma da Previdência direta, mas tem a ver com ela na medida em que a União abre mão de receitas com seus programas de refinanciamento.

Eu disse que entregaria, na última quinta-feira, uma proposta de vedação, mas eu estava analisando a possibilidade de que essa vedação - que vou recapitular agora -, não dissesse respeito somente à União, mas se estendesse aos Estados e Municípios.

Eu falei na semana passada que o Governo Federal, entre 2000 e 2017, já havia feito 31 programas de refinanciamento, abrindo mão de mais de 1 trilhão em receitas. E esta Casa - embora entenda que em certos momentos isso deveria ser feito - chancelava em todos os anos essa abertura de receitas, abrindo mão de juros, abrindo mão de

multas, e assim por diante. De mais de 1 trilhão o Governo Federal abriu mão!

O meu Estado primeiro fez segregação de massa, com o Governador Cid Gomes; mais recentemente, com o Governador Camilo Santana. O Ceará hoje tem uma lei que proíbe fazer REFIS pelos próximos 5 anos, ou seja, o Estado não abre mão, para poder fazer programas que dispensam receitas.

Porém, acabei de receber da assessoria do meu partido, o PDT, uma demonstração de que é possível, sim, fazer essa vedação também para Estados e Municípios.

Portanto, fica assim a referida vedação: Art. 1º. A partir da data de publicação desta lei, fica vedado pelo prazo de 60 meses - portanto, 5 anos -, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária por meio de instituição de programa de regularização tributária de recuperação fiscal ou de qualquer outra forma de parcelamento que conceda remissão ou anistia de tributos e de seus respectivos acréscimos legais. A vedação de que trata o artigo se aplica à administração direta, autárquica, fundacional da União, dos Estados e dos Municípios.

Portanto, é importante para discutir a reforma da Previdência que nós possamos estancar esse não recebimento de dinheiro. Essa é uma matéria que eu pondero a esta Casa, para que possamos dar o exemplo para todo o Brasil, chegando na ponta, aos Estados que também estão precisando de recursos. Alguns têm déficit de previdência da ordem de 100 bilhões de reais. Ou seja, os Estados estão precisando de receita e de controle sobre seus gastos com a previdência pública.

Era só o que tinha a dizer.

Sra. Presidenta, mais tarde, se tiver oportunidade, vou falar, sim, sobre previdência, para abordar três pontos que até agora não foram abordados nesta Casa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 191/370

16.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 25/02/2019-15:08
Publ.: DCD 2/26/2019 -	CÉLIO MOURA-PT -TO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES

Sumário

Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a população idosa, demonstrado na proposta de reforma previdenciária.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada, quero dizer que tenho 65 anos de idade e vou me aposentar igual a todos os brasileiros e brasileiras pelo Regime Geral da Previdência Social.

O Presidente Bolsonaro se notabilizou pelas suas práticas racistas e homofóbicas contra o povo brasileiro. Agora, com a reforma da Previdência, ele persegue os idosos. De agora em diante, o Presidente Bolsonaro será reconhecido no Brasil como o Presidente "idosofóbico", aquele que está maltratando todos os idosos deste País, que estão desesperados.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Sra. Presidente.

Documento 192/370

16.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/02/2019- CD	15:12
Publ.: DCD - 2/26/2019 -	GERVÁSIO MAIA-PSB -PB	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO

Sumário

Inexistência de déficit na Previdência Social. Críticas à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, colegas Deputadas e colegas Deputados, povo brasileiro, boa tarde.

Eu quero, Sra. Presidente, conclamar os integrantes da base do Governo nesta Casa para aprofundarmos o debate sobre a reforma da Previdência no que diz respeito ao art. 194 da Constituição Federal, que fala sobre a seguridade social, a segurança do povo, sobre o tripé previdência, assistência e saúde. E o que irriga, o que abastece esse tripé está no art. 195 também da nossa Constituição Federal.

Precisamos esclarecer ao povo brasileiro exatamente onde está o déficit da Previdência. Não existe déficit. Em todo final de ano, 30% do que é arrecadado são destinados a outras dívidas do Governo Federal, a outras despesas do Governo Federal. Isso o Governo Bolsonaro não conta.

Lamentavelmente, o Bolsonaro de antes, que tinha um discurso de coragem, que dizia que iria mudar os destinos do Brasil, agora está mofino, está macio, está silente. O que houve, Bolsonaro? Cadê aquele Bolsonaro agressivo e violento, que chamava o debate para si mesmo, como se fosse mudar absolutamente tudo no País?

Pois bem, a quem serve o Bolsonaro Presidente da República? Pelo que nos parece e nos transparece, os interesses são muito maiores do que estão dizendo por aí. Há os interesses dos bancos, que devem bilhões à Previdência, e Bolsonaro fecha os olhos a isso Vamos cobrar dos ricos! É preciso cobrar dos ricos. Nós não podemos fechar os olhos para aqueles que tanto ganham, inclusive multinacionais, e não pagam a Previdência. É algo em torno de 500 bilhões de reais, Sra. Presidente.

Então, é preciso que esse debate seja aprofundado. A bancada da Oposição não vai admitir que essa conta seja jogada na classe trabalhadora do nosso País, sobretudo nos professores, nos agricultores e agricultoras deste País, que é o povo que luta todo dia para que exista vida nos grandes centros.

Ai de nós, Sra. Presidente, se não fossem os homens e mulheres trabalhando no seu dia a dia lá na lavoura para fazer com que nós possamos sobreviver aqui nos grandes centros. Vamos saber onde está o déficit!

Brasil, não é verdade, é mentira! Não existe déficit na Previdência! Esse é um debate que vai ainda durar muito, mas o povo brasileiro precisa saber da verdade.

Peço que divulgue a nossa fala no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 193/370

16.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 25/02/2019-15:16
Publ.: 2/26/2019 -	DCD FLAVIO NOGUEIRA-PDT -PI	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Contradição entre os lucros auferidos por instituições bancárias e o endividamento do povo brasileiro. Defesa de extinção de privilégios e desigualdades no processo de reforma previdenciária.

O SR. FLAVIO NOGUEIRA (Bloco/PDT - PI. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chegou a esta Casa a reforma da Previdência.

O Brasil inteiro pensa, e até repetidas vezes, que a reforma da Previdência seja o eixo principal da recuperação econômica do Brasil. Alerto para isso, porque, uma vez feita a reforma, nós não teremos a curto prazo sequer essa recuperação que todos nós esperamos da economia brasileira.

Portanto, é necessário - e aqui já falaram sobre isto, há pouco, outros oradores - que o Governo cobre de quem deve à Previdência, que o Governo diminua os lucros excessivos de três bancos particulares e de dois bancos oficiais, que chegam a cifras bilionárias, num verdadeiro acinte à pobreza e aos miseráveis deste País.

Os lucros desses bancos são oriundos quase que exclusivamente do endividamento do brasileiro. Esse endividamento se dá através do cartão de crédito, cujos juros chegam a 280% ao ano, e do cheque especial, cujos juros chegam a cerca de 300%.

Nós queremos que a reforma da Previdência seja votada, seja discutida. É necessária essa reforma, mas também é necessário que nós tiremos o lucro excessivo desses bancos, bem como é necessário o pagamento do que eles devem à Previdência. Para se ter uma ideia, em 2016, só o banco Itaú devia à Previdência cerca de 111 milhões de reais. Chega a ser discrepante o lucro dos bancos *versus* a dívida previdenciária.

Srs. Deputados, o Congresso Nacional precisa aprovar a reforma da Previdência, mas dentro da razoabilidade. Quem tem menos arca com menos; quem tem mais tem que arcar com os maiores sacrifícios.

Gostaria que este meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Deferido o seu pedido, nobre Deputado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO FLAVIO NOGUEIRA.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última semana, no dia 14 de fevereiro, foi publicado no jornal *Folha de S. Paulo* o encerramento do ciclo de divulgação do balanço anual das principais instituições financeiras de capital aberto, clube que inclui o Itaú, o Bradesco e o Santander.

Juntos, os três bancos registraram lucro líquido consolidado de R\$ 73 bilhões - bem acima dos R\$ 65 bilhões de 2017 - e distribuíram cerca de R\$ 41 bilhões a acionistas.

Todavia, esses lucros bilionários revelam uma face negra que não podemos olvidar: o endividamento de 62% dos brasileiros. Apenas com os juros cobrados, os bancos embolsaram mais de R\$ 354 bilhões em 2017 e, pasmem, 10,8% da renda anual das famílias foram usadas para pagamento de juros. Nota-se, claramente, Sra. Presidente, que esses lucros estratosféricos, ano após ano, são advindos do endividamento das famílias brasileiras.

Boa parte desse drama dos brasileiros são os juros médios cobrados de pessoa física, que passam de 52% ao ano, chegando a 280% no cartão de crédito rotativo e mais de 300% no cheque especial.

Inevitavelmente, chegamos a um ponto em que a reforma da Previdência tornou-se o principal eixo da recuperação econômica do País, uma importante pauta que afeta a vida de milhões de brasileiros. Entendemos que o atual modelo previdenciário tem se mostrado insustentável e lutamos no Congresso por uma reforma que combata privilégios e desigualdades e que não venha a prejudicar os trabalhadores.

O débito com a Previdência cresceu 14% em 2018, fechando em 491,2 bilhões, segundo dados da *Folha*, de 5 de fevereiro de 2019. Apenas 77 dos inscritos na dívida ativa respondem por 10% de todos os débitos - 50 bilhões. Ora, senão vejamos: são pessoas economicamente potentes os maiores devedores contínuos da Previdência. Nota-se que esse mesmo calote virou planejamento para maiores obtenções de lucros de suas empresas.

Voltemos à situação dos bancos, mas agora com foco na Previdência (Sindicato dos Bancários):



Bancos Lucro 2016 Dívida Previdenciária Itaú R\$21,6 bilhões R\$111,8 milhões Bradesco R\$15 bilhões R\$575 milhões Santander R\$7,3 bilhões R\$218,4 milhões Banco do Brasil R\$8 bilhões R\$209,9 milhões Caixa Econômica Federal R\$4 bilhões R\$589 milhões

Chega a ser discrepante o lucro dos bancos quando comparado à dívida previdenciária. Poupar os notáveis das elites do poder é centralizar todo o sacrifício da reforma nas costas dos trabalhadores e servidores.

No mais, existe uma elite econômica pequena que enriquece não pagando o que é devido, que sonega tudo porque sempre aparece o famoso "jeitinho brasileiro" na forma de REFIS, parcelamento, perdão da dívida, etc. É público e notório que os Governos anteriores abusaram desses acordos.

Renúncias previdenciárias é outro tema não menos importante. Em 2018, a Previdência deixou de arrecadar R\$ 54 bilhões com desonerações de folha, entre outros. Somente o Governo Michel Temer aprovou R\$ 46 bilhões em renúncias previdenciárias.

Entendo, Sra. Presidente, que a reforma da Previdência não é algo propriamente absurda ou descabida, mas temos que ver seus reais intuitos. Este Congresso precisa aprová-la dentro da razoabilidade. Quem tem menos arca com menos; quem tem mais deve arcar com os maiores sacrifícios.

Documento 194/370

16.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/02/2019-
	CD	15:20
Publ.: DCD - 2/26/2019 -	GUIGA PEIXOTO-PSL -SP	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO

Sumário

Conclamação aos Deputados para atuação em defesa do povo brasileiro. Congratulações ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao Secretário Especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, pela apresentação da proposta de reforma previdenciária. Defesa de concessão de aposentadoria especial aos guardas municipais.

O SR. GUIGA PEIXOTO (Bloco/PSL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sra. Presidente. Meus amigos



Parlamentares que aqui se encontram, eu não vim da minha querida cidade de Tatuí, capital da música e também do doce, à toa, não! Eu vim para discutir um processo muito sério. Esta Casa e nós temos que esquecer um pouco do hoje presidiário Lula e também do hoje Presidente da República Capitão Jair Messias Bolsonaro.

Quero que o nobre Parlamentar Gervásio Maia entenda que hoje Bolsonaro é Presidente do País, não é Deputado, não!

A cor da minha bandeira não é vermelha nem azul. A cor da minha bandeira é verde, amarela, azul e branca. Nós viemos aqui para trabalhar incessantemente pela história do Brasil.

O Brasil cansa de apanhar, cansa de sofrer por vários descasos. Quero uma mudança. A mudança tem que ser agora. O Brasil tem pressa, muita pressa. Hoje temos 14 milhões de desempregados graças a uma política que fez o Brasil sofrer nos últimos 20 anos.

Temos um compromisso sério de trabalhar para o resgate da política, da moral política, e também para o resgate dos sonhos e da esperança da população brasileira. Temos que aprovar, Srs. Parlamentares, companheiros desta Casa, vários processos que melhorem o Brasil.

Venho aqui, e não quero ver briga de um com outro. Acabou! Hoje, o Presidente nosso é Jair Bolsonaro! Chega de buscar o passado!

Temos que garantir uma saúde pública de qualidade, uma segurança pública de qualidade e uma educação pública de qualidade. E somente através da boa política, da política com competência, nós vamos conseguir.

Por falar em competência, eu não posso deixar de registrar o trabalho maravilhoso feito pela equipe do Ministro Paulo Guedes, em especial pelo Secretário Rogério Marinho, no tocante à reforma previdenciária. A reforma previdenciária vem ao encontro das necessidades do Brasil. Não é uma reforma política, não é uma reforma ideológica, é uma reforma de contas aritméticas. A conta vai ter que ser fechada, sim. Parabéns, Rogério Marinho, por esse trabalho, e Paulo Guedes também!

Porém, dentro dessa reforma, alguns pontos temos que reavaliar. Não posso deixar de citar nesta Casa um ponto muito importante que estou acompanhando, que é o trabalho incessante, fundamental a todos os Municípios, da Guarda Municipal, da Guarda Civil Municipal. Nós tratamos hoje os guardas municipais de uma forma paralela à segurança pública, não como uma força de segurança pública dentro do Município, é tapar o sol com a peneira. Os guardas municipais



fazem parte, sim, hoje, da força de segurança pública dos Municípios.

Estou com eles e quero muito que, dentro desta reforma previdenciária, os guardas municipais sejam tratados também como uma força de segurança pública do nosso Município. Não adianta nós deixarmos isso de lado. Guarda Municipal faz parte, sim, hoje; atua hoje bravamente, seriamente. Muitos deles entregam a própria vida à bandidagem. Eles estão lá nos representando.

Também quero deixar clara uma coisa a todos aqui. Que fique bem claro que a nossa Casa precisa trabalhar, a nossa Casa precisa fazer a coisa acontecer. Chega de descaso com a população! Nós somos os representantes legítimos da população nesta Casa.

Peço a todos, tanto do lado de lá quanto do lado de cá, que nós comunguemos no trabalho para um Brasil novo, um Brasil sério, um Brasil com compromisso, com ética, transparência, respeito, responsabilidade com a população.

É isso que eu peço, Sra. Presidente. E digo uma coisa, como dizia o grande poema de Miguel de Cervantes: um sonho sonhado por apenas uma pessoa é apenas um sonho; um sonho sonhado pela coletividade é o começo para se concretizar esse sonho.

Meus amigos, vamos juntos fazer uma história nova para o Brasil!

Obrigado, Sra. Presidente.

Documento 195/370

16.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	25/02/2019-15:40
Publ.: DCD 2/26/2019 -	HEITOR SCHUCH-PSB -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Críticas à Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, acerca da reforma previdenciária. Necessidade de realização de auditoria da dívida pública da União. Declaração de voto contrário à aprovação da Medida Provisória nº 871, de 2019, sobre a correção de irregularidades em benefícios previdenciários.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, estimado povo brasileiro,



pois, então, chegou a esta Casa a PEC nº 6, da reforma da Previdência.

Fico espantado quando vejo algumas manifestações de pessoas instruídas, dizendo que, se resolvermos o problema da Previdência, estará tudo resolvido neste País. Mentira! Quem de nós não sabe que está na Constituição de 1988 que, em 1 ano, o Brasil deveria auditar sua dívida pública, ver para quem estamos pagando, se já não pagamos demais? Passaram-se 30 anos, e dois Presidentes anteriores, Michel Temer e Dilma Rousseff, vetaram resolução desta Casa de fazer a referida auditoria. Ali tem algum sapo enterrado, com certeza!

Diante disso, quero dizer também, senhoras e senhores, que o Governo deveria cobrar, primeiro, seus devedores, dar uma analisada na Desvinculação de Receitas da União, porque, afinal de contas, por entre essas questões se vai muito dinheiro.

E aí falo da reforma da Previdência. Chegou-se aos 65 anos para o homem que bate cartão, que carrega cimento, que é pedreiro, carpinteiro, marceneiro. Será que eles alcançam essa idade? E chegou-se aos 62 anos para a mulher. Sessenta e dois anos? Será que alguém ainda vai oferecer emprego para uma senhora dessa idade? E não falo nem dos acréscimos de contribuição, de tempo de serviço e de outras coisas mais.

Antes de tudo isso, quero fazer aqui, como trabalhador rural, agricultor familiar que sou, uma referência específica à aposentadoria dos agricultores e das agricultoras, porque, para nós, rurais, a reforma veio antes e já está em vigor com a Medida Provisória nº 871. E aí eu vejo que foi feita nesta Casa, com a aprovação de muitos Parlamentares que hoje caminham por aqui, a reforma trabalhista, que assinou a sentença dos sindicatos urbanos. E agora a Medida Provisória nº 871 está aí para sentenciar, definitivamente, a morte dos sindicatos rurais.

Eu tenho aqui um processo de aposentadoria. Mais de 25 documentos são exigidos de um trabalhador ou uma trabalhadora rural que queira se aposentar, e ouvi dessa tribuna um Deputado dizer que os sindicatos fraudam documentos.

Ora, mais respeito com quem trabalha nessa área! E, segundo, alguém que queira se aposentar precisa, no mínimo, apresentar carteira de identidade, CPF, certidão de casamento, notas fiscais de 15 anos de contribuição, certidão de responsabilidade constitucional (arts. 171 e 299 do Código Penal), ficha de qualificação, comprovante de residência, Anexo 44, certidão de registro de imóveis da propriedade e tudo mais. Está aqui. Se alguém nunca viu um processo de aposentadoria de um homem de 60 anos de idade ou de uma mulher



de 55 anos, trabalhadores da roça, está aqui à disposição de quem quiser vê-lo. Sindicato não aposenta ninguém, sindicato organiza o processo. Quem está lá como agente público para fazer o serviço é o INSS, que defere ou indefere.

Para concluir, Presidente, quero dizer ainda mais com relação a essas questões todas que estão colocadas nessa Medida Provisória nº 871: não contem com o nosso voto para aprovar isso e não contem também com o nosso voto para fazer com que uma mulher que trabalha na roça tenha que se aposentar só aos 60 anos de idade.

Documento 196/370

16.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/02/2019-
	CD	15:44
Publ.: DCD - 2/26/2019 -	AROLD MARTINS-PRB -PR	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador sobre a proposta de reforma previdenciária. Participação do Parlamentar em encontro de membros da Frente Parlamentar Evangélica com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, destinado ao debate do crime de homofobia. Criação da Frente Parlamentar pelo Envelhecimento Saudável. Exoneração do Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gustavo Bebianno.

O SR. AROLD MARTINS (Bloco/PRB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Amigos, colegas de Parlamento, eu quero, antes de mais nada, registrar a nossa atenção ao fato de termos recebido nesta Casa o projeto da reforma da Previdência e dizer que nós, caros amigos Deputados, Deputado Vermelho, aos nos debruçarmos sobre esse assunto, temos que ter muito cuidado, muita atenção. Que nós esqueçamos nossas diferenças ideológicas e coloquemos a questão do povo em primeiro lugar.

Quando um texto tem como princípio o benefício da população, não pode haver diferença ideológica que faça com que, diferença por diferença, aquele texto seja achincalhado. Nós temos que nos unir. Nós não podemos nos separar em razão de diferenças ideológicas que tenhamos, precisamos nos unir em torno daquilo que é melhor para a Nação. Eu quero, portanto, expressar aqui a nossa atenção em relação ao texto da Previdência.

Nós queremos aqui registrar também o fato de termos participado, com a Frente Parlamentar Evangélica, de um encontro com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, quando foi apresentada a nossa preocupação quanto à aprovação da descriminalização da homofobia. Compreendemos que o texto deveria diferenciar o ensinamento de cunho religioso que se refere à orientação sexual, que de maneira nenhuma trata do assunto como homofobia.

Queremos registrar nossa iniciativa de formar a Frente Parlamentar pelo Envelhecimento Saudável, por compreendermos que, com a expectativa de vida do brasileiro aumentada, precisamos criar políticas que deem às pessoas da terceira idade uma vida mais digna e formas de praticarem uma atividade física mais efetiva.

Para encerrar, cito uma frase sobre as artes marciais que eu pratico: *"As artes marciais são artes de guerra. Nelas, aprende-se a defender o companheiro, não a expô-lo aos subordinados; aprende-se a manter a honra da autoridade, mesmo se os mais próximos quiserem expor a fraqueza. Nas artes marciais, há a lealdade"*.

Que na política também haja lealdade e nenhum tipo escusado de preferência familiar faça com que votemos contra valores importantes para todos nós como cidadãos. Refiro-me aqui à forma inexplicada como foi tratada a demissão do Ministro Bebianno. Nunca se deixa um soldado exposto à fraqueza dos inimigos. É preciso carregá-lo nas costas, mesmo que isso represente para mim expor-me a ter que explicar depois por que ele estava andando comigo.

Muito obrigado.

Documento 197/370

16.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/02/2019-
	CD	16:12
Publ.: DCD - 2/26/2019 -	BOHN GASS-PT -RS	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento do orador contrário à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidenta Geovania de Sá.

Colegas Deputados e Deputadas, o Governo Bolsonaro apresenta, na



sua propaganda da nova Previdência, que esta proposta é para todos e que ela ataca privilégios. Mentira! Se fosse para todos, a dos militares, por exemplo, estaria junto agora. Não podemos discutir nenhuma proposta, sem que venha a proposta de Previdência dos militares. Ele mente também quando diz que ataca privilégios. Eu vou mostrar um documento do Governo - este aqui é o material do Governo. (*Exibe material.*)

Quando o Governo diz que quer, em 10 anos, arrecadar ou economizar, ele trabalha com a quantia de 1 trilhão e 100 bilhões de reais. Eu fui olhar de onde serão retirados 1 trilhão e 100 bilhões. Sabem de onde o Governo retirar esse montante? Do Regime Geral da Previdência - são 715 bilhões de reais.

Deputados da base de Bolsonaro, não se deixem enganar! Mil e duzentos reais é a média do Regime Geral da Previdência. São 94%, até 3 salários; 84%, até 2 salários; e cerca de 60%, até 1 salário. É desses montantes que ele quer fazer economia.

Oitenta e cinco por cento do dinheiro que ele mente dizendo que vai tirar dos privilegiados estão sendo retirados do povo do Regime Geral da Previdência, do abono. Hoje recebe abono quem ganha até dois salários pelo PIS. Agora só o receberá quem ganha até um salário. O Benefício de Prestação Continuada, que era de um salário mínimo, agora será de meio salário mínimo.

No caso da trabalhadora rural, que exerce dupla e às vezes tripla jornada, a idade mínima para aposentadoria vai passar de 55 anos para 60 anos. Atenção, mulheres: está chegando o dia 8 de março, quando haverá muita mobilização País afora!

O agricultor, que contribuía, em regime especial, pela produção, terá que pagar, mesmo se não colher nada, por causa de algum sinistro.

A idade mínima para aposentadoria será de 65 anos para homens e de 62 anos para mulheres, mas todos precisarão ter 40 anos de contribuição. E ainda diminuirão o cálculo do benefício, porque será considerada a média de tudo, não só de 80% melhores contribuições.

Para concluir a mentira e a desgraça, ainda vai destruir o sistema público e fazer a capitalização. Sabem o que é capitalização? É a festa do banqueiro, é o povo não se aposentando, porque isso desestimula, por exemplo, os jovens a entrar no sistema. Portanto, não se ataca privilégio algum! É mentira do Governo!



Extraordinária - CD

Publ.: DCD
2/26/2019 -

JOSÉ RICARDO-PT -AM

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Não participação do Brasil em eventual intervenção militar na Venezuela. Tradição do País de mediação de soluções pacíficas no contexto internacional. Não submissão do Governo brasileiro aos interesses dos Estados Unidos da América.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, vemos muitos Parlamentares falar sobre as dificuldades em que se encontra a Venezuela. Nos meios de comunicação, saem muitas notícias repetidas e pouca informação verdadeira, ou mais ampla, ou mais profunda, sobre o que é a Venezuela, nossa vizinha. Todos os dias, vemos as mesmas informações.

Conversamos com pessoas que estão em Caracas, onde estão ocorrendo grandes movimentos sociais. Lá, a avaliação é outra, não é a mesma que sai todos os dias nos meios de comunicação. Além disso, há a turma que fica repetindo a mesma coisa, o tempo todo. Se existe toda essa miséria e essa situação calamitosa na Venezuela, que tem governante eleito e precisa enfrentar seus problemas, temos que olhar para nossa realidade, temos que olhar para os milhões de desempregados que há no nosso País.

Alguém novamente lembrava o nome de Lula. É bom lembrar que Lula e Dilma geraram mais de 20 milhões de empregos. É bom olhar os dados do IBGE. Em dezembro de 2014, o Brasil atingiu os menores índices de desemprego da sua história. No fim do ano passado, a taxa de desocupação por regiões e nas capitais da Região Norte, por exemplo, atingiu quase 18%, depois do golpe que deram no País.

Portanto, temos que olhar para a realidade da pobreza, que aumentou no Brasil.

O Brasil tinha saído do mapa da fome, da pobreza, da miséria - quem o afirma é a ONU. Agora, vemos o crescimento da miséria e do número de pessoas sem esperança. Olhem a quantidade de famílias sem casa, porque acabaram com os programas habitacionais! Vemos o desespero das famílias que não têm alternativas, principalmente as mais pobres. Vemos agora a proposta de reforma da Previdência, que é para acabar de vez com os mais pobres. Fico pensando no

Parlamentar que foi eleito por idosos, por mulheres, por trabalhadores rurais que estão aqui. No dia da votação, vão ficar do lado de quem? Do Governo, que quer massacrar mais ainda, tirar dos mais pobres e passar para o setor financeiro, ou vão ficar do lado da população?

O Brasil não pode entrar numa aventura bélica. O Brasil tem tradição de conciliação, de mediação, de não intervenção. Nosso País assinou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que tem 30 artigos. Basta ver a Constituição. Temos que cuidar do nosso País e trabalhar para não termos uma nação submissa aos interesses dos Estados Unidos. Todo mundo sabe, mas tem que começar a falar mais, que o interesse é o petróleo. Se houvesse ajuda humanitária dos Estados Unidos, deveria começar com o Haiti. Quem está ajudando o Haiti é o Brasil. Cadê os Estados Unidos? Eles estão ali do lado, poderosos, ricos, mas não ajudam ninguém. Quando vão atrás e falam em ajuda humanitária, é desgraça, é morte, é destruição. É onde há petróleo e é aqui do nosso lado. Estamos vendo, na fronteira do nosso País, cenas como as que ocorrem na Faixa de Gaza.

O Brasil não pode entrar nessa. O Governo não pode se submeter aos interesses dos Estados Unidos. Temos que cuidar do nosso povo, ajudar a encontrar uma solução pacífica para nosso país vizinho, porque o Brasil sempre ganhou muito negociando com a Venezuela, todo mundo ganhou muito dinheiro. Agora que ganho vamos ter, criando um clima bélico que ninguém deseja?

Muito obrigado.

Documento 199/370

16.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	25/02/2019-16:36
Publ.: 2/26/2019 -	DCD	PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO-AVANTE -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação do orador com a proposta de reforma previdenciária, especialmente quanto à idade mínima para aposentadoria.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Salmo 146 diz: "*Não confieis em príncipes, nem em filho de homem, em quem não há salvação. Sai-lhe o espírito, volta para a terra; naquele mesmo dia perecem os seus*

pensamentos".

Sra. Presidente, essa reforma que está colocada para o povo mais parece uma santa inquisição, que de santa não tinha nada. É sofrimento para todo o mundo! Quem efetivamente deveria estar nela - os poderosos, os porretas, os abastados - está ficando de fora. Imaginem como vai ficar a situação das empregadas domésticas, das secretarias do lar!

Quando eu vi a retirada do Ministério da Segurança Pública, eu previ um golpe. Num País em que a violência assola as pessoas, que não têm como sair de casa, acabam com o Ministério da Segurança Pública!

Os policiais federais, os policiais civis e os policiais militares não podem ser desrespeitados: 65 anos não pode ser a idade mínima para aposentadoria! Não sei se é assim com as mulheres, mas os homens desta Nação, aos 65 anos, já começam a pensar no Viagra, Sra. Presidente.

Portanto, não podemos ser injustos com o povo, principalmente com os mais humildes.

Muito obrigado.

Que Deus continue abençoando e trazendo luz para este Brasil!

Documento 200/370

16.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/02/2019-
	CD	16:44
Publ.: DCD - 2/26/2019 -	KIM KATAGUIRI-DEM -SP	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	DISCURSO

Sumário

Contestação às afirmações sobre prejuízos causados às populações carentes com a eventual aprovação da proposta de reforma previdenciária.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, nos últimos dias, tenho recebido muitos juízes, muitos promotores, muitos Deputados, muitos Senadores, muitas pessoas preocupadas com os mais pobres, muitas pessoas preocupadas com a reforma previdenciária que supostamente estaria prejudicando os mais pobres.



É engraçado que nenhuma dessas categorias jamais bateu no meu gabinete para falar sobre os empréstimos a milionários do BNDES ou talvez sobre a correção da tabela do Imposto de Renda ou sobre o auxílio-moradia de juizes e promotores e muito menos sobre aumento de salário de juizes do Supremo Tribunal Federal, que tramitou neste Congresso há pouco tempo.

Isso me despertou uma curiosidade: de onde veio essa súbita preocupação com os mais pobres dessas categorias que, na pior das hipóteses, recebem os seus 20 mil ou 25 mil reais por mês?

Estudei a reforma, Sra. Presidente, e descobri que, para quem recebe um salário mínimo, ou seja, para os mais pobres que essas categorias tanto dizem defender, as coisas não só não pioram como melhoram. A alíquota para os mais pobres é menor. A contribuição, a fatia que o Estado toma do dinheiro desses que recebem até um salário mínimo vai ser menor com a reforma previdenciária.

E mais, eu vi muitos Parlamentares, na semana passada, falarem nesta tribuna que agora o benefício não vai estar vinculado ao salário mínimo. Logo, os mais pobres agora não receberão mais um salário mínimo, mas só 400 reais. Pura canalhice, Sra. Presidente, porque hoje, aos 60 anos de idade, o mais pobre não recebe absolutamente nada. O que se propõe, na nova Previdência, é que já aos 60 anos ele receba 400 reais, caso esteja em situação de miserabilidade.

Ora, como alguém pode falar em desigualdade social, como alguém pode falar em defender os mais pobres, como alguém pode falar em justiça social e ser contra pagar 400 reais, uma renda mínima, para quem hoje não recebe absolutamente nada, e fica 5 anos, dos 60 aos 65 anos, sem receber absolutamente nada? Que diabo de defesa dos mais pobres é essa, em que você só defende que ele receba o benefício 5 anos depois e que, aos 60 anos, ele passe fome, caso não tenha contribuído tempo suficiente?

Outra afirmação é a de que a idade mínima prejudicaria principalmente os mais pobres, de que os tais 65 anos seriam uma judiação com a diarista, com o pedreiro, com a dona de casa, com essas categorias mais vulneráveis. O fato é que hoje... E vocês não precisam acreditar em mim. Trata-se de um dado oficial do Ministério da Economia, dado que vem do Governo Dilma, inclusive, porque, independentemente do Governo, o método de cálculo é o mesmo, até mesmo para calcular o déficit. Desde Fernando Henrique, o método é o mesmo, aprovado por esta Casa e referendando pelo TCU. Disso isso para os teóricos da conspiração que falam que não existe déficit na Previdência, o pessoal que fez Economia em Hogwarts e acha que a solução é bruxaria e diz que consegue criar superávit mágico na Previdência! Enfim, o método



de cálculo é o mesmo desde lá detrás.

Retomando o raciocínio, dizem que a idade mínima de 65 anos prejudicaria os mais pobres. Mas hoje quem se aposenta por tempo de contribuição é justamente o mais rico, é justamente o cara que se aproxima mais do teto do regime geral ou do regime próprio, recebendo seus 15 mil, 20 mil, 25 mil, 30 mil reais. O pedreiro não consegue trabalhar todo o período do tempo de contribuição formalmente para se aposentar, nem a dona de casa, nem o diarista. Que diarista tem o trabalho estável, com salário fixo, formal, com a contribuição arrecadada durante todo o seu período de trabalho, durante toda a sua vida laboral? Nenhum! Isso é uma ilusão! Isso não existe! Hoje, inclusive, para corroborar esse dado, os Estados que têm as aposentadorias mais precoces são os Estados mais ricos, e a população dos Estados mais pobres já se aposenta por idade. Ou seja, não existe prejuízo nenhum para quem hoje se aposenta com salário mínimo. Pelo contrário, para quem hoje se aposenta com um salário mínimo, vai haver uma antecipação do benefício em 5 anos, e a alíquota vai diminuir.

Mas aí me causou curiosidade: bom, já que não prejudica os mais pobres, por que juiz, promotor, Deputado, Senador e Ministro estão batendo à porta do meu gabinete para falar contra a reforma e dizer que estão preocupados com os mais pobres? Então eu fui ver como essas classes são afetadas pela reforma previdenciária.

Para essas classes, incluindo a minha classe agora, a de Deputado Federal - e o mesmo vale para Senadores, juízes e promotores -, a contribuição vai passar de 11% para 19%. Essa classe recebe, como eu disse no início da exposição, pelo menos 20 mil a 25 mil reais. Não me parece fazer parte da camada mais vulnerável da população. Pelo contrário, hoje quem recebe 20 mil, 25 mil reais ou mais, e isso inclui todos os Parlamentares que estão aqui, faz parte do 1% mais rico da população. Lembro aos senhores que estamos em um País pobre, em que mais da metade da população recebe menos ou até 1 salário mínimo.

Outro ponto é que serão também cortadas as aposentadorias acumuladas e que hoje fazem com que muitos furem ou já tenham furado o teto do funcionalismo público, o que atingirá gente como Marilena Chauí, Geddel Vieira Lima e José Sarney.

Você que me vê, você pagador de impostos, você que paga a conta, que paga esta Casa, paga tudo, você não sabe, mas é você que financia a aposentadoria de José Sarney, pelo Senado, de 30 mil reais, mais a pensão de ex-Governador, outros 30 mil reais. Esse tipo de coisa, com a nova Previdência, acaba.



É esta a proteção aos mais pobres que está sendo pregada: a proteção ao mais pobre que ganha salário de 39 mil, 40 mil reais, tem segurança, mora em condomínio fechado, os filhos estudam em escolas particulares, tem convênio de saúde particular e não precisa de nenhum serviço público, mas diz que está protegendo os mais pobres ao combater a reforma da Previdência.

É uma hipocrisia escancarada para todos vocês que assistem a esta sessão e pagam imposto, pagam a conta de quem fica fazendo gracinha aqui, fazendo obstrução para não se votar nada, para não se discutir nada. Fica o dia inteiro votando obstrução aqui. São esses que dizem defender os seus direitos de mais pobre. São esses caras que não precisam de nenhum serviço público que não querem que reformemos a Previdência para financiar a sua saúde pública, a sua educação pública e a sua segurança pública. Esses que discursam contra não precisam de nada disso. Você, que está me ouvindo, precisa.

Aqui há uma escolha: ou você defende um Brasil de Parlamentares que defendem que utilizemos o nosso já escasso orçamento para financiar os seus próprios privilégios ou defende um País em que o orçamento do Estado seja prioritário para o que deve ser prioridade, como saúde, educação e segurança, que, sem a reforma, vão continuar absolutamente sucateadas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 201/370

16.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	25/02/2019-16:56
Publ.: DCD 2/26/2019 -	- GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Contestação ao pronunciamento de Deputado a respeito do Benefício de Prestação Continuada.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, um Deputado do MBL de São Paulo acabou de subir àquela tribuna para dizer que as alterações no Benefício de Prestação Continuada não prejudicam os mais pobres. Com todo respeito, isso é mentira! Se o Governo puder garantir 400 reais para as pessoas que

têm um quarto de rendimento por pessoa da sua família a partir dos 60 anos, excelente. Mas o que está sendo proposto não é isso. Está sendo proposto diminuir a idade mínima para o recebimento de um salário mínimo, que passa dos 65 anos para os 70 anos de idade. Fazer com que uma pessoa dos 65 anos aos 70 anos não tenha direito ao seu salário mínimo é, sim, uma covardia e prejudica os mais pobres.

Documento 202/370

16.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/02/2019- CD	17:32
Publ.: DCD - 2/26/2019 -	MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações às mulheres comprometidas com ações de combate ao feminicídio. Posicionamento do orador a respeito da reforma previdenciária.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, primeiro, quero parabenizar todas as mulheres, que encontram nesta Casa pessoas comprometidas com o acompanhamento mais forte desses casos de feminicídio. Portanto, fica aqui o nosso registro do acompanhamento importante que vamos fazer daqui para frente.

Mas eu subo à tribuna nesta noite para discutir um assunto que permeia todo o Brasil: a reforma da Previdência. Preciso esclarecer dois pontos importantes, para que esta Casa domine a relevância de nós discutirmos um novo modelo de previdência para o Brasil.

Srs. e Sras. Parlamentares, quando analiso o Orçamento da União buscando os valores despendidos pelo Governo Federal com previdência e comparo esse dado com os da educação, penso que não conheço no mundo nenhum país em que tenha crescido o Produto Interno Bruto, em que tenha crescido a massa salarial, em que tenha crescido o volume de empregos, sem se ter devidamente investido no processo educacional.

Hoje, se nós somarmos o gasto com a Previdência, incluindo INSS e servidores públicos, veremos que o Brasil despende 710 bilhões de reais - repito, 710 bilhões de reais! - com ela. Ao mesmo tempo, se formos analisar quanto o País gasta com educação, veremos uma discrepância de que esta Casa precisa tomar conhecimento: são gastos 700 bilhões de reais com a Previdência e 96 bilhões de reais



com educação, meu caro Deputado Idilvan Alencar! Há uma total diferença entre o aporte financeiro feito à Previdência e aquele feito à educação, de menos de 100 bilhões de reais, e à saúde, de 110 bilhões de reais. Portanto, temos que realocar esses valores.

Lembro, inclusive, que o País pagava de juros da dívida pública no passado mais do que gastava com a Previdência, e agora a situação se inverteu: são gastos 700 bilhões de reais com a Previdência e 310 bilhões de reais com juros da dívida pública. Até o gasto com os juros da dívida pública, que sempre foi uma crítica grande nossa, é menor. É importante que dominemos essa diferença de valores que agora estão consignados.

No entanto, que previdência queremos fazer para o Brasil? Não podemos fazer esse conserto retirando o valor do salário mínimo do Benefício de Prestação Continuada, o tão famoso BPC. Não temos condição de fazer isso, como também não temos condição, da maneira como está colocado, de ampliar os prazos para o trabalhador rural, que não pode ter a mesma expectativa de vida que tem aquele trabalhador na zona urbana.

Fica aqui outra ponderação minha: esta Casa está discutindo se a idade é de 65 anos, de 62 anos, se o tempo de contribuição é de 35 anos, de 40 anos, mas ninguém está discutindo o novo modelo de previdência que está proposto na PEC: um modelo de regime de capitalização de contas individuais em que não há previsão de contribuição patronal. Isso não pode.

No Estado do Ceará, de onde venho, já fizemos a segregação de massa, já aumentamos a alíquota para 14% e já aprovamos o regime de capitalização de contas individuais com duas contribuições, como é na FUNPRESP. Tem que haver a contribuição do trabalhador e a contribuição patronal, senão o bolo de aposentadoria que vai ser gerado no futuro será muito pequeno. Portanto, é importante, ao mesmo tempo que discutimos a relevância de um gasto absurdo, que já ultrapassou inclusive o que se paga de juros da dívida pública, discutir para onde vamos. Lá, no meu entender, está acabando o regime de repartição para os novos servidores. Isso vai ser tratado na lei complementar...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Eu agradeço. Vou terminar.

Srs. Deputados, eu pesquisei 60 países, e no mundo - no mundo



inteiro! -, 59 países têm a contribuição patronal. Só um país não tem contribuição patronal: o Chile, onde os valores da aposentadoria ficaram muito pequenos. Nós temos que estar acordados. Aliás, depois de 35 anos que isso foi colocado pela ditadura de Pinochet, o Chile encaminhou hoje ao Congresso Nacional uma proposta de fazer a capitalização com dupla contribuição, ou seja, com contribuição patronal.

Portanto, o Chile não pode ser uma referência em aposentadoria, apesar do crescimento econômico que obteve. E há mais: ele tem um sistema...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 203/370

16.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/02/2019- CD	17:40
Publ.: DCD - 2/26/2019 -	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Críticas à proposta de reforma previdenciária, especialmente quanto à alteração das regras para o pagamento do Benefício de Prestação Continuada.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós ouvimos há pouco um Parlamentar dizer que a reforma que foi mandada para cá não atinge os idosos. Eu nunca vi tamanha insensibilidade e falta de tato! Basta ele ler o artigo do Elio Gaspari para perceber.

Ele defendeu o seguinte: como se começa a receber antes o BPC, no valor de 400 reais, vai-se ganhar o tempo todo o BPC, até os 70 anos. O que ele não sabe é fazer conta, porque as pessoas, para receber o BPC hoje, no valor de um salário mínimo, têm que ter idade de 65 anos, e a média de sobrevivência de alguém que recebe o BPC é 73 anos.

Quando se passa essa idade para 70 anos, dá-se a essa pessoa uma sobrevivência de 3 anos, Deputado Patrus. Isso aí é de uma perversidade, de uma crueldade!

E eu vi na televisão o Sr. Paulo Tafner, o guru dessa reforma, dizer o

seguinte: "Os Parlamentares que estão reclamando querem defender os idosos, mas não defendem as crianças lá embaixo", ou seja, ou nós matamos os idosos de fome, ou as crianças ficam sem direito à educação, à amamentação, a tudo.

Eles são cínicos, porque eles só não mexem no capital financeiro. Não querem saber de taxar grandes heranças e fortunas, de liquidar os subsídios, os refinanciamentos. Aí, nós somos obrigados a fazer a escolha de Sofia aqui, que é escolher entre matar os velhos ou impedir as nossas crianças de crescer. Mentirosos!

Além disso, há a insensibilidade deles: mulheres do campo passam a precisar ter 60 anos de idade e 40 anos de contribuição para se aposentar; professores e professoras agora têm a idade igualada, de 60 anos. Não sabem o que é uma sala de aula, o que é uma professora ficar de pé 40 horas semanais - não sabem o que é, não sabem o que é! Isso é tortura. Isso leva a problemas cardíacos, varizes, perda de voz. Isso é ideia de quem não conhece a sala de aula, não conhece o trabalho no campo, a enxada. Esta reforma é perversa.

E este é só o começo do debate. Isto aqui não é bode na sala, não. Pode tirar, porque o povo vai derrotar!

Documento 204/370

16.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/02/2019- CD 18:08
Publ.: DCD - 2/26/2019 -	JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Parlamentares pela aprovação de requerimento de apreciação em regime de urgência de projeto de lei sobre alteração da Lei Maria da Penha, destinada ao combate à violência doméstica contra a mulher. Críticas à proposta de reforma previdenciária e à Medida Provisória nº 871, de 2019, sobre a correção de irregularidades em benefícios previdenciários.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, faço minhas as palavras do Deputado Alessandro Molon e gostaria de parabenizar a Casa, Deputada Soraya Santos e Deputada Maria do Rosário, pela aprovação de urgência deste requerimento. Isso tem um significado importante para o País. A cada dia, as Deputadas desta Casa dão demonstração de muito compromisso com a luta dessas guerreiras que fazem a história do Brasil. O que nós podemos fazer é ser solidários e



pedir menos violência contra as mulheres.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, eu retomo agora a minha fala sobre o tema central da conjuntura, a reforma da Previdência. É claro que há outros temas, mas já chamo atenção para isto: o Governo vai fazer de tudo para desviar o foco, vai fazer de tudo para não debater nesta Casa o impacto desta reforma da Previdência na vida das pessoas.

Hoje vou abordar dois aspectos importantes, além da questão da aposentadoria rural. O que eu quero abordar aqui - e chamo a atenção dos Srs. Parlamentares - é que, quando os Constituintes de 1988 elaboraram a nossa Constituição, eles estabeleceram um sistema de seguridade social: previdência, saúde e assistência social. Não se trata de cláusula pétrea, mas é como se fosse, pois questão de direitos é cláusula pétrea. E tudo foi constitucionalizado.

Todas as reformas que aconteceram nesses anos todos, do Governo FHC ao Governo Temer, passando pelos Governos Lula e Dilma, todas as mudanças ocorreram via emenda constitucional. O que faz o Governo, Deputado Patrus Ananias? Desconstitucionaliza tudo. Olhem bem a gravidade disso! Deputada Maria do Rosário, olhe a gravidade disso! Ao tratar, por exemplo, da aposentadoria do servidor, diz: "*Lei complementar regulamentará os critérios, o piso, etc., etc.*"

Diz que a aposentadoria rural da mulher e do homem será com 60 anos de idade e estabelece: "*Lei complementar regulamentará isso*". Diz, Deputada Benedita da Silva, que o Benefício de Prestação Continuada - BPC vai ter este critério: "*Lei complementar regulamentará isto*". Portanto, Deputadas e Deputados, trata-se de uma PEC que simplesmente desconstitucionaliza o estado de bem-estar social que foi construído pela Constituição de 1988.

Pergunto aos Srs. Parlamentares: nós vamos permitir que uma PEC seja tratada desta forma, uma PEC que só serve para desconstitucionalizar os direitos e remeter para lei complementar?

E qual é a malandragem aí? É que lei complementar - dirijo-me às Deputadas e aos Deputados mais novos desta Casa - não precisa de quórum qualificado, não precisa dos 308 votos, é maioria simples. Quem é Deputado nesta Casa e já foi Líder de Governo, como já fui, sabe a dificuldade de aprovar uma PEC no Plenário. A PEC requer quórum qualificado, portanto 308 votos.

Retirar direitos por meio de lei complementar, Deputado Patrus Ananias, chega a ser uma crueldade! Nenhum Governo nunca fez isso na história do Brasil, nem FHC, nem qualquer outro! Tudo é para desconstitucionalizar aquilo que está circunscrito na nossa

Constituição.

O segundo aspecto importante - que não dá tempo de explorar nesta minha fala - é que o Governo está criando um sistema obrigatório de capitalização da Previdência. Desmonta o caráter público do sistema previdenciário no Brasil com o argumento de que há um déficit e, portanto, precisa de caixa, sem mexer naquilo que para mim é central em qualquer reforma: discutir a receita. E não há receita que dê conta do déficit desta Previdência se não for feita uma reforma tributária que mexa naquilo que é central para resolver o problema da crise da Previdência.

Deputado Carlos Veras, dirijo-me a V.Exa., que é de Pernambuco e é ligado à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco - FETAPE, assim como sou ligado à Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares no Estado do Ceará - FETRAECE, no Ceará. É inacreditável, é impressionante a crueldade com que querem aprovar uma PEC! Nunca se viu isso! A mulher rural, aquela mulher que está nos ouvindo lá no interior do Ceará, lá no interior do Nordeste, aquelas pessoas que se aposentavam com 55 anos, estas terão agora que se aposentar com 60 anos.

E há algo mais grave do que isso: a MP 871, que está aqui tramitando, estabelece tal maratona e rito, que a pessoa vai esperar a morte para poder se aposentar! Refiro-me à MP 871, que altera o processo de acesso às aposentadorias rurais.

Esta reforma da Previdência não serve, deveria ser colocada na lata do lixo. É uma agressão aos Constituintes de 1988, é uma agressão às regras democráticas e é uma agressão sobretudo, Sra. Presidente, aos direitos sociais de homens e mulheres deste Brasil, que têm na Previdência a proteção social.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 205/370

17.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/02/2019-14:08
Publ.: DCD - 2/27/2019 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Nota divulgada pela Federação de Favelas do Rio de Janeiro - FAFERJ, em repúdio ao comparecimento da Polícia Militar à sede da entidade durante a



realização de plenária de resistência contra a realização da reforma previdenciária; o conjunto de medidas anticrime elaborado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e os sucessivos assassinatos de jovens negros em favelas.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para ler um trecho da nota publicada pela Federação de Favelas do Rio de Janeiro - FAFERJ, sobre a presença da Polícia Militar em sua sede.

Na última terça-feira, dia 19 de fevereiro fomos surpreendidos com a presença de uma guarnição de policias militares em nossa sede durante a realização da plenária de resistência contra a reforma da Previdência, contra a licença para matar do ministro Moro e contra o genocídio dos jovens negros nas favelas.

Esses policiais compareceram a nossa sede sem mandado judicial. Quando foram indagados sobre o motivo de sua abordagem responderam que gostariam de mais esclarecimentos sobre a plenária e seus participantes. Ressaltamos que nossa plenária estava sendo realizada em espaço particular e que não era necessária a presença de policiais armados no local.

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) - Sra. Presidenta, solicito a divulgação do meu pronunciamento pelos meios de comunicação da Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Deferido seu pedido, Deputada Benedita.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para ler um trecho da nota publicada pela Federação de Favelas do Rio de Janeiro - FAFERJ, sobre a presença da Polícia Militar em sua sede.

Na última terça-feira, dia 19 de fevereiro, fomos surpreendidos com a presença de uma guarnição de policiais militares em nossa sede



durante a realização da plenária de resistência contra a Reforma da Previdência, contra a licença para matar do ministro Moro e contra o genocídio dos jovens negros nas favelas.

Esses policiais compareceram a nossa sede sem mandado judicial. Quando foram indagados sobre o motivo de sua abordagem responderam que gostariam de mais esclarecimentos sobre a plenária e seus participantes.

Ressaltamos que nossa plenária estava sendo realizada em espaço particular e que não era necessária a presença de policiais armados no local.

São episódios como esses que mostram o quanto nossa democracia está fragilizada.

Não vão nos intimidar! Convocamos os favelados e faveladas do Brasil a lutar contra a reforma da Previdência, contra a licença para matar do ministro Moro e contra o genocídio da juventude negra nas favelas e periferias do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA

Íntegra da nota da FAFERJ.

Nota da FAFERJ - Federação de Favelas do Rio de Janeiro sobre a presença da Polícia Militar em nossa sede.

Na última terça-feira, dia 19 de fevereiro fomos surpreendidos com a presença de uma guarnição de policiais militares em nossa sede durante a realização da plenária de resistência contra a reforma da previdência, contra a licença para matar do ministro Moro e contra o genocídio dos jovens negros nas favelas.

Esses policiais compareceram a nossa sede sem mandado judicial. Quando foram indagados sobre o motivo de sua abordagem responderam que gostariam de mais esclarecimentos sobre a plenária e seus participantes. Nós da FAFERJ não fornecemos nenhum tipo de informação e reivindicamos nosso direito de reunião garantido por nossa constituição federal. Ressaltamos que nossa plenária estava sendo realizada em espaço particular e que não era necessária a presença de policiais armados no local. Cabe destacar que em nenhum momento a polícia militar agiu de forma violenta.

Embora a abordagem tenha sido realizada de forma tranquila, nós da Federação de Favelas do Rio consideramos grave a presença da PM em nossa sede durante a plenária popular. Esse ato pode ser interpretado como uma forma de intimidar os movimentos sociais participantes da plenária e demonstrar que estamos sendo monitorados e vigiados pelos órgãos de repressão do governo.

São episódios como esses que mostram o quanto nossa democracia está fragilizada e revelam também os resquícios da ditadura militar no cotidiano da vida de nosso povo.

Não vão nos Intimidar! Convocamos os favelados e faveladas do Brasil a lutar contra a reforma da previdência, contra a licença para matar do ministro Moro e contra o genocídio da juventude negra nas favelas e periferias do Brasil. Não queremos trabalhar até a morrer, merecemos aposentadoria digna. Queremos nossos jovens das favelas vivos, com saúde e nas escolas. Não queremos um pacote anticrimes que legaliza o caixa dois e dá ao policial a licença para matar nas favelas.

Reivindicamos ao novo governo federal uma intervenção social com escolas, creches, cultura, lazer, comida e emprego para nossa juventude. Não existe outro caminho que não seja investimento maciço em políticas sociais nas favelas. As favelas do Rio não estão em guerra, pois não declaramos guerra a ninguém. A nossa luta é contra as desigualdades sociais que sugam tudo que nós produzimos com suor de nosso trabalho.

Vamos seguir organizando povo para a luta. Abaixo a reforma da previdência! Viva a soberania popular!

Rio de Janeiro 22 de fevereiro de 2019.

FAFERJ - Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro

Documento 206/370

17.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/02/2019-14:16
Publ.: DCD - 2/27/2019 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário



Transcurso do 25º aniversário de criação do Plano Real no Brasil. Apoio à realização da reforma previdenciária.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, ilustres colegas, quero registrar, neste plenário, os 25 anos do Plano Real, que revolucionou e alavancou a economia do nosso País. Eu lembro que, à época, fui à Argentina e tive o prazer, a honra de colocar o real valendo mais do que o dólar. Isso aconteceu no Plano Real. O PT foi totalmente contrário a ele, mas depois usufruiu, nos seus governos, do sucesso do Plano Real.

Neste momento, estamos aqui com a reforma da Previdência, à qual o PT também é contrário. A reforma da Previdência vai trazer muito desenvolvimento, vai organizar e alavancar o nosso País, como uma grande potência mundial.

Nobre Presidente, peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa este pronunciamento.

Documento 207/370

17.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - 26/02/2019-14:44	
	CD	
Publ.: DCD - 2/27/2019 - WLADIMIR GAROTINHO-PRP -RJ		
CÂMARA	DOS	PEQUENO
DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	EXPEDIENTE
		DISCURSO

Sumário

Aperfeiçoamento da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. WLADIMIR GAROTINHO (PRP - RJ. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, colegas. Boa tarde, Sra. Presidente.

"Direito, vantagem ou imunidades especiais gozadas por uma ou mais pessoas em detrimento da maioria" - esse é o significado da palavra "privilégio" no nosso dicionário.

Dito isso, Sra. Presidente, eu questiono se realmente é esse o sentido da reforma da Previdência que foi apresentada aqui no Congresso. A Previdência brasileira precisa, sim, ser reformada, mas tenho muitas preocupações com o texto que foi apresentado. Ele é muito prejudicial a uma grande parcela da população brasileira.

Uma das medidas mais preocupantes está relacionada ao chamado



Benefício de Prestação Continuada - BPC, que é direcionado a idosos a partir dos 65 anos e a pessoas com deficiência. Atualmente, o valor de um salário mínimo é dado a essas pessoas. A nova Previdência vai aumentar para 70 anos a idade exigida para o recebimento desse auxílio e vai passar a pagar, até que se alcance essa idade, apenas 400 reais. Vai se retirar mais da metade do benefício de quem já tem tão pouco.

Como admitir que um professor ou um trabalhador rural tenha que contribuir por 40 anos para ter direito à aposentadoria integral? Eu poderia citar outros exemplos, mas acho que esses dois demonstram bem o quanto é dura a proposta.

É evidente que nós precisamos, sim, da reforma da Previdência. Precisamos que ela seja feita, mas a proposta precisa levar em conta o verdadeiro Brasil, não apenas o Brasil com números frios no papel. Há pessoas por detrás disso. O Brasil precisa garantir proteção para quem não tem oportunidade. É nossa obrigação como seres humanos e representantes do povo acabar com qualquer privilégio, para o benefício da maioria.

A reforma que se desenha não mexe com quem mais desequilibra a balança da Previdência, não cobra de fato os devedores, não mexe com os grandes empresários ou com as renúncias fiscais, que ultrapassam 490 bilhões de reais. É isso que precisa acabar em nosso País. Esse, sim, é o tipo de privilégio que precisa acabar.

Em busca do necessário equilíbrio, vamos rever as aposentadorias dos militares, do Judiciário e também a nossa, dos Parlamentares. Todas as mudanças que forem feitas - todas elas - necessitam tramitar juntas nesta Casa, para que não paire nenhuma dúvida e para que o povo tenha certeza de que o nosso esforço para equilibrar as contas será de todos, sem exceção.

O que se escuta hoje aqui é que se vai apresentar uma proposta e depois virá outra proposta para categorias específicas. Não! Tudo tem que caminhar em conjunto, para que não reste dúvida e cada um aqui dê a sua cota de sacrifício para equilibrar as contas do País. Para que possamos defender essa reforma perante o nosso eleitor, perante o povo que nos colocou aqui, o corte tem que ser na carne de todos nós.

Eu me coloco à disposição, como Parlamentar eleito e representante do povo, para discutir dizendo o seguinte: sim, é necessária a reforma, mas esse texto que veio é muito duro. Nós precisamos avaliar, em conjunto, quais são as melhores medidas para adaptar esse texto.

Sra. Presidente, eu peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e também no

programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado a todos.

Documento 208/370

17.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 26/02/2019-14:48
CD

Publ.: DCD - 2/27/2019 - SIMPLÍCIO ARAÚJO-SOLIDARIEDADE -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Governador Flávio Dino e aos eleitores do Estado do Maranhão pela eleição do orador. Realização da reforma previdenciária.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (Bloco/SOLIDARIEDADE - MA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente. Obrigado, demais colegas.

Eu queria agradecer ao povo do Maranhão, ao Governador Flávio Dino e a esta Casa. É uma honra não apenas para mim, mas para todos os que estão aqui fazer parte deste Parlamento.

Estamos com muitos desafios pela frente, como, por exemplo, o desafio da reforma da Previdência. Quero tratar deste tema na minha chegada e dizer que o Brasil inteiro aguarda que esta Casa traga uma resposta positiva a respeito dessa matéria. Nós precisamos avançar. Há muitos recursos fora do País que precisam vir para o Brasil. Nós também precisamos nos preocupar com a proteção aos trabalhadores.

Dessa forma, é muito importante construirmos um texto à altura não apenas das ansiedades do mercado, mas, acima de tudo, dos anseios da população brasileira.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 209/370

17.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 26/02/2019-14:56
CD

Publ.: DCD - 2/27/2019 - HILDO ROCHA-MDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO



Sumário

Posicionamento do orador com relação a tópicos da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, sobre a reforma previdenciária.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Deputada Geovania de Sá, que preside esta sessão, Sras. e Srs. Deputados, utilizo a tribuna da Câmara no dia de hoje para tratar da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, que modifica o nosso sistema previdenciário.

Acredito que, após o carnaval, essa PEC começará a tramitar no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nós sabemos que a Previdência do nosso País tem, ano a ano, aumentado o seu déficit, disso não há dúvida, embora existam aqueles que contestem esse fato, trazendo números que não são reais. Mas nós não podemos, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fazer uma modificação no nosso sistema, punindo aqueles que mais precisam do amparo do poder público e, sem dúvida, do apoio do sistema previdenciário. Aqui eu me reporto aos trabalhadores rurais do nosso País.

Hoje o trabalhador rural, para se aposentar, precisa confirmar, provar que trabalhou durante pelo menos 15 anos na atividade rural, na atividade agrícola, pecuária ou pesqueira, e aí ele tem deferida a sua aposentadoria. O que vem a propor essa PEC 6 é que esse período passe para 20 anos, e que, naquele ano em que o trabalhador não tiver auferido nenhuma renda, ele venha a pagar pelo menos 600 reais anuais. Isso se torna impossível para muitos trabalhadores rurais que vivem do trabalho de subsistência, ou seja, aqueles que produzem aquilo que vai ser consumido por suas famílias - o arroz; a mandioca, para ser transformada em farinha; a criação de frango e de porco, para consumo próprio -, porque essas pessoas não têm renda. Como vão pagar 600 reais por ano de contribuição para a Previdência se eles não têm renda? Como vão levar 20 anos para se aposentar, se o seu trabalho é sofrido, árduo?

O trabalhador rural trabalha todos os dias. Para o trabalhador rural, não existe feriado nem fim de semana. O trabalhador rural, quando se aposentar e deixar de trabalhar, não terá direito ao FGTS. O trabalhador rural não tem direito a férias, aos 30 dias de férias anuais, não tem esse período que os trabalhadores urbanos têm para o descanso; o trabalho dele é intensivo. Quem conhece a atividade dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais sabe da extrema dificuldade com que é realizada essa atividade. Portanto, nós tínhamos que modificar a proposta que veio para esta Casa, porque não é concebível

que o trabalhador rural, que não tem as mesmas condições de trabalho nem as mesmas regalias que o trabalhador urbano, venha a ser sacrificado por essa proposta do Governo Federal.

Portanto, aviso ao Governo que pretendo apoiá-lo, mas em alguns pontos da reforma da Previdência não o apoiarei, e esse é um desses pontos em que o Governo não precisa contar com o apoio do Deputado Hildo Rocha. Sei que também não contará com o apoio da maioria dos Deputados desta Câmara, nem com o dos Deputados que se encontram presentes agora no Plenário.

O Benefício de Prestação Continuada, o BPC, não é previdenciário, é um benefício da assistência social dado àqueles idosos que, ao completarem 65 anos, não têm nenhuma renda. Esses idosos passam a receber, doze vezes por ano - não têm direito ao 13º salário, não têm direito a pensões -, 1 salário mínimo para sobreviverem. Agora, querem abaixar o valor desse benefício para algo em torno de 400 reais, o que também é inconcebível.

Além disso, limitar o financiamento e o parcelamento de débito das Prefeituras com o INSS também não é correto, porque, muitas vezes, vão lá e buscam, indevidamente, aquilo que as Prefeituras não devem.

Em outras ocasiões, havendo mais tempo, vamos falar de outros pontos com os quais não concordamos e daqueles com os quais concordamos.

Sra. Presidente, Deputada Geovania, peço que este nosso pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e demais meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 210/370

17.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/02/2019-15:16
Publ.: DCD - 2/27/2019 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao povo sergipano, a movimentos sociais, populares e sindicais e à Esquerda pela reeleição do orador. Violação dos princípios democráticos por setores da Direita brasileira a partir do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Defesa dos interesses da classe trabalhadora pela bancada do PT no Congresso Nacional. Mobilização sindical e popular contra a proposta de



reforma previdenciária. Natureza política da prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Indicação do líder petista ao Prêmio Nobel da Paz. Vinculação entre a atuação parcial do então Juiz Federal Sérgio Moro e a sua nomeação para o cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública do Governo Jair Bolsonaro. Responsabilidade de crise internacional à ambição de grandes corporações. Existência de corrupção no processo de privatização da então empresa Vale do Rio Doce. Solidariedade às populações dos Municípios de Brumadinho e Mariana, Estado de Minas Gerais, e aos trabalhadores da empresa Vale. Perseguição praticada contra trabalhadores pela empresa Mosaic Fertilizantes. Solidariedade ao povo venezuelano e ao Governo Nicolás Maduro. Razões da pressão exercida pelo Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, sobre o Presidente da Venezuela. Exigência de elucidação dos assassinatos da Vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Pedro Gomes. Renúncia do Deputado Jean Wyllys ao mandato parlamentar, em decorrência de ameaças de morte. Defesa da revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre a instituição do novo regime fiscal. Luta do orador contra a privatização de empresas estatais. Razões do posicionamento do Parlamentar contrário ao conjunto de medidas anticrime, apresentadas pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é com muito prazer que nós utilizamos o nosso primeiro Grande Expediente deste ano e da legislatura.

Queremos inicialmente agradecer, de coração, todo o carinho do povo sergipano que nos fez o Deputado Estadual mais votado do nosso partido, o sexto Deputado Estadual mais votado do nosso partido naquela ocasião e por duas vezes, agora reeleito, Deputado Federal. Quero agradecer todo o povo sergipano, em especial os movimentos sociais, populares e sindicais e a Esquerda sergipana, que sempre soube, no nosso mandato, ter um espaço forte e firme na defesa da luta da classe trabalhadora, dos direitos do povo trabalhador.

Ouvi certas questões colocadas aqui por certos oradores sobre a Esquerda e vejo que isso faz parte de todo um discurso e de toda uma preparação para acobertar o que se instalou no Brasil depois do golpe dado na Presidenta Dilma, quando se rasgou a Constituição, destruiu a democracia e deu um golpe continuado. Houve um trabalho muito forte da grande mídia, de setores da Direita e dentro deste Parlamento para tentar enganar a população, transformando mentiras em verdades, os verdadeiros ladrões em gente honesta e os honestos e sérios em gente ladra.

Deste Parlamento, nós queremos agradecer a nossa bancada, que sempre foi forte e firme na defesa da classe trabalhadora e dos direitos do povo trabalhador, em nome do nosso Líder, o Deputado Paulo



Pimenta, e de todas as mulheres e homens que, nesta Casa, nunca se curvaram, não se curvam e levantam a voz à altura dos oprimidos, dos trabalhadores e trabalhadoras de todos os cantos deste País.

Quero saudar também a nossa bancada de Sergipe, da Câmara e do Senado, em nome do Deputado Fabio Reis, o nosso Coordenador.

Sra. Presidente e Srs. Deputados, a partir do momento em que a Presidenta Dilma foi retirada - com autorização deste Plenário, no dia 17 de abril de 2016 -, o mundo inteiro, que já conhecia os golpes dados em Zelaya e em Fernando Lugo, conheceu o golpe dado aqui no Brasil, com apoio, com articulações de interesses internacionais, americanos e de grandes multinacionais. Tiraram a Presidenta Dilma para consolidar um golpe e retirar direitos do povo trabalhador, porque todos sabem que, em 2014, a Presidenta Dilma encerrava o terceiro governo do Partido dos Trabalhadores, quando havia uma das menores taxas de desemprego da história do Brasil. Consolidava-se um grande projeto de desenvolvimento nacional e de uma nova geopolítica internacional, a partir daqueles que não queriam e que não querem se submeter aos interesses do império, de Bush, de Trump e das grandes corporações americanas e europeias no mundo.

Esse golpe foi dado no Brasil para que nós pudéssemos ter uma alta taxa de desemprego, o que trouxe, para este plenário, a reforma trabalhista, que foi o maior golpe da história dos direitos trabalhistas deste País. Há mais de 70 anos, centenas de trabalhadores e trabalhadoras deram suas vidas para que houvesse leis que garantissem os seus direitos e para abandonar, de uma vez por todas, o tempo da casa-grande e senzala, que escravizou e escraviza os trabalhadores em troca do lucro.

Após o golpe, trouxeram para esta Casa a Emenda nº 95, de 2016, que tramitou na Câmara dos Deputados, foi aprovada no Senado e custou ao Brasil o que está custando hoje às questões sociais, à saúde e à educação, na grande crise que enfrenta o nosso País em razão dessa aprovação. Esta emenda, que congelou por 20 anos os gastos públicos, só se concretizará se continuar um novo golpe no nosso País, agora reapresentado sob uma versão pior do que a primeira, do Governo golpista Temer, que é a reforma da Previdência de Bolsonaro. Esta é para terminar de consolidar o fim dos direitos trabalhistas, o congelamento dos gastos e investimentos por 20 anos e agora tirar a aposentadoria do trabalhador rural, da trabalhadora rural, do operário, do servidor público. A história desta reforma da Previdência não passou no Governo Temer, porque houve, por parte dos Parlamentares, a clareza de que as eleições dariam o resultado contrário, caso ela fosse aprovada.

Neste momento, ouvimos das tribunas desta Casa que é preciso ser



rápido, que é preciso fazer logo. Compreendemos por que tem que ser logo, por que tem que ser rápida a reforma da Previdência, porque a maldade precisa ser feita sem dar ao povo tempo para fazer o debate. Se o povo brasileiro compreender o verdadeiro sentido desta reforma que o idealizador Paulo Guedes já fez no Chile, onde milhares de aposentados se suicidaram e onde se destruiu a previdência pública daquele país, a classe trabalhadora e os mais pobres, do campo e da cidade, se levantarão para impedi-la. Por isso, ela tem que ser rápida, para que não seja descoberta, para que não seja debatida, não seja discutida.

Temos a compreensão de que, no dia em que ela foi entregue nesta Casa, o movimento sindical brasileiro, todas as centrais sindicais já iniciaram uma grande mobilização. O campo e a cidade, a Via Campesina, a CONTAG, a FETRAF, enfim, todas as organizações do campo que têm base na agricultura familiar, nos trabalhadores rurais, estão atentas e mobilizadas para enfrentar este momento. As centrais sindicais dos operários, todas as centrais, não temos dúvida, levarão à altura aquilo que é o compromisso delas, que é verdadeiramente defender os interesses da classe trabalhadora para impedir este retrocesso, que só se dá em virtude da eleição deste atual Presidente.

Este atual Presidente se consolida e ganha a eleição porque houve o golpe continuado, que tirou a ex-Presidente Dilma e o maior líder popular da história do Brasil, o Presidente Lula, da disputa eleitoral. Lula é um preso político. Lula tem o apoio do povo brasileiro que luta por democracia e tem o apoio do mundo inteiro democrático, que discute em todos os continentes essa arbitrariedade cometida contra um presidente que sai, no seu segundo mandato da Presidência da República, sem nenhuma denúncia, com 85% de apoio popular, e elege, pela primeira vez, uma mulher guerreira, que foi e é a ex-Presidente Dilma.

O Presidente Lula não terá 1 minuto de trégua, da nossa militância do Partido dos Trabalhadores, dos partidos aliados, da classe trabalhadora e das centrais sindicais, pela sua libertação. Todos os canalhas que chamam o Presidente Lula de ladrão não aguentam 24 horas de investigação, porque o Presidente Lula é um operário que deu sua vida e parte do seu corpo, pois perdeu um dedo nas fábricas trabalhando. Ele nasceu na luta da ditadura militar, enfrentando todo tipo de repressão e a prisão. Inclusive, quando sua querida mãe faleceu, estava preso e foi autorizado pelos militares para participar do velório. O Presidente Lula vai completar 1 ano de prisão.

O Presidente Lula é indicado para o Prêmio Nobel da Paz. O Presidente Lula é o maior líder e continua sendo o maior líder. E nós não temos dúvida de que a democracia neste País voltará no momento em que houver a libertação dele.



Não podemos aceitar um Judiciário parcial, que tem lado, como o Juiz Sergio Mouro, que usou o seu poder, a sua caneta para criminalizar, prender e colocar o Presidente Lula nesta situação vergonhosa, que é vista por todos os juristas que defendem a nossa Constituição, a democracia no Brasil e no mundo.

Mas o Juiz Sergio Mouro foi recompensado. A recompensa foi garantir a eleição de Bolsonaro, e o presente é ser Ministro da Justiça, em seguida ser Ministro do STF. Isso está dito, está escrito e não engana ninguém. Nós não podemos deixar de repudiar esta situação, neste momento e em todos os locais.

Acreditamos e lutamos por um Judiciário que cumprisse a Constituição, respeitasse os direitos de todos os cidadãos, do mais rico ao mais pobre, do cargo mais alto ao menor, de modo que fosse o guardião da justiça e da verdade, e que toda a população tivesse esta compreensão do Judiciário. Mas parte do Judiciário brasileiro quer esta situação, que é parcial, do Ministro Sergio Moro, que foi perseguidor. E o presente ele recebeu, que é ser Ministro e hoje estar no Governo Bolsonaro.

Nós queríamos falar também, Sra. Presidente, da crise internacional. Vivemos uma crise internacional, que se iniciou em 2008. E não temos nenhuma dúvida de que esta crise internacional é por conta da ganância das grandes corporações, em especial das grandes multinacionais, que querem a todo custo, em todos os continentes, levar todas as riquezas naturais, em especial minérios, petróleo, água, terra e a natureza.

No Brasil não é diferente. Por isso a ganância da Vale do Rio Doce, que nós denunciemos na época da sua privatização. Aquilo foi o maior escândalo de corrupção da história do Brasil. Uma empresa, Deputado Assis Carvalho, que valia mais de 70 bilhões foi vendida, no Governo do PSDB, por 3 bilhões, financiados pelo BNDES.

A oposição ao nosso partido, ao Governo Lula e ao Governo da Presidente Dilma, nunca teve coragem de debater o assunto, quando o BNDES serviu para fazer empréstimos àqueles que levaram as empresas rentáveis e ricas, a exemplo da Vale do Rio Doce.

Manifestamos nossa solidariedade forte e firme ao povo de Brumadinho, ao povo de Mariana, ao povo que trabalha hoje na ex-Vale do Rio Doce.

Eles venderam, sem nem sequer debater e discutir com o sindicato, a nossa empresa em Rosário do Catete, que foi entregue para a Mosaic. E a Mosaic fez, em menos de 1 ano, 230 trabalhadores

desempregados.

Trago uma denúncia grave: essa multinacional está fazendo ameaças e colocando em perigo os trabalhadores mineiros.

Concedo um aparte ao Deputado Fabio Reis.

O Sr. Fabio Reis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, só quero dizer que darei como lido um pronunciamento. Sem mais delongas, estamos enviando uma indicação ao Ministro da Casa Civil sugerindo a criação de uma secretaria especial sobre barragens, devido aos últimos acontecimentos em nosso País, essas tragédias. Obrigado, Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Obrigado, Deputado.

Concedo um aparte ao Deputado Fábio Henrique.

O Sr. Fábio Henrique - Deputado João Daniel, é um prazer cumprimentá-lo. Conheço seu trabalho desde a época em que militava no rádio e na imprensa do nosso Estado. Sempre o conhecemos pela luta na defesa dos interesses dos trabalhadores. Aliás, quando o povo sergipano o reconduziu à Câmara dos Deputados, fez justiça ao trabalho de V.Exa.; seja na luta que foi travada contra o golpe que esta Casa, o Congresso Nacional deu ao retirar a Presidente Dilma; seja na luta de V.Exa. contra a reforma trabalhista, que foi aprovada a pretexto de que geraria milhões de empregos, que ninguém nunca viu. Agora V.Exa. e toda a bancada também estão na luta para que a fábrica da FAFEN não seja fechada; na luta em defesa dos trabalhadores rurais, para que eles não sejam prejudicados na reforma da Previdência. Enfim, Deputado João Daniel, faço a V.Exa. um cumprimento, V.Exa. que é morador da minha cidade, Nossa Senhora do Socorro, no nosso querido Estado de Sergipe. Desejo-lhe boa sorte. V.Exa. foi reconduzido porque trabalhou. Aqueles que trabalharam o povo nordestino soube reconhecer. Um abraço, Deputado!

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Muito obrigado, Deputado Fábio Henrique.

Tenho certeza absoluta de que V.Exa. engrandecerá este Parlamento pela sua história e pelo seu compromisso com os direitos do povo trabalhador.

Concedo um aparte ao Deputado Assis Carvalho.

O Sr. Assis Carvalho - Deputado João Daniel, V.Exa. é um orgulho para esta Casa, com a sua firmeza, sua luta em defesa dos mais humildes.



Quero me somar ao seu pronunciamento em defesa de que a prisão que envergonha o Brasil e o mundo do grande Presidente Lula é política. Prisão esta que foi agora confirmada publicamente diante do Ministro togado, que fez campanha com toga, exatamente para consolidar o golpe que tivemos em 2016 e que elegeu o atraso, como nós estamos vivenciando, com tantos absurdos. Queria pedir permissão a V.Exa., Deputado João Daniel, para falar sobre uma nota técnica do Charles Alcantara, que é o Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, em que se levantam os absurdos da Previdência. Aqui nós tivemos, inclusive como continuação do golpe, uma renúncia, através de uma tributação especial, de 1 trilhão de reais para a Shell, para que explore a nossa riqueza. E hoje estão querendo tirar direitos dos trabalhadores rurais, das mulheres, dos mais humildes, para beneficiar os poderosos. Queria que V.Exa. incorporasse ao seu pronunciamento esta nossa fala sobre a nota técnica do Charles Alcântara. Reafirmo nossa luta, porque não temos dúvida nenhuma de que o povo pode perder uma batalha, mas não perde a guerra. As pesquisas colocam que a enganação *fake news* que tivemos no final do ano passado já coloca um presidente da República em início de mandato com a menor aprovação dos últimos tempos. Dentro de 60 dias, este Presidente estará tão impopular quanto aquele que o apoiou e o antecedeu, o golpista Michel Temer - é uma questão de dias. Vamos dizer "não" à reforma da Previdência e continuar lutando pela liberdade do Presidente Lula. Parabéns, Deputado João Daniel!

O Sr. Mauro Benevides Filho - Deputado João Daniel, o Deputado Mauro Benevides Filho gostaria de lhe fazer um aparte.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Muito obrigado, Deputado Assis Carvalho, que orgulha o Estado do Piauí e o povo brasileiro neste Parlamento.

Pois não, Deputado Mauro Benevides Filho.

O Sr. Mauro Benevides Filho - Deputado João Daniel, primeiro queria fazer o registro que ouvi atentamente as palavras de V.Exa. e sei de toda sua trajetória, sempre comprometida com a classe trabalhadora. Para nós que representamos segmentos da população brasileira com certeza o seu trabalho e a sua liderança têm sido muito importantes, não só para o MST, não só pelo seu mandato, mas também pelo que isso representa para o Brasil. Minha única ponderação é que o Presidente Lula já fez a primeira reforma da Previdência, com a Emenda Constitucional nº 41, de dezembro de 2003, onde lá vários outros conceitos foram estabelecidos, inclusive o da média de cálculo de aposentadoria de hoje, que é 80% das maiores contribuições. Neste momento - para terminar e não tomar o tempo de V.Exa. - os Estados têm um *déficit* de Previdência da ordem de 100 bilhões de reais. O



Brasil tem 26 Estados e o Distrito Federal, e 18 deles já não estão conseguindo pagar seus servidores, já não investem nem pagam fornecedores. Portanto, precisamos refletir qual é a melhor reforma, para que este Brasil cresça, e a classe trabalhadora não venha a pagar o pato. Parabéns pelo discurso a V.Exa.!

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides Filho. É exatamente isto: defender os direitos dos trabalhadores e não aceitar nenhuma retirada de direitos.

Concedo um aparte à Sra. Deputada Benedita da Silva.

A Sra. Benedita da Silva - Deputado João Daniel, peço um aparte apenas para dizer que V.Exa. nos honra com a sua presença não apenas na bancada do Partido dos Trabalhadores, mas também na defesa do seu Estado e na defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Temos contado com o nobre Deputado para apoiar nossas causas, as chamadas causas femininas. Temos contado com o nosso Deputado na luta contra o racismo e temos contado com o seu apoio, sobretudo, na defesa de Luiz Inácio Lula da Silva, esse grande Presidente que nós sabemos que está preso injustamente - mas um dia a verdade vencerá, e nós o teremos de volta. E na reforma da Previdência estaremos juntos para votar "não"!

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Muito obrigado, Deputada Benedita da Silva. V.Exa. e as mulheres da nossa bancada, bem como as mulheres de outros partidos que têm compromisso com a democracia, com a Constituição e com a classe trabalhadora nos orgulham, nos alimentam e nos dão energia. V.Exa. é um exemplo de mulher guerreira, comprometida com a vida.

Para encerrar, eu gostaria de dizer que nós acompanhamos o caso da Venezuela. Queremos deixar nossa mais alta solidariedade ao povo da Venezuela e ao Governo legítimo de Nicolás Maduro, que representa o compromisso da história de Hugo Chávez, da história de Simón Bolívar e da história da grande América.

Todos os canalhas que querem invadir a Venezuela receberam, felizmente, como resposta do Vice-Presidente - e quero parabenizá-lo por isso - a medida de não se submeter, não baixar a cabeça e não servir de bucha de canhão para se meter em problemas internos de outros países.

Tive o prazer de conhecer a Venezuela, de conhecer a política da Venezuela. O que mais incomoda os inimigos é que a Venezuela erradicou o analfabetismo, a Venezuela tem programas sociais para



toda a população e transformou o petróleo em verdadeiro desenvolvimento econômico, social e cultural daquele país.

O que querem fazer na Venezuela é tomar o petróleo - a maior reserva de petróleo do planeta - para dar às empresas americanas. Este é o verdadeiro motivo da pressão de Trump, de seus aliados e daqueles que não querem e não aceitam que nenhuma democracia, nenhum país tenha sua construção livre, justa e soberana.

Sra. Presidente, por fim, quero dizer que é muito grave a falta de apuração e esclarecimento do assassinato de Marielle. Nós não abriremos mão do esclarecimento do assassinato de Marielle, de Anderson e de todos os homens e mulheres perseguidos e assassinados por esse sistema perverso que temos em nosso País.

Também não é normal que um Deputado Federal tenha que renunciar ao mandato por causa de ameaças de morte.

Jean Wyllys, sua voz e sua energia estarão aqui dentro deste Parlamento com todos os homens e mulheres que têm o mínimo de dignidade, de patriotismo e de compreensão verdadeira da vida.

Nascemos para amar, para ser felizes e não abrimos mão disso, Deputada Benedita da Silva! Vamos continuar amando como o Lula ama o povo brasileiro e esta Pátria! Continuaremos firmes e fortes na certeza da construção de uma sociedade justa, igualitária, fraterna e socialista!

O SR. PRESIDENTE (Assis Carvalho. PT - PI) - Parabéns, nobre Deputado João Daniel.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, na oportunidade deste Grande Expediente, agradecer ao povo sergipano, que, com seu voto, me tornou o Deputado mais votado do meu partido, o PT, e o quinto mais votado no Estado. Isso é uma grande honra e me fará continuar a trabalhar como todos os movimentos sindicais, sociais e populares, em um mandato comprometido com a classe trabalhadora e com o povo do meu Estado, e também por um Brasil mais justo e solidário.

Vivemos hoje uma enorme crise mundial da produção do capitalismo, a qual se arrasta desde 2008, com o avanço do capital financeiro, em



detrimento da produção de bens, e, por consequência, com o aumento do poder de acumulação dos bancos e das grandes corporações mundiais, promovendo uma pressão sobre os trabalhadores e trabalhadoras, que perdem emprego e renda e se tornam alvos dos ajustes e reformas econômicas que pressionam os seus salários e a qualidade de vida.

Esta pressão também se dá sobre os Governos eleitos democraticamente, a partir da construção de pactos políticos de melhoria de vida da população com inclusão social. São gerados estímulos para que grupos de direita, a partir de lideranças construídas que não representam os anseios da maioria da sociedade, cheguem ao poder para atender exclusivamente aos interesses dos donos do capital.

No Brasil, vivenciamos um golpe que começou após a reeleição da Presidenta Dilma, que passou a ter a sua eleição questionada e, depois, passou a receber toda a carga de pautas-bomba, traçada desde este Parlamento, capitaneado pelas forças de direita, com a liderança do Sr. Eduardo Cunha e toda a sua turma, apoiados por grupos insatisfeitos com o avanço dos direitos do nosso povo, o que levou à consolidação do golpe de 2016.

A partir daí foram construídas uma série de maldades, que começaram no Governo golpista de Temer, com a PEC que resultou na Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que estabeleceu o teto de despesas, contendo investimentos em obras e nos programas sociais e a limitação do papel do Estado, que passou a justificar todas as ações de privatização do patrimônio público brasileiro.

Em seguida veio a Reforma Trabalhista, que promoveu o maior retrocesso nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, permitindo inclusive o trabalho intermitente, que leva a pessoa a ser contratada por horas de trabalho, sem a possibilidade de atingir o ganho de um salário mínimo.

O próprio Temer tentou implantar também a reforma da Previdência, mas as maldades eram tantas que a sua própria base, formada por muitos Parlamentares que aqui se encontram, não permitiu a votação da matéria, com medo do resultado das urnas - esses Parlamentares, entretanto, estão começando a formar fileira com a proposta do Capitão Presidente que conseguiu junto com seu Ministro da Economia produzir um texto muito pior do que aquele que aqui foi rejeitado.

Pois bem, enquanto se produziam essas maldades contra o povo, a Direita brasileira, formada por políticos, setores da mídia, do empresariado e até do Judiciário, montaram uma grande armação para afastar de qualquer processo eleitoral o nosso Presidente Lula, o qual



foi vítima de um processo espúrio que o levou à condenação sem uma prova de qualquer crime, numa condução parcial, onde o Juiz que o perseguia, o fazia por interesses políticos confirmados pela sua nomeação para o Ministério da Justiça de um Governo que ele ajudou a eleger.

Nesse período também cresceu a força da bancada ruralista, da bancada da bala e de setores conservadores, que passaram a impor as suas demandas por perdão de dívidas, de defesa dos armamentos e por uma sociedade cada vez mais conservadora nos costumes, o que no fim acabou por agudizar a crise e tornar possível a eleição de um candidato que se elegeu à custa de um processo enganoso e que está aí na condução do País.

Temos hoje um Presidente que se elegeu com um discurso de moralidade e com base em *fake news*, com envio em massa de mensagens falsas; que se envolve cada vez mais num processo de sujeira; que não consegue justificar os recursos que movimentou; que vai fazendo uma besteira atrás da outra com os seus Ministros, cada vez mais distantes dos objetivos dos Ministérios para o quais foram nomeados e atuando sempre na defesa dos interesses contrários ao povo.

Hoje temos um Governo que vai produzindo suas maldades e que exige de nós a busca por saídas que renovem as esperanças do nosso povo e retome a democracia que só se torna real com justiça social, liberdade e solidariedade entre os povos.

Que saída teremos?

Antes de tudo, trabalhar para acabar com a grande injustiça feita contra Lula e lutar com todas as forças pela sua libertação, por ser ele claramente um preso político.

Para isso temos que organizar o povo e divulgar em todos os meios possíveis os motivos que o levaram à prisão e a importância da sua liberdade na esperança da retomada de um Brasil livre e solidário.

Temos também que exigir o esclarecimento do assassinato da Vereadora Marielle e de seu motorista Anderson Gomes, cujo inquérito se arrasta com o possível intuito de proteger o mandantes do crime - todos dizem que deve envolver pessoas ligadas às milícias cariocas.

Na defesa da classe trabalhadora temos que buscar revogar a EC 95, que tem impedido que o Estado assuma o seu papel de condutor das políticas sociais e de investimentos públicos capazes de melhorar a economia e impedir o fechamento de fábricas como a Ford e, em Sergipe, a FAFEN.

Esta história da FAFEN, que vem no bojo da privatização da PETROBRAS, tem sido uma das intensas lutas que estamos travando em nosso Estado e também no Estado da Bahia.

No rastro dessa luta contra as privatizações temos que continuar cerrando fileiras com as confederações, federações e sindicatos dos trabalhadores e com os movimentos sociais contra as privatizações da ELETROBRÁS e também do sistema de saneamento, evitando que a entrega do nosso patrimônio permita desastres criminosos como esse que estamos acompanhando com a barragem de Brumadinho, que já conta com mais de 180 mortos e tem uma quantidade semelhante de desaparecidos.

Precisamos também lutar contra a Lei Anticrime, que, além de criminalizar os movimentos sociais, apresenta dispositivos que podem ser chamados de "licença para matar", tal a leviandade com que trata as justificativas de legítima defesa em favor dos policiais. É importante lembrar que o Juiz ignorou a gravidade dos crimes de caixa dois.

Temos que lutar com toda a sociedade contra a reforma da Previdência que se encontra no Congresso e é a maior desgraça que o Governo Bolsonaro faz contra os trabalhadores e trabalhadores e contra o povo pobre brasileiro. Ela tira do povo para beneficiar banqueiros e não se justifica no que se refere à redução do déficit público, em primeiro lugar porque a EC 95 impõe restrições para o aumento de despesas, e as previdenciárias estão incluídas, e depois porque as contas feitas não consideram as dívidas das grandes empresas, os sonegadores e as desonerações, e, muito menos, a retirada de recursos da Previdência pela Desvinculação de Receitas da União - DRU.

A proposta acaba com a Previdência nos moldes atuais e criará um sistema individual de não repartição, que irá acabando com os benefícios em favor do sistema financeiro, sem o menor escrúpulo, deixando a grande maioria da população à mingua.

No Chile isso aconteceu e só beneficiou os bancos, como o BTG Pactual, e deixou mais de 90% de aposentados recebendo menos de um salário mínimo, levando muitos ao suicídio.

Por fim, toda a nossa solidariedade ao povo venezuelano e ao governo legítimo de Nicolás Maduro. Quero denunciar a pressão que se está fazendo sobre a Venezuela, que sofre um embargo econômico americano e que se vê pressionada por forças que querem se apropriar de suas riquezas do petróleo, promovendo ações de intervenções que atentam contra a soberania nacional.

A luta do povo é a nossa luta.

Documento 211/370

17.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 26/02/2019-15:44
CD
Publ.: DCD - 2/27/2019 - JERÔNIMO GOERGEN-PP -RS
CÂMARA DOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE
DEPUTADOS EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Necessidade de apoio do Governo Federal e do Congresso Nacional ao agronegócio brasileiro. Solicitação ao Presidente Rodrigo Maia de inclusão na pauta de projetos de lei sobre a obrigatoriedade de análise química e fitossanitária dos produtos importados e sobre a criminalização de invasão de propriedade rural. Solicitação ao Ministro da Educação e ao Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luiz Antônio Nabhan Garcia, de retirada de exclusividade de vagas para integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST em curso de Engenharia Agrônoma, oferecido por universidade pública no Estado do Rio Grande do Sul. Confiança no cumprimento de promessa de campanha pelo Presidente Jair Bolsonaro, relativa ao Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - FUNRURAL. Imediata votação pela Casa do Projeto de Lei nº 9.252, de 2017, acerca da contribuição social de empregador rural e de segurado especial. Necessidade de revisão de normas da Justiça do Trabalho. Urgência na criação de empregos e de crescimento econômico do País. Não pagamento por governos ditatoriais da Venezuela, Cuba e Moçambique de dívidas para com investidores brasileiros. Posicionamento do orador sobre a proposta de reforma previdenciária. Anúncio da realização da Expoagro Afubra e da Expodireto Cotrijal, respectivamente, nos Municípios de Rio Pardo e Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul. Reiteração de apoio do orador aos agropecuaristas brasileiros. Agradecimento aos eleitores gaúchos pela reeleição do Parlamentar.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente desta sessão, Deputado Assis Carvalho, quero cumprimentá-lo e cumprimentar todos os Deputados e Deputadas.

Como é minha primeira fala, quero saudar todos aqueles que se reelegeram e continuarão exercendo o mandato. Àqueles que chegam desejo da mesma forma muito sucesso, porque o sucesso do Parlamento e do novo Governo é o sucesso do Brasil.

Depois de uma onda vermelha de fala - até digo de uma fala surreal, porque nada do que é bom para o Brasil acabou sendo dito -, agora há



pouco, no discurso que me antecedeu, eu preferi trazer aquilo que é o Brasil real, e não o Brasil que não é pago pela Venezuela ou por Cuba, onde há um ditador se arvorando no direito de achar que pode dizer que compra os produtos, embora não pague. É só ele pagar o dinheiro do BNDES e os produtos agrícolas como o leite, que hoje é um setor com grande prejuízo. Pelo fato de a Venezuela não pagar os produtores de leite do Uruguai, esse leite entrou no Brasil e destruiu a nossa cadeia produtiva leiteira, dando um exemplo do absurdo que, com toda vênia, foi dito anteriormente.

Eu venho a esta tribuna justamente para falar do agronegócio brasileiro.

Casualmente, saí agora de uma reunião com a Ministra Tereza Cristina e vou voltar a ela para tratar dos problemas que o setor enfrenta.

Quero saudar o Deputado Adilton Sachetti, meu ex-colega e produtor, que está aqui nos visitando.

Várias e várias vezes disseram aqui que foi o agronegócio que sustentou a economia brasileira no auge da crise, no momento mais difícil. Várias vezes isso foi dito, e, quando convém para muitos setores, é mais dito ainda, e logo desdenhado, como se esse problema não existisse.

O que ficou hoje foi um enorme passivo para a produção brasileira. O agronegócio vem produzindo, batendo recordes de produtividade cada vez maiores. Os excelentes resultados da porteira, na grande maioria das vezes, não correspondem à renda do produtor.

Nesse final de semana, em Capão do Leão, tivemos a abertura da colheita do arroz. Vou usar o arroz como um exemplo de setor, entre tantos que são penalizados, que concorre com vários países como o Uruguai, e agora com o Paraguai, de maneira muito especial.

Trouxe dados para corroborar exatamente aquilo que significa a perda de competitividade que, ao final, vai gerando um passivo para o produtor.

Uma reportagem de ontem do jornal *Zero Hora*, do Rio Grande do Sul, trouxe alguns números. Uma lavoura de 350 hectares em Capão do Leão foi comparada com a mesma lavoura em Villa Oliva, no Paraguai, de 450 hectares, 100 hectares a mais.

O custo com fertilizantes para produzir uma lavoura no Brasil é de mil reais e, no Paraguai, de 700 reais; com defensivos: 377 reais aqui, 424 reais lá; com mão de obra: mil reais no Brasil, 220 reais no Paraguai; com manutenção de máquinas: 357 reais no Brasil, 135 reais no



Paraguai; com *diesel*: 377 aqui, 440 reais lá. Outros custos da lavoura do arroz no Brasil: 4.262 mil reais; no Paraguai: 1.781. O número final, prezados colegas, para produzir essa lavoura no Brasil é de 7.400 reais; no Paraguai, 3.700 reais, quando a cotação do cereal aqui é 39 reais e no Paraguai é 35 reais.

Eu trago este exemplo porque parece muitas vezes que está tudo bem no agronegócio. Há setores, sim, como a da soja, em algumas regiões, que têm uma condição financeira digna, à altura, com competitividade. Mas devemos levar em conta que a lavoura de soja deste ano foi produzida com o dólar muito mais alto do que aquele de quando será comercializada.

Na Região Sul, na nossa fronteira, em algumas áreas onde se trocou o arroz pela soja, a chuva destruiu a lavoura; no Tocantins e em tantas outras regiões, essa falta de produção aumentará o passivo. Eu trago números de um trabalho que fizemos numa Comissão Externa sobre o endividamento agrícola.

O agronegócio tem de compromisso financeiro com os bancos, hoje, algo em torno de 303 bilhões de reais. Esse número é do ano passado, e ele com certeza é maior do que isso, porque temos que atualizá-lo.

Mas o mais preocupante, Deputado Afonso, lá do nosso Alegrete, é que o produtor fica numa aparente adimplência com os bancos. Prorroga-se, troca-se a dívida rural por um crédito comercial e fica-se adimplente, mas não se consegue mais acessar o crédito. O que o agronegócio financia nos bancos hoje é apenas 31% da produção nacional. Nós temos quase 70% da produção feita fora, buscando um dinheiro mais caro, um dinheiro de alto risco, um dinheiro que endivida, um dinheiro que não tem condições de nós continuarmos com ele e que ultrapassa, portanto, os outros 300 bilhões, aquilo que é devido fora dos bancos.

Então, há uma necessidade premente de o Governo tomar alguma medida, e os produtores solicitam, querem, reivindicam uma securitização. Nós temos, inclusive, um projeto de lei de minha autoria tramitando neste momento, junto com a Comissão que coordenei, que trata exatamente da securitização da dívida.

Há uma outra proposta que está sendo negociada com a Fazenda, uma linha de crédito via BNDES. Aliás, o BNDES tinha dinheiro para mandar para Venezuela, para Cuba... O PROEX não paga as agroindústrias do nosso País, e além de tudo ainda ganha o Porto de Mariel. Vai quebrar muita agroindústria aqui do nosso País.

Essa linha de crédito poderia fazer a reorganização das dívidas dos produtores brasileiros, alongando em 12 anos, com 3 de carência. Ela



já está criada. Nós já conseguimos essa linha. No entanto, o juro é alto. Os bancos, devido ao risco que têm pelo fato de eles serem avalistas desse repasse do recurso, não quiseram operá-la. Mas na sexta-feira a Fazenda, a Economia brasileira vai nos entregar uma proposta de criação de um fundo de aval coletivo, que viabilizaria essa linha e reduziria o custo, portanto, atendendo a uma demanda dos produtores e dando um alívio, sem dúvida nenhuma, até que o Brasil consiga reencontrar condições de competitividade.

Nós não podemos mais só fazer uma renegociação de dívida, como já foi feita na atual securitização. Nós temos que obviamente lutar para que tenhamos a competitividade hoje inexistente nos campos do Brasil, e assim enfrentemos, de uma vez por todas, a condição de que o produtor possa produzir com renda, e não pague a conta cara de sustentar a economia brasileira, como fez na crise passada.

Este é um tema crucial, o tema do endividamento agropecuário, que me toca especialmente quando eu vejo o Governo falando em tirar subsídios agrícolas. Não há problema nenhum em caminharmos para isso, mas, antes de fazermos a renegociação das dívidas, de termos um seguro rural eficiente, é impossível pensarmos em tirar os subsídios, porque o dinheiro ficará sempre caro para quem produz a céu aberto. Essa é a visão que precisamos ter.

Este é um país de altíssima carga tributária, de uma falta total de infraestrutura. Precisamos enfrentar esses gargalos, assim como o tema dos defensivos agrícolas. Não há por que consumirmos arroz produzido no Paraguai ou no Uruguai com defensivos que nós não podemos usar, de forma que comemos esse arroz aqui, fazendo que o produtor não tenha renda.

Temos um projeto pronto para ser votado aqui, e faço um apelo ao Presidente Rodrigo Maia para que coloque em votação esse projeto, que propõe a obrigatoriedade de análise química e fitossanitária dos produtos importados de outros países.

Nós temos o tema da questão indígena. Nós temos a questão da violência no campo.

E aqui eu quero fazer um apelo. A bancada do PT impede há anos a votação de um projeto que transforma em crime contra a saúde pública o roubo, o furto, a receptação, a falsificação de defensivos, dando-lhe características de crime hediondo. É um projeto que vai tentar controlar um pouco o elevado número de casos de violência e assaltos no meio rural.

Esse final de semana, lá no Rio Grande do Sul, em São Miguel das Missões, mais uma vez um produtor, um empresário, foi assaltado. E



eu fico vendo um projeto pronto para criminalizar isso na mão da bancada do PT, sendo impedido de avançar e de ser votado. Faço aqui um apelo para que não sejam tão contraditórios. Tenham coerência entre aquilo que pregam e o que praticam, pois nós podemos resolver problemas, principalmente na questão da violência.

Além disso, no trabalho da Comissão nós tivemos algumas propostas alternativas a isso que precisam avançar. Nós precisamos - e a Ministra já tem sinalizado isso - ter um plano safra plurianual, para que o produtor tenha previsibilidade do crédito, que muitas vezes chega tarde, demora, não avança. Nós precisamos ter essa condição.

O custo que é imposto aos produtores, seja pelos cartórios, seja pelos próprios bancos, mediante a necessidade de certidões, de laudos, de registros, é um custo absurdo, calculado percentualmente em cima da vida do produtor. E eu quero aqui lembrar do então Deputado Carlos Melles, nosso combativo colega, e do Deputado Lázaro Botelho, sobre isso, no trabalho que fizemos lá na Comissão e estamos com projeto também tramitando nesse sentido.

Nós precisamos urgentemente de uma modernização do Manual do Crédito Rural; nós temos que tratar do seguro de renda; fazer revisão dos preços mínimos; tratar da igualdade de condições do MERCOSUL. Já falei aqui da questão indígena.

Outro apelo que faço ao Presidente Rodrigo Maia é para que coloque em votação, pois já tem a urgência pronta, a criminalização das invasões. São atos de terrorismo, sim, as invasões, principalmente do MST.

Aliás, hoje encaminhei ao nosso Ministro da Educação e ao Secretário de Assuntos Fundiários Nabhan Garcia - que essa semana fez uma manifestação em que deixa de reconhecer o MST como movimento social, pois nem personalidade jurídica tem - um edital em andamento no Rio Grande do Sul para mais um curso de Agronomia em uma universidade pública só para integrantes do MST. Não há razão nenhuma para uma universidade excluir o filho dos trabalhadores ou os trabalhadores brasileiros e fazer um curso, com dinheiro público, para quem nem personalidade jurídica tem, fato agora reconhecido pelo Governo.

Já fiz esse encaminhamento e espero que haja uma reação.

Portanto, nós precisamos avançar na segurança, no direito à propriedade privada, na questão indígena. Sou, inclusive, Relator do projeto que regulamenta o § 6º do art. 231 da Constituição Federal, que desde 1988 não foi regulamentado, como determinado.



Esses são alguns assuntos em que temos necessidade, sim, de avançar, de legislar. Nesta nova legislatura, temos Deputados comprometidos com o campo que precisam nos ajudar para avançarmos nessas pautas.

No meu ponto de vista, há outro assunto, um enorme problema e, além de tudo, uma enorme injustiça, que registro desta tribuna.

Eu confio extremamente na palavra do Presidente Jair Bolsonaro e espero que ele cumpra com uma promessa de candidato e uma promessa já de Presidente, que é a relativa ao FUNRURAL.

Por 8 anos o Judiciário brasileiro disse que essa era uma dívida inexistente, uma bitributação. Assim, produtores, adquirentes deixaram de fazer a contribuição ou recolhê-la, por determinação da Justiça do Brasil - do STF! De repente, com a troca de um Ministro, o novo Ministro muda o voto e conseqüentemente gera um passivo, que esta semana inclusive começamos a esclarecer.

O Ministro Paulo Guedes, que é um homem de alto respeito - tenho certeza de que ele vai arrumar a economia do Brasil -, fala números que não são verdadeiros, como se o agro devesse 30 bilhões de reais. A própria Receita, o próprio Ministério da Economia, esta semana, me respondeu dizendo que os valores devidos não são esses. Aliás, o Governo não sabe, o Governo não tem noção do tamanho dessa dívida, porque ela é inexistente.

E o que eu busco aqui, Deputado Crispim, com o PL 9.252/17, é justamente acabar com o passivo do FUNRURAL, porque ele não existe. Se a Justiça brasileira disse que não era legal recolher ou pagar, como agora passa uma conta que desorganiza a produção brasileira e obriga o produtor a reconhecer uma dívida cujo valor ele não sabe e não deve - o Governo, da mesma forma, não sabe o que quer cobrar -, fazendo com que esse processo de endividamento se torne ainda pior? Se já é dura a realidade do campo, imaginem com mais um passivo que não existe e o Governo quer cobrar.

Nós estamos, portanto, buscando uma agenda com o Presidente Bolsonaro. A bancada agropecuária já está em contato, porque ele, antes de assumir e depois também, deu declarações claras - o Delegado Waldir, à época como Líder do PSL, a Deputada Joice Hasselmann e outros membros do partido do Governo já deram declarações - e determinou à Economia que resolva esse problema do passivo, porque é injusto e um compromisso de campanha, muito mais por ser injusto do que por ser um compromisso de campanha.

Nós confiamos na palavra do Presidente e temos uma grande expectativa. Os produtores estão se organizando para, agora no mês

de maio, fazer uma nova grande mobilização em Brasília em defesa das teses do campo. No entanto, espero que até maio isso tudo já esteja resolvido. Espero que, ainda no mês de março, nós tenhamos a posição do Governo e acabemos com o passivo.

Peço aqui o apoio dos colegas e do Presidente Rodrigo Maia.

A urgência do PL 9.252/17 já foi aprovada. Portanto, esse projeto pode entrar em votação a qualquer momento. Se nós o votarmos, reconheceremos a inexistência dessa dívida, que é injusta e que tira a renda dos produtores brasileiros.

Portanto, esse registro é cabível de maneira muito especial, porque retrata uma das angústias e um dos temores dos produtores, que não conseguem acertar suas contas e muito menos pagá-las da forma como lhes é cobrado.

Realizamos aqui o encaminhamento de tantos assuntos. Especialmente, gostaria de dizer que o custo de toda a produção industrial e agrícola em nosso País é inaceitável. É a redução desse custo que nós temos que perseguir. Precisamos, sim, desburocratizar. Precisamos rever as normas da Justiça do Trabalho. Já realizamos avanços importantes, mas existem normativas, problemas, empecilhos, burocracia.

Ontem estive no Ministério da Economia, onde conversei com o Jean Luca Marodin, meu conterrâneo, que está trabalhando esse tema junto ao Sr. Paulo Uebel. Fico feliz de ver esse trabalho. Nós precisamos avançar com urgência para termos renda e promovermos o emprego e o crescimento econômico do Brasil.

Eu volto agora ao tema internacional.

Mais uma vez, quero pegar a fala do meu antecessor, Deputado Nereu Crispim.

Quando vejo alguém defender a ditadura do Maduro, de Cuba ou de onde for, queridos colegas, lembro que nós estamos vivendo um enorme calote da Venezuela, de Cuba, de Moçambique. Trata-se do dinheiro que nós não temos hoje aqui no Brasil porque foi mandado para Cuba. Eu tenho certeza de que eles nunca imaginaram pagar esses valores.

Por que eu digo isso? Porque o Governo Dilma e o Governo Lula fizeram um negócio, uma linha do PROEX, com dinheiro do Tesouro brasileiro, em que obrigaram a haver um terceiro país a ter um banco garantidor. Entretanto, pasmem, o banco garantidor do negócio com Cuba é o Banco de Cuba. Onde se viu? Isso era justamente para que o



dinheiro não fosse devolvido. Não se paga o BNDES, não se paga o Porto de Mariel, não se pagam as agroindústrias, como eu disse anteriormente - estou negociando isso junto à ABPA, ao Francisco Turra, que nos lidera.

Desde março do ano passado há empresas de todo o Brasil que estão sem receber. São empresas que produzem ovo, galinha e outros produtos agroindustriais que foram entregues e, pior, autorizados pelo Governo brasileiro. Então, Cuba e o Governo brasileiro não pagam o produtor.

Eu até alertei ao Governo que, primeiro, isso é um calote do Governo em relação aos empresários. O Brasil autorizou, tem o dinheiro, mas não paga. Só vai pagar quando Cuba pagar. Isso é uma ilusão!

Deputado Fábio Trad, a questão tem que ser resolvida.

Como eu registrei, há o problema do leite, cuja importação nunca deixou de existir no Brasil. Mas o que agravou aqui foi que o Maduro parou de pagar o Uruguai, e os uruguaios encheram de leite o nosso País.

Eu pedi formalmente ao Vice-Presidente Mourão e retifiquei na reunião com a Ministra da Agricultura que pelo menos aproveitarmos esse dinheiro da ajuda humanitária dada pelo Brasil para priorizarmos os produtos agrícolas que sofrem problemas internos de comercialização.

Cito aqui o arroz, cito o leite. Poderíamos falar do trigo e de tantos outros.

Mas é lamentável que, enquanto buscamos uma solução, buscamos uma forma de resolver, vejamos colegas que seguem fazendo notas em favor de ditadores, em favor de ditaduras, o que é muito grave. Lamentamos sobremaneira.

Portanto, teremos debates importantes: o debate da Previdência, o debate da reforma tributária. Mas nós temos muitos outros problemas para resolver. Mas temos que resolvê-los.

E quero deixar bem claro algo sobre o tema da Previdência. Hoje mesmo eu conversei com o Presidente da FETAG, o Carlos Joel. Quero cumprimentar o representante da agricultura familiar do meu Estado, que sabe que o Brasil precisa avançar em medidas e propôs-se a dialogar, a conversar, para que possamos fazer com que a agricultura familiar não seja penalizada - e não será.

E quero deixar claro que aqueles Deputados que aqui fazem demagogia acerca da penalidade aos pobres estão, na verdade,



defendendo os altos subsídios, os altos benefícios, e nós não permitiremos que isso aconteça.

E quero registrar também que nós temos que acabar com aquela margem dos 6 meses da nossa aposentadoria, para dar a demonstração de que nós queremos tratar todos de forma igual. Eu mesmo abri mão da minha aposentadoria parlamentar.

Nós temos que fazer correções, sim. Faremos emendas. Vamos tratar o assunto como ele tem que ser tratado, sob o ponto de vista legislativo, mas com a responsabilidade que o Brasil clama.

Dessa forma, eu quero agradecer a oportunidade de usar este Grande Expediente para registrar um pouco do nosso pensamento, um pouco do nosso trabalho em defesa do agronegócio, que é um orgulho para todos nós.

Agora, lá no Rio Grande do Sul, já nesta sexta-feira e durante o início do mês, teremos duas feiras, duas exposições da mais alta magnitude e importância para o agronegócio. A primeira é a EXPOAGRO AFUBRA, lá em Rio Pardo, que é uma exposição que trata da agricultura familiar, e que é um orgulho. E quero registrar o meu reconhecimento por tudo o que ela representa. E, também, no dia 10, começa em Não-Me-Toque a EXPODIRETO COTRIJAL, uma das maiores feiras de tecnologia que nós temos no Brasil. Sem dúvida nenhuma, serão palco para esse debate se expandir e buscarmos as soluções.

Eu também espero neste momento que o Governo se sensibilize e viabilize maior volume de recursos para máquinas e implementos agrícolas, pois os agricultores estão tendo bastante dificuldade neste momento para ter o suporte necessário para continuarem produzindo e ajudando o Brasil a produzir.

Também será tratado o tema da armazenagem, para que as nossas cerealistas possam acessar, assim como as cooperativas e produtores rurais. Haverá muitos debates nessas duas feiras, dos quais nós teremos o maior orgulho de participar mais uma vez.

Portanto, recebam aqui os produtores rurais de todo o Brasil o meu carinho e o meu reconhecimento.

Como este é o meu primeiro discurso nesta legislatura, eu quero aproveitar esta oportunidade para reafirmar o meu compromisso com o setor, com os produtores do Brasil, com os pecuaristas, com aqueles que fazem a diferença do Sul ao Norte, do Nordeste, do Centro, porque vocês fizeram a diferença. Quando, muitas vezes, politicamente, aqui fraquejávamos nos últimos 4 anos, durante um Governo que não

deveria ter existido, vocês estiveram ativos e nos deram a condição de chegar até este momento.

Portanto, reafirmo o meu compromisso de defender quem produz.

Quero agradecer aos meus eleitores, que me deram a condição de exercer mais um mandato aqui na Câmara dos Deputados. É um orgulho muito grande poder representá-los aqui.

É o registro que faço.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Documento 212/370

17.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/02/2019-16:08
Publ.: DCD - 2/27/2019 -	LOURIVAL GOMES-PSL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Conclamação aos Deputados para atuação parlamentar em defesa do povo brasileiro. Saudação ao Presidente Jair Bolsonaro. Necessidade de aprimoramento na proposta de reforma previdenciária.

O SR. LOURIVAL GOMES (Bloco/PSL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero saudar o Presidente, a Mesa, os colegas Deputados Federais, as colegas Deputadas Federais.

Quero dizer a todos os senhores que mais uma vez estou na tribuna para defender o nosso povo brasileiro.

Independentemente de partido, eu hoje sigo aqueles que confiaram e votaram em mim. Por isso estou criando a minha ideia. Eu não vou pedir a nenhum dos senhores que siga a minha ideia, mas peço, em nome do povo brasileiro, em nome do meu Estado do Rio de Janeiro, a parceria de todos. Eu peço isso a todos os senhores, porque, primeiro, nós estamos aqui porque somos pessoas de bem; segundo, porque somos pessoas de bem escolhidas pelo povo, que nos colocou aqui para podermos representá-lo.

Então, eu estou pedindo - muitas vezes, eu fico até sentido com as palavras de algumas pessoas que vêm aqui para dizer coisas que não têm sentido - a parceria de todos.

Saúdo o nosso Presidente Bolsonaro, porque ele foi aprovado nas

urnas. O povo queria mudança, e essa mudança existiu.

Eu não estou aqui para criticar, mas eu dei uma olhada ontem na reforma da Previdência e vi que daquele jeito, realmente, não pode continuar. Nós temos que nos unir, cada um com o seu grupo partidário, fazer um bate-papo, para chegarmos a um denominador comum e resolvermos esse problema, porque, se não dialogarmos, se não conversarmos, se não nos unirmos, nada vai ser feito.

Muito obrigado a todos.

Deixo o meu abraço a todos os senhores.

Documento 213/370

17.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/02/2019-16:32
Publ.: DCD - 2/27/2019 -	LÍDICE DA MATA-PSB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao povo do Estado da Bahia pela recondução da oradora à Câmara dos Deputados. Razões do posicionamento da Parlamentar contrário à aprovação da proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar esta Casa e agradecer ao povo da Bahia por me reconduzir à Câmara dos Deputados, após 8 anos da minha participação no Senado Federal, uma mulher representando pela primeira vez a Bahia naquela Casa Legislativa.

Sr. Presidente, nós estamos num momento singular da vida nacional. Este Congresso se prepara para um debate que é extremamente importante: a reforma da Previdência.

Nós do PSB queremos discutir a reforma da Previdência, mas queremos discuti-la seriamente, sem que ela se transforme na panaceia, no remédio para todos os males da economia brasileira, porque isso é uma falsidade.

O mercado se prepara engravatado de um lado e de outro, os grandes especuladores financeiros, para dizer que a Bolsa cai ou sobe conforme os humores da reforma da Previdência. Mas o que cai mesmo é a bolsa do trabalhador rural, que passará a pagar 600 reais

para a aposentadoria, tendo uma idade mínima de 60 anos igualada entre homens e mulheres e com 20 anos de contribuição, o que é absolutamente impossível para garantir a vida e a aposentadoria desses homens e mulheres de mãos calejadas, que alimentam o Brasil inteiro.

Eu quero ver qual é o Deputado da Bahia, Deputado Marcelo Nilo e Deputado Otto Alencar Filho, que vai ter a coragem de atravessar uma feira, agora, após as eleições, em um dia de sábado, olhar para o trabalhador rural, sofrido, e dizer que vai votar a favor da reforma da Previdência, que vai acabar com os "privilégios" - entre aspas -, tirando o direito desse trabalhador de se aposentar.

Nós não podemos permitir que aqui se dê uma discussão da reforma da Previdência que seja falsa, seja apenas para representar os interesses do capital financeiro, para representar um Governo do qual, até ontem, o seu Presidente, quando era Deputado, dizia ser uma crueldade e uma desumanidade colocar a idade mínima em 65 anos. É preciso desmascarar, desconstruir essa ideia falaciosa de que nós vamos resolver os problemas da economia brasileira apenas com a reforma da Previdência. Nós já assistimos a esse filme. Na reforma trabalhista, foi a mesma coisa. Anunciava-se que iria acabar o desemprego no Brasil, porque haveria uma reforma trabalhista que seria responsável por resolver imediatamente o desemprego no nosso País. É falso e foi demonstrado, porque é com desenvolvimento que se cria emprego no Brasil.

Não à reforma da Previdência, nos termos em que se encontra!

Obrigada.

Documento 214/370

17.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/02/2019-16:40
Publ.: DCD - 2/27/2019 -	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Indignação do orador com a impossibilidade do recebimento do valor do teto da aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social, com a eventual aprovação da proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero advertir esta Casa e o



contribuinte que, uma vez aprovada a reforma do Presidente Bolsonaro, ninguém mais neste País vai receber o teto da Previdência: 5 mil e 800 reais.

Hoje quem tem 30 anos de contribuição, se mulher, e 35 anos, se homem, tem na média 80% dos maiores salários, porque são descartados 20% dos menores salários. Com a reforma, precisará ter 40 anos de contribuição, 62 anos de idade, se mulher, e 65 anos de idade, se homem, e 100% da média de contribuição, ou seja, mesmo que tenha 40 anos de contribuição e 65 anos de idade, como a média é sobre 100% - o trabalhador começa ganhando um salário pequeno -, ela sempre será menor que 100%. O máximo que alguém vai receber é 4 mil reais da Previdência.

Vergonha!

Documento 215/370

17.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/02/2019-17:12
Publ.: DCD - 2/27/2019 -	JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Indignação do orador com irregularidades na inscrição dos oradores para o uso da palavra no plenário. Discussão do Projeto de Resolução nº 331, de 2018, sobre a criação do Prêmio Nise da Silveira de Boas Práticas e Inclusão em Saúde Mental. Críticas à atuação dos Ministros da Educação e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Posicionamento do orador contrário à proposta de reforma da Previdência Social.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Antes de qualquer coisa, Presidente, permita-me registrar a nossa indignação contra a fraude. Eu estou aqui com a foto, mostrando que a mesma pessoa fez três assinaturas para inscrição, fraudando o procedimento, o Regimento desta Casa.

Vocês, laranjas, estão acostumados a fraudar, a roubar o salário de assessores para enriquecer a família metralha. Vocês, laranjas, ganharam a eleição fraudando inclusive expedientes de impulsionamento com caixa dois, com fraude escancarada. É a maior fraude e o maior caixa dois que já houve neste País. Não pensem que vocês ficarão aqui fraudando o Regimento desta Casa. Não passará a fraude! Está registrado. Vamos tomar os procedimentos adequados.

Quanto ao prêmio em questão, quero parabenizar o Deputado autor

pela excelente iniciativa. Mais do que nunca, Deputado, será importante identificarmos os melhores serviços de saúde mental deste País, reconhecê-los e premiá-los, até para a bancada do laranjal poder ser tratada, poder ser analisada, poder melhorar um pouquinho a sua sanidade mental.

O Ministro da Educação insano, que passou aquela carta aos diretores, obrigando os estudantes a recitarem o *slogan* de campanha do Presidente Bolsonaro, merece um bom serviço de recuperação da sua saúde mental.

Uma Ministra como a tal Damares, que diz os absurdos que diz, precisa ser tratada também, Deputada Maria do Rosário. É importante reconhecermos os bons serviços. Queremos que as pessoas da família metralha e os Ministros da ala psiquiátrica tenham acesso ao que há de melhor da saúde mental neste País.

Nós não podemos continuar permitindo fraudes, desvios de recursos, insanidades, sandices a todo o momento. Nós não passamos aqui 2 dias tratando do mesmo tema, porque a cada dia há um absurdo, há uma sandice, há uma insanidade.

Essa proposta da Previdência Social é a maior de todas. Ela acaba com o direito fundamental do trabalhador, que é o direito à aposentadoria, com o único objetivo: aumentar a capacidade de os Estados brasileiros usarem os impostos para pagar mais juros, mais dívida pública e para enriquecer ainda mais os bilionários deste País. É o que eles querem.

Fizeram a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, para cortar recursos de todo o orçamento, mas a Previdência não podia ser contida. Para completar, querem destruir os direitos previdenciários, destruir os direitos essenciais da maioria da população.

Nós não permitiremos isso. O povo brasileiro não aceitará e já está dizendo "não" a este Governo insano.

Documento 216/370

17.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/02/2019-17:24
Publ.: DCD - 2/27/2019 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Resolução nº 331, de 2018, sobre a criação do Prêmio Nise da Silveira de Boas Práticas e Inclusão em Saúde Mental. Indignação da



oradora com a determinação do Ministro da Educação de gravação da execução do Hino Nacional nos estabelecimentos escolares brasileiros. Contrariedade à aprovação da proposta de reforma previdenciária.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, nós não somos contra a que se cante o Hino Nacional. Aliás, existe uma lei que obriga a que se cante o hino pelo menos uma vez por semana.

A título de curiosidade, essa lei tinha um Relator, à época, o Deputado Jair Bolsonaro, que ficou vários meses com esse projeto, Deputada Benedita, e não apresentou o parecer. Ele não apresentou parecer nem a favor nem contra, simplesmente não se posicionou sobre isso.

O que se está discutindo aqui é uma resolução do MEC, que diz que todas as escolas precisam ler a mensagem de que o Brasil é um novo Brasil e falar o *slogan* de campanha do Presidente atual. Isso fere os educadores e as educadoras, fere o próprio projeto pedagógico das escolas e desmascara o fato de que eles não são contra o Escola sem Partido. Eles querem na escola o mesmo método que foi utilizado por Hitler. Querem induzir o apoio ao Presidente da República e àqueles que ocupam, de forma atabalhoada e cruel, a Presidência. Isso é um desrespeito com os educadores e com as crianças. Obrigam os educadores a filmarem e a fotografarem o ato para encaminhar ao Ministério. Querem controlá-los como querem controlar os bispos, as mulheres.

Esses educadores e educadoras serão penalizados na reforma da Previdência, porque ali se obriga a ter o tempo de 30 anos de serviço e a idade de 60 anos. É uma crueldade essa proposta de reforma da Previdência! E aí, como eles não têm coragem de defendê-la, ficam mentindo. Da mesma forma que mentiram ao registrar, com falsidade ideológica, os oradores inscritos, também mentem aqui dizendo que a discussão é cantar ou não o Hino Nacional. Constrangem crianças - isso é contra a lei -, fotografando-as, filmando-as e exigindo que isso seja enviado ao Governo Federal.

Por fim, Nise da Silveira foi a voz contra manicômios, como o de Barbacena, que assassinou 70 mil pessoas, onde todos os profissionais, inclusive os da limpeza, aplicavam choques. Choques esses que este Governo quer que voltem à realidade das pessoas com transtorno mental.

Nise da Silveira, sim!



17.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 26/02/2019-17:52
Publ.: DCD - 2/27/2019 - MARCELO RAMOS-PR -AM
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Substitutivo oferecido pelo Relator da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 331, de 2018, sobre a criação do Prêmio Nise da Silveira de Boas Práticas e Inclusão em Saúde Mental.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PR - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PR vota a favor de todos os projetos que sejam bons para o País. Quero aproveitar a oportunidade para registrar que, hoje, o PR tomou uma decisão fundamental para o futuro do nosso País, a de fechar questão no sentido de que não votará nenhuma alteração, no caso da reforma da Previdência, quanto à aposentadoria de professores e professoras, reafirmando o nosso compromisso histórico com a educação, com a valorização de uma categoria tão fundamental. Os integrantes dessa categoria têm dupla, tripla jornada, muitas vezes têm que acumular uma série de atividades, enfrentam problemas psicológicos. Não têm privilégios. Precisam, sim, de uma garantia fundamental, em favor da dignidade dos professores e professoras do Brasil. O PR é a favor da reforma da Previdência, mas não de alteração na aposentadoria dos professores e professoras.

Nesta matéria, o partido encaminha o voto "sim".

Documento 218/370

17.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 26/02/2019-18:28
Publ.: DCD - 2/27/2019 - MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Necessidade de ampliação pela Casa da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, sobre a reforma previdenciária.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, a razão que me fez vir a esta tribuna nesta noite é para ponderar às Deputadas e aos Deputados que nós precisamos discutir qual é o modelo de Previdência que nós vamos implantar no Brasil.

Eu não estou falando se a idade é 65 ou 63 anos ou se o tempo de contribuição é 35 ou 40 anos. Esta Casa não foi alertada de que está sendo criada, no art. 201-A da Proposta de Emenda Constitucional nº 6, a possibilidade de se introduzir no Brasil o sistema de Previdência nacional, que é o sistema que vigora na Suécia, na Noruega e que, em 2013, foi instalado na Itália. Ainda é um modelo muito incipiente. Não está claro que haja a produção patronal, o que é para nós do Bloco do PDT é muito importante que ela exista.

Portanto, fica o alerta ao Plenário desta Casa para que haja um debate mais eficiente.

Sra. Presidente, peço a V.Exa. que divulgue meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 219/370

17.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/02/2019-18:48
Publ.: DCD - 2/27/2019 -	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento da oradora contrário à aprovação da proposta de reforma previdenciária, encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, eu não vou entrar nessa se cantam o hino ou se não cantam, porque vejo aqui muita gente que, na hora de cantar o Hino Nacional, não sabe. A questão maior é esta: nós não queremos a reforma da Previdência, porque ela vai, na verdade, lesar o servidor público, a servidora pública, os trabalhadores, e retirar benefício dos idosos portadores de deficiência. Essa reforma não combate os desvios de mais de 300 bilhões de reais da Previdência e quer colocar isso na conta do trabalhador.

Quem for cair nessa história de ficar falando de bandeira para lá, bandeira para cá estará perdendo a oportunidade de dizer o crime que este Governo está cometendo.

Documento 220/370

17.2019	Sessão Deliberativa Ordinária -	26/02/2019-19:00
	CD	
Publ.: DCD - 2/27/2019	MIGUEL LOMBARDI-PR -SP	



Sumário

Contrariedade à proposta de elevação da idade mínima para concessão do Benefício da Prestação Continuada a idosos carentes, preconizada na da proposta de reforma previdenciária.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO MIGUEL LOMBARDI.

Sra. Presidente, prezados Deputados e Deputadas, como a maioria de V.Exas. sabe tenho um compromisso de fé com as instituições vinculadas à Sociedade de São Vicente de Paulo - SSVP. Tenho pautado minha ação parlamentar na defesa das entidades vicentinas do Estado de São Paulo. Eu conheço de perto os desafios das instituições que acolhem idosos, crianças e pessoas em situação de pobreza.

Como Deputado que busca defender os interesses das obras unidas no Congresso Nacional, tenho o compromisso de sensibilizar os demais Parlamentares sobre a proposta de ampliar a idade mínima para que idosos pobres tenham o direito de receber o Benefício de Prestação Continuada - BPC. Pelas regras atuais, têm direito a esse benefício pessoas que comprovem deficiência ou que não tenham condições de se sustentar a partir dos 65 anos. A nova Previdência quer ampliar esta idade para 70 anos. Eu sou a favor da reforma, mas sou contra este item porque sei o quanto esta mudança pode piorar a qualidade de vida e até levar muitos idosos à morte.

De acordo com institutos de pesquisa de credibilidade no mercado, o gasto com o BPC corresponde a aproximadamente 4% das despesas primárias do Governo. A manutenção desse item é possível. O aumento da faixa etária para o recebimento do BPC é injusto com a população mais idosa, tendo em vista os privilégios mantidos em aposentadorias do Judiciário e das Forças Armadas. É notável o esforço feito pela sociedade em pagar um funcionário público federal inativo. O gasto é praticamente 10 vezes maior do que honrar a aposentadoria de um trabalhador do setor privado.

Sra. Presidente, não é novidade o quanto a população brasileira vem

envelhecendo, os dados de diversos organismos governamentais e privados apontam para esta tendência. Um comportamento que pressiona o Estado a fornecer equipamentos e serviços de qualidade para esta faixa da população. A falta de investimentos em políticas nesse sentido está atrelada à incapacidade orçamentária da União, que é também reflexo da retração da economia. A crise econômica pela qual estamos passando tem produzido trabalho de baixa qualidade e também ampliando a informalidade.

É evidente que este cenário piora a expectativa de vida deste grupo. Segundo dados do INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa, em 2050, o Brasil será o décimo maior país em proporção de idosos, com 39% da população pelo menos sexagenária. É um número preocupante em diversos aspectos, principalmente quando consideramos que uma parcela crescente de toda renda gerada no País é destinada ao sistema previdenciário.

Portanto, Sra. Presidente, ainda há espaço na nova Previdência para cortar privilégios e manter a dignidade dos idosos em situação de pobreza.

Muito obrigado!

Documento 221/370

18.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/02/2019-
CD 11:32

Publ.: DCD - 2/28/2019 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
37

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à proposta governamental de reforma

previdenciária.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PSOL orienta que se vote "não" à inversão, mas vou aproveitar o tempo de Líder neste momento para fazer mais uma consideração sobre a reforma da Previdência.

Diz a capa do jornal *Folha de S.Paulo* de hoje: "*Reforma da Previdência tira regra de reajuste via inflação*", ou seja, as aposentadorias não serão mais reajustadas de acordo com a inflação. Vamos desconstitucionalizar essa questão e jogá-la para uma lei complementar. Tudo será reajustado abaixo da inflação ou ficará sem reajuste. É disso que se trata, num País que já teve megainflações.

Nós temos que entender que essa reforma é para atingir os pobres. Noventa por cento do que Paulo Guedes quer arrecadar, na prática, vem de quem ganha de um a dois salários mínimos. Hoje são 10 milhões de pessoas na aposentadoria rural e mais 20 milhões na urbana. A esmagadora maioria ganha um salário mínimo - exatamente isso -, e o reajuste não vai ser nem pela inflação. Então, é óbvio que essa reforma visa atingir os pobres.

Tomo agora outro aspecto da reforma. Falam em economizar 1 trilhão e 200 bilhões de reais, mas o que isso quer dizer exatamente? Esse dinheiro vai para onde? Vai para pagar juros para o capital financeiro? Para onde ele vai?

A aposentadoria paga ao trabalhador rural, no interior deste Brasil, assim como a aposentadoria urbana... Um salário mínimo é às vezes o que alimenta a economia de uma cidade do interior. O armazém só abre quando chega a aposentadoria rural. O cidadão que ganha de um a dois salários mínimos gasta o dinheiro com o quê? Ele gasta com comida, com sapato, com gêneros de primeira necessidade. Ele movimentava o consumo e estimula o comércio e a produção.

Por isso, companheiros, acho que deveríamos notificar a sociedade brasileira de que essa lógica que o Governo Bolsonaro está tentando vender de que vai combater privilégios é uma grande mentira, porque de 850 bilhões a 900 bilhões de reais sairão do pobre esfolado, pelo tempo de contribuição que vai pagar, porque ele não vai se aposentar pelo BPC. Esse dinheiro sairá contribuição do trabalhador e da trabalhadora rural, da professora, que vai trabalhar até 60 anos, de todo o povo brasileiro, que não atinge o tempo de contribuição de 40 anos e nem de 20 anos, para começar a receber a aposentadoria com apenas 60% do salário.

Trata-se de uma perversidade contra o povo brasileiro, porque, na

verdade, a elite brasileira e o capital financeiro não querem taxar os ricos, não querem imposto territorial rural nem reforma tributária, não querem taxar grandes heranças nem grandes fortunas, não querem acabar com os refinanciamentos que nós aprovamos nesta Casa.

"Não" a essa proposta de reforma da Previdência!

Documento 222/370

18.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/02/2019-
CD 11:48

Publ.: DCD - 2/28/2019 - GLEISI HOFFMANN-PT -PR
41

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu subo à tribuna para fazer uma proposta a esta Casa, uma proposta ao Jair Bolsonaro, que mandou a esta Casa uma proposta de reforma da Previdência.

Gostaria que aqueles que apoiam essa proposta pudessem viver 1 mês, 1 único mês, só 1 mês, com 400 reais, porque 400 reais é o valor do piso da aposentadoria ou da assistência que a proposta de previdência social traz para os trabalhadores brasileiros. Quatrocentos reais é o que a maioria dos membros desta Casa gasta num jantar, talvez numa garrafa de vinho, mas é o que o Governo Jair Bolsonaro está propondo para o povo, logo ele, o Presidente que se aposentou aos 33 anos de idade e que recebe 27 mil reais por mês.

Não precisam olhar uns aos outros aqui para aceitar a proposta. Olhem para quem trabalha nesta Casa, para quem faz aqui os serviços gerais, para quem serve o nosso cafezinho, para quem limpa os corredores do Congresso: essa gente sacoleja nos ônibus que vêm desde a periferia para chegar aqui. Essa gente tem criança para criar, casa, família!

Temos que dizer para eles que o que estão propondo para a Previdência é que, para eles se aposentarem com o salário que ganham agora - um salário já pequeno, um salário de dificuldade -, terão que contribuir por 40 anos, porque, se não contribuírem por 40



anos, ganharão 400 reais.

É uma vergonha nacional o que se faz com o trabalhador e com a trabalhadora brasileira! Quem vive com 400 reais, 600 reais? Quem vive com o salário pequeno que as pessoas ganham, com o desemprego que há no País? Só um Governo que não discutiu, que não teve coragem de fazer o debate durante a campanha para propor isso. Devia ter dito a seus eleitores: *"Vou mandar uma proposta de reforma da Previdência que vai aumentar o tempo de contribuição do trabalhador. Eu vou mandar uma reforma da Previdência que vai reduzir o piso de 1 salário para 400 reais. Eu vou mandar uma reforma da Previdência que vai retirar os direitos do trabalhador e da trabalhadora rural"*. É preciso ter vergonha na cara!

Então, para esse pessoal que é vociferante aqui no plenário na defesa deste Governo tão moralista, vivam com 400 reais! Quem aqui conseguir viver com 400 reais por mês vai ter moral para votar a reforma da Previdência de Jair Bolsonaro. Agora, se não se conseguir isso, é melhor que nós coloquemos essa reforma no cesto do lixo.

O povo brasileiro não merece uma coisa assim, quando 50% da nossa população vivem com até 2 salários mínimos e não conseguem estar empregados a vida toda. Como vão pagar a Previdência?

Nós construímos no País um sistema de seguridade social para a proteção das pessoas, para que os mais pobres tivessem condições de sobreviver.

Eu quero deixar esta proposta para a Casa: aqueles que gastam 400 reais em jantar que tiverem dignidade, que tiverem coragem, vivam com 400 reais! Só assim terão moral para votar uma reforma da Previdência tão atrasada e má com o povo brasileiro.

Hoje ainda saiu a notícia de que sequer a inflação vai ser considerada para o reajuste desses salários. Pensem os senhores! Nos vivemos em um País onde a maioria é pobre, onde as pessoas se viram para viver. Então, os senhores, que ganham perto de 30 mil reais, tenham a decência de não votar uma reforma da Previdência que retira direitos dos mais pobres!

Nós estaremos aqui, a bancada do PT, que sempre esteve ao lado do povo brasileiro, junto com Lula, que sempre deu dignidade ao povo brasileiro, defendendo o povo e os trabalhadores.

Mas reitero a proposta: vivam com 400 reais e terão moral para votar a reforma da Previdência!

18.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/02/2019-
CD 11:52

Publ.: DCD - 2/28/2019 - ERIKA KOKAY-PT -DF
42

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 859-B, de 2017, sobre a aprovação do texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, acerca da criação do Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, Estado da Bahia. Contrariedade à proposta de reforma previdenciária. Repúdio à contratação pelo Presidente da Caixa Econômica Federal de seu personal trainer para o cargo de consultor.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, nós estamos discutindo Monteiro Lobato, que resgata as raízes do povo brasileiro.

Isso - Monteiro Lobato - é patriotismo. Patriotismo não é obrigar crianças e adolescentes a cantar o Hino Nacional e a ouvir e repetir o *slogan* de campanha de Jair Bolsonaro. Patriotismo não é entregar o pré-sal. Patriotismo não é dizer que as nossas estatais são filhos drogados do Brasil. Patriotismo é respeitar o patrimônio público, é respeitar os direitos conquistados. Não há patriotismo em retirar o abono salarial de 21 milhões de brasileiros e brasileiras, quando se retira o direito ao abono salarial - um salário anual - apenas a quem ganha até um salário mínimo. Patriotismo não é condenar as pessoas que são incapacitadas de continuar na vida laboral a ter apenas 60% de uma aposentadoria.

Nós acabamos fazer uma homenagem em defesa da dignidade dos que sofrem de doenças raras, mas aqui, subterraneamente, há um projeto de reforma da Previdência que faz com que os incapacitados que tenham direito à aposentadoria por invalidez recebam apenas 60% do seu salário!

Vejam, aumentar o tempo para 20 anos de contribuição significa excluir, tomando os dados de 2016, por volta de 60% das pessoas que se aposentaram, porque o Brasil é o país do desemprego. O PIB não cresceu. Aliás, houve diminuição da balança comercial no Brasil no mês de janeiro. Este é o Brasil real, de quem tem calos nas mãos. Enquanto isso, o Presidente da República vai para uma solenidade da Itaipu Binacional elogiar Stroessner que, na verdade, fez desaparecer 30 mil pessoas, que foi um dos articuladores da operação de

perseguição da democracia na América do Sul.

Portanto, nós estamos aqui para dizer que, para defender Monteiro Lobato, têm que defender o País, têm que defender o seu povo. Monteiro Lobato falou do imaginário do povo brasileiro, falou do folclore do povo brasileiro, deu vida à ludicidade. Há incoerência por parte dos que apunham o povo brasileiro mais pobre com essa reforma que, na verdade, elimina a Previdência.

Também está nas páginas dos jornais uma negociação, um "toma lá, dá cá". Estão falando inclusive em banco de talentos. Eu pergunto: que talento tem o *personal trainer* do Presidente da Caixa Econômica para ser alçado à condição de consultor daquela presidência ganhando 30 mil reais? E o que diz o Presidente da Caixa: "*Ele entende de esporte, e a Caixa patrocina esportes*". O que ele está dizendo para o povo brasileiro? "*Sim, é isto mesmo: coloquei o meu personal trainer para ganhar 30 mil reais às custas do povo brasileiro.*" Isso é talento?

Documento 224/370

18.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/02/2019- CD	11:56
Publ.: DCD - 2/28/2019 - 43	CORONEL CHRISÓSTOMO-PSL -RO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO	

Sumário

Necessidade de atuação dos Parlamentares em prol da aprovação de matérias de relevante interesse do povo brasileiro.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PSL - RO. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados e Deputadas, meu bom dia e meus respeitos a cada um dos presentes.

Sra. Presidente, meus agradecimentos pelo espaço.

Eu quero trazer um assunto que tem a ver com a Direita e com a Esquerda, meu amigo Frota. Não é hora de discutirmos o sexo dos anjos. Chega de falarmos de coisas repetidas milhares de vezes! Não é o caso! O povo lá na rua está dizendo: "*Deputado, Deputada, seja de Esquerda, seja de Direita, eu anseio por coisas votadas no plenário da Câmara, no Congresso, que sejam de interesse dos brasileiros*". Chega de falar de vinho de 400 reais - o lado de cá não conhece isso, mas o de lá conhece. Chega!

É hora de o Brasil crescer. É hora de votarmos pautas importantes, como a reforma da Previdência. Vamos parar com isso, vamos buscar o que é importante. A hora é de trégua. Até no combate, até na guerra, faz-se trégua para tratar de paz. É hora e Esquerda e Direita parar, sentar e discutir coisas importantes. Os brasileiros precisam disso. Parem de criar confusão aqui dentro! É hora de buscar o entendimento para que possamos votar, sim, a favor da reforma da Previdência, a pauta importante.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vamos acabar com isso.

Vamos nos juntar para dar alegria ao povo brasileiro! Vamos fazer com que o povo brasileiro tenha orgulho de cada um de nós, por favor. Lá em Rondônia os rondonienses estão pedindo que isso aconteça.

Há pauta que entra aqui e não é votada por causa de discussões de lá e cá, sem nenhum acréscimo para nenhum de nós e para nenhum brasileiro.

Portanto, chegou a hora de nós nos unirmos. A guerra vai parar. Assim como em qualquer guerra, senhores coronéis e Deputados, há hora de parar para buscar a paz. Como essa aqui é apenas uma guerra de discussão, uma guerra de vontades, é mais fácil parar e buscar o crescimento dentro do plenário, porque o povo brasileiro anseia por isso.

Portanto, meus amigos do lado esquerdo e do lado direito, vamos nos unir e parar com discursos que não interessam aos brasileiros. Por favor, senhores, ouçam a voz da rua! Parem com isso!

Obrigado, Presidente.

Documento 225/370

18.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/02/2019-
CD 12:00

Publ.: DCD - 2/28/2019 - ALEXANDRE FROTA-PSL -SP
44

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Inconsistência de discursos de Deputados oposicionistas contra o Governo Jair Bolsonaro. Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 859-B, de 2017, sobre a aprovação do texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, acerca da criação do Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a

Infância e a Juventude, assinado em Salvador, Estado da Bahia.

O SR. ALEXANDRE FROTA (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, Presidente, eu acho engraçado que o PCdoB - o partido que quase acabou nas últimas eleições - sobe ali do outro lado e vem falar que o PIB não cresceu e que há 14 milhões de desempregados, como se isso fosse culpa do Governo Bolsonaro. Mas não. A culpa é desses Governos que ficaram aí durante 20 anos saqueando os cofres públicos do Brasil. Essa é a verdade. Eles querem, em 58 dias de Governo Bolsonaro, responsabilizar o Governo pelo que fizeram durante os últimos 20 anos. Eles arrombaram os cofres públicos, e a corrupção estava em todos os segmentos. Ou eu estou errado? Está aí no livro. É só abrir o livro da história do Brasil. Vocês verão que esses partidos que sobem hoje aqui, durante muitos anos, roubaram o País, corromperam. São corruptos, ladrões e vagabundos. Ou eu estou errado? Eu desafio alguém aqui a dizer que eu estou errado.

Nós estamos tentando consertar o caos, e eles reclamam que eu não fico em cima do tema.

Mas eles já estão aqui julgando a reforma da Previdência, ou seja, quem fala sempre do tema de que não era para falar são eles.

E, aí, sobe aquela santa daquela Deputada, que é uma santa, pra falar de moral. Ela deveria fazer uma proposta. O partido dela ficou aí 13 anos, e qual foi a proposta que eles fizeram? Nenhuma. Não fizeram proposta nenhuma. Eu acho legal ela subir aqui e falar como se ela tivesse todo o direito, toda a moral. Arrombaram os cofres públicos! Aliás, levaram os Correios, ela sabe muito bem, à falência. E ela sabe por que os Correios faliram.

Então, agora eu vou falar sobre Monteiro Lobato, um grande autor a ser lembrado, reverenciado. É muito importante o prêmio. Ele traz esperança para a educação. O intercâmbio Portugal e Brasil é importante para ambos os países. Nossa literatura merece respeito, e eternizar o autor por meio do prêmio é louvável.

Parabéns aos Relatores! A cultura é para todos.

Muito obrigado. Fiquem com Deus.



Sumário

Origem e condição social e política do orador. Inércia do Governo Jair Bolsonaro no combate à corrupção. Esclarecimento sobre a atuação do PSOL como partido de Esquerda e oposicionista. Caráter demagógico de discursos proferidos no plenário sobre a situação do País. Contrariedade à aprovação da proposta de reforma previdenciária.

O SR. DAVID MIRANDA (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, todos e todas presentes aqui no plenário, eu sou um jovem que vem da favela do Jacarezinho, sou negro, sou LGBT, e esse é o meu primeiro pronunciamento aqui nesta Casa. Nesta Casa, formatamos leis para proteger e dar norte à população do nosso País. Nesse lugar aqui, eu tenho que sentar com pessoas que quebraram a placa da minha companheira que foi assassinada, Marielle Franco; nesse lugar, eu tenho que sentar com Parlamentares envolvidos em escândalos e escândalos de corrupção, como Aécio Neves; nesse lugar, há muitos que foram eleitos por uma onda que se chama Bolsonaro, que chegaram aqui e não conseguem utilizar esses microfones para falar dos laranjas, para falar da situação do Queiroz e que o Flávio desapareceu da mídia. Desapareceu, não aparece nos eventos.

Eu venho aqui também para fazer uma denúncia. Esse Governo chegou ao poder dizendo que ia combater a corrupção, mas utilizou laranjas no seu partido para chegar ao poder, utilizando o mesmo sistema. Temos o superministro Moro, que agora fala que caixa dois não é mais corrupção, contradizendo a sua própria fala de anos atrás, antes de chegar ao poder. Aqueles que chegam ao poder e se corrompem já estão no poder, estão na Presidência deste País, estão no Senado, estão nesta Casa aqui. Eu tenho vergonha de muitos aqui, mas eu também tenho muito orgulho de muitos companheiros que chegaram aqui que foram moldados na luta. Há muitas mulheres aqui, mulheres negras, que saíram da periferia e chegaram aqui como eu.

Vou concluir, dizendo a esses Parlamentares que querem falar da Esquerda: prestem atenção, porque a Esquerda tem partidos, e o PSOL foi um partido de oposição ao Governo PT, enquanto Bolsonaro era da sua base. Esse partido do qual tenho muito orgulho de fazer parte é o partido que combate as milícias no Estado do Rio de Janeiro, é o partido que mais combateu aqui e apresenta projetos.

Eu fui um jovem Vereador na cidade do Rio de Janeiro. Nos 2 anos em que estive lá, passei mais de 15 projetos naquela casa, o que

Bolsonaro não fez em 30 anos, nesta Casa.

Muitos Parlamentares vêm aqui para fazer discurso demagógico sobre a situação do País. Mas querem o quê? Querem fazer um confronto com a Venezuela, sem pensar na população de rua que temos, sem pensar em saneamento básico para a população brasileira, sem fazer investimento em infraestrutura. Todo o Governo deveria ter pensado nisso. O Governo da China, em 2010, quando seu país estava passando por uma das maiores crises, foi refazer a infraestrutura do país inteiro. Isso gera trabalho, gera renda e faz com que as pessoas consigam se habituar.

Em vez disso, nós temos o quê? Uma reforma da previdência que vai pegar os mais pobres. É sempre assim. São eles que vão pagar a conta.

Nós já sabe que as máscaras dessa galera que chegou aqui dizendo que não era da corrupção já estão caindo.

Vocês vão receber o pagamentozinho lá para votar a reforma da previdência, mas nós vamos estar aqui resistindo.

Documento 227/370

18.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/02/2019-
CD 12:12

Publ.: DCD - 2/28/2019 - REGINALDO LOPES-PT -MG
47

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 859-B, de 2017, sobre a aprovação do texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, acerca da criação do Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, Estado da Bahia. Contrariedade à aprovação da proposta de reforma previdenciária.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta. Quero aqui primeiramente dizer da importância deste projeto. Homenagear, com certeza, um dos maiores autores da literatura infantil e também da literatura para os nossos adolescentes é fundamental para um resgate da nossa memória, da nossa história.

Mas também Monteiro Lobato sempre foi um nacionalista que defendia



a soberania nacional, e não alguém que é ultranacionalista de fachada e que, na verdade, tem preconceito contra os outros povos. Eu posso dizer isso, porque ele compreendia muito bem qual era o papel estratégico e o projeto de Estado brasileiro, quando ele se manifestou a favor da campanha *O Petróleo é Nosso*, e, com certeza, foi fundamental para a consolidação do Brasil como uma Nação.

Quero aqui também dizer que ele sempre trabalhou temas importantes.

Eu tenho a convicção de que jamais, se ele estivesse aqui hoje, defenderia confundir, num projeto de reforma da Previdência, o que é direito do cidadão brasileiro de ter acesso à renda básica universal, uma renda mínima, com o direito humano, o direito sagrado à aposentadoria.

O que está ocorrendo agora com este projeto encaminhado pelo ultraliberal Paulo Guedes é uma confusão, porque, de fato, o povo brasileiro tem direito de gozar a sua aposentadoria, e alterar a idade de 65 anos para 70 anos é um crime contra os idosos no Brasil.

A maioria dos idosos ganhou cidadania e dignidade com o Benefício de Prestação Continuada. A maioria dos idosos ganhou dignidade com a aposentadoria especial da trabalhadora e do trabalhador rural. Diga-se de passagem, são eles que colocam na mesa do povo brasileiro, todos os dias, mais de 80% do que nós consumimos.

De fato, este Governo antinacionalista, ultraliberal, persegue os pobres. Esta é a essência da reforma da Previdência, que é cheia de armadilhas e pegadinhas. Mas, Deputado Alexandre Padilha, na verdade, as armadilhas e as pegadinhas são contra os mais pobres.

Faz um discurso de enfrentamento ao privilégio. Estou aqui dizendo que estamos dispostos a enfrentá-lo, e ele existe. Mas, na verdade, o que busca é perseguir os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, as mulheres, os professores, os educadores da escola básica, a etapa mais fundamental do nosso processo educacional no País, e também as pessoas com deficiência e os idosos do País.

Portanto, esta reforma é uma vergonha, e nós precisamos enfrentar e debater uma proposta que de fato não seja reforma.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Peço-lhe que conclua, Deputado.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Este tema de reforma, na verdade, é uma pauta de governos que nunca tiveram nenhum projeto estratégico para o País. Governos comandados pelo mercado financeiro, com uma lógica ultraliberal, antinacionalista, sempre

buscam de fato colocar o tema no centro do debate, como se o problema do País se resolvesse com a palavra "reforma".

Fazer ajuste eu compreendo que sim. Fazer ajuste em sistema público de previdência sempre é necessário. Mas transformar ajustes em destruição do nosso sistema mais interessante e ousado que os Constituintes construíram em 1988, a chamada seguridade social, é uma falta de pauta, é uma falta de programa para o atual Governo.

Portanto, eu quero dizer que esta reforma, com certeza, se fosse aprovada, prejudicaria a retomada do crescimento econômico e prejudicaria o crescimento do mercado interno.

Obrigado, Presidenta.

Documento 228/370

18.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/02/2019-
CD 12:32

Publ.: DCD - 2/28/2019 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA
53

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma previdenciária apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro. Expectativa de rejeição da matéria pela Casa.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, colegas Parlamentares, ontem ouvi uma entrevista do Presidente da República, o Sr. Jair Bolsonaro. S.Exa. pediu patriotismo aos Parlamentares desta Casa, na discussão e na decisão sobre a reforma da Previdência.

Eu queria sugerir ao Presidente que fosse até o Maranhão, que fosse lá ao interior do Maranhão e falasse com uma mulher trabalhadora rural, quebradeira de coco, e pedisse a ela patriotismo, dizendo a ela que terá que trabalhar na quebra de coco por mais 5 anos, para se aposentar. Eu queria que o Presidente fosse até o interior do Maranhão e falasse com o roçador de juquirá que agora, para se aposentar, ele vai ter que trabalhar 20 anos, contribuindo com pelo menos 600 reais por ano, para poder alcançar a sua aposentadoria.

Eu queria que S.Exa. pedisse patriotismo aos garis e às empregadas domésticas, que agora, se não conseguirem se aposentar e tiverem que recorrer a um benefício da Previdência, terão que sofrer com o



pagamento de míseros 400 reais, durante 10 anos, após completar os 60 anos de idade. Queria que o Presidente pedisse esse patriotismo a uma professora, que agora terá que trabalhar mais 10 anos para alcançar a sua aposentadoria.

Eu queria que S.Exa. dissesse a um empregado e a um operário da construção civil o seguinte: *"Você, que é operário da construção civil, que ganha entre um e dois salários mínimos, não vai receber mais o abono salarial que todos os anos tinha direito de sacar na Caixa Econômica Federal"*.

Eu queria que S.Exa. pudesse encaminhar esse pedido não a essas pessoas. Se quer pedir patriotismo, por que não pede aos banqueiros, por que não pede aos verdadeiros detentores das riquezas em nosso País?

Infelizmente, o que estamos vendo é que essa reforma da Previdência só está penalizando os mais pobres, só está caindo na cabeça daqueles que sofrem todo santo dia para sobreviver neste País.

Nós não podemos aceitar isso, em hipótese alguma!

O Presidente também admitiu que pode recuar. É muito importante ouvir isso do Presidente, mas terá que recuar 100%, porque eu tenho procurado e, até agora, não encontrei nada nesse projeto que favoreça a população brasileira. Na verdade, S.Exa. deveria colocar a mão na consciência e se lembrar das suas promessas de campanha, porque não foi isso que defendeu perante o povo brasileiro, mas, no entanto, é o que está praticando agora, enquanto governante.

O Presidente deveria entender que esse projeto interessa aos banqueiros do nosso País. Não é à toa que colocou um banqueiro como Ministro da Economia. Na verdade, o que eles querem é desmantelar a previdência pública, para obrigar os brasileiros e as brasileiras a comprarem um fundo de previdência no Bradesco ou no Itaú. É isso que eles querem. Querem mercantilizar a Previdência em nosso País, e nós não podemos aceitar!

Eu tenho certeza de que o Brasil inteiro, a população brasileira, sobretudo os mais pobres, aqueles que mais sofrem para viver em nosso País, hoje está tomando conhecimento e, a cada dia, descobrindo uma maldade nova dentro desse projeto de reforma da Previdência.

Não vai ser fácil aprovar essa reforma, da forma que está, Sra. Presidente. Vai ter que ralar muito! Não basta trocar a Liderança do Governo, não basta liberar as emendas dos Parlamentares. Vai ter que ralar muito, porque vai haver muita luta neste País! Ninguém vai aceitar

mansamente, pacificamente, a retirada de direitos dessa forma. Se querem modificar os rumos do nosso País, comecem pelos grandes, pelas grandes fortunas.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Deputado, preciso que V.Exa. conclua e oriente, porque nós precisamos votar esta matéria.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Vou concluir, Sra. Presidente.

Por que não começa pelas grandes fortunas? Por que não taxa as heranças dos grandes bilionários do País? Por que são os pobres que têm que pagar essa conta? É essa a nossa inquietação e é essa a nossa luta nesta Casa.

Vamos até o fim! Com certeza, venceremos!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 229/370

18.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/02/2019-
CD 12:56

Publ.: DCD - 2/28/2019 - PAULO GANIME-NOVO -RJ
61

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação da proposta governamental de reforma da Previdência Social. Regozijo com a aprovação da proposta de criação dos cadastros positivos de crédito e com as medidas de agilização do processo de criação de CNPJ para empresas.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sra. Presidente! Boa tarde, colegas da Câmara!

Vamos encerrar hoje as atividades desta semana e só voltaremos depois do carnaval. O Brasil praticamente para durante alguns dias, a Câmara para por mais de uma semana, mas espero que o Brasil não fique parado por vários anos, como tem acontecido recentemente.

Precisamos aprovar reformas estruturantes para o nosso País, para o Brasil voltar a crescer, para o Brasil voltar a andar. Precisamos aprovar de forma urgente, o mais célere possível - passando, é claro, pelas Comissões devidas, com uma boa discussão não só dos nossos



colegas da Câmara e do Senado, mas também da sociedade -, a reforma da Previdência. Eu espero que estejamos imbuídos desse espírito, porque o Brasil não vai voltar a andar, mesmo depois do Carnaval, se não nos preocuparmos em aprovar esta reforma tão fundamental.

Eu fico feliz também que outras medidas fundamentais para o avanço do Brasil estejam acontecendo. Vimos a aprovação nesta Casa, na semana passada, do cadastro positivo de crédito, que é um ponto fundamental para reduzirmos de forma estrutural os juros, principalmente para aquelas pessoas que não têm acesso a crédito tão facilmente assim.

Outro ponto fundamental, mencionado ontem pelo nosso Secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, o Secretário Paulo Uebel, que está fazendo um ótimo trabalho na Secretaria, foi a questão do registro do CNPJ, da legalização das empresas, em 1 dia. Isso vai muito em linha com os valores do NOVO. Acreditamos muito na liberdade com responsabilidade. Temos que acreditar mais nas pessoas, acreditar mais nos brasileiros. Contudo, é claro, se as pessoas não cumprirem com aquilo que estão dizendo, elas têm que ser punidas severamente. Essa mudança no processo que agiliza para 1 dia a abertura do CNPJ, acreditando empreendedor, no micro e no pequeno empreendedor, é muito positiva.

Isso vai em linha com a necessidade que temos de melhorar os nossos índices no *ranking Doing Business*. Acredito que, ao entrar em vigor essa mudança, vamos conseguir saltar várias posições no *ranking Doing Business*.

Portanto, eu queria deixar claro que todas essas medidas vão em favor do Brasil. Para o Brasil voltar a crescer, com mais segurança, mais liberdade para o empresário, para o empreendedor e para o trabalhador também, temos que voltar a falar da reforma da Previdência, que é fundamental para voltar a aquecer a economia brasileira, para garantir o ajuste fiscal e para garantir também que nosso futuro, que nossa aposentadoria vai existir. Sem essa reforma, nada disso acontece.

Obrigado! Um bom carnaval para todos! Que voltemos com mais serenidade e com mais vontade de trabalhar pelo Brasil, e não por pautas individuais, com disputas políticas. Trabalhem para o bem do Brasil e, principalmente, das pessoas mais necessitadas. Obrigado! Boa tarde!



18.2019

Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/02/2019-
CD 13:08

Publ.: DCD - 2/28/2019 - ERIKA KOKAY-PT -DF
66

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma previdenciária. Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 514-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em Kingston, em 13 de fevereiro de 2014.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, antes de se falar em cortar despesas, era necessário que se vissem as receitas. Nós temos um dos maiores sistemas de proteção social, através da Previdência, e que não diz respeito apenas à aposentadoria. É na Previdência que nós temos o auxílio-doença, o salário-maternidade. Enfim, é uma proteção social para o conjunto da população.

E o que nós estamos vendo? O Governo não fala no combate à sonegação. Nós sabemos que quase meio trilhão de reais foram sonegados à Previdência Social. Os recursos que deveriam estar compondo o caixa da Previdência foram, em grande medida, utilizados para outras despesas. Todos e todas sabemos que a Ponte Rio-Niterói foi construída com recursos que deveriam ter ido para a Previdência.

A Previdência tem grandes devedores. Um milhão de empresas devem à Previdência; por volta de 4 mil são responsáveis pela maioria da dívida. E 82% dessas empresas estão vivas, não são empresas que fecharam - estão vivas! O próprio Governo fala que, desses quase 500 bilhões de reais devidos por essas empresas sonegadas é possível recuperar 160 bilhões de reais. Mas não se fala sobre isso. Querem apenas retirar a participação do Estado na Previdência. Na Noruega, o Estado contribui com 70% para a Previdência; nos países mais ricos do mundo, com 10%.

Diz-se que a economia será de 1 trilhão de reais. Mas esse 1 trilhão de reais vai sair da vida dos brasileiros e brasileiras e da vida dos Municípios. Quase 4 mil Municípios neste País têm na receita que vem pela Previdência um recurso maior do que aquele que recebem do Fundo de Participação dos Municípios.

Vão estancar a economia e, ao mesmo tempo, penalizar os pobres.

Quem ganha pouco mais de um salário mínimo não terá mais abono salarial. Apenas 6,5% apenas dos trabalhadores ganham um salário mínimo. Os trabalhadores que ganham 1.100 reais, 1.200 reais, 1.300 reais não terão abono salarial nem salário família. E querem dizer que essa reforma é a favor do pobre? Ela favorece o sistema financeiro.

Dizem que é para o futuro. Vejam o que é o sistema de capitalização, é fazer como se fez no Chile, que ainda assim foi elogiado. Aliás, as ditaduras têm sido muito elogiadas pelo Presidente da República. Elogiou ontem a ditadura de décadas do Paraguai, que matou por volta de 30 mil pessoas. E elogiou também...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Portanto, nós, que temos uma posição favorável a esse projeto de decreto legislativo, entendemos que o povo brasileiro não pode ser menosprezado. Ele tem inteligência. Ele faz contas e sabe que vai perder a sua aposentadoria e o seu benefício com essa proposta.

Para concluir, quero dizer que a nossa bandeira é verde e amarela. Nós nunca mudamos a bandeira verde e amarela, nunca. E nunca quisemos a bandeira vermelha para substituir esta Pátria. E é por amor a essa bandeira que seguimos em fileira. É por amor a essa bandeira que nós defendemos as nossas empresas públicas e defendemos o nosso povo. A nossa bandeira é verde e amarela, não é laranja.

Documento 231/370

18.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/02/2019-
CD 13:52

Publ.: DCD - 2/28/2019 - HILDO ROCHA-MDB -MA
82

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 514-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em Kingston, em 13 de fevereiro de 2014. Identificação cultural entre o Estado do Maranhão e a Jamaica. Tramitação na



Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, sobre a reforma previdenciária. Desvio de recursos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Açailândia, Estado do Maranhão. Críticas à atuação do prefeito da municipalidade.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Deputada Geovania de Sá, que preside esta sessão, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, estamos debatendo neste momento um projeto de decreto de lei que aprova um acordo entre dois Países, o Brasil e a Jamaica, para que ambos os Países dificultem a sonegação de tributos que ocorre geralmente nas transações comerciais entre os diversos países. Este decreto legislativo beneficia os dois países, portanto sou favorável a ele.

Por falar em Jamaica, como disse aqui agora há pouco o Deputado Márcio Jerry, o Maranhão é o Estado da Federação que tem maior identificação cultural com a Jamaica. O Maranhão é onde melhor se dança a Jamaica. Não há nenhum outro país no mundo, nem mesmo a Jamaica, onde o povo dance *reggae* mais agarradinho do que os maranhenses e as maranhenses. Portanto, a nossa identificação é muito grande. A melhor banda de *reggae* do Brasil, a Tribo de Jah, é lá do Maranhão.

Há várias homenagens sendo feitas ao *reggae* em todo o Estado do Maranhão, principalmente na nossa Capital, que, como aqui foi dito, é conhecida como Ilha do Amor, mas também como "a capital do *reggae* no Maranhão". Portanto, é muito simbólico para nós maranhenses participar desta sessão, em que nós autorizamos esse acordo entre Brasil e Jamaica para que os dois países possam arrecadar mais nas movimentações entre eles, principalmente no comércio.

Sra. Presidente, eu quero registrar também que já está tramitando aqui na Casa a PEC 6/2019, que trata sobre as modificações no regime previdenciário. Há déficit? Há. Mas há desvio? Há, e não apenas na Previdência geral, mas também na de muitos Municípios. Nos Estados do Brasil inteiro tem havido desvios.

Agora mesmo foi confirmado pelo Ministério da Fazenda, após uma fiscalização, um desvio de 20 milhões de reais do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Açailândia. O Prefeito atual da cidade, o Sr. Juscelino, deixou de arrecadar e de transferir dinheiro para o fundo. Isso é grave. Em função disso, a população foi às ruas fazer uma manifestação para tirar o Prefeito de Açailândia, que está fazendo uma péssima administração lá na cidade.

Solicito que este nosso pronunciamento seja divulgado no programa A

18.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/02/2019-
CD 13:56

Publ.: DCD - 2/28/2019 - WALDENOR PEREIRA-PT -BA
83

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da proposta de reforma previdenciária, encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, colegas Parlamentares, a apresentação da nova proposta de reforma da Previdência, protocolada que foi nesta Casa Legislativa pelo próprio Presidente da República, revela-se prova cabal, irrefutável, de que a eleição do Presidente Jair Bolsonaro representou o maior estelionato eleitoral da história política recente do Brasil.

O Presidente Jair Bolsonaro, quando Deputado e candidato, por 67 vezes usou desta tribuna para se posicionar contra a reforma da Previdência. Dizia ele que a reforma da Previdência apresentada pelo Governo anterior, de Michel Temer, era uma desgraça; dizia ele que a reforma da Previdência que tramitava nesta Casa era uma proposta desumana, porque estabelecia idade mínima de 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres; dizia ele que a proposta de reforma da Previdência que tramitava nesta Casa era injusta com os professores, com as mulheres, com os idosos. Pasmem, Srs. Parlamentares, público que nos acompanha pela *TV Câmara*: esse mesmo senhor, hoje Presidente eleito do Brasil, apresenta a esta Casa Legislativa uma proposta ainda mais perversa, ainda mais maldosa do que aquela que ele já caracterizava como ruim, injusta, maldosa e perversa com o povo brasileiro.

O Presidente Jair Bolsonaro tem razão: trata-se de uma desgraça - permita-me usar o termo - esta proposta da nova reforma da Previdência, que penaliza o povo brasileiro de uma forma geral e, de uma forma muito especial, os idosos, as mulheres e os agricultores familiares.

Em quase todos os artigos, as mulheres brasileiras serão penalizadas, com a ampliação de idade mínima, por exemplo, dentre outras maldades. Os agricultores familiares do Brasil vão ter que contribuir por

20 anos - 20 anos! - e ter uma idade mínima de 60 anos, ampliando inclusive a idade mínima das mulheres em mais 5 anos. E os idosos do Brasil, que são...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT - BA) - Agradeço a V.Exa.

E os idosos do Brasil, Deputado Marcelo Nilo, Deputado Zé Neto, meus colegas Deputados Estaduais da Bahia, também serão penalizados, pois o valor de seu benefício mensal será de inicialmente até 400 reais.

Tem razão, portanto, o Presidente, que, então na condição de Deputado e candidato, mentiu para o povo brasileiro, enganou o povo brasileiro, se posicionando contra uma reforma que era menos ruim, menos maldosa, menos perversa do que a própria reforma que ele teve o cuidado de vir pessoalmente protocolar nesta Casa Legislativa.

Não, mais uma vez, à reforma da Previdência do Governo Bolsonaro!

Documento 233/370

18.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/02/2019-
CD 15:16

Publ.: DCD - 2/28/2019 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB
112

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Repúdio à determinação do Ministro da Educação de proferição, nos estabelecimento escolares, do slogan da campanha eleitoral do Presidente Jair Bolsonaro. Defesa de rejeição da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, falar deste acordo entre países na área da educação nos leva a uma reflexão sobre um tanto de coisas que temos passado ao longo das últimas semanas, quando o atual Governo, o Governo Bolsonaro, adota medidas que vão de

encontro a um tanto de coisas defendidas no ano passado.

Ontem houve mais um episódio realmente lamentável, quando o Ministro da Educação utilizou órgãos, setores e instrumentos institucionais para divulgar o *slogan* da campanha de Bolsonaro, inclusive determinando a filmagem de crianças.

Pois bem, a Oposição, liderada pelo Deputado Alessandro Molon, foi ao Ministério Público. Depois disso, o Presidente Bolsonaro, mais uma vez, engatou marcha à ré.

Eu espero que essa mesma marcha à ré ocorra com relação à reforma da Previdência. Ontem eu assisti, na televisão, a uma autoridade do Governo Federal, um dos seus Ministros, falando sobre a economia de 1 trilhão de reais em 10 anos. De onde sairá esse dinheiro, Sras. e Srs. Deputados? Sairá dos lugares mais longínquos do nosso País, dos Municípios mais pobres. Isso irá desabastecer a mesa daqueles que verdadeiramente precisam da Previdência Social.

Sra. Presidente, nós temos que chamar o feito à ordem nesta Casa. São 513 Deputados que vão determinar o futuro de um tanto de pessoas. Esse valor de 1 trilhão de reais não virá de economia, Sra. Presidente; virá da retirada de benefícios de um tanto de gente que precisa, sim, de uma reforma, mas uma reforma justa.

Com essa reforma que vai maltratar os produtores, os agricultores, as agricultoras, os pescadores do nosso País, podem ter certeza de que nós não vamos concordar - não vamos concordar de forma alguma! Nós estamos aqui para servir ao Brasil, não para servir aos poderosos.

Eu pergunto ao Presidente: o que ele fará com os milionários caloteiros da Previdência, que são os banqueiros, que são aqueles que devem? O Governo fecha literalmente os seus olhos para tudo isso.

Vamos enfrentar esse debate! É um debate importante e profundo! A Oposição estará perfilada, Sra. Presidente, nesse tema da Previdência Social.

Temos que tirar dos ricos, jamais tirar dos pobres!

Eu peço que a minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.



Sumário

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 824-B, de 2017, sobre a aprovação do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Belarus de Cooperação Educacional, assinado em São Paulo, em 13 de agosto de 2015. Preocupação do orador com os rumos do Plano Nacional de Educação. Defesa de rejeição da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, quero dizer que votarei favoravelmente ao projeto de cooperação educacional. Acho que este é o caminho do Brasil em relação a outros países. Temos que trabalhar estas relações e cooperações, ter entendimentos e não ser um país bélico, como alguns querem, os mesmos que tentam interferir em assuntos internos de outros países. O Brasil é referência nas questões humanitárias - está aí o Haiti, para citar alguns exemplos. Enquanto os Estados Unidos não ajudam o Haiti, o Brasil é um grande exemplo de ajuda a países mais pobres do mundo.

Quanto à educação, temática de que trata este projeto, estamos hoje realmente preocupados com o futuro da educação no nosso País. Tivemos no período Lula e Dilma grande crescimento: investimentos ano a ano em educação no Orçamento Geral da União e a ampliação das universidades. Alguns Parlamentares aqui falam das universidades criadas neste período, das oportunidades oferecidas aos jovens para cursar nível superior. Tivemos a expansão das escolas técnicas, Deputado Camilo, dos IPHANs, em que mais de 300 unidades foram construídas e implantadas no Brasil. O Estado do Amazonas, por exemplo, que tinha três unidades do IPHAN, hoje tem 16, o que dá oportunidade a jovens do interior do Estado, a indígenas, a ribeirinhos, que não teriam chance alguma se não tivesse sido tomada a decisão política de priorizar a educação e de investir ano a ano recursos maiores para criar estas oportunidades.

Agora ficamos preocupados porque não sabemos se o Plano Nacional de Educação será implementado e se as metas colocarão o Brasil em outro patamar. Não sabemos como ficarão os recursos, já que a emenda constitucional do teto de gastos é um limitador, e precisamos trabalhar para revogá-la. O pior é termos um Ministro que maltrata a população, que diz que a universidade é só para a elite, não é para todos, e agora quer impor que se cante o *slogan* da campanha política do Presidente.

O Brasil inteiro repudia esta iniciativa. Os professores, principalmente

as professoras, estão preocupados porque agora, com a reforma da Previdência, eles serão os grandes prejudicados.

Defendo que se reveja este quadro. Vamos lutar contra esta proposta. Até os indígenas agora estão preocupados com os rumos da educação indígena.

Muito obrigado.

Documento 235/370

18.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 27/02/2019-15:32	
Publ.: DCD 2/28/2019 - 118	- ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Avaliação da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, demais pares, primeiro, é forçoso explicar que há um acordo do Plenário. Portanto, nem as inscrições correspondem àquilo que pensamos com referência ao acordo em discussão e possível votação, tampouco quem se inscreveu a favor ou contra corresponde também aos fatos.

Dito isso, neste momento, quero falar sobre a proposta de reforma da Previdência. O primeiro ponto é que ela desconstitucionaliza toda a Previdência Social, o que significa que, daqui por diante, se ela for aprovada, qualquer governo fará maioria muito mais fácil, porque futuras alterações serão feitas ou por projeto de lei ordinária ou por projeto de lei complementar. Não é pouco, ainda que não seja fácil perceber.

O segundo ponto é que todos, sem exceção, trabalharão mais. Isso contraria o discurso de que se combatem privilégios porque, se se quer fazer justiça, é preciso tratar de forma desigual os desiguais.

O terceiro ponto: se considerarmos as regras atuais - qualquer um pode fazer esta conta - e compararmos com a proposta apresentada pelo Governo, se ela vier a ser aprovada, todos, sem exceção, receberão menos.



O quarto ponto - a meu ver, talvez a parte mais cruel - diz respeito à alteração no chamado Benefício de Prestação Continuada. O que o Governo propõe? Hoje um idoso vulnerável, alguém na condição de miserabilidade, um deficiente com 65 anos, principalmente idoso, vai receber um salário mínimo. Para se manter esta regra, terão que ir até os 70 anos de idade. Para piorar, eles oferecem a quem tiver 60 anos um benefício de 400 reais, sem reajuste. O que é grave? Desvincula-se do salário mínimo.

Este é apenas o começo.

Eu sei que não vai dar tempo, mas quero continuar proximamente e acrescentar, para aproveitar, aquilo que diz a proposta, o que muitos ainda não perceberam: desvinculam a pensão, mesmo daquela pensionista ou pensionista que vai receber apenas um salário mínimo, do próprio salário mínimo.

Eles introduziram umas cotas: 50% são para a família, 10% são para a esposa ou o esposo, e outros 10% até completar os 100%. Portanto, se uma pensionista não tiver quatro filhos, se esta reforma for aprovada, ela não receberá um mísero salário mínimo.

Depois eu quero continuar a falar sobre este assunto.

Agradeço, Sra. Presidente.

Documento 236/370

18.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/02/2019- CD	16:00
Publ.: DCD - 2/28/2019 - 128	ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero retomar o tema da Previdência Social e quero recuperar o que eu já falei.

Primeiro, desconstitucionaliza-se toda a Previdência Social. Segundo, todos vão trabalhar mais. Terceiro, todos receberão menos. Ainda que os rurais continuem recebendo um salário mínimo, terão que contribuir,

porém, por 20 anos, e não apenas provar que trabalharam 15 anos.

Eu falei também daquilo que é a maior crueldade, que é desvincular o benefício do BPC do salário mínimo - este valor, só quando se chegar, e se chegar, aos 70 anos. Eu disse que desvincula a pensão do salário mínimo, mesmo aquela ou aquele pensionista que receber apenas um salário mínimo.

Agora, eles conseguiram inovar para além do inimaginável: até os aposentados serão atingidos. Vou explicar, e peço ao Sr. Presidente mais 1 minuto, conforme sugeri ao microfone.

Hoje um trabalhador, atingindo o seu direito de se aposentar, se quiser e tiver saúde para trabalhar, tem um contrato de trabalho normal. A empresa é obrigada a depositar o FGTS. Se a empresa o demitir sem justa causa, ela é obrigada a pagar a multa de 40%. Na proposta enviada pelo Governo, eles passam a ter aquilo que é apelidado de contrato precário de trabalho. A empresa está desobrigada de depositar o FGTS; ela não pagará a multa.

Mas, eu diria, para além do mérito, tem algo que é bom saber. O Tribunal Superior do Trabalho considerou que, uma vez estando aposentado, extinguiu o vínculo. Isso foi revisto pelo Supremo Tribunal Federal, com argumento sólido: um direito exercido não fere o outro direito também já adquirido. Portanto, tentam, na minha opinião, burlar uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

Como não dá tempo, eu quero dizer que erraram. Não creio que foi de má-fé, necessariamente, mas divulgaram, e isso tem que ser corrigido imediatamente. Aqueles que recebem o benefício de prestação continuada não contribuem para a Previdência, como os militares das Forças Armadas também não contribuem. Aí, eles lançam aquilo que é gasto com a pensão dos militares, mas não aquilo que os militares, tanto os da reserva quanto os reformados, recebem. Tem que se corrigir isso, senão...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha. Bloco/MDB - MA) - Tem a palavra o Deputado José Ricardo, por 1 minuto. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa. de plenário.

Concedo 1 minuto ao Deputado General Peternelli.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP) - Deputado Arlindo



Chinaglia, conclua seu discurso.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Peço a gentileza, porque o tema é sensível.

Sr. Presidente, há um modelo, neste plenário, que prefiro não usar: o de furar fila.

Quero dizer que é preciso corrigir, senão fica parecendo que o BPC custa mais do que determinadas pensões e/ou aposentadorias.

Agradeço muito, Sr. Presidente.

Agradeço, Deputado General Peternelli.

Documento 237/370

22.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	12/03/2019-14:20
Publ.: DCD - 3/13/2019 - LÉO MORAES-PODE -RO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações às mulheres do Estado de Rondônia. Empenho do orador na transposição de servidores públicos do extinto Território Federal de Rondônia para o quadro em extinção da União. Aperfeiçoamento da proposta governamental de reforma previdenciária. Necessidade de regularização de débitos de agentes públicos e de grandes empresas junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Defesa de discussão das reformas tributária e bancária.

O SR. LÉO MORAES (Bloco/PODE - RO. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, primeiramente gostaríamos de desejar, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, muito boa sorte e felicidades a todas as mulheres do Estado de Rondônia. Lembro que não é uma data festiva, não é um feriado comercial, mas é um dia de reflexão sobre a participação efetiva das mulheres em todas as decisões saudáveis do nosso País, afinal a temperança e o equilíbrio da mulher realmente se fazem necessários neste momento nebuloso do nosso País.

Também viemos aqui destacar a discussão em relação à transposição dos servidores do Estado de Rondônia. Estivemos no Ministério da Economia junto com outros Parlamentares e iremos ao Tribunal de Contas da União pedir ao Ministro Vital do Rêgo que seja apartada a

discussão da Emenda Constitucional nº 60, para os efeitos de suspensão que dizem respeito ao Estado de Rondônia, e que seja publicado o decreto da Emenda Constitucional nº 98, para inserção do Estado de Rondônia. Afinal, o que nós cobramos é paridade, é igualdade, para que tenhamos a mesma proporção de transposição. Gostaríamos de ter a mesma porcentagem e aproveitamento dos outros Estados.

Rondônia entrega muito para a Nação e recebe muito pouco de contrapartida e benefícios, desde a época da salvaguarda do nosso Estado e da Nação em áreas fronteiriças. O mesmo ocorre em relação aos nossos ex-servidores do território nacional. Produzimos muita energia elétrica e não ficamos sequer com os impostos.

Além disso, temos discutido a Previdência. Tem que se alterar, sim, o BPC; tem que se alterar a Previdência do trabalhador rural; tem que se cobrar, sem sombra de dúvidas, das empresas e também dos agentes políticos que devem ao INSS. Essa responsabilidade deve ser compartilhada e não imputada a quem mais precisa e menos tem, que é a população da nossa Nação. Temos que discutir reforma tributária e reforma bancária, para, aí sim, entregarmos um resultado saudável, positivo e justo à população.

Muito obrigado.

Desejo uma boa semana a todos nós!

Documento 238/370

22.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	12/03/2019-14:24
Publ.: DCD - 3/13/2019 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Necessidade de revisão da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Governo exagerou na reforma da Previdência. Dá para comparar usar, na avaliação da proposta, a relação entre veneno e remédio: veneno em pequenas doses é remédio; e remédio em altas doses vira veneno.

O Governo transformou em veneno a reforma da Previdência, quando



exagerou na idade mínima de 65 anos; no tempo de serviço de 40 anos; e no tratamento dado a algumas categorias, dentre elas a dos guardas municipais, que são aqueles que dão segurança à população, estão fardados, representam o Município, o cidadão, a cidadania, enfrentam os bandidos no cotidiano e merecem tratamento e aposentadoria especial, que não é considera.

Os professores também são castigados, assim como os guardas municipais, além de idosos, pobres, viúvos, viúvas e deficientes.

Essa reforma é ruim!

Documento 239/370

22.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	12/03/2019-14:40
Publ.: DCD - 3/13/2019 - NELSON PELLEGRINO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Exigência de inclusão dos militares das Forças Armadas brasileiras na proposta governamental de reforma previdenciária, como condição para tramitação da matéria na Câmara dos Deputados.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, amanhã vai ser instalada a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. A partir da instalação, pensa-se em iniciar a tramitação da reforma da Previdência.

Tenho defendido desta tribuna e quero repetir que não podemos tramitar a reforma da Previdência enquanto o Governo Bolsonaro não mandar a esta Casa a reforma em relação às Forças Armadas. Como nós podemos discutir Previdência se nós não sabemos o todo do que vai ser reformado?

Sou contra essa reforma. Ela acaba com o regime de repartição e com o regime de solidariedade, acaba com a aposentadoria dos trabalhadores rurais e com o Benefício de Prestação Continuada. A reforma é dura e retira da Constituição garantias que o Constituinte de 1988 estabeleceu.

Portanto, amanhã vou defender na Comissão de Constituição e Justiça que não haja nenhum tipo de tramitação, enquanto a reforma da

Forças Armadas não chegar a esta Casa.

Documento 240/370

22.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	12/03/2019-14:44
Publ.: DCD - 3/13/2019 - ROBERTO DE LUCENA-PODE -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Necessidade de realização da reforma da Previdência Social. Anúncio da apresentação de proposta de emenda à Constituição sobre o enquadramento da dívida pública nos limites de gastos governamentais. Conveniência de realização de auditoria na dívida pública brasileira. Defesa de redução de percentuais da Desvinculação de Receitas da União - DRU; de revisão de desonerações fiscais concedidas nos últimos 20 anos; de regularização de débitos de grandes grupos econômicos junto à Previdência Social e de venda de carteira de imóveis da União. Aperfeiçoamento da proposta de reforma previdenciária.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PODE - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde Fernando Henrique Cardoso, todos os Presidentes, Lula, Dilma e Temer, ao assumirem o comando do Governo, depararam-se com o tamanho do problema e compreenderam a necessidade de se reformar a Previdência Social. Da mesma forma, o Presidente Jair Bolsonaro - que, enquanto Deputado Federal, tinha suas reservas em relação a este tema -, ao assumir o comando do Governo, também compreendeu que nós não podemos fazer de conta que temos responsabilidade com o Brasil e deixar as coisas como estão, para ver como ficarão.

Precisamos fazer a reforma da Previdência, e não por causa de um déficit cuja existência divide os técnicos e especialistas, mas por causa do futuro, porque estamos vivendo a inversão da pirâmide demográfica brasileira: estamos envelhecendo. Hoje somos quase 30 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais. Em 9 anos, seremos aproximadamente 37 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais. Em 2050, seremos 60 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais. E, quando chegarmos a isso, os sexagenários terão ainda uma expectativa média de vida de mais 20. É lógico que a Previdência Social - bem antes, mas bem antes disso - vai colapsar.

Mas a Previdência Social, Deputado Bohn Gass, não pode ser, sozinha, e desde já, responsabilizada pelo déficit público. Ela de fato

compromete uma parte significativa do Orçamento da União, mas a maior fatia do Orçamento é comprometida com pagamento de juros e amortização da dívida pública. Em 2017, 39,7% do Orçamento federal se destinou a pagamento de juros e amortização da dívida, quase 1 trilhão de reais. Agora em 2018, mais de 40%.

Ao mesmo tempo em que discutimos a reforma da Previdência, se formos sérios, temos que discutir também a dívida pública. Aliás, a dívida pública, senhoras e senhores, não entrou na PEC dos gastos. Entraram gastos primários, educação, saúde e segurança, mas a dívida pública não entrou. Hoje, comecei a colher assinaturas de apoio a uma PEC de minha autoria para que a dívida pública seja enquadrada no limite de gastos. E, mais do que isso, nós precisamos auditar essa dívida, precisamos saber o que estamos efetivamente devendo e pagando. Estou propondo isto, uma auditoria da dívida pública.

Bem, mas e a reforma? Vamos fazê-la, mas vamos também reduzir a DRU de 30% para 25%. Vamos rever as desonerações concedidas nos últimos 20 anos, setor por setor. Vamos cobrar a dívida dos grandes devedores da Previdência, dos quais destaco bancos, públicos e privados, estatais, Municípios, grandes grupos de comunicação, grandes grupos econômicos. Vamos vender a carteira de imóveis sem utilização e sem destinação da União. Vamos endurecer as penalidades contra os sonegadores. Mas e a reforma? Vamos fazer a reforma, vamos enfrentá-la, mas vamos garantir uma regra de transição justa, que trate iguais como iguais e diferentes como diferentes. O professor, o homem do campo, o trabalhador da construção civil, o policial, o bombeiro, o agente penitenciário, o motorista de caminhão e de ônibus, o trabalhador em condições insalubres, o militar, por exemplo, todos precisam ser tratados de maneira diferenciada.

Finalizo esta minha manifestação chamando a atenção de V.Exas. para a urgência e a seriedade deste tema. Não podemos abrir mão do compromisso e da responsabilidade que temos com o Brasil, mas vamos fazer a reforma de modo justo e responsável.

Documento 241/370

22.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	12/03/2019-14:52
Publ.: DCD - 3/13/2019 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário



Aplausos aos Vereadores dos Municípios de Humaitá e Arambaré, Estado do Rio Grande do Sul, pela aprovação de moções de repúdio à proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, eu quero parabenizar os Vereadores do Município de Humaitá, de todos os partidos. Recebi hoje, no gabinete, uma comitiva, inclusive de partidos da base do Governo, que está aprovando uma moção de repúdio à reforma da Previdência. Eles sabem do prejuízo que essa reforma significará para povo e para os pequenos Municípios.

Quero saudar também o Município de Arambaré, em especial o Vereador Eduardo, autor dessa propositura, aprovada também por unanimidade. Ou seja, já tenho em mãos duas moções de repúdio de Câmaras de Vereadores, que, junto com o movimento das mulheres, que esta semana realizou os atos do 8 de Março - quero parabenizá-las - com foco contra a reforma da Previdência, ajudarão a criar no Brasil um ambiente para dizermos "não" à reforma da Previdência, porque ela só agrada aos banqueiros.

Documento 242/370

22.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	12/03/2019-15:12
Publ.: DCD - 3/13/2019 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Marcas indeléveis deixadas pela ditadura militar no Brasil. Repúdio ao tratamento dispensado pelo Governo Jair Bolsonaro ao meio ambiente e às mulheres. Posicionamento do orador com relação à política de liberação do porte de armas de fogo. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a saúde pública. Prisão dos acusados pelo assassinato da Vereadora Marielle Franco, ocorrido no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Necessidade de identificação dos mandantes do homicídio da Edil. Realização de campanha contra a proposta governamental de reforma previdenciária. Prejuízos causados aos trabalhadores brasileiros pela extinção do Ministério do Trabalho. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a área social.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sra. Presidenta, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos aqueles que nos acompanham pela Internet, pela TV.



Quero dizer que eu tenho muita alegria e orgulho de poder ocupar, pela primeira vez, esta tribuna neste espaço do Grande Expediente. Para mim, poder ocupar esse espaço é também um reencontro permanente com o que eu conheci e chamo de democracia. Fui trazido a esta Casa pelo voto popular do povo do meu Estado, São Paulo - o poder emana sobretudo do povo - e pude encontrar neste plenário, nos corredores desta Casa, companheiros e companheiras com os quais não compartilho as mesmas opiniões, as mesmas posições, os mesmos valores, mas precisamos exercitar o ambiente da diversidade, porque é isso o que vale para a democracia.

Eu aprendi a palavra democracia e o valor dela muito cedo, porque meu pai era um jovem metodista que lutava pela liberdade na época da ditadura. Por conta disso, foi preso e torturado, barbaramente torturado, durante meses. Em certo momento, teve que se retirar do País. Isso provocou uma separação precoce entre ele e a minha mãe, que era uma estudante de medicina que também lutava pela democracia e contra a ditadura. Eu só pude dar o primeiro abraço no meu pai quando eu tinha 8 anos de idade, em 1979, depois da anistia.

Durante todo esse período, a minha mãe, a mãe do meu pai, os meus parentes tinham que me ensinar o que era democracia e o que era ditadura, para uma criança poder entender que o pai que mandava carta, que o pai que mandava lembranças, que o pai que convivia permanentemente não podia encontrar o seu filho. Carreguei comigo o valor da democracia desde pequeno, porque as agressões à democracia neste País não só feriram direitos, não só feriram políticas, não só aniquilaram partidos políticos, mas provocaram marcas muito profundas em várias famílias deste País.

Convivi e aprendi com a democracia quando fui Ministro do Presidente Lula e convivi com esta Casa sendo Ministro da Coordenação Política. Foi um grande aprendizado conhecer e respeitar posições diferentes que circulam aqui nesta Casa.

É em nome da democracia e do respeito à diversidade que eu quero propor um diálogo aos Deputados e Deputadas que aqui estão e àqueles que nos acompanham pela TV e pela Internet.

Eu não quero falar aqui da agenda econômica do Governo. E sei que temos posições diferentes sobre a agenda econômica do Governo. Não vou falar aqui sobre a política de saúde do Governo. E sei que podemos ter posições diferentes sobre a política de saúde do atual Governo. Não vou falar aqui dos descabros da política de educação do atual Governo. Sei que podemos ter posições diferentes. Sei também que temos posições diferentes sobre a política externa, sobre a política de desenvolvimento do nosso País. Mas políticas, direitos fazem parte de uma construção histórica, e a cada Governo podemos



avançar ou retroceder de acordo com o nosso olhar, a nossa perspectiva.

Mas eu quero falar de duas coisas. Acredito, já que os primeiros 60 dias são uma amostra disso, que duas coisas serão os legados irreparáveis, irrecuperáveis do Governo Bolsonaro, porque direitos, políticas avançam, e a história pode retroceder. Se retrocede, com a luta histórica podemos avançar. Vidas destruídas e perdidas não se recuperam nunca mais. Meio ambiente atacado, natureza atacada, terras indígenas atacadas não se recuperam nunca mais. Os 60 dias do Governo Bolsonaro já têm mostrado resultados muito claros que reforçam essa minha avaliação.

Primeiro, em relação às vidas, as mais de 200 mulheres vítimas de feminicídio no começo do Governo Bolsonaro, no começo de 2019, nunca mais terão suas vidas recuperadas.

Suas famílias nunca mais terão direito ao convívio com essas mulheres que foram assassinadas. Os dados mostram já no Brasil, anteriormente a isso, que nós temos a cada 11 minutos uma mulher estuprada no nosso País; mais de 500 mulheres são vítimas de agressão a cada hora.

Quando era Ministro da Saúde, vim aqui debater nesta Casa, e aprovar, a necessidade de que cada serviço do Sistema Único de Saúde fosse obrigado a acolher, orientar, cuidar das mulheres vítimas de violência neste País. Queríamos obrigar os serviços de saúde, independentemente de sua posição e de seus valores, a oferecer a essas mulheres o que nós temos de conhecimento, o que nós temos de tecnologia, o que nós temos de cuidado para aliviar o sofrimento; orientá-las, do ponto de vista psicológico, a suportar aquele sofrimento; orientá-las, do ponto de vista jurídico e legal, a questionar na Justiça o seu agressor; orientá-las inclusive em relação às doenças sexualmente transmissíveis, a uma gravidez indesejada, que um ato de violência como esse pode provocar. Foi um grande embate nesta Casa, foi um grande embate.

Aprovamos a lei, e, posteriormente, houve um Presidente desta Casa que quis revogá-la, através de um decreto legislativo. Aliás, o Presidente Bolsonaro também quis revogá-la. Felizmente esta Casa não se dobrou, e foi sustentada pelo movimento de mulheres em todo o Brasil. Não se dobrou e não colocou em pauta a revogação dessa lei. Até hoje, essa lei tem tido um papel importante para reconhecermos e entendermos melhor a situação de agressão às mulheres e as políticas públicas que têm que ser construídas e enfrentadas. Um dos exemplos - o conhecimento desse dado surgiu a partir da notificação compulsória nos serviços de saúde - é que 52% na minha cidade, a cidade de São Paulo, das vítimas de estupro, que são menores de 18 anos de idade,



o foram por seus pais ou por seus padrastos - sei que quem nos acompanha pode se assustar com isso -; 60% o foram por seus parentes; e 70% o foram por seus conhecidos, ou na escola, ou no local de trabalho, na vizinhança. Aquela imagem de que quem violenta é um ser desconhecido é a imagem, na grande maioria das vezes, do cinema, dos filmes, dos roteiros de ficção. A agressão, o feminicídio, a violência ocorre ao lado de onde as mulheres estão, seja na casa, seja no espaço de trabalho, seja no Banco do Brasil, Sr. Presidente Bolsonaro, seja no trajeto entre o trabalho, a escola e a casa.

Por isso, fico chocado ao ver um Presidente da República ir ao Facebook, ao Twitter, ao vídeo fazer uma chacota sobre o feminicídio no País. O Presidente Bolsonaro disse que feminicídio é mi-mi-mi e que a solução para isso é dar uma arma para as mulheres, porque aí vai acabar o feminicídio e vai começar o homicídio: ou seja, um mata uma, uma mata um. Se arma fosse sinal e garantia de defesa de vida, a Polícia Militar do meu Estado de São Paulo não seria a que mais morre no mundo.

Os policiais militares têm acesso a arma, são treinados para ter arma, e, mesmo assim, são aqueles que mais morrem no mundo. São os que mais matam e os que mais morrem.

O discurso de que liberar arma é garantia de vida se destrói quando vemos a situação e os impactos que essa decisão tem causado no mundo todo. Alguém tem dúvida de que policial sabe usar arma? O discurso é este: se tiver arma e souber usar, vai estar protegido. Alguém tem dúvida de que as pessoas sabem que o policial tem arma? O discurso é o seguinte: se o bandido desconfiar que você tem uma arma em casa, você está protegido. Alguém tem dúvida de que o policial é treinado para usar arma? O discurso é este: é só fazer o curso de treinamento, que vai estar preparado para usar arma e vai estar protegido. A política de liberação das armas, na verdade, é uma liberação do papel e da responsabilidade que o Governo Federal e o Estado brasileiro têm que ter de construir uma política de segurança pública que proteja as vidas.

Infelizmente, as vidas destruídas no início do Governo Bolsonaro não podem retornar. Aliás, a postura do Presidente Bolsonaro, ao ir, ao vivo, para o País inteiro, fazer chacota sobre um instrumento de trabalho dos profissionais de saúde com os adolescentes é mais uma demonstração do seu desprezo em relação a problemas graves de saúde que existem em nosso País. O Presidente Bolsonaro pegou uma caderneta de trabalho entre o profissional de saúde e o adolescente que procura uma unidade de saúde, que não é uma cartilha distribuída por aí, mas um material utilizado no ato da consulta, no ato da conversa com o adolescente, uma caderneta que tem mais de 40 páginas e fala sobre saúde bucal, alimentação saudável, preocupações que o adolescente tem sobre a sua saúde, e propôs uma chacota em



relação ao material técnico construído por pediatras, por profissionais de saúde em todo o País.

É porque ele nega ou quer negar a existência do aumento da gravidez na adolescência no nosso País. Ele nega ou quer negar o aumento do número de mortes de mulheres, sobretudo as negras, pelo aborto clandestino no nosso País. Ele nega ou quer negar o aumento de 700% - quero repetir: 700% - de infecções sexualmente transmissíveis entre adolescentes no nosso País. Esse é um Governo que não está disposto a proteger vidas, não está disposto a colocar a vida no centro de um projeto de país. E nada - nada! - poderá ser feito para recuperar essas vidas que se perdem no Governo Bolsonaro.

Digo isso no dia de hoje, que é um dia especial por causa da descoberta de duas pessoas acusadas do assassinato da Vereadora Marielle. Mas a luta não se encerra. Tenho certeza de que esta Casa não vai descansar enquanto o Estado brasileiro não descobrir quem mandou matar Marielle. A morte da Marielle, uma Vereadora, não é só o assassinato de uma pessoa. Se fosse só o assassinato de uma pessoa, como o de mais de 200 mulheres no começo deste ano, já seria extremamente grave. A morte do Anderson não é só o assassinato de uma pessoa. Trata-se do assassinato de uma voz, de uma representante de parte do povo do Rio de Janeiro! É um ataque à democracia! É um ataque à nossa liberdade de opinião! É uma tentativa de calar uma mulher que peitava os poderosos!

Por conta disso, nós queremos saber aquilo que foi dito pelo então Ministro Raul Jungmann: quem são os poderosos que estão por trás do assassinato de Marielle, dessa vida que se perdeu? Quem são aqueles que estão por trás das várias mulheres que são assassinadas no País? Trabalhadoras rurais, lideranças rurais, lideranças ambientalistas, lideranças indígenas foram assassinadas no País.

Quero aqui falar da segunda grande perda irrecuperável do Governo Bolsonaro que nada na história vai poder fazer com que tenhamos de volta: o ataque à natureza e ao meio ambiente. Essa é a segunda grande perda irrecuperável desse Governo, repito. Não é pouco o País, nos seus 2 primeiros meses de governo, ter tido o registro de mais de um tipo de agrotóxico por dia. Alguns eram produtos que já estavam registrados. Alguns deles foram registrados no ano passado. Tivemos o recorde de mais de 400 tipos de agrotóxicos registrados, para os quais, no começo deste ano, o Governo expandiu a sua área de atuação, expandiu a sua cultura: um agrotóxico que era só para amendoim passou a ser para laranja, um agrotóxico que estava restrito a uma determinada região do nosso País passou a ser utilizado em outras regiões, entre elas, o Alto São Francisco, próximo aos rios.

Ouçõ, com prazer, o companheiro Deputado Carlos Veras.



O Sr. Carlos Veras - Deputado Alexandre Padilha, eu quero testemunhar: sou testemunha da sua luta, da sua ação em defesa do povo brasileiro. Quando Ministro da Saúde, V.Exa. ajudou a Presidente Dilma Rousseff a criar o Programa Mais Médicos. Como agricultor familiar do Estado de Pernambuco, sei muito bem o que significou esse programa, porque comunidades distantes, comunidades quilombolas, comunidades indígenas jamais tiveram a oportunidade de ter um médico. E com esse programa foi possível. Hoje, Deputado Alexandre Padilha, vemos o Governo Bolsonaro propor a municipalização da saúde indígena, com cortes, com a extinção da Secretaria Especial de Saúde Indígena, num ataque direto às populações tradicionais, num ataque àquelas pessoas que precisam do que é público, que precisam da saúde pública. Contamos com a sua experiência, com a sua força para impedir que o retrocesso na saúde aconteça, que as privatizações e o desmonte do SUS aconteçam. É uma honra ser Parlamentar e fazer parte desta legislatura ao seu lado, companheiro Padilha.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) - Muito obrigado, Deputado Carlos Veras.

Ouçõ, com prazer, o Deputado Daniel Almeida.

O Sr. Daniel Almeida - Deputado Alexandre Padilha, quero cumprimentar V.Exa. pelo brilhante discurso que faz, abordando temas centrais e características desse Governo. O Governo Bolsonaro realmente tem horror a pobre. É um Governo que discrimina, que persegue, que faz tudo para prejudicar os mais pobres no nosso País. Todas as ações são nessa direção - semear ódio, violência -, quando se percebe que os atos de violência podem estar muito perto da sua casa, dos seus mais próximos. Essa é a pergunta que o povo brasileiro precisa que seja respondida.

As ações, até aqui... A Medida Provisória nº 871, de 2019, maltrata o homem do campo, impede a sua aposentadoria. A Medida Provisória nº 873, de 2019, é um horror, discrimina, persegue os trabalhadores brasileiros na sua organização, naquilo que é caro para a defesa dos seus direitos, que são os sindicatos no nosso País. São só ações para retirar conquistas, direitos, como o desmonte que fez em todos os Ministérios que tratam de políticas públicas para atender as mulheres, os jovens, os negros, enfim, aquilo que o povo brasileiro considera tão caro na qualidade e na dignidade das suas vidas. Portanto, V.Exa. aborda aqui, com muita propriedade, temas que são centrais, que precisam fazer parte de reflexão e de tomada de posição do povo brasileiro. Eu tenho consciência de que o povo brasileiro saberá preservar a sua democracia, as suas conquistas sociais, o direito dos trabalhadores, a sua soberania. Parabéns!

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) - Companheiro Deputado



Daniel, Deputado Carlos Veras, as suas falas só reforçam uma pergunta que eu tenho: a qual trabalhador do campo, a qual homem do campo o Presidente Bolsonaro diz que quer proteger? A sua política em relação aos agrotóxicos é agressiva à agricultura familiar e protege apenas as grandes indústrias que detêm o poder e o conhecimento sobre os agrotóxicos.

Eu fui convidado para participar de uma frente parlamentar internacional que discute inclusive o papel das empresas transnacionais que despejam os seus produtos pelos países afora, que fazem uma política de preços em relação à venda internacional, para, de uma certa forma, fugir do compromisso que têm com os impostos no País. Não sei se os senhores e as senhoras sabem, mas o maior comprador de minério de ferro do Brasil não é a China, não é a Índia, não são os Estados Unidos, é a Suíça. Sabem por quê? Porque a Vale, que está aqui, tem a Vale na Suíça e a Vale na China. Praticam um preço entre o Brasil e a Suíça, que é um preço igual, e se adquire o lucro da Suíça para a China, para o lucro ficar na Suíça onde tem isenção fiscal. Essa é a maior sonegação fiscal. É isso que provoca o rombo da Previdência e da Seguridade Social no País. Não existe déficit, não existe rombo, o que existe é sonegação ou uma parte do lucro que é produzido no País não ser transformado em direitos, em políticas públicas.

Deputado Airton Faleiro, só um parêntese até para impulsionar sua fala, meu querido companheiro do Pará, esse Governo, desde o começo, fez ataques frontais à Amazônia: primeiro, retirou a terra indígena da FUNAI e a entregou ao Ministério da Agricultura; segundo, tirou o Ministério do Meio Ambiente da coordenação da política de desmatamento no País; terceiro, na Medida Provisória nº 870, de 2019, retirou a Agência Nacional de Águas do Ministério do Meio Ambiente e a entrega para o Ministério Desenvolvimento Regional. Retira papéis importantes do Ministério do Meio Ambiente na condução do desenvolvimento do País e dá um tapa no resto do mundo, isolando ainda mais o Brasil ao dizer que não quer sediar a Cúpula do Clima no nosso País. E perdemos a Cúpula do Clima para o Chile.

O Sr. Airton Faleiro - Deputado Alexandre Padilha, como disse o Deputado Carlos Veras, é um prazer muito grande estar aqui com V.Exa., com toda a experiência que tem no Parlamento, dividindo estas tribunas e estes debates, e como Ministro que foi.

Eu prestei muita atenção no seu pronunciamento neste Grande Expediente e vi que V.Exa. tratou de um conjunto de temas, do que vem ocorrendo após a posse do novo Presidente. Eu, sinceramente, fiquei prestando atenção. E cabe a nós da Oposição fazer esse alerta, fazer esse debate. Nós não estamos fazendo nada errado. V.Exa. não está fazendo nada errado. Devemos chamar a atenção do conjunto desta Casa, mas chamar a atenção da sociedade brasileira. Um dia



desse, eu dei como lido um discurso que falava sobre a política internacional. Eu dizia que ou o Brasil para o Governo Bolsonaro ou o Governo Bolsonaro para o Brasil. E eu mencionei, quero que V.Exa. me permita citar, três ações na política internacional que são um desastre para o País: primeiro, a retirada do Programa Mais Médicos, por briga política e ideológica; depois, a quebra dos produtores de leite, com a não renovação da taxa *antidumping*; agora, esta política briguenta com a China, que já fechou um contrato de 10 milhões de toneladas de grãos com os Estados Unidos, quebrando inclusive o agronegócio e a agricultura brasileira. Esse é o Governo a que nós estamos assistindo. Vou encerrar reforçando o que disse a nossa Presidenta, Deputada Gleisi Hoffmann: nós procuramos, e não achamos, uma boa ação desse Governo. É bom que se lembre que agora vem a reforma da Previdência, que é outra medida para quebrar com o povo pobre deste País.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) - Deputado Airton Faleiro, encerrando meu pronunciamento, eu tenho certeza absoluta de que não só aqueles que votaram no candidato Fernando Haddad, como eu votei - tenho muito orgulho de ter sido colega e Secretário dele na cidade de São Paulo -, não só aqueles quase 90 milhões de brasileiros que não depositaram o seu voto em Jair Bolsonaro no dia da eleição, mas muitos dos 51 milhões que votaram nele admitem que nós temos aqui em Brasília um Presidente despreparado para liderar o País.

Eu duvido que alguém tenha coragem de deixar o seu celular e o seu Twitter nas mãos do Presidente Bolsonaro durante 30 minutos, depois dos últimos acontecimentos do carnaval para cá. Pois bem, não podemos deixar um país do tamanho do Brasil, por 24 horas, nas mãos de alguém que nós não teríamos coragem de deixar um celular por 30 minutos.

Presidente Bolsonaro, eu sei que o senhor ficou muito irritado durante o carnaval. Talvez esse tenha sido um dos motivos dos pronunciamentos e das falas desastrosas de lá para cá. Mas, tenha paciência, sente-se nessa cadeira que esquenta, e esquenta mesmo! Tenha paciência, porque a indignação que surgiu no País no carnaval, nos desfiles das escolas de samba, nos blocos, na forma do humor e da crítica, que são característicos do povo brasileiro, não acaba no carnaval.

Vamos iniciar agora uma grande jornada pelo País, com atos, mobilizações, seminários, debates públicos, para destruir essa sua proposta de mudança na previdência pública, que não é uma reforma, é uma tentativa de demolir a previdência pública em nosso País.

Muito obrigado, Sra. Presidenta, Deputada Geovania de Sá.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Muito

obrigada, Deputado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ALEXANDRE PADILHA.

Boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados; boa tarde, Sr. Presidente desta sessão da Câmara dos Deputados; boa tarde, todos que nos acompanham das galerias, pelas redes sociais, pela TV Câmara e pela *Rádio Câmara* e todos os profissionais da imprensa que registram esta sessão.

Ter esta oportunidade no Grande Expediente no primeiro mês de mandato é um sinal de sorte.

Depois de ter feito parte dos Governos Lula e Dilma, além da Prefeitura de São Paulo, cheguei a esta Casa com grandes expectativas positivas, acreditando que poderia dar importante contribuição ao meu País e a São Paulo.

Porém, depois de 1 mês, nada do esperado e para o qual me preparei se concretizou. E tem sido crescente a minha surpresa a cada momento. Nada do que exponho aqui é fruto de imaginação, opiniões subjetivas ou *fake news*. Tudo está estampado nas primeiras páginas de jornais, em editoriais e em artigos de cientistas políticos, de grandes pensadores e de respeitados jornalistas

Vivemos em permanente sobressalto. Fatos e atos das mais variadas origens e formas nos levam a uma constatação que apavora qualquer um.

O Governo Bolsonaro vai deixar legados irrecuperáveis para o Brasil, com a destruição da vida e do meio ambiente.

Os direitos das mulheres estão sendo claramente infringidos no País.

A alta taxa de homicídios e outras formas de violência contra as mulheres ocupa cada dia mais espaço nos noticiários e o histórico de declarações violentas e machistas de Bolsonaro contra as mulheres é extenso.

Sua retórica degradante e desumanizante sugere que o abuso doméstico e outras formas de violência contra as mulheres jamais serão uma prioridade para seu Governo.



Em 2019, o País já contabilizou mais de 200 casos de feminicídio - 5,31 casos por dia -; a cada 11 minutos, uma mulher é estuprada; mais de 500 mulheres são vítimas de agressão por hora.

É assustador ver o Presidente vir a público dizer que feminicídio é mimimi - e que acaba com a liberação das armas, porque aí vira feminicídio. Simples assim: mata outra, mata um. Se ter acesso à arma fosse garantia de vida, a PM de meu Estado não seria a que mais morre no mundo. Os policiais têm arma - como querem, para quem pode comprar. Todos sabem que eles têm uma arma na mão e uma arma em casa. E isso não é garantia de vida.

É assustadora a forma adotada pelo atual Governo de conduzir desde temas rotineiros até os de maior relevância para o País. O que estamos vendo é estarrecedor.

Encerram programas ou mudam seus objetivos sem ouvir ninguém, sem avaliar a sua importância, sem criar alternativas para substituir os serviços, como fizeram com o Mais Médicos, por acaso, criado na minha gestão de Ministro da Saúde no Governo de Dilma Rousseff. E hoje justificam a falta de profissionais criando o Mais Médicos para "Brasil profundo". É um histórico desrespeito aos médicos, aos cubanos e ao povo brasileiro.

As preocupações com esse Governo já cruzaram nossas fronteiras. Um bom exemplo disso é que, recentemente, 30 Parlamentares americanos enviaram uma carta ao Secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, pedindo que o Governo Trump defenda os direitos humanos no Brasil. Na carta, os Parlamentares mostram razões de sobra para tal preocupação. Questões sobre as quais alguns de nós ainda não se deram conta.

Desde sua eleição, é alarmante a ameaça que a agenda de Bolsonaro representa para a comunidade LGBTQ+ e outras comunidades minoritárias, mulheres, ativistas trabalhistas e dissidentes políticos.

Ao atacar direitos políticos e sociais duramente conquistados, Bolsonaro está, certamente, pondo em perigo o futuro democrático do Brasil.

É preciso deixar claro que a fala e as ações que aumentam a divisão, o ódio e a exclusão ameaçam a democracia e suas instituições vitais.

Nas semanas que se seguiram à posse, Bolsonaro já começou a minar os direitos dos indivíduos e membros de comunidades minoritárias. Assinou decretos reduzindo as proteções às terras para comunidades indígenas e descendentes de escravos.

A decisão de transferir o poder de regulamentar e criar reservas indígenas para o Ministério da Agricultura, juntamente com outras políticas que sinalizam sua intenção de buscar agressivamente o desmatamento na Amazônia, despertou profunda preocupação entre os defensores dos direitos indígenas e da proteção ambiental tanto no Brasil quanto no mundo.

Os direitos das mulheres estão sendo claramente infringidos no País. A alta taxa de homicídios e outras formas de violência contra as mulheres ocupa cada dia mais espaço nos noticiários.

O histórico de declarações violentas e machistas de Bolsonaro contra as mulheres é extenso. Sua retórica degradante e desumanizante sugere que o abuso doméstico e outras formas de violência contra as mulheres jamais serão uma prioridade para seu Governo.

Em 2019, o País já contabilizou mais de 200 casos de feminicídio, com média de 5,31 casos por dia, de acordo com Jefferson Nascimento, doutor em Direito Internacional pela USP, com base nos noticiários.

Os direitos dos trabalhadores e aqueles que os defendem também estão em perigo desde que o Governo Bolsonaro eliminou o Ministério do Trabalho do Brasil.

Bolsonaro é hostil à democracia. Expressa sua admiração pela ditadura militar, elogia a tortura, e prometeu levar a cabo seus opositores políticos em *"uma limpeza nunca vista antes na história do Brasil"*.

Com relação ao controle social, garantido pelos conselhos e demais organizações sociais, seu desprezo é indubitável. Ao menos 11 conselhos, comissões e outros colegiados de participação da sociedade civil no Executivo Federal estão paralisados, tiveram regras alteradas ou foram extintos nesse Governo. Os casos estão vinculados aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Cidadania e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O Governo tratou dos colegiados já na publicação da primeira medida provisória do ano, que excluiu da sua estrutura o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o chamado Conselhão.

Atualmente, existem na esfera federal cerca de 40 conselhos e outros mecanismos de participação. A maioria foi criada logo depois da promulgação da Constituição de 1988. Os mais antigos, como o da saúde, existem desde a década de 30.

Os colegiados são mecanismos de representantes da sociedade civil



para monitorar e deliberar políticas públicas em áreas como segurança alimentar, produção de alimentos orgânicos, combate à tortura, pessoas idosas ou com deficiência, diversidade religiosa e política indigenista, entre outros temas.

Integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE só foram nomeados após a publicação de um manifesto criticando atrasos nos trabalhos do colegiado e adiamento de reuniões.

Do Ministério da Cidadania, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA foi extinto.

Todas as suas medidas e atos são ataques à vida. Não existe qualquer viés que passe por rede de proteção social, à vida, ou direitos, principalmente dos que hoje estão à margem de quaisquer privilégios e dependem dos serviços públicos.

As palavras do grande filósofo e pensador Leonardo Boff, sempre uma inspiração, resumem o que vivemos: *"Sabemos que alguém está mentalmente transtornado, quando perde a compostura, não tem consciência do rito que seu cargo oficial exige e mostra ter uma mente assassina ao dizer que foi um erro torturar sob a ditadura militar de 64, mas simplesmente fuzilar. Não carece dizer quem é."*

O capitão confunde Twitter com Governo e filhos com ministros. Não tem a mínima ideia das funções e importância do seu cargo. Seu despreparo foi mais uma vez constatado na última semana, quando falou nas suas redes sociais sobre seus grandes desafios e soluções do momento.

Fake news são compartilhadas a todo instante por ele e seus familiares em redes sociais, sem preocupação de trazer a verdade à população que o elegeu. Para ele, a campanha não acabou desde que virou Presidente. Divulga informações "truncadas e cortadas" direto da tela do seu celular, sem o mínimo respeito às pessoas e ao direito à informação transparente. Enquanto isso, o dinheiro recebido por Queiroz e o laranjal do PSL permanecem sem as mesmas convicções.

Num cenário caótico em todos os segmentos, a maior ocupação do Presidente é alimentar suas redes sociais. Repete que *"é preciso criar empregos"*, sem nunca dizer como pretende fazer isso. E as consequências do desemprego batem em todas as portas.

A explosão de aplicativos de *delivery* é provavelmente o caso mais representativo das rupturas geradas no Brasil pelo avanço da *gig economy* -economia dos bicos. Até poucos anos atrás, os serviços de entrega eram pulverizados entre empresas de pequeno porte, que



contratavam *motoboys*, reconhecidos como categoria profissional regulamentada. Hoje a atividade está ao alcance de qualquer um que aceitar termos e condições de plataformas digitais.

Assim como nos EUA, que viram a ascensão das *startups* do Vale do Silício no rescaldo da crise de 2008, a *gig economy* deslançou no Brasil com a recessão iniciada em 2014. Meia década depois, ela funciona como uma verdadeira bomba de sucção de 12,2 milhões de desempregados e 40,8% de trabalhadores informais.

Embaladas por um "tecnofetichismo", as plataformas oferecem de faxina a passeio com cachorro e têm lado numa das batalhas ideológicas em curso no País: a aprovação de reformas de orientação liberal sob os mantras do corte de custos e da alergia à regulação do Estado. O Presidente Jair Bolsonaro já afirmou que as leis trabalhistas devem "se aproximar da informalidade".

A chamada "uberização", referência à plataforma de transporte mais popular do mundo, é a mais recente e significativa das "mutações neoliberais" do mercado de trabalho desde a década de 70, na definição de Veena Dubal, professora da Faculdade de Direito da Universidade da Califórnia, um sistema de gestão de mão de obra que se ancora no discurso de liberdade e autonomia, para transferir a "empreendedores de si mesmos" os riscos da atividade econômica de gigantes digitais.

Para além da desproteção trabalhista, um estudo do IPEA de janeiro de 2018 acendeu outro alerta sobre a proliferação dos MEIs: o alargamento do rombo da Previdência. Segundo o documento, o número de microempreendedores individuais chegou a 7,7 milhões em dezembro de 2017. "*Parece estar ocorrendo alguma migração de empregados formais para MEI*", detecta a publicação

Como a contribuição mensal ao INSS é quase simbólica (5% do salário mínimo), o estudo estima uma necessidade de financiamento de ao menos R\$ 464,7 bilhões nas próximas 4 décadas para cobrir o desfalque gerado por esse regime.

No seu último balanço semanal, destacou:

- Sobre o Banco do Brasil, que está excluindo um item "absurdo" entre os pré-requisitos para prestação de concurso: a exigência de curso de diversidade e prevenção de assédio moral e sexual.
- Da infraestrutura, garantiu que vai retirar as lombadas de controle de velocidade das rodovias federais.
- Na área da saúde, manteve o foco na Caderneta Saúde do



Adolescente que chamou de "cartilha". Para Bolsonaro, o documento mostra certas figuras que *"não cai bem para meninos e meninas de 9 anos terem acesso"*.

A publicação, chamada de "Caderneta Saúde do Adolescente", foi lançada em 2008. O objetivo é informar meninos e meninas de 10 a 19 anos sobre cuidados básicos com saúde, importância da vacinação, transformações do corpo na adolescência e métodos de prevenção de gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis.

São 40 páginas, oito para a questão da sexualidade, abordada de forma sutil, com versões adaptadas para meninas e meninos, que frisam a adolescência como um *"momento importante da vida"* e de transformações.

O Presidente orientou: *"Sugiro a pais e mães que, primeiro, é dar uma olhada. E, se acharem complicado, tirem essas páginas"*. As páginas mostram desenhos de desenvolvimento do corpo, inclusive aparelho genital. O material é seguro e muito importante. Não é uma construção amadora, tem embasamento e evidências científicas, desenvolvido nas sociedades de especialistas.

Em nota, o Ministério diz que vai seguir as orientações do Presidente, mesmo concordando com o aumento de incidência de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce nos últimos anos. Autoridades da área consideram "irresponsabilidade".

O material tem sido usado nos últimos anos por Municípios, em parceria com unidades de saúde e escolas, sem que haja críticas ou problemas.

E o que dizer do meio ambiente rural e urbano?

No caso dos agrotóxicos, os números são assustadores. Conforme relatório do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Brasil saltou de 91 produtos autorizados em 2005 para 450 em 2018, sendo que, de 2015 a 2018, saltou de 139 produtos para 450. Para agravar o quadro, no início de 2019, o Governo liberou o uso de novos agrotóxicos no Brasil e avançou no processo que pode levar à liberação de mais de 1 centena de outros.

O crime da Vale em Brumadinho, que tirou a vida de centenas de pessoas, é considerado um acidente e assim é tratado. Enquanto isso, organizações ligadas à causa socioambiental encaminharam à ONU uma denúncia em que apontam falhas e omissões da mineradora e do Estado brasileiro que culminaram no rompimento da barragem de rejeitos em MG. E o que se ouve é que *"tem que mudar isso daí"*. Mas não é possível vislumbrar qualquer rota de civilidade.



Não podemos nos iludir: a proposta de Paulo Guedes é para acabar com as vinculações do Orçamento; a reforma da Previdência é para acabar com o SUS, educação pública e restante das políticas sociais. A reforma da Previdência é o desmonte completo do Estado como instrumento de proteção social. Eles vieram para destruir.

Trago aqui este conjunto de informações como amostragem do nosso dia a dia, sempre surpreendido por mais um ato desvairado. É diante disto que estamos: nenhum projeto ou proposta que demande discussões de mérito.

Ministros, na mais absoluta informalidade, fazem declarações e acusações públicas, sem provas ou investigações.

A família do Presidente age e interfere, às claras, nas mais variadas decisões. Chegam ao limite, quando seus membros assumem papel determinante, até mesmo da exoneração de um Ministro de Estado.

Mensagens e áudios de WhatsApp são "vazados" do celular do Presidente e as informações vêm a público para serem desmentidas com uma rapidez nunca vista.

Enfim, são inúmeras condutas em nada adequadas aos respectivos cargos e funções.

Aqui estão 77 mulheres e 436 homens que os brasileiros e brasileiras escolheram para representá-los.

Como eu disse, vim do Poder Executivo, de um período de muitas conquistas e avanços. Particpei de Governos em que a proteção à vida e ao meio ambiente permeavam de maneira transversal em todas as suas ações e que deixaram como legado programas e projetos como Mais Médicos, Bolsa Família, Farmácia Popular, Minha Casa, Minha Vida, Fome Zero, FIES, PROUNI, Ciência sem Fronteiras, PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, agricultura familiar fortalecida, rede de proteção consolidada e tantos outros.

Houve atenção e cuidados com a vida desde o pré-natal até os mais idosos.

Eram Governos que nos traziam constantemente a esta Casa em busca de contribuições, discussões de projetos, negociações e apoios. Mesmo que muitas vezes não tivéssemos aprovações, nenhuma das partes se negou a debater exaustivamente cada proposta.

O que vivemos neste primeiro mês e meio não nos deixa dúvidas: ele não tem condições de governar. É preciso registrar o alerta do perigo

que esse Governo oferece.

E é com esse sentimento que apelo para cada uma e cada um desta casa, para que a lucidez se sobreponha e supere um caos maior que hoje se anuncia. O Brasil está se tornando uma chacota para o mundo, e caberá a nós responder e nos responsabilizarmos por isso num futuro próximo.

Calma, Bolsonaro! Sente-se nessa cadeira, porque para governar um país tem que se respeitarem as divergências. Não aguentou os ataques em 3 dias de carnaval e partiu para agressão a toda a sociedade. A indignação não calará. Haverá atos, debates, jornadas sobre sua proposta de destruir a Previdência.

Aqui estão 77 mulheres e 436 homens que os brasileiros e brasileiras escolheram para representá-los.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação do meu discurso pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa.

Documento 243/370

22.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	12/03/2019-16:16
Publ.: DCD - 3/13/2019 -	FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Anúncio da mobilização de trabalhadores paraibanos contra a proposta de reforma da Previdência Social e contra a Medida Provisória 871, de 2019, sobre novas regras para o pagamento de benefícios previdenciários. Realização da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, no Município de Remígio, Estado da Paraíba.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero comunicar que, na próxima sexta-feira, haverá uma mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na Paraíba, onde se espera reunir aproximadamente 6 mil trabalhadores de todo o Estado. O objetivo é protestar contra a reforma da Previdência e contra a Medida Provisória nº 871, de 2019. Portanto, quero solicitar que este discurso seja colocado nas redes sociais e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Também quero comunicar, Sr. Presidente, que as mulheres paraibanas vão fazer a Marcha pela Vida da Mulheres e pela Agroecologia. Essa mobilização em defesa da vida das mulheres e da agroecologia completa 10 anos e vai se realizar no Brejo da Paraíba, no Compartimento da Borborema, no Município de Remígio.

Essa marcha é importante porque as mulheres protestam contra a discriminação, contra o desrespeito a elas e pela vida e pela agroecologia. Será no Compartimento da Borborema, com as mulheres que fazem parte da agroecologia.

Muito obrigado.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO FREI ANASTACIO RIBEIRO.

Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, demais presentes nesta Casa, telespectadores da *TV Câmara*, deixo registrado nesta Casa que, sexta-feira, a Paraíba será palco de uma grande manifestação de trabalhadores rurais. Uma manifestação justa que está sendo organizada pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Paraíba, a FETAG.

Estão sendo esperados mais de 8 mil trabalhadores, que irão às ruas para protestar contra a reforma da Previdência e a Medida 871.

São duas ações do Governo Federal que estão tirando o sono dos trabalhadores e trabalhadoras de todo o País.

A manifestação terminará com uma sessão especial, na Assembleia Legislativa da Paraíba, para debater a Medida Provisória 871, que oprime, massacra e retira direitos dos trabalhadores.

Finalizo, solicitando que todo o teor do meu discurso seja publicado nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e também nos Anais desta Casa, bem como no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes nesta Casa, telespectadores da *TV Câmara*, deixo registrado nesta Casa que, na

próxima quinta-feira, será realizada, na Paraíba, a décima Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.

Este é o 15º ano que as mulheres do Polo da Borborema, em parceria com a AS-PTA, realizam essa marcha.

É um evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher. Cerca de 10 mil mulheres de diversas cidades da Paraíba e de outros Estados estarão na manifestação.

O grande objetivo é dar visibilidade ao papel das camponesas na agricultura familiar e denunciar todas as formas de violência contra a mulher.

O Polo da Borborema é uma articulação de 13 sindicatos de trabalhadores rurais da Região da Borborema, na Paraíba. Esse polo já atua há mais de 20 anos no fortalecimento da agricultura familiar agroecológica no território.

A marcha este ano será realizada no Município de Remígio, e nosso mandato foi convidado para participar das atividades.

Solicito que este pronunciamento seja registrado nos meios de comunicação e Anais desta Casa, bem como no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Documento 244/370

22.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	12/03/2019-16:16
Publ.: DCD - 3/13/2019 -	JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Anúncio da visita à Câmara dos Deputados de comitiva de dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais do Estado da Bahia, contrários à proposta de reforma da Previdência Social.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, queria registrar que amanhã, pela manhã, vamos

receber aqui uma grande comitiva de dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais do Estado da Bahia, especialmente da região da Chapada Diamantina, que virão aqui dizer "não" ao absurdo que é essa proposta de destruição da Previdência em nosso País.

A proposta que o Governo está mandando tem como objetivo ampliar o mercado do setor financeiro, abrindo espaço com a capitalização para ampliar ainda mais as previdências privadas, o que vai levar à queda da arrecadação da previdência pública.

Esse é um projeto que não tem compromisso com a manutenção do sistema de repartição da previdência privada e que quer reduzir o gasto público para aumentar ainda mais o pagamento de juros, o pagamento das dívidas, os lucros do grande capital financeiro em nosso País.

Neste momento, dizemos "não" à mudança da Previdência...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 245/370

22.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	12/03/2019-16:48
Publ.: DCD - 3/13/2019 -	REGINALDO LOPES-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 4.742, de 2001, sobre a alteração do Código Penal Brasileiro para tipificação do crime de assédio moral.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, quero defender a aprovação deste projeto.

Nós estamos no século XXI. É inaceitável que, neste século, alguém ainda venha discutir subemprego, empregabilidade precária e, pior ainda, concordar com os diversos tipos de assédio, em especial o assédio moral, o assédio psicológico e inúmeros outros assédios. Precisamos colocar este País definitivamente no século XXI. Precisamos discutir os temas do século XXI.

Nós estamos no mês das mulheres. Lamentavelmente, ainda não superamos a diferença salarial entre homens e mulheres, o que é também um tipo de assédio, um tipo de preconceito que este País tem

que superar.

Nós temos que vencer essas pautas no dia a dia da Câmara dos Deputados. É papel do legislador enfrentar esse tema. Nós precisamos modernizar o nosso País - e nos foi concedido poder para isso.

Eu sou daqueles que acham que o capitalismo é sempre uma barbárie. Mas, no Brasil, isso é pior do que nos demais países. No mínimo, nós temos que buscar fazer um capitalismo mais civilizado nas relações entre o capital e o trabalho.

Portanto, eu quero defender a posição favorável ao relatório, para que possamos apreciar este projeto e caminhar para a sua aprovação. Eu acho que isso será extremamente importante para o nosso País.

Ao mesmo tempo em que estamos debatendo sobre o assédio moral, chega a esta Casa uma proposta de emenda à Constituição que, lamentavelmente, mais uma vez, vai promover um assédio contra os mais pobres no Brasil. Trata-se de uma proposta criminosa contra setores da sociedade brasileira, contra as mulheres novamente, contra as educadoras da escola básica, contra aqueles que colocam, de fato, alimento na mesa de todos os trabalhadores brasileiros. Oitenta por cento de tudo o que nós consumimos no dia a dia vêm dos agricultores familiares, em especial das agricultoras, cujo direito humano e sagrado à aposentadoria esta proposta de emenda à Constituição quer adiar por mais 5 anos, colocando a idade mínima de 60 anos. Essa proposta é extremamente criminosa.

Confundem o ultraliberalismo, no conceito do Paulo Guedes, com um direito à renda. Todo cidadão brasileiro, ao nascer, deveria ter parte da riqueza do Brasil. Eles querem transferir...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Lamentavelmente, eles querem atingir um direito consolidado das políticas públicas, da Seguridade Social, um conceito moderno da Constituinte de 88: o Benefício de Prestação Continuada aos 65 anos. Querem modificar a idade mínima para 70 anos, confundindo esse direito com o direito à renda mínima. Nós deveríamos implementar a renda mínima para todos os brasileiros que não tenham renda neste País.

Precisamos aumentar o mercado interno e o mercado de consumo no



Brasil. Para isso, precisamos aumentar a renda disponível do povo brasileiro, em especial do povo mais pobre. Lembro que 80% dos trabalhadores brasileiros ganham até 2 salários mínimos. Seria um crime fazer uma previdência de capitalização no Brasil.

Portanto, quero encaminhar favoravelmente à matéria.

Obrigado, Sra. Presidenta.

Documento 246/370

22.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	12/03/2019-18:04
Publ.: DCD - 3/13/2019 -	BIA KICIS-PSL -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Prejuízos causados ao Brasil e a outros países da América Latina pelos Governos de Esquerda. Empenho do Governo Jair Bolsonaro no resgate da independência das instituições democráticas e na recuperação dos valores cristãos da sociedade brasileira. Apoio ao projeto apresentado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, para combate à corrupção e à criminalidade. Necessidade de revisão da Lei de Imigração, da Lei de Execução Penal e de realização da reforma previdenciária.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PSL - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de me dirigir, na qualidade de Vice-Líder do Governo no Congresso, à Presidente da Mesa e aos colegas. Quero agradecer a confiança do nosso Presidente Jair Bolsonaro e da nossa Líder Joice, reiterando que darei o melhor de mim para ajudar o Governo nesta missão tão honrosa.

Cidadãos brasileiros, caros colegas Parlamentares, considero muito importante falarmos sobre o contexto político do Brasil de hoje, de onde viemos e para onde caminhamos. Viemos de uma luta muito intensa. O Brasil despertou de uma profunda apatia política, graças à conscientização do povo brasileiro, especialmente pela existência da chamada organização Foro de São Paulo. Com isso, percebemos que temos muito a combater além da corrupção. É claro que a corrupção deve ser combatida dia e noite, e devemos nos unir nesta luta, independentemente de questões ideológicas. Porém, é muito importante dizer que o combate à corrupção é também um meio para se atingir um fim, o fim proposto e perseguido pelo Foro de São Paulo.

Nós não nos demos satisfeitos com a retirada de Dilma Rousseff do Palácio do Planalto, porque sabíamos que nossa missão era muito



maior. Sabíamos que vivíamos num contexto em que a Esquerda estava levando o Brasil para o caos, o que acontece não apenas no Brasil, na América Latina, mas também na Esquerda internacional. A verdade é que a Esquerda busca o caos, por meio da destruição de valores cristãos e da família. Para isso, ela tem contado com a ajuda de várias instituições aparelhadas que comungam de ideologias nocivas à sociedade e de pessoas que usam seus cargos contra sua missão institucional. Temos um exemplo disso não apenas na magistratura e no Ministério Público, mas também dentro das escolas, com a doutrinação que acontece todos os dias.

É muito importante resgatarmos estas instituições. Neste sentido, inúmeros projetos já foram apresentados nesta nova legislatura, projetos que, entre outras coisas, objetivam evitar a doutrinação contrária a princípios caros à população brasileira, como a família, o patriotismo e os bons costumes. Estes princípios buscam oxigenar e restaurar o corpo enfermo do nosso Brasil, como acontecia.

É preciso restaurar cirurgicamente as atribuições de cada poder: o Legislativo, legislar; o Executivo, administrar, de acordo com a legislação; e o Judiciário, garantir, de forma técnica e isenta, a guarda da Constituição e das leis.

Percebe-se que, no contexto da América Latina, países como a Venezuela e a Bolívia estão mergulhados neste projeto socialista que afeta a soberania de cada país. Percebemos outros que estão saindo deste processo cruel, como a Colômbia, o Paraguai, a Argentina e, finalmente, o Brasil, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, deixando para trás o sonho da pátria grande.

Estamos alinhados com nosso Presidente Bolsonaro eu e muitos Parlamentares, para lutarmos pela restauração e manutenção da independência e da democracia em nosso País. Além disso, estamos somando esforços em prol de um projeto muito importante, o projeto relacionado à imigração.

Hoje vemos o Brasil sofrer com a política de fronteiras abertas, sem responsabilidade. Vemos nossos irmãos venezuelanos adentrar, sem controle, o território nacional. O Governo atual já começa a controlar esta situação. É claro que somos solidários a nossos irmãos venezuelanos, mas temos que cuidar da nossa segurança interna. Uma das funções precípuas do Estado é a segurança das fronteiras; a outra, tão importante, é a segurança interna. Quanto à segurança pública, temos o projeto do Ministro Sergio Moro, com três focos: o primeiro, os crimes de corrupção; o segundo, o crime organizado; o terceiro, os crimes violentos, os homicídios, entre outros. O projeto do Ministro Moro não engloba tudo o que precisa ser alterado na legislação, mas é um bom começo.

Antecipo, neste sentido, a necessidade de alterar, em sequência, a Lei de Execuções Penais, as audiências de custódia e outros instrumentos. Dispensa comentário a relevância da questão da reforma da Previdência. O Brasil não pode esperar. Estamos a caminho do precipício. Estávamos no mesmo caminho da Venezuela. Agora, com o projeto do Governo Bolsonaro e com o Ministro Paulo Guedes, temos a chance de reconstruir este País, para que os mais pobres sejam finalmente cuidados pelo Estado e aqueles que ainda podem oferecer um pouco de sacrifício que o façam, pelo bem deste País. Temos um projeto que agora cuida dos mais pobres e desvalidos.

É preciso estancar a sangria. É preciso reformar a Previdência. Vamos todos juntos construir um Brasil melhor para todos os brasileiros.

Muito obrigada.

Documento 247/370

22.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	12/03/2019-18:44
Publ.: DCD - 3/13/2019 -	LÉO MORAES-PODE -RO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Protesto contra o reajuste nas tarifas de energia elétrica no Estado de Rondônia. Necessidade de aperfeiçoamento da proposta de reforma previdenciária encaminhada à Câmara dos Deputados pelo Governo Jair Bolsonaro. Encontro do orador com Ministros de Estado para debate da transposição de servidores públicos do extinto Território Federal de Rondônia para o quadro em extinção da União.

O SR. LÉO MORAES (Bloco/PODE - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Peço licença. Prometo não ser muito demorado, mas deveria fazer alguns alertas, ainda mais passado o momento momesco de festas, de carnaval.

Nós temos uma dificuldade muito grande no Estado de Rondônia, e o Ministro de Minas e Energia nos prometeu entregar uma resposta até quarta-feira, isto é, o dia de amanhã, em relação ao aumento da tarifa de energia elétrica. Nós pagamos quase 30% a mais a partir do momento em que a concessão foi entregue a uma empresa sem haver a devida fiscalização do contrato do edital.

E eu quero deixar um alerta que nós não sejamos, toda a população, silentes, dormitantes e omissos em relação a essa matéria. Se nós não tivermos através de gestão política uma resposta satisfatória, a



população, através de inovação, e, muito logicamente, com muito cuidado e atenção à ordem... Mas que nós possamos nos manifestar nas ruas do Estado de Rondônia para deixar bem claro que nós não vamos aceitar o aumento da tarifa de energia elétrica.

Portanto, falamos do assédio, que pode demitir, fechar postos de trabalho. Eu não tenho dúvida de que isso já tenha acontecido no Estado de Rondônia. A partir do momento que se majorou a energia elétrica, aumentou o furto da energia, o famoso gato, e não se trouxe resposta. Repassou-se imediatamente a necessidade de melhoria na rede elétrica para a população, que ficou sem entender. E este é o momento de nos unirmos, sem matriz ideológico-partidária, sem cor, com um debate suprapartidário, para deixar bem claro que nós não vamos aceitar mais uma vez, como acontece há 500 anos no País, como acontece há mais de 100 anos em Rondônia, que nos entreguem espelhos, miçangas e bijuterias e que nós fiquemos mais uma vez ao deus-dará, com a mão abanando, ou deixando a nossa riqueza, fonte mais rica do mundo, a água, passar entre as nossas mãos e descer Rio Madeira abaixo.

Fica o alerta de que com criatividade, inovação e com o apoio da população, nós iremos às ruas para coibir e evitar esse aumento estapafúrdio, esse assalto legalizado, esse crime contra a população do Estado de Rondônia.

Entrando no mérito da reforma da Previdência também, é certo que agora os debates serão cada vez mais acalorados. Eu não tenho dúvidas de que há sim de existir algumas mudanças no projeto que aqui aportou. Nós temos que discutir o Benefício de Prestação Continuada, manter o valor de mil reais de 65 anos aos 70. Reconheço que existiu um avanço dos 60 aos 65 anos. Temos que discutir a aposentadoria dos servidores e dos trabalhadores rurais, também a paridade de idade de homens e mulheres na área da educação e, com muita atenção, discutir segurança pública de forma pareada, equânime, o que é importante.

E sobretudo para mostrar que a população pode ficar segura de que aqui terá o eco da sua voz, que vem das ruas e ecoa - ou deveria ecoar - aqui no Congresso, nós também devemos cobrar tanto as empresas quanto das pessoas físicas e dos políticos que devem tanto à questão previdenciária, quanto não previdenciária, quanto diretamente ao INSS. Isso soma mais de 600 milhões de reais.

Queremos dar o exemplo? Não vamos tirar de quem tem menos. Vamos cobrar de quem muito tem, quem tem bonança, fartura, e, muitas vezes, se empodera por sua atividade laboral, e, muitas vezes, sua atividade parlamentar.



Quero também deixar registrado que nós debatemos com o Ministro Vital do Rêgo, do Tribunal de Contas da União, que também fomos ao Ministério da Economia, junto com a bancada federal dos Estados de Rondônia, de Roraima e do Amapá, vários Deputados, para discutir a respeito da transposição. Há também a necessidade de apartear o debate da Emenda nº 60, que inclui o Estado de Rondônia, e da Emenda nº 98, que não tem o Estado de Rondônia. E precisamos desse decreto para sermos inseridos.

E fica aqui o pedido ao Tribunal de Contas da União para que possa apartear, que o objeto principal que traz segurança jurídica e que faz análise e laudo da transposição dos nossos servidores, que é a Emenda nº 60, seja mantido, até que sejam investigadas as possíveis suspeitas de irregularidades, que eu acredito que serão superadas, em relação à Emenda nº 98. E há uma lei que foi feita de forma eleitoreira ano passado e mais uma vez gerou expectativa, apreensão, desespero, aflição, e, lógico, infelizmente, o fim de tudo foi devastador, porque não aconteceu a devida transposição.

Então deixo aqui o alerta em relação à Previdência. Precisamos dar o exemplo na totalidade e mostrar a nossa cara, para termos condição de olhar no olho da população. Que os agentes políticos e as grandes empresas paguem primeiro o seu pato, as suas dívidas, para que possamos debater com segurança, conscientes de nós e da vontade do povo de Rondônia.

Obrigado.

Documento 248/370

22.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	12/03/2019-19:20
Publ.: DCD - 3/13/2019 -	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Razões dos posicionamento do PT contrário à aprovação da proposta de reforma previdenciária. Incitação à violência e retirada de direitos das mulheres pelo Governo Jair Bolsonaro. Exigência de identificação dos mandantes do assassinato da Vereadora Marielle Franco, ocorrido no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, o tempo para o trabalhador e para a trabalhadora brasileira está correndo, e eles olham para dentro desta Câmara dos Deputados e para cada mandato aqui



instituído e se perguntam se os Parlamentares brasileiros irão romper definitivamente o pacto social que a Constituição produziu, impedindo a continuidade da Seguridade Social e da Previdência pública, privatizando e capitalizando a Previdência, entregando aos grandes bancos, ao interesse privado, a vida de idosos, a vida de pessoas que se dedicaram a constituir este País, ou se terão coragem de olhar nos olhos das mulheres e homens que trabalham de sol a sol e dos que estão desempregados e ficar do lado deles numa hora como essa.

Nós do Partido dos Trabalhadores temos posição clara contra a reforma da Previdência. Denunciamos que essa reforma ataca principalmente as mulheres. No dia 8 de março último, tivemos nas ruas milhares de mulheres brasileiras, do campo e da cidade, alertando que não aceitamos a retirada de direitos de nenhuma profissão, para nenhum e para nenhuma de nós.

Ao fazer este pronunciamento em nome do PT, eu espero que as homenagens ao Dia Internacional da Mulher e à nossa semana não sejam, como já dissemos e ouvimos, flores, porque cansamos de ver flores nos velórios das mulheres vítimas de feminicídio. Nós cansamos do feminicídio, cansamos da violência e já sabemos que o Governo instalado no Palácio do Planalto não tem nada a oferecer ao Brasil a não ser mais violência, com a destruição das políticas para as mulheres, a destruição de direitos das mulheres.

Tudo isso é coroado com a suspeição, que é preciso que seja respondida, apresentada também ao Plenário pelo PSOL nesta noite. Quem matou Marielle? Quem mandou matar Marielle?

A polícia do Rio de Janeiro e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, essas duas instituições, adequadamente, ainda que num tempo lento, demorado, mas no cumprimento de sua função, identificaram num condomínio de luxo os responsáveis pela morte de Marielle e podem continuar investigando. Num condomínio de altíssimo luxo mora um PM - ou melhor, ex-PM, porque policial que adere ao crime não é policial, é bandido!

Não somos nós que defendemos os bandidos. Quem defende os bandidos, quem está ao lado dos bandidos são aqueles que mataram Marielle Franco e Anderson, aqueles que estão no Palácio do Planalto a esta hora, perguntando... É um absurdo, é imoral que o Presidente da República olhe para si próprio e diga: "*Quero saber quem está por trás do atentado que sofri*". Nós também queremos saber quem fez aula de tiro com quem praticou um atentado contra o candidato de então. Mas ele só pensa em si! No dia em que temos que responder sobre Marielle, ele pergunta sobre si! Pois responda quem matou Marielle Franco! Quem mandou matar Marielle Franco? Quem mandou matar Marielle Franco? Respondam, Bolsonaro, milicianos e sua gangue.

22.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 12/03/2019-20:08
CD
Publ.: DCD - 3/13/2019 ROBERTO DE LUCENA-PODE -SP
-
CÂMARA DOS DEPUTADOS ENCERRAMENTO DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Posicionamento favorável à realização da reforma da Previdência Social. Anúncio da apresentação de proposta de emenda à Constituição sobre a regulação da dívida pública. Defesa de realização de da dívida pública.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde FHC, todos os Presidentes - Lula, Dilma e Temer -, ao assumirem o comando do Governo, depararam com a compreensão do tamanho da necessidade de reformar a Previdência Social. Da mesma forma, o Presidente Bolsonaro, que, como Deputado Federal, tinha suas dificuldades com respeito a este tema, ao assumir o comando do Governo, também compreendeu que não temos como fazer de conta que temos responsabilidade com o Brasil e deixarmos as coisas como estão, para ver como ficarão.

Precisamos fazer a reforma da Previdência, não por causa do déficit cuja existência divide os técnicos e especialistas, mas por causa do futuro.

Por que estamos na curva de uma virada da pirâmide demográfica extraordinária? Estamos envelhecendo! Hoje somos quase 30 milhões de brasileiros, com 60 anos ou mais; em 9 anos, seremos 37 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais e, em 2050, seremos 60 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais. Quando chegarmos a isso, sexagenários, teremos ainda uma expectativa média de vida de, pelo menos, mais 20 anos. É lógico que a Previdência Social, bem antes disso, vai entrar em colapso!

A Previdência Social, no entanto, não pode ser, sozinha, desde já,



responsabilizada pelo déficit público. Ela compromete 767,8 bilhões de reais (53,4% dos gastos totais, estimados em 1,438 trilhão de reais) do nosso Orçamento.

A maior fatia do Orçamento da União se concentra no pagamento de juros e da amortização da dívida pública. Em 2017, 39,70% do Orçamento federal foi para o pagamento de juros e para a amortização da dívida, ou seja, quase 1 trilhão de reais, compreendendo as seguintes rubricas: juros e amortizações da dívida, inclusive a chamada "rolagem", também denominada "refinanciamento". Ao mesmo tempo que discutimos a reforma da Previdência, se fomos sérios, temos que discutir também a dívida pública.

Aliás, a dívida pública não entrou na PEC dos Gastos. Entraram os gastos primários. Entraram educação, saúde e segurança, por exemplo, mas não à dívida pública.

Hoje comecei a colher assinaturas de apoio a uma PEC de minha autoria, para que a dívida pública seja enquadrada no limite de gastos. Mais do que isso, precisamos auditar a dívida e saber o que estamos efetivamente devendo e pagando. Estou propondo isto também: uma auditoria da dívida pública.

E a reforma? Vamos fazê-la, mas precisamos reduzir a DRU de 30% para 25%. Vamos rever as desonerações concedidas nos últimos 20 anos, setor por setor. Vamos cobrar a dívida dos grandes devedores da Previdência. Entre os grandes devedores, estão os bancos públicos e privados, as estatais, os Municípios, os grandes grupos de comunicação e os grupos econômicos. Vamos vender a carteira de imóveis sem uso e sem destinação da União. Vamos endurecer as penalidades contra os sonegadores.

Mas a reforma da Previdência? Vamos fazê-la, mas vamos garantir uma regra de transição justa. Vamos tratar iguais como iguais e diferentes como diferentes. O professor, o homem do campo, o trabalhador da construção civil, os policiais, os bombeiros, os agentes penitenciários, os motoristas de caminhão e ônibus, os trabalhadores em condições insalubres, os militares, por exemplo, têm que ser tratados de maneira diferenciada.

Que Deus nos abençoe!

Que Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado.

Documento 250/370

24.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 13/03/2019-14:12
CD
Publ.: DCD - 3/14/2019 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA
23
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
DEPUTADOS EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Aplausos às mulheres brasileiras pela realização, no País, de atos em defesa da liberdade, da democracia e dos direitos da classe feminina. Posicionamento da oradora contrário à reforma previdenciária. Realização de ato em homenagem às mulheres no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, saudar as mulheres brasileiras que realizaram, no último dia 8 de março, uma sexta-feira pós-carnaval, atos belíssimos em todo o País: atos coloridos, atos em defesa da liberdade, da democracia, do direito da mulher. Afinal, a mulher é a primeira a acordar e a última a ir dormir. As mulheres, infelizmente, no curso da história da humanidade, têm ficado com a tarefa de cuidar dos idosos, das crianças, da educação da família, da estrutura da família e também têm, no sistema econômico atual, que se realizar como profissional. É isso que chamamos de dupla jornada. E é nessa dupla jornada que a exploração dá-se em dobro.

Por isso mesmo, nós, mulheres, não queremos essa reforma da Previdência. Essa reforma "punibiliza" as mulheres prioritariamente, faz com que as professoras tenham que trabalhar o mesmo tempo que os homens - são 30 anos, para se aposentar com 60 anos de idade. E com a trabalhadora rural ocorre o mesmo. Deixo esse registro.

Convido todos para participar, daqui a pouco, da nossa Sessão Especial da Mulher, no Salão Nobre, comemorativa ao 8 de Março, já que chegamos a 10% com a cota. E, se houve problemas, corrijamos o problema, ao invés de, como quer um Senador baiano, terminar e revogar a lei que reserva espaço nas chapas para as mulheres.

Portanto, vamos definir novas legislações que fortaleçam mais ainda a

participação feminina na política.

Obrigada.

Documento 251/370

24.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	13/03/2019-14:24
Publ.: DCD - 3/14/2019 - 28	GERVÁSIO MAIA-PSB -PB	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Necessidade de discussão da renúncia da contribuição previdenciária; de débitos de grandes devedores junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e do desvio de recursos da Seguridade Social. Posicionamento da bancada opositora na Casa, contrário à proposta governamental de reforma da Previdência Social. Pedido à Presidência de determinação ao Plenário de observância de 1 (um) minuto de silêncio, em homenagem póstuma às vítimas de massacre ocorrido em estabelecimento escolar, em São Paulo, Estado de São Paulo.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, eu tenho sido perguntado todos os dias sobre alguns detalhes referentes à questão da reforma da Previdência.

Eu quero me dirigir à classe trabalhadora do nosso País que nos acompanha pela *TV Câmara*, para que ela possa perguntar aos seus Deputados e Senadores três coisas.

Pergunte quanto o Governo Federal concede de renúncia fiscal na Seguridade. Há renúncia fiscal para quem negocia com *filet mignon*, há renúncia fiscal para quem negocia com salmão. O primeiro ponto é a renúncia fiscal.

O segundo ponto que a classe trabalhadora precisa perguntar é sobre a questão dos caloteiros que devem, sem nenhum tipo de correção, quase 500 bilhões de reais. Eles são os ricos que estão sendo contemplados o tempo todo com a omissão do Governo de plantão. Esse é o segundo ponto que tem que ser amplamente questionado.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Peço que

conclua, Deputado.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - O terceiro ponto, classe trabalhadora: pergunte a seus Deputados e Senadores quanto é desviado da Seguridade no final de cada exercício. Às vezes, chega até a 30% de desvio.

São três pontos que precisam ser discutidos. Eu falei aqui outro dia que não tinha déficit. Alguns acharam que não era verdade. Pois bem, vamos enfrentar o debate sobre esses três pontos.

E a você que me acompanha em casa, que nos acompanha aqui na Câmara Federal, eu digo: ou o povo trabalhador se mobiliza para pressionar a classe política, ou esse assalto àqueles que trabalham para que o Brasil possa seguir adiante ocorrerá.

Se depender da nossa bancada e da Oposição, não passará a reforma da Previdência nos moldes em que se encontra.

Eu quero, Sra. Presidente, pedir que a minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Deferido seu pedido, nobre Deputado.

Lembro que cada Deputado dispõe de 1 minuto.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - E, Sra. Presidente, quero encaminhar a V.Exa. a sugestão de que, no início da Ordem do Dia, solicite 1 minuto de silêncio pelo lamentável fato ocorrido com crianças e também profissionais de uma escola no Estado de São Paulo. Várias pessoas foram assassinadas na manhã de hoje.

Eu encaminho à Mesa o pedido de 1 minuto de silêncio no início da Ordem do Dia, Sra. Presidente.

Documento 252/370

24.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	13/03/2019-14:24
Publ.: DCD - 3/14/2019 - 29	JOSÉ RICARDO-PT -AM	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Artigo Reforma da Previdência injusta, de autoria do orador, publicado pelo Portal Amazonas. Constatação da necessidade do desarmamento da população brasileira diante de chacina ocorrida em estabelecimento de ensino no Município de Suzano, Estado de São Paulo.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, primeiro eu gostaria de solicitar que fosse dado como lido um artigo de minha autoria, em que trato da reforma da Previdência, essa reforma injusta que prejudica a população mais pobre e as mulheres.

Mas não posso deixar de me manifestar sobre essa chacina, com dez pessoas mortas, na escola em Suzano, no Estado de São Paulo.

Isso mostra que o debate sobre o desarmamento é fundamental. Não é com uma política de porte de armas, de acesso a armas, que nós vamos solucionar os problemas do País: pelo contrário, isso vai aumentar a violência.

Eu me lembro do Presidente Bolsonaro, candidato ainda, ensinando a uma criança o gesto de uma arma. Ele, com certeza, é responsável por essa cultura de ódio que nós temos no Brasil que suscita pessoas a fazerem gestos como esse, assassinatos, suicídios.

Portanto, a política que nós queremos para a juventude é de inclusão, de oportunidades, e não de armas e de morte, como eles pregam.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOSÉ RICARDO.

Matéria referida:

- Artigo intitulado "Reforma da Previdência Injusta", publicado originalmente no dia 28 de fevereiro de 2019, no Portal Amazonas.

Reforma da Previdência Injusta

Artigo publicado originalmente no dia 28 de fevereiro de 2019, no Portal

Autor: Deputado Federal José Ricardo

O presidente Jair Bolsonaro enviou para a Câmara dos Deputados o projeto de Reforma da [Previdência](#). A proposta é pior que o projeto que o Temer havia enviado antes e os deputados não tiveram a coragem de aprovar. Agora, o golpe contra a população é maior ainda, atingindo principalmente as mulheres, os idosos e as pessoas com deficiência.

Dizem que a [Previdência](#) é deficitária. Ou seja, o que é arrecadado para a [previdência](#) seria insuficiente para pagar as aposentadorias e pensões. Porém, o que não dizem é que a [Previdência](#) faz parte da Seguridade Social, previsto na Constituição brasileira. A Seguridade envolve a [Previdência](#), a Assistência Social e a Saúde. Para cobrir essas três áreas públicas, há arrecadação de vários impostos e contribuições sociais.

O que também acontece é que muitas empresas privadas e entidades públicas não recolhem para a [previdência](#). A sonegação é grande. Há grandes devedores. Estima-se uma dívida de R\$ 430,4 bilhões. O projeto do governo não ataca a sonegação, não tem uma política para cobrar dos grandes devedores. Mas atinge os mais pobres, os que ganham menos de dois salários mínimos, o que representam 83% dos aposentados.

É um projeto perverso porque penaliza as mulheres, justamente quem mais trabalha, devido à dupla ou tripla jornada de trabalho. A proposta é que os homens se aposentem com 65 anos e as mulheres passem de 60 para 62 anos. É a situação dos trabalhadores privados em áreas urbanas e servidores públicos. A contribuição dos trabalhadores urbanos pula de 15 para 20 anos, tanto para os homens quanto para as mulheres, e aumenta para 25 anos a contribuição dos servidores públicos.

Mas para receber 100% da aposentadoria, o trabalhador precisa contribuir por 40 anos. Com 20 anos de contribuição receberá 60%, mas terá que ter 65 anos, no caso dos homens. A cada ano a mais de contribuição aumenta dois pontos percentuais. Ou seja, só vai receber a aposentadoria integral com 85 anos, se conseguir [emprego](#) como idoso e tiver saúde para aguentar até essa idade. Uma injustiça total.

Na área rural, a idade mínima será de 60 anos. As mulheres trabalharão mais.



Antes era de 55 anos, agora aumentou para 60. E também aumentou de 15 para 20 anos o tempo de contribuição. Vai ser muito difícil uma trabalhadora rural conseguir se aposentar nessas condições. A maioria não tem como cumprir a contribuição tão longa. É uma situação desumana com quem trabalha no sol e na chuva para produzir os nossos alimentos e será tratado desta forma.

O mesmo acontece com os professores que serão altamente penalizados com a reforma. Aumenta a idade e o tempo de contribuição. A idade era de 50 anos para mulheres e 55 anos para homens. Agora é tudo 60 anos de idade. As mulheres contribuirão mais. De 25 anos passa para 30 anos, igual aos homens. É um desrespeito e uma desvalorização com os profissionais da [educação](#) no País.

O projeto deixou de fora os militares das forças armadas, policiais militares e bombeiros. Não está explicado o porquê não mexer com os militares. Há promessa de que terá um projeto específico. Entendo que somente se deveria analisar o projeto da reforma se estivesse inclusos os militares.

O Governo também pretende alterar as alíquotas da cobrança da [previdência](#), assim, quem ganha salário mínimo terá que pagar 7,5% sobre seu salário e ter alíquotas maiores, conforme uma nova tabela de valores. E instituir um sistema de capitalização onde o trabalhador depositará os valores no sistema bancário, que ganhará muito dinheiro com isso. E se o trabalhador ficar desempregado, não contribui. Ou seja, quando chegar à idade de se aposentar, o valor que receberá será bem inferior que o sistema [atual](#). Isso aconteceu no Chile e o hoje é a maior causa de suicídios entre os idosos.

O mais cruel dessa reforma é o que se pretende fazer com os idosos e com as pessoas com alguma incapacidade para trabalhar e que recebem benefício através do BPC (Benefício de Prestação Continuada). A proposta é que a pessoa receba apenas R\$ 400 quando atingir 60 anos. Hoje é de R\$ 500 reais com 55 anos e um salário mínimo com 65 anos. Agora receberá um salário mínimo somente quando tiver 70 anos. Isso é cruel com quem está mais fragilizado e dependente. O governo fala em economizar R\$ 1 trilhão em 10 anos com essas medidas. Mas se isso acontecer será à custa da morte de milhões de pessoas que não alcançarão a idade ou tempo de contribuição, principalmente com o alto desemprego na [economia](#) do país. Essa reforma é injusta.



Publ.: DCD - 3/14/2019 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
32

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Lançamento da Frente Paulista em Defesa da Previdência Social. Contrariedade à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Poder Executivo.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, queria dar como lido o meu pronunciamento sobre a criação esta semana da Frente Paulista em Defesa da Previdência Social, com a participação de dezenas de entidades que estão preparadas para o grande dia 22 deste mês, em ato contra a reforma da Previdência.

Queria acoplar o nosso discurso, que foi feito frente a essa plenária, a fim de mostrar que a reforma é para atingir os pobres e os excluídos.

Cerca de 90% desse 1 trilhão de que Paulo Guedes está falando virá de quem ganha 1 ou 2 salários mínimos. Aqui só se demoniza o servidor público. E, na verdade, se faz terrorismo quando se diz que a Previdência vai quebrar.

Nós estamos falando em taxar lucros e dividendos, em taxar grandes fortunas, em garantir que não haverá mais subsídios aos ricos, aos grande empresários, aos bancos e ao agronegócio.

Estaremos na frente pela luta contra a reforma da Previdência.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta segunda-feira, 11 de março, foi lançada a Frente Paulista em Defesa da Previdência Social, uma articulação da sociedade civil que se propõe a lutar contra o projeto de desmonte da Seguridade Social contido na Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019.

A representatividade da plenária de lançamento da frente não deixa nenhuma dúvida sobre o alto grau de disposição dos presentes para



barrar esse projeto nefasto.

Dentre outras questões, foi aprovado, por unanimidade, a adesão das entidades presentes ao Dia Nacional de Luta, em 22 de março, na perspectiva da construção da greve geral em defesa do direito à aposentadoria.

Saudamos essa acertada iniciativa, parabenizamos seus organizadores e fazemos questão de registrar nos Anais desta Casa de Leis sua criação.

Enfrentar esse projeto que representa os interesses do capital financeiro e que tem apoio incondicional da grande mídia exige a mais ampla unidade do campo popular e o que constatamos como grande acerto na iniciativa ocorrida no dia de hoje.

Na ocasião, distribuímos pronunciamento, que damos como lido neste plenário, em defesa da aposentadoria, contra a reforma da Previdência do Bolsonaro, que só favorece o mercado financeiro

Um futuro sombrio é o que reserva para a população brasileira a proposta de "nova Previdência" de Bolsonaro, que, de nova, não tem nada, muito menos de previdente. O que ela fará é deixar à própria sorte as garantias mínimas de uma aposentadoria digna, em especial aos mais pobres.

O mote central da reforma é a visão financista, de um dogmatismo fiscalista, que nem os países que adotaram esse modelo seguem mais. E seu objetivo principal é a privatização da Previdência Pública.

Seu rigor fiscal é garantido por meio da elevação das barreiras de acesso e da redução do valor dos benefícios, por meio da alteração em suas regras de cálculo. O aumento do tempo mínimo de contribuição também fará com que mais pessoas não tenham acesso à aposentadoria, forçando, dessa forma, a redução de despesas e a elevação de receitas.

Mais uma vez se adota o discurso do medo, de que a Previdência vai quebrar. Mais uma vez se demonizam os servidores públicos, como se eles fossem os principais inimigos das contas públicas. E mais uma vez mentem de forma descarada para a população, dizendo que vão combater privilégios, quando, na verdade, os maiores atingidos serão justamente os mais pobres.

Em troca, prometem o paraíso com a reforma da Previdência, como se, num toque de mágica, a economia fosse melhorar e o País voltar a crescer. Foi o mesmo discurso com a PEC do Teto dos Gastos, com a reforma trabalhista e com a terceirização irrestrita. Como vemos, o País



não só não cresceu o que prometiam, como aumentou o desemprego com essas medidas.

Para se ter uma ideia da falácia do discurso do Governo, segundo estudo feito pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), somente com as mudanças propostas nas regras de concessão do BPC (Benefício de Prestação Continuada, voltada aos idosos mais pobres), a economia pretendida pelo Governo com a reforma está estimada em R\$ 180 bilhões, em 10 anos. Já os cortes propostos para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social) está estimado em R\$ 715 bilhões, ou seja, essas medidas respondem por cerca de 90% da economia pretendida pelo Governo de R\$ 1 trilhão. Não dá para dizer que esta proposta de emenda à Constituição é para combater privilégios.

Vale ressaltar que, se de fato a lógica fosse combater privilégios, no princípio correto de que quem ganha mais paga mais, o mais lógico seria uma reforma tributária ampla, que atualizasse a incidência do Imposto de Renda, ao mesmo tempo que fossem taxadas as grandes fortunas, os lucros e dividendos.

Outra mudança estrutural contida na PEC e que terá impactos cruciais na destruição de um sistema de proteção mínimo é a desconstitucionalização de garantias fundamentais, como a do valor real das aposentadorias. Além disso, as regras gerais de acesso aos benefícios e de cálculos de seu valor inicial também serão definidas por lei complementar, de quórum mais baixo e mais fácil de serem modificadas no Congresso.

Por outro lado, todas as chamadas maldades se tornam constitucionais, como a que cria a possibilidade de taxas extraordinárias que incidam sobre os salários de servidores civis e militares, aposentados, pensionistas e reformados, a instituição obrigatória da previdência complementar no setor público e o modelo de capitalização individual obrigatória tanto no Regime Geral quanto no setor público.

A PEC estimula fortemente a privatização de todo o sistema. O modelo de capitalização que querem adotar é em concorrência com a Previdência Pública, sem uma fase de transição, o que pode comprometer todo o sistema, elevando ainda mais os gastos públicos. Ao sair de um regime de repartição (tripartite) para um regime de capitalização (individual), o Governo coloca em risco o próprio conceito de Previdência, como, aliás, ocorreu em países como o Chile, com alto grau de suicídios de idosos em face do alto grau de achatamento das aposentadorias ou simplesmente de idosos que não conseguiram mais se aposentar.



Outra forma de incentivo à privatização da Previdência Pública é a perda de sua confiabilidade e a instabilidade de suas regras (via leis complementares), assim como o rebaixamento dos valores dos benefícios, por meio de mudanças da forma de cálculos, da possível redução do teto e da possibilidade de não garantia do piso (nas pensões, que poderão, inclusive, ser de valores abaixo do salário mínimo). Ou seja, tudo visa ampliar o mercado para bancos e outras instituições financeiras, todos de olho no grande filão que representa a Previdência.

A PEC visa fortemente retardar o momento da aposentadoria, ampliar o tempo de contribuição e reduzir o valor dos benefícios. Faz isso de forma drástica, sem levar em consideração a realidade brasileira. O tempo mínimo de contribuição de 20 anos, por exemplo, não leva em consideração a instabilidade do mercado de trabalho brasileiro, sua sazonalidade e informalidade e que a própria reforma trabalhista precarizou ainda mais as condições e os contratos de trabalho no País.

A redução drástica das pensões é outra marca perversa desta reforma, com um componente a mais, nesse caso, atinge principalmente as mulheres. De cada 10 beneficiários de pensões, 8 são mulheres. O achatamento para 60%, com apenas 10% para cada dependente, terá forte impacto nas famílias brasileiras.

A mesma lógica perversa se dá com os trabalhadores rurais, que apesar da idade mínima permanecer reduzida para 60 anos (para ambos os sexos), a exigência de contribuição individual vai reduzir drasticamente o acesso aos benefícios. Mais uma vez as mulheres tendem a ser as maiores prejudicadas.

Para piorar ainda mais as coisas, as ditas regras de transição são muito complexas e muito duras. Na verdade, servem para um pequeno contingente de trabalhadores, a maioria será absolutamente prejudicada pelas mudanças nas regras atuais.

Por último, é preciso que se diga que a PEC não só muda o caráter do nosso sistema de Previdência, que hoje parte de uma lógica de proteção social, unindo saúde, assistência e seguridade, como também abre mão de um Estado indutor do desenvolvimento social e econômico e garantidor dos direitos básicos da população. Ao confiscar salários e causar insegurança quanto a um direito fundamental como o da aposentadoria, a PEC torna ainda mais precárias as condições de trabalho e a qualidade dos serviços para a população. A proposta é contraproducente, inclusive do ponto de vista econômico. Seu caráter de confisco salarial e redução drástica do valor dos benefícios e do número de pessoas atendidas terá um forte impacto contracionista na economia, podendo levar à volta de um cenário de recessão.

Derrotar a reforma da Previdência com forte mobilização social

O Governo Bolsonaro gosta de justificar suas decisões, mesmo as mais estapafúrdias, pelo nível de apoio ou rejeição nas redes sociais. É o momento de usarmos essa arma a nosso favor. A rejeição popular à reforma é majoritária na sociedade brasileira, e não há perfis falsos, robôs ou impulsionamento em massa de mensagens que vão mudar isso. É preciso ocupar as redes sociais. É preciso que cada servidor público, que cada trabalhador do setor privado, que cada aposentado ou pensionista, que cada jovem que será prejudicado pela reforma, se posicione de forma clara e inequívoca nas redes, deixando clara a sua contrariedade à reforma. Além disso, é preciso combinar a pressão nas redes com a pressão no Parlamento e as mobilizações de ruas.

Bolsonaro tem a seu favor o fato de ser um governo em início de mandato e de ter o grande apoio da mídia e do mercado financeiro à reforma, que num discurso único a justificam como a única saída possível para a Previdência brasileira. Mas, por outro lado, sua inabilidade em gerar mecanismos básicos de governabilidade é gritante, além de ser um governo que gera ele mesmo suas principais crises, tal o nível de despreparo de seu Ministério, do extremismo ideológico de seus componentes, da falta de compromisso público e do grau de subserviência aos interesses do mercado financeiro. Nesse sentido, torna-se mais fácil a mobilização e o desgaste desse Governo, podendo a oposição à reforma ganhar contornos de massa, de mobilizações de rua. Para isso, é preciso ir a campo, é preciso conversar com a população, esclarecer os verdadeiros interesses por trás desse ataque aos direitos do povo brasileiro. Com mobilização social, com o povo nas ruas, mais a pressão no Parlamento e nas redes sociais é possível derrotar o Governo Bolsonaro e sua reforma. Vamos à luta.

Muito obrigado.

Documento 254/370

24.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	13/03/2019-14:32
Publ.: DCD - 3/14/2019 - 36	ZECA DIRCEU-PT -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário



Participação em eventos promovidos ao ensejo do Dia Internacional da Mulher.
Rejeição da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero deixar registrado que comemoramos, na última sexta-feira, dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher. Deixo meus cumprimentos aqui a todas as Deputadas, servidoras da Câmara. Quero saudar todas as mulheres do nosso Brasil, em especial do Paraná.

No último final de semana, pude participar de vários eventos no noroeste do Estado do Paraná, onde vi de perto a preocupação das mulheres com o tema da reforma da Previdência. É uma reforma que não combate privilégios, é uma reforma que ataca os mais pobres, ataca o trabalhador, mas, em especial, é uma reforma que é muito mais cruel com as mulheres. Por incrível que pareça, são as mulheres que estão, diante desta proposta, mais ameaçadas do seu direito, de uma dificuldade extra, enorme, maior, para poder garantir o direito à aposentadoria.

Fica aqui minha homenagem e, ao mesmo tempo, a minha solidariedade às mulheres, na luta que vamos travar.

Documento 255/370

24.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	13/03/2019-14:36
Publ.: DCD - 3/14/2019 - 38	VILSON DA FETAEMG-PSB -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Congratulações às trabalhadoras rurais e lideranças sindicais do Estado de Minas Gerais. Rejeição da Medida Provisória nº 871, de 2019, sobre a reforma previdenciária. Tentativa do Governo Federal de desestruturação de sindicatos por meio da Medida Provisória nº 873, de 2019.

O SR. VILSON DA FETAEMG (PSB - MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero cumprimentar o povo brasileiro e todos que estão nos assistindo pela *TV Câmara*. Lembro que neste mês comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Então, de modo especial, cumprimento todas



as trabalhadoras rurais, as agricultoras familiares do Brasil e, em especial, as do nosso Estado de Minas Gerais. Cumprimento todas as lideranças sindicais.

Quem vos fala da tribuna desta Casa é um trabalhador rural, um agricultor familiar. Sei muito bem da nossa luta no passado até chegarmos a esse momento. Neste ato, quero tecer comentários sobre da Medida Provisória nº 871, de 2019. Quero dizer para esta Casa, Deputado Padre João, que a reforma da Previdência não está só na Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019. Para nós rurais, ela começa na MP 871/19. Isso é sério! Eu quero chamar a atenção do movimento sindical do Brasil todo, em especial os rurais, mas da cidade também.

E quero chamar a atenção de V.Exas., Sras. e Srs. Deputados, para a maldade do Governo Bolsonaro que, quando em campanha, disse que a reforma proposta pelo Governo Temer era uma maldade, era uma sacanagem com a classe trabalhadora. Ele conseguiu votos, ganhou a eleição e mandou um pacote muito pior. Tenta agora acabar com os sindicatos, substituindo a declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com o argumento de que temos que combater fraudes.

Se o Governo quer combater fraudes, que discuta, negocie com a sociedade civil organizada, com nosso movimento sindical, com as federações, com as confederações, com as centrais sindicais, como a reunião que tivemos ontem com o Presidente desta Casa e com o Presidente do Senado.

O trabalhador rural tem o maior orgulho do seu sindicato e de seu Município. Isso é fato. A MP 871/19 retira o que está disposto no inciso IV do art. 106 da Lei nº 8.213, de 1991, referente ao comprovante do cadastro do INCRA, que antes era um documento para comprovar sua atividade enquanto trabalhador ou trabalhadora. As datas emitidas pelo sindicato não têm mais valor, perdem todo seu valor. E o Governo, ao falar que é preciso acabar com as fraudes, premia funcionários do INSS com bônus de 57,50 reais para cada erro que encontrarem em benefícios liberados. Eu fico preocupado se estiver trocada uma letra do nome. Mesmo que a pessoa seja um trabalhador ou uma trabalhadora e preencha todos os requisitos que determina a lei, esse funcionário vai mandar suspender seu benefício porque foi trocado o nome desse nosso companheiro.

Aí, em seguida, vem a PEC 6/19. E volto a repetir: essa PEC é cruel. Se ela é cruel para a classe trabalhadora, segundo muitos que utilizaram a tribuna desta Casa, para a nossa classe de trabalhadores rurais e trabalhadoras rurais ela é muito mais cruel.

Nós defendemos que a trabalhadora rural tem que se aposentar mais



cedo, aos 55 anos. Quero, inclusive, discordar de uma fala da Ministra da Agricultura, que disse que tem 64 anos e que pode trabalhar mais. Só que nós começamos a trabalhar muito cedo. Nós não começamos a trabalhar depois dos 18, 19, 20 anos. Então, nós não podemos aceitar isso. E vamos lutar. Quero conclamar a classe trabalhadora, todos os sindicatos do Brasil para essa luta. Nós não aceitamos nenhuma mudança.

E agora, por último, no dia 1º de março, em pleno carnaval, o Governo dá de presente a MP 873/19, tentando acabar com a estrutura sindical. Só está faltando agora ele assinar um decreto dizendo que o trabalhador não pode nem passar na porta do sindicato.

Que democracia é essa que temos no Brasil? Nós não podemos ficar calados. Lembro-me de quando nós lutamos aqui para que os trabalhadores rurais tivessem esse direito assegurado na Constituição de 1988, promulgada nesta Casa pelo Deputado Ulysses Guimarães. Essa é duradoura, mas está sendo rasgada.

E chamo a atenção dos Prefeitos...

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Concedo a palavra ao Deputado Capitão Wagner.

O SR. VILSON DA FETAEMG (PSB - MG) - Sra. Presidente, permita-me apenas completar o raciocínio, por favor?

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Seja breve, por favor, para nós ouvirmos o maior número de Deputados.

O SR. VILSON DA FETAEMG (PSB - MG) - Obrigado, Sra. Presidente.

Quero chamar a atenção dos Vereadores, Prefeitos, porque 70% dos Municípios de Minas Gerais e do Brasil têm como sua maior receita a aposentadoria rural.

Sra. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja reproduzido no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 256/370

24.2019

Sessão Deliberativa Ordinária - 13/03/2019-14:48
CD

Publ.: DCD - 3/14/2019 -
42

VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Falecimento do sindicalista e militante petista Edson Conceição, em Salvador, Estado da Bahia. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Posicionamento contrário à proposta de reforma previdenciária.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última sexta-feira, um grande companheiro nosso, o Edson, faleceu lá em Salvador, aos 49 anos de idade. Ele sempre foi militante do Partido dos Trabalhadores, sindicalista da Central Única dos Trabalhadores, do SINDILIMP - Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza Pública da Bahia. Quero prestar a minha solidariedade a todos os seus familiares e aos membros do SINDILIMP.

Ao mesmo tempo, Sra. Presidente, quero deixar registrado um discurso sobre o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, lembrando que, na reforma da Previdência, as mulheres são as principais vítimas.

Estarei à disposição aqui nesta Casa para votar contra a reforma da Previdência.

Documento 257/370

24.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	13/03/2019-15:08
Publ.: DCD - 3/14/2019 - 54	PEDRO UCZAI-PT -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Congratulações às mulheres brasileiras pela realização de campanha nacional contra a proposta de reforma da Previdência Social.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero manifestar minha profunda solidariedade às mulheres brasileiras que, já nos dias 8 e 9 de março, começaram a grande caminhada e a grande campanha de mobilização nacional contra o desmonte da Previdência pública, até porque as mulheres serão, criminosamente, as mais atingidas por essa proposta do Governo Bolsonaro - as mulheres agricultoras, as mulheres trabalhadoras, as mulheres professoras.

O regime de capitalização, efetivamente, é o maior crime de uma proposta fracassada e derrotada em 18 Países, que já recuaram dessa proposta. E o Brasil quer privatizar a Previdência pública.

O povo brasileiro, principalmente as mulheres, vão derrotar a reforma da Previdência.

Documento 258/370

25.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/03/2019- CD	12:00
Publ.: DCD - 3/15/2019 -	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Agradecimento à revista Carta Capital pela publicação de artigo de autoria da oradora, a respeito das medidas de combate ao crime apresentadas pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. Realização de manifestações no Rio de Janeiro e no País, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Violação da liberdade de imprensa e prática do crime de calúnia contra a jornalista Constança Resende pelo Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu queria dar como lido e pedir a divulgação pelos meios de comunicação desta Casa e pelo programa *A Voz do Brasil* dos pronunciamentos que faço referentes ao artigo publicado sobre a proposta de Moro que foca o conflito armado nas comunidades, às atividades do dia 8 de março de nós mulheres no Estado do Rio de Janeiro e ao ataque sofrido por Constança Rezende, jornalista de *O Estado de S. Paulo*, por calúnia, acusada pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Julio Cesar Ribeiro. Bloco/PRB - DF) - Eu atendo ao pedido da Deputada Benedita da Silva.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELA SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero agradecer à revista *Carta Capital* a publicação do artigo que produzi sobre o pacote anticrime do Ministro Sérgio Moro, que, na prática, dá o direito de matar.

O artigo foi publicado na semana passada, na Edição nº 1.043, e analisa que não será pela força bruta militarizada ou mesmo das Forças Armadas, como as repetidas intervenções nas favelas do Rio de Janeiro, que se enfrentará o crime organizado.

A proposta de Moro, além de focar o conflito armado nas comunidades, garante ao agente público o direito de matar se estiver numa situação de "escusável medo, surpresa ou violenta emoção".

Com motivos tão subjetivos, fica aberto o caminho para as execuções sumárias, que parece ser o objetivo real da proposta.

O artigo na íntegra encontra-se disponível tanto no *site* da revista *Carta Capital* quanto na rede social do nosso mandato.

Era o que eu tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a força e o protagonismo da mulher brasileira marcaram fortemente o último 08 de março, quando até a denominada grande mídia reconheceu isso.

No Rio de Janeiro e em todo o Brasil, as mulheres foram para as ruas e levaram os seus filhos e filhas para uma verdadeira aula de cidadania: pediram justiça para Marielle Franco, lutaram pelos seus direitos e denunciaram o feminicídio, a desigualdade salarial e o fim da aposentadoria proposta na reforma da Previdência.

Em contraste com toda essa luta, o Presidente da República vai para a televisão e chama as mulheres de "joias raras", mas, na prática, esmaga seus direitos e só inferioriza a mulher. Para ele, é sempre bom lembrar, que a filha é fruto de uma "fraquejada" do homem e a "mulher tem de ganhar menos porque engravida".

Mas, nas ruas, as mulheres demonstraram que vão enfrentar a misoginia de Bolsonaro, resistir contra essa barbárie que aprisionou o Brasil e lutar contra um Governo que já está fazendo o que defendeu recentemente o Primeiro-Ministro israelense, e seu amigo, Benjamin Netanyahu quando disse que: "Israel não é um Estado de todos os cidadãos".

Mas saibam que o Brasil sempre foi e sempre será de todo o povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para afirmar que Bolsonaro não se cansa mesmo de criar crises diárias com suas tuitadas frenéticas. Geralmente, são comentários que atingem a Constituição e os valores democráticos do nosso País.

No último domingo, ele atingiu as duas coisas numa tuitado só: violentou a liberdade de imprensa, ao promover nas redes sociais o linchamento da jornalista Constança Rezende, do jornal *O Estado de S. Paulo*, e cometeu um crime de calúnia contra ela, ao acusá-la com base em informação mentirosa do *site Terça Livre*, que é ligado ao PSL de Minas Gerais e que lhe apoia por meio da divulgação de *fake news*. Segundo esse *site*, a jornalista do *Estadão* teria dito num portal francês de notícias, que "*trabalha para prejudicar o presidente Jair Bolsonaro*".

Com essa mentira, Bolsonaro acha que consegue desqualificar as denúncias sobre Queiroz e seu filho Flávio Bolsonaro. Em relação a essas denúncias, bastaria os dois irem ao Ministério Público e prestar os esclarecimentos devidos.

Depois dessa tuitada criminosa do Presidente, a jornalista está sofrendo ameaças e perseguição por parte da milícia virtual que atua nas redes sociais ao comando de Bolsonaro e seus filhos.

Toda a imprensa se sentiu atingida pela atitude antidemocrática e indecorosa de Bolsonaro e reagiu com indignação a esse atentado à liberdade de imprensa e contra a invasão de privacidade da pessoa por trás da profissional. A jornalista Constança Rezende tem igualmente a minha solidariedade.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 259/370

25.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/03/2019-
CD 13:28

Publ.: DCD - 3/15/2019 - JOÃO DANIEL-PT -SE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Participação dos partidos opositores na queda do regime militar, na elaboração da Constituição Federal de 1988 e na garantia dos direitos sociais do povo brasileiro. Natureza golpista da retirada do PT do poder. Críticas ao



Governo Jair Bolsonaro. Posicionamento contrário à proposta de reforma previdenciária.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria, em nome da Oposição, primeiro registrar que nós, a nossa geração, participamos com muito amor e entusiasmo da derrubada da ditadura militar deste País. E participamos da Constituinte, período em que, nesta Casa - digo isto para que não haja dúvida -, havia o maior Deputado Federal da história, o mais votado daquela legislatura: Luiz Inácio Lula da Silva.

O PT participou da elaboração disso. Há a mão do PT nos direitos sociais e nas garantias do povo brasileiro. E a população sabe disso, tanto é que, com a democracia, nós ganhamos quatro eleições neste País; com o golpe, perdemos uma. Perdemos uma com o golpe. Houve um golpe na última eleição, sim, porque se rasgou a Constituição brasileira, se criou uma crise política para ajudar a crise econômica, para gerar desemprego, para fazer o que hoje está sendo feito, o que hoje está sendo implementando em nosso País. Tiraram na tora, como se diz no Nordeste, no tapetão, a Presidenta Dilma, num dia 17 de abril.

Eu acho até engraçado, Deputada Erika Kokay, que os grandes festeiros daqui não falem em defender Eduardo Cunha. Ele era o rei, era o cara. Vinha o MBL e tudo a este Salão Verde para entregar pedido de *impeachment*. Fizeram um *impeachment* forçado, na tora. Tiraram a Presidenta Dilma. E tiraram do processo eleitoral o maior líder popular deste País, hoje um preso político, o Presidente Lula, que é reconhecido no mundo e disputa hoje o Prêmio Nobel da Paz. Fizeram isso para botar este que está aí graças ao golpe, às *fake news*, às mentiras. Este País está passando vergonha no âmbito internacional. É uma vergonha o Governo Bolsonaro! Em quase 3 meses de Governo, não há uma medida para acabar com o desemprego, para melhorar a vida da população. Há um golpe atrás do outro.

Neste momento, nós estamos com grandes estudiosos que vieram inclusive do Chile para analisar a PEC 6. Agora, o Brasil inteiro precisa saber: ela é a continuidade do grande golpe, rasgando a Constituição e retirando a Seguridade Social e as conquistas. Não se trata apenas de mudar a idade, tirar direitos, aprovar a tal de capitalização, que é o que faliu e quebrou a Previdência no Chile. Caso esta PEC seja aprovada neste plenário - mas não vai ser -, a nossa Previdência quebraria em curto prazo.

Então, o Governo Bolsonaro e a Situação precisam dizer para que

vieram. Só fazer "arminha" deu no que deu ontem! E lamentamos profundamente que o Líder do Governo no Senado faça uma declaração insana, sem nenhuma decência, dizendo que, se os professores em Suzano estivessem armados, aquilo não teria ocorrido.

Nós não vamos desviar o debate nesta Casa. Qual é o projeto econômico deste Governo? Qual é o projeto político deste Governo? Qual é o programa social deste Governo? O movimento sindical está sofrendo um atentado com a MP 873. Nunca na história - nem a ditadura fez isto - se quis proibir o trabalhador de contribuir livremente com a sua organização.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Governo Bolsonaro até agora não tem uma ação positiva. É um governo que já inicia com o maior desgaste da história dos governos democráticos após a ditadura.

Documento 260/370

25.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	14/03/2019-13:36
Publ.: DCD 3/15/2019 -	ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.020-A, de 2018, sobre a aprovação do texto do Acordo acerca da instituição da Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, República Dominicana, em 25 de outubro de 2016. Críticas ao Presidente Jair Bolsonaro. Falta de interesse das autoridades governistas na identificação dos responsáveis pelo assassinato da Vereadora Marielle Franco. Disseminação da cultura de ódio pelo Governo Jair Bolsonaro. Críticas à proposta de reforma previdenciária.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós vamos encaminhar favoravelmente à instituição da Fundação UE-ALC, uma fundação internacional que tem quatro programas básicos: Explora, Empreende, Conecta e Comunica. Nós achamos que isso vai ajudar o Brasil no desenvolvimento de relações bilaterais.

Mas, dentre outras coisas, nós estamos aqui sentindo que há várias formas de se falar. Os discursos são feitos de várias formas. Fala-se às vezes com o silêncio, fala-se com as lágrimas, fala-se de várias formas. E aqui nós estamos vendo qual é a narrativa real daqueles que apoiam este Governo, que tem um Presidente da República que, de cada dez



mensagens que encaminha no Twitter, seis são falsas - seis! Ele inclusive disseminou uma mensagem equivocada, tentando calar a imprensa, desqualificando uma jornalista de forma absolutamente irresponsável e mentirosa. Além disso, sente-se no direito de expor para o conjunto da sociedade, inclusive crianças, cenas pornográficas, associando o nosso carnaval a elas, porque a alegria incomoda os fascistas, como também incomoda os fascistas a busca de justiça.

E aqui o que nós vemos primeiro é uma narrativa que se expressa da seguinte forma: eles não querem investigar quem mandou matar Marielle e se sentem incomodados com a investigação, acham que é preciso impedir que se investigue quem mandou matar Marielle.

E aqui vêm e argumentam que é preciso descobrir quem mandou matar, quem foi o mandante do atentado contra o Presidente da República. O Presidente, candidato à época, cresceu sobremaneira nas intenções de voto após o suposto atentado. Além disso, a Polícia Federal investigou e disse que a pessoa que se utilizou de uma faca para agredir o então candidato à Presidência da República tem transtorno mental e não foi mandada por ninguém. Mas eles desrespeitam a Polícia Federal, que está sob o seu mando, porque a Polícia Federal está sob o mando de Sérgio Moro, está sob o mando de Jair Bolsonaro, e eles dizem que não. Não respeitam a decisão e os laudos da própria Polícia Federal, porque só respeitam a si mesmos. Não querem estar empenhados em descobrir quem mandou matar Marielle, que foi nitidamente executada, uma execução com requintes de crueldade e uma execução planejada, como se diz.

Concluindo, Sr. Presidente, a violência se manifesta de várias formas. O ódio invade as escolas, o ódio faz recrudescer o feminicídio e a agressão ao outro. O ódio, como discurso, é a ponte entre o pensamento e a ação, em que o discurso se transforma em balas, em hematomas, em estatísticas.

Nós estamos vendo uma base de apoio ao Governo que, para além das negociações que estão na imprensa, com emendas no valor de 1 bilhão de reais, ou cargos, ou coisa que o valha, está aqui em defesa de que não se investigue quem mandou matar Marielle, em defesa de expressões fascistas, para exalar o ódio, porque não tem propostas para o Brasil. Aliás, a proposta que tem para o Brasil é uma reforma da Previdência que penaliza a população mais pobre e protege os ricos.

Documento 261/370

25.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/03/2019- CD	13:48
Publ.: DCD - 3/15/2019 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM



Sumário

Críticas à postagem de vídeo pelo Presidente Jair Bolsonaro. Defesa de rejeição da proposta de reforma previdenciária.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, aquele vídeo, na verdade, é indefensável. Nós somos favoráveis ao acordo e temos uma posição que deveria ser a de todos os Parlamentares: isso é indefensável. Aliás, deveria ser proibido, para que as crianças não tivessem acesso a ele.

Sobre a reforma da Previdência, estamos no topo da irresponsabilidade. É muita irresponsabilidade para com o povo brasileiro querer impor a quem já está na extrema pobreza que não receba salário aos 60 anos e só tenha direito ao BPC aos 70 anos. É uma irresponsabilidade para com o povo brasileiro! É irresponsável retirar o direito do povo de se aposentar, justamente num país onde o desemprego cresce e onde quase 50% dos microempreendedores individuais se encontram inadimplentes. É irresponsável exigir 40 anos de trabalho a uma pessoa para que tenha o direito à média dos últimos salários, aos 100% dos últimos salários. É o mesmo que se curvar aos banqueiros.

Documento 262/370

25.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/03/2019- CD	13:52
Publ.: DCD - 3/15/2019 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 431-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, assinado em Brasília, em 3 de abril de 2014. Rejeição da proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós somos favoráveis a este decreto porque ele é fruto de um acordo entre o Brasil e a Suíça para que o tempo em que se trabalhou em um desses países seja considerado para efeitos da Previdência Social.



Como sabemos, a Previdência Social não diz respeito apenas a aposentadoria: a Previdência Social diz respeito a auxílio-doença, a salário-maternidade, a todos os benefícios que fazem parte de um dos mais profundos sistemas de proteção social que deveria ser preservado.

A proteção social não deveria ser considerada deficitária, ou coisa que o valha. Nós deveríamos entender que a Previdência não é problema para o Brasil: ela é a solução para o povo brasileiro, e nós deveríamos discuti-la, em vista da importância desta política pública, e deveríamos rever as fontes de financiamento.

No entanto, o Governo não quer rever as fontes de financiamento. Nós temos por volta de 3 trilhões de reais em sonegação. Cerca de 500 bilhões de reais destes 3 trilhões de reais são relativos à Previdência e ao FGTS.

Nós temos uma sonegação imensa no País. O próprio Governo diz que pode recuperar 160 bilhões de reais destes quase 500 bilhões de reais, mas não se empenha nesta recuperação. Para além disso, temos a contribuição do Estado que o Governo quer retirar.

Ao descobrir o petróleo, a Noruega fez com que o país tivesse um dos maiores IDHs do mundo. Naquele país, 70% da previdência é bancada pelo Estado. Nos países mais ricos, por volta de 3%.

O Governo quer retirar a participação do Estado, quer estabelecer um processo de capitalização que não vai permitir a aposentadoria para a população brasileira. O Governo retira da Constituição a Previdência para, de forma malandra, tentar ter um quórum mínimo menor e aprovar o processo de capitalização nas suas regras - com 257 votos favoráveis -, sem que se saiba o que é.

Se considerarmos o exemplo do Chile, o Ministro da Economia disse que é uma Suíça, desconsiderando a miséria que grassa no Chile, desconsiderando que 90% das aposentadorias estão saindo com o valor de metade ou menos da metade do salário mínimo, desconsiderando o número de suicídios de idosos no Chile, que cresceu vertiginosamente. Desconsidera-se tudo isso. Se considerarmos o exemplo do Chile, ninguém poderá se aposentar neste País.

Eu repito: a Previdência não é apenas aposentadoria. Se o trabalhador tiver que se aposentar por invalidez, por exemplo, porque não tem mais capacidade laboral, não vai levar seu salário. Ele vai levar 60% do salário. As mulheres, os professores e os homens do campo serão penalizados.



Por isso, votamos "sim" ao decreto e "não" a uma reforma da Previdência que impede que se acumulem pensão e aposentadoria. No caso das pensões, houve contribuição; para a aposentadoria, também houve contribuição. Qual é o raciocínio desse convênio? É que houve contribuição e tempo de trabalho. Portanto, não importa se foi na Suíça ou no Brasil - ele tem que ser considerado. Porém, a contribuição da pensão será indebitamente apropriada pelo Executivo. O Executivo vai fazer uma apropriação indébita, vai se apossar do dinheiro fruto da contribuição daquele que deveria deixar a pensão.

Portanto, votamos "sim" ao projeto e "não" à reforma da Previdência, que penaliza os pobres, que quer retirar 1 trilhão de reais dos pobres e preservar o dinheiro dos ricos.

Documento 263/370

25.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/03/2019- CD	14:08
Publ.: DCD - 3/15/2019 -	JOÃO DANIEL-PT -SE	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 431-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, assinado em Brasília, em 3 de abril de 2014. Posicionamento contrário à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Câmara dos Deputados pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós estamos votando o Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2016, sobre o Acordo de Previdência Social entre o Governo do Brasil e o Governo da Suíça. Nós apoiamos esses acordos internacionais. E, neste caso, o acordo trata de um tema que o Brasil, depois de muito trabalho e de muita luta, consolidou como um dos projetos mais importantes da nossa Constituição Federal, incluído no capítulo da Seguridade Social e que garante a todos os brasileiros e brasileiras o mínimo de dignidade no final da sua vida.

Durante o governo militar no Chile, aplicou-se lá uma reforma da Previdência com a tal capitalização proposta na atual PEC 06, a chamada reforma da Previdência do Governo Bolsonaro. Todavia, durante o Governo Temer, Bolsonaro disse que a reforma então proposta era criminosa contra o Nordeste e contra o povo trabalhador

e, por isso, votaria contra ela. Mas agora ele piorou o projeto e quer acabar não apenas com a Previdência, mas também com o capítulo da Seguridade Social da Constituição brasileira.

É preciso que o povo brasileiro tenha consciência de que não está para entrar nesta Casa um projeto de reforma da Previdência que aumente idade ou que crie algum prejuízo ao trabalhador.

Na verdade, está entrando nesta Casa um projeto que prevê o fim da Constituição Federal, para completar o ciclo dos quatro golpes: a tal reforma trabalhista; a tal Emenda 95; agora a destruição da Previdência; e depois a reforma tributária, para fazer o que o pato amarelo quer deste Congresso Nacional e do Palácio do Governo Bolsonaro, que representa o que há de mais atrasado neste País, que representa o esquema financeiro ganancioso que levou, só na rolagem da dívida, em janeiro, 59 bilhões de reais.

Documento 264/370

25.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/03/2019- CD 14:12	
Publ.: DCD - 3/15/2019 -	ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 431-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, assinado em Brasília, em 3 de abril de 2014. Posicionamento contrário à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Câmara dos Deputados pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, primeiramente quero manifestar que somos favoráveis ao projeto de decreto legislativo em debate, que trata desse acordo entre o Brasil e o a Suíça sobre o sistema previdenciário, para que os brasileiros que lá trabalham possam fazer parte do sistema de lá, valendo o mesmo para os suíços que porventura estejam aqui.

Os suíços com certeza perceberão, principalmente se aprovada a reforma proposta... Aliás, o Ministro já quer ir embora não é? O Ministro Guedes está ameaçando: "*Se não aprovarem, eu vou embora*". Se é para fazer maldade com o povo pode ir. Se é por falta de tchau: "*Tchau, Guedes!*" Como eu dizia, com certeza, os suíços vão



perceber a maldade do sistema previdenciário que a tropa do Governo Bolsonaro quer aprovar. Mas haverá muita resistência e muita luta aqui, porque a reforma é perversa. Ela penaliza de fato o povo mais humilde, o povo mais pobre; penaliza aqueles que hoje infelizmente já são penalizados. E nós não podemos permitir isso. Ela é severa, infelizmente, para intensificar a desigualdade no País, para causar mais miséria, para aumentar a nossa fatia de excluídos.

Por isso, senhoras e senhores, que nós refletamos bastante sobre isso, porque os nossos atos serão cobrados depois. Muitos Deputados que estavam aqui no mandato anterior e defenderam a reforma previdenciária do Governo Temer ficaram pelo caminho, não conseguiram se reeleger. E, se compararmos a reforma do Temer com a do Bolsonaro, veremos que a do Temer era fichinha. Essa aqui é muito mais malvada, muito mais perversa. Reflitam sobre isso. Quatro anos passam rápido, e o povo está atento.

O povo vai perceber que isso não vai melhorar em nada a nossa economia - em nada! Não vai gerar um emprego, não vai melhorar em nada a nossa arrecadação. Aliás, se fosse para melhorar a arrecadação, nós tínhamos que discutir a reforma tributária, não a reforma previdenciária. O Governo quer dar uma solução inadequada ao problema das contas do País.

Que possamos fazer o debate. Eu tenho certeza de que muitos aqui que já não querem a reforma do jeito que está vão se convencer ao longo do debate de que não dá para aprovar reforma nenhuma. Se aprovarmos - mais uma vez reafirmo -, nós vamos criar um conjunto de pessoas excluídas da sociedade, um conjunto de pessoas que vai viver na miséria, um conjunto de pessoas que não vai ter o mínimo para poder sobreviver.

Documento 265/370

25.2019

Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/03/2019-
CD 14:16

Publ.: DCD - 3/15/2019 - CORONEL TADEU-PSL -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Prejuízos causados aos cofres públicos em decorrência da corrupção praticada pelos Governos do PT. Necessidade de realização da reforma previdenciária.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão

do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Seria um sonho para toda a população brasileira se aqueles bilhões de dólares que foram desviados retornassem aos cofres públicos. Quem sabe não teríamos que fazer uma reforma da Previdência. Só um operador do PT, voluntariamente, devolveu quase 400 milhões de reais. Seria lindo, maravilhoso, poder contar com esse dinheiro dentro do cofre.

A reforma da Previdência é inevitável porque nós vamos ter que consertar as contas públicas, aquilo que Fernando Henrique não conseguiu fazer, aquilo que Lula não conseguiu fazer, aquilo que Dilma não conseguiu fazer, e muito menos Michel Temer conseguiu fazer. É um trabalho difícil! vai doer, provavelmente, mas não tanto quanto falam. A reforma é essencial, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. Quem sabe esse dinheiro volte para os nossos cofres e nós possamos comemorar.

Documento 266/370

25.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/03/2019- CD	14:28
Publ.: DCD - 3/15/2019 -	ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contestação às críticas a declarações do Presidente Jair Bolsonaro nas redes sociais. Necessidade de realização da reforma previdenciária.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho escutado aqui da Oposição muitas críticas ao Presidente Bolsonaro, por estar falando nas mídias sociais alguns termos que talvez não sejam muito convenientes.

Vamos lembrar - e eu como cidadão passei muita vergonha, mas muita vergonha mesmo - quando a Presidenta Dilma ia à ONU e falava que ia estocar vento; quando falava da mulher *sapiens*; quando falava que não ia colocar uma meta, mas, quando atingisse a meta, ia dobra a meta; quando ficava falando a respeito do ET de Varginha. O próprio Lula falou que o problema da poluição mundial era porque o mundo era esférico; se fosse o mundo um quadrado cúbico, ficava num plano só.

Mas há uma fala da Dilma que eu acho que é muito boa e pertinente. Ela falou o seguinte: *"Eu não acho que quem ganhar ou quem perder, nem quem ganhar nem perder, vai ganhar ou perder. Se não reformar*

Documento 267/370

25.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/03/2019- CD	14:28
Publ.: DCD - 3/15/2019 -	JOSÉ RICARDO-PT -AM	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 431-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, assinado em Brasília, em 3 de abril de 2014. Críticas à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Câmara dos Deputados pelo Governo Jair Bolsonaro. Necessidade de cobrança de impostos de empresas sonegadas. Reflexos da disseminação da cultura do ódio.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria aqui me manifestar a favor deste projeto que está em debate, esse acordo de Previdência Social entre Brasil e Suíça, que vai beneficiar 50 mil brasileiros que moram, trabalham na Suíça, essa reciprocidade com os suíços que atuam, trabalham, moram aqui terem o direito também da Previdência. Portanto, é um projeto importante para o nosso País.

Agora, este é o assunto: a Previdência Social. Aqui, no Brasil, o que se propõe é desmontar direitos conquistados historicamente em relação à Previdência, à Seguridade Social, à saúde, à assistência. Nós temos isso previsto na Constituição e é um avanço enorme. Muito mais precisa ser feito, lembrando o que o próprio Lula disse: "*Olha, fizemos muito, mas muito ainda precisa ser feito*". Há uma história de 500 anos de exploração dos mais pobres neste País e muito mais precisa ser feito.

A Seguridade Social é instrumento fundamental de justiça social. Agora isso está sendo desmontado numa proposta de morte, porque vai exigir que uma pessoa contribua por 40 anos para poder receber integralmente um valor para a sua aposentadoria, que vai oferecer para o idoso um benefício de 400 reais e, se quiser mais, se quiser um salário mínimo, tem que conseguir ter a sorte de viver até 70 anos de idade, para daí começar a usufruir um ganho de um salário mínimo.

Este projeto vai ser aprovado hoje aqui. Certamente, os suíços que estiverem aqui vão ficar assustados com esse acordo, porque as



mulheres vão ter que trabalhar mais tempo, contribuir mais tempo para a Previdência, uma injustiça contra professoras, trabalhadoras rurais. Portanto, é uma proposta injusta, é uma proposta de morte. Tira o sistema solidário e impõe, ou quer impor, o de capitalização. Como é que aquela pessoa desempregada vai contribuir, se não tem renda? Vai ficar abandonada. Eu hoje ouvi uma exposição detalhada sobre o que foi feito no Chile, para que pudesse ser feito aqui no Brasil. É preciso ouvir e saber a realidade do Chile e as consequências do sistema que agora estão querendo impor com essa proposta.

Acho interessante que não se questionam os grandes sonegadores. Eu ouvi um Deputado falando de buscar recursos lá fora. Eu diria o seguinte: vamos cobrar dos grandes sonegadores deste País, para poder contribuir com a Previdência. É bom colocar isso, porque esse é um ponto que não querem debater, não querem discutir. As grandes empresas sonegadas que não contribuem são, portanto, causadoras também dessa situação.

Ao terminar meu pronunciamento, Sr. Presidente, não posso deixar de falar dessa contracultura de ódio. Eu acabei de receber uma mensagem de Manaus. Hoje, em uma escola, houve um alvoroço geral porque adolescentes inspirados no que aconteceu em São Paulo, naquelas mortes, estavam também nas redes sociais ameaçando e falando em fazer a mesma coisa.

Está aí o resultado daqueles que pregam o ódio, que pregam o porte de armas, que fazem o símbolo da arma. Amanhã talvez eles mesmos sejam as vítimas.

Eu sou contra essa cultura. Eu sou da cultura de paz. Hoje é o Dia da Poesia. Precisamos de poesia.

Obrigado.

Documento 268/370

25.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/03/2019- CD	14:44
Publ.: DCD - 3/15/2019 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da proposta de reforma da Previdência Social, encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro. Orientação de bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo 431-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República

Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, assinado em Brasília, em 3 de abril de 2014.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nós somos favoráveis ao projeto de decreto legislativo. Entretanto, é preciso deixar claro que realmente nós já tivemos oito reformas da Previdência - oito! O Governo Lula fez reforma da Previdência; também o Governo Dilma fez reforma da Previdência; o Governo Fernando Henrique também fez reforma da Previdência.

Mas o que nós estamos vendo agora é uma ousadia fascista - fascista! - que serve aos interesses de banqueiros e do sistema financeiro para poder arrancar 1 trilhão de reais dos benefícios e da aposentadoria do povo pobre. Acabar com o abono salarial, restringindo-o apenas a quem ganha até 1 salário mínimo é tirar um salário por ano de uma população de baixa renda: 21 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. É isso.

Agora, virem aqui com plaquetinhas, dizendo "*Quero saber quem mandou fazer o atentado contra o Bolsonaro*"?! A Polícia Federal já disse que não houve mandante e que aquele que deu a facada tem transtorno mental. Mas nós temos um Ministro da Justiça que diz que o que houve em Suzano é um incidente. Não, não! É uma tragédia. É uma tragédia construída e anunciada.

O PT vota favoravelmente ao projeto de decreto legislativo e é favorável à vida, mas é contra a insensibilidade, contra os que acham que os seres humanos podem ser hierarquizados e contra os que desconstroem os próprios órgãos do País como, por exemplo, a Polícia Federal.

Documento 269/370

25.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/03/2019- CD	14:48
Publ.: DCD - 3/15/2019 -	CORONEL TADEU-PSL -SP	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo 431-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, assinado em Brasília, em 3 de abril de 2014. Posicionamento favorável à aprovação da proposta de reforma previdenciária.



O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL, Sr. Presidente, em homenagem aos 13 milhões de brasileiros que hoje estão tentando preencher as suas Carteiras de Trabalho, em homenagem a diversos funcionários da PETROBRAS, que foram limados dos seus empregos, por conta da corrupção que o Partido dos Trabalhadores colocou dentro da PETROBRAS, em homenagem a tantos outros funcionários de estatais e empresas privadas que vão perder os seus empregos, por conta da economia desastrosa que o Governo Bolsonaro acabou de herdar, nós vamos votar "sim", a favor. E vamos votar, inclusive, a favor da reforma da Previdência, para ver se nós conseguimos tirar um bando de sanguessugas deste Governo.

Documento 270/370

25.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/03/2019- CD	14:52
Publ.: DCD - 3/15/2019 -	JOÃO DANIEL-PT -SE	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo 431-B, de 2016, sobre a aprovação do texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, assinado em Brasília, em 3 de abril de 2014. Posicionamento contrário à aprovação da proposta de reforma da Previdência Social.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição, Sr. Presidente, vota "sim".

A Previdência é uma conquista do povo brasileiro, e a Oposição não dará um minuto de trégua. Nós vamos expor a base aliada de Bolsonaro, pelo que trouxe para esta Casa. Eles apoiaram Michel Temer, apoiaram o golpe, fizeram a reforma trabalhista, dizendo que haveria a geração de emprego. Hoje, apenas 20% dos trabalhadores permanecem mais do que 2 anos com a carteira assinada. Em menos de 1 ano, 80% deixam de ter a carteira assinada, ou ficam desempregados.

Como eles querem que um trabalhador contribua para a Previdência por 40 anos e tenha 65 anos para se aposentar? "Não" à reforma da Previdência!



25.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/03/2019- CD	15:24
Publ.: DCD - 3/15/2019 -	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 746-B, de 2017, acerca da aprovação do texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Programa de Férias-Trabalho, assinado em Brasília, em 13 de fevereiro de 2015. Defesa de realização da reforma previdenciária.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero externar, neste momento, apoio ao Memorando de Entendimento firmado entre os Governos do Brasil e da Alemanha, porque podemos aprender muito com a Alemanha, sobretudo na área de formação profissional para os nossos jovens.

Sr. Presidente, nós estamos vivendo a realidade de um país à beira do caos: brasileiros morrendo na fila do SUS; segurança em situação catastrófica; 12 milhões de desempregados; corrupção a toda hora, a todo momento, absurdamente. Enfim, é um país desacreditado.

Quanto à reforma da Previdência, ou nós a fazemos ou o Brasil vai quebrar. O País não suporta 300 bilhões de reais de déficit por ano. Não teremos Governo com esse déficit. A essência da reforma tem que pegar os grandes, acabar com os privilégios e proteger sobretudo os pequenos - professores, policiais, agricultores, idosos, deficientes.

Sr. Presidente, em Santa Catarina há auditor-fiscal aposentado recebendo 68 mil reais; em São Paulo, na Câmara de Vereadores, uma técnica, que não tem nível superior, recebe, vergonhosamente, 45 mil reais de remuneração. Não podemos admitir isso. Esse tipo de privilégio tem que acabar. Efetivamente, a reforma tem que pegar esses privilégios.

Em Santa Catarina, nós fizemos uma reforma: nenhum novo servidor, delegado, promotor, juiz vai se aposentar com salário acima do teto da Previdência. E aumentamos a alíquota da contribuição previdenciária de 11% para 14%. Mas nós temos que dar exemplo: lá acabamos com a aposentadoria dos Governadores.

Aqui, Sr. Presidente, nós temos que, com esta reforma, para dar exemplo, acabar com a aposentadoria vergonhosa dos Parlamentares.



O Brasil não suporta mais um Parlamentar trabalhar 4 anos e se aposentar. Esse é o primeiro passo. Não podemos falar em reforma da Previdência sem cortar na carne. Nós somos contrários a isso! Nós vamos acabar com a aposentadoria vergonhosa, absurda, descabida dos Parlamentares, Deputados Federais e Senadores.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 272/370

25.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/03/2019- CD	16:08
Publ.: DCD - 3/15/2019 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da proposta governamental de reforma previdenciária. Repúdio à medida provisória a respeito da organização sindical. Exigência de identificação dos mandantes da Vereadora Marielle Franco. Contrariedade à criminalização de movimentos sociais.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu fico muito impressionada com o misto de atuação que está presente nesta Casa, de sabujos e ventríloquos do ódio, que não conseguem ter uma proposição ou uma narrativa que diga respeito ao Brasil.

Nós estamos com uma proposta de reforma da Previdência que vai fazer com que a pessoa em extrema pobreza morra sem poder se beneficiar de um salário. Nós temos uma proposta de reforma da Previdência que vai tirar o abono salarial de 21 milhões de brasileiros e brasileiras que ganham entre um ou dois salários mínimos. O abono salarial é uma conquista histórica! Nós temos uma proposta de reforma da Previdência que penaliza sobremaneira educadores e educadoras. Nós temos uma proposta de reforma da Previdência, em que a maior parte, 80% ou mais do valor de 1 trilhão de reais em recursos que dizem que será economizado, vem do regime de celetista, não vem de servidor público. E nós temos uma tentativa desesperada de eleger os servidores públicos - que são fundamentais para a construção de políticas públicas, para fazermos o luto das casas grandes e senzalas - como inimigos da Nação. Busca-se inclusive impedir a sua organização sindical.

O Governo, com essa medida provisória, rompe a Constituição de forma muito explícita. Já perdeu três vezes na Justiça. Três entidades



já ganharam liminares, porque essa medida provisória é um desrespeito, fere a organização sindical. E aqui vemos subirem à tribuna para dizer que essas pessoas estão incomodadas por que nós queremos apurar quem mandou matar Marielle!

Por que se incomodam? Incomodam-se porque sabem que aquele que eles defendem, sem qualquer tipo de lógica e sem qualquer argumentação, deve ter alguma coisa a ver com os mandantes da morte de Marielle. Por que se incomodam os defensores raivosos de Bolsonaro? Incomodam-se - e até disseram que isto era quebra de decoro Parlamentar - porque nós estamos exigindo que se apure, que se investigue quem mandou matar Marielle. Por que se incomodam?

A esta Casa eles vêm e explicitamente defendem a criminalização dos movimentos sociais. Eles estão considerando o movimento social como movimento terrorista! E não consideram como terroristas aqueles que vão impedir o povo de se aposentar? Digo isso porque o regime de capitalização não vai possibilitar a aposentadoria do povo.

É muito ódio contra o povo brasileiro.

Documento 273/370

25.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/03/2019- CD	16:24
Publ.: DCD - 3/15/2019 -	BOCA ABERTA-PROS -PR	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Não-sustentação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, do posicionamento assumido a respeito da idade mínima para a concessão do benefício de aposentadoria para homens e mulheres.

O SR. BOCA ABERTA (Bloco/PROS - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos e a todas. Pessoal das galerias, beijo no coração de todos! Vão com Deus. Estão indo embora? Vão na paz e cuidado com os buracos! Brasília está cheia de buracos.

Pois bem, eu venho aqui falar hoje da reforma da Previdência. Olha, com todo o respeito, Sr. Presidente Bolsonaro, com todo o respeito, volto a repetir: votamos em você. Eu votei, minha família votou, minha esposa votou, bem como o cachorro e o papagaio, enfim todo mundo votou. Na minha cidade de Londrina, abençoada demais toda a vida, o senhor teve mais de 83% dos votos. Foi voto a dar com o pau, a dar

com o rodo, mais de cento e lá vai fumaça de votos.

Eu tenho um vídeo dele aqui e vou colocá-lo. Deputado Alexandre Frota, com todo o respeito a V.Exa., vou colocar o áudio aqui. O senhor, quando Deputado aqui nesta Casa, ocupou várias e várias vezes esta tribuna. Inclusive neste vídeo o senhor está junto com o seu filho, à época Deputado e hoje Senador, aquele que desmaia lá nos debates, não aguenta a paulada e desmaia; é uma cena horrenda, ridícula. Pois bem, quando Deputado, o senhor disse: "*Não, 65 anos é uma tragédia, é um crime!*"

Pasmem os senhores! A expectativa de vida do povo abençoado, em especial, nesse vídeo, lá do Norte, é de 70 anos, Sr. Deputado. E é um crime! Aos 70 anos eles são só a caveira, o pó da gaita, o chassi de grilo.

Então, eu vou colocar aqui um pouco da fala do Presidente da Nação brasileira. O senhor mentiu! O senhor mentiu!

Está aqui! Vamos ouvir.

(Reprodução de áudio.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Frota. Bloco/PSL - SP) - Eu pediria ao Deputado Boca Aberta que encerrasse essa manifestação. Conclua, por gentileza.

O SR. BOCA ABERTA (Bloco/PROS - PR) - Sr. Presidente, com todo o respeito, eu estou no meu tempo. Eu respeito V.Exa. sempre, Deputado Alexandre Frota. Sou fã de V.Exa. e dos seus vídeos. V.Exa. é um ótimo ator.

Pois bem, então está aqui! O vídeo está nas redes sociais para todo mundo ver. Fui censurado aqui na minha fala.

Então, Sr. Presidente, o senhor tem que vir a esta Casa, onde o senhor esteve por mais de 27 anos, e explicar essa aberração na cabeça do povo. O senhor tem que vir aqui explicar para o povo, porque, quando o senhor estava do lado de cá, o senhor tinha um posicionamento; agora o senhor está do lado de lá e tem outro posicionamento. O homem que tem vergonha na cara tem que honrar o que fala!

Srs. Deputados, Deputado Alexandre Frota, eu vou apresentar uma emenda - está prontinha, coloquei bastante fermento no bolo, já levei ao forno, com 180 graus, no nosso gabinete, o gabinete do povo - que o senhor não fez, não colocou agora como Presidente da República,

mas pregou: a aposentadoria aos 58 anos para os homens e aos 53 anos para as mulheres.

É só cobrar aos grandes devedores o que devem à Nação.

Um beijo no coração e a paz de Deus!

Documento 274/370

25.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	14/03/2019-16:56
Publ.: 3/15/2019 -	DCD	VAVÁ MARTINS-PRB -PA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Defesa de revisão da proposta governamental de reforma previdenciária, em benefício dos segurados menos favorecidos.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VAVÁ MARTINS.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não vou questionar aqui a necessidade da reforma da Previdência. Parece já não haver dúvida de que tal medida é indispensável ao equilíbrio das contas públicas. É o que dizem os técnicos do Governo; é o que dizem muitos estudiosos do assunto; é o que diz a imprensa, de modo geral.

Isso eu não vou discutir. Entretanto, acho importante lembrar algo que já é do conhecimento de todos: a reforma, como está proposta, vai impor sacrifício muito grande à população. Em sua propaganda, o Governo afirma que pretende combater os privilégios, principalmente os das pessoas que trabalham pouco, ganham muito e se aposentam cedo.

Então, por que não começar justamente pelos privilegiados? Por que não começar a reforma pelos políticos, pelos integrantes do Judiciário, pelos empresários, deixando os trabalhadores comuns para o fim?

A esse respeito convém destacar: qualquer coisa que se retire dos que

têm muito pouco já representa enorme prejuízo para eles.

Por exemplo, dados do próprio Governo mostram que os mais pobres se aposentam, em geral, pela regra da idade mínima, hoje 60 anos para mulheres e 65 anos para homens, uma vez que têm dificuldade de manter o emprego com carteira assinada por longos períodos. Sem levar em conta essa dificuldade, a nova regra aumentará o tempo de contribuição exigido de 15 para 20 anos, complicando ainda mais a vida de quem realiza os trabalhos pesados, desgastantes e pouco valorizados.

Outro exemplo: a nova regra vai aumentar a idade mínima para a aposentadoria rural das mulheres de 55 anos para 60 anos, igualando-a à exigida até agora dos homens. Além disso, será requerido um tempo de contribuição de 20 anos, em vez dos atuais 15 anos de comprovação de atividade. Ademais, será cobrado um valor anual de contribuição previdenciária do grupo familiar de R\$ 600, cobrança essa hoje inexistente. Tais exigências são totalmente desvinculadas da realidade do trabalhador rural brasileiro, que não tem condições de arcar com tamanha cota de sacrifício.

Por último, sou obrigado a mencionar o corte absurdo no Benefício de Prestação Continuada, que, para as pessoas entre 65 anos e 69 anos, passará de um salário mínimo para R\$ 400. Ora, não existe matemática capaz de me convencer de que essa mesquinha praticada contra pessoas vivendo em situação de miserabilidade vá salvar a Previdência Social.

Pelos três exemplos citados, volto a insistir: é preciso inverter a pirâmide na reforma da Previdência e começar as mudanças não pelo trabalhador comum, que deve ser deixado para o final, mas sim por políticos, integrantes do Judiciário e empresários. Quem pode mais tem a obrigação de dar uma contribuição maior.

Senhor Presidente, solicito que seja publicado este meu discurso nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 275/370

31.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 19/03/2019-14:04
CD

Publ.: DCD - 3/20/2019 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB

CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
DEPUTADOS EXPEDIENTE



Sumário

Posicionamento dos trabalhadores do Estado da Paraíba e do País, contrário à aprovação da reforma da Previdência Social e da Medida Provisória nº 871, de 2019, sobre a correção de irregularidades em benefícios previdenciários.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sra. Presidente, quero registrar nesta Casa que os trabalhadores e trabalhadoras da Paraíba, como em todo o Brasil, estão dizendo "não" à reforma da Previdência como também à Medida Provisória nº 871.

Houve duas grandes mobilizações, no final de semana, na Paraíba. Uma no Brejo Paraibano, em Remígio, em que 8 mil mulheres caminharam protestando contra a Medida Provisória nº 871 e a reforma da Previdência. Na sexta-feira, em João Pessoa, mais de 6 mil trabalhadores rurais também fizeram uma grande passeata, promovida pela Federação dos Trabalhadores, até a frente da Assembleia Legislativa da Paraíba. E lá denunciaram a questão da reforma da Previdência como também a Medida Provisória nº 871.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Deputado Frei Anastacio Ribeiro, vou cumprir o tempo regimental de 1 minuto. Agradeço a V.Exa. pela compreensão.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO FREI ANASTACIO RIBEIRO.

Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, demais presentes nesta Casa, telespectadores da *TV Câmara*, deixo registrado nesta Casa que os trabalhadores e trabalhadoras da Paraíba, assim como de todo o Brasil, já estão dizendo não à reforma da Previdência e à Medida Provisória nº 871.

Na Paraíba, já foram registradas duas grandes manifestações contra esses dois ataques do Governo Federal à classe trabalhadora. Uma das manifestações aconteceu na cidade de Remígio, onde cerca de 8 mil mulheres saíram às ruas. A marcha foi pela vida das mulheres e pela agroecologia. Mas a reforma da Previdência e a MP 871 foram motivos de muita indignação por parte das mulheres. Afinal, as mulheres são as mais prejudicadas por essa proposta de reforma que está nesta Casa.

Na sexta-feira, as ruas do centro de João Pessoa ficaram cheias de trabalhadores e trabalhadoras. A manifestação foi organizada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba. Eles também saíram às ruas para protestar contra a reforma da Previdência e a MP 871, que só trazem prejuízos, com a retirada de direitos da classe trabalhadora.

O Brasil está se levantando contra esses ataques aos trabalhadores. A Paraíba já começou a dar o seu recado.

Solicito que este pronunciamento seja registrado pelos meios de comunicação e nos Anais desta Casa, bem como no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Documento 276/370

31.2019	Sessão Deliberativa Ordinária -	19/03/2019-14:24
	CD	
Publ.: DCD - 3/20/2019 - CÉLIO STUDART-PV -CE		
CÂMARA	DOS	PEQUENO
DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	EXPEDIENTE
		DISCURSO

Sumário

Desvio na aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB destinados aos professores, no Estado do Ceará. Protesto contra a elevação do tempo para concessão do benefício de aposentadoria aos docentes, preconizado na proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. CÉLIO STUDART (Bloco/PV - CE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, tenho aqui só 1 minuto, mas quero falar algo bastante importante sobre os professores.

No meu Estado do Ceará, é relevante mencionar que os professores de tudo sofrem. Os 60% do FUNDEB que os Municípios deveriam repassar aos professores são investidos em outras áreas, e os professores estão à míngua. Mais do que isso, quero apontar um ponto dessa reforma da Previdência, sem me delongar muito: é um escárnio as professoras terem que trabalhar 10 anos a mais. Elas de tudo



sofrem, de tudo passam.

Enquanto o Brasil não respeitar os seus professores, não lhes der o que é de direito - pode mudar presidente, tirar e colocar político, fazer o que for -, vamos ter um país que não vai respeitar a classe que mais tem sofrido e que mais colabora com a educação do nosso povo.

Sra. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e, em especial, no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 277/370

31.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	19/03/2019-14:24
Publ.: DCD - 3/20/2019 - VILSON DA FETAEMG-PSB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Realização, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG, de evento para discussão do impacto da reforma previdenciária sobre aposentadorias rurais. Repúdio à declaração do Ministro da Economia, Paulo Guedes, a respeito dos agricultores aposentados.

O SR. VILSON DA FETAEMG (PSB - MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo que nos assiste, primeiramente eu gostaria de solicitar a divulgação no programa *A Voz do Brasil* de um grande evento que a FETAEMG realizou na sexta-feira passada em Belo Horizonte, com lideranças sindicais rurais, Vereadores e Prefeito, sobre os impactos da reforma da Previdência no quesito da aposentadoria rural. Esse é um ponto.

O outro ponto é o registro da minha indignação quanto a uma fala do Ministro da Economia, o Sr. Paulo Guedes - abro aspas: "*Tem mais gente aposentada no campo do que vivendo no campo*". Nós estamos num Estado Democrático de Direito, estamos numa democracia. Se o trabalhador trabalhou a vida toda, depois de aposentado, ele mora onde ele quiser. O Ministro falou ainda que tem que suspender 3 milhões de aposentadorias porque são falsas. Esse é outro erro grave deste Governo. Além disso, quer tirar os registros dos sindicatos, que têm prestado um serviço para o Brasil...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 278/370

31.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	19/03/2019-14:52
Publ.: DCD - 3/20/2019 - CHICO D'ANGELO-PDT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Razões da decisão do PDT de rejeição da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. CHICO D'ANGELO (Bloco/PDT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o PDT, ontem, aprovou, por unanimidade, na sua convenção nacional, fechar questão contra a aprovação da reforma da Previdência. E fez isso após um longo processo de discussão com técnicos, Parlamentares, enfim, com sua militância do Brasil todo.

Essa decisão se baseou no diagnóstico de que a reforma da Previdência é injusta e pune a população mais pobre. Os critérios de formulação da reforma da Previdência são injustos. A capitalização acaba com a Previdência pública. Onde foi implantada nos países da América Latina, hoje se quer retornar, reverter esse cenário. A mesma coisa ocorre com o Benefício de Prestação Continuada. Pagar 400 reais a um idoso que tem uma vida pobre é uma crueldade, é uma maldade. A mesma coisa ocorre com o trabalhador rural. Praticamente, esta reforma da Previdência pune o trabalhador rural. Existe um cenário para se criar um consenso, o senso comum de que, sem a reforma da Previdência, o País não avança, sem a reforma da Previdência, não haverá critérios para se avançar nas políticas públicas de saúde e educação.

Esse cenário nós vimos um pouco quando Collor ganhou a eleição. A salvação da economia brasileira se daria como foi feito por Zélia Cardoso de Mello, que criou como forma de colocar recursos na União o famoso confisco, quando a poupança da população brasileira foi praticamente roubada.

Os critérios de hoje seguem mais ou menos a mesma linha: ou se faz a reforma da Previdência ou o País não avança.

Nós precisamos de uma avaliação concreta do cenário que está posto.



Nós estamos passando vergonha no cenário internacional. Bolsonaro está humilhando o povo brasileiro. Ele não tem critério para a escolha de Ministros. Está lá nos Estados Unidos nos colocando, repito, num cenário de vergonha, com as propostas que estão sendo feitas para o País. É um Presidente da República que fala fino com os representantes do grande capital, com os banqueiros, com os sonegadores, mas fala grosso com a população pobre e com os trabalhadores.

Cada cidadão brasileiro votou em um Deputado Federal, em um Senador. Agora precisa acompanhar o voto desses Parlamentares aqui no Congresso Nacional nesta reforma que tem a ver com o dia a dia da atual e das futuras gerações do povo brasileiro. É muito importante que a população acompanhe o voto do seu Parlamentar nesta reforma da Previdência proposta por esse desgoverno do Bolsonaro.

Muito obrigado.

Documento 279/370

31.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	19/03/2019-15:12
Publ.: DCD - 3/20/2019 - NELSON PELLEGRINO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Avaliação da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a Previdência Social é o maior programa de distribuição de renda do Brasil. Ela transfere renda da zona urbana para a zona rural. Ela transfere renda das regiões mais ricas para as regiões mais pobres.

A sua importância é tamanha que o Constituinte de 1988, na sua engenharia de construção do Estado de bem-estar social, colocou a Previdência Social dentro do contexto da Seguridade Social, naquela concepção de que o Estado tem que proteger os mais necessitados, tem que fazer o pacto de gerações e de que o Estado tem que promover a justiça social. O Regime Geral da Previdência Social está dentro da Seguridade Social.

A Seguridade Social é composta do Regime Geral, da assistência social e da saúde pública. E o Constituinte de 1988, inteligentemente,



entendeu que a Seguridade Social, principalmente a Previdência do Regime Geral, não poderia ser custeada com recursos apenas da contribuição do empregado e do empregador. Assim, o Constituinte criou fontes adicionais de financiamento da Previdência do Regime Geral, da assistência e da saúde.

Então, além da contribuição dos empregados, além da contribuição do empregador, há a previsão de contribuição do Governo e há também alguns tributos criados, como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, impostos referentes a loterias, antigamente havia a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF, enfim, várias contribuições que concorrem para o orçamento da Seguridade Social.

Até o ano de 2016, a Seguridade Social era superavitária no Brasil, ou seja, o que ela arrecadava era suficiente para pagar os benefícios previdenciários do Regime Geral, os benefícios da assistência social, e havia a parte que o Governo colocava na saúde pública. Eu digo 2016 porque, a partir desse ano, com a crise política, a economia do Brasil foi enormemente contaminada. Já havia uma crise econômica, mas a crise política contaminou enormemente a crise econômica. E, a partir daí, começou a haver aumento da taxa de desemprego, de perda de arrecadação e, conseqüentemente, de perda de arrecadação da Previdência e da Seguridade Social, porque houve redução da atividade econômica e, com isso, houve redução de recursos para a Seguridade Social.

Portanto, a engenharia do Constituinte de 1988 é correta, é uma engenharia que faz com que a Regime Geral de Previdência Social seja um regime de repartição em que contribuem para o financiamento da Previdência no Brasil patrões, empregados, governos, empresas. É também um regime em que há um compromisso geracional: os mais novos ajudam a sustentar os mais antigos, os ativos financiam os inativos.

O Governo atual e o anterior, do Michel Temer, que tentou fazer uma reforma da Previdência e não conseguiu, vendem para o País a ideia de que a panaceia, a solução para todos os problemas do Brasil é a reforma da Previdência, o que é uma grande mentira. A reforma da Previdência que está sendo proposta pelo Governo Jair Bolsonaro primeiro não tem preocupação com a sustentabilidade da Previdência, e eu vou poder demonstrar isso ao longo do meu pronunciamento. Segundo, é uma reforma fiscalista. A única preocupação dessa reforma que chegou a esta Casa é tirar recursos da Seguridade Social, do Regime Geral de Previdência, da assistência social e da saúde pública para drená-los para o pagamento dos juros e serviços da dívida, que é administrada pelos grandes financistas brasileiros, bancos brasileiros, bancos internacionais e os rentistas brasileiros. É para isto que essa reforma serve: tirar recursos da Seguridade Social para drená-los para



o capital financeiro.

Além de ter esse elemento negativo, essa proposta tem um elemento mais negativo ainda que é contraditório com o discurso do Governo, porque, ao mesmo tempo em que o Governo fala que está preocupado com a sustentabilidade da Previdência, ele encaminha para esta Casa um projeto de reforma que cria o sistema de capitalização. O que é o sistema de capitalização? É tirar contribuintes do Regime Geral para entregá-los aos bancos. Nós temos hoje em torno de 500 bilhões de reais já contratados em benefícios presentes e futuros que precisam ser sustentados. E a reforma da Previdência, ao propor regime de capitalização, permite que esse cliente da Previdência Social se desloque para os bancos privados, reduzindo-se mais ainda a arrecadação presente e futura e inviabilizando-se completamente a Previdência Social no Brasil.

Os números são transparentes para demonstrar a incoerência no discurso do Governo Bolsonaro. A primeira coisa que o Governo Bolsonaro diz é que essa reforma é para combater privilégios. É verdade isso? Não! É mentira. Vou provar, com números, que é mentira. De 1 trilhão de reais que estão previstos em 10 anos de economia, 85% dessa economia virão do Regime Geral de Previdência Social e dos benefícios de assistência social, ou seja, 85% de ajuste fiscal cairão nas costas dos que mais necessitam, dos trabalhadores brasileiros.

É importante registrar que 80% dos benefícios pagos pelo Regime Geral, no Brasil, vêm daquela massa de trabalhadores que ganham até dois salários mínimos. Uma quantidade muito grande ganha um salário mínimo, e a grande maioria, 80%, ganha até dois salários mínimos. Isso significa dizer que o Governo não está combatendo os privilégios. Está jogando nas costas daquela parcela da população brasileira que ganha até dois salários mínimos o peso do ajuste maior, o peso do sacrifício maior. Este número é revelador, porque, se 85% dessa economia que será feita vêm do Regime Geral e dos Benefícios de Prestação Continuada, dos benefícios assistenciais, então o ajuste está em cima do povão, do trabalhador, daqueles que mais necessitam - ao contrário do que tem dito o Governo, que essa reforma é para combater privilégios. Isso é mentira da parte do Governo!

Essa reforma, além de ser inconstitucional, porque fere o princípio da vedação de retrocesso, é cruel para com os trabalhadores. Ela destrói a engenharia do Constituinte de 1988, porque o Constituinte de 1988 fez uma engenharia de justiça social, do Estado de bem-estar social. Essa reforma é o caminho para a destruição de uma parte significativa do Estado de bem-estar social. Por quê? O primeiro elemento dessa reforma é que ela desconstitucionaliza a Previdência, a assistência e a seguridade social, na medida em que essa proposta retira da Constituição duas garantias fundamentais. A primeira é a de que



nenhum benefício previdenciário neste País poderá ser inferior a um salário mínimo; ou também a de que nenhum benefício assistencial neste País poderá ser inferior a um salário mínimo. Essa proposta tira isso da Constituição, abrindo caminho para se pagar no futuro benefícios previdenciários e assistenciais inferiores ao salário mínimo.

Essa proposta também retira da Constituição a garantia da manutenção do poder de compra, do poder real das aposentadorias com os benefícios sendo corrigidos pela inflação; ela abre caminho para o congelamento dos benefícios previdenciários, com o ajuste que, em curto prazo, será feito. E, ao desconstitucionalizar, ela tira deste Congresso, inclusive ela já alija, de cara, 60 Deputados que não poderão decidir, porque o quórum para a reforma constitucional, hoje, é de 308 Deputados e o quórum para a lei complementar é de 257 Deputados. Já tira o poder de decisão de 60 Deputados e de alguns Senadores também. Ela abre caminho para precarizar, para pagar 400 reais, como é a proposta de benefício assistencial, e, com o regime de capitalização, como acontece no Chile, sequer garante um salário mínimo para os trabalhadores.

Essa é a primeira nefasta medida que está nessa proposta de reforma da Previdência, mas há mais. É uma proposta que quer obrigar os trabalhadores rurais a contribuir por 20 anos para a Previdência. Isso significa inviabilizar a aposentadoria dos trabalhadores rurais, acabando com a engenharia que foi proposta pelo Constituinte de 1988, que instituiu a Previdência Social como um programa de distribuição de renda, de justiça social, como um fixador do homem no campo. Esta proposta quer fazer com que os trabalhadores rurais voltem ao tempo do FUNRURAL, quando ganhavam um terço ou um quarto do salário mínimo. Nós não vamos aceitar isso.

Essa proposta inviabiliza a aposentadoria dos trabalhadores rurais, e quem votar nela vai ser cobrado no interior por ter acabado com a aposentadoria dos trabalhadores rurais no Brasil. Se for levada a cabo, estabelecendo como idade mínima 65 anos para os homens e 62 para as mulheres, com 40 anos de contribuição - esses são requisitos necessários para a integralidade da aposentadoria com relação ao último salário -, essa proposta ou inviabilizará a aposentadoria de milhões de brasileiros, ou impedirá que esses milhões possam se aposentar com seu último salário. Todos que entendem de Previdência e de economia afirmam que, com idade mínima de 65 anos para os homens e 62 anos para mulheres e contribuição mínima de 40 anos, 80% dos trabalhadores brasileiros ou não conseguirão se aposentar, ou não se aposentarão com seus salários integrais. Portanto, esta é uma proposta cruel para com os trabalhadores brasileiros, principalmente aqueles que ganham até dois salários mínimos, os quais são a grande maioria - 80% - dos beneficiários do regime previdenciário.



Isso será cobrado pelo povo, pelos trabalhadores brasileiros. Essa proposta é dura com a população mais carente do Brasil. Hoje não vemos no Brasil pessoas idosas pedindo esmola, não assistimos mais a esse triste quadro que tínhamos no passado, porque o Constituinte foi sábio, criando o Benefício de Prestação Continuada e determinando que esse benefício fosse de um salário mínimo. Hoje no Brasil os idosos carentes podem envelhecer com dignidade, recebendo um salário mínimo. Mas essa proposta propõe que se acabe com esse benefício de um salário mínimo, passando-se a pagar 400 reais para os nossos idosos, ou que se inviabilize o acesso dos nossos idosos ao Benefício de Prestação Continuada.

Não podemos aceitar que haja a mutilação do programa de assistência social criado pelo Constituinte de 1988, e isso está incluído nessa proposta. Hoje, a Previdência Social - os benefícios previdenciários, o Benefício de Prestação Continuada -, somada ao Bolsa Família, representa mais de 50% da receita dos pequenos Municípios e mais de 30% da receita dos Municípios médios brasileiros. Essa proposta, se implementada, vai quebrar a economia dos pequenos e médios Municípios, que hoje circula com essa distribuição.

Nós vamos para as Câmaras de Vereadores, como fizemos no Governo Temer, fazer audiências públicas para denunciar a Vereadores e Prefeitos e à população que essa proposta de reforma da Previdência vai quebrar os pequenos e médios Municípios, principalmente os Municípios mais pobres, que estão localizados no Norte e no Nordeste do País. Não foi à toa que todos os Governadores do Nordeste tiraram um documento contrário a essa proposta. Eles sabem muito bem que ela vai arruinar a economia do Norte e do Nordeste. A engenharia do Constituinte foi uma engenharia sábia, que entendeu que o Norte e o Nordeste do País eram as regiões mais pobres do País. A Previdência Social é um fator de distribuição de renda. Esta proposta é cruel para com o Nordeste, para com os pequenos e médios Municípios.

Além de todas as maldades pretendidas - inviabilizar o auxílio-doença, inviabilizar o auxílio por invalidez, punir a viúva quando morre seu marido, deixando-a só com 50% da sua pensão, punir a família quando um trabalhador morre em função de uma doença que não tem vinculação com o exercício da sua profissão -, essa proposta é a proposta do sistema financeiro brasileiro e internacional.

Recentemente, um economista chileno veio falar sobre o sistema de capitalização implantado no Chile há 50 anos. Hoje, com o sistema de capitalização, 80% dos trabalhadores chilenos não conseguem sequer se aposentar com um salário mínimo. E olhem que no Governo de Michelle Bachelet foi feita uma pequena correção. Originalmente o Estado não contribuía juntamente com os patrões para o sistema de



capitalização. No Governo de Michelle Bachelet, estava tão baixa a remuneração que o Estado teve que fazer uma pequena complementação para se chegar ao salário mínimo chileno. E hoje, no Chile, há uma horda de idosos famintos, empobrecidos, se suicidando, porque, quando se aposentam, não conseguem sequer pagar aluguel e comprar remédios. Essa é a realidade do sistema de capitalização chileno. Há seis grandes bancos internacionais ganhando rios de dinheiro para administrar essa proposta individual, e a população e os trabalhadores chilenos estão empobrecendo.

E, como eu disse, esta é uma proposta contraditória. Ao mesmo tempo em que se fala no buraco da Previdência, não se fala que essa proposta vai tirar a clientela da Previdência e jogá-la aos bancos privados, para que estes possam amealhar bilhões de reais de lucro com o suor dos trabalhadores.

Para concluir esta etapa, eu diria que, se há um problema fiscal, temos que atacá-lo. E como se ataca o problema fiscal no Brasil? Cobrando-se imposto sobre lucros e dividendos. O Brasil é um dos dois países do mundo que não taxam os lucros e dividendos, não taxam as grandes fortunas, não taxam as grandes heranças. Esse é o caminho para resolver o problema fiscal brasileiro. Com esses recursos, com a cobrança da dívida dos grandes devedores, podemos conseguir o equilíbrio fiscal necessário no Brasil.

Se há correções a serem feitas, vamos discuti-las, mas o caminho não é esse proposto pela reforma do Governo Bolsonaro. Essa é uma proposta fiscalista, que não tem compromisso com a sustentabilidade da Previdência Social no Brasil, que não tem compromisso com o Estado de bem-estar social e que só interessa ao grande capital financeiro, que quer amealhar e tomar conta de uma parcela significativa deste mercado.

Concedo um aparte ao Deputado Ivan Valente.

O Sr. Ivan Valente - Deputado Nelson Pellegrino, eu queria cumprimentá-lo pelo seu discurso. Eu parablenizo V.Exa., porque acertou no foco. Na verdade, quem vai pagar a conta dessa crise são os pobres brasileiros. E V.Exa. fez uma conta perfeita: quem vai pagar a conta dessa crise ganha de um a três salários mínimos. Serão arrecadados pelo Sr. Paulo Guedes 900 bilhões de reais desse povo pobre.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Estão previstos 850 bilhões de reais, entre Previdência e assistência social.

O Sr. Ivan Valente - E eles falam em 1 bilhão ou 1,1 bilhão de reais. Então, é uma mentira essa questão de atacar privilégios, até porque os



militares, por exemplo, como todo mundo já sabe, garantirão paridade e integralidade. Nem todo mundo terá essa garantia. Todos vão ter um teto muito baixo, por sinal. Em segundo lugar, quem fez essa reforma foi um banqueiro, um especulador financeiro, alguém que não sabe o que é uma professora ficar 40 anos em sala de aula, não sabe o que é uma trabalhadora rural de 60 anos ficar no campo, na enxada. Essa insensibilidade, essa perversidade, essa crueldade que se faz contra o povo brasileiro tem um apoio como se fosse unânime, como se não houvesse outra proposta a se fazer.

Até acrescentaria as medidas que V.Exa. já colocou claramente: acabar com as desonerações fiscais, com os refinanciamentos milionários que são aprovados nesta Casa, taxar as grandes empresas e as grandes fortunas. Todas essas questões ninguém escuta. Essa proposta visa a um mega-ajuste fiscal. Por isso, ela deve merecer a resistência de todos aqueles que entendem que os pobres não devem pagar a conta da crise. Isso é muito importante. Eu acho que os Deputados, inclusive os do Nordeste, como V.Exa., sabem perfeitamente o que significa, em matéria de distribuição de renda, o programa da Previdência Social, o maior programa de distribuição de renda do planeta, que tem um aspecto positivo: incentivar o comércio e a indústria, girar a economia. Deputado Nelson Pellegrino, eles dizem "*Vocês precisam fazer sacrifícios*" como se esse dinheiro, que é pouco, não alimentasse a própria economia. Atrás disso, há o capital financeiro, os bancos, os grandes capitalistas do capital financeiro. Eu finalizo dizendo que o Sr. Paulo Guedes é um *Chicago Oldies*, porque queria aplicar aqui no Brasil o mesmo programa que o Pinochet aplicou no Chile, e hoje um trabalhador no Chile ganha menos de 600 reais de aposentadoria. Por isso, nós vamos resistir aqui. O povo brasileiro está tomando conhecimento disso e fazendo as contas. Nós vamos derrotar a reforma da Previdência do banqueiro Paulo Guedes e de Bolsonaro! Parabéns, Deputado!

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu agradeço ao Deputado Ivan Valente e incorporo ao meu discurso a fala do Deputado Mauro Benevides Filho.

O Sr. Mauro Benevides Filho - Deputado Nelson Pellegrino, eu quero contribuir com o discurso de V.Exa. em três partes. O primeiro ponto é sobre o imposto de renda sobre lucros e dividendos. V.Exa. sabe que, na campanha presidencial, nós propusemos a sua reinstalação. Brasil e Estônia são os dois únicos países do mundo onde não se cobra imposto de renda sobre dividendos. Uma determinada instituição financeira deste País distribuiu, há 1 mês e meio, 21 bilhões de reais. Portanto, três famílias receberam 9 bilhões de reais, sem pagar um centavo. Eu vou lhe dizer agora quanto isso representará de receita nova para a União se essa medida vier a ser adotada - a minha equipe inteira estimou o valor: 52 milhões de reais ao ano. Inclusive, nós devemos propor nesta Casa a instituição desse imposto, para tornar a



distribuição de renda muito mais justa do que é hoje. Segundo ponto, V.Exa. falou de grandes fortunas e heranças. Eu quero ponderar a V.Exa. que, na experiência mundial, o imposto sobre grandes fortunas nunca rendeu absolutamente nada, ao contrário do imposto sobre herança. No nosso País, a maior alíquota de herança é 8%. Somente seis Estados brasileiros cobram essa alíquota. A maioria dos Estados brasileiros só cobram 4%. Nos Estados Unidos, o país mais pujante do capitalismo mundial, a menor alíquota de doação é 20%, e a máxima, 42%. O brasileiro precisa tomar conhecimento dessa diferenciação que é feita lá.

Terceiro, para terminar minha contribuição, o regime de capitalização de contas individuais o mundo inteiro usa - o mundo inteiro usa! No Brasil, no Governo Federal - eu sou servidor público federal -, já funciona o FUNPRESP. O que não podemos aceitar é a proposta que o Ministro Paulo Guedes está fazendo agora de retirar a contribuição patronal. Isso leva o valor da aposentadoria a migrar para o salário mínimo. Isso, sim, eu queria ponderar a V.Exa. E essa crítica será realmente ainda mais perfeita com o discurso extraordinário que V.Exa. está fazendo.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Agradeço a V.Exa. Eu diria o seguinte: quando nós falamos de imposto sobre grandes heranças, nós não estamos falando de 2 milhões ou 3 milhões de reais, que é o patrimônio da classe média; nós estamos falando de bilhões de reais que deveriam ser taxados. Em relação à questão da capitalização, vários Estados e a União já fazem o regime de capitalização, mas não essa capitalização de Paulo Guedes, que é a capitalização chilena, que é para dar dinheiro para os bancos, que é para desonerar o empresariado, desonerar o Governo e deixar o trabalhador à míngua. Acho que existem outros caminhos para fazermos o ajuste fiscal e as correções.

Concedo um aparte ao Deputado Airton Faleiro, para podermos concluir.

O Sr. Airton Faleiro - Deputado Nelson Pellegrino, eu agradeço a V.Exa. pelo aparte e o parabênico por tratar em seu pronunciamento do assunto da ordem do dia, que é a reforma da Previdência. Eu busco sempre me aprofundar nos assuntos, e esse tema da Previdência eu discuto desde a outra tentativa de reforma, quando eu representava os trabalhadores rurais em uma Comissão que tentou, em 1995, fazer uma reforma mais profunda da Previdência. Eu diria que V.Exa. tem razão nos aspectos que mencionou. Primeiro, a reforma ataca direitos dos povos da Amazônia, de trabalhadores e trabalhadoras rurais, especialmente mulheres. Eles querem resolver o problema do desequilíbrio do caixa da Previdência metendo a mão no bolso do povo brasileiro. Esse é o primeiro aspecto cruel da reforma. O segundo aspecto que V.Exa. aborda é a desconstitucionalização dos direitos

para, depois, leis complementares virem a ser aprovadas de forma mais fácil. Eu concluo dizendo a V.Exa. que esse debate da reforma da Previdência tem que ir além do debate de Situação ou Oposição. É dever de quem foi eleito pelo povo defender os interesses do povo, e não ficar de bem com o Governo e ficar de mal com o eleitor. Obrigado.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Eu agradeço a V.Exa.

Concluo dizendo que o Governo está mentindo ao dizer que essa reforma é para combater privilégios. Eu volto a dizer: 85% da economia prevista será feita em cima dos trabalhadores e dos pobres brasileiros, porque, do 1 trilhão previsto, 850 bilhões de reais virão do Regime Geral, que paga até 2 salários mínimos, e dos benefícios assistenciais.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Eu peço a V.Exa. que conclua, Deputado.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Nós não vamos aceitar de forma nenhuma que este Congresso retire a aposentadoria dos trabalhadores rurais, retire o Benefício de Prestação Continuada, nem que ele inviabilize a aposentadoria de 80% dos trabalhadores brasileiros.

Se querem discutir o problema fiscal, apresentamos soluções: taxar lucros e dividendos, taxar as grandes fortunas, acabar com algumas desonerações, cobrar dos sonegadores. É esse o caminho para resolver o problema fiscal. Se existem distorções no sistema do Regime Próprio, vamos discuti-las. A reforma de 2003 já apresentou o caminho: o teto com a previdência complementar, como a União e os Estados já instituíram. Para o futuro, já está equacionado esse problema; para o presente, nós temos de discuti-lo.

Portanto, nós queremos denunciar aqui essa reforma do Governo Bolsonaro, que é uma reforma impopular, uma reforma dos banqueiros, uma reforma fiscalista, uma reforma que quer acabar com a aposentadoria e com os benefícios sociais do povo brasileiro.

Documento 280/370

31.2019	Sessão Ordinária - CD	Deliberativa	19/03/2019-16:44
Publ.: 3/20/2019 -	DCD	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário



Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 155, de 2015, sobre o reconhecimento ao paciente renal crônico, a partir da paralisia total dos rins nativos em hemodiálise e diálise peritoneal e da constatação do comprometimento de sua funcionalidade, do mesmo tratamento legal e dos mesmos direitos garantidos às pessoas com deficiência.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, trata-se de um projeto da Deputada Carmen Zanotto extremamente meritório. Ele faz o reconhecimento ao paciente renal crônico, a partir da paralisia total de um dos rins nativos, portanto, não de rins transplantados, da condição e dos direitos já conquistados neste País - que podem estar ameaçados em grande medida pela própria reforma da Previdência, ou por esta proposta de Previdência que nos arranca o direito a um dos mais profundos sistemas de proteção social -, os mesmos direitos assegurados às pessoas com deficiência.

De fato, o paciente renal crônico, com a paralisia de um dos rins nativos, tem um nível de dificuldade de exercer todas as funções de quem não está acometido dessa condição. Portanto, o projeto é extremamente importante para que nós possamos assegurar os direitos dos pacientes renais crônicos, que, muitas vezes, têm que lidar com tratamentos, com hemodiálise, e têm que, em verdade, contar com aparelhos, para que possa desenvolver as funções que são devidas, prerrogativas e naturais para o próprio ser humano.

Portanto, a Deputada Carmen Zanotto está de parabéns por ter apresentado esta proposição. Há coisas que nós temos que aprovar com urgência.

Há aqui um projeto ou uma medida provisória que tenta acabar com a organização sindical dos servidores públicos e que não tem nenhuma urgência nem relevância. Há proposições que são impostas a esta Casa para serem apreciadas que não carregam urgência.

Uma proposição como esta é fundamental para fazer valer os direitos dos pacientes renais crônicos, para que possam ter acesso a uma série de condições que foram conquistadas com muita luta, muita fé, mas fundamentalmente muita dor das pessoas com deficiência. Uma série de condições foram estabelecidas, para que elas possam ter a capacidade de viver como se deficiência não tivessem. Por isso, nós somos favoráveis à urgência desta proposição.

Há coisas que têm urgência, a vida clama, a vida pulsa, a vida exige um posicionamento. E essa é uma das proposições que a vida clama, a vida pede, o bem viver, que deve ser assegurado aos pacientes renais

crônicos, exige. Por isso, nós defendemos a urgência.

Documento 281/370

31.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 19/03/2019-17:08
Publ.: DCD - 3/20/2019 - ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 8.599-A, de 2017, sobre alteração da Lei Maria da Penha, com vista à garantia da matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio. Violação da soberania nacional pelo Presidente Jair Bolsonaro. Descaso do Governo Federal com as necessidades do povo brasileiro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, o projeto tem todo o apoio nosso e, penso, do conjunto dos Parlamentares desta Casa, até porque significa assegurar o direito à educação infantil, o direito à creche à criança que vem de um lar onde a mãe é vítima de violência. Portanto, nós estaremos combatendo um elemento que é estrutural no nosso País: o racismo, a misoginia, o sexismo. Eles são estruturais e traçam relações. E nós vamos perceber que um tipo de discriminação vai caminhando grudada com outro tipo de discriminação.

Nós que tivemos os navios negreiros e tantos holocaustos não reconhecidos como tais neste País precisamos impedir que voltemos a uma lógica colonial, porque, com essa viagem feita pelo Presidente da República aos Estados Unidos, é como se nós abrissemos mão da nossa soberania: a entrega da Base de Alcântara, a permissão da entrada de estadunidenses no Brasil sem qualquer tipo de visto.

Da mesma forma, também estão entregando os nossos aeroportos. Nós aqui já falamos dos nossos aeroportos de Vitória e de Macaé. O Estado investiu neles mais de 600 milhões de reais, e os vendeu por cerca de 400 milhões de reais. Estabeleceu o preço mínimo de 47 milhões de reais. Por volta de 600 milhões de reais foram gastos na reforma desses aeroportos, e foram entregues para os suíços.

O Brasil não está à venda, Sr. Bolsonaro! O Brasil não está à venda! O Brasil não está em uma bandeja de prata sendo doado!

Nós não vamos esquecer a história deste País. Dizer que os Estados Unidos foram fundamentais para a democracia da América do Sul é

negar a participação nítida deles na construção da Operação Condor, na construção das ditaduras militares no Cone Sul, na morte de tantos brasileiros e de tantos uruguaios, argentinos e chilenos, que morreram porque defendiam a democracia.

É óbvio que esse Presidente pisoteia a democracia. É um Presidente que não consegue esconder as suas relações com as milícias, que aqui já defendeu os grupos de extermínio de forma clara, que não consegue esconder a sua proximidade com aqueles assessores do seu filho que depositaram tantos recursos, inclusive para a Primeira-Dama deste País.

Ora, é o Brasil cheio de lama! É o Brasil rastejante, sabujo do Trump! Sabujo! Saprófago da soberania nacional! Saprófago! Saprófago da democracia e dos direitos!

E aí me vem esse Presidente da República, que se ajoelha para Trump...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PODE - MT) - Fala mal, mas adora a Quinta Avenida.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Apenas para concluir, que fala mal e diz que é preciso salvar os venezuelanos. E os quase 13 milhões de desempregados - Os quase 13 milhões! -? E os 4 milhões e 700 mil brasileiros e brasileiras que estão no desalento e já não procuram emprego? E a inflação que repicou agora no começo do ano e que vai atingir mais a população pobre? E o BPC - Benefício de Prestação Continuada, que está sendo rasgado para a extrema pobreza? E os trabalhadores e trabalhadoras rurais, que não terão direito à aposentadoria? Então, é preciso salvar os venezuelanos? É preciso salvar os brasileiros e as brasileiras que vivem o desemprego, que vivem em um País, onde o mercado financeiro... Ah, o mercado financeiro tem um acalento, e é apedrejado o próprio povo brasileiro.

Documento 282/370

31.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	19/03/2019-17:12
Publ.: DCD - 3/20/2019 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário



Discussão do Projeto de Lei nº 8.599-A, de 2017, sobre alteração da Lei Maria da Penha, com vista à garantia da matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio. Repúdio à proposta governamental de reforma previdenciária, especialmente no tocante aos direitos da mulher.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidenta Alice Portugal, é uma honra falar em uma sessão presidida por V.Exa.

Deputada Geovania de Sá, quero aqui expressar meu apoio a um projeto extremamente bem pensado para enfrentar uma situação que evidentemente terá o seu impacto minimizado pela garantia legal que V.Exa. propõe do acolhimento de crianças por escolas de educação infantil e de ensino fundamental próximas à casa da mulher que seja vítima de violência. Terá todo o apoio meu e da nossa bancada.

Mas, como estamos aqui tratando de um projeto de proteção às mulheres, eu quero falar sobre previdência social. O pacto previdenciário do País inclui o reconhecimento de que as mulheres devem se aposentar antes dos homens, porque há motivo para isso. É o reconhecimento da sociedade como um todo das diferenças que ocorrem na vida cotidiana das mulheres. Não é um favor para as mulheres, é um direito para as mulheres.

E um dos grandes ataques do projeto de Bolsonaro e Mourão à Previdência é exatamente o ataque às mulheres. Por exemplo, as agricultoras, as trabalhadoras rurais terão que ficar 5 anos a mais trabalhando para poderem ter acesso à aposentadoria de um salário mínimo. Isso não é combater privilégio em lugar nenhum, é retirar direitos.

Aliás, digo a este Plenário que o Presidente do Bradesco se posicionou nesse final de semana. Ali sim está alguém que será beneficiado pela reforma da Previdência de Bolsonaro e Mourão. Ele diz, tentando chantagear o Brasil, que "*sem alterar a Previdência, o Brasil para*". O Brasil não para coisa nenhuma. O Brasil precisa, se quer combater privilégio, Presidente do Bradesco, que se vote aqui imposto sobre os lucros e dividendos de quem ganha fortunas no mercado financeiro. O Brasil - pasmem! - é um dos únicos três países do mundo que não cobra imposto sobre ganhos multimilionários obtidos no mercado financeiro e nos negócios em geral através da distribuição de lucros e dividendos.

O jogo neste País, onde querem tirar 600 reais de quem recebe BPC - Benefício de Prestação Continuada de mil reais, é o seguinte, colegas Deputados: alguém que ganha 10 milhões de reais numa aplicação no

mercado de capitais, quanto paga de imposto? Zero! Isso, o Presidente do Bradesco não fala na sua entrevista. Esta capitalização é a privatização da previdência pública no País. E é de olho nela que estão os grandes bancos, os maiores interessados nessa proposta do Governo Bolsonaro e Mourão.

Documento 283/370

31.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	19/03/2019-17:16
Publ.: DCD - 3/20/2019 -	CARLOS VERAS-PT -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Atuação da bancada feminina no combate à violência contra a mulher. Congratulações à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, à Central Única dos Trabalhadores - CUT e à Frente Brasil Popular pela realização de reuniões destinadas ao debate da proposta de reforma previdenciária. Rejeição da população à reforma previdenciária, encaminhada à Casa pelo Poder Executivo.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta.

Quero parabenizar mais uma vez toda a bancada feminista pela atuação nesta luta contra a violência contra a mulher, principalmente num momento como este, quando o maior ataque e a maior violência contra as mulheres é a reforma da Previdência. A aposentadoria de uma agricultora familiar significa o seu empoderamento. Principalmente para elas, que são chefes de família, significa ter dinheiro para comprar produtos de higiene pessoal, para comprar algo para elas, para seus filhos - elas ficam muito dependentes dos seus maridos.

Quero aqui parabenizar a FETAPE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, a CUT, a Frente Brasil Popular, que, em Pernambuco, nesse final de semana, realizaram duas grandes audiências públicas que contaram com mais de 7 mil pessoas, com Prefeitos, Vereadores.

Quero fazer um convite a toda a bancada de Pernambuco para se fazer presente nas próximas audiências.

Escutem suas bases! Escute o povo, que não quer essa reforma da Previdência!



31.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 19/03/2019-17:20
Publ.: DCD - 3/20/2019 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 8.599-A, de 2017, sobre alteração da Lei Maria da Penha, com vista à garantia da matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com os direitos das mulheres.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidenta.

Quero votar favoravelmente à proposta, é claro, para que as mulheres que foram vítimas de violência possam colocar seus filhos e filhas em escolas perto de sua residência. Isso é o mínimo que temos que fazer por elas. Nesse sentido, eu me congratulo com a bancada feminina, com a bancada feminista, que tem, nesta Casa, colocado uma pauta muito importante.

Este tema é importante também, Deputados e Deputadas, no momento em que o Governo ataca as mulheres com uma reforma da Previdência que, além de impopular, além de injusta, é também machista.

Eu venho da educação. Uma professora se aposenta hoje com 25 anos de contribuição. O que Bolsonaro quer fazer é elevar o tempo dessa professora para 30 anos de contribuição e que ela tenha 60 anos de idade. Portanto, não se aposentará mais com 25 anos de contribuição. Isso é para se aposentar proporcionalmente. A professora, para se aposentar integralmente, teria que chegar a 40 anos de contribuição e nós teríamos professoras trabalhando com 70 anos de idade em escola pública, do 1º ao 4º ano do ensino fundamental, na educação básica.

Portanto, só pensa em fazer isso quem não conhece a escola pública no Brasil, nos Estados. Essa não é a realidade. Sinceramente, um Deputado ou uma Deputada que votar a favor de uma proposta dessas de Bolsonaro ou não teve professora ou não conhece escola ou realmente não tem coração, porque é trágico pensar numa maldade dessas para uma categoria que todos dizem respeitar. Agora nós vamos saber mesmo se Deputados e Deputadas vão respeitar as professoras, vão respeitar as trabalhadoras em educação ou vão se subordinar a essa atrocidade de Bolsonaro, que vai aos Estados

Unidos e diz que a intenção dele é desconstruir o Brasil.

Quantas escolas públicas Bolsonaro inaugurou? Nenhuma. Quantas mulheres ele respeitou? Nenhuma. O vizinho do assassino de Marielle só faz o Brasil passar vergonha no exterior. Eu espero que ele não tenha também o despautério de combinar com Trump e declarar guerra a países vizinhos apenas para tentar aumentar a sua popularidade em queda.

Portanto, um viva às mulheres, que vão ser o baluarte contra Bolsonaro, contra as atrocidades dele!

Um viva às mulheres!

Documento 285/370

31.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	19/03/2019-17:24
Publ.: DCD - 3/20/2019 -	ENIO VERRI-PT -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Efeitos sobre os trabalhadores brasileiros, especialmente sobre as mulheres, da eventual aprovação da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Quero trazer aqui uma grande preocupação não só minha, mas de todo o povo brasileiro, com a reforma da Previdência. De toda injustiça que ela aplica sobre os trabalhadores, em especial sobre as mulheres - o tempo a mais de trabalho, o aumento das contribuições -, sem dúvida, a capitalização é a que custa mais caro àqueles que produzem a riqueza deste País.

E maior do que isso é o custo de transição. Não está comentado em lugar nenhum o custo de transição dessa reforma da Previdência. No Chile, foi de 1,5 PIB. No Brasil, a previsão é que o custo de transição do modelo de Previdência que temos hoje para esse modelo pode custar 1 PIB ou quase 7 trilhões de reais ao povo brasileiro. Ou seja, para economizar 1,1 trilhão de reais em 10 anos, vão pagar 7 trilhões e levar à fome todo o povo brasileiro.

Fica a denúncia, Sra. Presidente.

31.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 19/03/2019-17:40
Publ.: DCD - 3/20/2019 - ALIEL MACHADO-PSB -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Congratulações à bancada feminina pela construção de pauta em prol das mulheres. Contrariedade à proposta de reforma previdenciária.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, vou usar 1 minuto apenas.

Eu ia falar pela Liderança da Oposição, mas quero apenas parabenizar a bancada feminina pela construção da pauta que as mulheres conquistaram nesta Casa, conseguindo o prestígio do Presidente para que fosse aprovada e pudéssemos dar resposta à sociedade com questões objetivas em defesa da mulher e sobre os inúmeros abusos e absurdos, verdadeiras atrocidades que nós estamos vivenciando nos últimos dias.

Nós estamos fazendo o contrário do que o Governo deveria fazer, pela expectativa que ele criou nas pessoas. Nós temos que destrinchar, Deputado Bira, as medidas provisórias e a tentativa de mudança na aposentadoria. Enganam-se aqueles que pensam que vão aprovar essas reformas sem que a população saiba do seu inteiro teor. As falácias e as mentiras serão destrinchadas por nós, e o povo não perderá o seu direito.

31.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 19/03/2019-17:48
Publ.: DCD - 3/20/2019 - CLARISSA GAROTINHO-PROS -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Convite ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, para apresentação da proposta de reforma previdenciária na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (Bloco/PROS - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, nós



acabamos de sair agora da reunião dos partidos na CCJ, onde nós definimos que, de maneira muito respeitosa, convidaremos o Ministro Paulo Guedes para estar presente na Comissão de Constituição e Justiça e apresentar a proposta de reforma da Previdência.

Embora alguns apelos tenham sido feitos para evitar a presença do Ministro na CCJ, nós entendemos que a CCJ é a Comissão mais importante desta Casa, e ela não poderá abrir mão do seu protagonismo e de receber aqui o pai da reforma proposta, que terá grande impacto em toda a sociedade e na vida da população.

Acho que será de extrema importância trazer aqui o Ministro Paulo Guedes e termos a oportunidade de ouvi-lo.

Documento 288/370

31.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	19/03/2019-18:52
Publ.: DCD - 3/20/2019 -	ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Realização da XXV Convenção Nacional do PDT. Recondução do Sr. Carlos Lupi e do orador, respectivamente, aos cargos de Presidente e de 1º Vice-Presidente Nacional do PDT. Contrariedade do partido à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro. Subserviência do Governo brasileiro aos ditames dos Estados Unidos da América.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (Bloco/PDT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PDT realizou na manhã de ontem a sua XXV Convenção Nacional, em que reconduziu o Presidente Carlos Lupi a mais um mandato. Tive a honra de ser mais uma vez reconduzido à 1ª Vice-Presidência, juntamente com o companheiro Ciro Gomes, a companheira Miguelina Vecchio, os outros dois Vice-Presidentes, e o companheiro Manoel Dias, Secretário-Geral. Enfim, vários companheiros compõem a Executiva Nacional do partido.

Uma de nossas deliberações foi fecharmos questão contra a reforma da Previdência proposta pelo Governo Bolsonaro, uma proposta que conseguiu preliminarmente desconstitucionalizar a Previdência. Os nossos companheiros integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Afonso Motta, Deputado Subtenente Gonzaga, Deputado Gil Cutrim e Deputado Eduardo Bismarck, trabalharão pela não admissibilidade desse absurdo, que retira a Previdência da



Constituição, na qual ela está desde 1988.

Nós temos a certeza de que o Brasil precisa de uma reforma da Previdência. Não nos furtaremos a discuti-la. Inclusive apresentaremos os tópicos sobre os quais alguns de nossos colegas, inclusive o Deputado Mauro Filho, debruçaram-se nos últimos meses, que alicerçariam um eventual Governo do Ciro na questão que diz respeito à reforma da Previdência. E não seremos contra por sermos do contra, apresentaremos propostas.

Mas esse modelo que foi apresentado é tão ruim que não dá nem para trabalharmos uma estratégia para minimizar danos, porque não dá, o texto é péssimo. Nós trabalharemos item a item no sentido de mostrar que de onde já não se têm direitos, que é na base da pirâmide, não se pode querer tirar mais. Trabalharemos duramente no decorrer de sua apreciação na CCJ e depois na Comissão Especial para mostrarmos um modelo que seja diferente, mesmo reconhecendo a dificuldade que teremos para aprovar esse modelo, em função do número de Parlamentares que a Oposição tem tanto na CCJ quanto na Comissão Especial, onde o projeto será votado por maioria simples.

No plenário a conversa é outra, vamos ver se há três quintos, vamos ver se a população brasileira vai ficar parada e deixar que se retirem direitos legalmente adquiridos, historicamente garantidos. Enfim, essa é a luta das próximas semanas e dos próximos meses.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu também não poderia me furtar a dizer o quão envergonhado cada brasileiro deve estar com a postura do Presidente, que foi eleito com 57 milhões de votos em outubro do ano passado. Nunca na história deste País nenhum Presidente fez o Brasil passar tanta vergonha quanto Bolsonaro está fazendo o brasileiro passar nos Estados Unidos. É inadmissível que um Presidente eleito declare amor aos Estados Unidos, declare uma admiração quase infantil a Trump. Isso é uma demonstração de desrespeito ao Brasil. A subserviência de declarar a inexigibilidade de visto para o cidadão americano e dizer que brasileiro precisa ter visto para os Estados Unidos quer dizer que só há brasileiro irresponsável.

Não há americano pedófilo que vem aqui atrás de turismo sexual? E nós vamos liberar isso tudo para eles?

Não bastasse isso, Paulo Guedes diz que a China, nosso maior parceiro comercial - representa 28% das nossas importações, enquanto os Estados Unidos, apenas 12% -, causa incômodo na civilização ocidental. Ora, minha gente, é exigível um mínimo de responsabilidade quando há uma delegação indo a um país como os Estados Unidos. O Ministro da Economia dizer que adora a Disney, a Coca-Cola e o *jeans*... Meu Deus do céu, é muita irresponsabilidade, é

muito entreguismo.

Nós precisamos ter clareza. o Brasil merece respeito. O Brasil não merece virar chacota internacional. Já há até estudioso americano dizendo que o Brasil não pode ficar abrindo tudo que tem para os Estados Unidos, senão não vai se valorizar. Isso é verdade. É verdade que nós não podemos fazer isso de forma alguma. E o Presidente Jair Bolsonaro tem que ter essa responsabilidade. Ele pode amar os Estados Unidos, mas, antes disso, ele tem responsabilidade de amar o povo brasileiro, do mais humilde ao mais rico. Nós aqui no Congresso Nacional temos que cobrar esse dever cívico dele, que foi eleito pelo povo brasileiro.

Documento 289/370

31.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 19/03/2019-19:20
Publ.: DCD - 3/20/2019 - MAJOR VITOR HUGO-PSL -GO
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apoio à realização da reforma previdenciária. Aplausos ao agente penitenciário Maicol Victor Barbosa, do Estado de Goiás, pela recusa do recebimento de propina em benefício de presidiário.

O SR. MAJOR VITOR HUGO (Bloco/PSL - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu gostaria neste momento de defender a nossa nova Previdência aqui em plenário, ressaltando que ela está sendo construída por três propostas, e não apenas pela PEC que foi apresentada.

A primeira proposta é a Medida Provisória nº 871, de 2019, que visa combater as fraudes no INSS. A ideia é que o Governo combata o discurso de que não há déficit. Nós precisamos combater as fraudes, a partir da aprovação dessa medida provisória.

Está sendo também construído um projeto de lei na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para potencializar a capacidade do Estado de cobrar dos grandes devedores. Nós sabemos que existe um passivo de 490 bilhões de reais. Um terço disso não vai ser cobrado, porque são valores de grandes devedores já falidos ou dívidas pequenas, cuja cobrança não valeria a pena ao Estado brasileiro; um terço já está judicializado e vai chegar em conta-gotas para a União e para os Estados; e o outro um terço está em negociação administrativa. Porém, o combate às fraudes e a cobrança não são suficientes para resolver

um problema que é de fluxo, e não de caixa.

Finalmente, a nossa PEC visa reconstruir a Previdência. É uma PEC que pretende organizar o orçamento da Seguridade Social, que, todos nós sabemos, envolve a Previdência, a saúde e a assistência social. O objetivo do Governo é iniciar uma discussão aqui que vai separar muito claramente o que é Previdência Social do que é assistência social, que vai proteger as fontes de custeio, impedindo que um juiz ou um administrador público conceda um benefício previdenciário sem que haja previsão orçamentária. Isso vai ao encontro da ideia de identificar claramente o que é o déficit e o que não é o déficit. Vai proibir a desvinculação das receitas da União, no que diz respeito ao orçamento da Seguridade Social. Isso vai proteger também a nossa Seguridade Social, a nossa Previdência.

Existe a previsão da criação de uma contribuição previdenciária extraordinária para os servidores públicos, tanto da União, quanto dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, para manter o equilíbrio atuarial do regime próprio dos servidores. Há ideia também de cobrar contribuição previdenciária dos anistiados políticos. Tudo isso é para contribuir para que o déficit não prossiga no nosso País.

Nós tivemos, no ano passado, um déficit na Previdência Social da ordem de 266 bilhões de reais. Se não fizermos nada, este ano, o nosso déficit vai chegar a quase 300 bilhões de reais. Então, nós temos realmente que fazer com que o Brasil consiga decolar. Temos certeza de que, a partir da aprovação da nova Previdência, nosso País vai ter condições de gerar mais empregos, vai diminuir os juros, nós vamos conseguir ter acesso a um crédito melhor.

Temos que ressaltar que a PEC da nova Previdência cobra mais de quem ganha mais e menos de quem ganha menos. Vinte e dois milhões de brasileiros vão ter suas alíquotas diminuídas, porque ganham até 1 salário mínimo: hoje pagam 8%, vão pagar 7,5%. Há previsão de quem ganha acima do teto da Constituição pagar uma alíquota progressiva, que vai chegar a 22%. Os políticos estarão no mesmo barco que todos os demais brasileiros. Há ideia de aproximar ainda mais o Regime Geral de Previdência Social dos regimes próprios.

Então, podemos ver que a PEC pretende criar um regime que é mais justo, que é para todos, vai incluir militares, políticos, juízes, promotores, filiados ao Regime Geral de Previdência Social.

Com essa PEC, nós temos a intenção de economizar, em 10 anos, algo superior a 1 trilhão de reais. O Governo está aberto para conversar, para negociar, mas a nossa intenção é fazer com que o País consiga retomar o crescimento a partir da aprovação da nova

Previdência.

É importante ressaltar também que o Presidente da República fez questão de vir aqui ao Parlamento trazer a proposta. Ele foi recebido pelo Presidente da Câmara, que tem feito uma defesa bastante efusiva e expressa da nova Previdência. Ele foi recebido também pelo Presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, que não precisava estar presente naquele momento. Mas aquele foi um gesto muito importante de apoio à construção da nova Previdência.

Então, vamos começar agora a discussão da admissibilidade. Tenho certeza de que, a partir do apoio dos Parlamentares que compõem a CCJ, vamos ultrapassar essa fase para chegarmos até a Comissão Especial. Estamos abertos a receber as emendas para discuti-las. Na sequência, faremos chegar ao plenário esse nosso texto para aprová-lo.

Eu gostaria de aproveitar este momento também para parabenizar um agente prisional chamado Maicol Victor Barbosa, de Goiás, que recusou uma propina de 100 mil reais para beneficiar um preso. Então, meus parabéns! Ele já teve o reconhecimento do Governador Ronaldo Caiado. E eu faço questão de parabenizar o Maicol por essa atitude extremamente correta, que é um exemplo para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 290/370

32.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/03/2019- CD	20:36
Publ.: DCD - 3/20/2019 -	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PDT contrário à aprovação da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por decisão da Direção Nacional, o PDT, a bancada trabalhista de Brizola, a bancada trabalhista de Getúlio e de Jango, a bancada trabalhista do povo brasileiro, que tem posição e tem lado na reforma da Previdência Social, votará contra a proposta de reforma da Previdência que tira direitos dos fracos, dos humildes, dos mais pobres, do BPC, do viúvo, da viúva, da pessoa com deficiência, do agricultor, da professora, do professor, e não cobra dos

grandes devedores da Previdência.

Esta é a posição que o PDT defende: contra a reforma da Previdência.

Documento 291/370

32.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/03/2019- CD	20:36
Publ.: DCD - 3/20/2019 -	JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Inconsistência do discurso dos Deputados governistas sobre a geração de novos empregos no País com a abertura das empresas aéreas ao capital estrangeiro.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Obrigado, Sr. Presidente.

Infelizmente, qualquer Parlamentar pode vir ao microfone e mentir à vontade.

Vocês mentiram quando aprovaram a destruição dos direitos trabalhistas. O discurso era o mesmo: iam gerar milhões de empregos acabando com os direitos dos trabalhadores. Cadê? O desemprego aumentou.

Vocês vêm aqui novamente mentir, dizer que a entrega das companhias aéreas a multinacionais vai gerar mais empregos, o que sabemos que não vai acontecer.

Vocês estão mentindo ao dizer que destruir a Previdência Social vai gerar empregos. Pelo contrário. Vai desempregar, vai reduzir a geração de empregos, especialmente nos pequenos e médios Municípios, onde hoje o comércio vive basicamente da Previdência Social.

Da mesma forma que o Presidente "Bozo" foi lá bater continência, mostrar-se um capacho das multinacionais ao Presidente Trump, vocês aqui também estão sendo capachos dos interesses das multinacionais, entregando...

(Desligamento automático do microfone.)

32.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/03/2019- CD	21:08
Publ.: DCD - 3/20/2019 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Críticas à agenda do Presidente Jair Bolsonaro em visita aos Estados Unidos da América. Atuação do orador pela rejeição da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, de fato, a posição subalterna que o Presidente do Brasil assumiu nessa agenda nos Estados Unidos é algo que impressiona negativamente a todos nós. Agora, a coragem que falta a ele para defender os interesses da Nação é a coragem que ele usa - o que considero falta de coragem - para atingir o sistema de aposentadorias públicas do nosso País.

Por que eu decidi usar este tempo para falar de previdência? Porque neste final de semana o mercado financeiro, através do Presidente do Bradesco, deixou claro o que é a proposta de destruição da Previdência pública que está protocolada nesta Casa. Deputado Tadeu Alencar, aquilo que eles chamam de capitalização deve ser chamado, para que o povo entenda, de privatização da Previdência do País, Deputado Alessandro Molon, Líder da Oposição. O que querem é obrigar o brasileiro a, sozinho, "*poupar a sua própria previdência*", Deputado Glauber Braga.

Na Alemanha, na Europa, em qualquer país desenvolvido que tenha um sistema de previdência pública para proteger a dignidade da velhice dos seus cidadãos, como se financia a previdência? Uma parte paga o trabalhador, outra parte paga o Estado, e outra parte paga o empregador.

Sabem o que o Paulo Guedes e o Bolsonaro colocaram nessa proposta absurda que querem que os senhores votem? Que o empregador não paga mais nada, que as grandes riquezas e as grandes fortunas não precisam pagar nenhum tributo para garantir uma previdência justa porque, sim - querem eles -, o próprio trabalhador que ganha 1.000 reais ou 2.000 reais deve cuidar sozinho da sua aposentadoria. É um escândalo! Em nenhum país do mundo, dos poucos que o usaram, isso funcionou. Vejam o Chile: 80% dos aposentados ganham menos do

que o salário mínimo!

Agora, o que mais dói aos ouvidos é escutá-los fazer a propaganda de que a mudança da Previdência seria para combater privilégios.

Sabem de onde vai sair aquele trilhão que o Paulo Guedes quer retirar? Do bolso dos brasileiros. Oitenta e cinco por cento das mudanças serão para retirar a aposentadoria de quem ganha 1.000 reais, 1.500 reais, a aposentadoria rural. O BPC, querem baixá-lo de 1.000 reais para 400 reais. É dali que querem tirar 850 bilhões de reais do tal trilhão de reais de que fala Paulo Guedes. Isso é cruel e injusto!

Nós vamos atuar muito neste Parlamento para não aprovar essa antirreforma.

Documento 293/370

36.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/03/2019- CD	20:48
Publ.: DCD - 3/21/2019 -	MARCON-PT -RS	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Críticas à proposta de reforma de previdência dos militares das Forças Armadas brasileiras. Queda da popularidade do Presidente Jair Bolsonaro. Adoção pelo Governo Federal de medidas prejudiciais ao agronegócio brasileiro.

O SR. MARCON (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, falo aqui em nome da bancada do PT. Em primeiro lugar, quero dizer que chegou a esta Casa o projeto da previdência dos militares, que, na nossa opinião, não muda nada. A mudança é de seis por meia dúzia, mas o Presidente veio aqui hoje para tentar enganar esta Casa e o povo brasileiro.

Em segundo lugar, quero dizer que o povo brasileiro está percebendo a queda morro abaixo da popularidade do Presidente da República.

Por fim, sem ideologia, vou falar em defesa dos assentados da reforma agrária e da agricultura familiar. Peço licença aos proprietários rurais do agronegócio - já que os Deputados Federais que estão aqui têm vergonha de defender o seu setor, eu vou defender o meu.

Jair Bolsonaro está fazendo mal - é uma tragédia - para quem produz no setor primário. Quer colocar leite da Europa aqui no Brasil, tirar o

subsídio da energia elétrica, entregar a base de Alcântara para os americanos, brigar com a China para não comprar mais soja do Brasil e brigar com os países árabes, que já estão boicotando a compra de frango do País.

Se não bastasse só isso, agora houve a viagem aos Estados Unidos, onde o Presidente da República se ajoelhou para beijar os pés de Trump, abriu as portas do Brasil para que os Estados Unidos venham aqui vender trigo, carne de suínos, açúcar e etanol. Cadê a bancada do agronegócio, a maior patrocinadora do descaso deste Governo Federal?

Alguns meninos de recados, radialistas do Bolsonaro, falam de esquerda, falam de direita. Pois falem como quiserem, mas defendam o emprego, defendam o setor primário. O agronegócio financiou a campanha de Jair Bolsonaro e agora estão financiando este caos no Brasil.

No tempo de Lula, quando ele viajava para outros países, ele ia com os empresários brasileiros vender nossa matéria-prima, vender nossas mercadorias. Foi isso que Lula fez com a China, foi isso que Lula fez com os países da Ásia, da África, da Europa e também da América Latina. Lula resgatou o setor primário do Brasil, seja o agronegócio, seja a agricultura familiar, seja a reforma agrária, seja qual for.

Já este Governo está enterrando o setor primário do País. Vocês do agronegócio, que financiaram a campanha, levantem-se: vocês têm minha solidariedade, porque agora estão passando vergonha. Minha solidariedade aos representantes do agronegócio.

Documento 294/370

36.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária	-20/03/2019-
	CD	20:56
Publ.: DCD - 3/21/2019 - MARCELO RAMOS-PR -AM		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Críticas à proposta de reforme previdenciária dos militares das Forças Armadas brasileiras. Urgente adoção, pelas autoridades competentes, de medidas a respeito da desestruturação da área de infraestrutura de transportes no Estado do Amazonas, notadamente do setor portuário.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PR - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu



quero inicialmente manifestar meu posicionamento sobre a proposta de reforma da previdência dos militares trazida a esta Casa. Essa proposta é uma provocação ao povo brasileiro. O Governo, ao propor o sacrifício de 900 bilhões de reais a trabalhadores e trabalhadoras - a servidores públicos, a trabalhadores rurais, a deficientes e a idosos de baixa renda - e ao propor um sacrifício de 90 bilhões de reais, com uma compensação de 80 bilhões de reais, a uma categoria específica, não está levando a sério a relação com esta Casa, não está levando a sério o compromisso firmado de que todo o povo brasileiro tem que dar a sua parcela de sacrifício para garantir o equilíbrio atuarial nas contas da previdência pública. Essa é a minha primeira manifestação.

Minha segunda manifestação, Sr. Presidente, diz respeito ao maior desmonte de patrimônio público da história, promovida no Amazonas pelo atual Governo, sob o comando do Ministro da Infraestrutura. No interior do Estado, não há rodoviárias - apenas 10 Municípios têm ligação rodoviária para a Capital. Os nossos portos são as nossas rodoviárias. O Governo Federal construiu 44 portos no interior do Estado, portos de Municípios, Deputado Silas Câmara, como Eirunepé, aonde um cidadão vindo da Capital demora 20 dias de barco para chegar. Esses portos estão sendo desmontados pela política do Ministério da Infraestrutura, que retirou todos os funcionários e não paga os contratos de manutenção.

Vários portos já estão parados por conta das cheias dos rios, como o Porto de Iranduba, o Porto de Borba, o Porto de Nova Olinda, o Porto de Santa Izabel do Rio Negro, o Porto de Canutama, o Porto de Coari e o Porto de Itacoatiara, Deputado Silas Câmara. Se a política de desmonte promovida pelo Ministro da Infraestrutura continuar, em 6 meses teremos metade dos portos do interior do Amazonas fora de operação e em 1 ano não teremos um só porto no interior do Estado em operação.

É preciso que o Ministério da Infraestrutura recomponha a estrutura dos portos do interior do Estado do Amazonas. São eles que garantem o direito de ir e vir de gente humilde, trabalhadores rurais, comunidades ribeirinhas, indígenas, que hoje estão impedidos, em muitos Municípios, de ter o mínimo de conforto. O povo do Amazonas está voltando a atracar no barranco por conta do desmonte promovido pelo Ministro da Infraestrutura.

Eu quero dizer a esta Casa de todo o esforço que nós queremos fazer para que o Governo dê certo, para que o Brasil dê certo, para que o Brasil avance. Mas, para que o Brasil avance, o Amazonas precisa avançar junto. Não há Brasil sem o Amazonas. O Brasil sem o Amazonas é menos Brasil, não é Brasil.

O Ministro da Infraestrutura foi à Comissão de Serviços de

Infraestrutura do Senado e apresentou um plano de trabalho até 2022. Não há nenhuma ação no Estado do Amazonas: nenhum porto, nenhum aeroporto, nenhuma estrada, nenhum real de investimento no Estado do Amazonas, que tanto precisa de infraestrutura.

Para que esse patrimônio público pago com o suor do povo brasileiro, que são os portos do interior do Amazonas, não seja degradado como está sendo, eu estou tomando providências junto ao Ministério Público Federal, pedindo que tome providências urgentes no sentido de responsabilizar o Ministro da Infraestrutura, o Diretor-Geral da DNIT, a Diretora-Geral de Serviços Aquaviários do Ministério dos Transportes, para que sejam compelidos a fazer as ações preventivas ou que sejam responsabilizados criminalmente pelo desmonte da estrutura portuária no interior do Estado do Amazonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 295/370

36.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	20/03/2019-21:24
Publ.: DCD 3/21/2019 -	ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da proposta governamental de reforma previdenciária. Inexistência de políticas públicas no âmbito do Governo Jair Bolsonaro.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que esta foi uma tarde importante demais para o Plenário e para o Parlamento como um todo.

Está muito claro aqui, infelizmente, que o que nós temos visto com relação à base do Governo é uma total incoerência na hora de conduzir certos temas. Não se pode falar em Brasil, como eu disse agora há pouco, principalmente com relação à Previdência, sem defender claramente onde está o povo brasileiro, os territórios em que o povo brasileiro está vivendo, o interior deste País.

Agora há pouco eu disse, e quero ressaltar novamente, que aqueles que têm voto nas cidades pequenas deste Brasil não vão ter coragem, não vão ter coragem, de enfrentar o dia a dia do eleitor, do cidadão, da



cidadã, dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, não vão ter coragem de chegar lá na ponta e dizer "eu vou aprovar uma reforma de Previdência que vai tirar 800 bilhões da economia de base deste Município", Sr. Presidente, se esses Municípios são os grandes responsáveis por nós termos condição de enfrentar as dificuldades sociais.

Eu não vi até agora uma política pública sequer ser anunciada pelo Governo que aí está. Não é à toa que o povo brasileiro já começa a enxergar a grande decepção administrativa que é o atual Governo, do ponto de vista do gerenciamento da coisa pública e dos interesses do povo brasileiro. Não é à toa que esses 15% de queda de sua popularidade em menos de 2 meses estão mostrando claramente que o horizonte que V.Exas. que defendem o Governo apontam não é o horizonte para o povo brasileiro.

Nós aqui temos um papel importantíssimo. Temos que aprimorar a Previdência? Temos. Temos que sanear a previdência pública? Temos. Mas nós não podemos fazer com que o regime geral pague quase 80% de uma conta que não é dele e que vai gerar um transtorno social, um custo social, um custo econômico principalmente, para o comércio, para o varejo, para toda a economia do nosso País.

Portanto, que tenhamos capacidade de refletir e dizer não a essa reforma que está aí.

Vamos para o debate buscar mecanismos arrecadatários para melhorar as receitas do nosso País e defender os interesses do povo brasileiro e da economia nacional.

Documento 296/370

36.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária	-20/03/2019-
	CD	21:28
Publ.: DCD - 3/21/2019 -	CAPITÃO ALBERTO NETO-PRB -AM	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 218, da Lei nº 7.565, de 1986, com a redação dada pelo art. 2º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.724, de 2015, sobre a elevação da participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PRB - AM. Pela ordem. Sem



revisão do orador.) - Presidente, chegou hoje à Casa a lei que trata dos proventos dos militares na inatividade.

Eu quero deixar registrado para a esquerda, para o Partido dos Trabalhadores, que o policial também é um trabalhador. O militar, mais uma vez, vem para o sacrifício. Que tanto sacrifício faz por este País! Morre mais de um policial militar por dia no nosso País. Isso tem que ser visto.

Não queiram atingir o Governo, não queiram atingir o Presidente, atingindo o trabalhador que mais sofre nesta Nação, o trabalhador que jura defender o nosso País, a nossa sociedade, correndo risco de perder a própria vida.

O PRB vota "sim" ao texto.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 297/370

35.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/03/2019-14:00
Publ.: DCD - 3/21/2019 - LÉO MORAES-PODE -RO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Realização da reforma previdenciária. Necessidade de busca de solução para o impasse entre os servidores do sistema prisional e o Governo do Estado de Rondônia. Pedido de instalação de delegacia 24 horas par atendimento às mulheres rondonienses.

O SR. LÉO MORAES (Bloco/PODE - RO. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, eu queria agradecer a oportunidade do início dos trabalhos desta semana na Câmara Federal. Enfim, nós começamos a trabalhar nas Comissões Temáticas. Como membro da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, digo que há temas controversos, polêmicos, na Comissão. Nós vamos ter que evoluir, ter grandeza e altivez para debater.

Já foi feito inclusive um chamamento, um convite para o Ministro Paulo Guedes, a fim de que esteja conosco e traga melhores esclarecimentos a respeito da reforma da Previdência. Existem temas que precisamos assentar. Primeiro, temos que colocá-los sobre a mesa. Entre eles, o modelo que é aplicado no Chile, por exemplo, que se tem como



referência de sistema de capitalização. O Chile acaba de pedir uma nova reforma, porque aquele modelo de capitalização quebrou, porque não existiu a contribuição patronal. Nós temos que tentar compreender o melhor cenário.

Não tenho dúvida de que todos têm que entregar os anéis, para que fiquem os dedos, mas temos que ter tranquilidade, coerência, sensatez, ainda mais em casos específicos. Nós temos debatido os casos que são atinentes ao Estado de Rondônia, onde boa parte dos trabalhadores é da área rural. Há educadoras, professoras. Há o Benefício de Prestação Continuada, que tem que ser alterado. Há muita coisa que se precisa debater neste Congresso, para realmente darmos uma resposta satisfatória para a população e, de forma muito especial, ao Estado de Rondônia.

Aqui fica também o pedido de que consigamos resolver o grande entrave que existe hoje com os servidores do sistema prisional e o Governo do Estado de Rondônia.

Deixo, ainda, o pedido da delegacia 24 horas, afinal, mulher não escolhe a hora em que será agredida ou violentada. Precisamos dar um atendimento humanizado, respeitoso, zeloso, em todos os momentos, a essas mulheres que tanto precisam do respeito do poder público.

Obrigado, Sra. Presidente.

Documento 298/370

35.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/03/2019-14:12
Publ.: DCD - 3/21/2019 - EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social. Artigo Pobres serão aos mais prejudicados com as novas regras, apontam servidores, publicado pelo jornal Folha de S.Paulo.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Sem revisão do orador.)
- Sra. Presidente, fui à instalação, hoje pela manhã, da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, dirigida pelo Senador Paulo Paim e pelo nosso colega do PDT André Figueiredo. Estarei lá daqui a pouco, contribuindo com os debates. Eu os

parabenizo e desejo, naturalmente, sucesso. Nós vamos derrotar essa proposta perversa que tenta aprofundar as desigualdades sociais.

Eu queria aproveitar para fazer referência à *Folha de S.Paulo*. Sabe-se que tem havido brigas internas, e talvez haja mudança na direção, por conta da pressão dos fascistas. No entanto, a *Folha*, que é um jornal que tem uma visão liberal, publicou hoje um artigo: "*Pobres serão os mais prejudicados com as novas regras, apontam servidores*", pois 75% do que eles dizem que vão economizar com a reforma sairão exatamente dos mais pobres, camponeses, professoras e professores. Isso é um crime!

Documento 299/370

35.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/03/2019-14:20
Publ.: DCD - 3/21/2019 - WALDENOR PEREIRA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Protesto contra a elevação da idade mínima e do tempo de contribuição para concessão de aposentadoria a professores, constante na proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, colegas Parlamentares, eu não tenho dúvida de que, de todas as categorias profissionais, a categoria de professores será a mais penalizada pela proposta maldosa e perversa do Governo Bolsonaro.

Pasmem, senhoras e senhores - e me dirijo especialmente aos professores do Brasil -, uma professora que hoje se aposenta com 25 anos de contribuição, sem idade mínima, terá que contribuir por 30 anos e só poderá se aposentar com a idade mínima de 60 anos! Mais do que isso, somente se aposentará com o valor integral do seu salário se contribuir por 40 anos. Trata-se de uma maldade! Trata-se, de fato, de uma desumanidade!

Todos os professores e professoras, vamos à mobilização! Não a essa perversa proposta de reforma da Previdência apresentada pelo Governo Bolsonaro!

Obrigado, Sra. Presidente.

35.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 20/03/2019-14:24
CD

Publ.: DCD - 3/21/2019 - ASSIS CARVALHO-PT -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Transcurso do 196 anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida no Estado do Piauí. Acerto da criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social. Posicionamento do orador contrário à reforma previdenciária.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, quero dar como lido pronunciamento em que parabenizo o Congresso pelo lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, que aconteceu nesta manhã, em evento que continua ao longo do dia com a realização de oficinas para discussão de vários temas.

Quero reafirmar a minha posição contra esse retrocesso que traz tantos malefícios para o povo brasileiro.

Aproveito também, Sra. Presidente, para dar como lido um registro sobre o dia 13 de março, em que nós lembramos os 196 anos da Batalha do Jenipapo, no Piauí. Não foi possível fazer esse registro na última quarta-feira, pois, devido à tragédia em Suzano, a sessão foi encerrada.

Quero aproveitar para parabenizar esse povo bravo do meu Estado que naquela época enfrentou a colônia portuguesa, que sugava o sangue do povo brasileiro, como acontece hoje infelizmente com os norte-americanos, que repetem a mesma exploração do povo brasileiro.

Agora nós estamos num Governo vassalo, que está de joelhos, entregando as nossas riquezas, entregando o nosso petróleo e perseguindo o povo brasileiro, por meio de reformas violentas e perigosas como essa. É um Governo que, além de entregar o nosso patrimônio para os norte-americanos, tenta roubar os nossos sonhos, o nosso direito à aposentadoria.

A nossa posição é contra a reforma da Previdência e contra o entreguismo que acontece neste País.

Sra. Presidente, gostaria meu pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Deferido o seu pedido, nobre Deputado.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última semana, dia 13 de março, lembramos os 196 anos da Batalha do Jenipapo. Ainda hoje, esse acontecimento tem uma atualidade impressionante. Em 1823, havia a exploração e a dominação do povo brasileiro pela colônia portuguesa, que sugava nossas riquezas naturais. E isso levou os trabalhadores - nossos heróis e heroínas do Jenipapo - a enfrentar o exército fiel à Coroa Portuguesa para libertar o Brasil.

Hoje, a entrega do patrimônio público a multinacionais e a submissão à política econômica norte-americana coloca-nos numa situação, guardadas as devidas proporções, bem parecida.

Nossa democracia, os direitos trabalhistas, os direitos sociais, conquistados à custa de muita luta, estão destruídos. A independência, a emancipação, a liberdade e a soberania brasileira estão sob ameaça. O Governo bate continência para a bandeira americana, entrega o petróleo e quer entregar as empresas estatais de áreas estratégicas, destrói o incentivo ao desenvolvimento dos talentos nacionais, submete-se às regras da economia que favorece outros países em detrimento da produção brasileira.

A tática do fascismo é intimidar os sindicatos; silenciar a Esquerda, jornalistas; criminalizar universidades, líderes e movimentos; manipular consciências para impedir que a realidade seja dita e que o povo se revolte.

Mas os fascistas não terão êxito. Que o digam as heroínas e os heróis do Jenipapo, que falam hoje pela nossa boca. A história deles - negada, excluída e escondida - atravessou o tempo. Nem mesmo o poder e a violência da elite foram capazes de impedir e esconder o protagonismo popular na construção da independência do nosso País.

A Batalha do Jenipapo é mais uma, dentre tantos episódios históricos, que não foi contada nos livros da história oficial durante muitos anos. Entretanto, isso não apagou a força transformadora dos combatentes



pela liberdade que viviam nas províncias do Nordeste e Norte - Piauí, Maranhão, Ceará, Pará. E é este legado que fortalece a resistência popular de hoje à reforma trabalhista, à reforma da Previdência, à entrega do petróleo brasileiro às multinacionais e a todos os outros absurdos que temos vivenciado. Os heróis e heroínas anônimos da Batalha do Jenipapo mantêm-se vivos dentro de todos os que resistem ao fascismo e aos retrocessos de hoje.

Em 1823, num confronto desigual - de velhas espadas, facas, pedras e paus contra canhões e armas pesadas -, nossos heróis e heroínas do Jenipapo foram massacrados, centenas perderam suas vidas e centenas foram para a prisão. Entretanto, a batalha enfraqueceu e impôs baixas ao exército português, além de ter encorajado outros movimentos. Em julho de 1823, Fidié e suas tropas foram forçados à rendição, e a independência do Brasil foi consolidada.

Nos dias de hoje, cada batalha que vencemos vai formando a derrota do fascismo que se instalou no País. Fascismo esse que se alimenta do ódio e incita o ódio entre as pessoas. Precisamos combater essas atitudes. O fascismo será derrotado pelo povo brasileiro!

Não duvido jamais do protagonismo popular na construção da soberania nacional. É o povo, com sua corajosa resistência, que vai trazer de volta tudo que lhe tem sido negado.

Salve o 13 de Março de 1823!

Salve a Batalha do Jenipapo!

Salve o povo brasileiro!

Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro aqui o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, da qual sou integrante, reafirmando minha posição contra o retrocesso, contra a retirada de direitos dos trabalhadores.

É fato que as condições do País modificam-se e que é preciso manter os olhos e a mente abertos para revisar leis. Mas é fato também que os legisladores precisam ter a sensibilidade de saber o que pode e o que não pode ser alterado.

Essa reforma proposta por Bolsonaro concentra um número tal de retrocessos que a tornam impossível de ser aprovada. Destaco aqui alguns pontos, dentre muitos:

- o aumento do tempo de contribuição e da idade mínima de

trabalhadores rurais, desconsiderando as condições de trabalho dessa categoria;

- a capitalização, que coloca a seguridade dos trabalhadores nas mãos dos banqueiros. Seria como colocar a raposa para tomar conta do galinheiro. No Chile, esse modelo implantado pelo ditador Augusto Pinochet transformou adultos de classe média em idosos pobres. E essa tragédia social é o futuro que o Governo Bolsonaro quer construir para os brasileiros e brasileiras;

- a redução do Benefício de Prestação Continuada para idosos pobres, essa esmola de 400 reais que o Governo Bolsonaro quer impor;

- a desvinculação dos benefícios assistenciais do salário mínimo. Senhores, o mínimo é o menor valor, é o piso. Os trabalhadores não podem estar abaixo disso.

E há muito mais pontos de retrocessos. Essa reforma não acaba com privilégios, acaba com a aposentadoria, especialmente a aposentadoria de quem é pobre, de quem trabalha para construir este País.

Não podemos abrir mão de nenhum direito. Somos parceiros dessa luta aqui no Parlamento. E nas ruas o povo vai se manifestar. Na próxima sexta-feira, 22 de março, haverá atos em todas as partes do Brasil. Junto com o povo, vamos derrotar a reforma da Previdência de Bolsonaro, que acaba com a aposentadoria de milhões de brasileiros, especialmente a dos mais pobres.

Muito obrigado.

Documento 301/370

35.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/03/2019-14:40
Publ.: DCD - 3/21/2019 - EMANUEL PINHEIRO NETO-PTB -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador com relação a tópicos da proposta governamental de reforma previdenciária. Concessão de tratamento especial à classe policial no processo de reformulação da Previdência Social.



O SR. EMANUEL PINHEIRO NETO (Bloco/PTB - MT. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, recentemente, nesta Casa, foi apresentada a proposta de reforma da Previdência pelo Presidente Jair Bolsonaro ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Rodrigo Maia, e ao Presidente do Senado Federal, o Senador Davi Alcolumbre.

A proposta despertou uma onda de debates, especialmente nas redes sociais, e há muita desinformação. Muitos dizem que a reforma não é necessária; outros dizem que é necessária, mas não como está. E o povo fica sem saber qual é o caminho certo para colocar o Brasil de volta nos trilhos do desenvolvimento.

Eu acredito que, no fundo, Sra. Presidente, todos sabem que a reforma da Previdência não é uma questão ideológica, não é uma questão de opinião, mas é uma questão fiscal, é uma questão contábil. Temos um déficit anual de 300 bilhões de reais, o orçamento da Previdência consome 700 bilhões ao ano, o que corresponde a mais de 50% da receita líquida do Governo Federal. Associados a isso a despesa financeira, os juros e a rolagem da dívida pública, sobra um orçamento ínfimo para todo o resto - educação, segurança pública, saneamento básico, regularização fundiária e outras pastas que interessam a toda a nossa gente brasileira.

Nesse contexto, entre algumas alterações sugeridas, acredito que o BPC deva ser modificado, para que se adeque e possa se adaptar à realidade mundial da média que é concedida nesse benefício da assistência social. Na questão dos trabalhadores rurais, que precisam ser protegidos especialmente, tem que haver uma discussão sobre forma de financiamento, já que são os maiores deficitários, com um déficit de aproximadamente 100 bilhões de reais/ano. E os servidores públicos que, mesmo na inatividade, mesmo após sua aposentadoria, continuam contribuindo.

Hoje eu quero chamar a atenção para uma categoria específica, a categoria dos policiais em geral, seja policial civil, seja policial federal, seja policial rodoviário, seja policial militar. Recentemente, foi manchete nos principais jornais do meu Estado de Mato Grosso que, nos últimos 10 anos, quase mil policiais foram afastados de suas funções em virtude de desgastes físicos e mentais.

Especialmente em um cenário de insegurança pública generalizada, em que o Governo Federal apresentou um projeto anticrime, em que se fala de um combate constante à violência, em que se combate a violência doméstica, nós precisamos fortalecer os agentes que são responsáveis e competentes para proteger a nossa gente, para proteger o nosso Município, o nosso Estado, o nosso País.



É por isso que eu venho chamar a atenção aqui, Sra. Presidente, para alguns dados específicos: 437 policiais foram mortos, em razão de sua função, em 2016; hoje, no Brasil, a taxa de homicídios é 64,7 por 100 mil habitantes; a aposentadoria média de cada policial da ativa está na faixa dos 45 anos de idade. Ou seja, não é justo que se dê um tratamento igual aos desiguais, não é justo que se desrespeite nesta Casa, fundadora da Constituição Cidadã de 88, o princípio da isonomia. Temos que respeitar esses profissionais e saber tratá-los de maneira especial. Precisamos fortalecer a polícia, qualquer que seja o ramo de sua atuação. Ainda complementando, Sra. Presidente: 13% do efetivo policial é afastado, a cada ano, para tratamento de saúde; 54% do efetivo policial sofre de doenças osteomusculares; 36% sofre de doenças mentais e comportamentais, em decorrência do exercício da sua função.

Então, é necessário, e quero propor juntamente aos Deputados do PTB, especialmente aos Deputados que participarem da CCJ, que participarem da Comissão Especial que vai tratar da reforma da Previdência, que tenhamos uma atenção especial para os policiais militares, os policiais civis, os policiais rodoviários e os policiais federais.

Temos hoje no Brasil a média de 64 mil homicídios por ano. No meu Estado de Mato Grosso, ocorrem 1.050 homicídios por ano. Não é possível que queiramos fortalecer a legislação, reforçar o nosso ordenamento jurídico pátrio, e não demos condições de estímulo e de proteção ao policial e, especialmente, à sua família, que muitas vezes se vê sob constante ameaça do crime organizado, se vê sob constante ameaça das milícias. Enquanto o policial está trabalhando, o seu filho está na escola e a sua esposa está em casa, ou trabalhando, recebendo fortes ameaças. E ainda correm o risco de não ter pensão ou qualquer outro benefício, em função da morte do seu marido ou da sua esposa.

Então, peço essa atenção especial, notadamente ao meu partido, para que façamos juntos esse trabalho em favor dos policiais no Brasil.

Documento 302/370

35.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/03/2019-14:48
Publ.: DCD - 3/21/2019 -	JOSÉ RICARDO-PT -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio às reivindicações do Fórum Permanente do Idoso do Estado do

Amazonas, especialmente com relação à reforma previdenciária.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, eu queria registrar que hoje recebi a visita da coordenação do Fórum Permanente do Idoso do Estado do Amazonas, que trouxe uma pauta de reivindicações, em que primeiramente se questiona o projeto da reforma da Previdência. Os idosos estão muito preocupados com a questão do BPC, a perda de direitos, de recursos e de dignidade, ou seja, muitas pessoas que necessitam, não da diminuição do benefício, mas do aumento do seu valor para poderem sobreviver, principalmente para atenderem às suas necessidades médicas. Mas o Fórum também cobra a manutenção das farmácias populares, mais investimentos para centros de convivência, portanto, mais recursos e cuidado com os mais idosos do nosso País.

Faço este registro e parabenizo a luta dos vários grupos e movimentos e fóruns que nós temos no Brasil. Logicamente, nós esperamos que eles se manifestem de forma ostensiva contra essa proposta que retira direitos dos idosos do nosso País.

Sra. Presidenta, peço que meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 303/370

35.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/03/2019-14:56
Publ.: DCD - 3/21/2019 - SILVIO COSTA FILHO-PRB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Convite aos Parlamentares para reunião com o Presidente Rodrigo Maia destinada ao debate da pauta municipalista. Defesa de realização da reforma previdenciária. Importância da implementação de programas sociais no País.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (PRB - PE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, é uma alegria falar no Pequeno Expediente nesta tarde.

Quero fazer um convite à Câmara Federal. Hoje, às 16 horas, vamos nos reunir com o Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, para tratar da pauta municipalista, com a participação da Confederação Nacional dos Municípios, da Frente Parlamentar Mista em Defesa do

Novo Pacto Federativo, da Frente Parlamentar Municipalista, e vamos entregar a S.Exa. uma agenda legislativa para nos aprofundarmos nos temas de interesse dos Municípios.

Eu tive o privilégio de exercer o mandato de Vereador de Recife aos 21 anos, de Deputado Estadual, por três vezes, e, agora, de Deputado Federal. Eu penso que o futuro do Brasil não está apenas em Brasília, mas está sobretudo nos Municípios e nos Estados.

Nós sabemos que, antes da Constituição de 1988, 70% do que se arrecadava ficava nas mãos dos Estados e dos Municípios. Nesses últimos 30 anos, a pirâmide se inverteu: 60% do que se arrecada fica nas mãos da União e 40%, nas mãos dos Estados e dos Municípios. E cada vez mais os Estados e os Municípios estão perdendo a sua capacidade de investir e de promover políticas públicas que melhorem a qualidade de vida das pessoas. É por isso que nós estamos defendendo menos Brasília e mais Brasil.

É fundamental que o Congresso Nacional discuta a reforma da Previdência - não essa que chegou. É importante que possamos analisar o BPC - Benefício de Prestação Continuada, a situação do trabalhador rural, as regras de transição, a condição do professor. Todo esse debate precisa ser feito aqui na Casa. Inegavelmente, a reforma da Previdência é fundamental para o País. O Brasil precisa fazer os ajustes das contas públicas, e a reforma da Previdência é um caminho. Mas tão importante quanto ela é fazer com que os Estados e os Municípios voltem a recuperar a capacidade de investir.

Eu defendo os programas sociais. Eu defendo o Bolsa Família, o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Minha Casa, Minha Vida, o Luz Para Todos. Todos são programas importantes para o Brasil. Mas o maior programa social tem que ser o emprego e a renda. Para isso, precisamos votar matérias que estimulem a geração de emprego no País. A pauta da Previdência é importante, mas a retomada do investimento público é fundamental para que o Brasil volte a crescer.

É importante que o Congresso Nacional pense muito mais nas futuras gerações do que nas próximas eleições. É por isso que temos que ter muita responsabilidade para debater esse tema.

Para concluir, quero convidar, enfim, todos os Parlamentares para, na tarde de hoje, participar dessa audiência com o Deputado Rodrigo Maia e discutir temas como a Lei Kandir, a securitização, o 1% do FPM, a cessão onerosa, entre outros que ajudam no fortalecimento dos Municípios brasileiros.

Agradeço a V.Exa., Presidente.

Documento 304/370

35.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 20/03/2019-15:00
CD
Publ.: DCD - 3/21/2019 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP

CÂMARA	DOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO
DEPUTADOS			EXPEDIENTE
			DISCURSO

Sumário

Divulgação de pesquisa sobre a reforma previdenciária, pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP e pela Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidenta.

Eu gostaria de fazer menção a uma pesquisa muito importante feita pela ANFIP e pela FENAFISCO que foi divulgada no dia de hoje pela mídia que diz respeito à proposta de reforma da Previdência apresentada pelo Governo Jair Bolsonaro.

A pesquisa é muito importante, repito, principalmente, porque o Governo diz que a proposta combate privilégios, mas ela demonstrou que praticamente 80% desses 1 trilhão de reais que supostamente vão ser economizados com a reforma da Previdência vão ser descarregados sobre trabalhadores rurais, idosos em situação de miséria, trabalhadores da rede privada, e não dos serviços públicos, a quem ele gosta de chamar de privilegiados. Então, eu me pergunto, se é para combater privilégios, por que é dos mais pobres que ele quer tirar? Coincidentemente, 1 trilhão de reais é o cálculo da transição para o regime de capitalização, Presidente.

Documento 305/370

35.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 20/03/2019-15:04
CD
Publ.: DCD - 3/21/2019 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT

CÂMARA	DOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO
DEPUTADOS			EXPEDIENTE
			DISCURSO

Sumário

Anúncio da realização de encontro popular para debate da previdência pública,

em Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, este tempo é só para dizer que, no próximo dia 22, às 16 horas, na Praça Ipiranga, Centro do Município de Cuiabá, Mato Grosso, nossa Capital, a sociedade vai se reunir, vai estar toda junta para discutir a previdência pública do Brasil. Vai ser uma aula pública, vai ser a sociedade procurando entender o que significa perder a previdência ou se essa previdência é para cortar privilégios. Vamos fazer uma discussão pública.

Portanto, em Cuiabá, Mato Grosso, vamos estar reunidos na Praça Ipiranga, às 16 horas, numa aula pública, para chamar a atenção e discutir a previdência pública.

Muito obrigada.

Documento 306/370

35.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/03/2019-15:04
Publ.: DCD - 3/21/2019 -	JOÃO DANIEL-PT -SE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Relevância do documento extraído de recente encontro de Governadores da Região Nordeste, especialmente no tocante à reforma previdenciária.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu só queria registrar, já que minha inscrição era a próxima, e vai cair, e parabenizar o posicionamento dos Governadores do Nordeste, que, em reunião, tiraram documentos afirmando aquilo que é o mais importante de um gestor, de um Governador: estar na defesa do povo nordestino e brasileiro, estar na defesa da nossa Constituição e deixar muito claro que a reforma da Previdência não pode mexer com trabalhador rural, agricultor e agricultora, com BPC - Benefício de Prestação Continuada, que não pode mexer para desconstitucionalizar.

Em nome de Belivaldo Chagas, quero saudar todos os Governadores do Nordeste e dizer que o Governo Bolsonaro é um perigo real para o Brasil e para o povo brasileiro.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do*

Documento 307/370

35.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 20/03/2019-15:12
CD

Publ.: DCD - 3/21/2019 - CÉLIO MOURA-PT -TO

CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
DEPUTADOS EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Anúncio da realização de ato público contra a reforma previdenciária, em Palmas, Capital do Estado de Tocantins.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que, em Palmas, Capital de Tocantins, no dia 22, próxima sexta-feira, às 9 horas, em frente ao INSS, será realizado um ato contra a reforma da Previdência, convocado pelo Partido dos Trabalhadores, pelas centrais sindicais e pelos movimentos sociais do Estado preocupados com essa reforma que tira direitos dos trabalhadores.

Tocantins, como os demais Estados do Brasil, também fará, no dia 22, repito, grandes atos contra a reforma da Previdência que acaba com os direitos dos trabalhadores, principalmente servidores públicos, trabalhadores rurais, mulheres e professoras. Enfim, será um grande ato.

Sra. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Documento 308/370

35.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 20/03/2019-15:16
CD

Publ.: DCD - 3/21/2019 - NATÁLIA BONAVIDES-PT -RN

CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
DEPUTADOS EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e em Respeito ao Profissional da Educação. Adoção, pelo Governo Federal, de medidas prejudiciais à educação pública. Inadmissibilidade de alteração do sistema de

aposentadoria dos professores no processo de reforma previdenciária.

O SR. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Sem revisão do orador.) - Muito obrigada, Presidenta.

Quero registrar o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e em Respeito ao Profissional da Educação. A Deputada Professora Rosa Neide será a Coordenadora.

Hoje tivemos a primeira reunião da Comissão de Educação após a sua instalação. Tive a honra de ser indicada titular pelo meu partido.

Eu venho, Presidenta, de um dos Estados que tem, proporcionalmente, o maior número de institutos federais. Conheci de perto como isso mudou a realidade da juventude, dos filhos do povo trabalhador. Nós temos a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Universidade Federal Rural do Semiárido, a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte e vamos defender ferrenhamente essas instituições públicas de ensino.

Sabemos que esse Governo tem atentado contra a educação pública, tem tomado medidas que só vão prejudicar essas instituições. Nós não vamos arredar o pé de fazer a defesa da educação pública e gratuita.

Por fim, quero convocar, chamar, fazer um convite às professoras e professores...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. Bloco/PSDB - SC) - Deputada, por favor, conclua.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) - ...para que se somem a nós no debate sobre a reforma da Previdência. Essa categoria, em especial as professoras, será uma das principais afetadas pela reforma. Nós estamos na luta em defesa da aposentadoria das professoras e professores, que formam a juventude, formam a educação de todo o País.

Obrigada, Presidenta.



Publ.: DCD - 3/21/2019 - WELLINGTON ROBERTO-PR -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Eleição do orador para a Liderança do PR na Câmara dos Deputados. Inadmissibilidade de alteração de aposentadorias de professores, magistrados e trabalhadores rurais, no processo de reforma da Previdência Social.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (Bloco/PR - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agradeço à Presidência.

Sra. Presidenta, eu quero comunicar aos colegas Parlamentares que assumo hoje à tarde a Liderança do meu partido, o PR, que conta com 39 Deputados, o que para mim é uma honra.

Eu aproveito esta oportunidade para agradecer à direção do meu partido e a todos os que fazem a legenda, por terem apoiado e consagrado o meu nome para esta nova missão, e dizer que fecharemos questão em relação à proposta de reforma da Previdência Social. Não permitiremos que mexam na aposentadoria de professores, magistrados e trabalhadores rurais do nosso País, que têm realmente sofrido muito em relação a esse novo projeto de reforma previdenciária.

Era isso o que eu tinha a comunicar nesta tarde.

Documento 310/370

35.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/03/2019-16:24

Publ.: DCD - 3/21/2019 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Descumprimento do Regimento Interno da Casa na discussão das propostas de abertura do setor aéreo ao capital estrangeiro e de reforma previdenciária. Sub-representação da sociedade brasileira junto aos Poderes Legislativos. Reformulação do sistema político-eleitoral brasileiro.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que nos assistem pela *TV Câmara*, subo a esta tribuna para tratar de algo que, ao inaugurar a minha presença em plenário, ocorreu ontem aqui no



Parlamento.

A discussão e o tensionamento fazem parte da política, mas ontem, na direção da Mesa, nós testemunhamos um ato que fere o Regimento desta Casa, que é um instrumento para manter o equilíbrio entre as diversas forças que aqui se encontram. Nós estávamos a discutir uma matéria importantíssima e cara, pela sensibilidade que representa: a questão da abertura da possibilidade de venda das empresas aéreas brasileiras. Além disso, nós estávamos discutindo a reforma da Previdência, que vai colocar à disposição dos rentistas dos bancos um percentual enorme de renda, que virá daqueles que mais precisam, e aponta para uma perversidade enorme com um processo de capitalização, que significa a privatização de um grande mercado em favor dos bancos aqui em nosso País. Tudo isso em desfavor da maioria dos trabalhadores, principalmente dos trabalhadores rurais, das professoras, das mulheres, aumentando a iniquidade, tirando os avanços que experimentamos, quando subimos os primeiros degraus na construção de um Estado de bem-estar social, com o advento dos Governos Lula e Dilma.

O Parlamento, que consideramos um dos mais nobres - talvez, o mais nobre - entre os Poderes, está sub-representando a sociedade brasileira. E isso também acontece tanto nos Municípios e nos Estados quanto no Governo Federal.

Essa sub-representação decorre de um sistema político-eleitoral que já se exauriu e que precisa ser objeto de uma reforma efetiva. Portanto, nós precisamos ficar vigilantes, para que este Parlamento responda às grandes demandas do povo brasileiro.

Obrigado.

Documento 311/370

35.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/03/2019-16:28
Publ.: DCD - 3/21/2019 -	WLADIMIR GAROTINHO-PSD -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Inclusão das guardas civis municipais no Regime Geral da Previdência Social.

O SR. WLADIMIR GAROTINHO (Bloco/PSD - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, venho à tribuna fazer uma defesa das guardas civis municipais, categoria que não foi incluída no regime especial da Previdência. Esta Casa aprovou, em 2014, o Estatuto Geral



das Guardas Municipais; em 2018, esses profissionais foram reconhecidos pelo SUSP - Sistema Único de Segurança Pública, como agentes de segurança; e agora eles ficaram de fora do regime especial.

Então, eu quero dizer a todos os guardas municipais que nos acompanham pela *TV Câmara* e pelas redes sociais que eu vou propor uma emenda para que eles sejam incluídos no texto. Em várias cidades do Brasil, o efetivo da Guarda Municipal já é maior do que o da própria Polícia Militar. Esses profissionais cumprem um papel muito importante.

Muito obrigado.

Documento 312/370

35.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/03/2019-16:32
Publ.: DCD - 3/21/2019 -	ROSE MODESTO-PSDB -MS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Anúncio de realização, pela Comissão de Educação, de audiência pública para debate da situação dos professores no âmbito da proposta de reforma previdenciária. Importância de valorização dos profissionais do setor educacional.

A SRA. ROSE MODESTO (Bloco/PSDB - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, quero dizer da minha satisfação com a nossa primeira reunião da Comissão de Educação, em que já foi aprovado um requerimento de autoria da nossa querida Deputada Rosa Neide, o qual eu tive a oportunidade de subscrever, que requer a realização de audiência pública para discutirmos a questão dos professores dentro da PEC da reforma da Previdência.

Essa reforma, eu não tenho dúvida, é importante e necessária para o País, mas ela precisa ser justa. Os desiguais precisam ser olhados de forma desigual. Os professores, por tudo que representam, pela função que exercem, pelo desgaste físico, psicológico, emocional que têm na profissão, pela responsabilidade que têm de trazer as nossas crianças para o cenário da sociedade com uma boa formação, precisam ser olhados de forma diferente nessa reforma.

Como professora, como educadora, sinto-me muito feliz de poder fazer parte desta discussão.

Tenho certeza de que aqui nesta Casa nós vamos avançar muito na

valorização dos profissionais de educação do nosso País.

Obrigada, Sra. Presidente.

Documento 313/370

35.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/03/2019-16:52
Publ.: DCD - 3/21/2019 -	AFONSO MOTTA-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Indagação à Presidência sobre o encaminhamento, à Casa, da proposta de reforma previdenciária dos militares das Forças Armadas brasileiras.

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa., ao chegar ao plenário, afirmou que estava recebendo o Presidente da República, portador da proposta da reforma da previdência para os militares.

Como na Comissão de Constituição e Justiça temos um acordo prévio, no sentido de exatamente aguardar a chegada da proposta referente aos militares para que se incorpore à proposta já apresentada pelo Governo e, por via de consequência, o Presidente da Comissão designe o Relator e comecemos a dar efetividade aos trabalhos, pediria, mais do que a referência que V.Exa. fez, que possa declarar que o Presidente da República entregou a proposta dos militares. É óbvio, mas...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 314/370

35.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/03/2019-16:56
Publ.: DCD - 3/21/2019 -	BIA KICIS-PSL -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Cumprimento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, do compromisso de encaminhado à Casa da proposta de reforma previdenciária dos militares das

Forças Armadas brasileiras.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PSL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - É impressionante ver a Oposição comemorar uma suposta queda de popularidade do Presidente, que acaba de entregar a reforma dos militares nesta Casa, cumprindo mais uma promessa de campanha e como Presidente. Hoje é dia 20 de março e acabamos de receber o projeto. Temos que festejar esse compromisso do Presidente, que é um homem de palavra.

Agora estamos prontos, na CCJ, para tocar o projeto. Contamos com os colegas para que tenham compromisso e votem essa reforma, sem a qual o Brasil está condenado ao caos, ao desemprego, ao verdadeiro precipício do qual estivemos à beira, quase como uma Venezuela.

Graças ao nosso Presidente e a sua equipe econômica, hoje podemos comemorar! A bola está conosco. Colegas, vamos fazer bonito, vamos mostrar o nosso compromisso para com o Brasil!

Documento 315/370

35.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/03/2019-17:40
Publ.: DCD - 3/21/2019 -	CÉLIO MOURA-PT -TO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Anúncio da realização de ato público contra a reforma previdenciária, no Município de Araguaína, Estado de Tocantins.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 22, sexta-feira, na cidade de Araguaína, Tocantins, faremos um ato contra a reforma da Previdência, porque no Tocantins, Estado que tem 139 Municípios, mais de 70% dos Municípios vivem da aposentadoria e do Bolsa Família.

Essa reforma da Previdência, Sr. Presidente, tem tirado o sono dos tocaninenses e do Brasil.

Portanto, faremos um ato na cidade de Araguaína - e também haverá em todo o Brasil -, em Palmas, em frente ao INSS, contra a reforma da Previdência. O tocaninense também não concorda com essa reforma que tira direito dos trabalhadores.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 316/370

35.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/03/2019-18:16
Publ.: DCD - 3/21/2019 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Necessidade de aprovação da proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (Bloco/PSL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma ótima tarde a todos!

Começo aqui dizendo como é bom fazer parte de um Governo que cumpre a palavra! Como é bom ser Líder de um Governo neste Congresso Nacional que cumpre a palavra! Como é bom representar aqui dentro um homem chamado Jair Messias Bolsonaro!

Vou dizer aos senhores que o que diferencia um grande homem, uma grande mulher, alguém realmente de estatura de uma criança birrenta, de alguém que não merece respeito, é o cumprimento da palavra.

Pois bem, o Presidente Bolsonaro cumpriu o que prometeu e encaminhou aqui para o Congresso Nacional não apenas um texto, mas um conjunto de projetos que buscam corrigir os caminhos da nossa Previdência. Primeiro foi a Medida Provisória nº 871, e ela veio no dia 18 de janeiro. Para quê? Para combater fraudes. Depois veio a PEC, a PEC da Previdência, que propõe toda uma modificação no sistema previdenciário. E agora, dentro do prazo garantido, chegou hoje aqui a esta Casa o projeto de lei que traz as mudanças ao sistema de proteção social dos militares, das Forças Armadas. E ainda teremos um projeto de lei que vai trazer novas regras para atacar os devedores contumazes, aqueles que acumulam dívidas gigantes e nunca pagam, que são os famosos caloteiros da Previdência.

Nós vamos enfrentar todas essas frentes. Vamos fechar todos esses flancos. A Previdência atual, senhores e senhoras, não oferece nada além de ilusão. É pura ilusão, pois não há garantia nenhuma de que haverá dinheiro, no futuro, para pagar aqueles que deveriam ser beneficiados. Hoje, o Estado como um todo, considerando o setor público, inclusive, não consegue responder às demandas da sociedade. Não há como. São demandas que deveriam ser cumpridas



pelo próprio Estado. De que demandas eu estou falando? Saúde, educação, segurança, geração de emprego.

A retomada do crescimento do nosso País só vai acontecer com a aprovação da nova Previdência, que, em sua essência, apresenta mudanças rumo a um País mais justo, a um País igualitário. Essa proposta chega não somente com o propósito de equilibrar as contas, não. A nossa nova Previdência tem um sistema previdenciário justo e igualitário para todos. Ricos vão se aposentar com a mesma idade dos mais pobres. A verdade é que, na prática, os mais ricos se aposentam muito mais cedo e recebem aposentadorias lá em cima, muito melhores. Vamos acabar com isso! Vamos acabar com os privilégios! Vamos acabar com os tratamentos diferenciados! As mudanças vão fazer com que ricos e pobres, funcionários públicos ou da iniciativa privada - todos - cumpram as mesmas regras.

Isso é um sonho para um País que pretende ser gigante. É um sonho que nós, aqui do Congresso Nacional, vamos transformar em realidade junto com este Governo.

É bem verdade que o Congresso vai deixar a sua digital no texto da nova Previdência? Claro que sim! É bem verdade! É da democracia, é direito de todos nós Parlamentares colocarmos a colher nessa discussão. Na discussão da Previdência, Parlamentar mete, sim, a colher. Mas também é nossa responsabilidade sabermos que não podemos mexer na espinha dorsal da economia de 1 trilhão de reais - 1 trilhão - em 10 anos. E assim vamos pavimentar um grande caminho, uma ponte sólida rumo a um futuro decente para o País que eu quero, para um País gigante, para um País com emprego, para um País respeitado lá fora, e os investidores farão fila para colocar dinheiro aqui, para gerar o crescimento desta grande Nação!

Eu conto com todos os senhores, porque eu sei que até mesmo Parlamentares hoje da Oposição passam a entender a responsabilidade que têm com este País. Tenho conversado com os Parlamentares de partidos da Oposição, um a um, porque a nova Previdência é o único assunto que talvez possa unir Situação e Oposição e aqueles que querem ficar isentos, nem para um lado, nem para o outro. Teremos pautas inúmeras para divergir aqui dentro, pautas de costumes e tantas outras, sobre as quais iremos, sim, para um embate pesado. Mas essa pauta é uma pauta de responsabilidade com o País.

Se nós queremos um Brasil justo de fato; se nós queremos um País justo de fato, todos nós temos que trabalhar para isso. E isso começa com a aprovação da nova Previdência.

Por favor, insira meu pronunciamento nos meios de comunicação da

Casa.

Muito obrigada, Presidente.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA JOICE HASSELMANN.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente Bolsonaro cumpriu o que prometeu e encaminhou para o Congresso não apenas um texto, mas um conjunto de projetos que buscam corrigir os caminhos da nossa Previdência. Primeiro foi a Medida Provisória nº 871, de 18 de janeiro, que trata de combater fraudes. Depois foi a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 20 de janeiro, que propõe modificações no sistema previdenciário. Agora, dentro do prazo garantido pelo Secretário Especial de Previdência e Trabalho, está chegando ao Congresso o projeto de lei que traz mudanças ao sistema de proteção social dos militares das Forças Armadas. E ainda teremos o projeto de lei que vai trazer novas regras para atacar os devedores contumazes da Previdência, gente que acumula dívidas gigantes e nunca paga/caloteiros.

A Previdência atual oferece nada além de ilusão, pois não há garantia nenhuma de que haverá dinheiro em caixa no futuro para pagar as aposentadorias.

Hoje o Estado, como um todo, considerando todo o setor público, não consegue responder às demandas da sociedade por demandas que deveriam ser cumpridas pelo próprio Estado. Ou seja, a população fica sem saúde, educação, segurança e empregos. A retomada só vai acontecer com a Nova Previdência, que em sua essência apresenta mudanças rumo a um País mais justo, mais igualitário.

Mas a proposta da Nova Previdência chega não somente com o propósito de equilibrar contas. Com a Nova Previdência será criado um sistema previdenciário justo e igualitário. Ricos vão se aposentar com a mesma idade que os mais pobres: as mulheres aos 62 anos, e homens, aos 65 anos. A verdade é que, na prática, os mais ricos se aposentam mais cedo e recebem aposentadorias melhores. Vamos acabar com isso. Todos vão ter de cumprir uma idade mínima para pedir aposentadoria e também um tempo mínimo de contribuição. É preciso acabar com privilégios, com tratamentos diferenciados.

As mudanças vão fazer que ricos e pobres, sejam funcionários públicos e privados, cumpram as mesmas regras. Temos, sim, de acabar com



os privilégios. Quem reclama da proposta da Nova Previdência não é o brasileiro médio, que já trabalha muito e por bastante tempo. Quem se mostra contra a Nova Previdência são pequenos grupos que não querem perder seus privilégios.

Quem se posiciona contra a Nova Previdência olha apenas para o Brasil de hoje, com tantos desajustes. Quem se posiciona contra a Nova Previdência não olha para o Brasil do futuro que estamos começando a construir. Hoje falta trabalho para brasileiros de todas as idades. A Nova Previdência vai trazer de volta o crescimento econômico, os empregos; vão melhorar as contas públicas e permitir que o Governo invista no que tem de investir. É com esse cenário que trabalhamos: um País mais justo, com uma economia saudável, gerando mais riqueza e mais oportunidades de trabalho para todos os brasileiros.

Já passou da hora de o Brasil ter um sistema previdenciário mais justo. Quem ganha mais pagará mais, e quem ganha menos pagará menos. Por isso é que a medida provisória enviada ao Congresso há um mês propõe alíquotas progressivas, que crescem conforme aumenta a faixa salarial. É a forma de combater injustiças em um País que tem tantas desigualdades.

A Nova Previdência vai valer para todos, sejam funcionários do setor privado, servidores públicos, políticos ou militares.

A hora de mudar a Previdência para melhor é agora. O Brasil, como um todo, fez um pacto pelas mudanças, pela construção de um País melhor, pela retomada da esperança. Os Deputados e Senadores que estão chegando ao Congresso fazem parte desse mesmo sentimento. O Executivo fez sua parte: encaminhou todas as propostas que integram a Nova Previdência, mostrou contas, projeções. Dentro de um processo democrático, todas as sugestões foram encaminhadas para este Congresso para que nós, dentro de um debate amplo, diante de plena possibilidade de ajustes e melhorias nas propostas, façamos a nossa parte na construção da Nova Previdência. Agora é a nossa vez de entrar em campo e fazer a nossa parte para garantir um Brasil melhor lá no futuro. A única certeza é: não há mais tempo para esperar. Não há como fazer de conta que está tudo bem. Agora a responsabilidade é nossa. Só nossa. De mais ninguém.

Sumário

Queda da popularidade do Presidente Jair Bolsonaro. Posicionamento do orador contrário à proposta governamental de reforma previdenciária. Críticas à postura do Chefe do Poder Executivo Federal durante viagem aos Estados Unidos da América. Comparecimento de Ministros de Estado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para esclarecimento sobre ações do Governo Federal.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V.Exa., cumprimentar as Sras. e Srs. Parlamentares.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, primeiro, para registrar a maior queda na avaliação de um Presidente da República nos primeiros 3 meses de mandato desde a redemocratização do País. Nunca houve, neste tempo desde a redemocratização, queda igual à queda na aprovação do atual Presidente da República - Presidente que, em 2 meses, de janeiro para março, caiu na sua avaliação de ótimo e bom de 49%, para 34%. Perdeu 15%, perdeu praticamente um terço dos seus apoiadores, em 2 meses. Mais do que isso, aqueles que declaram confiar no Governo caíram de 62% para 49%. Portanto, menos da metade dos entrevistados confiam no Governo que acabou de começar.

E as razões para isso são várias. Primeiro, trata-se de um Governo que trouxe uma proposta de reforma da Previdência - reforma da Previdência! Não é nova Previdência, é reforma da Previdência. O Governo tem que usar o nome certo para as coisas certas. Não precisa ficar inventando nomes. A reforma da Previdência é uma reforma cujos números ninguém conhece.

O Ministro da Fazenda disse que vai economizar 1 trilhão de reais. Nós da Oposição temos convicção de que 70% a 80% dessa economia será feita com o sacrifício dos trabalhadores e trabalhadoras do regime geral.

E é mentira dizer que ela foca nos privilegiados. É uma reforma que mira nos trabalhadores e nas trabalhadoras do Brasil.

E esse mesmo Presidente se elegeu criticando a proposta de reforma anterior. Hoje, aqui na Casa, veio dizer que se arrepende, mas ele foi eleito dizendo outra coisa para a população brasileira. O mesmo Presidente se colocou de joelhos diante do Presidente norte-americano.

Não é assim que o Brasil vai ser respeitado no exterior, com um Presidente que se comporta como um bajulador, como alguém que vai mendigar a generosidade da grande potência. Os outros países só respeitam países que se colocam com altivez. Só se respeita quem se dá ao respeito.

E a postura do Presidente nos Estados Unidos foi uma postura que humilhou todos nós, que fez com que os brasileiros se sentissem menores, porque ele não se orgulha de quem é, da sua origem, do seu povo, de quem representa.

Nós da Oposição nos orgulhamos do Brasil e não vamos aceitar que se empurre goela abaixo do Parlamento uma reforma da Previdência cujos números são ocultos.

Sr. Presidente, nós conquistamos uma grande vitória na data de hoje. A Oposição conquistou, na Comissão de Constituição e Justiça, o compromisso de que o Ministro da Fazenda virá na terça-feira que vem, para nos dar esclarecimentos. É isto que cabe a ele fazer: prestar esclarecimentos. Ele terá que vir a esta Casa. E vai ficar claro para a população brasileira que é economia em cima dos mais pobres, dos que mais trabalham e dos que menos ganham.

Além disso, nós da Oposição conquistamos também a vinda do Ministro das Relações Exteriores na quarta-feira que vem, a vinda do Ministro da Educação na quarta-feira que vem, a vinda da Ministra da Agricultura na semana seguinte, e na outra semana a vinda do Ministro do Meio Ambiente. Todos têm que dar explicações aqui na Casa, porque têm feito barbaridades.

E não é por outra razão que o Governo está caindo. A população brasileira está começando a descobrir que foi enganada.

Presidente, quanto mais isso ficar claro, mais os índices cairão.

Nós da Oposição vamos oferecer alternativas e saídas para o Brasil e denunciar aquilo que é engodo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 318/370

35.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/03/2019-18:28
Publ.: DCD - 3/21/2019 -	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO



Sumário

Razões da queda da popularidade do Presidente Jair Bolsonaro. Subserviência do Governo brasileiro aos ditames norte-americanos. Críticas à proposta de reforma previdenciária. Protesto contra eventual instalação de base militar estrangeira no território nacional.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, depois da desastrosa viagem de Bolsonaro aos Estados Unidos, com subjugamento, com ajoelamento, com complexo de vira-lata, com a entrega que fez lá, hoje sai a primeira pesquisa realmente pesada. Ele desabou 15% na popularidade em menos de 3 meses - 15%!

Este é o Governo dos ricos. Este é o Governo do preconceito. Este é o Governo do retrocesso. Este é o Governo do atraso.

O povo brasileiro já começou a fazer as contas e a observar melhor o que representa essa política de intolerância e ódio, esse desvio de foco na construção de um projeto de nação para o nosso País.

E, cinicamente, ele vem novamente à Câmara dos Deputados para entregar agora só o projeto dos militares, ou seja, ele quis dizer que cumpriu o prazo para começar a tramitar a reforma.

Sabe quanto se vai economizar com os militares, que têm hoje um déficit de 40 bilhões de reais? Um bilhão de reais ao ano! Sabe quanto os trabalhadores do Regime Geral da Previdência vão bancar do 1 trilhão de reais que o Paulo Guedes quer tirar? Oitocentos e cinquenta bilhões de reais, ou seja, mais de 85 bilhões de reais dos pobres, dos excluídos, do Regime Geral, da maioria que ganha até 1, 2 ou 3 salários mínimos no nosso País!

Na verdade, nós estamos vivendo um momento de obscurantismo total! Esse Presidente da República quer entregar a Base de Alcântara! Esse Presidente da República, como disse o editorial de um jornal conservador hoje, que tachou a sua visita à CIA como uma visita a Disneylândia: foi sem agenda para nada, para talvez tramar uma invasão da Venezuela com Trump, para ceder o território brasileiro...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA (Bloco/PSD - SP) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Faria. Bloco/PSD - RN) - Eu peço que

V.Exa. conclua, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Ceder o território nacional para base operacional militar é o maior crime contra a paz que se pode cometer aqui na América Latina.

E mais, Sr. Presidente, sinceramente, um Governo que tem como Ministro das Relações Exteriores o filho do Presidente da República, que aparece sentadinho ali ao lado do Trump, que se reúne com Steve Bannon, o líder da extrema-direita mundial - que foi expulso até da Casa Branca, diga-se de passagem -, e que causa chilikos ao alucinado Ministro das Relações Exteriores do Brasil, da mesma turma do Olavo de Carvalho... Um Governo que tem um guru chamado Olavo de Carvalho não precisa...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 319/370

35.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/03/2019-18:48
Publ.: DCD - 3/21/2019 -	ALIEL MACHADO-PSB -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa da realização de amplo debate sobre a privatização de empresas estatais e a abertura do setor aéreo ao capital estrangeiro. Inexatidão de declarações da Liderança do Governo a respeito da reforma previdenciária.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Vejam bem, nós falamos que temos que entregar as empresas públicas; aí, vêm as estatais de fora e pegam nossas empresas, ganham as licitações. Foi assim com o petróleo e está sendo assim agora com os aeroportos. Alguns aeroportos, inclusive, foi uma estatal espanhola que comprou, ou seja, essa empresa pública está se valorizando, e nós estamos entregando as nossas. Nós temos que discutir isso. Somos a favor de promover a concorrência, melhorar o preço das passagens, mas não entregando o ouro brasileiro.

Mas eu quero falar aqui da reforma da Previdência e das mentiras que a Liderança do Governo foi falar na tribuna. Sras. e Srs. Parlamentares,

leiam a reforma, leiam a última página, na qual o Governo - vou repetir, o Governo - diz que, do 1 trilhão de reais que eles pretendem economizar, 900 bilhões de reais são do Regime Geral de Previdência e do PIS, ou seja, de quem ganha até dois salários mínimos. Parem de mentir!

Documento 320/370

35.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/03/2019-18:52
Publ.: DCD - 3/21/2019 - CHIQUINHO BRAZÃO-AVANTE -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Relevância do projeto de lei sobre a abertura do setor aéreo ao capital estrangeiro. Posicionamento do orador acerca da reforma previdenciária.

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (Bloco/AVANTE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ser contra um projeto de grande importância como este, um projeto relevante para o Rio de Janeiro, para o Brasil todo, que pode atrair o capital estrangeiro, atrair novos investimentos, é, sem dúvida alguma, falta de informação. Na verdade, essas pessoas nunca assinaram uma carteira, não sabem a importância disso para o Brasil. O empresário não pode ser marginalizado, Presidente, como acontece muito, principalmente nesta Casa.

Outro ponto muito importante é que nós temos que nos debruçar inteiramente sobre a reforma da Previdência. Não podemos aqui punir aqueles que mais se prepararam, aqueles que muitas vezes não dormiram de madrugada, aquelas famílias que mais investiram nas universidades - é caro se preparar em qualquer parte do mundo, principalmente aqui no Brasil. E eles vão receber uma punição, que é essa reforma da forma como está. Nós não podemos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 321/370

35.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 20/03/2019-18:56
Publ.: DCD - 3/21/2019 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER



Sumário

Contrariedade à aprovação da proposta de reforma previdenciária, encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, me honra muito ocupar a tribuna na condição de Vice-Líder da Minoria para dizer da nossa contrariedade à proposta de reforma da Previdência apresentada pelo Presidente Bolsonaro.

Essa proposta é uma cópia piorada daquela apresentada pelo Presidente Temer, a qual foi debatida nesta Casa, na Comissão Especial e aqui no Plenário, e nem os Deputados do próprio Governo à época conseguiram lhe emprestar apoio.

O debate foi para as ruas, onde a proposta sucumbiu também, tanto é que o seu representante, o Ministro Meirelles, então Ministro da Previdência, foi candidato a Presidente da República defendendo-a nas ruas e obteve 1% dos votos do País. A proposta foi enterrada, foi lá para as catacumbas. Mas, pasmem, o Presidente Bolsonaro, que era contra a proposta, que discursou contra ela, que falou mal da proposta e que se elegeu com esse discurso, veio para cá, copiou a proposta, colocou nela uma porção de maldade e a reapresentou nesta Casa.

A Deputada Joice pede responsabilidade à Oposição. Nós temos responsabilidade. Nós éramos contra a proposta do Temer e continuamos contra a proposta do Bolsonaro. Quem mudou foram eles, como galo de chaminé, que vira para o lado para o qual o vento assopra. Eles vão virando de lado conforme o vento. Nós temos postura.

Essa proposta é ruim para o Brasil, é ruim para a Previdência, é ruim para os previdenciários, é ruim para todos, porque ela exagera. É preciso haver uma idade mínima para se aposentar? Sim. Mas a idade mínima não pode ser a máxima, o piso não pode ser o teto. Aposentadoria aos 65 anos de idade é aposentadoria pela hora da morte. Depois que o cidadão morre, depois do velório do morto, quando vão enterrar o corpo do falecido, vai chegar o agente do INSS dizendo: "*Segura o corpo do morto, porque chegou a aposentadoria*". Dizem que Justiça tarda, mas não falha. Nessa hora ela terá falhado, porque terá chegado tarde demais.

Então, esse projeto não é bom para o Brasil: ele tira do idoso pobre, que hoje tem direito a uma pensão aos 65 anos e vai passar a ter direito a ela aos 70 anos e, nesses 5 anos, vai morrer; tira do viúvo e



da viúva; tira do deficiente; tira da mulher agricultora - não adianta mandar flores para a mulher agricultora no Dia da Mulher e, depois, mandar-lhe uma coroa de flores, porque ela vai morrer trabalhando; tira do professor, da professora.

Ora, todos esses que eu citei, Deputada Joice, ganham salário mínimo. O problema da Previdência não é o salário mínimo; o problema da Previdência é a má gestão, é a DRU, são os devedores que não pagam, são os inadimplentes, são os sonegadores. Vamos enfrentá-los! Chamem-nos a essa responsabilidade que nós lutaremos juntos.

Querem fazer economia na Previdência tirando dos que têm direito ao BPC, tirando do idoso pobre, da viúva e do viúvo, tirando do Regime Geral de Previdência Social, tirando do pobre - não com o nosso voto, não com o nosso apoio, não sem a nossa crítica!

Documento 322/370

35.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/03/2019-19:00
Publ.: DCD - 3/21/2019 -	AFONSO FLORENCE-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Impopularidade do Presidente Jair Bolsonaro. Repúdio à proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de pedir a transcrição do meu pronunciamento nos Anais da Casa e sua divulgação no programa *A Voz do Brasil*.

O Presidente Bolsonaro bate todos os recordes de impopularidade nos primeiros meses de Governo. Isso se dá porque o povo brasileiro já entendeu que a proposta de reforma da Previdência pode ser resumida como privatização da Previdência.

A proposta acaba com a aposentadoria e cria, com o regime de capitalização, a previdência privada, para banqueiro ganhar dinheiro. Ela acaba com a previdência rural, acaba com a aposentadoria das mulheres, acaba com a aposentadoria de docentes.

Bolsonaro será, muito em breve, o mais impopular Presidente da história do Brasil, e o povo brasileiro organizará a maior greve geral. Vamos derrotar a reforma da Previdência. Vamos derrotar o Governo

Bolsonaro!

Obrigado.

Documento 323/370

35.2019	Sessão Ordinária - CD	Deliberativa	20/03/2019-19:16
Publ.: DCD 3/21/2019 -	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Comprovação do descumprimento da palavra pelo Presidente Jair Bolsonaro, com relação à reforma da Previdência Social.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, alguns desses destaques minimizam efeitos que são negativos e outros pioram ainda mais a proposta. A Deputada Joice subiu àquela tribuna - e falo com todo o respeito - para dizer que tinha muita honra de fazer parte de um Governo de palavra. E disse também que se sentia honrada de estar do lado de um homem de palavra.

Então, eu queria apresentar um áudio para que pudéssemos ouvir a palavra do Sr. Presidente da República.

(Reprodução de áudio.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Deputado, desculpe-me. É para V.Exa. falar, não para colocar gravação. V.Exa. me desculpe. Se V.Exa. quiser falar, tem o microfone; senão, não o tem.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Eu retomo aqui minha fala, Sr. Presidente, entendendo que V.Exa. fica muito irritado quando colocamos a palavra do Sr. Jair Bolsonaro dizendo que é uma verdadeira covardia que se tenha uma expectativa de vida de 65 anos - em algumas regiões brasileiras, de 67 anos - e propondo também uma idade mínima de 65 anos na reforma da Previdência. Como articulador dessa proposta no Congresso, eu entendo a sua irritação.

Mas esse Presidente da República, o qual a Deputada Joice disse ser também um homem de palavra, no dia 6 de setembro de 2001, manifestou o seguinte:

Dos mais de trinta Parlamentares, nenhum foi favorável à convalidação desse acordo pela nossa Comissão, e o Sr. Geraldo Quintão sustentou o tempo todo a posição, própria do seu Governo e do governo americano, de que deveríamos abrir mão de parte da nossa soberania para ganharmos alguns milhões de dólares por ano, não alugando o Centro de Lançamento de Alcântara, mas, na verdade, alienando-o.

(...)

Sr. Presidente, ontem, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, ocorreu um episódio que considero o mais vergonhoso que já houve nesta Casa.

Sabem quem disse isso sobre a entrega da Base de Alcântara, Deputada Áurea Carolina? O Sr. Jair Bolsonaro.

Por favor, perdoem-me, mas a última coisa que este Governo tem é palavra.

Documento 324/370

35.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/03/2019-19:52
Publ.: DCD - 3/21/2019	VINICIUS CARVALHO-PRB -SP	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Correção de distorções e injustiças na proposta governamental de reforma previdenciária, em especial no tocante à exclusão das guardas municipais do regime especial de aposentadoria.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros



telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, é grande a expectativa de todos os brasileiros em torno da reforma da Previdência. A previsão é que a votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC aconteça na primeira semana de abril, mas isto se o texto que trata da aposentadoria dos militares for entregue a esta Casa, nos próximos dias. Depois de ser analisado pela CCJC, o projeto ainda será encaminhado a uma comissão especial, que debaterá o conteúdo, antes de ser votado no Plenário.

Enquanto isso, Parlamentares comprometidos com a razoabilidade analisam as propostas, de forma a impedir excessos ou desproporcionalidades. Consideramos a reforma necessária, sob o risco de falência da Previdência, mas não podemos fechar os olhos e aprovar todos os pontos, sem uma discussão prévia, sem tomar ciência do quanto as medidas afetarão o trabalhador.

Não concordamos, por exemplo, que a reforma venha a punir os mais jovens e mais pobres, ou que as desigualdades sociais não tenham sido levadas em conta, na preparação do texto. Observamos que os brasileiros pobres geralmente começam a trabalhar mais cedo e, com a reforma da Previdência, terão de contribuir muito mais anos ao INSS do que o mínimo necessário para ter o direito de se aposentar. O tempo de contribuição exigido pela reforma é de 40 anos para se ter o direito a 100% de aposentadoria, e a idade mínima é de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens.

Analisemos, então. Uma pessoa de menor poder aquisitivo que começar a trabalhar aos 14 anos como jovem aprendiz terá de contribuir 48 anos, sendo mulher, ou 51 anos, sendo homem, para atingir a idade mínima de aposentadoria. Já alguém de classe média que comece a vida profissional aos 25 anos terá de trabalhar menos: 37 anos, sendo mulher, ou 40 anos, sendo homem, para atingir a idade mínima. Assim, os pobres podem ter de contribuir por até 11 anos ou quase 30% a mais que a classe média.

Outro ponto que merece atenção especial é a não inclusão das Guardas Municipais Metropolitanas nas regras de aposentadoria especial dos policiais. A reforma da Previdência proposta pelo Governo Bolsonaro prevê que policiais civis, federais e agentes penitenciários e socioeducativos, tanto homens como mulheres, aposentem-se com 55 anos de idade. Os agentes e policiais masculinos precisarão ter 30 anos de contribuição, contra 25 anos para as mulheres.

Não se trata de defender por defender a inclusão dos guardas municipais na aposentadoria especial dos policiais, mas de analisar todo um trabalho voltado para a segurança pública. Em 2018, por exemplo, a Guarda Municipal de São Paulo registrou 41 mil ocorrências, não sendo contabilizadas as de ordem social, incluindo a



Cracolândia, que, além de ser um trabalho de alto risco à integridade física, também é um local com grau elevado de insalubridade, a que os policiais da GCM estão expostos cotidianamente. Em Curitiba, foram 24 mil atendimentos, no ano passado.

Podemos concluir que não há motivos fáticos para excluir as Guardas Municipais das regras da aposentadoria especial, pois não há diferença na atuação contra a criminalidade feita por um guarda municipal ou qualquer outro agente de segurança pública.

Estamos, portanto, comprometidos a corrigir distorções ou injustiças impostas a quem quer que seja. Todos nós sabemos que a reforma da Previdência vai exigir sacrifícios, mas as novas regras não podem ser injustas, muito menos desumanas.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 325/370

37.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/03/2019- CD 11:24
Publ.: DCD - 3/22/2019 - LUIZ LIMA-PSL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Elogio ao Deputado Marcel Van Hattem. Associação dos Parlamentares do PSL aos ideais do partido NOVO. Transcurso do 64º aniversário natalício do Presidente Jair Bolsonaro. Importância para o turismo brasileiro da aprovação, pela Casa, da proposta de abertura de capital estrangeiro para as empresas aéreas. Relevância para a economia do País da eliminação da exigência do visto para entrada de cidadãos dos Estados Unidos da América, Canadá, Japão e Austrália. Posicionamento do orador favorável à aprovação da proposta governamental de reforma previdenciária. Solicitação aos governantes de recuperação da BR-493, entre os Municípios de Manilha e Magé, e da RJ-160, entre os Municípios de Cantagalo e Carmo, no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ LIMA (Bloco/PSL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcel, é uma honra ser presidido por V.Exa. Muito me orgulha ter V.Exa. na cadeira principal desta Casa, um jovem Deputado que veio a somar muito neste Congresso Nacional. Faço votos de que, nos próximos 4 anos, V.Exa. consiga implementar todas as suas ideias para um País melhor, mais justo e que flua, assim como os países do Primeiro Mundo fluíram. As ideias do Partido Novo são



muito admiradas por este Parlamentar do PSL.

Deputado Marcel, quero desejar felicidades ao Presidente Bolsonaro, que hoje completa 64 anos de idade, um Presidente que passou por vários obstáculos, esteve nesta Casa durante muitos anos e hoje é o líder máximo da nossa Federação.

Gostaria de destacar que ontem foi aprovado projeto muito positivo na Casa para o turismo no nosso País, relativo às companhias aéreas. Graças a Deus, o entendimento desta Casa foi favorável ao empreendedorismo, ao livre mercado, à competição, à melhoria da qualidade dos serviços. A abertura de capital das companhias aéreas, com a possibilidade de 100% do investimento ser feito por estrangeiros, é benéfica para todo o País.

Hoje, o mundo está cada vez mais próximo, e é muito importante que, neste plenário, possamos quebrar barreiras de pensamentos de 60, 50, 40 anos atrás e que não cabem mais no desenvolvimento econômico de nenhum país.

A eliminação da exigência de visto para cidadãos de países como Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália, que viajam muito pelo mundo, também tira um empecilho ao crescimento da nossa economia, do nosso turismo e de outros serviços no nosso País. Isso vai acelerar o aumento da qualidade dos serviços. Há Parlamentares aqui que precisam voar de madrugada, assim como há cidadãos brasileiros que precisam voar de madrugada, e para destinos hoje com preços muito mais altos do que os praticados para as mesmas distâncias na Europa. A abertura do mercado vai facilitar muito a execução desse serviço.

Ontem mesmo fiz aqui uma reflexão entre Parlamentares, e mesmo aqueles que são contra essa medida, no fundo, no fundo, têm certeza de que estão pagando muito caro pelo serviço de transporte aéreo. Temos observado a quantidade de voos partindo com atraso de qualquer Município. Isso acontece porque hoje poucas empresas detêm um mercado em larga expansão, em um País com 208 milhões de habitantes.

Tivemos também nesta Casa ontem a possibilidade de nos lembrar da reforma da Previdência mais uma vez. Aliás, houve aqui uma solenidade há pouco, em relação aos advogados públicos - e me desculpem a crítica -, mas pareceu mais uma reunião contra a reforma da Previdência.

Vamos nos espelhar nos países de sucesso. Vamos entender que é possível, sim, e é necessária, sim, a reforma da Previdência. É necessário que os Deputados que são contra a reforma entendam que os brasileiros estão vivendo mais. Vamos nos espelhar nos países do

Primeiro Mundo, cuja aposentadoria hoje se dá aos 62, 65, 67 anos. Por que cidadãos do Japão, Canadá, Austrália, Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Suíça se aposentam mais tarde do que o brasileiro?

Hoje a expectativa de qualquer cidadão brasileiro que chega aos 60 anos é viver 19 anos a mais, se for do sexo masculino, e de 19 a 21 anos a mais, se for do sexo feminino. Portanto, vamos fazer uma política pública com responsabilidade neste País, porque se se mantiver o direito de receber aposentadora mais cedo, não vai haver garantia de pagamento pelo Estado. Vários Estados estão com sérias dificuldades de pagar o funcionalismo público.

Quero também chamar a atenção para a situação das rodovias federais, as BRs, e das estaduais, as RJs, no caso do meu Estado, o Rio de Janeiro. Presidente Marcel, a BR-493, que liga as cidades de Manilha e Magé está completamente abandonada pelo Governo Federal, e a RJ-160, que liga as cidades de Cantagalo e Carmo, também totalmente abandonada.

Lembro ao Governador Wilson Witzel, que, entre os 92 Municípios do Estado do Rio que o elegeram, os da Região Serrana destinaram 70% dos votos a ele.

A cidade do Rio de Janeiro vive o momento mais difícil da sua história.

E eu diria que o Rio de Janeiro só vai ser socorrido quando o Brasil melhorar e o interior do Estado resgatar o Município e sua Capital. Mas para isso precisamos de infraestrutura, precisamos que as estradas possibilitem a evacuação da produção econômica do Estado. Infelizmente, a nossa malha rodoviária no interior do Estado, tanto as BRs como as RJs, estão muito deficitárias.

Presidente Marcel Van Hattem, muito obrigado. Desejo a V.Exa. muito sucesso e que tenhamos uma bela sessão no dia de hoje.

Documento 326/370

37.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária -21/03/2019- CD	11:32
Publ.: DCD - 3/22/2019 - CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO-AVANTE -BA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Maior atenção para com os profissionais da segurança pública e populações



carentes no processo de reforma previdenciária.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Bíblia diz, no Salmo 91: "*Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo, à sombra do Onipotente descansará. Direi do Senhor: Ele é o meu Deus, o meu refúgio, a minha fortaleza, e nele confiarei*".

Falo isso para dizer que a reforma da Previdência, para sair e servir ao povo brasileiro, precisa ser feita com justiça, envolvendo todo mundo, como temos dito nesta Casa. Tem de entrar político, tem de entrar todo mundo! Não dá para fazer separação. Mas, como enviaram à Casa um projeto que beneficia os militares, que são importantes para a nossa Nação, quero dizer que não podem esquecer os profissionais de segurança, que vivem em guerra. O pessoal das Forças Armadas está aguardando a guerra, mas está em paz. As Polícias Federal, Civis e Militares e as Guardas Municipais vivem em guerra periodicamente, e seus integrantes, às vezes, nem retornam a suas casas. Então, não é justo. É necessário fazer uma reforma que não prejudique o povo brasileiro, sobretudo os mais carentes.

Muito obrigado.

Documento 327/370

37.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/03/2019- CD	11:36
Publ.: DCD - 3/22/2019 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 773-B, de 2017, sobre a aprovação do texto do Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quioto Revisada), celebrada em 18 de maio de 1973 e emendada em 26 de junho de 1999. Prisão do ex-Presidente Michel Temer. Expectativa de rejeição pela Câmara dos Deputados da proposta governista de reforma previdenciária. Necessidade de posicionamento pela Casa sobre indícios do envolvimento do Presidente da República com milicianos.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Somos favoráveis a este acordo, que em verdade é a renovação do Protocolo de Kyoto. Nós somos o único país do BRICS que ainda não fez a renovação desse acordo, que trabalha pela simplificação aduaneira.

Portanto, nós estamos absolutamente de acordo.

Temos a convicção de que lutamos muito nesta Casa para que este Parlamento autorizasse o processo de investigação contra Padilha, Moreira Franco e Michel Temer, mas esta Casa negou. Por duas vezes esta Casa negou a abertura do processo de investigação. Agora, nós temos a prisão de Moreira Franco, a prisão de Temer e se está procurando Padilha.

Esta Casa, que aplaudiu a prisão de Lula sem provas e sem crime - alguém tem que me dizer qual foi o crime que Lula cometeu; não cometeu crime algum, e está preso -, jogou o manto da impunidade sobre Temer, sobre Padilha e sobre Moreira Franco. E esta Casa tem aplaudido aqueles que têm envolvimento com milícia e estão no Palácio do Planalto. Ela tem aplaudido inclusive o mutismo de Sergio Moro acerca do Queiroz, acerca de constatações de falsidade ideológica e de desvio de recursos que estão absolutamente evidentes. Esta Casa tem aplaudido isso, como aplaudiu o ocorrido ontem, quando impediu que nós assegurássemos os empregos de brasileiros e brasileiras aeroviários terceirizados que estão cumprindo essa função. Se vier a ser aprovada a entrega das empresas aéreas para o capital internacional, esses funcionários estarão sob a mira da demissão.

Espero que esta Casa não aplauda uma reforma que não vai atingir nenhum privilegiado. Mais de 700 bilhões de reais do 1 trilhão de reais que serão supostamente economizados virão das aposentadorias de trabalhadores e trabalhadoras do Regime Geral e de aposentadorias rurais. Mais de 180 bilhões de reais virão de onde? Virão das condições absolutamente cruéis que serão impostas aos idosos em extrema pobreza. E, ao mesmo tempo, haverá a retirada do abono salarial para quem ganha entre um e dois salários mínimos.

Portanto, chega de apoiar privilegiados, chega de apoiar e se calar frente aos indícios do envolvimento do Palácio do Planalto com milícias e com tantas falcatruas.

Documento 328/370

37.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/03/2019-
	CD	11:44
Publ.: DCD - 3/22/2019 -	CORONEL CHRISÓSTOMO-PSL -RO	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Esclarecimento sobre a reforma previdenciária dos militares das Forças

Armadas brasileiras.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PSL - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu aproveito este minuto para dizer algo importante para os Srs. e as Sras. Parlamentares: em 2001, os militares tinham um sistema de previdência e, no dia seguinte, acordaram com outro, porque foi realizada uma reforma administrativa no sistema de previdência dos militares das Forças Armadas. Houve grandes perdas, mas ninguém toca nesse assunto.

Agora, novamente, os militares das Forças Armadas darão a sua contribuição ao Brasil. Mas não se esqueçam disto: em 2001, já houve reforma na previdência dos militares.

Obrigado.

Documento 329/370

37.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/03/2019- CD	11:52
Publ.: DCD - 3/22/2019 -	TADEU ALENCAR-PSB -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento da Liderança do PSB a respeito de tópicos da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Marcel Van Hattem.

Eu quero saudar todos os Deputados e Deputadas e o povo brasileiro que nos acompanha.

A ordem do dia no Brasil é o debate sobre a reforma da Previdência. O PSB não questiona a necessidade de ajustes na Previdência, mas quer lembrar aqui que já foram feitos ajustes ao longo dos últimos anos.

A Emenda Constitucional nº 20, de 1998, no Governo Fernando Henrique Cardoso, promoveu ajustes. A Emenda Constitucional nº 41, de 2003, no Governo Lula, promoveu ajustes severos no Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos. Essa é uma matéria em que, em todos os países, são feitos ajustes. Há mudanças



na taxa de natalidade, na expectativa de vida da população, mudanças etárias importantes que certamente afetam o sistema de previdência. Por isso, ajustes periódicos são necessários, às vezes de maneira mais profunda. Quando não são feitos ajustes periódicos, há necessidade de ajuste mais profundo.

No entanto, o que se quer aqui analisar é a conformação da proposta feita pelo Governo Bolsonaro sob dois pressupostos. O primeiro é o do combate aos privilégios; o segundo, o da busca por justiça fiscal e tributária que possa dar, a cada segmento, segundo sua capacidade contributiva, responsabilidade pela Previdência no Brasil.

Quando examinamos a proposta, caro Deputado Paulo Teixeira, cada vez que aprofundamos a nossa reflexão sobre este assunto, vemos que é uma proposta que está longe de combater privilégios. Estamos absolutamente à vontade para jogar um farol sobre os privilégios e combatê-los em qualquer dos Poderes, atinja o mundo privado, atinja os servidores públicos. Não temos compromisso com privilégios. Mas toda vez que aprofundamos a reflexão sobre este assunto, vemos que esta é uma proposta voltada a atingir a base da pirâmide social, os mais pobres. E não é só pelo BPC.

É claro que é uma crueldade aumentar para 70 anos aqueles em zona, como diz a proposta, de miserabilidade e que vão receber um salário mínimo. Isso é uma crueldade! Depois, para alegar antecipação dessa renda para os 60 anos, prevê pagamento de 400 reais.

Na previdência rural, aumenta o tempo mínimo de contribuição de 15 para 20 anos e a idade mínima de aposentadoria para as mulheres de 55 para 60 anos, aliás, inexplicavelmente, já que a proposta faz uma diferenciação de gênero desejável. E há muita coisa nesse sentido. É só olhar o quadro que acompanha a proposta do Governo Bolsonaro. Dos 1 trilhão e 70 bilhões de reais que estão naquela conta, 715 bilhões de reais sairão do Regime Geral de Previdência Social. No Regime Geral estão aqueles que recebem o teto de 5.800 reais. E, obviamente, essas medidas atingem aqueles que ganham muito menos do que isso. E 187 bilhões de reais sairão dos que vão sofrer com as mudanças no BPC e daqueles que antes recebiam abono salarial quando tinham renda de até dois salários mínimos, porque a renda será limitada a um salário mínimo.

Ou seja, de forma muito clara, 90% das medidas decorrentes da proposta do Governo Bolsonaro em relação à Previdência atingem os mais pobres, a base da pirâmide social.

Nós topamos fazer uma discussão sobre ajustes na Previdência. Por isso, fizemos um pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, com quem vamos conversar, terça-feira, às



14 horas, na Comissão de Constituição e Justiça. Mas nós topamos uma discussão muito mais ampla, um debate muito mais amplo, para que cada segmento social que será beneficiado por essa panaceia que é esta reforma da Previdência contribua. Queremos discutir a recuperação de créditos públicos, a tributação de lucros e dividendos, a tributação de juros sobre capital próprio, os subsídios bilionários que, só em 2017, sangraram o País sem contrapartidas em mais de 300 bilhões de reais e discutir os REFIS. Houve 35 REFIS, nos últimos 17 anos.

Enfim, o PSB se dispõe a discutir de forma honesta uma proposta que, de fato, cobre de cada segmento beneficiado por esse ajuste, segundo a sua capacidade contributiva, uma responsabilidade com a Previdência Social, que é dever de todos.

Obrigado, Presidente.

Documento 330/370

37.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/03/2019- CD	11:56
Publ.: DCD - 3/22/2019 - CÂMARA DEPUTADOS	GERVÁSIO MAIA-PSB -PB DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento do orador contrário à proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, quero mandar um forte abraço ao povo brasileiro que nos acompanha neste instante.

Ao longo dessa polêmica toda em torno da reforma da Previdência, desde que aportou a esta Casa, preciso dizer que eu me inseria no rol de milhares de brasileiros que imaginavam e acreditavam que existia um rombo na Previdência. Depois, tive a oportunidade de verificar os resultados da CPI que foi tocada pelo Senador Paim e outros, no Senado Federal, que, através de números, demonstrou que a seguridade tem tanto dinheiro que se permite aplicar renúncia fiscal para quem vende salmão e para quem vende filé *mignon* e se permite a transferência de recursos, no final de cada exercício, na ordem de até 30%. Há dinheiro sobrando.

Há pouco, falou aqui o Deputado Tadeu, Líder do PSB, que expôs,



com muita precisão, os pontos que mais nos preocupam nessa reforma, que será discutida, terça-feira, na CCJ, com a presença do Ministro Paulo Guedes e a equipe do Presidente Bolsonaro. Esse debate foi convocado pelo nosso partido exatamente para esclarecer a tal economia de 1 trilhão de reais. Pelos números levantados, desse total, 850 bilhões de reais sairão da economia dos Municípios mais pobres do Brasil. Isso vai desencadear um desequilíbrio terrível, sobretudo para a economia desses Municípios, Deputado Bira.

Sem nenhum dinheiro nesses Municípios a quebradeira vai ser gigante. Imaginem como repercutirá essa quebradeira, por exemplo, no comércio local de cada um desses Municípios.

Fala-se em retirada de privilégios com uma reforma que atinge, sobretudo, aqueles que ganham um ou pouco mais de um salário mínimo. É preciso tratar esse tema com honestidade, com seriedade. E o povo brasileiro precisa tomar conhecimento de duas coisas: primeiro, a seguridade não está quebrada; segundo, a reforma encaminhada pelo Presidente atinge os mais necessitados, aqueles que verdadeiramente necessitam do apoio da Previdência para sobreviver.

Eu me preocupo e me dirijo aos Senadores e aos Deputados que atuam no Nordeste do Brasil. Se esta Previdência for aprovada nos moldes em que ela se encontra, nós voltaremos a viver aquela época da fome, Sr. Presidente. Tenho certeza disso. Essa reforma atinge os mais humildes e atende, prioritariamente, nos seus bastidores, aos interesses dos ricos e dos banqueiros. É preciso enfrentar isso também neste debate. É preciso enfrentar isso, sim.

Por que o Governo Federal não cobra daqueles que estão se negando a pagar? Refiro-me aos grandes empresários, aos banqueiros, que devem, sem nenhum tipo de correção, quase 500 bilhões de reais à Previdência. Mas o Governo Federal também não quer falar sobre esse tema.

Vamos discutir com clareza, com seriedade. A bancada da Oposição, como a bancada do meu partido, o PSB, está vigilante, ao lado do povo brasileiro, e não vai abrir mão disso por um único instante.

Aqui se fala, Sr. Presidente, que o Presidente Bolsonaro, que tanto combateu isso, vai mobilizar esta Casa Legislativa através de emendas parlamentares. Eu quero dizer aos Prefeitos do Brasil: não aceitem essas emendas. São emendas pontuais. Se elas chegarem, será por uma única vez. Se a reforma da Previdência for aprovada, a economia dos seus Municípios, Srs. Prefeitos, será dilacerada. E aí os senhores, que já vivem aqui em Brasília de pires na mão, pedindo favores ao Governo Federal, sem a Previdência injetando dinheiro em seus Municípios, verificarão que o País voltará a uma época da qual nós não

temos saude.

Peço que esta minha fala seja inserida no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 331/370

37.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 21/03/2019-12:20	
Publ.: DCD 3/22/2019 -	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 773-B, de 2017, sobre a aprovação do texto do Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quioto Revisada), celebrada em 18 de maio de 1973 e emendada em 26 de junho de 1999. Ações consubstanciadoras do desrespeito do Governo Jair Bolsonaro para com o povo brasileiro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Somos favoráveis à revisão ou à atualização, melhor dizendo, do Protocolo de Quioto, porque ele diz respeito às condições aduaneiras. O Brasil é o único país dos BRICS que ainda não teve essa iniciativa. É importante que a tenha, até porque nós temos uma ideologização da política externa extremamente nociva para o Brasil - extremamente nociva. O Presidente da República, em pouco tempo, conseguiu criar animosidade com os maiores parceiros que o Brasil tem.

Se nós analisarmos o mercado que é estabelecido com os Estados Unidos da América e com a China, vamos ver que o mercado chinês é extremamente mais vultoso do que o que estabelecemos com os Estados Unidos. Quando fala que vai liberar as barreiras alfandegárias, para que os Estados Unidos possam vender o seu trigo no Brasil, ele faz isso em detrimento de uma relação com a Argentina. Tem que se considerar que a Argentina importa manufaturados brasileiros. Ela importa aquilo que tem valor agregado, não apenas a matéria-prima.

Portanto, eu diria que é preciso ter sensatez, o que a Presidência da República não tem. Ela não tem essa sensatez. Como é possível abrir mão da condição de país em desenvolvimento estabelecida na OMC,

que nos assegura uma série de prerrogativas, porque os Estados Unidos irão nos defender na OCDE? Como é possível? Como é possível estabelecer uma série de regalias para os Estados Unidos, sem nenhuma contrapartida? Política externa pressupõe que haja diálogos, e diálogos com altivez, mas o que vemos é um país que eles querem que seja tapete, para ser pisoteado por Donald Trump.

Aliás, esse Presidente da República, quando candidato, bateu continência para a bandeira estadunidense. O País e o Presidente da República foram à CIA! Isso não existe! E ele disse inclusive que os Estados Unidos são um dos grandes promotores da democracia nos países da América. Os Estados Unidos foram cúmplices não invisibilizados, porque hoje nós já sabemos de forma muito concreta dos golpes que foram estabelecidos em todo o Cone Sul, que assassinaram milhares de pessoas no Chile.

Nós temos mais de 400 desaparecidos no Brasil, pessoas cujas famílias a ditadura submeteu à sina de Antígona, porque não podem sepultar os seus entes queridos. É preciso que o Presidente da República tenha respeito para com este povo brasileiro.

A dengue, nesses meses, aumentou 149%. O Brasil rasteja. A inflação aumentou no mês de janeiro, penalizando de forma mais profunda a população de baixa renda, porque aumentou em função do aumento no preço dos alimentos que têm maior peso para as pessoas de baixa renda.

E quer fazer uma reforma da Previdência? Encaminha uma proposta sobre os militares que reestrutura as carreiras? Eu quero discutir com as polícias, com as Polícias Militares, com o Corpo de Bombeiros dos Estados, que vão ter mudança na regra da Previdência, mas não vão ter reestruturação de suas carreiras, como os militares terão. Economiza-se mais de 180 bilhões de reais com a população pobre que recebe BPC, os idosos, e com a retirada do abono salarial, e vai-se economizar 9 bilhões de reais com os militares.

Respeite o povo brasileiro e a nossa inteligência!

Documento 332/370

37.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária	-21/03/2019-
	CD	13:20
Publ.: DCD - 3/22/2019 -	JOSÉ RICARDO-PT -AM	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário



Discussão do Projeto de Resolução nº 27, de 2019, sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Namíbia. Protesto contra a privatização de campos petrolíferos da camada pré-sal e a concessão, ao governo norte-americano, do direito de utilização do Centro Espacial de Lançamento de Alcântara, no Estado do Maranhão. Humilhação imposta pelo Presidente Jair Bolsonaro aos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos da América. Realização, pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, de audiência pública para debate da reforma previdenciária. Posicionamento do Fórum Permanente do Idoso, contrário à reformulação da Previdência Social.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Queria aqui só reforçar o apoio a essa iniciativa. Eu acho que nós temos que intensificar esse intercâmbio. É destino do Brasil ter relações com todos os países e com isso se beneficiar nas relações diplomáticas, diferentemente do que o Governo atual está fazendo.

É bom lembrar a humilhação que foi para o Brasil a presença do Presidente Bolsonaro nos Estados Unidos, porque se tratou da entrega do pré-sal, uma riqueza do nosso País, o petróleo. Recursos que seriam destinados à educação e à saúde agora serão entregues para estrangeiros. Nós não vamos ter o ganho que esperávamos. Vamos entregar o investimento fabuloso feito pelo País na base de Alcântara para os interesses estratégicos dos Estados Unidos - que, aliás, querem que o Brasil entre em guerra com a Venezuela, faça a parte que eles querem fazer de também se apoderar do petróleo da Venezuela, a questão que favorece o agronegócio dos Estados Unidos.

Vejam só como ele vai na contramão daquilo que é de interesse do País! Nós precisamos ampliar a produção, as vendas, a geração de emprego. Tivemos ainda a humilhação que os imigrantes brasileiros sofreram com as palavras do Presidente.

Nós lamentamos. É isso que estamos vendo nas ações, nas proposta e, agora, nesse projeto da reforma da previdência.

Quero aqui informar que vamos realizar uma audiência, um debate na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, na segunda-feira, no horário da tarde, para ouvir a sociedade, os segmentos organizados, a população, as mulheres, os idosos - aliás, o Fórum Permanente do Idoso esteve nesta Casa, dias atrás, fazendo um apelo para que não se aprove essa proposta que prejudica os idosos.

É uma proposta de morte!

Obrigado.

39.2019 Sessão Não Deliberativa de 21/03/2019-14:00
Debates - CD
Publ.: DCD - 3/22/2019 MARCON-PT -RS
-
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
DEPUTADOS EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Desmoralização do Brasil pelo Presidente Jair Bolsonaro, por ocasião de sua visita oficial aos Estados Unidos da América. Queda dos índices de aprovação da gestão do Presidente da República. Prisão do ex-Presidente Michel Temer.

O SR. MARCON (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Benedita da Silva, eu quero dar como lidos dois discursos. O primeiro é sobre a desaprovação do Governo Bolsonaro, que está caindo em queda livre. Isso mostra a impopularidade do Presidente, a desconfiança que o povo brasileiro tem e a política de ataque à população. Uma é a questão da reforma da Previdência, a outra é o ataque aos negros, aos índios aos quilombolas, à reforma agrárias e às mulheres. Esses para mim são pontos fundamentais.

O outro é sobre a prisão do golpista Michel Temer, do PMDB. Pelas minhas contas, ele deveria ter sido preso ainda quando era Presidente da República. Não foi preso porque era Presidente, mas, pelas comprovações e provas, por tudo isso, deveria ter sido preso dia 2 de janeiro. Demorou!

O que mais me chama a atenção é que o PMDB está escondido e envergonhado, porque sabe que não para por aí. Isso que me chama a atenção. Ninguém defende o ex-Presidente da República golpista Michel Temer, do PMDB.

Gostaria que os dois discursos fossem divulgados no programa *A Voz do Brasil*.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO MARCON.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e demais servidores desta Casa, hoje,



dia 21 de março, é aniversário do Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Gostaria de "parabenizar" o Presidente não só por desmoralizar o País nos EUA, como também pela queda de aprovação no IBOPE.

Para chegar a um nível de aprovação tão baixo quanto o de Bolsonaro, Collor precisou de 9 meses, 9 meses confiscando dinheiro do povo. O Presidente Bolsonaro conseguiu a façanha de atingir estes números em apenas 3 meses.

Desde sua posse, a aprovação de Bolsonaro caiu mais de 20 pontos percentuais entre a população das periferias, entre aqueles que completaram apenas o ensino fundamental e entre os brasileiros de 45 a 54 anos. Basicamente, apenas os ricos, brancos e alguns religiosos de visão deturpada sustentam a aprovação.

É este o resultado quando se governa para poucos, sem lutar pelos direitos de minorias, sem lutar pelos trabalhadores ou pelos pobres, pelos direitos da mulher e da população LGBT.

Apesar do catastrófico Governo Federal elitista e entreguista, eu me comprometo, como representante do povo, a lutar em defesa daqueles esquecidos pelo Governo Federal, em defesa dos trabalhadores, das mulheres, dos pobres e dos LGBT.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e demais servidores desta Casa, hoje, dia 21 de março, o golpista chamado Michel Temer foi preso pela Polícia Federal.

Esta prisão é tardia, uma vez que todos já sabiam da existência de gravações comprometedoras envolvendo Temer. Após a prisão do ex-Presidente ilegítimo, eu pergunto: Onde está o MDB que não se pronunciou ainda sobre o ocorrido? Michel Temer provavelmente sabe de muito, e certamente tem gente com medo de sua delação.

Apesar de justa, a prisão de Michel Temer não é motivo para comemorações. Temer já cumpriu seu papel no golpe contra a Presidenta Dilma e fez sua parte para colaborar com o entreguismo bolsonarista. Também não podemos nos esquecer de que o partido do atual Presidente Bolsonaro e sua base aliada foram os maiores sustentadores do Governo Temer e seus retrocessos.

Exigimos maiores esclarecimentos e principalmente uma explicação do porquê de esta prisão não ter ocorrido antes. Espero também que a prisão de Michel Temer não esteja sendo usada como cortina de fumaça para esconder o péssimo Governo de Jair Bolsonaro, já que atestamos ontem a queda de 15 pontos de sua aprovação em

pouquíssimos dias.

Documento 334/370

39.2019	Sessão Não Deliberativa de	21/03/2019-14:00
Publ.: DCD - 3/22/2019	Debates - CD	
-	LÉO MORAES-PODE -RO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador sobre tópicos da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. LÉO MORAES (Bloco/PODE - RO. Sem revisão do orador.) - Pois bem, nós viemos aqui conversar e debater com a sociedade e também dar a devida satisfação e esclarecimento a quem nos colocou aqui, a população do Estado de Rondônia. Nós temos debatido, e agora, com as Comissões Temáticas em pleno funcionamento, estamos realizando os chamamentos, os convites e- por que não? - as convocações aos Ministros. Afinal, essa é a nossa prerrogativa, a nossa atribuição e a nossa obrigação. Nós vamos ter que discutir reforma da Previdência.

Como já apresentei e conversei com a sociedade, nós temos muitas preocupações no que diz respeito a essa reforma da Previdência, sobretudo sobre a realidade do Estado de Rondônia. Nós temos muitos trabalhadores do campo, trabalhadores rurais, e temos que discutir o Benefício da Prestação Continuada, que diminuiu o valor. Temos que ver a transição também, o pedágio dos servidores públicos, pois nós temos um número de servidores muito grande no Estado de Rondônia.

Peço um tempo para complementação da fala.

Na Semana Internacional da Mulher, nós vimos que, muitas vezes, as sacrificadas são exatamente as mulheres, e a questão da educação é algo muito grave.

Há muita coisa a ser revista. Além disso, o modelo que se aplica é semelhante ao de um país próximo, o Chile, que teve que reformar a reforma, pois não existia contribuição patronal.

Há muitas distorções, há muitas dificuldades a serem debatidas aqui. Eu tenho certeza de que dessa maneira não atende ao Estado de Rondônia. Quem diz isso é quem conversa e dialoga com as pessoas na base, vai até a ponta da corda e tem responsabilidade social e compromisso com a população do Estado de Rondônia.

Muito se fala, a torto e a direito. Mas aqui, mais uma vez, eu venho reafirmar que nós vamos de acordo com o interesse da maioria. É lógico que os anéis irão, mas nós temos que manter a integridade e também a responsabilidade com a população do Estado de Rondônia.

Obrigado.

Documento 335/370

39.2019	Sessão Não Deliberativa	de	21/03/2019-14:16
	Debates - CD		
Publ.: DCD - 3/22/2019	JOSÉ RICARDO-PT -AM		
-			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Manifestação do Fórum Permanente do Idoso do Estado do Amazonas contra a proposta governamental de reforma previdenciária, Aprovação, pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, de requerimento de convite ao Ministro do Desenvolvimento Regional para esclarecimento sobre a situação do Programa Minha Casa, Minha Vida. Transcurso do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Combate ao racismo na gestão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, primeiramente, quero dar como lido e registrar aqui um texto que fala sobre os idosos que vieram a esta Casa fazer um apelo para que esta Casa não aprove a reforma da Previdência em relação aos direitos que estão sendo retirados das pessoas idosas.

Queria aqui também falar que, em função desta questão da reforma, lá no Amazonas, segunda-feira, vamos ter uma audiência pública para ouvir a sociedade, para debater este projeto. Estamos vendo muitas instituições se manifestando já contrariamente. Vamos colher também ideias e sugestões para possíveis emendas, e um posicionamento em relação ao Estado do Amazonas sobre esta matéria.

Trago também como informe que, na Comissão de Desenvolvimento



Urbano, aprovamos um requerimento de minha autoria e de outro Parlamentar para convidar o Ministro do Desenvolvimento Regional para tratar sobre o programa Minha Casa, Minha Vida. Acho importante sabermos o andamento deste projeto, que trata de uma questão fundamental na vida da população, que é a moradia. Sabemos que programa Minha Casa, Minha Vida, implantado pelo Presidente Lula, foi um dos grandes fatores de geração de emprego em nosso País.

Sra. Presidente, concluo lembrando da data de hoje, que é o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial. E, lembrando de novo do Presidente Lula, com a implantação do Estatuto da Igualdade Racial, que é fundamental, o Lula criou uma estrutura na Administração Pública, uma Secretaria com *status* de Ministério, para tratar das ações de combate ao racismo no Brasil e contra as discriminações raciais. Portanto, fazemos a lembrança desta data, parabenizando as instituições, as pessoas que continuam nesta luta, porque infelizmente ainda temos situações de discriminação racial no nosso País.

Obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOSÉ RICARDO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Fórum Permanente do Idoso do Estado do Amazonas está se manifestando contra o projeto do Governo Bolsonaro de reforma da Previdência, por tirar direitos das pessoas idosas.

Esta semana recebi a visita da coordenação, na pessoa da Sra. Valcyline de Oliveira Souza e da Sra. Rosilene Gualberto, que estão em Brasília participando da organização do Fórum Nacional dos Idosos e da Conferência Nacional das Pessoas Idosas, prevista para o final do ano.

O Fórum trouxe várias pautas de lutas que buscam o apoio parlamentar. São a favor da manutenção das farmácias populares e da continuidade do fornecimento de medicamentos, principalmente para diabéticos e hipertensos.

Os idosos cobram o cumprimento do art. 22 do Estado do Idoso acerca da inclusão do tema do envelhecimento nos currículos mínimos. O objetivo desse artigo é a valorização do idoso, de forma a eliminar preconceitos e produzir conhecimento sobre a matéria.

O Fórum apoia a instituição do Cadastro Único, desde que sejam criados mecanismos que levem em consideração especificidades regionais. No Amazonas há Municípios distantes onde não funciona Internet, além de haver dificuldades de acesso.

Também se inclui nas reivindicações dos idosos a defesa dos direitos adquiridos em toda as esferas de Governo; verbas do Governo Federal para a construção de centros de convivência, dando ênfase para a Zona Leste de Manaus; recursos financeiros para a contratação de profissionais especializados para atender as demandas dos CAIMIs existentes.

Mas a principal pauta dos idosos a curto prazo é a luta pelos direitos previdenciários. O Fórum não concorda que se mexa com as regras da Previdência, mas que sejam cobrados os grandes devedores da previdência que deram calotes no País. Os idosos entendem que os trabalhadores serão penalizados.

O Fórum do Idoso cobra que seja mantida a idade de 65 anos para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada - BPC, sendo assegurado o pagamento de 1 salário mínimo. Esse benefício está em sintonia com a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

Esses pleitos sobre a Previdência Social serão enviados para a Comissão da Câmara dos Deputados que analisará o projeto da reforma da Previdência, e demais itens estarão em indicação a ser enviada ao Governo Federal.

Documento 336/370

39.2019	Sessão Não Deliberativa	de	21/03/2019-14:24
	Debates - CD		
Publ.: DCD - 3/22/2019	REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR		
-			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE		PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Repúdio à política quanto pior, melhor adotada pelo PT. Defesa da realização da reforma previdenciária. Prisão do ex-Presidente Michel Temer.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (Bloco/PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, meus colegas Deputados,



senhoras e senhores, eu tenho visto aqui ultimamente o PT sendo contra tudo e a favor de nada, naquela prática do "quanto pior, melhor". Isso não ajuda o Brasil nem os brasileiros. O PT deveria ter consciência de que prejudicou demais o Brasil nos últimos 14 anos, mas continua com essas atitudes de obstrução, de ser contra tudo e a favor de nada.

A reforma da Previdência é necessária e importante para o Brasil. É uma questão de justiça igualar os brasileiros, diminuir as diferenças. Isso vai gerar emprego, renda, e vai garantir que as futuras gerações continuem tendo a aposentadoria paga pelo Governo.

O Brasil não é mais aquela grande massa de jovens, com poucos aposentados. Hoje, há quase o mesmo número de jovens e de idosos, e não há recursos. Algumas pessoas se aposentam ainda hoje com 50 anos de idade no Brasil, o que é um crime, é errado. As reformas, como a reforma da Previdência, a reforma tributária e outras que o Governo Bolsonaro está propondo, vêm para o bem.

Hoje, vivemos uma triste situação com o Michel Temer sendo preso. Só falta a Dilma agora.

Eu queria que a minha fala fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 337/370

39.2019 Sessão Não Deliberativa de 21/03/2019-14:28
Debates - CD

Publ.: DCD - 3/22/2019 VILSON DA FETAEMG-PSB -MG
-

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma previdenciária. Solicitação ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT de conclusão das obras de recuperação da BR-381.

O SR. VILSON DA FETAEMG (PSB - MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, gostaria que o nosso pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Quero dizer desta tribuna para o povo brasileiro, para a classe trabalhadora do campo e da cidade, que somos contra a reforma da Previdência, que é um pacote de maldades.

Quero também cobrar do DNIT o término da recuperação da rodovia federal BR-381, que liga Belo Horizonte a Vitória, ao nordeste de Minas e à Região Nordeste do Brasil. Há anos estão mexendo nessa rodovia, mas as obras não terminam. Essa é uma rodovia assassina, cheia de buracos, na qual muitas vidas já foram ceifadas. As obras nessa rodovia começam, param, começam, param. Agora, estão todas paralisadas, e a rodovia está cheia de crateras. Que o DNIT e o Governo Federal cumpram a sua parte, em vez de retirar direitos da classe trabalhadora!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 338/370

39.2019	Sessão Não Deliberativa	de	21/03/2019-14:32
	Debates - CD		
Publ.: DCD - 3/22/2019	PEDRO UCZAI-PT -SC		
-			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO	

Sumário

Anúncio da realização de mobilização nacional contra a proposta governamental de reforma previdenciária. Expectativa de rejeição da matéria pela Casa.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, amanhã começa uma grande caminhada do povo brasileiro para mostrar ao Governo Bolsonaro que a reforma da Previdência impedirá milhões de brasileiros de se aposentarem, fará com que outros milhões de brasileiros se aposentem mal e obrigará ainda outros milhões de brasileiros a trabalhar 5, 10, 15 ou 20 anos a mais para se aposentarem. Com o regime de capitalização, este Governo pretende desmontar e destruir a previdência pública, privatizando esse regime de proteção social e de seguridade social, que junta assistência social, saúde e previdência e é uma conquista da cidadania, uma conquista do povo brasileiro.

Derrotamos a reforma do Temer e vamos derrotar a reforma do Bolsonaro!

Documento 339/370

39.2019 Sessão Não Deliberativa de Debates - 21/03/2019-
CD 14:48
Publ.: DCD - 3/22/2019 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma previdenciária dos militares das Forças Armadas brasileiras, apresentada pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero registrar que a proposta de reforma da previdência dos militares trazida a esta Casa ontem pelo Presidente Bolsonaro não é simplesmente uma reforma da previdência dos militares, mas incluiu também a reestruturação de suas carreiras.

O que me deixa preocupado é que Bolsonaro disse que iria economizar, só com os militares, em torno de 100 bilhões de reais em 10 anos. Agora essa economia será só de 10 bilhões de reais, ou seja, todo o recurso que querem economizar é proveniente do suor do trabalhador rural. Querem acabar com a previdência do trabalhador rural, querem acabar com o BPC, querem acabar com a possibilidade de um professor ou professora se aposentar. Com isso não concordamos.

Nós vamos votar contra a reforma da Previdência, porque os mais pobres têm que ter o direito de se aposentar neste País, Sra. Presidente.

Documento 340/370

39.2019 Sessão Não Deliberativa de Debates - 21/03/2019-
CD 14:48
Publ.: DCD - 3/22/2019 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE COMO LÍDER
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Nota do PT sobre a prisão do ex-Presidente Michel Temer. Reexame da proposta de reforma previdenciária, no tocante aos trabalhadores de baixa renda.



A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, antes de mais nada, registrar a nota do Partido dos Trabalhadores em relação ao que aconteceu nesta manhã com a prisão do ex-Presidente Michel Temer.

Diz um trecho da nota: *"O Partido dos Trabalhadores espera que as prisões de Michel Temer e de Moreira Franco, entre outros, tenham sido decretadas com base em fatos consistentes, respeitando o processo legal, e não apenas por especulações e delações sem provas, como ocorreu no processo do ex-Presidente Lula e em ações contra dirigentes do PT"*. Solicito que a nota do Partido dos Trabalhadores seja registrada na íntegra.

Peço também o registro do meu pronunciamento sobre as celebrações, que não são propriamente celebrações, do dia 21 de março, tema sobre o qual eu já discurssei no dia de hoje.

Agora passo ao assunto que me traz a esta tribuna. Nós estamos ouvindo nesta Casa que a Previdência é para os mais pobres, mas ela vai justamente prejudicar os mais pobres. O desmonte da Previdência Social seria para eliminar os privilégios, mas nós não estamos vendo nenhum dos chamados privilégios sendo atacados. Os mais atingidos serão os trabalhadores da iniciativa privada de baixa renda, pessoas em situação de miséria, trabalhadores rurais. É isso que estamos vendo nessa infame reforma da Previdência mandada para esta Casa pelo Presidente. Nós sabemos que hoje há mais de 35 milhões de aposentados nessas condições, e essas pessoas serão prejudicadas. Nós precisamos entender isso.

O Presidente da Federação Nacional do Fisco - FENAFISCO, Charles Alcantara, diz que 75% da economia prevista recairá sobre esses grupos.

As centrais sindicais também já se manifestaram. E nós temos visto outros segmentos da sociedade se manifestarem. Os levantamentos feitos pela ANFIP mostram que do total de 1 trilhão de economia, em 10 anos, 715 bilhões virão de mudanças nas regras das aposentadorias para trabalhadores da iniciativa privada e do campo.

É um crime o que vão cometer com essa reforma da Previdência. Mas estaremos todos marchando, Sra. Presidente, para que isso não venha a acontecer. A sociedade brasileira está se mobilizando para que isso não aconteça. É um crime o que se está cometendo contra os trabalhadores deste País, tirando-lhes o sonho e a esperança de aposentadoria, fazendo com que as pessoas do Regime Geral de Previdência Social, que recebem até 3 salários mínimos, cerca de 3 mil

reais, sejam altamente prejudicadas. E olha que nem estou falando das pessoas que recebem salário mínimo. Isso não pode acontecer.

Por isso, a sociedade brasileira tem se organizado, porque uma reforma previdenciária só deverá ser feita depois de se cobrarem dos sonegadores, depois de...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) - Sra. Presidenta, peço que some 1 minuto ao meu tempo.

A reforma previdenciária só deverá ser feita depois que os sonegadores pagarem aquilo que devem, que as grandes empresas, que são devedoras da Previdência, também pagarem o que devem à Previdência, porque ela não é deficitária. A CPI que tivemos comprovou que a Previdência não é deficitária.

Por isso, essas mudanças que serão feitas com a reforma não passarão de remendos, porque nós não estamos tratando da questão tributária, que é importante e fundamental para os cofres públicos. Só com ela se fará justiça aos trabalhadores e trabalhadoras.

Por isso, "não" à reforma da Previdência, pois não vamos matar os que já são miseráveis neste País! Por isso, "não"! Nós queremos o povo brasileiro com saúde e direitos.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Operação Lava-Jato do Rio de Janeiro mandou prender nesta manhã o ex-Presidente Michel Temer, que foi colocado na Presidência em função do golpe do *impeachment* que deram na legítima Presidenta Dilma Rousseff.

Apesar disso, reforço aqui a nota do Partido dos Trabalhadores, que espera que as prisões de Temer, do seu ex-Ministro Moreira Franco e outros tenham sido decretadas com base em fatos consistentes, respeitando o processo legal, e não apenas em especulações e delações sem provas, como ocorreu no processo do ex-Presidente Lula e em ações contra dirigentes do PT.

Além disso, Sra. Presidente, como nada é por acaso em política, foi muita coincidência a prisão de Temer ocorrer às vésperas do depoimento de Lula e também num momento em que a Operação Lava-Jato sofre sérias derrotas no STF, que desmontou seu acordo ilegal com o Governo norte-americano para criar uma fundação privada para se apropriar dos R\$ 2,5 bilhões de reais da União que seriam repatriados dos Estados Unidos.

Cabe assinalar que estranhamente têm ocorrido muitas coincidências neste Brasil de Bolsonaro.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 341/370

39.2019	Sessão Não	Deliberativa	de	21/03/2019-15:00
	Debates - CD			
Publ.: DCD - 3/22/2019	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG			
-				
CÂMARA	DOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO	
DEPUTADOS			EXPEDIENTE	
			DISCURSO	

Sumário

Necessidade de mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras contra a reforma da Previdência Social.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, pedi esse 1 minuto para fazer um chamado aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil inteiro: amanhã retomem a cena política do Brasil nas ruas.

Nós estamos vendo aqui uma discussão entre setores das elites dominantes no Brasil, alguns comemorando a prisão do ex-Presidente Temer, outros lamentando, mas o fato é que estão unificados para retirar direitos dos trabalhadores. E, se os trabalhadores e trabalhadoras não forem às ruas, a reforma da Previdência caminhará aqui dessa forma nefasta que foi enviada pelo Presidente Bolsonaro. É a pior proposta de reforma da Previdência que já chegou à Câmara Federal. O Bolsonaro conseguiu ser pior do que Temer no quesito de envio de proposta de reforma da Previdência. Logo ele que tinha jurado ser contrário a essa reforma.

Para concluir, é necessário que haja essa união dos trabalhadores nas

ruas de todo o Brasil amanhã. Amanhã começa um dia nacional de luta e uma jornada de luta contra a reforma da Previdência. Essa é a tarefa que está sendo posta pelos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Documento 342/370

39.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 21/03/2019- CD	15:08
Publ.: DCD - 3/22/2019 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à votação de proposições relacionados à reforma previdenciária.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria de fazer um alerta e uma solicitação a esta Casa no sentido de que nós não votemos absolutamente nada da reforma da Previdência sem antes sabermos dos projetos futuros, das leis complementares, porque a principal reforma não é a que nós votaremos agora na PEC 6/19. A principal reforma são os projetos posteriores, que vão definir a carta em branco que nós vamos dar ao Governo Bolsonaro.

Nós vamos autorizar a capitalização, sem sabermos qual é o projeto da capitalização. Nós vamos autorizar o reajuste do BPC, sem sabermos como vai ser. Nós vamos autorizar a mexer na idade, sem sabermos como vai ser. Nós vamos autorizar a fazer o reajuste do benefício da Previdência, sem sabermos que critérios serão tirados dos aposentados na Constituição.

Então, a minha sugestão é uma só: que não se vote nada até que todos esses projetos estejam aqui!

Documento 343/370

39.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 21/03/2019- CD	17:08
Publ.: DCD - 3/22/2019 - EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Razões da prisão do ex-Presidente Michel Temer e ex-Ministro de Estado.



Rejeição da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero manifestar uma posição acerca da prisão do ex-Presidente Temer, de ex-Ministros, de amigos de longa data, de operadores de um esquema de propinoduto. Nós do PSOL, por duas vezes, lutamos para que fosse aberta uma investigação pelo Supremo Tribunal Federal contra o então Presidente, por julgarmos que havia robustas provas, elementos muito significativos de envolvimento dele, com decisões administrativas na condição de Vice-Presidente, e já na condição de Presidente da República, como, por exemplo, assinando uma medida provisória que favoreceu, de maneira muito explícita, empresas vinculadas ao sistema portuário de Santos. Esse era, há algum tempo, um filão para influência política e financeira do então Presidente do MDB que, depois de ser Vice-Presidente da República, no Governo da Dilma, tornou-se o Presidente.

Então, é verdade que o Presidente Michel Temer participou dessa engrenagem que gerou o *impeachment* - na visão do PSOL, foi um golpe. Ainda hoje um Deputado aqui fez questão de falar das prisões de ex-Presidentes, dizendo que só falta a Dilma. Se a Dilma cometeu crime, isso tem que ser investigado, dando-lhe o direito de defesa, como tem que ter Michel Temer. Se ela cometeu crime, tem que ser presa, tem que ser punida. Mas a verdade é que foi feito o *impeachment*, sem que houvesse uma prova qualquer de crime contra a Dilma, inventou-se a história de pedaladas fiscais.

A verdade é que o Temer, que estava envolvido numa série de falcaturas, participou dessa engrenagem, foi o engenheiro dessa mecânica golpista. Ele, como um jurista, professor de Direito, incentivou prisões como forma de constrangimento, inclusive, uma espécie de forma de tortura psicológica, para produzir delatores e premiá-los. Então, foi uma vitória da Operação Lava-Jato, dessa linha norte-americana implantada aqui pelo Moro, e parece-me que agora o feitiço virou contra o feiticeiro. Esperamos que ele possa se defender, mas a nossa convicção é de que as maldades que o Temer fez contra o povo brasileiro e contra a soberania nacional merecem ser realmente investigadas.

Quanto ao povo brasileiro, ele tentou uma reforma da Previdência. E o Bolsonaro, que estava no movimento *pró-impeachment*, que também estava no movimento contrário e que votou contra a investigação do Temer, agora tenta repetir o mesmo remédio - o que ele julga ser remédio eu acho que é um veneno à sociedade brasileira -, uma proposta de reforma previdenciária, que, concretamente, vai atacar os mais pobres. De 1 trilhão de reais que se pretende economizar, os



atingidos serão os 92% dos que estão aposentados com, no máximo, 5.600 reais pelo Regime Geral de Previdência Social.

Portanto, é bom que se tenha cuidado, porque o *boomerang* está aí.

Obrigado.

Documento 344/370

39.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 21/03/2019- CD	17:32
Publ.: DCD - 3/22/2019 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Promoção, por entidades sindicais, do Dia Nacional de Protesto e Paralisação Contra a Reforma da Previdência - Rumo à Greve Geral, em Macapá, Estado do Amapá. Incompatibilidade entre o discurso presidencial e o texto da proposta de reforma previdenciária. Posicionamento do orador contrário à aprovação da propositura.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, comunico que amanhã, dia 22 de março, a partir das 9 horas, na frente do INSS, na Capital do Amapá, em Macapá, acontecerá o Dia Nacional de Protesto e Paralisação contra a Reforma da Previdência - Rumo à Greve Geral, organizado por várias centrais sindicais, entre as quais cito aqui CSP Conlutas, UGT, CTB, CSPB, CUT, enfim, vários sindicatos também estarão presentes.

Eu quero colocar minha posição sobre a reforma. Quando a reforma chegou a esta Casa, eu me preocupei em ler e analisar o texto. Eu me preocupei também em participar de vários eventos de debate em profundidade sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, que trata da reforma da Previdência que foi apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro.

No momento inicial, o discurso foi de que a reforma estaria combatendo privilégios. Este é um discurso importante num país como o Brasil, que é um país de profundos privilégios. Então, o discurso inicial era muito interessante, muito atrativo.

No entanto, quando vamos analisar com mais profundidade, Sr. Presidente, o que percebemos? Essa proposta de reforma tinha pontos aparentemente interessantes, como acabar com a aposentadoria



especial da classe política. Isso é importante; eu até cheguei a me manifestar que sou favorável, quero deixar isso claro. Disseram que iam cobrar uma alíquota diferenciada progressiva dos servidores públicos que recebem altos salários. Acho que isso também é uma maneira interessante de distribuir os ônus e o déficit da Previdência.

Porém, quando se vai olhar o conjunto da reforma, o que se percebe? Percebe-se que ela é realmente dura contra os mais pobres. E aí vem o caráter da proposta de reforma previdenciária que foi apresentada aqui nesta Casa: ela é desonesta. O discurso é um, mas a verdade é completamente diferente. Então, nós vamos colocar 70%, 80% da economia de mais de 1 trilhão de reais nas costas do trabalhador, tirando o abono salarial de quem recebe mais do que um salário mínimo; tirando o salário família; diminuindo a possibilidade de acumulação da pensão por morte, reduzindo o valor e, principalmente, Sr. Presidente, tirando do povo brasileiro o direito de se aposentar, tirando o direito do povo brasileiro de ter acesso à aposentadoria. Então, só por isso, ela já seria muito ruim.

No entanto, nós temos lá dentro um grande cavalo de troia, que é a capitalização. Vejam, participei de um evento organizado pela Fundação João Mangabeira. Parabens ao nosso Partido Socialista Brasileiro e ao Governador Ricardo Coutinho pela realização desse seminário. Lá nos foi mostrado que, para ser implementada, a capitalização exige um investimento muito maior do que a suposta economia que vai ser gerada pela reforma que está sendo apresentada. Algo em torno de 15 trilhões de reais é o custo de implantação da capitalização.

Então, que economia é essa? Quem é que vai economizar o quê? Essa reforma vai beneficiar os bancos, que vão oferecer, na verdade, previdência privada para a população brasileira.

Para concluir, Sr. Presidente, quero fazer uma convocação. Vamos debater a reforma! Eu fiz isso, eu analisei, eu li. Eu não subi aqui à tribuna, na primeira oportunidade, para me declarar contrário à reforma da Previdência. Eu quero dizer que, para os brasileiros que amam este País e enxergam que o futuro deste Brasil deve ser o de uma Nação solidária e generosa, essa reforma deve ser rejeitada por inteiro.

Sr. Presidente, convoco o povo e os trabalhadores do Amapá a estarem presentes amanhã, lá na frente do INSS, na Rua General Rondon, para nos manifestarmos, debatermos e esclarecermos a sociedade contra os argumentos falaciosos que foram colocados a respeito desta reforma.

Não a esta reforma! Sim ao Brasil, com solidariedade e com mais igualdade!

Sr. Presidente, peço que este discurso seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 345/370

39.2019	Sessão Não Deliberativa	de	21/03/2019-18:20
	Debates - CD		
Publ.: DCD	JOSÉ NELTO-PODE -GO		
3/22/2019 -			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Revisão da proposta governamental de reforma previdenciária, no tocante ao Benefício de Prestação Continuada e à aposentadoria rural.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOSÉ NELTO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a reforma da Previdência é fundamental para a economia e o futuro do Brasil. Trata-se de reforma que deve ter como ponto central o combate aos privilégios e que deve manter o foco principal do Estado, ou seja, proteger os seus cidadãos, os mais humildes, os que trabalham nas áreas rurais e, principalmente, é claro, os idosos pobres e os deficientes físicos e incapacitados.

Por isso, senhores, estamos nos preparando para modificar as propostas enviadas a este Congresso pelo Governo. O chamado Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a aposentadoria rural não podem ser aprovados do jeito que vieram.

A idade do benefício tem que mudar. Levantamentos de economistas respeitáveis indicam que os impactos fiscais desses pontos não afetam efetivamente o caixa do Governo. Então, o melhor é repensar ou mesmo retirar da proposta esses pontos da reforma.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a elevação da idade mínima do BPC de 65 para 70 anos trará pouca economia, e automaticamente a população pobre com idade entre 65 e



69 anos estará fragilizada no mercado de trabalho. As regras atuais precisam ser mantidas.

Pela proposta da emenda constitucional (PEC) enviada pelo Governo ao Congresso Nacional há 1 mês, o valor do benefício do BPC será reduzido a R\$ 400, mas a pensão poderá ser pedida a partir de 60 anos.

Hoje, para receber o BPC no valor de 1 salário mínimo, a idade mínima é de 65 anos. Portanto, senhores, precisamos ter cuidado com os impactos, não econômicos, mas, sim, sociais, que atingem principalmente uma fatia importante da sociedade que é muito mais vulnerável.

Nessa legislatura, nós do Podemos estamos aliados ao pensamento de que as alterações no Benefício Continuado e na aposentadoria rural não devem acontecer.

Como já disse a própria equipe econômica, as mudanças teriam efeito nulo no impacto fiscal da reforma. Também é preciso avaliar que o BPC atrapalha a comunicação, junto à sociedade, sobre a importância da reforma. Um ponto que considero que mais atrapalha do que ajuda essa dura empreitada é aprovar uma nova Previdência para o Brasil.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado!

Documento 346/370

43.2019

Sessão Deliberativa Ordinária - 26/03/2019-14:00
CD

Publ.: DCD - 3/27/2019 - JOSÉ RICARDO-PT -AM

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Manifestação da sociedade brasileira contra a reforma previdenciária. Realização, pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, de audiência pública para debate do tema.



O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Srs. Parlamentares presentes na sessão de hoje, gostaria que pudesse veicular no programa *A Voz do Brasil* a minha fala e dar como lido o texto em que enfatizo as manifestações da sociedade contra a reforma da Previdência.

No dia 22, em todo o Brasil, em todas as cidades, nas grandes cidades, em várias localidades, a população foi às ruas para questionar esse projeto de morte, esse projeto que retira direitos e que, portanto, é um atentado à vida dos mais pobres, dos idosos, das pessoas deficientes. E vimos manifestações de várias instituições, de várias entidades.

Realizei uma audiência pública ontem, na Assembleia Legislativa do Estado, e nós tivemos a presença maciça de instituições sindicais, de movimentos sociais, de pessoas fizeram questão de ir lá se manifestar e participar de uma audiência, primeiro, para entender alguns pontos, pois eles têm muitas dúvidas, porque os meios de comunicação não apresentam os detalhes sobre essa proposta, os malefícios, o que vai acontecer com a aposentadoria e com a vida futura das pessoas. Portanto, nós tivemos essa audiência.

Mas eu vejo também instituições em âmbito nacional posicionarem-se, como veio agora uma nota do Conselho Federal de Economia, que já começa falando que é contrário à desconstitucionalização da Previdência, da Seguridade Social, e alerta sobre a situação futura, se o País entrar no processo de capitalização. Ele diz que é inaceitável, pois o resultado seria um empobrecimento em massa, e grande parte dos aposentados receberiam valores inferiores ao que recebem hoje. Portanto, é a sociedade é contra essa reforma.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOSÉ RICARDO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o projeto da reforma da Previdência (PEC 06/2019) está sendo pouco debatido pela sociedade, visto que os meios de comunicação apenas veiculam a versão oficial do Governo Federal, e não mostram os detalhes de cada item da reforma e as consequências na vida da população.

Em Manaus, Amazonas, foi realizada uma audiência pública, por iniciativa do Deputado Federal José Ricardo Wendling, no plenário da Assembleia Legislativa, nesta segunda-feira, dia 25 de março. O plenário ficou lotado, com lideranças sindicais, estudantis e de diversas representações sociais interessadas em se manifestar sobre o projeto.

Todos os manifestantes enfatizaram os malefícios do projeto, em função de obrigar que o trabalhador tenha que trabalhar mais tempo e contribuir por mais alguns anos para ter o direito à aposentadoria.

Grupos de idosos estavam indignados pela proposta do BPC de pagar apenas 400 reais ao idoso de 60 anos e 1 salário mínimo se o idoso alcançar os 70 anos de vida. Alguns vão morrer antes.

Todas as entidades sindicais denunciaram o projeto, por exigir que o trabalhador tenha que contribuir por 40 anos para receber 100% de sua aposentadoria, e na outra ponta, o projeto não combate os privilégios de altas aposentadorias e a sonegação das grandes empresas que não recolhem para a Previdência.

No dia 22, em todo o Brasil, manifestações públicas, caminhadas, foram realizadas contra o projeto da reforma da Previdência. Mesmo debaixo de chuva, milhares de pessoas estiveram nas ruas de Manaus para protestar. E as manifestações vão continuar e crescer.

O Conselho Federal de Economia publicou uma nota sobre o assunto. O COFECON tem posição sobre:

Não concorda com a desconstitucionalização da Previdência Social, pois a Constituição garante a seguridade social, a previdência.

Não concorda com a manutenção de privilégios de altas aposentadorias.

Defende que a participação do Governo no financiamento da Previdência deve ser preservado.

Os efeitos da sobrevida da população não devem ser compensados por medidas que aumentem as desigualdades.

Não concordam com elevações de idades e tempos de contribuição e reduções nos valores das aposentadorias por invalidez, pensões por morte, que incidem sobre os mais pobres.

A proposta da capitalização é inaceitável, porque veda a transferência de recursos públicos, abolindo o sistema de financiamento tripartite. O resultado seria um empobrecimento em massa, com grande parte se aposentando com valores inferiores.

CD

Publ.: DCD - 3/27/2019 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Protesto contra o não comparecimento do Ministro da Economia, Paulo Guedes, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para discussão da proposta governamental de reforma previdenciária.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, o Governo Bolsonaro não tem nenhum apreço pela democracia nem pelo diálogo com o Parlamento. É um grande absurdo que Paulo Guedes, depois de ter sido convidado para vir à CCJ no dia de hoje, para responder às dúvidas sobre o projeto de reforma da Previdência que ainda pairam sobre alguns Deputados, não aceite ser questionado a respeito dos grandes absurdos do projeto, como, por exemplo, a retirada de direitos dos mais pobres, de trabalhadores rurais e dos que dependem do BPC. Ele também não está disposto a responder de onde vem esse cálculo de 1 trilhão de reais que ele diz que se vai economizar, sendo que muitos especialistas disseram que, coincidentemente, é praticamente o mesmo valor da transição para o regime de capitalização que eles querem implementar, baseado no modelo chileno, que já deu muito errado, em um país onde existem idosos miseráveis que ganham menos de 1 salário mínimo.

Então, vim aqui registrar o meu repúdio a Paulo Guedes e a Bolsonaro, que se negam a debater com a Câmara e com o conjunto da população brasileira. Eles querem aprovar a reforma, mas têm a resistência do PSOL.

Obrigada, Presidente.

Documento 348/370

43.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - 26/03/2019-14:16
CD

Publ.: DCD - 3/27/2019 - JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
DEPUTADOS EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Protesto contra o não comparecimento do Ministro da Economia, Paulo Guedes, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para debate da



proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Bom, primeiro, eu queria reiterar o repúdio à ausência do Ministro Paulo Guedes hoje na Comissão de Constituição e Justiça. É um absurdo! Isso mostra como eles vêm tratando o Parlamento brasileiro e o desrespeito com a população. Convite aceito, reunião marcada no horário que ele queria, ele não veio com medo de enfrentar o debate. Querem esconder, como fizeram na campanha, que querem destruir a Previdência. Querem se esconder, mas não vai adiantar.

Hoje, nos editoriais dos jornalões, vemos que caiu a ficha. Um diz: "*Procura-se o Presidente*". Outro diz: "*Um Presidente tem que governar*". E o que o Presidente fez hoje? Hoje, às 10 horas da manhã, o Presidente Bolsonaro, com a Primeira-Dama e com a Ministra Damares, aquela da goiabeira, estavam no cinema. Sabe a qual filme foram assistir? *Superação - O milagre da fé*. Não há milagre para salvar este Governo. Vamos derrotá-lo!

Documento 349/370

43.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/03/2019-14:20
Publ.: DCD - 3/27/2019 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Apoio da população do Estado do Rio Grande do Sul à reforma previdenciária. União da bancada do PSL. Apoiamento do partido à proposta de reforma da Previdência Social e ao projeto anticrime elaborado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Exma. Presidente, nobres colegas, quero dizer aqui da minha alegria em ter andado pelo interior do Rio Grande do Sul e ter constatado o apoio à reforma da Previdência.

Quero dizer também que se fala pelo Brasil que há uma desunião na bancada do PSL. Hoje tivemos uma reunião com quase 40 Deputados da base do PSL e chegamos a um grande encontro de amigos. Para demonstrar ao Brasil e à imprensa o quanto a nossa bancada do PSL está unida, eu propus que fosse aprovado, de forma unânime, o fechamento de questão do PSL a favor da reforma da Previdência e do

pacote anticrime, dizimando qualquer tentativa de desunir a bancada do PSL.

A partir de agora, nós votaremos a favor do fechamento de questão pela reforma.

Obrigado.

Documento 350/370

43.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/03/2019-14:20
Publ.: DCD - 3/27/2019 - SIDNEY LEITE-PSD -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Necessidade realização da reforma previdenciária. Maior atenção para com os menos favorecidos no processo de reformulação da Previdência Social.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a semana foi tomada pelo discurso da reforma da Previdência.

Eu, particularmente, entendo que política é o exercício do diálogo, da negociação. Não há velha política e nova política; há a política com a qual o povo brasileiro não concorda: a política da negociata e da corrupção.

Velha política é tentar emparedar o Congresso por falta de diálogo e de negociação.

Creio eu que a grande maioria deste Parlamento entende a necessidade e a importância de se votar a reforma da Previdência, mas observado tanto o lado econômico quanto o lado social. Nós não podemos ser a favor de votar uma reforma que tira direito de trabalhadores que precisam da garantia do Estado brasileiro, como os produtores rurais, os pequenos pescadores, os protegidos pelo Benefício de Prestação Continuada.

Dito isso, Sra. Presidente, precisamos discutir e debater esse tema.

Documento 351/370



43.2019

Sessão Deliberativa Ordinária - 26/03/2019-14:28
CD

Publ.: DCD - 3/27/2019 - REGINALDO LOPES-PT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Desrespeito do Ministro da Economia, Paulo Guedes, para com o Parlamento brasileiro demonstrado em sua ausência na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para debate da reforma previdenciária. Posicionamento do orador contrário à aprovação da proposta de reformulação da Previdência Social, encaminhada à Casa pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidenta, quero aqui registrar a nossa indignação com o desrespeito à democracia e a esta Casa que foi o não comparecimento do Ministro Paulo Guedes à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Na verdade, ele não tem o que explicar. *"Esperteza, quando é demais, engole o esperto."* O que ele quer? Ele quer carta-branca para continuar, permanentemente, destruindo a Previdência no País. Ele quer desconstitucionalizar todos os direitos do povo brasileiro e deixar constitucionalizadas as obrigações, aumentando a idade mínima para a aposentadoria, o tempo e o percentual de contribuição, levando em consideração o salário que ele recebe.

É uma vergonha essa reforma da Previdência! Não tem conserto. Eu sou formado em economia e defendo que a Previdência deve sofrer ajuste a cada 10 anos, mas falo de ajuste - o que essa turma do Bolsonaro e esse ultraliberal Paulo Guedes querem é destruir a Seguridade Social no Brasil.

Documento 352/370

43.2019

Sessão Deliberativa Ordinária - 26/03/2019-14:28
CD

Publ.: DCD - 3/27/2019 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Presença, na Casa, de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias para acompanhamento do processo de reforma previdenciária. Necessidade de convocação do Ministro da Economia, Paulo

Guedes, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para discussão da proposta governamental de reformulação da Previdência Social.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero apenas registrar a presença, hoje, na Câmara, dos agentes comunitários de saúde e também dos agentes de combate a endemias, que estão numa marcha nacional. O tema principal deles também é a reforma da Previdência.

Aliás, era para se ter, hoje, aqui a presença do Sr. Paulo Guedes. O todo-poderoso banqueiro tremeu na base e não teve coragem de vir a esta Casa debater com os Parlamentares. Sabem por quê? A razão é simples: não tem argumentos para defender as maldades dessa proposta de reforma que tramita na Câmara.

É preciso urgentemente que a CCJ apresente e aprove a convocação do Ministro Paulo Guedes. Ele não quis vir pelo convite, tem que vir pela convocação.

Enquanto isso, o Presidente da República vai ao cinema, em plena manhã de terça-feira. O Brasil caindo aos pedaços, e o Presidente indo ao cinema.

Documento 353/370

43.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/03/2019-14:32
Publ.: DCD - 3/27/2019 - SCHIAVINATO-PP -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Declaração de voto a favor da aprovação da proposta de reforma da Previdência Social.

O SR. SCHIAVINATO (Bloco/PP - PR. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para, alto e bom som, dizer ao Presidente Bolsonaro e ao meu País que Schiavinato vota pela Previdência, que Schiavinato vota com o Governo.

Tenho recebido mensagens do Paraná dizendo: Schiavinato, mesmo perdendo alguma coisa, precisamos recuperar o Brasil.

Naturalmente, vamos trabalhar para melhorar o projeto, vamos discutir

a questão da aposentadoria da trabalhadora e do trabalhador rural, que trabalham 365 dias em sua propriedade. As pessoas que não são do meio não sabem a dificuldade que é a lida com a terra.

Schiavinato vota pela Previdência.

Schiavinato discute o Benefício de Prestação Continuada - BPC, para serem feitas melhorias no País.

Documento 354/370

43.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/03/2019-14:36
Publ.: DCD - 3/27/2019 - LEONARDO MONTEIRO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Reiteração do posicionamento do orador contrário à aprovação da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Sem revisão do orador.) -
Sra. Presidenta, muito obrigado.

Eu quero registrar, mais uma vez, a minha posição contrária à reforma da Previdência, uma reforma que prejudica todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras, sobretudo a mulher, o idoso, a pessoa com deficiência, os mais pobres. Na verdade, é uma injustiça social, tanto que ninguém assume neste Plenário e no Governo quem é o pai da criança. O Líder do PSL não assume, o Governo se esquivava, inclusive o Presidente. O Ministro, que é o bambambã, não vem à Câmara para participar do debate e fazer a defesa da reforma da Previdência.

Portanto, continuamos fazendo aqui a nossa resistência, contrários à reforma da Previdência, que é uma injustiça social muito grande para o nosso País.

Documento 355/370

43.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/03/2019-14:48
Publ.: DCD - 3/27/2019 - CAPITÃO ALBERTO NETO-PRB -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO



Sumário

Temas debatidos na reunião do Ministro da Economia, Paulo Guedes, com os membros da bancada federal amazonense; o Prefeito Municipal de Manaus e o Governador do Estado do Amazonas. Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro por aproximação com o Parlamento brasileiro. Posicionamento da bancada federal amazonense com relação à reforma previdenciária.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PRB - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha, eu queria dar um *feedback* sobre a reunião de ontem com o Ministro Paulo Guedes. Nela, estiveram presentes toda a bancada do Amazonas, o Governador do Estado e o Prefeito de Manaus. Vários assuntos foram tratados.

O Ministro teve o papel fundamental de promover a aproximação e escutar os políticos. Estão querendo jogar toda a classe política no mesmo saco, mas está na hora de deixarmos para trás os erros que aconteceram no passado e fazermos coisas novas. O Ministro fez muitas solicitações relacionadas à reforma da Previdência, que é essencial para o nosso País. Vamos começar a discutir essa matéria de maneira séria aqui neste Parlamento. Vamos discutir cada ponto e trazer à luz números que, muitas vezes, estão obscuros.

Há uma salada tributária gigantesca no nosso País. Uma das críticas que eu faço é que deveríamos pensar primeiro na reforma tributária, para depois fazermos a reforma da Previdência, mas, se ocorrer o contrário, tudo bem. Vamos trabalhar! Não dá para ficar discutindo com o Presidente da Casa assuntos que não são pertinentes, que não estão na pauta do País.

Ontem tratamos de um assunto técnico relacionado à renúncia fiscal, ao futuro do Amazonas, Estado que hoje tem dez Municípios abaixo da linha da pobreza. Temos que mudar essa situação, temos que pensar num País para o futuro. Chega de pensar só na eleição de daqui a 4 anos, chega de pensar só na reeleição. O Brasil não aguenta mais esse tipo de política.

Eu quero pedir ao nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro, a quem eu apoiei na campanha com muito orgulho - e ainda apoio -, que se aproxime desta Casa e melhore o diálogo com o nosso Presidente. Vamos trabalhar pelo nosso País!

Há várias pautas aqui que vão mudar a vida de muitas pessoas. Ninguém aguenta mais tanta incompetência. O problema do Brasil é falta de gestão. A gestão está totalmente equivocada, com políticas erradas, voltadas apenas à reeleição, com contratos fraudulentos. Essa

é a política antiga.

A bancada do Amazonas já se posicionou: ninguém quer cargo político para trocar pela reforma da Previdência. Isso é um absurdo! Isso faz parte da velha política. A resposta foi dada nas urnas: nós queremos coisas novas. A bancada do Amazonas já se posicionou. Ninguém está atrás de cargos. Nós queremos um Brasil melhor! Nós queremos discutir essa reforma, decidir se ela é boa ou se é ruim. Tem que ser boa! Todos os Presidentes que passaram deram a sua contribuição em relação à reforma da Previdência. Com este Governo, neste Parlamento, vamos dar a nossa contribuição para o nosso País.

A fala do Paulo Guedes ontem me encheu de esperança. A ideia é sempre menos Brasília e mais Brasil. Ele quer passar os recursos dessa economia que a reforma vai trazer para o nosso povo, para os Governadores, para os Prefeitos, que estão diretamente ligados. Vamos trabalhar os vários fundos - os fundos do BASA, no caso do meu Estado - que estão por aí. Também quanto ao Sistema S vários questionamentos estão sendo levantados. Era para esse dinheiro estar aqui em Brasília ou era para ele ser destinado ao Prefeito, que está no Município e conhece realmente a realidade local? Ou era para esse dinheiro ser enviado aos Municípios distantes, onde a economia é precária e não há geração de renda?

Senhores, o maior cientista do mundo, Albert Einstein, disse que idiotice é fazer as mesmas coisas e esperar que a situação mude. Ela não vai mudar se nós não a mudarmos. Se nós não fizermos coisas novas, o nosso Brasil vai continuar caminhando para o buraco.

Obrigado, Presidente.

Documento 356/370

43.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/03/2019-14:56
Publ.: DCD - 3/27/2019 - NELSON PELLEGRINO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Corroboração do posicionamento do orador contrário à reforma previdenciária.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero reafirmar a minha



posição contrária à reforma da Previdência.

Essa reforma joga nas costas dos trabalhadores 850 bilhões do 1 trilhão de reais previstos, que virão do Regime Geral e dos Benefícios de Prestação Continuada.

Registro que não sou eu, mas os principais jornais do Brasil, como *Estadão*, *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, dizem hoje que o Presidente Bolsonaro precisa governar, sair do Twitter, que é incapaz de governar.

O Brasil está em crise. Hoje, em São Paulo, viu-se uma cena lamentável: 15 mil pessoas formando uma fila para pedir emprego. O País precisa de emprego, de desenvolvimento econômico, de distribuição de renda, de saúde e educação, e não dessa reforma da Previdência, que vai tirar dos trabalhadores para dar aos banqueiros.

Documento 357/370

43.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/03/2019-15:00
Publ.: DCD - 3/27/2019 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Repúdio à proposta de reforma previdenciária encaminhada à Casa pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidenta Geovania.

Cumprimento os colegas Deputados e Deputadas, o Deputado Rubens Bueno, que vai falar no Grande Expediente em poucos minutos, e povo brasileiro que acompanha o debate que está ocorrendo neste Parlamento, a questão central que mais tem me incomodado no debate sobre a Previdência e as aposentadorias é o argumento baseado em terrorismo como estão anunciando o Ministro da Economia e o Presidente Bolsonaro.

Nós também fizemos reformas, aperfeiçoamos a Previdência; mas, evidentemente, não podemos aceitar a proposta de desestruturação da previdência pública que está em curso aqui.

Vejam o absurdo: o Ministro fala grosso com quem ganha pouco, quer



tirar 600 reais de um aposentado que ganha mil reais e diz frases, Deputado Joseildo Ramos, como esta, que foi o argumento da semana: *"Se não se aprovar essa reforma da Previdência, não se vai pagar o salário dos servidores"*. Ministro Paulo Guedes, o senhor é Ministro da Economia, o senhor não está dirigindo o seu escritório de investimentos no mercado financeiro. Aqui ninguém é bobo! O senhor não virá aqui dar aula de economia de acordo com a sua visão de economia.

Eu queria ver, Deputado Alexandre Padilha, se o Ministro falaria grosso para dizer o seguinte: *"Enquanto não se aprovar o imposto sobre lucros e dividendos, o País vai quebrar"*. Apenas três países no mundo não cobram o imposto sobre lucros e dividendos, e o Brasil é um deles. Mas o Ministro é amigo dos mercados financeiros. Ele quer proteger o interesse dos grandes brancos, Deputado Pedro Uczai, porque quer transformar a previdência pública do País em um cassino de especulação financeira.

Deputado Chico D'Angelo, quero dizer ao trabalhador que ainda não entendeu essa tal proposta, que eles chamam de capitalização, que ela representa a privatização de toda a previdência pública no País. O Ministro não conta, e Bolsonaro vai ao cinema para não falar da Previdência, o seguinte: ao invés de ser como hoje, em que o trabalhador paga um terço, o empregador paga outro terço e a sociedade, com impostos justos, como seria o imposto sobre lucros e dividendos, paga outro terço, como acontece na Alemanha, na França, enfim, em diversos lugares do mundo, o que Bolsonaro, Mourão e Paulo Guedes querem propor? Trabalhador, eles querem propor o seguinte: *"Organize uma poupança para ti mesmo; o empregador não paga mais nada, o Governo não ajuda a Previdência com mais nada, e tu cuida sozinho da tua previdência"*.

Isso é um desrespeito! Em nenhum lugar do mundo o trabalhador pode sustentar sozinho sua própria previdência. Mas, o que é pior, eles dizem ainda o seguinte: *"Além de que tu vais fazer sozinho, tu és obrigado a depositar num banco privado"*. Alguém aqui já ouviu histórias de bancos que faliram no Brasil? Alguém aqui já ouviu histórias de estruturas de previdência privada que faliram? E o que acontece quando quebra o banco? O trabalhador perde a pouca previdência que ele poupou.

Essa proposta quer desconstitucionalizar, Deputada Luiza Erundina, todo o direito que está determinado no Capítulo *Dos Direitos Sociais e Da Seguridade Social*.

Outro dia, um motorista de táxi, que é aposentado, disse: *"Eu estou fora da reforma"*. Respondi que não, que estava na reforma, porque eles querem retirar a cláusula que garante a reposição da inflação



todos os anos na aposentadoria. Eles querem tirar esse preceito da Constituição Federal, e digo isso aos colegas que aqui estão.

Hoje, o Ministro Paulo Guedes - eu peço só mais 1 minuto para concluir -, que arrotta grosso quando fala nos salões acarpetados dos mercados, fugiu e não veio à CCJ para debater com o Parlamento. Ele disse que não viria.

Então, o que o Brasil vai dizer ao Ministro Paulo Guedes, ao Presidente Jair Bolsonaro e ao Vice-Presidente Hamilton Mourão é que há muitas outras propostas para o Brasil.

A proposta da Previdência que eles enviaram para cá prejudica a economia brasileira e acentua a recessão, porque tira dinheiro do bolso de futuros aposentados que ganham mil, 2.500, 2 mil, 2.500 reais. Parem de mentir dizendo que é para combater privilégios. Essa proposta é para retirar direitos fundamentais de pessoas que recebem baixos salários, as quais não podem seus direitos confiscados.

Documento 358/370

43.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/03/2019-15:04
Publ.: DCD - 3/27/2019 - VERMELHO-PSD -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Defesa de preservação da aposentadoria de trabalhadores rurais e do Benefício de Prestação Continuada, no processo de reforma da Previdência Social. Apoio à realização das reformas necessárias para o desenvolvimento do País.

O SR. VERMELHO (Bloco/PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Geovania de Sá.

Sras. e Srs. Deputados, é motivo de alegria mais uma vez estar nesta tribuna. Também venho aqui por ser muito cobrado pela minha gente, Deputado Rubens Bueno, pela população do Paraná, em especial quanto ao tema mais aguerrido e que está em discussão nos últimos dias: a reforma da Previdência.

Eu tenho dito ao povo do meu Paraná, por onde tenho andado, que eu quero me somar, sim, na defesa das pessoas menos favorecidas nessa reforma. Caro Deputado Henrique Fontana, concordo com V.Exa. que



nós temos que preservar os mais necessitados.

Hoje, diante da tomada de decisão de vários Líderes, cara Presidente, eu também quero manifestar o meu apoio à preservação da aposentadoria do trabalhadores rural e do Benefício de Prestação Continuada, destinado a pessoas tão necessitadas, porque nós, produtores, empreendedores, Parlamentares, é que devemos fazer a defesa dos menos favorecidos, dos deficientes, desses pobres com mais de 65 anos, que recebem um auxílio de quem trabalha, de quem produz, para poderem sobreviver. Até aqui, avançou-se e deu-se a dignidade mínima necessária para um ser humano poder sobreviver. É claro que nós não podemos perder os avanços até agora conquistados na Previdência Social com os benefícios, com a assistência social, em prol dessa camada menos favorecida, mas entendo também que o sistema não pode falir como um todo. Nós precisamos ter a responsabilidade de fazer os ajustes necessários.

Hoje, quando falamos em reforma da Previdência, mesmo sem manifestarmos nossa opinião, às vezes somos xingados em alguns lugares, mas isso porque nós ainda não abrimos essa discussão com clareza para a nossa gente, para as pessoas que estão nos ouvindo, para as pessoas que estão nos interrogando. Precisamos clarear mais isso e preservar aqueles que precisam de auxílio, da mão amiga do subsídio governamental, do nosso apoio, como Parlamentares, e fazer com que as demais categorias possam também, com muita responsabilidade, avançar na modernização. Nós precisamos melhorar essa reforma, de maneira que ela possa, daqui a 5, 10, 15, 20 anos, garantir que vocês, homens e mulheres que recebem o benefício, tenham assegurado, no fim do mês, esse recurso para a sua sobrevivência. Então, essa responsabilidade nós temos que ter. Precisamos da reforma modernizada? Sim, mas vamos manter o benefício daqueles mais necessitados.

Temos um país próspero também em uma reforma tributária, que deverá ser apreciada em breve nesta Casa. Através dela nós conseguiremos alavancar mais recursos, tirando um peso dos ombros do consumidor, do empreendedor, e fazendo com que esse sistema possa dar mais sustentação também aos benefícios da reforma previdenciária.

Quero deixar externado aqui o compromisso de votar "sim", com esta Casa, às reformas necessárias de que o País precisa, mas renovando o meu compromisso de responsabilidade com os que mais precisam do provento da aposentadoria, com os mais necessitados. Disso nós não vamos abrir mão.

Obrigado pela oportunidade.



43.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 26/03/2019-16:08
Publ.: DCD - 3/27/2019 - ZECA DIRCEU-PT -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Indignação do orador com o não comparecimento do Ministro da Economia, Paulo Guedes, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para debate a proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero aqui mostrar não só a minha indignação mas também - tenho certeza - a indignação do povo brasileiro pela postura, hoje, do Ministro Paulo Guedes, o Ministro dos banqueiros. O Ministro dos bancos correu, fugiu. Está com medo de vir à Câmara dos Deputados cumprir sua obrigação, que é explicar por que uma proposta de reforma da Previdência, que era propagada como uma proposta que acabaria com privilégios, de 1 trilhão que se pretendia economizar, quase 800 ou 850 milhões vão sair do bolso do trabalhador, da trabalhadora, do agricultor, do professor, da professora e até mesmo dos idosos pobres do BPC - Benefício de Prestação Continuada -, cujos benefícios querem cortar.

É uma vergonha o Ministro não ter vindo hoje à CCJ, não ter avisado com antecedência. Cada vez mais, posturas como essa desmentem a farsa que é essa reforma da Previdência!

43.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 26/03/2019-16:08
Publ.: DCD - 3/27/2019 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Não comparecimento do Ministro da Economia, Paulo Guedes, ao Parlamento brasileiro para debate da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que nos assistem pela *TV Câmara*, nós ficamos decepcionados no momento em que o todo-poderoso Ministro da Economia não veio ao Parlamento



fazer o bom debate, o bom combate. Nós queríamos verdadeiramente indagar uma série de questões que estão nebulosas na proposta da - entre aspas - "nova Previdência".

É interessante procurar saber quanto custará a transição para aquelas pessoas que se aposentarem até então. Qual o custo? De que forma vai se pagar?

Outra questão importante é que se derruba uma Previdência contributiva, solidária, importante para um Estado que quer prezar pela vida dos seus filhos e, no lugar, coloca-se um sistema de capitalização que vai fazer a alegria dos rentistas, dos bancos. Qual é a garantia do acolhimento vitalício nos fundos de pensão, principalmente aqui, no Brasil, cujo histórico nós conhecemos? Por quanto tempo uma pessoa que ganha um, dois ou até três salários mínimos, sendo responsável único pela poupança que vai fazer a redenção do período em que ele terminar a condição laboral, vai subsistir? Quando acabar essa poupança, quais mecanismos de fiscalização ficarão certamente à disposição de uma agência reguladora que ficará refém dos bancos, que terão uma alavanca poderosa? Porque os bancos têm muito dinheiro.

Para nós, é fácil anotarmos as estórias dos bancos que quebram e não devem responsabilidade a quem quer que seja. Como ficará o nosso povo?

E há outras perguntas: o que falar sobre o BPC, as mulheres, os agricultores e principalmente as agricultoras? Então, é esse o debate que o Brasil precisa testemunhar, mas o Ministro amarelou, porque não gosta do bom combate, do bom debate.

Obrigado, Sra. Presidente.

Documento 361/370

43.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/03/2019-16:12
Publ.: DCD - 3/27/2019 -	EDUARDO COSTA-PTB -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Nota assinada por Líderes partidários a respeito da supressão, da proposta governamental de reforma previdenciária, de regras prejudiciais às classes menos favorecidas.

O SR. EDUARDO COSTA (Bloco/PTB - PA. Pela ordem. Sem revisão

do orador.) - Agradeço a V.Exa., Sra. Presidente, e saúdo os Deputados e as Deputadas aqui presentes.

Quero aproveitar esses 3 minutos para ler uma nota oficial, assinada no dia de hoje por grande parte das Lideranças aqui da Casa, inclusive pelo Deputado Pedro Lucas Fernandes, Líder do meu partido, o PTB. Também assinaram a nota as Lideranças do PROS, do Patriota, do MDB, do PR, do PRB, do DEM, do Solidariedade, do PP, do PSDB, do PPS e de outros partidos.

Os Líderes partidários que subscrevem esta nota vêm a público informar que, após consulta às respectivas bancadas, considerando que qualquer reforma previdenciária deve ter como princípio maior a proteção aos mais pobres e mais vulneráveis, decidiram retirar do texto a parte que trata de forma igual os desiguais e penaliza quem mais precisa.

Para tanto, vamos suprimir da proposta originária as regras que atingem os já tão sofridos trabalhadores rurais e os beneficiários do programa de prestação continuada, que são pessoas com deficiência, e também aqueles com idade superior a 65 anos que vivem em estado de reconhecida miserabilidade.

Decidiram, ainda, que, como forma de garantir segurança jurídica a todos os que serão impactados por esta tão importante e necessária reforma, não permitirão a desconstitucionalização generalizada do sistema previdenciário do País.

Esta nota oficial foi assinada por grande parte dos Líderes desta Casa e sepulta, na reforma apresentada no último dia 20, esses itens aqui apresentados.

Nós consideramos que a Previdência Social é a melhor forma de distribuição de renda que existe neste País e que grande parte dos Municípios menores não vai existir sem a manutenção de direitos previdenciários.

Nós agradecemos por esta oportunidade, Sra. Presidente.

Documento 362/370

43.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/03/2019-16:32
Publ.: DCD - 3/27/2019 -	ENIO VERRI-PT -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário



Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 888, de 2019, sobre a alteração do Regime Especial de Tributação - RET nos contratos de incorporações e construções de interesse social, com relação aos projetos do Programa Minha Casa, Minha Vida, no valor de até 100 mil reais.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores pediu votação nominal e vota contra o pedido de urgência deste projeto levando em conta que há indicação de que se trata de um novo REFIS. Afinal de contas, ele parcela tributos, reduz tributos.

No momento, o debate do País não é esse. Temos radicais divergências com a reforma da Previdência. Votaremos contra a reforma.

Não é o momento de isentar o setor empresarial de impostos, principalmente numa área que está abandonada pelo Governo Bolsonaro. O Programa Minha Casa, Minha Vida é um projeto importante, muito bem debatido e dirigido, e não deve sofrer nenhuma mudança.

Por isso, o PT indica o voto "não".

Documento 363/370

43.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/03/2019-16:40
Publ.: DCD - 3/27/2019 -	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Críticas às declarações do Presidente Jair Bolsonaro a respeito da ditadura implantada no Chile pelo general Augusto Pinochet. Gravidade da crise política brasileira. Posicionamento do orador contrário à proposta governamental de reforma previdenciária. Prisão do ex-Presidente Michel Temer. Atuação política da equipe de procuradores da Operação Lava-Jato.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria dar como lido um pronunciamento.

Bolsonaro vai ao Chile, mas a crise é no Brasil. Com a sua insensibilidade, Bolsonaro apoia a ditadura de Pinochet. As suas falas são consideradas tremendamente infelizes pelo próprio Presidente do



Chile, Sebastián Piñera, que é de direita.

Da mesma forma, o Ministro Onyx Lorenzoni diz que foi preciso o Pinochet causar um banho de sangue para fazer a reforma da previdência e o ajuste fiscal no Chile.

Aqui no Brasil ocorrerá o contrário. A base está desorganizada. Essa reforma da Previdência esfolia os trabalhadores brasileiros, retira direitos e sacrifica exatamente quem ganha até o teto do Regime Geral de Previdência Social.

Por isso, este Governo não passará a reforma da Previdência aqui no Congresso Nacional.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de 21 a 23 de março, Bolsonaro esteve no Chile, em sua terceira viagem oficial. Assim como nas anteriores, as vantagens obtidas não ficaram claras. O que ficou claro, no entanto, foi a combinação entre protestos e frases infelizes de Bolsonaro no Chile e a grave crise política no Brasil, que aos poucos vai assumindo a condição de crise de Estado.

No Chile, o Presidente Sebastián Piñera fez ressalvas incisivas aos elogios de Bolsonaro às ditaduras militares na América Latina. "*Frases como a que citou são tremendamente infelizes*", disse Piñera. "*Não compartilho muito do que Bolsonaro diz sobre o tema*". É bom lembrar que Piñera é um Presidente de direita.

Às vésperas da partida, o Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, elogiou a política econômica adotada pelo ditador Augusto Pinochet e disse que ele "*teve de dar um banho de sangue*".

Os chilenos, evidentemente, foram às ruas contra essas barbaridades, e um grande grupo de Senadores boicotou os eventos de que Bolsonaro participou.

A sangrenta e assassina ditadura de Augusto Pinochet é hoje fortemente repudiada, pelas atrocidades e mortes cometidas, mas Bolsonaro e sua equipe enxergam qualidades nele e nos ditadores em geral.

O clímax da viagem, porém, não aconteceu no Chile, mas sim no



Brasil: Bolsonaro jogou o desmonte da Previdência na cota de responsabilidade dos Deputados, principalmente do Presidente da Câmara. Ao mesmo tempo, é acusado pelos aliados de não se dedicar com ênfase ao tema. O tiroteio ganhou munição nas redes sociais e na grande imprensa.

A crise chegou ao ponto de o Presidente da Câmara indicar ao Presidente da República que ele *"precisa ter mais tempo para cuidar da Previdência e menos para o Twitter"*.

É desnecessário dizer que os que votarem a favor da proposta do Governo, pelo seu conteúdo antipovo, sofrerão forte rechaço da opinião pública e dos trabalhadores em geral.

É evidente que ambos defendem penalizar os trabalhadores e os mais pobres, em benefício do capital financeiro. Por isso, o desmonte da Previdência exige muita articulação política. A divergência é de forma, não conteúdo.

Diante desse jogo de empurra, ainda entraram na festa dos absurdos o filho Carlos, pródigo em criar confusão, e o Ministro Sergio Moro. Carlos ataca Maia, que responde a Moro, que contra-ataca Maia.

Como se não bastassem as trapalhadas e os tropicões, a Operação Descontaminação, desdobramento da Lava-Jato no Rio de Janeiro, levou à prisão o ex-Presidente Michel Temer e mais sete pessoas acusadas de obstrução de Justiça.

A fraqueza dos argumentos evidenciou que a Lava-Jato estava dando uma demonstração de força política, cacifando Sergio Moro dos ataques sofridos, contra o STF, que havia impedido a criação do fundo com dinheiro da PETROBRAS pelos procuradores de Curitiba.

A única certeza é que a Lava-Jato fugiu de suas prerrogativas e competências e atuou como força política.

Além da crise econômica, que leva ao desemprego milhões de brasileiros, da crise política originada pela inépcia e incompetência de Bolsonaro e seus filhos, agora se instalou no Brasil uma crise de Estado, na qual os três Poderes se engalfinham e a República desce a ladeira.

A agenda de viagens, inclusive, expõe uma contradição evidente entre o discurso e a prática. Ele foi eleito com a promessa de que iria "desideologizar" o Estado brasileiro, entretanto seus discursos, agendas, postagens e entrevistas apontam exatamente o contrário.

Israel está na fila das viagens oficiais, e os termos "esquerda",



"socialismo" e "doutrinação" ainda frequentam seu vocabulário com incompreensível insistência. A mistificação pode agradar os mais incautos, mas é pouco eficiente diante das exigências da governabilidade.

O epicentro dos problemas se chama Jair Bolsonaro, acompanhado de seus filhos tresloucados e delirantes. O Brasil está nas mãos de um patriarcado em plena República, sob o comando de um Presidente simpático às ditaduras em plena democracia. O País é dirigido por um inepto em plena crise de comando.

O momento é de grave crise, mas, com toda certeza, a família está mais preocupada com discursos ideológicos pueris e divergências frívolas do que com os caminhos de superação, que passam pela distribuição de renda, por um país mais justo e pela expansão da democracia. Esperar isso dele é exigir demais.

Muito obrigado.

Documento 364/370

43.2019	Sessão Ordinária - CD	Deliberativa	26/03/2019-17:40
Publ.: 3/27/2019 -	DCD	BIBO NUNES-PSL -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	DE

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.724, de 2015, sobre a elevação da participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo. Defesa de realização da reforma previdenciária.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Exmo. Presidente, nobres colegas, nós do PSL votamos para que não se retire a matéria de pauta. Somos contra a retirada de pauta.

O que me surpreende, Sr. Presidente, é ver aqui neste plenário Parlamentares que, em situações de assassinatos, com vítimas, normalmente defendem o bandido. Nunca vi esses que vêm aqui defender bandidos defender pessoas de bem. Quando se mata um policial, um militar, eles jamais se preocupam com isso, porque eles

gostam, são acostumados a defender bandidos. Essa é a especialidade deles. Nós estamos aqui para apoiar a polícia, jamais o bandido.

Outro sobe à tribuna como um arauto da justiça. Uma pessoa que está com a vida cheia de trapagens, cheia de provocações à Justiça, vem aqui pregar moral de cueca? O que é isso? Cueca eles tentaram usar para esconder dólares. Não sabem nem para que se usa cueca e vêm aqui pregar moral!

E me surpreende ainda mais, Sr. Presidente, quando falam das companhias aéreas. Querem deturpar o que a população brasileira precisa saber. Quando se fala em 100% de capital estrangeiro, não é para que essas empresas tomem conta do Brasil. Esses 100% de capital estrangeiro só entram no Brasil com um CNPJ brasileiro.

Com este projeto, bilhões de reais vão vir para este País. Mas os urubus de plantão, que nunca deram emprego, nunca pagaram impostos, não sabem o que são os custos trabalhistas neste País. Nunca tiraram financiamento com os mais altos juros do mundo. Esses urubus de plantão vêm aqui combater a reforma da Previdência, mais do que justa, na qual quem tem menos paga menos e quem tem mais paga mais.

Fora, urubus de plantão! O momento é de brasileiros que têm sangue verde-amarelo, que não olham para a árvore, mas, sim, para a floresta. Fora, urubus de plantão, que têm seus olhos na nuca! Só olham para seu umbigo, são umbigóides. Na verdade, nós temos que lutar pelo nosso País, sem muitas vantagens, sem muitas regalias, mas, sim, com deveres para com o nosso Brasil.

Vamos em frente. Viva a reforma da Previdência!

Documento 365/370

43.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/03/2019-18:00
Publ.: DCD - 3/27/2019 -	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

União dos partidos opositoristas contra a reforma previdenciária. Protesto contra o não comparecimento do Ministro da Economia, Paulo Guedes, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para debate da matéria. Repúdio à atuação do Presidente Jair Bolsonaro.



O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu vim a esta tribuna para lamentar mais uma vez a postura autoritária que o Governo Federal vem adotando no trato com questões fundamentais para o País.

Hoje, nós da Oposição realizamos um ato unificado, em que mostramos que os partidos de oposição estão unidos na luta contra esta proposta de reforma da Previdência. Imagínávamos que pouco depois poderíamos apresentar as nossas perguntas e mesmo questionar o Ministro da Economia sobre possíveis alternativas, sobre as crueldades que se direcionam aos trabalhadores mais sofridos do nosso País, que tanto trabalham e tão pouco ganham. Mas o Ministro da Economia preferiu fugir do debate sobre a reforma da Previdência e tentou impor uma chantagem ao Congresso Nacional. Disse que só viria aqui depois da nomeação do Relator pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Hoje, na reunião, na Presidência na Comissão, nós da Oposição dissemos que não aceitamos que a Comissão de Constituição e Justiça e o Presidente se submetam a essa chantagem.

Enquanto o Brasil está parado, enquanto as pessoas estão sem emprego, sem saber como sobreviver, Deputado Henrique Fontana, Vice-Líder da Oposição, o Presidente da República foi hoje de manhã ao cinema assistir a um filme. As pessoas desempregadas, esperando que o País volte a crescer, querendo o desenvolvimento da economia, e o Presidente da República assiste a um filme na manhã de uma terça-feira, um dia útil.

Ao largo de tudo isso, talvez passe despercebida a vergonhosa visita do Presidente ao Chile, onde foi desmoralizado pelo Presidente daquele país, que também é liberal, de direita, mas que repudiou as declarações do nosso Presidente da República, para a nossa tristeza e vergonha, sobre a ditadura chilena.

Não bastasse tudo isso, o Presidente da República propõe que a data da ruptura democrática, dia 31 de março, seja comemorada nos quartéis. Que vergonha! É inaceitável essa proposta, que mereceu uma nota de repúdio do Ministério Público Federal, divulgada há pouco, que diz que não se pode admitir que um Presidente da República, eleito nos moldes da Constituição de 1988, defenda que se festeje a data da ruptura democrática.

Estamos no Plenário Ulysses Guimarães. E Ulysses, Deputado Fábio Trad, num famoso discurso, disse: *"Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a Liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério"*.

Temos ódio à ditadura! Ódio e nojo! Viva Ulysses Guimarães!

Documento 366/370

43.2019 Sessão Deliberativa Ordinária - CD 26/03/2019-18:04
Publ.: DCD - 3/27/2019 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

União dos partidos da Esquerda contra a proposta governamental de reforma previdenciária. Tentativa do Poder Executivo de desqualificação do Parlamento brasileiro. Repúdio do PCdoB e da Minoria à iniciativa do Presidente da República de exortação à ditadura militar.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, subo a esta tribuna, pela Liderança da Minoria, porque tenho a absoluta convicção de que nós começamos a semana aqui muito bem, reafirmando o papel do Parlamento brasileiro a partir não apenas dos partidos da Oposição, que unificadamente reafirmam esse papel de defesa da população do País em torno de seus direitos - seus direitos de seguridade social, seus direitos previdenciários, seus direitos constitucionais, duramente conquistados no processo de redemocratização do Brasil. Mas também percebemos que muitos partidos que ainda não se configuram como partidos de oposição ou de esquerda também se movimentam contra a retirada de direitos, e hoje declararam em documento serem contra a desconstitucionalização desses direitos. Esse é um dado muito importante no Parlamento brasileiro neste momento, o qual enfrenta uma oposição cruel do Governo, que tenta retirar da Constituição brasileira esses direitos do povo brasileiro.

É importante destacar essa posição no momento, Deputado Rodrigo Maia, em que o Executivo tenta desqualificar a política. Não é a velha política, mas a desqualificação da política, representada no Parlamento brasileiro, fazendo ataques, inclusive, individualmente a V.Exa., Presidente da Câmara dos Deputados, que, independentemente de suas posições de mérito em relação à reforma, com as quais discordo, devem ser respeitadas como a do Presidente de um Poder. Nesse sentido, V.Exa. tem a nossa solidariedade pública.

O Parlamento brasileiro não pode ser achincalhado, desqualificado, desrespeitado pelo Poder Executivo, muito menos por qualquer outro Poder. É importante dizer que o Sr. Jair Bolsonaro, Presidente da República eleito, não poderia, jamais, fazer do seu posto um local de adoração às ditaduras, à tortura, a ditadores não só do Brasil, mas do



mundo afora, tal qual Pinochet, Stroessner, ou também fazer uma provocação, dar esse recado contra a liberdade como pretende fazer no dia 31 de março. Este Parlamento não pode aceitar esse tipo de provocação, que atenta contra a democracia e a liberdade brasileira. A tortura não pode ser aceita. A tortura é crime inafiançável no Brasil. A ditadura é crime hediondo. Não podemos aceitar que, a partir de um posto no Palácio do Planalto, a tortura e a ditadura possam ser homenageadas pelo Presidente da República.

O Partido Comunista do Brasil, que ontem fez 97 anos de vida, que teve pessoas mortas e torturadas pelos agentes de Estado, como também os partidos que compõem a Minoria repudiam essa atitude do Presidente da República.

Documento 367/370

43.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/03/2019-18:08
Publ.: DCD - 3/27/2019 -	DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Comemoração do 97º aniversário de fundação do PCdoB. Luta do partido em defesa da democracia, dos direitos do trabalhadores e do povo brasileiro e contra a reforma previdenciária.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou aqui para lembrar os 97 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil, que comemoramos ontem. No dia 25 de março de 1922, trabalhadores e gente do povo reuniram-se em Niterói e tomaram a decisão de fundar o Partido Comunista do Brasil. São 97 anos de luta ao lado do povo brasileiro, com o mesmo caminho, com a mesma tese, orientando-se pela defesa da soberania nacional, da democracia, das liberdades, da luta do nosso povo, da luta dos trabalhadores, do homem do campo e da cidade, das mulheres, das chamadas minorias do nosso País.

Temos muito orgulho de ter feito essa travessia, participando de todas as batalhas em que o povo brasileiro se envolveu: a luta contra o fascismo, que mobilizou tantos brasileiros e que teve a participação decisiva, firme e conseqüente do PCdoB; a campanha *O petróleo é nosso!*; a luta para organizar o nosso povo na campanha Diretas Já!, enfrentando a ditadura em todos os campos. A batalha foi oferecida na necessidade de lutar por liberdade e por democracia. Lutamos para construir um projeto transformador no País.



E essa luta continua no presente. Refiro-me à batalha para impedir que se implemente no nosso País o autoritarismo, a *vendipatria*, a ação contra a nossa soberania, a vergonha e o vexame a que estamos assistindo com o Presidente do Brasil lá fora. O PCdoB continua, nos dias de hoje, lutando em defesa da democracia brasileira, lutando em defesa dos direitos dos trabalhadores e do nosso povo, colocando como ponto central hoje a derrota da reforma da Previdência. Ela não passará. O povo está acompanhando, participa dessa batalha. A cada dia os Parlamentares compreendem de que lado deve estar cada um de nós contra o desmonte da Previdência pública.

Viva o PCdoB! Viva a luta do povo brasileiro!

Documento 368/370

43.2019	Sessão Ordinária - CD	Deliberativa	26/03/2019-18:20
Publ.: 3/27/2019 -	DCD	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para votação em separado da expressão estabelecidos na legislação e regulamentação exclusivamente federal, cujos termos prevalecerão sobre quaisquer regras estaduais e/ou municipais acerca do mesmo tema, constante no art. 27, § 7º, da Lei nº 11.771, de 2008, inserido no art. 4º da Subemenda Substitutiva Global. Indagação ao Deputado Bibó Nunes sobre a veracidade de declaração do Líder do PSL a respeito do posicionamento do partido acerca da aprovação da proposta de reforma previdenciária.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Deputados, Deputadas, a nossa avaliação é que não pode ser retirada a possibilidade de Municípios e Estados legislarem sobre o tema no que diz respeito, principalmente, às suas próprias finanças, porque do jeito que a coisa vai aqui entrega-se tudo para as empresas estrangeiras, retira-se a possibilidade de os Municípios e os Estados terem qualquer tipo de arrecadação que possa garantir minimamente que direitos sociais sejam consagrados ou ampliados, a partir do aumento de determinados impostos. É nisso que se baseia a nossa posição.

Mas, além disso, eu não posso deixar de dizer à bancada do PSL que eu fico na dúvida, inclusive, se há acordo em relação a esse texto. E

digo isso porque ouvi uma declaração do Líder do PSL, o Deputado Delegado Waldir, em que diz que não necessariamente o PSL faz parte da base do Governo para a votação da reforma da Previdência - não fui eu que disse isso, foi o Deputado Delegado Waldir.

Presidente, se o PSL não necessariamente é da base do Governo, daqui a pouco tem que acabar aqui com a Liderança de Governo. O Deputado Bibó está ali fazendo sinal.

Não fique nervoso, Deputado. Calma, eu estou dialogando com V.Exa. O que eu estou dizendo é que o Líder do seu partido disse que não tem posição fechada sobre aprovar a reforma da Previdência. Ele disse mais, ele falou assim: *"o Governo mandou para cá um abacaxi, não deu faca para a gente descascar, e não adianta imaginar que a gente vai descascar esse abacaxi com o dente."*

Deputado Bibó, é mentira que o Líder do PSL tenha dito isso? Todos os jornais estão repercutindo essa informação. Pergunto respeitosamente. Eu acho que V.Exa. inclusive tem o direito de dar a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Quem decide é a Presidência.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Cabe ao Presidente da Casa definir.

Obrigado.

Documento 369/370

43.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/03/2019-18:28
Publ.: DCD - 3/27/2019 -	AFONSO FLORENCE-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da expressão estabelecidos na legislação e regulamentação exclusivamente federal, cujos termos prevalecerão sobre quaisquer regras estaduais e/ou municipais acerca do mesmo tema, constante no art. 27, § 7º, da Lei nº 11.771, de 2008, inserido no art. 4º da Subemenda Substitutiva Global.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT, Sr. Presidente, orienta "não" ao texto, "sim" ao



destaque.

E eu quero denunciar que a proposta de reforma da Previdência de Bolsonaro é acabar com o regime de repartição. O trabalhador coloca um pouco, o patrão coloca um pouco, e o Governo coloca um pouco, para virar capitalização. Isso quer dizer que o trabalhador ou a trabalhadora sozinhos vão pagar um plano de capitalização para banco. Essa proposta, nem a base do Governo quer defender aqui no Congresso. O Ministro fugiu do debate hoje. O Governo de Bolsonaro sofreu hoje uma grande derrota. O povo brasileiro fez uma grande mobilização na última sexta-feira.

Está vaticinado: Bolsonaro, Mourão, o seu Governo vai ser derrotado na reforma da Previdência!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Deputado Paulo Azi...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Botaram "sim"; eu disse "não".

Documento 370/370

43.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	26/03/2019-18:28
Publ.: DCD - 3/27/2019 -	BIBO NUNES-PSL -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da expressão estabelecidos na legislação e regulamentação exclusivamente federal, cujos termos prevalecerão sobre quaisquer regras estaduais e/ou municipais acerca do mesmo tema, constante no art. 27, § 7º, da Lei nº 11.771, de 2008, inserido no art. 4º da Subemenda Substitutiva Global. União da bancada do PSL. Apoio do partido à aprovação da proposta de reforma previdenciária e do projeto anticrime elaborado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a orientação pelo PSL é "não".

Eu aproveito para falar. Ao colega que me antecedeu, que não sabia meu nome, Bibo Nunes é meu nome, e eu agradeço ao colega, que foi extremamente democrático em querer me ouvir. Muito obrigado.

Eu quero dizer que ele falou com relação ao PSL, que hoje está mais

unido do que nunca. Hoje pela manhã, cerca de 40 Parlamentares nos reunimos, estamos muito unidos, e fechamos questão a favor da reforma da Previdência e também do pacote anticrime. Unidos, rumo à vitória!
